

FAZER MAIS
COM MENOS

SANTA CATARINA EM 2018
BALANÇO GERAL

VOLUME 2

Anexos do Balanço Geral do Estado

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

2018 Estado de Santa Catarina
Balanço Geral

VOLUME 2

Anexos do Balanço Geral do Estado
Exercício de 2018

Gestão: Eduardo Pinho Moreira

GOVERNO DE SANTA CATARINA

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO GERAL

2018

Gestão: Eduardo Pinho Moreira

Carlos Moisés da Silva
GOVERNADOR DO ESTADO

Daniela Cristina Reinehr
VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

Paulo Eli
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Michele Patricia Roncalio
SECRETÁRIA ADJUNTA DA FAZENDA

Maria Luiza Seemann
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO BALANÇO GERAL

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEF)

DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL (DCOG)

GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA (GEINC)

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO VOLUME 2 DO BALANÇO

Maria Luiza Seemann – Diretora da DCOG
Gilceu Ferreira – Gerente da GEINC

Andréa Terezinha Vitali – GECOC
Cíntia Fronza Rodrigues – GECOC
Flávio George Rocha – GENOC
Geraldo Catunda Neto – GEINC
Isis Paz Portinho – GEINC
Janice Vilsélia Pacífico da Silveira – GEINC
Kely Cristina da Silva Truppel – GEINC
Raquel Costa Pereira – GECOC
Roberto Mosânio Duarte de Carvalho Júnior – GEINC
Rosangela Della Vechia – GEINC
Sandro Robson Pontes – GENOC
Vagner Alonso Pacheco – GEINC

COLABORAÇÃO

ASSESSORIA DA DIRETORA
Tatiana Borges

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA (GECOC)
Jorge Luiz Alves (Gerente)
Andréa Terezinha Vitali
Cíntia Fronza Rodrigues
Raquel Costa Pereira

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA (GECOF)
Vera Lúcia Hawerroth Santana (Gerente)
Ana Maria da Silva
Solange Maria Lourenço Cardoso de Oliveira

GERÊNCIA DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL (GENOC)
Flávio George Rocha (Gerente)
Emanuella Seemann Hunttemann
Jefferson Fernando Grande
Roberto Fialho
Sandro Robson Pontes

GERÊNCIA DE SISTEMA DE GESTÃO FISCAL (GESIF)
Marcelo Inocêncio Pereira (Gerente)
Daniela de Souza Pereira Savi
Djalma Lúcio Ferreira da Silva Arena
Elizabete Salazar da Silva
Graziela Luiza Meincheim
Ivan Grave
Michele da Silva Espindola

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL (COINF)
Alice Luciane Rhoden
Heber Lima da Costa
Mário Wendhausen Gentil

COORDENADORIA DO SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE OBRAS PÚBLICAS (CSIOP)
Márcio Studart Nogueira
Rafael Almeida Pinheiro da Costa

COORDENADORIA DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CUSTOS DE SANTA CATARINA (COSIC)
Gilmar de Oliveira Amorim
Marcelo Fernandes Pedrosa
Paulo Rodrigo Capre

CONTADORES DA FAZENDA ESTADUAL RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES ESTADUAIS

Adalberto Cervino Ventura
Alexandra Mara de Brito
Anderson Pereira
André Amaral Medeiros
André Conceição Costa
Arcangelo Felisberto
Bruno Hubacher da Costa
Cintia Salvador Sorgen
Cristiano Severo Martins
Dielis Heder Fiorentini
Eliana Amorim Rosa
Elisa Mayer
Ercí Velho de Melo Petronilio
Everaldo Elias Vieira
Fabiana Santana Correa
Graziela Gesser
Guilherme Cerutti Bueno
Gutemberg Salles Afonso
Isac Garcia Fernandes
Isair Sell
Ivana Kretzer Santos
Júlio Cesar Siqueira
Laizy da Silva
Luana Claudia Torres
Marcelo Carlos Botelho
Michely Bernardini Schweitzer
Nadieg Sorato Pacheco
Ozemar Nascimento Willmer
Paulo Guilherme O. Belvedere
Patrick Estevão Imeton Pereira
Priscila Tais Schulle
Rinaldo José Valese
Sandro Medeiros Alves
Wilson Henrique Fetzner Filho

OUTRAS ÁREAS ENVOLVIDAS

Assessoria de Comunicação – SEF
Diretoria Administrativa e Financeira – SEF
Diretoria de Administração Tributária – SEF
Diretoria de Auditoria Geral – SEF
Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública – SEF
Diretoria de Gestão de Fundos – SEF
Diretoria de Planejamento Orçamentário – SEF
Diretoria do Tesouro Estadual – SEF
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC)

INFORMAÇÕES

Gerência de Informações Contábeis e Transparência da Gestão Pública
geinc@sefaz.sc.gov.br – (48) 3665-2773 – (48) 3665-2710

Secretaria de Estado da Fazenda
Diretoria de Contabilidade Geral

Centro Administrativo do Governo Rodovia SC-401, nº 4.600 – Km 5 – Saco Grande II – Florianópolis – SC

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 013
2. ANEXOS 017
   - 2.1. Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64)
     - 2.1.1. Consolidado Geral 019
     - 2.1.2. Poder Executivo 024
   - 2.2. Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64)
     - 2.2.1. Consolidado Geral... 029
     - 2.2.2. Poder Executivo..... 033
   - 2.3. Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64)
     - 2.3.1. Consolidado Geral 037
     - 2.3.2. Poder Executivo 063
     - 2.3.3. Consolidado Geral – Excluídas as Operações Intraorçamentárias 102
   - 2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64)
     - 2.4.1. Consolidado Geral 127
     - 2.4.2. Poder Executivo 142
     - 2.4.3. Consolidado Geral – Excluídas as Operações Intraorçamentárias 157
   - 2.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/64)
     - 2.5.1. Consolidado Geral 172
     - 2.5.2. Poder Executivo 178

SUMÁRIO

2.6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Anexo 19 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.6.1. Consolidado Geral 184

2.6.2. Poder Executivo 185

2.6.3. Consolidado Geral – Excluídas as Operações Intraorçamentárias. 186

2.7. Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.7.1. Consolidado Geral 187

2.8. Programa de Trabalho (Anexo 6 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.8.1. Consolidado Geral 189

2.9. Demonstrativo das Despesas por Funções, Subfunções e Programas (Anexo 7 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.9.1. Consolidado Geral 311

2.10. Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo dos Recursos (Anexo 8 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.10.1. Consolidado Geral 327

2.11. Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.11.1. Consolidado Geral 344

2.12. Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.12.1. Consolidado Geral 363

2.13. Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.13.1. Consolidado Geral 382

2.13.2. Consolidado Geral por Unidade Gestora 389

SUMÁRIO

2.14. Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.14.1. Consolidado Geral 417

2.14.2. Poder Executivo 419

2.15. Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.15.1 Demonstrativos da Dívida Fundada Interna

2.15.1.1 Demonstração da Dívida Fundada Interna (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) 421

2.15.1.2 Extratos por Empréstimo da Dívida Fundada Interna 422

2.15.1.3 Demonstrativo Analítico dos Pagamentos da Dívida Fundada Interna 434

2.15.1.4 Resumo dos Recebimentos e Pagamentos dos Empréstimos da Dívida Pública 435

2.15.2 Demonstrativos da Dívida Fundada Externa

2.15.2.1 Demonstração da Dívida Fundada Externa (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) 437

2.15.2.2 Extratos por Empréstimo da Dívida Fundada Externa 438

2.15.2.3 Demonstrativo Analítico dos Pagamentos da Dívida Fundada Externa 446

2.16. Demonstrativo dos Precatórios 447

2.17. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Sexto Bimestre) 448

2.18. Relatório de Gestão Fiscal (Terceiro Quadrimestre) 481

2.19. Demonstrativo dos Créditos Especiais e Extraordinários Abertos no Exercício de 2018 495

2.20. Cancelamentos de Despesas Liquidadas 520

2.21. Comparativo Mensal entre a Programação e a Execução Financeira de Desembolso

2.21.1 Consolidado Geral 526

2.21.2 Poder Executivo 542

2.21.3 Poder Judiciário 557

2.21.4 Poder Legislativo 559

SUMÁRIO

2.21.5 Ministério Público 560
2.22. Quadro de Pessoal Consolidado com a Quantidade e os Valores da Folha de Pagamento
2.22.1 Consolidado Geral 562
2.22.2 Poder Executivo 563
2.22.3 Poder Judiciário 564
2.22.4 Poder Legislativo 565
2.22.5 Ministério Público 567
2.23. Demonstrativo da Quantidade de Pessoal por Meio de Contratos de Terceirização de Serviços
2.23.1 Consolidado Geral 568
2.23.2 Poder Executivo 569
2.23.3 Poder Judiciário 571
2.23.4 Poder Legislativo 572
2.23.5 Ministério Público 574
2.24. Demonstrativo dos Benefícios Previdenciários de Regime Próprio de Previdência (RPPS)
2.24.1 Consolidado Geral 575
2.24.2 Poder Executivo 576
2.24.3 Poder Judiciário 577
2.24.4 Poder Legislativo 578
2.24.5 Ministério Público 580
2.25. Relatório do Desempenho da Arrecadação Tributária
2.25.1 Dívida Ativa do Estado 581
2.25.2 Ações de Recuperação de Créditos na Instância Judicial 584
2.25.3 Evolução do Montante dos Créditos Tributários Passíveis de Cobrança Administrativa 585
2.25.4 Indicação das Medidas Adotadas para a Recuperação de Créditos Administrativamente 586
2.25.5 Medidas Adotadas para Incremento das Receitas Tributárias e de Contribuições 587

SUMÁRIO

2.25.6 Providências Adotadas para o Combate à Evasão e à Sonegação de Tributos 589
2.25.7 Montante das Renúncias de Receitas Concedidas no Exercício 591
2.25.8 Créditos Baixados em Razão de Prescrição 600
2.26. Avaliação sobre o Cumprimento das Metas e Estratégias do PNE e do PEE 601
2.27. Pareceres
2.27.1 Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social – FUNDEB 627
2.27.2 Cumprimento do Disposto nos Artigos 170 e 171 da Constituição do Estado 682
2.28. Participação Acionária do Estado nas Estatais
2.28.1 Participações por Equivalência Patrimonial 686
2.28.2 Participações Societárias 687
2.29. Relatórios de Atividades do Órgão Central do Sistema de Controle Interno
2.29.1 Diretoria de Auditoria Geral 689
2.29.2 Diretoria de Contabilidade Geral 753
2.30. Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública 795

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

1. APRESENTAÇÃO

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

Nas próximas páginas, você é convidado a acompanhar o Balanço Geral do Estado de 2018, que apresenta a prestação de contas do Governador aos cidadãos catarinenses. No Balanço, demonstra-se o desempenho da gestão pública em suas principais áreas de atuação, como educação, saúde, segurança e infraestrutura, por meio de suas ações mais relevantes e de alguns indicadores de resultados. O propósito é divulgar informações qualitativas e quantitativas para auxiliar o entendimento e a análise pelo cidadão.

Por isso, ao lado das exigências legais, o Balanço Geral catarinense passou a ser um instrumento de transparência ativa e vem evoluindo para trazer aos seus usuários uma linguagem cada vez mais acessível e menos técnica, buscando transformar dados complexos em informações compreensíveis com o intuito de ampliar os canais de comunicação entre a população e o Governo catarinense. O resultado são relatórios mais focados em informações realmente relevantes sob o ponto de vista do cidadão/usuário das demonstrações contábeis e tomadores de decisão em geral. O objetivo principal é facilitar o acesso do cidadão às informações da gestão pública.

Originariamente, o Balanço Geral é um demonstrativo técnico, previsto no art. 71, inciso IX, da Constituição Estadual, que determina que o Governador do Estado deve prestar contas à Assembleia Legislativa no prazo de 60 dias após a abertura da sessão legislativa. Nesse caso, a Assembleia Legislativa atua como controle externo, exercendo o seu papel com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado. É um importante rito que legitima todo o sistema político de governantes eleitos democraticamente.

Nessa perspectiva, são observadas as disposições legais que tratam da matéria, tais como a Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado n° TC-20, de 31 de agosto de 2015, que disciplina a remessa de informações e de demonstrativos contábeis à Egrégia Corte.

A Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda é responsável pela organização e pela consolidação dos dados dos diversos órgãos e entidades da administração pública estadual. Por sua vez, os dados orçamentários, financeiros, patrimoniais e contábeis originam-se do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), o sistema oficial de planejamento e gestão fiscal do Estado. Já os dados não financeiros fornecem uma visão mais detalhada das ações e são obtidos a partir de diversos sistemas estaduais. As informações não financeiras são provenientes dos diversos órgãos e entidades, os quais detêm a responsabilidade pela consistência e veracidade dessas informações.

Perseguindo os propósitos de aperfeiçoamento contínuo e de melhora da qualidade das informações contábeis, a Diretoria de Contabilidade Geral tem realizado diversos esforços para convergir aos padrões internacionais de contabilidade do setor público. As normas vigentes no Brasil foram aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e, com esses novos padrões, as práticas contábeis adotadas até então estão sendo alteradas para uma mesma base conceitual, isto é, gerando uma uniformidade para aprimorar a comparação da situação econômico-financeira de várias entidades do setor público. De acordo com o plano de implantação definido pela Secretaria do Tesouro Nacional, órgão responsável pelas estratégias e pelos prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência, essa mudança deve continuar ao longo dos próximos anos.

O objetivo desse modelo é resgatar a essência da contabilidade aplicada ao setor público, ramo da ciência contábil com atenção especial ao seu objeto, o patrimônio público. O processo de convergência orienta para a modernização dos procedimentos contábeis, possibilitando a geração de informações úteis para o apoio à tomada de decisão e ao processo de prestação de contas e controle social.

No intuito de divulgar as informações da gestão pública em nível global, esta prestação de contas encontra-se disponível, na íntegra, no Portal da Transparência do Poder Executivo do Estado (www.transparencia.sc.gov.br).

Por fim, o Balanço Geral do Estado de 2018 está dividido em três volumes, além da mensagem apresentada pelo Governador na abertura da sessão legislativa:

Volume 1 - Relatório Contábil de Propósito Geral

O volume 1 remete ao Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG), um dos relatórios centrais de transparência da informação contábil do Estado de Santa Catarina que fornece informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios, a prestação de contas e a responsabilização (accountability). De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), em especial a NBC TSP Estrutura Conceitual, no RCPG consta, de forma consolidada, a execução dos orçamentos da administração direta, das autarquias, das fundações, dos fundos especiais e das empresas estatais dependentes, e demonstra os principais resultados alcançados no exercício tanto nas áreas administrativa, econômica, financeira e social quanto nas metas do planejamento orçamentário e fiscal, e no cumprimento de limites constitucionais e legais. Ao final, abrange também as demonstrações contábeis consolidadas que evidenciam os resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial (Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa e suas respectivas notas explicativas) e permite ainda a avaliação do desempenho do Estado no ano de 2018.

Volume 2 - Anexos do Balanço Geral do Estado

No volume 2, estão os anexos exigidos pela Lei Federal n° 4.320/64, observadas as alterações posteriores e as demais normas legais e regulamentares pertinentes em vigor, assim como os demonstrativos exigidos pela Instrução Normativa n° TC-20/2015, os relatórios dos núcleos técnicos do sistema de controle interno do Poder Executivo e o relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública.

Volume 3 - Relatório de Atividades do Poder Executivo

No Volume 3, são apresentados os resultados mais relevantes nas áreas da ação governamental, o que possibilita o acompanhamento físico e financeiro dos programas de governo bem como das ações priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Boa leitura!

2. ANEXOS

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	25.949.717.613,00	25.949.717.613,00	25.459.492.593,71	(490.225.019,29)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.130.099.135,00	16.130.099.135,00	16.322.199.042,52	192.099.907,52
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.472.847.922,00	2.472.847.922,00	2.533.241.158,91	60.393.236,91
RECEITA PATRIMONIAL	565.594.352,00	565.594.352,00	409.580.143,01	(156.014.208,99)
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.098.700,00	1.098.700,00	1.413.716,60	315.016,60
RECEITA INDUSTRIAL	33.906,00	33.906,00	21.913,30	(11.992,70)
RECEITA DE SERVIÇOS	1.116.933.823,00	1.116.933.823,00	865.877.761,96	(251.056.061,04)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.186.098.079,00	5.186.098.079,00	4.782.529.969,04	(403.568.109,96)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	477.011.696,00	477.011.696,00	544.628.888,37	67.617.192,37
RECEITAS DE CAPITAL (II)	479.694.518,00	479.694.518,00	296.669.087,00	(183.025.431,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	350.318.593,00	350.318.593,00	189.717.750,00	(160.600.843,00)
ALIENAÇÃO DE BENS	57.229.491,00	57.229.491,00	29.352.965,21	(27.876.525,79)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	30.148.538,00	30.148.538,00	31.743.949,63	1.595.411,63
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	35.997.896,00	35.997.896,00	36.000.422,16	2.526,16
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	6.000.000,00	6.000.000,00	9.854.000,00	3.854.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	26.429.412.131,00	26.429.412.131,00	25.756.161.680,71	(673.250.450,29)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	26.429.412.131,00	26.429.412.131,00	25.756.161.680,71	(673.250.450,29)
DEFICIT (VI)			1.186.884.710,79	
TOTAL (VII) = (V + VI)	26.429.412.131,00	26.429.412.131,00	26.943.046.391,50	(673.250.450,29)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
Superavit Financeiro		3.052.987.540,95	2.175.653.990,07	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**24.560.783.931,00**	**26.642.955.646,83**	**24.602.224.909,70**	**24.224.708.348,48**	**23.858.931.495,49**	**2.040.730.737,13**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.783.841.298,00	16.827.077.552,05	16.333.072.387,43	16.323.975.860,26	16.299.092.331,09	494.005.164,62
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	382.201.007,00	1.066.799.824,19	982.947.012,87	982.947.012,87	982.947.012,87	83.852.811,32
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.394.741.626,00	8.749.078.270,59	7.286.205.509,40	6.917.785.475,35	6.576.892.151,53	1.462.872.761,19
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	**1.867.628.200,00**	**3.565.490.154,36**	**2.340.821.481,80**	**2.202.869.178,50**	**2.194.360.346,90**	**1.224.668.672,56**
INVESTIMENTOS	1.246.203.353,00	2.598.723.015,48	1.446.676.130,73	1.309.307.380,27	1.300.798.548,67	1.152.046.884,75
INVERSÕES FINANCEIRAS	53.231.570,00	87.625.784,83	85.630.166,35	85.046.613,51	85.046.613,51	1.995.618,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	568.193.277,00	879.141.354,05	808.515.184,72	808.515.184,72	808.515.184,72	70.626.169,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	**1.000.000,00**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	**26.429.412.131,00**	**30.208.445.801,19**	**26.943.046.391,50**	**26.427.577.526,98**	**26.053.291.842,39**	**3.265.399.409,69**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	**26.429.412.131,00**	**30.208.445.801,19**	**26.943.046.391,50**	**26.427.577.526,98**	**26.053.291.842,39**	**3.265.399.409,69**
SUPERAVIT (XIV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	**26.429.412.131,00**	**30.208.445.801,19**	**26.943.046.391,50**	**26.427.577.526,98**	**26.053.291.842,39**	**3.265.399.409,69**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES	**-**	**445.813.548,18**	**244.921.634,10**	**244.901.414,57**	**200.891.914,08**	**-**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	3.388.707,55	2.665.779,47	2.665.779,47	722.928,08	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	120,13	-	-	120,13	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	442.424.720,50	242.255.854,63	242.235.635,10	200.168.865,87	-
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**228.079.810,31**	**101.377.134,94**	**101.376.953,41**	**126.702.675,37**	**-**
INVESTIMENTOS	-	228.010.827,30	101.308.152,03	101.307.970,50	126.702.675,27	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	68.983,01	68.982,91	68.982,91	0,10	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**-**	**673.893.358,49**	**346.298.769,04**	**346.278.367,98**	**327.594.589,45**	**-**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (b)	(c)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	**-**	**373.382.145,85**	**245.197.940,59**	**669.940,59**	**127.514.264,67**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	77.963.159,86	77.761.340,03	-	201.819,83
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	27.181.975,85	27.181.975,85	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	268.237.010,14	140.254.624,71	669.940,59	127.312.444,84
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**31.175.137,17**	**30.455.696,20**	**361.701,00**	**357.739,97**
INVESTIMENTOS	-	19.237.251,38	18.597.810,41	281.701,00	357.739,97
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	797.116,00	717.116,00	80.000,00	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	11.140.769,79	11.140.769,79	-	-
TOTAL	**-**	**404.557.283,02**	**275.653.636,79**	**1.031.641,59**	**127.872.004,64**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	25.477.176.955,00	25.477.176.955,00	24.972.654.612,82	(504.522.342,18)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	15.823.940.885,00	15.823.940.885,00	16.029.659.212,97	205.718.327,97
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.472.847.922,00	2.472.847.922,00	2.533.241.158,91	60.393.236,91
RECEITA PATRIMONIAL	422.807.498,00	422.807.498,00	259.777.547,07	(163.029.950,93)
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.098.700,00	1.098.700,00	1.413.716,60	315.016,60
RECEITA INDUSTRIAL	33.906,00	33.906,00	21.913,30	(11.992,70)
RECEITA DE SERVIÇOS	1.116.833.823,00	1.116.833.823,00	865.848.989,01	(250.984.833,99)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.185.201.141,00	5.185.201.141,00	4.782.529.969,04	(402.671.171,96)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	454.413.080,00	454.413.080,00	500.162.105,92	45.749.025,92
RECEITAS DE CAPITAL (II)	479.694.518,00	479.694.518,00	295.922.784,80	(183.771.733,20)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	350.318.593,00	350.318.593,00	189.717.750,00	(160.600.843,00)
ALIENAÇÃO DE BENS	57.229.491,00	57.229.491,00	28.606.663,01	(28.622.827,99)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	30.148.538,00	30.148.538,00	31.743.949,63	1.595.411,63
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	35.997.896,00	35.997.896,00	36.000.422,16	2.526,16
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	6.000.000,00	6.000.000,00	9.854.000,00	3.854.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	25.956.871.473,00	25.956.871.473,00	25.268.577.397,62	(688.294.075,38)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	25.956.871.473,00	25.956.871.473,00	25.268.577.397,62	(688.294.075,38)
DEFICIT (VI)			-	
TOTAL (VII) = (V + VI)	25.956.871.473,00	25.956.871.473,00	25.268.577.397,62	(688.294.075,38)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
Superavit Financeiro		2.242.283.274,62	1.535.001.206,58	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**20.949.084.200,00**	**22.291.092.163,37**	**20.592.334.379,57**	**20.276.947.420,33**	**19.911.615.524,15**	**1.698.757.783,80**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.510.334.947,00	13.793.958.061,92	13.409.814.784,05	13.404.818.202,18	13.380.360.440,84	384.143.277,87
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	382.201.007,00	1.066.799.824,19	982.947.012,87	982.947.012,87	982.947.012,87	83.852.811,32
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.056.548.246,00	7.430.334.277,26	6.199.572.582,65	5.889.182.205,28	5.548.308.070,44	1.230.761.694,61
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	**1.724.628.566,00**	**3.323.836.525,17**	**2.213.367.815,34**	**2.085.902.647,12**	**2.077.393.815,52**	**1.110.468.709,83**
INVESTIMENTOS	1.116.211.602,00	2.413.577.269,29	1.374.222.464,27	1.247.340.848,89	1.238.832.017,29	1.039.354.805,02
INVERSÕES FINANCEIRAS	40.223.687,00	31.117.901,83	30.630.166,35	30.046.613,51	30.046.613,51	487.735,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	568.193.277,00	879.141.354,05	808.515.184,72	808.515.184,72	808.515.184,72	70.626.169,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	**1.000.000,00**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	**22.674.712.766,00**	**25.614.928.688,54**	**22.805.702.194,91**	**22.362.850.067,45**	**21.989.009.339,67**	**2.809.226.493,63**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XIV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	**22.674.712.766,00**	**25.614.928.688,54**	**22.805.702.194,91**	**22.362.850.067,45**	**21.989.009.339,67**	**2.809.226.493,63**
SUPERAVIT (XIV)	**-**	**-**	**2.462.875.202,71**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	**22.674.712.766,00**	**25.614.928.688,54**	**25.268.577.397,62**	**22.362.850.067,45**	**21.989.009.339,67**	**2.809.226.493,63**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES	**-**	**391.167.590,98**	**218.381.412,23**	**218.364.314,13**	**172.786.178,75**	**-**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	3.020.774,37	2.439.700,90	2.439.700,90	581.073,47	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	120,13	-	-	120,13	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	388.146.696,48	215.941.711,33	215.924.613,23	172.204.985,15	-
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**215.765.872,46**	**95.190.179,71**	**95.189.998,18**	**120.575.692,75**	**-**
INVESTIMENTOS	-	215.696.889,45	95.121.196,80	95.121.015,27	120.575.692,65	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	68.983,01	68.982,91	68.982,91	0,10	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**-**	**606.933.463,44**	**313.571.591,94**	**313.554.312,31**	**293.361.871,50**	**-**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (b)	(c)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	**-**	**313.506.574,73**	**185.340.884,86**	**669.940,59**	**127.495.749,28**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	21.209.754,81	21.007.934,98	-	201.819,83
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	27.181.975,85	27.181.975,85	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	265.114.844,07	137.150.974,03	669.940,59	127.293.929,45
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**31.175.137,17**	**30.455.696,20**	**361.701,00**	**357.739,97**
INVESTIMENTOS	-	19.237.251,38	18.597.810,41	281.701,00	357.739,97
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	797.116,00	717.116,00	80.000,00	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	11.140.769,79	11.140.769,79	-	-
TOTAL	**-**	**344.681.711,90**	**215.796.581,06**	**1.031.641,59**	**127.853.489,25**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2018	Janeiro a Dezembro/2017
Receita Orçamentária (I)	**25.756.161.680,71**	**25.373.785.843,17**
Ordinária	**17.737.510.042,87**	**16.761.666.046,37**
Vinculada	**8.018.651.637,84**	**8.612.119.796,80**
Recursos Vinculados à Educação	2.697.823.487,21	2.604.624.792,14
Recursos Vinculados à Saúde	487.141.105,36	523.050.717,33
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.610.437.647,63	2.366.090.613,49
Recursos Vinculados à Assistência Social	391.452.588,74	276.318.143,97
Recursos Vinculados à Segurança Pública	784.798.447,41	641.755.104,73
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	113.346.806,44	110.741.967,46
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	21.329.465,36	31.581.257,78
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	42.657.937,95	50.027.957,91
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	2.872.229,67	5.034.342,04
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	29.352.965,21	4.521.589,06
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	256.730.438,64	1.168.039.723,70
Outras Vinculações de Recursos	580.708.518,22	830.333.587,19
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**75.229.683.496,72**	**69.141.012.975,36**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	19.442.347.522,27	18.766.841.454,61
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	52.006.466.218,63	46.765.485.580,78
Transferências Recebidas Aportes RPPS	3.780.869.755,82	3.608.685.939,97
Recebimentos Extraorçamentários (III)	**19.869.477.089,66**	**17.031.532.248,41**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	515.468.864,52	673.893.358,49
Inscrição de Restos a Pagar Processados	374.285.684,59	404.557.283,02
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	15.212.854.098,20	13.342.856.242,08
Aplicações do RPPS	3.765.241.856,44	2.610.199.070,55
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.626.585,91	26.294,27
Saldo do Exercício Anterior (IV)	**9.614.016.030,30**	**9.217.933.234,58**
Caixa e Equivalente de Caixa	9.614.016.030,30	9.217.933.234,58
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	**130.469.338.297,39**	**120.764.264.301,52**

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2018	Janeiro a Dezembro/2017
Despesa Orçamentária (VI)	**26.943.046.391,50**	**25.595.103.379,18**
Ordinária	**18.041.396.005,13**	**17.317.741.878,85**
Vinculada	**8.901.650.386,37**	**8.277.361.500,33**
Recursos Vinculados à Educação	2.714.240.744,30	2.523.765.453,36
Recursos Vinculados à Saúde	484.683.672,46	507.456.216,22
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.539.444.984,30	2.319.886.675,61
Recursos Vinculados à Assistência Social	376.115.875,26	294.555.029,84
Recursos Vinculados à Segurança Pública	807.627.149,98	657.409.312,25
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	115.459.666,42	118.659.869,81
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	19.731.836,13	27.581.732,26
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	60.594.347,40	38.617.550,79
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	4.444.714,50	3.798.904,82
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	24.483.485,63	3.619.876,65
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	868.659.792,01	1.316.033.020,05
Outras Vinculações de Recursos	886.164.117,98	465.977.858,67
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	**75.229.683.496,72**	**69.141.012.975,36**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	19.442.347.522,27	18.766.841.454,61
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	52.006.466.218,63	46.765.485.580,78
Transferências Concedidas Aportes RPPS	3.780.869.755,82	3.608.685.939,97
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	**19.623.196.908,26**	**16.414.131.916,68**
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	346.278.367,98	289.859.431,02
Pagamento de Restos a Pagar Processados	275.653.636,79	156.613.683,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	15.049.520.084,77	13.294.273.356,38
Restos a Pagar - Retenções a Pagar	33.393,49	56.501,49
Aplicações do RPPS	3.835.960.581,30	2.673.328.944,48
Perdas Aplicação Financeira RPPS	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	115.750.843,93	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	**8.673.411.500,91**	**9.614.016.030,30**
Caixa e Equivalente de Caixa	8.673.411.500,91	9.614.016.030,30
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	**130.469.338.297,39**	**120.764.264.301,52**

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2018			JANEIRO a DEZEMBRO/2017		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	**27.705.212.069,62**	**9.967.702.026,75**	**17.737.510.042,87**	**25.866.879.457,55**	**9.105.213.411,18**	**16.761.666.046,37**
Vinculada	**8.231.246.137,00**	**212.594.499,16**	**8.018.651.637,84**	**8.829.893.363,23**	**217.773.566,43**	**8.612.119.796,80**
Recursos Vinculados à Educação	2.698.031.082,82	207.595,61	2.697.823.487,21	2.604.631.883,94	7.091,80	2.604.624.792,14
Recursos Vinculados à Saúde	487.216.433,70	75.328,34	487.141.105,36	523.182.717,33	132.000,00	523.050.717,33
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.614.127.589,26	3.689.941,63	2.610.437.647,63	2.368.206.755,54	2.116.142,05	2.366.090.613,49
Recursos Vinculados à Assistência Social	500.940.176,92	109.487.588,18	391.452.588,74	384.367.496,47	108.049.352,50	276.318.143,97
Recursos Vinculados à Segurança Pública	784.871.635,63	73.188,22	784.798.447,41	641.795.096,05	39.991,32	641.755.104,73
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	188.517.859,83	75.171.053,39	113.346.806,44	183.870.928,99	73.128.961,53	110.741.967,46
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	21.329.465,36	-	21.329.465,36	31.581.257,78	-	31.581.257,78
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	55.429.343,59	12.771.405,64	42.657.937,95	65.741.991,27	15.714.033,36	50.027.957,91
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	2.872.229,68	0,01	2.872.229,67	5.038.735,16	4.393,12	5.034.342,04
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	29.352.965,21	-	29.352.965,21	4.530.789,06	9.200,00	4.521.589,06
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	256.730.438,64	-	256.730.438,64	1.169.024.733,38	985.009,68	1.168.039.723,70
Outras Vinculações de Recursos	591.826.916,36	11.118.398,14	580.708.518,22	847.920.978,26	17.587.391,07	830.333.587,19
TOTAL	**35.936.458.206,62**	**10.180.296.525,91**	**25.756.161.680,71**	**34.696.772.820,78**	**9.322.986.977,61**	**25.373.785.843,17**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - Conforme quadro abaixo, ocorreram alterações na classificação das Fontes de Recursos - FRs, no SIGEF, do exercício de 2017 para o exercício de 2018.
As alterações efetuadas no cadastro das FRs no exercício de 2018 não têm impacto nas demonstrações do exercício de 2017, ou seja, a classificação da fonte de recursos permanece inalterada no cadastro do SIGEF 2017, sendo alterada apenas no cadastro no SIGEF de 2018.

Alterações nas classificações das Fontes de Recursos no SIGEF:

2017		2018	
Código	Classificação	Código	Classificação
0.1.19.000024	Ordinária	0.1.19.000024	Recursos Vinculados à Saúde
0.1.19.000026	Ordinária	0.1.19.000026	Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes
0.3.19.000018	Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	0.3.19.000018	Outras Vinculações de Recursos
0.3.19.000019	Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	0.3.19.000019	Outras Vinculações de Recursos
0.3.19.000020	Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	0.3.19.000020	Outras Vinculações de Recursos
0.3.19.000021	Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	0.3.19.000021	Outras Vinculações de Recursos
0.3.19.000022	Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	0.3.19.000022	Outras Vinculações de Recursos
0.3.19.000023	Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	0.3.19.000023	Outras Vinculações de Recursos
0.3.91.000001	Outras Vinculações de Recursos	0.3.91.000001	Recursos Vinculados às Operações de Crédito
2.3.85.000008	Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	2.3.85.000008	Recursos Vinculados às Operações de Crédito
4.3.85.000008	Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	4.3.85.000008	Recursos Vinculados às Operações de Crédito

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO FINANCEIRO - PODER EXECUTIVO
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2018	Janeiro a Dezembro/2017
Receita Orçamentária (I)	**25.268.577.397,62**	**25.053.732.899,56**
Ordinária	**17.543.919.460,05**	**16.442.166.287,31**
Vinculada	**7.724.657.937,57**	**8.611.566.612,25**
Recursos Vinculados à Educação	2.697.823.487,21	2.604.624.792,14
Recursos Vinculados à Saúde	487.141.105,36	523.050.717,33
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.610.437.647,63	2.366.090.613,49
Recursos Vinculados à Assistência Social	391.452.588,74	276.318.143,97
Recursos Vinculados à Segurança Pública	784.798.447,41	641.755.104,73
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	113.346.806,44	110.741.967,46
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	21.329.465,36	31.581.257,78
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	42.657.937,95	50.027.957,91
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	2.872.229,67	5.034.342,04
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	28.606.663,01	4.521.589,06
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	256.730.438,64	1.168.039.723,70
Outras Vinculações de Recursos	287.461.120,15	829.780.402,64
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**71.099.890.520,08**	**64.608.200.197,55**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	15.499.075.579,42	14.499.166.641,64
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	51.819.945.184,84	46.500.347.615,94
Transferências Recebidas Aportes RPPS	3.780.869.755,82	3.608.685.939,97
Recebimentos Extraorçamentários (III)	**14.770.612.097,23**	**12.771.143.316,07**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	442.852.127,46	606.933.463,44
Inscrição de Restos a Pagar Processados	373.840.727,78	344.681.711,90
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.187.050.799,64	9.209.302.775,91
Aplicações do RPPS	3.765.241.856,44	2.610.199.070,55
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.626.585,91	26.294,27
Saldo do Exercício Anterior (IV)	**3.092.077.889,80**	**3.024.680.456,99**
Caixa e Equivalente de Caixa	3.092.077.889,80	3.024.680.456,99
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	**114.231.157.904,73**	**105.457.756.870,17**

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO FINANCEIRO - PODER EXECUTIVO
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2018	Janeiro a Dezembro/2017
Despesa Orçamentária (VI)	**22.805.702.194,91**	**21.614.147.288,52**
Ordinária	**14.633.562.798,49**	**13.857.820.588,76**
Vinculada	**8.172.139.396,42**	**7.756.326.699,76**
Recursos Vinculados à Educação	2.714.240.744,30	2.523.765.453,36
Recursos Vinculados à Saúde	484.683.672,46	507.456.216,22
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.218.785.205,29	2.033.689.007,33
Recursos Vinculados à Assistência Social	346.606.532,56	260.592.820,04
Recursos Vinculados à Segurança Pública	807.627.149,98	657.409.312,25
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	96.002.878,93	99.122.780,83
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	19.731.836,13	27.581.732,26
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	60.594.347,40	38.617.550,79
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	4.444.714,50	3.798.904,82
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	24.483.485,63	3.619.876,65
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	868.659.792,01	1.316.033.020,05
Outras Vinculações de Recursos	526.279.037,23	284.640.025,16
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	**74.568.443.987,03**	**68.534.733.013,68**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	19.174.669.904,17	18.618.951.661,63
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	51.819.945.184,84	46.500.347.615,94
Transferências Concedidas Aportes RPPS	3.573.828.898,02	3.415.433.736,11
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	**14.790.613.061,91**	**12.216.798.678,17**
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	313.554.312,31	254.076.723,35
Pagamento de Restos a Pagar Processados	215.796.581,06	156.275.746,65
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.309.520.471,25	9.133.116.487,97
Restos a Pagar - Retenções a Pagar	30.272,06	775,72
Aplicações do RPPS	3.835.960.581,30	2.673.328.944,48
Perdas Aplicação Financeira RPPS	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	115.750.843,93	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	**2.066.398.660,88**	**3.092.077.889,80**
Caixa e Equivalente de Caixa	2.066.398.660,88	3.092.077.889,80
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	**114.231.157.904,73**	**105.457.756.870,17**

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO FINANCEIRO - PODER EXECUTIVO
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2018			JANEIRO a DEZEMBRO/2017		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	**27.511.610.489,51**	**9.967.691.029,46**	**17.543.919.460,05**	**25.544.813.564,44**	**9.102.647.277,13**	**16.442.166.287,31**
Vinculada	**7.935.973.483,38**	**211.315.545,81**	**7.724.657.937,57**	**8.829.340.178,68**	**217.773.566,43**	**8.611.566.612,25**
Recursos Vinculados à Educação	2.698.031.082,82	207.595,61	2.697.823.487,21	2.604.631.883,94	7.091,80	2.604.624.792,14
Recursos Vinculados à Saúde	487.216.433,70	75.328,34	487.141.105,36	523.182.717,33	132.000,00	523.050.717,33
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.614.127.589,26	3.689.941,63	2.610.437.647,63	2.368.206.755,54	2.116.142,05	2.366.090.613,49
Recursos Vinculados à Assistência Social	500.940.176,92	109.487.588,18	391.452.588,74	384.367.496,47	108.049.352,50	276.318.143,97
Recursos Vinculados à Segurança Pública	784.871.635,63	73.188,22	784.798.447,41	641.795.096,05	39.991,32	641.755.104,73
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	188.517.859,83	75.171.053,39	113.346.806,44	183.870.928,99	73.128.961,53	110.741.967,46
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	21.329.465,36	-	21.329.465,36	31.581.257,78	-	31.581.257,78
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	55.429.343,59	12.771.405,64	42.657.937,95	65.741.991,27	15.714.033,36	50.027.957,91
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	2.872.229,68	0,01	2.872.229,67	5.038.735,16	4.393,12	5.034.342,04
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	28.606.663,01	-	28.606.663,01	4.530.789,06	9.200,00	4.521.589,06
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	256.730.438,64	-	256.730.438,64	1.169.024.733,38	985.009,68	1.168.039.723,70
Outras Vinculações de Recursos	297.300.564,94	9.839.444,79	287.461.120,15	847.367.793,71	17.587.391,07	829.780.402,64
TOTAL	**35.447.583.972,89**	**10.179.006.575,27**	**25.268.577.397,62**	**34.374.153.743,12**	**9.320.420.843,56**	**25.053.732.899,56**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO FINANCEIRO - PODER EXECUTIVO
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - Conforme quadro abaixo, ocorreram alterações na classificação das Fontes de Recursos - FRs, no SIGEF, do exercício de 2017 para o exercício de 2018.
As alterações efetuadas no cadastro das FRs no exercício de 2018 não têm impacto nas demonstrações do exercício de 2017, ou seja, a classificação da fonte de recursos permanece inalterada no cadastro do SIGEF 2017, sendo alterada apenas no cadastro no SIGEF de 2018.

Alterações nas classificações das Fontes de Recursos no SIGEF:

2017		2018	
Código	Classificação	Código	Classificação
0.1.19.000024	Ordinária	0.1.19.000024	Recursos Vinculados à Saúde
0.1.19.000026	Ordinária	0.1.19.000026	Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes
0.3.19.000018	Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	0.3.19.000018	Outras Vinculações de Recursos
0.3.19.000019	Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	0.3.19.000019	Outras Vinculações de Recursos
0.3.19.000020	Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	0.3.19.000020	Outras Vinculações de Recursos
0.3.19.000021	Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	0.3.19.000021	Outras Vinculações de Recursos
0.3.19.000022	Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	0.3.19.000022	Outras Vinculações de Recursos
0.3.19.000023	Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	0.3.19.000023	Outras Vinculações de Recursos
0.3.91.000001	Outras Vinculações de Recursos	0.3.91.000001	Recursos Vinculados às Operações de Crédito
2.3.85.000008	Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	2.3.85.000008	Recursos Vinculados às Operações de Crédito
4.3.85.000008	Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	4.3.85.000008	Recursos Vinculados às Operações de Crédito

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.119.503.321,39	11.845.330.452,25
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	10.119.503.321,39	11.845.330.452,25
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	8.673.411.500,91	9.614.016.030,30
Conta Única - Tesouro	301.345,32	805.817,19
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	13.704.960,38	34.260.310,99
Rede Bancária - Arrecadação	18.304.599,67	17.550.409,12
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	8.641.100.595,54	9.561.399.493,00
Conta Única - RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Intra OFSS	1.446.091.820,48	2.231.314.421,95
Recursos Liberados pelo Tesouro	1.446.091.820,48	2.231.314.421,95
Créditos a Curto Prazo	2.524.627.142,75	1.710.717.880,13
Créditos Tributários a Receber	2.064.072.608,80	1.178.227.891,86
Créditos Tributários a Receber - Consolidação	2.063.797.113,52	1.177.952.396,58
Impostos	1.465.694.788,53	606.812.495,27
Taxas	34.152.285,67	-
Contribuições Sociais	17.550.654,54	11.622.882,32
Créditos Tributários Parcelados	546.399.384,78	559.517.018,99
Créditos Tributários a Receber -Inter OFSS - Município	275.495,28	275.495,28
=Créditos Previdenciários Parcelados	275.495,28	275.495,28
Clientes	117.885.524,25	86.015.120,83
Clientes - Consolidação	117.885.524,25	86.015.120,83
Faturas/Duplicatas a Receber	117.776.270,08	85.905.866,66
=Faturas/Duplicatas a Receber Vencidas	109.254,17	109.254,17
Créditos de Transferências a Receber	72.464.568,77	102.510.038,63
Créditos de Transferências a Receber - Intra	72.464.568,77	102.510.038,63
=Créditos Decorrentes da Participação nas Receitas do Estado - RLD (F)	69.883.058,78	102.510.038,63
=Créditos Decorrentes da Participação nas Receitas do FRJ (F)	2.581.509,99	-

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	75.587.621,56	67.532.857,61
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	33.812.188,24	25.757.424,29
Financiamentos Concedidos a Receber	33.812.188,24	25.757.424,29
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Intra OFSS	41.775.433,32	41.775.433,32
Financiamentos Concedidos a Receber	41.775.433,32	41.775.433,32
Dívida Ativa Tributária	469.867.828,61	444.613.955,29
Dívida Ativa Tributária - Consolidação	469.867.828,61	444.613.955,29
Dívida Ativa Tributária Inscrita	469.867.828,61	444.613.955,29
Dívida Ativa Não Tributária	33.306.972,90	2.397.686,59
Dívida Ativa Não Tributária - Consolidação	33.306.972,90	2.397.686,59
Dívida Ativa Não Tributária	33.306.972,90	2.397.686,59
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(308.557.982,14)	(170.579.670,68)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo-Consolidação	(308.557.982,14)	(170.579.670,68)
*(-) Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber	(30.837.797,90)	-
*(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(1.333.301,76)	(30.252.020,68)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(14.076.479,56)	(14.282.726,41)
(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Tributária	(246.256.787,89)	(123.779.212,46)
*(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	(16.053.615,03)	(2.265.711,13)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.624.064.913,83	2.677.370.013,88
Adiantamentos Concedidos	2.191.090.009,09	2.228.465.413,00
Adiantamentos Concedidos - Consolidação	1.912.676.498,20	1.865.026.561,17
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	16.348.592,19	11.171.580,48
=Suprimento de Fundos/Diárias	9.200.858,52	12.548.495,22
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	1.887.127.047,49	1.841.306.485,47
Adiantamentos Concedidos - Intra OFSS	260.529.385,34	363.438.851,83
Adiantamento para Pagamento de Precatórios Regime Especial	260.529.385,34	363.438.851,83
Adiantamentos Concedidos - Inter Município OFSS	17.884.125,55	-
Adiantamentos Transferências Constitucionais ou Legais	17.884.125,55	-

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Tributos a Recuperar / Compensar	8.322.785,05	5.974.137,38
Tributos a Recuperar/Compensar - Consolidação	763,20	763,20
ICMS a Recuperar/ Compensar	763,20	763,20
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS União	8.125.768,97	5.805.704,49
IRRF a Compensar	1.291.328,92	3.325.859,96
IR e CSLL a Recuperar / Compensar	5.375.894,90	1.424.340,18
INSS a Compensar	600.594,12	471.255,87
COFINS a Compensar	692.095,33	501.981,31
PIS/PASEP a Compensar	145.589,05	57.800,52
Outros Tributos a Recuperar / Compensar	20.266,65	24.466,65
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS Municípios	196.252,88	167.669,69
ISS a Compensar	196.252,88	167.669,69
Créditos por Danos ao Patrimônio	179.389.394,36	197.454.124,81
Créditos por Danos ao Patrimônio-Consolidação	179.389.394,36	197.454.124,81
Créditos por Danos ao Patrimônio Provenientes de Créditos Administrativos	95.671.857,87	104.460.090,25
Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Tomada de Contas Especial (TCE)	83.620.479,30	92.979.367,92
=Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Processos Judiciais	97.057,19	14.666,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	107.846.951,56	173.751.373,26
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados-Consolidação	107.846.951,56	173.751.373,26
=Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções	33.900,00	33.900,00
=Valores Apreendidos por Decisão Judicial - Fontes Orçamentárias	107.813.051,56	173.717.473,26
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	653.207.327,53	517.070.036,66
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo -Consolidação	644.429.959,22	512.687.988,70
=Aluguéis a Receber	1.286.897,28	1.237.956,79
=Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	513.747.424,97	448.323.694,04
=Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais	58.498,00	66.610,21
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	1.661.309,25	1.825.250,55
=Créditos a Receber Decorrentes de Alienação de Bens Móveis e Imóveis	3.220.489,37	-

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
=Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	11.177,76	-
=Dividendos Propostos a Receber	14.155.684,08	4.900.522,87
=Cheques em Cobrança	78.434,94	78.434,94
=Multas de Trânsito a Receber	14.877.684,47	17.537.230,08
Contribuição do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	22.477.940,75	26.885,70
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	40.462.348,88	30.692.862,47
Ajuste dos Créditos a Receber	3.740.635,92	4.900.223,88
=Créditos a Receber Decorrentes de Compensação Brasil Telecom	23.537,45	23.537,45
=Créditos a Receber Decorrentes de Danos Causados ao Patrimônio Público	-	1.592.474,92
Créditos a Receber Decorrentes Ressarcimentos/Rateios de Despesas	1.262.889,86	1.128.256,19
=Créditos a Receber decorrentes de Compensação Ambiental	789.570,51	-
=Juros sobre o Capital Próprio a Receber	646.908,10	-
=Créditos a Receber de Empresas Estatais	18.000.000,00	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	7.928.527,63	354.048,61
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS	6.689.642,88	2.596.011,50
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	222.120,20	302.092,06
Contribuição Patronal do Plano de Saúde dos Servidores	2.465.049,36	2.293.919,44
Créditos a Receber Decorrentes Ressarcimentos/Rateios de Despesas	4.002.473,32	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS Município	2.087.725,43	1.786.036,46
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	503.838,38	182.468,69
=Créditos a Receber Decorrentes de Cessão de Uso de Áreas Públicas	1.583.887,05	1.603.567,77
(-) Ajuste de Perdas com Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	(515.791.553,76)	(445.345.071,23)
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo -Consolidação	(515.791.553,76)	(445.345.071,23)
(-) Ajuste de Perdas em Créditos por Danos ao Patrimônio	(2.624.018,19)	(14.840,32)
(-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	(513.167.535,57)	(445.330.230,91)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	471.140.406,09	400.395.969,03
Títulos e Valores Mobiliários	471.140.406,09	400.395.969,03
Títulos e Valores Mobiliários-Consolidação	471.140.406,09	400.395.969,03

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
=Ações Passíveis de Alienação	159.568,41	133.856,21
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	459.122.169,63	382.064.255,46
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	11.858.668,05	18.197.857,36
Estoques	203.178.243,06	202.835.677,05
Mercadorias para Revenda	1.096.912,97	973.632,33
Mercadorias para Revenda - Consolidação	1.096.912,97	973.632,33
Mercadorias - Estoques Programas Próprios	1.076.576,32	953.295,68
Mercadorias em Armazéns de Terceiros para Revenda	20.336,65	20.336,65
Matérias-Primas	2.379,75	632.529,88
Matérias-Primas - Consolidação	2.379,75	632.529,88
Matérias-Primas - Armazéns Próprios	2.379,75	632.529,88
Almoxarifado	181.059.521,67	181.823.850,71
Almoxarifado - Consolidação	181.059.521,67	181.823.850,71
=Material de Consumo	155.630.974,17	137.363.468,22
Bens Móveis	23.725.605,30	44.460.382,49
=Material de Construção	1.702.942,20	-
Outros Estoques	21.020.000,62	19.406.236,08
Outros Estoques - Consolidação	21.020.000,62	19.406.236,08
Estoques para Doação e/ou Permuta	4.634.845,18	3.058.742,82
Construções Civis	16.047.223,26	16.347.493,26
Estoques para Leilão	337.932,18	-
(-) Ajuste de Perdas de Estoques	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas de Estoques - Consolidação	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas em Estoques	(571,95)	(571,95)
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	10.539.356,91	10.558.497,65
Prêmios de Seguros a Apropriar	5.883.288,30	5.761.180,11
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	5.883.288,30	5.761.180,11
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	5.883.288,30	5.761.180,11

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	3.145.141,79	2.726.387,84
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	3.145.141,79	2.726.387,84
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	3.145.141,79	2.726.387,84
Demais VPD a Apropriar	1.510.926,82	2.070.929,70
Demais VPD a Apropriar - Consolidação	1.510.926,82	2.070.929,70
=Outras VPD a Apropriar	1.510.926,82	2.070.929,70
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**15.953.053.384,03**	**16.847.208.489,99**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.109.635.665,03	3.245.902.427,45
Créditos a Longo Prazo	1.468.254.292,37	2.660.707.734,77
Créditos a Longo Prazo - Consolidação	1.467.205.754,16	2.659.383.701,28
Créditos Tributários a Receber	1.265.873.188,46	2.383.145.911,10
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	178.015.123,51	259.416.186,87
Dívida Ativa Tributária	16.006.942.630,29	14.386.824.584,71
Dívida Ativa Não Tributária	449.202.928,08	428.735.449,82
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(16.432.828.116,18)	(14.798.738.431,22)
Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	1.048.538,21	1.324.033,49
Dívida Ativa Tributária	1.048.538,21	1.324.033,49
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	371.746.891,60	315.560.211,62
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Consolidação	371.746.891,60	315.560.211,62
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	185.812.214,84	122.155.599,03
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	190.868.967,00	193.636.774,16
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	(4.934.290,24)	(232.161,57)
Estoques	1.272,38	1.272,38
Estoques - Consolidação	1.272,38	1.272,38
Outros Estoques	1.272,38	1.272,38
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	269.633.208,68	269.633.208,68
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Consolidação	269.633.208,68	269.633.208,68

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Demais VPD a Apropriar	269.633.208,68	269.633.208,68
Investimentos	3.502.346.789,71	3.437.682.101,17
Participações Permanentes	3.450.917.760,74	3.395.871.219,32
Participações Permanentes - Consolidação	3.427.585.825,05	3.390.160.560,74
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	3.427.247.516,80	3.389.797.199,67
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	338.308,25	363.361,07
Participações Permanentes - Intra OFSS	23.331.935,69	5.710.658,58
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	23.326.735,69	5.705.458,58
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	5.200,00	5.200,00
Propriedades para Investimento	51.429.028,97	41.810.881,77
Propriedades para Investimento - Consolidação	51.429.028,97	41.810.881,77
Edifícios	23.224.002,92	13.332.296,77
Terrenos	28.205.026,05	28.478.585,00
Demais Investimentos Permanentes	-	0,08
Demais Investimentos Permanentes - Consolidação	-	0,08
=Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	-	0,08
Imobilizado	33.604.845.955,03	32.317.357.307,10
Bens Móveis	2.396.631.933,86	2.316.182.964,34
Bens Móveis - Consolidação	2.396.631.933,86	2.316.182.964,34
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	898.832.367,06	849.684.783,71
Equipamentos de Tecnologia da Informação	387.032.263,19	380.866.991,39
Móveis e Utensílios	360.328.122,74	350.206.480,43
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	88.731.466,68	104.655.350,16
Veículos	595.345.094,60	574.852.186,29
Armamentos	56.385.274,69	48.971.246,36
Semoventes	631.225,85	622.883,09
Peças não Incorporáveis a Imóveis	5.280.220,40	5.222.023,06
Demais Bens Móveis	4.065.898,65	1.101.019,85

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Bens Imóveis	33.999.471.198,43	31.974.259.813,69
Bens Imóveis - Consolidação	33.999.471.198,43	31.974.259.813,69
Bens de Uso Especial	9.392.988.910,94	8.203.151.448,30
Bens Dominicais	19.834,78	19.834,79
Bens de Uso Comum do Povo	18.392.492.886,36	18.386.460.450,88
Bens Imóveis em Andamento	6.161.305.079,54	5.293.862.365,32
Instalações	20.784.595,24	65.036.749,94
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	17.538.903,53	16.861.277,17
Demais Bens Imóveis	14.340.988,04	8.867.687,29
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	(2.791.251.460,98)	(1.944.430.745,96)
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas -Consolidação	(2.791.251.460,98)	(1.944.430.745,96)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(1.029.644.384,32)	(876.836.529,32)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(1.761.602.313,56)	(1.067.591.494,74)
(-) Amortização Acumulada - Bens Imóveis	(4.763,10)	(2.721,90)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	(5.716,28)	(28.654.724,97)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	(5.716,28)	(28.654.724,97)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Móveis	(5.716,28)	(28.654.724,97)
Intangível	315.891.580,46	291.110.897,19
Softwares	390.943.487,20	343.859.392,26
Softwares - Consolidação	390.943.487,20	343.859.392,26
Softwares	295.967.435,97	259.570.299,37
Softwares em Desenvolvimento	94.976.051,23	84.289.092,89
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	247.029,71	247.029,71
Marcas, Direitos e Patentes Industriais - Consolidação	247.029,71	247.029,71
Outros Direitos - Bens Intangíveis	247.029,71	247.029,71
(-) Amortização Acumulada	(75.298.936,45)	(49.737.931,87)
(-) Amortização Acumulada-Consolidação	(75.298.936,45)	(49.737.931,87)
(-) Amortização Acumulada - Softwares	(75.217.962,04)	(49.656.957,46)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
(-) Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes	(80.974,41)	(80.974,41)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	(3.257.592,91)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível -Consolidação	-	(3.257.592,91)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Softwares	-	(3.257.592,91)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**39.532.719.990,23**	**39.292.052.732,91**
TOTAL DO ATIVO	**55.485.773.374,26**	**56.139.261.222,90**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	445.059.639,53	347.323.642,84
Pessoal a Pagar	334.067.863,45	235.745.589,03
Pessoal a Pagar - Consolidação	332.727.802,98	234.962.530,12
Pessoal a Pagar do Exercício	257.179.445,02	176.000.934,67
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	41.595.277,90	28.511.212,00
Precatórios de Pessoal	33.927.076,09	30.117.024,73
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	26.003,97	333.358,72
Pessoal a Pagar - Intra OFSS	222.120,20	302.092,06
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	-	248.404,38
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos (P)	222.120,20	53.687,68
Pessoal a Pagar - Inter União	24.427,30	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	24.427,30	-
Pessoal a Pagar - Inter Estado	162.866,54	127.899,44
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	162.866,54	127.899,44
Pessoal a Pagar - Inter Município	930.646,43	353.067,41
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	728.826,60	353.067,41
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos de Exerc. Anteriores (F)	201.819,83	-
Benefícios Previdenciários a Pagar	50.196.554,01	40.616.149,80
Benefícios Previdenciários a Pagar-Consolidação	50.196.554,01	40.616.149,80
Benefícios Previdenciários	2.351.419,83	2.559.199,31
Precatórios de Benefícios Previdenciários	47.845.134,18	38.056.950,49
Benefícios Assistenciais a Pagar	1.251,60	2.912,44
Benefícios Assistenciais a Pagar -Consolidação	1.251,60	2.912,44
=Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício (F)	1.251,60	2.912,44
Encargos Sociais a Pagar	60.793.970,47	70.958.991,57
Encargos Sociais a Pagar-Consolidação	2.999.098,87	2.324.380,94
Entidades de Previdência Privada e Complementar	2.999.098,87	2.324.380,94

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	2.465.049,36	2.293.919,44
Contribuição ao Plano de Saúde	2.465.049,36	2.293.919,44
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	55.329.822,24	66.340.691,19
INSS a Pagar	55.329.822,24	66.337.540,42
PIS/PASEP sobre a Folha de Pagamento	-	3.150,77
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	420.801.576,12	833.753.281,88
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	263.989.435,86	366.992.155,59
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Consolidação	61.033.995,47	142.149.107,13
Empréstimos Internos - em Contratos	61.033.995,47	142.149.107,13
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União	202.955.440,39	224.843.048,46
Empréstimos Internos - em Contratos	202.955.440,39	224.843.048,46
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	110.638.884,51	396.906.939,29
Empréstimos a Curto Prazo - Externo - Consolidação	110.638.884,51	396.906.939,29
Empréstimos Externos - em Contratos	110.638.884,51	396.906.939,29
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	46.173.255,75	42.672.211,15
Financiamentos a Curto Prazo-Interno-Consolidação	4.397.822,43	896.777,83
=Financiamentos Internos (P)	4.339.269,59	827.794,92
=Financiamentos Internos do Exercício (F)	58.552,84	68.982,91
Financiamentos a Curto Prazo-Interno-Intra OFSS	41.775.433,32	41.775.433,32
=Financiamentos Internos (P)	41.775.433,32	41.775.433,32
Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno	-	27.181.975,85
Juros e Encargos a Pagar Emprést./Financiam. Curto Prazo - Interno- Inter OFSS-União	-	27.181.975,85
Juros de Contratos - Empréstimos Internos	-	27.053.849,59
Encargos de Contratos - Empréstimos Internos	-	128.126,26
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	592.102.552,07	514.371.255,66
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	592.102.552,07	514.238.707,56
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	592.102.552,07	514.238.707,56
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	221.068.976,81	196.268.625,11

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - Credores Nacionais	371.033.034,62	317.970.082,45
Contas a Pagar Credores Nacionais	540,64	-
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo	-	132.548,10
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo - Consolidação	-	132.548,10
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros	-	132.548,10
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	8.329.976,89	14.324.568,51
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	8.326.324,64	14.323.310,72
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Inter OFSS - União	8.326.324,64	14.323.310,72
IPI a Recolher	85,08	-
IRPJ a Recolher	606.999,68	606.999,68
Tributos Federais Renegociados	7.500.000,00	13.497.071,16
CSLL a Recolher	219.239,88	219.239,88
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	3.652,25	1.257,79
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Inter OFSS Município	3.652,25	1.257,79
ISS a Recolher	1.636,14	6,45
Taxas Municipais	2.016,11	1.251,34
Provisões a Curto Prazo	939.380.374,68	635.060.970,48
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	15.822.879,07	12.668.904,82
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo - Consolidação	15.822.879,07	12.668.904,82
Provisão para Indenizações Trabalhistas (P)	15.822.879,07	12.668.904,82
Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo	1.318.371,20	1.318.371,20
Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo - Consolidação	1.318.371,20	1.318.371,20
Provisão para Pagamentos de Autuações Fiscais - Esfera Judicial	1.318.371,20	1.318.371,20
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo	1.700.000,00	1.700.000,00
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Consolidação	1.700.000,00	1.700.000,00
=Provisão para Indenizações Cíveis	1.700.000,00	1.700.000,00
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo	891.711.518,29	591.902.345,17
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	341.467.013,29	227.539.445,46

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Transferência ao FUNDEB	341.467.013,29	227.539.445,46
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	550.244.505,00	364.362.899,71
Provisão para Distribuição Constitucional e Legal de Receitas	550.244.505,00	364.362.899,71
Outras Provisões a Curto Prazo	28.827.606,12	27.471.349,29
Outras Provisões a Curto Prazo -Consolidação	28.827.606,12	27.471.349,29
Provisão para Contingências	28.827.606,12	27.471.349,29
Demais Obrigações a Curto Prazo	8.513.346.101,96	9.289.702.872,48
Adiantamentos de Clientes	71.606.155,25	56.413.386,60
Adiantamentos de Clientes-Consolidação	71.606.155,25	56.413.386,60
=Adiantamentos de Clientes (P)	71.606.155,25	56.413.386,60
Valores Restituíveis	6.022.141.867,93	5.901.392.604,30
Valores Restituíveis - Consolidação	6.022.141.867,93	5.901.392.604,30
Consignações	129.956.196,38	129.539.295,66
Garantias	8.499.085,37	7.657.002,47
Depósitos Judiciais	5.744.922.123,31	5.479.248.454,70
Depósitos não Judiciais	138.764.462,87	284.947.851,47
Outras Obrigações a Curto Prazo	2.419.598.078,78	3.331.896.881,58
Outras Obrigações a Curto Prazo-Consolidação	510.543.368,15	539.140.414,93
Indenizações e Restituições	44.012.817,69	92.843.868,07
Diárias a Pagar	318.824,00	6.143,50
Convênios a Pagar	68.991.723,47	10.351.711,76
Contrato de Apoio Financeiro a Pagar	-	733.788,48
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	6.138,00	371,25
Subvenções Econômicas a Pagar	2.359.070,15	1.495.702,94
Valores em Trânsito Exigíveis	1.747.443,12	7.466.582,65
Sentenças Judiciais a Pagar	137.679.201,04	74.417.442,92
Suprimentos de Fundos a Pagar	2.200,00	-
Credores a Pagar Sem Execução Orçamentária	254.163.060,82	351.824.803,36

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Credores a Pagar - Despesas de Ressarcimento/Rateio	1.262.889,86	-
Outras Obrigações a Curto Prazo - Intra OFSS	1.783.088.247,91	2.697.263.312,41
Indenizações e Restituições	4.002.473,32	-
Adiantamentos Recebidos	260.529.385,34	363.438.851,83
Transferências Constitucionais ou Legais	72.464.568,77	102.510.038,63
Recursos Especiais a Liberar	1.446.091.820,48	2.231.314.421,95
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	-	998,98
Transferências Constitucionais ou Legais	-	998,98
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	125.966.462,72	95.492.155,26
Convênios a Pagar	-	1.762.073,67
Transferências Constitucionais ou Legais	82.578.972,19	93.445.523,05
Transferências Fundo a Fundo a Pagar	43.387.490,53	284.558,54
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**10.919.020.221,25**	**11.634.536.591,85**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	752.550.429,11	650.491.078,64
Pessoal a Pagar	199.752.967,45	140.789.688,41
Pessoal a Pagar-Consolidação	199.752.967,45	140.789.688,41
Precatórios de Pessoal	199.752.967,45	140.789.688,41
Benefícios Previdenciários a Pagar	239.240.906,38	186.521.530,40
Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação	239.240.906,38	186.521.530,40
Precatórios de Benefícios Previdenciários	239.240.906,38	186.521.530,40
Encargos Sociais a Pagar	313.556.555,28	323.179.859,83
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	313.556.555,28	323.179.859,83
INSS a Pagar	313.556.555,28	323.179.859,83
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	19.877.998.766,24	18.847.578.716,48
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	16.538.339.831,61	16.074.652.313,74
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	6.846.810.724,41	6.603.204.346,35
Empréstimos Internos - em Contratos	6.846.810.724,41	6.603.204.346,35

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	9.691.529.107,20	9.471.447.967,39
Empréstimos Internos - em Contratos	9.691.529.107,20	9.471.447.967,39
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	3.326.914.315,07	2.768.442.513,59
Empréstimos a Longo Prazo - Externo - Consolidação	3.326.914.315,07	2.768.442.513,59
=Empréstimos Externos - em Contratos	3.326.914.315,07	2.768.442.513,59
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	12.744.619,56	4.483.889,15
Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	12.744.619,56	4.483.889,15
=Financiamentos Internos	12.744.619,56	4.483.889,15
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.871.640.216,29	1.599.762.002,72
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo	1.871.640.216,29	1.599.762.002,72
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo - Consolidação	1.871.640.216,29	1.599.762.002,72
=Fornecedores Nacionais	14.172.373,63	645.241,91
Precatórios de Fornecedores Nacionais	1.857.223.690,01	1.599.116.760,81
Contas a Pagar Credores Nacionais a Longo Prazo	244.152,65	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	261.574.406,93	265.222.665,51
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	261.574.406,93	265.222.665,51
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Inter OFSS União	261.574.406,93	265.222.665,51
Tributos Federais Renegociados	261.574.406,93	265.222.665,51
Provisões a Longo Prazo	527.444.544,04	70.812.707,33
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	9.559.497,82	8.490.849,60
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo - Consolidação	9.559.497,82	8.490.849,60
=Provisão para Indenizações Trabalhistas	9.559.497,82	8.490.849,60
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	504.407.393,04	49.675.373,51
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	504.407.393,04	49.675.373,51
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	2.169.424.807,47	1.904.204.644,54
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder	(1.665.017.414,43)	(1.854.529.271,03)
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo	13.477.653,18	12.646.484,22
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Consolidação	13.477.653,18	12.646.484,22

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
=Provisão para Indenizações Cíveis	13.477.653,18	12.646.484,22
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.278.122.768,81	1.548.855.851,86
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	191.249.247,99	278.511.273,43
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo-Consolidação	191.249.247,99	278.511.273,43
=Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	191.249.247,99	278.511.273,43
Valores Restituíveis	634.461.898,76	662.666.889,79
Valores Restituíveis - Consolidação	634.461.898,76	662.666.889,79
Depósitos Judiciais	634.461.898,76	662.666.889,79
Outras Obrigações a Longo Prazo	452.411.622,06	607.677.688,64
Outras Obrigações a Longo Prazo-Consolidação	271.929.653,43	329.444.640,21
Indenizações e Restituições	264.951.035,02	322.466.021,80
=Outros Credores a Longo Prazo	6.978.618,41	6.978.618,41
Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS Município	180.481.968,63	278.233.048,43
Transferências Constitucionais ou Legais	180.481.968,63	278.233.048,43
Resultado Diferido	603.836.648,33	603.836.648,33
Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) Diferida	603.836.648,33	603.836.648,33
Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	603.836.648,33	603.836.648,33
=Variação Patrimonial Aumentativa Diferida	603.836.648,33	603.836.648,33
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**25.173.167.779,75**	**23.586.559.670,87**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	240.841.642,40	235.987.642,40
Capital Social Realizado	240.841.642,40	235.987.642,40
Capital Social Realizado - Consolidação	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Subscrito	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Realizado - Intra OFSS	234.186.288,30	229.332.288,30
Capital Social Subscrito	241.655.296,97	241.655.296,97
(-) Capital Social a Realizar	(7.469.008,67)	(12.323.008,67)
Capital Social Realizado - Inter OFSS União	5.383.499,10	5.383.499,10

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social Subscrito	5.658.555,03	5.658.555,03
(-) Capital Social a Realizar	(275.055,93)	(275.055,93)
Capital Social Realizado - Inter OFSS Município	1.067,00	1.067,00
Capital Social Subscrito	1.067,00	1.067,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	5.000.000,00	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	5.000.000,00	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Intra OFSS	5.000.000,00	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Intra OFSS	5.000.000,00	-
Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88
Outras Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88
Outras Reservas de Capital - Consolidação	357.481,14	357.481,14
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	242.720,74	242.720,74
Demais Reservas de Capital	114.760,40	114.760,40
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS União	10.835,34	10.835,34
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	7.356,92	7.356,92
Demais Reservas de Capital	3.478,42	3.478,42
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS Município	111,40	111,40
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	75,64	75,64
Demais Reservas de Capital	35,76	35,76
Demais Reservas	8.088.202,21	8.088.202,21
Reserva de Reavaliação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação - Consolidação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	2.452.340,00	2.452.340,00
Reserva de Reavaliação de Bens Móveis	3.362.341,63	3.362.341,63
Outras Reservas	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Resultados Acumulados	19.139.287.100,77	20.673.720.687,69

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Superavits ou Deficits Acumulados	19.677.323.698,76	21.247.695.843,85
Superavits ou Deficits Acumulados - Consolidação	56.231.079.096,80	50.002.091.163,11
Superavits ou Deficits do Exercício	5.399.280.934,44	11.966.254.529,16
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	49.798.521.128,75	32.125.523.815,04
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.033.277.033,61	5.910.312.818,91
Superavits ou Deficits Acumulados - Intra OFSS	(2.714.065.563,70)	(2.203.541.310,63)
Superavits ou Deficits do Exercício	(510.524.253,07)	(569.017.033,64)
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(2.203.541.310,63)	(1.634.524.276,99)
Superavits ou Deficits Acumulados - Inter OFSS - União	6.893.192.309,41	5.625.472.670,13
Superavits ou Deficits do Exercício	1.250.645.524,30	2.346.178.949,18
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	5.630.058.410,56	3.279.293.720,95
Ajustes de Exercícios Anteriores	12.488.374,55	-
Superavits ou Deficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	(6.144.771.627,66)	(4.629.088.417,46)
Superavits ou Deficits do Exercício	(1.515.683.210,20)	(1.222.269.149,08)
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(4.629.088.417,46)	(3.406.819.268,38)
Superavits ou Deficits Acumulados - Inter OFSS - Município	(34.588.110.516,09)	(27.547.238.261,30)
Superavits ou Deficits do Exercício	(7.046.316.473,17)	(6.634.821.701,18)
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(27.541.851.453,42)	(20.914.886.597,09)
Ajustes de Exercícios Anteriores	57.410,50	2.470.036,97
Lucros e Prejuízos Acumulados	(538.036.597,99)	(573.975.156,16)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Consolidação	(2.496.363.647,82)	(2.100.791.460,56)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(394.437.723,43)	(481.853.178,55)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(2.100.791.460,56)	(1.601.110.475,76)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.134.463,83)	(17.827.806,25)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Intra OFSS	2.498.211.211,09	1.979.919.680,91
Lucros e Prejuízos do Exercício	518.291.530,18	564.339.353,50
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	1.979.919.680,91	1.415.580.327,41
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - União	(527.540.076,89)	(444.278.501,93)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Lucros e Prejuízos do Exercício	(83.509.014,74)	(99.517.293,75)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(444.278.501,93)	(344.761.208,18)
Ajustes de Exercícios Anteriores	247.439,78	-
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Estado	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Município	(12.330.855,37)	(8.811.645,58)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(2.350.924,76)	(2.141.295,56)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(8.811.645,58)	(6.670.350,02)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.168.285,03)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**19.393.585.373,26**	**20.918.164.960,18**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**55.485.773.374,26**	**56.139.261.222,90**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
ATIVO		
Ativo Financeiro	10.808.562.980,64	12.537.764.581,23
Ativo Permanente	44.677.210.393,62	43.601.496.641,67
Total Ativo (I)	**55.485.773.374,26**	**56.139.261.222,90**
PASSIVO		
Passivo Financeiro	8.485.659.355,73	9.245.053.419,60
Passivo Permanente	28.121.937.790,62	26.649.867.218,70
Total Passivo (II)	**36.607.597.146,35**	**35.894.920.638,30**
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	**18.878.176.227,91**	**20.244.340.584,60**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	7.103.983.750,01	1.263.335.655,49
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	591.770,83	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	67.627.718,57	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**7.172.203.239,41**	**1.263.335.655,49**
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	1.738.432.142,78	659.414.641,65
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	302.638.249,44	385.781.962,60
Obrigações Contratuais a Executar	23.135.138.766,47	23.036.607.863,38
Controle de riscos fiscais e passivos contingentes	12.068.803.218,24	11.739.127.446,79
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**37.245.012.376,93**	**35.820.931.914,42**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
0.100 Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	(296.462.446,40)	(295.242.435,26)
0.101 Recursos ordinários - diversos	6.634.410,47	1.756.794,46
0.110 Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	3.326.790,10	4.192.160,91
0.111 Taxas da Segurança Pública - recursos do tesouro - exercício corrente	26.238.480,26	33.644.795,56
0.119 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	1.267.775,89	9.087.916,83
0.120 Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	19.180.072,75	11.009.808,99
0.121 Cota-parte contrib intervenção no domínio econ CIDE-Estadual - rec tesouro -exerc corrente	8.135.714,25	26.986.789,11
0.122 Cota-parte da compensação financeira dos rec hídricos - rec tesouro - exercício corrente	2.258.034,87	4.533.901,89
0.124 Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	19.899.571,93	41.041.952,28
0.126 Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	-	2.775.784,34
0.128 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec tesouro - exercício corrente	8.467.018,20	8.322.087,91
0.129 Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	4.502.515,57	6.743.168,00
0.131 Recursos do FUNDEB - transferências da União	60.068.536,37	75.080.432,16
0.132 Transferências da União - sit de emergência e calamidade - rec do tesouro - exerc corrente	-	3.109.620,69
0.140 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	3.157,83	354.593,00
0.160 Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	76.607,14	695.334,02
0.161 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	11.537.434,59	4.792.359,53
0.162 Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	7.275.844,00	8.602.473,31
0.169 Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	5.879.512,18	1.679.162,06
0.180 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercício corrente	5.595.451,90	136.740,09
0.181 Remuneração de disponibilidade bancária - Lesgilativo - rec tesouro - exercício corrente	45,25	880.302,58
0.182 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - rec tesouro - exercício corrente	-	9.890.498,54
0.183 Remuneração de disp bancária - conta única do Judiciário - rec tesouro - exerc corrente	9.811.012,66	72.595.576,86
0.184 Remuneração de disp bancária - Ministério Público - rec tesouro - exercício corrente	14.625,30	4.122.163,00
0.185 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	48.578.370,19	72.281.807,15
0.186 Remuneração de disponibilidade bancária FUNDEB	2.469.498,36	7.707.097,26
0.187 Remuneração de disponibilidade bancária Salário Educação	2.544.268,23	1.554.341,07
0.188 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	2.872.075,33	2.883.024,78
0.191 Operações de crédito interna - recursos do tesouro - exercício corrente	6.194.842,65	644.143.257,77
0.192 Operações de crédito externa - recursos do tesouro - exercício corrente	421.690,89	11.914.327,20
0.195 Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça	-	349.145.855,18
0.198 Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	0,94	420.501,49
0.199 Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	11.070,42	39.500,28
0.210 Taxa Judiciária - Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente	4.689.230,52	-

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
0.212 Selos de Fiscalização de Atos Notariais e Registrais - Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente	10.953.007,81	-
0.219 Outras Taxas Vinculadas - Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente	119.801.291,78	-
0.223 Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - Exercício Corrente	31.074.517,70	29.767.788,16
0.225 Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	79.934,19	2.215.768,60
0.228 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	28.118.387,63	17.896.702,13
0.229 Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.239.577,27	12.843.836,37
0.232 Transferências da União - situação de emergência e calamidade	144.000,00	-
0.240 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	209.389.726,86	56.744.091,84
0.250 Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	143.394.495,26	116.454.925,49
0.260 Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.978.520,15	8.330.126,98
0.261 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.263.126,00	1.936.333,80
0.262 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	90.570,76	-
0.263 Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	854.408,89	10.633.929,12
0.265 Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	19.827.676,90	21.901.203,41
0.266 Receitas diversas - receita Agroindustrial - FDR	1.471.346,26	995.993,59
0.269 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	93.526.017,36	152.119.464,78
0.280 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes-exercício corrente	206.190,25	10.130.075,41
0.281 Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	628.958,94	-
0.282 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário -rec outras fontes-exercício corrente	30.903.472,04	5.309.471,83
0.283 Remuneração de depósitos bancários da conta única do Tribunal de Justiça	20.870.181,77	-
0.284 Remuneração de disp bancária - Ministério Público - rec outras fontes - exercício corrente	5.408.469,09	5.846.097,75
0.285 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	39.728.445,96	107.663.860,40
0.289 Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV	28.864.983,56	-
0.298 Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	5.625.784,21	3.096.441,20
0.299 Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	4.949.671,70	8.231.369,93
0.300 Recursos ordinarios - recursos do tesouro - exercícios anteriores	10.128.312,34	11.173.507,79
0.301 Recursos Ordinários Diversos-Fonte do Tesouro - Exercício Anterior	275.322,46	1.970.896,72
0.302 Recursos do Tesouro - Programa Revigorar III - Exercícios Anteriores	-	3.665,44
0.309 Superavit Financeiro -Recursos Convertidos - Recursos do Tesouro -Receitas Primárias	44.887,50	108.570,29
0.310 Taxa Judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores	2.591.856,38	2.424.816,71
0.311 Taxas da Segurança Pública - Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores	5.429.261,39	5.338.967,23
0.319 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício anterior	2.484.769,63	1.439.847,06
0.320 Cota-parte da contribuição do Salário Educação - recursos tesouro - exercícios anteriores	521.848,78	502.154,82
0.321 Cota-parte da contrib de interv no domínio econômico - CIDE-Estadual	7.348.010,12	4.912.168,94

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
0.324 Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	47.784.858,88	27.138.467,35
0.325 Convênio-Programa de Assistência Social-Exercícios Anteriores	5.194,57	5.194,57
0.326 Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	2.854.454,57	96.154,58
0.328 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	7.406.507,09	8.316.077,14
0.329 Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	383.946,50	1.377.720,00
0.332 Transferências da União - sit de emergência e calamidade-rec do tesouro - exerc anteriores	3.267.153,66	1.159.831,27
0.340 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	753.359,87	1.021.376,71
0.360 Recursos patrimoniais - primários	556.152,13	1.171.298,50
0.361 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.548.291,56	1.168.564,66
0.362 Receitas diversas - SEITEC	2.631.509,19	1.539.762,79
0.369 Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	89.910,25	26.851,11
0.380 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercícios anteriores	238,81	238,81
0.381 Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	734.047,96	2.018.600,61
0.382 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - exercício anterior	1.436,08	4.599.447,40
0.383 Remuneração de disponibilidade bancária -conta única do Judiciário - exercícios anteriores	142.804.924,57	147.657.159,13
0.384 Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público	1.506.226,74	2.465.671,81
0.385 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	90.478.111,83	80.558.373,33
0.387 Remuneração de disponibilidade bancária - Salário Educação	14.573,38	35.590,41
0.388 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos tesouro - exercícios anteriores	3.128.384,74	2.678.682,15
0.391 Operação de crédito interna - rec tesouro - exerc anteriores - superávit	349.164.262,00	195.177.714,87
0.392 Operação de crédito externa - exercícios anteriores	23.578,89	609.447,44
0.395 Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	148.235.847,54	6.468.867,65
0.397 Superavit Financeiro - Recursos Convertidos - Receitas Não Primárias	10.348,46	36.497,50
0.398 Receita de Alienação de Bens-Exercícios Anteriores	948.973,56	949.043,56
0.623 Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	13.414.277,98	8.952.955,25
0.625 Convênio - Programa de Assitência Social - recursos outras fontes - exercícios anteriores	3.201.169,27	1.489.612,91
0.628 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	59.825.008,42	78.613.729,66
0.629 Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	5.449.825,23	5.865.470,22
0.632 Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercício anterior	25.999,50	54.063,90
0.640 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	46.037.610,59	159.557.009,19
0.647 Serviços judiciários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	174.432,31	222.432,31
0.650 Contribuição previdenciária	104.649.275,12	87.782.613,03
0.659 Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício anterior	65.364,62	-
0.660 Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	10.547.438,71	25.338.077,12

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
0.661 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	599.252,41	1.258.940,67
0.662 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício anterior	424.792,59	919.395,63
0.663 Receitas diversas - Programa Pró-Emprego - exercício anterior	2.440.610,43	-
0.665 Receitas diversas - recursos outras fontes - manutenção ens superior - exercício anterior	7.475.804,21	5.182,03
0.669 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	66.358.881,19	116.259.662,71
0.680 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes - exerc anteriores	2.129,04	26.752.374,81
0.682 Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disp bancária - Judiciário	566.923,03	2.266.140,04
0.684 Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - exercícios anteriores	16.283.774,77	14.937.117,65
0.685 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	139.713.012,83	274.769.165,14
0.689 Remuneração de disponibilidade bancária - Rec. vinc - Fundos IPREV - Ex. Anteriores	58.249.244,32	58.249.244,32
0.698 Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	3.154.030,94	4.014.510,57
0.699 Não primárias - outras receitas	7.890.387,90	7.890.365,42
7.100 Contrapartida de Conv.-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	1.466.137,86	1.685.668,75
7.111 Contrapartida de Convenios-Tx. da Segurança Pública-Rec.Tesouro-Exercício Corrente	405.423,81	186.751,22
7.119 Contrapartida de Outras Taxas Vinculadas - Exercício Corrente	-	743.776,00
7.129 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercício Corrente	-	534.001,51
7.162 Contrapartida de Convênios - Receitas Diversas - SEITEC - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente	3.912,67	-
7.219 Contrapartida de Convênios-Outras Taxas Vinculadas-Exercício Corrente	126.564,49	-
7.228 Contrapartida de Convênios - Outros Convênios e Acordos Administrativos - Exercício Corrente	968.217,72	-
7.229 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Rec. de outras Fontes - Exercício Corren	-	34.500,00
7.240 Contrapartida de Convênios - Rec. de Serviços - Rec. de Outras fontes - Exerc. Corrente	30.201,24	760.000,00
7.269 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Ex. Corrente- Rec.Outras Fontes	655.753,78	10.298,81
7.300 Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	6.293.330,91	5.478.502,07
7.311 Contrapartida de Convenios-Taxas da Segurança Pública - Rec.Tesouro-Ex.Ant	1.049.174,94	1.882.743,52
7.319 Outras Taxas Vinculadas - Recursos de Outras Fontes - Exercício Anterior - Demais Receitas	622.810,17	-
7.329 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercícios Anteriores	921.887,23	1.354.512,02
7.629 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Exerc. Ant - Rec. Outras Fontes	315.104,70	865.000,00
7.640 Contrapartida de Convenios-Recursos de serviços-Exercícios Anteriores	800.938,24	245.264,14
7.660 Contrapartida de Convenios-Recursos Patrimoniais-Exercícios Anteriores	2.000,00	2.000,00
7.661 Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercícios Anteriores	65.020,10	46.020,10
7.662 Contrapartida de Convênios-Rec. Diversos-Seitec-Exerc.Anteriores	80.578,60	80.578,60
7.669 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Rec.de Outras Fontes-Ex. Anterior	892.533,83	791.102,60
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	**2.177.289.372,11**	**3.103.049.184,10**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - No Quadro das Contas de Compensação, no item Obrigações Contratuais a Executar, foi incluída na memória de cálculo em 2018 a conta 8.1.2.3.6.01.00.00 - A Executar. Considerando essa conta no exercício de 2017, o valor total do item Obrigações Contratuais a Executar somaria R$ 23.039.974.970,46.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.512.490.481,36	5.323.392.311,75
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	3.512.490.481,36	5.323.392.311,75
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	2.066.398.660,88	3.092.077.889,80
Conta Única - Tesouro	301.345,32	805.817,19
=Banco do Brasil	1.446.091.768,72	2.231.314.370,19
=Caixa Econômica Federal	51,76	51,76
*=(-) Aplicações Financeiras Conta Única	(1.445.790.475,16)	(2.230.508.604,76)
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	12.869.582,52	38.029.200,72
Demais Contas - Banco do Brasil	553.136.917,71	775.697.199,41
=Caixa Econômica Federal	48.879.215,66	67.517.494,33
*=(-) Aplicações Financeiras de Outros Bancos	(589.146.550,85)	(805.185.493,02)
Rede Bancária - Arrecadação	18.290.707,03	17.548.774,11
Arrecadação Indireta	18.290.707,03	17.548.774,11
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	2.034.937.026,01	3.035.694.097,78
=Poupança	64.098.680,27	83.743.312,47
=Fundo de Aplicação Financeira	519.360.812,20	709.832.846,70
=CDB/RDB - Recursos da Conta Única	560.802.839,20	527.118.972,00
=Fundos de Investimentos - Recursos da Conta Única	884.987.635,96	1.703.389.632,76
=Outras Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	5.687.058,38	11.609.333,85
Conta Única - RPPS	-	-
=Bancos Conta Movimento - Plano Financeiro	459.122.169,63	134.460.089,60
=Bancos Conta Movimento - Plano Previdenciário	-	247.604.165,86
=Bancos Conta Movimento - Taxa de Administração	11.858.668,05	18.197.857,36
*=(-) Aplicações Financeiras - Fundo Financeiro	(459.122.169,63)	(134.460.089,60)
*=(-) Aplicações Financeiras - Fundo Previdenciário	-	(247.604.165,86)
*=(-) Aplicações Financeiras - Taxa de Administração	(11.858.668,05)	(18.197.857,36)
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Intra OFSS	1.446.091.820,48	2.231.314.421,95

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Recursos Liberados pelo Tesouro	1.446.091.820,48	2.231.314.421,95
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	1.446.091.820,48	2.231.314.421,95
Créditos a Curto Prazo	2.458.587.948,66	1.619.263.591,50
Créditos Tributários a Receber	2.064.072.608,80	1.178.227.891,86
Créditos Tributários a Receber - Consolidação	2.063.797.113,52	1.177.952.396,58
Impostos	1.465.694.788,53	606.812.495,27
ICMS	1.438.778.969,13	580.345.053,04
IPVA	5.725.517,56	7.915.413,60
ITCMD	21.190.301,84	18.552.028,63
Taxas	34.152.285,67	-
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	7.142.776,79	-
Taxas pela Prestação de Serviços	27.009.508,88	-
Contribuições Sociais	17.550.654,54	11.622.882,32
Regime Próprio dos Servidores (RPPS)	17.550.654,54	11.622.882,32
Créditos Tributários Parcelados	546.399.384,78	559.517.018,99
ICMS Parcelamento	498.496.831,60	518.080.593,30
ITCMD Parcelamento	47.902.553,18	41.436.425,69
Créditos Tributários a Receber -Inter OFSS - Município	275.495,28	275.495,28
=Créditos Previdenciários Parcelados	275.495,28	275.495,28
=Créditos Previdenciários Parcelados	275.495,28	275.495,28
Clientes	117.885.524,25	86.015.120,83
Clientes - Consolidação	117.885.524,25	86.015.120,83
Faturas/Duplicatas a Receber	117.776.270,08	85.905.866,66
Faturas/Duplicatas a Receber sobre Vendas	227.976,18	161.867,43
Faturas / Duplicatas a Receber sobre Prestação de Serviços	117.548.293,90	85.743.999,23
=Faturas/Duplicatas a Receber Vencidas	109.254,17	109.254,17
=Faturas/Duplicatas a Receber Vencidas	109.254,17	109.254,17
Créditos de Transferências a Receber	9.075.605,52	12.387.750,00

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Créditos de Transferências a Receber - Intra	9.075.605,52	12.387.750,00
=Créditos Decorrentes da Participação nas Receitas do Estado - RLD (F)	7.432.650,00	12.387.750,00
=Créditos Decorrentes da Participação nas Receitas do Estado - RLD (F)	7.432.650,00	12.387.750,00
=Créditos Decorrentes da Participação nas Receitas do FRJ (F)	1.642.955,52	-
=Créditos Decorrentes da Participação nas Receitas do FRJ (F)	1.642.955,52	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	75.587.621,56	67.532.857,61
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	33.812.188,24	25.757.424,29
Financiamentos Concedidos a Receber	33.812.188,24	25.757.424,29
=Financiamento Habitacional	23.049.417,79	23.691.601,25
Financiamento Produtor Rural	10.762.770,45	2.065.823,04
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Intra OFSS	41.775.433,32	41.775.433,32
Financiamentos Concedidos a Receber	41.775.433,32	41.775.433,32
=Financiamento Habitacional	41.775.433,32	41.775.433,32
Dívida Ativa Tributária	467.363.892,28	440.878.380,12
Dívida Ativa Tributária - Consolidação	467.363.892,28	440.878.380,12
Dívida Ativa Tributária Inscrita	467.363.892,28	440.878.380,12
Impostos	466.065.198,75	440.878.380,12
Dívida Ativa - Taxas	1.298.693,53	-
Dívida Ativa Não Tributária	22.219.136,84	2.397.686,59
Dívida Ativa Não Tributária - Consolidação	22.219.136,84	2.397.686,59
Dívida Ativa Não Tributária	22.219.136,84	2.397.686,59
Dívida Ativa Não Tributária	22.219.136,84	2.397.686,59
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(297.616.440,59)	(168.176.095,51)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo-Consolidação	(297.616.440,59)	(168.176.095,51)
*(-) Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber	(30.837.797,90)	-
*(-) Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber	(30.837.797,90)	-
*(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(1.333.301,76)	(30.252.020,68)
*(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(1.333.301,76)	(30.252.020,68)

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(14.076.479,56)	(14.282.726,41)
*(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Financiamentos Concedidos	(14.076.479,56)	(14.282.726,41)
(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Tributária	(245.690.111,56)	(121.375.637,29)
*(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Tributária-Inscrita	(245.690.111,56)	(121.375.637,29)
*(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	(5.678.749,81)	(2.265.711,13)
*(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	(5.678.749,81)	(2.265.711,13)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.620.093.281,00	2.671.228.838,72
Adiantamentos Concedidos	2.190.110.646,27	2.226.574.494,97
Adiantamentos Concedidos - Consolidação	1.911.697.135,38	1.863.135.643,14
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	16.341.481,68	11.171.580,48
=1/3 de Férias - Adiantamento	16.341.481,68	11.171.580,48
=Suprimento de Fundos/Diárias	8.228.606,21	10.920.525,07
=Suprimento de Fundos/Diárias	8.228.606,21	10.920.525,07
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	1.887.127.047,49	1.841.043.537,59
=Convênios	1.460.088.326,93	1.428.404.257,57
=Subvenções Sociais	17.878.157,03	15.116.031,66
=Contrato de Apoio Financeiro - PF e PJ	94.634.188,96	91.128.563,05
=Contratos de Gestão	212.319.496,02	231.803.161,03
=Contrato de Apoio a Pesquisa	50.252.829,00	45.205.015,25
=Subvenções Econômicas	16.768.918,02	15.142.990,68
=Termos de Parceria	500.000,00	1.448.750,00
=Termos de Fomento ou Colaboração	34.685.131,53	12.794.768,35
Adiantamentos Concedidos - Intra OFSS	260.529.385,34	363.438.851,83
Adiantamento para Pagamento de Precatórios Regime Especial	260.529.385,34	363.438.851,83
Adiantamento para Pagamento de Precatórios Regime Especial	260.529.385,34	363.438.851,83
Adiantamentos Concedidos - Inter Município OFSS	17.884.125,55	-
Adiantamentos Transferências Constitucionais ou Legais	17.884.125,55	-
=Antecipação Repasse Constitucional PRODEC - Municípios	17.884.125,55	-

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Tributos a Recuperar / Compensar	8.322.785,05	5.974.137,38
Tributos a Recuperar/Compensar - Consolidação	763,20	763,20
ICMS a Recuperar/ Compensar	763,20	763,20
ICMS a Recuperar/ Compensar	763,20	763,20
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS União	8.125.768,97	5.805.704,49
IRRF a Compensar	1.291.328,92	3.325.859,96
IRRF a Compensar	1.291.328,92	3.325.859,96
IR e CSLL a Recuperar / Compensar	5.375.894,90	1.424.340,18
IR e CSLL a Recuperar / Compensar	5.375.894,90	1.424.340,18
INSS a Compensar	600.594,12	471.255,87
INSS a Compensar	600.594,12	471.255,87
COFINS a Compensar	692.095,33	501.981,31
COFINS a Compensar	692.095,33	501.981,31
PIS/PASEP a Compensar	145.589,05	57.800,52
PIS/PASEP a Compensar	145.589,05	57.800,52
Outros Tributos a Recuperar / Compensar	20.266,65	24.466,65
Outros Tributos a Recuperar / Compensar	20.266,65	24.466,65
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS Municípios	196.252,88	167.669,69
ISS a Compensar	196.252,88	167.669,69
ISS a Compensar	196.252,88	167.669,69
Créditos por Danos ao Patrimônio	176.622.330,88	193.666.581,78
Créditos por Danos ao Patrimônio-Consolidação	176.622.330,88	193.666.581,78
Créditos por Danos ao Patrimônio Provenientes de Créditos Administrativos	93.043.927,95	100.811.680,78
=Créditos a Receber Decorrentes de Omissão no Dever de Prestar Contas	31.697.459,17	40.227.162,80
=Créditos a Receber Decorr Irregularidade/Ilegalidade na Aplicação Recursos Antecipados	53.795.308,08	51.708.540,26
= Créditos a Receber Decorrentes de Pagamentos sem Respaldo Orçamentário	1.718.219,65	111.703,41
=Créditos a Receber Decor. de Danos Terceiros Causados em Rod. Estaduais	916.010,39	-
=Outros Créditos a Receber Decorrentes de Créditos Administrativos	4.916.930,66	8.764.274,31

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Tomada de Contas Especial (TCE)	83.481.345,74	92.840.234,36
=Créditos a Receber Decorr Irregularidade/Ilegalidade na Aplicação Recursos Antecipados-TCE	25.068.883,25	24.014.034,56
=Créditos a Receber Decorrentes de Ato Ilegal, Ilegítimo ou Antieconômico - TCE	17.304.652,10	17.445.452,31
=Outros Créditos a Receber Apurados em Tomada de Contas Especial - TCE	41.107.810,39	51.380.747,49
=Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Processos Judiciais	97.057,19	14.666,64
=Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Processos Judiciais	97.057,19	14.666,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	107.846.951,56	173.751.373,26
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados-Consolidação	107.846.951,56	173.751.373,26
=Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções	33.900,00	33.900,00
=Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções	33.900,00	33.900,00
=Valores Apreendidos por Decisão Judicial - Fontes Orçamentárias	107.813.051,56	173.717.473,26
=Valores Apreendidos por Decisão Judicial - Fontes Orçamentárias	107.813.051,56	173.717.473,26
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	652.982.121,00	516.607.322,56
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo -Consolidação	644.204.752,69	512.452.129,98
=Aluguéis a Receber	1.286.897,28	1.237.956,79
=Aluguéis a Receber	1.286.897,28	1.237.956,79
=Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	513.743.824,97	448.320.094,04
=Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	513.743.824,97	448.320.094,04
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	1.661.309,25	1.825.250,55
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	1.661.309,25	1.825.250,55
=Créditos a Receber Decorrentes de Alienação de Bens Móveis e Imóveis	3.220.489,37	-
=Créditos a Receber Decorrentes de Alienação de Bens Móveis e Imóveis	3.220.489,37	-
=Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	11.177,76	-
=Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	11.177,76	-
=Dividendos Propostos a Receber	14.155.684,08	4.900.522,87
=Dividendos Propostos a Receber	14.155.684,08	4.900.522,87
=Cheques em Cobrança	78.434,94	78.434,94
=Cheques em Cobrança	78.434,94	78.434,94

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
=Multas de Trânsito a Receber	14.877.684,47	17.537.230,08
=Multas de Trânsito a Receber	14.877.684,47	17.537.230,08
Contribuição do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	22.477.940,75	26.885,70
Contribuição do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	22.477.940,75	26.885,70
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	40.462.348,88	30.692.862,47
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	40.462.348,88	30.692.862,47
Ajuste dos Créditos a Receber	3.732.772,61	4.889.820,59
Ajuste dos Créditos a Receber	3.732.772,61	4.889.820,59
=Créditos a Receber Decorrentes de Compensação Brasil Telecom	23.537,45	23.537,45
=Créditos a Receber Decorrentes de Compensação Brasil Telecom	23.537,45	23.537,45
=Créditos a Receber Decorrentes de Danos Causados ao Patrimônio Público	-	1.592.474,92
=Créditos a Receber Decorrentes de Danos Causados ao Patrimônio Público	-	1.592.474,92
Créditos a Receber Decorrentes Ressarcimentos/Rateios de Despesas	1.262.889,86	1.128.256,19
=Créditos a Receber Decorrentes Ressarcimentos/Rateios de Despesas	1.262.889,86	1.128.256,19
=Créditos a Receber decorrentes de Compensação Ambiental	789.570,51	-
=Créditos a Receber decorrentes de Compensação Ambiental	789.570,51	-
=Juros sobre o Capital Próprio a Receber	646.908,10	-
=Juros sobre o Capital Próprio a Receber	646.908,10	-
=Créditos a Receber de Empresas Estatais	18.000.000,00	-
=Créditos a Receber de Empresas Estatais	18.000.000,00	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	7.773.282,41	198.803,39
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	7.773.282,41	198.803,39
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS	6.689.642,88	2.369.156,12
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	222.120,20	75.236,68
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	222.120,20	75.236,68
Contribuição Patronal do Plano de Saúde dos Servidores	2.465.049,36	2.293.919,44
Contribuição Patronal do Plano de Saúde dos Servidores	2.465.049,36	2.293.919,44
Créditos a Receber Decorrentes Ressarcimentos/Rateios de Despesas	4.002.473,32	-

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
=Créditos a Receber Decor. Ressarcimentos de Despesas Precatório	4.002.473,32	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS Município	2.087.725,43	1.786.036,46
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	503.838,38	182.468,69
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	503.838,38	182.468,69
=Créditos a Receber Decorrentes de Cessão de Uso de Áreas Públicas	1.583.887,05	1.603.567,77
=Créditos a Receber Decorrentes de Cessão de Uso de Áreas Públicas	1.583.887,05	1.603.567,77
(-) Ajuste de Perdas com Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	(515.791.553,76)	(445.345.071,23)
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo -Consolidação	(515.791.553,76)	(445.345.071,23)
(-) Ajuste de Perdas em Créditos por Danos ao Patrimônio	(2.624.018,19)	(14.840,32)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos Administrativos	(2.624.018,19)	(14.840,32)
(-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	(513.167.535,57)	(445.330.230,91)
(-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	(513.167.535,57)	(445.330.230,91)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	471.140.406,09	400.395.969,03
Títulos e Valores Mobiliários	471.140.406,09	400.395.969,03
Títulos e Valores Mobiliários-Consolidação	471.140.406,09	400.395.969,03
=Ações Passíveis de Alienação	159.568,41	133.856,21
=Ações Passíveis de Alienação	159.568,41	133.856,21
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	459.122.169,63	382.064.255,46
=Fundos de Investimento em Renda Fixa	459.122.169,63	382.064.255,46
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	11.858.668,05	18.197.857,36
=Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	11.858.668,05	18.197.857,36
Estoques	192.756.751,83	190.210.331,13
Mercadorias para Revenda	1.096.912,97	973.632,33
Mercadorias para Revenda - Consolidação	1.096.912,97	973.632,33
Mercadorias - Estoques Programas Próprios	1.076.576,32	953.295,68
Mercadorias para Venda ou Revenda	1.076.576,32	953.295,68
Mercadorias em Armazéns de Terceiros para Revenda	20.336,65	20.336,65
Mercadorias em Armazéns de Terceiros para Revenda	20.336,65	20.336,65

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Matérias-Primas	2.379,75	632.529,88
Matérias-Primas - Consolidação	2.379,75	632.529,88
Matérias-Primas - Armazéns Próprios	2.379,75	632.529,88
Matérias-Primas - Armazéns Próprios	2.379,75	632.529,88
Almoxarifado	171.188.024,38	169.700.196,93
Almoxarifado - Consolidação	171.188.024,38	169.700.196,93
=Material de Consumo	150.208.088,91	131.846.776,19
=Material de Consumo	150.208.088,91	131.846.776,19
Bens Móveis	19.276.993,27	37.853.420,74
=Equipamentos e Material Permanente	19.276.993,27	37.853.420,74
=Material de Construção	1.702.942,20	-
=Material de Construção	1.702.942,20	-
Outros Estoques	20.470.006,68	18.904.543,94
Outros Estoques - Consolidação	20.470.006,68	18.904.543,94
Estoques para Doação e/ou Permuta	4.084.851,24	2.557.050,68
Mercadorias para Doação - Estoque Interno	4.084.851,24	2.557.050,68
Construções Civis	16.047.223,26	16.347.493,26
Terrenos	82.472,28	82.472,28
Projetos	837.664,10	837.664,10
Obras em Andamento	15.127.086,88	15.427.356,88
Estoques para Leilão	337.932,18	-
Estoques para Leilão	337.932,18	-
(-) Ajuste de Perdas de Estoques	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas de Estoques - Consolidação	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas em Estoques	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas em Estoques	(571,95)	(571,95)
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	6.429.703,31	6.196.548,17
Prêmios de Seguros a Apropriar	5.793.820,18	5.692.449,95

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	5.793.820,18	5.692.449,95
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	5.793.820,18	5.692.449,95
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	5.793.820,18	5.692.449,95
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	630.070,63	504.098,22
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	630.070,63	504.098,22
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	630.070,63	504.098,22
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	630.070,63	504.098,22
Demais VPD a Apropriar	5.812,50	-
Demais VPD a Apropriar - Consolidação	5.812,50	-
=Outras VPD a Apropriar	5.812,50	-
=Outras VPD a Apropriar	5.812,50	-
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**9.261.498.572,25**	**10.210.687.590,30**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.991.918.654,55	3.189.199.785,97
Créditos a Longo Prazo	1.467.798.866,28	2.660.396.247,69
Créditos a Longo Prazo - Consolidação	1.466.750.328,07	2.659.072.214,20
Créditos Tributários a Receber	1.265.873.188,46	2.383.145.911,10
=Créditos Tributários PRODEC	1.265.873.188,46	2.383.145.911,10
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	178.015.123,51	259.416.186,87
=Empréstimos Concedidos a Receber	274.039,95	274.039,95
=Financiamento Habitacional a Receber	2.440.939,82	4.302.662,54
=Financiamento Simples a Receber	72.863.137,74	85.146.053,23
Financiamentos a Receber - Produtor Rural	102.437.006,00	169.693.431,15
Dívida Ativa Tributária	15.940.530.203,62	14.332.727.073,41
Créditos Não Previdenciários Inscritos	14.776.627.131,57	13.343.201.820,08
Créditos Não Previdenciários Parcelados	1.163.903.072,05	989.525.253,33
Dívida Ativa Não Tributária	194.186.306,67	207.879.962,54
Dívida Ativa Não Tributária	194.186.306,67	207.879.962,54

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(16.111.854.494,19)	(14.524.096.919,72)
(-) Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária	(15.917.946.421,44)	(14.316.489.900,08)
*(-) Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Não Tributária	(193.908.072,75)	(207.607.019,64)
Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	1.048.538,21	1.324.033,49
Dívida Ativa Tributária	1.048.538,21	1.324.033,49
Créditos Previdenciários Parcelados	1.048.538,21	1.324.033,49
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	254.485.307,21	259.169.057,22
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Consolidação	254.485.307,21	259.169.057,22
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	68.550.630,45	65.764.444,63
=Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções	44.200.386,17	44.201.784,05
=Depósitos Judiciais	7.618.584,46	5.418.018,26
=Depósitos para Interposição de Recursos	6.519.364,04	5.949.754,05
=Valores Apreendidos por Decisão Judicial	9.876.070,99	9.858.663,48
Outros Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	336.224,79	336.224,79
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	190.868.967,00	193.636.774,16
=Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	11.908.459,53	7.076.406,10
=Adiantamento de contribuição patronal à previdência privada - SCPREV	283.325,00	283.325,00
=Incentivos Fiscais	85.189.257,11	85.189.257,11
=Créditos a Recuperar	200,02	6.200,02
=Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Processos Judiciais	11.000,06	25.666,70
=Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	93.476.725,28	101.055.919,23
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	(4.934.290,24)	(232.161,57)
(-) Ajuste de Perdas de Outros Créditos e Valores Realizáveis a Longo Prazo	(4.934.290,24)	(232.161,57)
Estoques	1.272,38	1.272,38
Estoques - Consolidação	1.272,38	1.272,38
Outros Estoques	1.272,38	1.272,38
Estoques de Bens Móveis Inservíveis	1.272,38	1.272,38
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	269.633.208,68	269.633.208,68

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Consolidação	269.633.208,68	269.633.208,68
Demais VPD a Apropriar	269.633.208,68	269.633.208,68
=Subvenções Econômicas Concedidas	268.278.825,40	268.278.825,40
Ressarcimento de Despesas Concedidos	1.354.383,28	1.354.383,28
Investimentos	3.502.258.507,83	3.437.593.819,29
Participações Permanentes	3.450.829.478,86	3.395.782.937,44
Participações Permanentes - Consolidação	3.427.497.543,17	3.390.072.278,86
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	3.427.247.516,80	3.389.797.199,67
=Participações em Empresas - MEP	3.025.383.307,80	2.977.481.336,27
=Adiantamento para Aumento de Capital - Principal - MEP	401.864.209,00	412.315.863,40
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	250.026,37	275.079,19
=Participações em Empresas - Método de Custo	9.145.225,12	9.170.277,94
*(-) Perdas Estimadas para Valor Realizável Líquido	(8.896.316,38)	(8.896.316,38)
=Outras Participações - Método de Custo	1.117,63	1.117,63
Participações Permanentes - Intra OFSS	23.331.935,69	5.710.658,58
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	23.326.735,69	5.705.458,58
=Participações em Empresas - MEP	13.480.791,83	5.705.458,58
=Adiantamento para Aumento de Capital - Principal - MEP	9.845.943,86	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	5.200,00	5.200,00
=Participações em Empresas - Método de Custo	5.200,00	5.200,00
Propriedades para Investimento	51.429.028,97	41.810.881,77
Propriedades para Investimento - Consolidação	51.429.028,97	41.810.881,77
Edifícios	23.224.002,92	13.332.296,77
Edifícios	23.224.002,92	13.332.296,77
Terrenos	28.205.026,05	28.478.585,00
Terrenos	28.205.026,05	28.478.585,00
Demais Investimentos Permanentes	-	0,08
Demais Investimentos Permanentes - Consolidação	-	0,08

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
=Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	-	0,08
=Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	-	0,08
Imobilizado	32.628.628.418,21	31.466.056.667,60
Bens Móveis	2.039.252.873,17	1.939.990.577,49
Bens Móveis - Consolidação	2.039.252.873,17	1.939.990.577,49
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	820.208.735,64	776.853.137,55
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	820.208.735,64	776.853.137,55
Equipamentos de Tecnologia da Informação	227.259.401,00	215.727.139,89
Equipamentos de Tecnologia da Informação	227.259.401,00	215.727.139,89
Móveis e Utensílios	269.180.023,92	257.077.910,39
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10.466.704,17	11.370.617,76
Máquinas e Utensílios de Escritório	3.364.715,91	3.134.834,74
Mobiliário em Geral	255.348.603,84	242.572.457,89
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	84.019.993,62	83.817.172,88
Coleções e Materiais Bibliográficos	80.816.758,06	80.930.018,51
Discotecas e Filmotecas	40.111,36	50.417,77
Instrumentos Musicais e Artísticos	791.614,37	871.456,86
Obras de Arte e Peças para Exposição	2.371.509,83	1.965.279,74
Veículos	573.887.842,00	551.766.148,20
Veículos em Geral	35.464.785,41	18.595.820,12
Veículos de Tração Mecânica	509.027.775,14	505.119.848,53
Aeronaves	27.409.040,81	26.109.040,81
Embarcações	1.986.240,64	1.941.438,74
Armamentos	56.385.274,69	48.971.246,36
Armamentos	56.385.274,69	48.971.246,36
Semoventes	631.225,85	622.883,09
Semoventes	631.225,85	622.883,09
Peças não Incorporáveis a Imóveis	3.614.477,80	4.053.919,28

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Peças não Incorporáveis a Imóveis	3.614.477,80	4.053.919,28
Demais Bens Móveis	4.065.898,65	1.101.019,85
Armazéns Estruturais - Coberturas de Lona	43.511,40	33.135,40
Bens Não Localizados	25.245,51	25.245,51
Outros Bens Móveis	3.997.141,74	1.042.638,94
Bens Imóveis	33.231.682.827,95	31.354.559.184,56
Bens Imóveis - Consolidação	33.231.682.827,95	31.354.559.184,56
Bens de Uso Especial	8.804.170.237,03	7.768.348.745,45
Edificações	2.787.472.569,58	5.441.388.152,79
Terrenos	5.605.660.440,53	1.920.792.100,26
Imóveis de Uso Educacional	156.057.664,80	152.189.368,51
Imóveis de Uso da Segurança Pública e da Justiça	73.314.474,87	72.314.036,64
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	181.665.087,25	181.665.087,25
Bens Dominicais	19.834,78	19.834,78
Edificações	19.834,78	19.834,78
Bens de Uso Comum do Povo	18.392.492.886,36	18.386.460.450,88
Ruas / Estradas / Rodovias	14.187.833.666,24	14.184.108.089,36
Pontes e Viadutos	3.144.808.303,52	3.142.857.142,85
Túneis	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
Barragens	59.630.964,12	59.275.266,19
Outros Bens de Uso Comum do Povo	219.952,48	219.952,48
Bens Imóveis em Andamento	5.988.966.381,10	5.118.944.597,56
Obras em Andamento	5.833.651.323,54	4.979.216.918,17
Estudos e Projetos	155.315.057,56	139.727.679,39
Instalações	14.666.576,03	55.120.748,09
Instalações	14.666.576,03	55.120.748,09
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	17.494.221,38	16.810.272,17
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	17.494.221,38	16.810.272,17

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Demais Bens Imóveis	13.872.691,27	8.854.535,63
Bens Imóveis a Classificar	12.547.259,11	7.528.713,83
Outros Bens Imóveis	1.325.432,16	1.325.821,80
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	(2.642.301.566,63)	(1.828.487.378,17)
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas -Consolidação	(2.642.301.566,63)	(1.828.487.378,17)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(917.885.321,54)	(789.773.485,19)
(-) Dep. Acum. Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	(334.398.394,87)	(288.764.843,01)
(-) Dep. Acum. Equipamentos de Tecnologia da Informação	(114.432.971,14)	(93.259.948,21)
(-) Dep. Acum. Móveis e Utensílios	(113.638.083,48)	(99.762.259,40)
(-) Dep. Acum. Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	(255.206,69)	(412.272,20)
(-) Dep. Acum. Veículos	(335.570.525,96)	(292.175.651,64)
(-) Dep. Acum. Armamentos	(17.879.119,23)	(13.450.964,36)
(-) Dep. Acum. Semoventes	(421.007,90)	(404.812,70)
*(-) Dep. Acum. Peças não Incorporáveis a Imóveis	(707.107,84)	(989.379,82)
*(-) Dep. Acum. Demais Bens Móveis	(582.904,43)	(553.353,85)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(1.724.416.245,09)	(1.038.713.892,98)
(-) Dep. Acum. Bens de Uso Especial	(455.558.487,04)	(400.884.267,43)
(-) Dep. Acum. Bens de Uso Comum do Povo	(1.263.439.277,12)	(632.988.134,09)
(-) Dep. Acum. Instalações	(1.668.566,40)	(1.609.965,89)
(-) Dep. Acum. Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	(3.749.914,53)	(3.231.525,57)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	(5.716,28)	(5.716,28)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	(5.716,28)	(5.716,28)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Móveis	(5.716,28)	(5.716,28)
(-) Redução Vlr. Recuperável - Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	(5.463,27)	(5.463,27)
(-) Redução Vlr. Recuperável - Móveis e Utensílios	(253,01)	(253,01)
Intangível	237.134.405,31	204.553.834,90
Softwares	244.681.406,69	210.610.450,52
Softwares - Consolidação	244.681.406,69	210.610.450,52

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Softwares	149.857.215,79	126.473.217,96
Softwares	149.857.215,79	126.473.217,96
Softwares em Desenvolvimento	94.824.190,90	84.137.232,56
Softwares em Desenvolvimento	94.824.190,90	84.137.232,56
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	247.029,71	247.029,71
Marcas, Direitos e Patentes Industriais - Consolidação	247.029,71	247.029,71
Outros Direitos - Bens Intangíveis	247.029,71	247.029,71
Outros Direitos - Bens Intangíveis	247.029,71	247.029,71
(-) Amortização Acumulada	(7.794.031,09)	(6.303.645,33)
(-) Amortização Acumulada-Consolidação	(7.794.031,09)	(6.303.645,33)
(-) Amortização Acumulada - Softwares	(7.713.056,68)	(6.222.670,92)
(-) Amortização Acumulada - Softwares	(7.713.056,68)	(6.222.670,92)
(-) Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes	(80.974,41)	(80.974,41)
(-) Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes	(80.974,41)	(80.974,41)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**38.359.939.985,90**	**38.297.404.107,76**
TOTAL DO ATIVO	**47.621.438.558,15**	**48.508.091.698,06**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	425.380.576,19	339.555.454,54
Pessoal a Pagar	317.862.738,38	231.658.607,28
Pessoal a Pagar - Consolidação	316.958.048,36	230.950.785,05
Pessoal a Pagar do Exercício	257.157.054,92	174.702.790,51
=Salários, Remunerações e Benefícios do Exercício (F)	1.700,90	576,14
Férias	257.155.354,02	174.702.214,37
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	28.185.622,15	28.185.622,15
Pessoal a Pagar (P)	28.185.622,15	28.185.622,15
Precatórios de Pessoal	31.589.367,32	27.729.013,67
=Precatórios de Pessoal - Antes de 05/05/2000 (P)	41.507,85	41.305,23
=Precatórios de Pessoal - a Partir de 05/05/2000 (P)	31.547.859,47	27.687.708,44
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	26.003,97	333.358,72
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	26.003,97	333.358,72
Pessoal a Pagar - Intra OFSS	-	226.855,38
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	-	226.855,38
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	-	226.855,38
Pessoal a Pagar - Inter União	24.427,30	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	24.427,30	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	24.427,30	-
Pessoal a Pagar - Inter Estado	120.141,24	127.899,44
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	120.141,24	127.899,44
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	120.141,24	127.899,44
Pessoal a Pagar - Inter Município	760.121,48	353.067,41
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	558.301,65	353.067,41
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	558.301,65	353.067,41
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos de Exerc. Anteriores (F)	201.819,83	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos de Exerc. Anteriores (F)	201.819,83	-

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios Previdenciários a Pagar	47.845.134,18	38.056.950,49
Benefícios Previdenciários a Pagar-Consolidação	47.845.134,18	38.056.950,49
Precatórios de Benefícios Previdenciários	47.845.134,18	38.056.950,49
=Precatórios de Benefícios Previdenciários - Antes de 05/05/2000 (P)	824.544,85	683.883,84
=Precatórios de Benefícios Previdenciários - a Partir de 05/05/2000 (P)	47.020.589,33	37.373.066,65
Benefícios Assistenciais a Pagar	1.251,60	2.912,44
Benefícios Assistenciais a Pagar -Consolidação	1.251,60	2.912,44
=Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício (F)	1.251,60	2.912,44
=Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício (F)	1.251,60	2.912,44
Encargos Sociais a Pagar	59.671.452,03	69.836.984,33
Encargos Sociais a Pagar-Consolidação	2.999.098,87	2.324.380,94
Entidades de Previdência Privada e Complementar	2.999.098,87	2.324.380,94
=Entidades de Previdência Privada e Complementar do Exercício (F)	2.999.098,87	2.324.380,94
Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	2.446.533,97	2.275.404,05
Contribuição ao Plano de Saúde	2.446.533,97	2.275.404,05
=Contribuição ao Plano de Saúde do Exercício (F)	2.446.533,97	2.275.404,05
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	54.225.819,19	65.237.199,34
INSS a Pagar	54.225.819,19	65.234.048,57
INSS sobre Salários e Remunerações	20.729.788,31	17.841.042,15
INSS - Débito Parcelado	2.423.755,92	16.352.900,18
INSS - Contribuição sobre Serviços de Terceiros ou Contribuintes Avulsos	52.391,02	20.222,30
INSS sobre Provisões	31.019.883,94	31.019.883,94
PIS/PASEP sobre a Folha de Pagamento	-	3.150,77
=PIS/PASEP sobre a Folha de Pagamento do Exercício (F)	-	3.150,77
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	416.601.576,12	833.753.281,88
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	263.989.435,86	366.992.155,59
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Consolidação	61.033.995,47	142.149.107,13
Empréstimos Internos - em Contratos	61.033.995,47	142.149.107,13

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Contratos de Empréstimos Internos	61.033.995,47	142.149.107,13
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União	202.955.440,39	224.843.048,46
Empréstimos Internos - em Contratos	202.955.440,39	224.843.048,46
Contratos de Empréstimos Internos (P)	202.955.440,39	213.702.278,67
=Contratos de Empréstimos Internos do Exercício (F)	-	11.140.769,79
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	110.638.884,51	396.906.939,29
Empréstimos a Curto Prazo - Externo - Consolidação	110.638.884,51	396.906.939,29
Empréstimos Externos - em Contratos	110.638.884,51	396.906.939,29
Contratos de Empréstimos Externos	110.638.884,51	396.906.939,29
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	41.973.255,75	42.672.211,15
Financiamentos a Curto Prazo-Interno-Consolidação	197.822,43	896.777,83
=Financiamentos Internos (P)	139.269,59	827.794,92
=Financiamentos Internos (P)	139.269,59	827.794,92
=Financiamentos Internos do Exercício (F)	58.552,84	68.982,91
=Financiamentos Internos do Exercício (F)	58.552,84	68.982,91
Financiamentos a Curto Prazo-Interno-Intra OFSS	41.775.433,32	41.775.433,32
=Financiamentos Internos (P)	41.775.433,32	41.775.433,32
=Financiamentos Internos (P)	41.775.433,32	41.775.433,32
Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno	-	27.181.975,85
Juros e Encargos a Pagar Emprést./Financiam. Curto Prazo - Interno- Inter OFSS-União	-	27.181.975,85
Juros de Contratos - Empréstimos Internos	-	27.053.849,59
=Juros de Contratos - Empréstimos Internos do Exercício (F)	-	27.053.849,59
Encargos de Contratos - Empréstimos Internos	-	128.126,26
=Encargos de Contratos - Empréstimos Internos do Exercício (F)	-	128.126,26
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	591.554.465,18	510.834.957,86
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	591.554.465,18	510.702.409,76
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	591.554.465,18	510.702.409,76
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	221.049.787,83	193.175.802,78

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
=Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais do Exercício (F)	162.295.290,76	193.175.802,78
=Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais de Exerc. Anteriores (F)	58.754.497,07	-
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - Credores Nacionais	370.504.136,71	317.526.606,98
=Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - Antes de 05/05/2000 (P)	417.870,04	377.404,12
=Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - a Partir 05/05/2000 (P)	370.086.266,67	317.149.202,86
Contas a Pagar Credores Nacionais	540,64	-
Contas Parceladas a Pagar	540,64	-
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo	-	132.548,10
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo - Consolidação	-	132.548,10
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros	-	132.548,10
=Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros do Exercício (F)	-	132.548,10
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	8.329.976,89	14.324.568,51
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	8.326.324,64	14.323.310,72
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Inter OFSS - União	8.326.324,64	14.323.310,72
IPI a Recolher	85,08	-
=IPI a Recolher do Exercício (F)	85,08	-
IRPJ a Recolher	606.999,68	606.999,68
IRPJ a Recolher (P)	606.999,68	606.999,68
Tributos Federais Renegociados	7.500.000,00	13.497.071,16
=PASEP - Parcelamento MP 574/2012 - Integrante da DCL (P)	-	13.497.071,16
=Parcelamento PASEP (P)	7.500.000,00	-
CSLL a Recolher	219.239,88	219.239,88
CSLL a Recolher (P)	219.239,88	219.239,88
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	3.652,25	1.257,79
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Inter OFSS Município	3.652,25	1.257,79
ISS a Recolher	1.636,14	6,45
=ISS a Recolher do Exercício (F)	1.636,14	6,45
Taxas Municipais	2.016,11	1.251,34

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
=Taxas Municipais do Exercício (F)	2.016,11	1.251,34
Provisões a Curto Prazo	939.380.374,68	635.060.970,48
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	15.822.879,07	12.668.904,82
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo - Consolidação	15.822.879,07	12.668.904,82
Provisão para Indenizações Trabalhistas (P)	15.822.879,07	12.668.904,82
Provisão para Indenizações Trabalhistas (P)	15.822.879,07	12.668.904,82
Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo	1.318.371,20	1.318.371,20
Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo - Consolidação	1.318.371,20	1.318.371,20
Provisão para Pagamentos de Autuações Fiscais - Esfera Judicial	1.318.371,20	1.318.371,20
=Provisão para Pagamentos de Autuações Fiscais na Esfera Judicial Recorridas	1.318.371,20	1.318.371,20
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo	1.700.000,00	1.700.000,00
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Consolidação	1.700.000,00	1.700.000,00
=Provisão para Indenizações Cíveis	1.700.000,00	1.700.000,00
=Provisão para Indenizações Cíveis	1.700.000,00	1.700.000,00
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo	891.711.518,29	591.902.345,17
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	341.467.013,29	227.539.445,46
Provisão para Transferência ao FUNDEB	341.467.013,29	227.539.445,46
Provisão para Transferência ao FUNDEB de ICMS	325.883.372,80	213.310.621,38
Provisão para Transferência ao FUNDEB de IPVA	1.421.110,07	1.769.039,48
Provisão para Transferência ao FUNDEB de ITCMD	14.162.530,42	12.459.784,60
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	550.244.505,00	364.362.899,71
Provisão para Distribuição Constitucional e Legal de Receitas	550.244.505,00	364.362.899,71
Provisão para Repartição da Cota de ICMS Municipal	543.138.954,66	355.517.702,30
Provisão para Repartição da Cota de IPVA Municipal	7.105.550,34	8.845.197,41
Outras Provisões a Curto Prazo	28.827.606,12	27.471.349,29
Outras Provisões a Curto Prazo -Consolidação	28.827.606,12	27.471.349,29
Provisão para Contingências	28.827.606,12	27.471.349,29
Provisão para Contingências	28.827.606,12	27.471.349,29

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.543.593.415,28	3.451.911.078,02
Adiantamentos de Clientes	71.366.155,25	55.213.386,60
Adiantamentos de Clientes-Consolidação	71.366.155,25	55.213.386,60
=Adiantamentos de Clientes (P)	71.366.155,25	55.213.386,60
=Adiantamentos de Clientes (P)	71.366.155,25	55.213.386,60
Valores Restituíveis	318.596.850,22	483.651.271,63
Valores Restituíveis - Consolidação	318.596.850,22	483.651.271,63
Consignações	129.478.381,44	128.328.378,08
=INSS	8.227.933,13	8.542.226,73
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	2.833.705,95	2.632.348,47
Outros Tributos do Tesouro Nacional	43.414,40	115.668,54
=ISS	2.501.071,04	2.722.644,97
=Locadores de Imóveis	-	23.789,75
=Consignações da Folha a Pagar	115.617.213,48	113.998.155,85
=Outros Consignatários	255.043,44	293.543,77
Garantias	5.817.379,49	6.292.740,20
=Cauções	5.817.379,49	6.292.740,20
Depósitos Judiciais	141.568.679,54	135.544.265,79
Depósitos Recebidos por Determinação Judicial	141.568.679,54	135.544.265,79
Depósitos não Judiciais	41.732.409,75	213.485.887,56
Depósitos de Terceiros - SAT	7.646.895,19	10.560.153,16
=Depósitos por Devolução de Valores Não Reclamados	1.152.247,26	1.632.440,58
=Depósitos Abandonados	87.237,21	124.715,18
=Depósitos por Devolução de Preparação de Pagamento Rejeitada pelo Banco	1.588.209,55	1.754.191,44
=Depósitos de Restituições de Recursos do FUNDEB	608.338,08	1.072.908,27
=Depósitos de Restituições de Recursos do Salário Educação	661.747,94	474.954,60
=Depósitos de Valores Bloqueados ref. Pensão do RPPS	302.863,88	273.373,79
=Depósitos de Impostos do Simples	1.782.258,61	986.815,70

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos do PRODEC	3.091.165,22	159.714.530,22
=Depósitos Conta Péculio	7.847.635,32	2.881.292,61
Depósitos Diversos	16.963.811,49	34.010.512,01
Outras Obrigações a Curto Prazo	2.153.630.409,81	2.913.046.419,79
Outras Obrigações a Curto Prazo-Consolidação	510.543.368,15	483.728.804,97
Indenizações e Restituições	44.012.817,69	37.432.258,11
=Indenizações e Restituições Diversas do Exercício (F)	462.963,96	488.694,79
=Indenizações e Restituições Diversas de Exerc. Anteriores (F)	258.629,63	-
Programa de Demissão Incentivada - PDI (P)	43.291.224,10	36.943.563,32
Diárias a Pagar	318.824,00	6.143,50
=Diárias a Pagar do Exercício (F)	318.559,00	6.143,50
=Diárias a Pagar de Exercícios Anteriores (F)	265,00	-
Convênios a Pagar	68.991.723,47	10.351.711,76
=Convênios a Pagar do Exercício (F)	68.991.723,47	10.351.711,76
Contrato de Apoio Financeiro a Pagar	-	733.788,48
=Contrato de Apoio Financeiro a Pagar do Exercício (F)	-	733.788,48
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	6.138,00	371,25
=Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas do Exercício (F)	5.766,75	371,25
=Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas de Exercícios Anteriores (F)	371,25	-
Subvenções Econômicas a Pagar	2.359.070,15	1.495.702,94
=Subvenções Econômicas a Pagar do Exercício (F)	2.245.224,96	1.495.702,94
=Subvenções Econômicas a Pagar de Exerc. Anteriores (F)	113.845,19	-
Valores em Trânsito Exigíveis	1.747.443,12	7.466.582,65
=Depósitos a Classificar (F)	1.190.143,12	5.227.320,12
Valores a Classificar pela Alienação de Ativos (P)	557.300,00	2.239.262,53
Sentenças Judiciais a Pagar	137.679.201,04	74.417.442,92
=Sentenças Judiciais a Pagar do Exercício (F)	69.264.703,33	74.417.442,92
=Sentenças Judiciais a Pagar de Exercícios Anteriores (F)	68.414.497,71	-

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Suprimentos de Fundos a Pagar	2.200,00	-
=Suprimentos de Fundos a Pagar do Exercício (F)	2.200,00	-
Credores a Pagar Sem Execução Orçamentária	254.163.060,82	351.824.803,36
=Credores a Pagar Sem Execução Orçamentária (P)	254.163.060,82	351.824.803,36
Credores a Pagar - Despesas de Ressarcimento/Rateio	1.262.889,86	-
=Credores a Pagar - Despesas de Ressarcimento/Rateio (P)	1.262.889,86	-
Outras Obrigações a Curto Prazo - Intra OFSS	1.517.120.578,94	2.333.824.460,58
Indenizações e Restituições	1.145.699,68	-
Restituição de Despesas com Precatório ao Tesouro	1.145.699,68	-
Transferências Constitucionais ou Legais	69.883.058,78	102.510.038,63
=Repasse aos Poderes e UDESC (F)	69.883.058,78	102.510.038,63
Recursos Especiais a Liberar	1.446.091.820,48	2.231.314.421,95
=Recursos a Liberar - Limite de Saque (F)	635.702.421,70	905.871.535,18
=Recursos a Liberar - Limite de Saque-Tesouro (F)	810.389.398,78	1.325.442.886,77
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	-	998,98
Transferências Constitucionais ou Legais	-	998,98
=Fundo de Manutenção e Des. da Educação Básica - FUNDEB (F)	-	998,98
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	125.966.462,72	95.492.155,26
Convênios a Pagar	-	1.762.073,67
=Convênios a Pagar do Exercício (F)	-	1.762.073,67
Transferências Constitucionais ou Legais	82.578.972,19	93.445.523,05
=Repasse Municípios - 25% (P)	63.693.832,55	74.552.664,97
Repasse Municípios - FUNDEB	18.885.139,64	18.892.858,08
Transferências Fundo a Fundo a Pagar	43.387.490,53	284.558,54
=Transferências Fundo a Fundo a Pagar do Exercício (F)	43.290.919,39	284.558,54
=Transferências Fundo a Fundo a Pagar de Exercícios Anteriores (F)	96.571,14	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**4.924.840.384,34**	**5.785.440.311,29**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	739.386.739,44	643.551.804,04
Pessoal a Pagar	186.589.277,78	133.850.413,81
Pessoal a Pagar-Consolidação	186.589.277,78	133.850.413,81
Precatórios de Pessoal	186.589.277,78	133.850.413,81
=Precatórios de Pessoal - antes de 05/05/2000	302.703,92	252.705,68
=Precatórios de Pessoal - a partir de 05/05/2000	169.648.083,83	133.597.708,13
=Prec. Pess. a partir 05/2000 - Vlrs. Pend. Pagamento	16.638.490,03	-
Benefícios Previdenciários a Pagar	239.240.906,38	186.521.530,40
Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação	239.240.906,38	186.521.530,40
Precatórios de Benefícios Previdenciários	239.240.906,38	186.521.530,40
=Precatórios de Benefícios Previdenciários - antes de 05/05/2000	4.044.685,73	3.108.193,04
=Precatórios de Benefícios Previdenciários - a partir de 05/05/2000	209.513.519,65	182.231.215,23
=Prec. Benef. Prev. antes 05/2000 Vlrs. Pend. Pgto	78.038,56	-
=Prec. Benef. Prev. a partir 05/2000 Vlrs. Pend. Pgto	25.604.662,44	1.182.122,13
Encargos Sociais a Pagar	313.556.555,28	323.179.859,83
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	313.556.555,28	323.179.859,83
INSS a Pagar	313.556.555,28	323.179.859,83
INSS - Débito Parcelado	313.556.555,28	323.179.859,83
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	19.869.598.766,24	18.847.578.716,48
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	16.538.339.831,61	16.074.652.313,74
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	6.846.810.724,41	6.603.204.346,35
Empréstimos Internos - em Contratos	6.846.810.724,41	6.603.204.346,35
=Contratos de Empréstimos Internos	6.846.810.724,41	6.603.204.346,35
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	9.691.529.107,20	9.471.447.967,39
Empréstimos Internos - em Contratos	9.691.529.107,20	9.471.447.967,39
=Contratos de Empréstimos Internos	9.691.529.107,20	9.471.447.967,39
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	3.326.914.315,07	2.768.442.513,59
Empréstimos a Longo Prazo - Externo - Consolidação	3.326.914.315,07	2.768.442.513,59

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
=Empréstimos Externos - em Contratos	3.326.914.315,07	2.768.442.513,59
=Empréstimos Externos - em Contratos	3.326.914.315,07	2.768.442.513,59
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	4.344.619,56	4.483.889,15
Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	4.344.619,56	4.483.889,15
=Financiamentos Internos	4.344.619,56	4.483.889,15
=Financiamentos Internos	4.344.619,56	4.483.889,15
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.868.622.567,07	1.596.985.172,26
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo	1.868.622.567,07	1.596.985.172,26
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo - Consolidação	1.868.622.567,07	1.596.985.172,26
=Fornecedores Nacionais	13.952.451,56	425.319,84
=Fornecedores Nacionais	13.952.451,56	425.319,84
Precatórios de Fornecedores Nacionais	1.854.425.962,86	1.596.559.852,42
=Precatórios de Fornecedores Nacionais - antes de 05/05/2000 (P)	2.105.589,75	1.926.661,48
=Precatórios de Fornecedores Nacionais - a partir de 05/05/2000 (P)	1.758.706.776,33	1.594.633.190,94
=Prec.Fornec.Nac. a partir 05/2000 Vlrs. Pend. Pgto (P)	93.613.596,78	-
Contas a Pagar Credores Nacionais a Longo Prazo	244.152,65	-
=Contas Parceladas a Pagar (P)	244.152,65	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	261.574.406,93	265.222.665,51
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	261.574.406,93	265.222.665,51
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Inter OFSS União	261.574.406,93	265.222.665,51
Tributos Federais Renegociados	261.574.406,93	265.222.665,51
=PASEP - Parcelamento MP 574/2012	-	265.222.665,51
=Parcelamento PASEP	261.574.406,93	-
Provisões a Longo Prazo	527.444.544,04	70.812.707,33
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	9.559.497,82	8.490.849,60
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo - Consolidação	9.559.497,82	8.490.849,60
=Provisão para Indenizações Trabalhistas	9.559.497,82	8.490.849,60
=Provisão para Indenizações Trabalhistas	9.559.497,82	8.490.849,60

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	504.407.393,04	49.675.373,51
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	504.407.393,04	49.675.373,51
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	2.169.424.807,47	1.904.204.644,54
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Financeiro do RPPS	113.063.214.544,72	98.966.349.085,50
(-) Contribuições do Inativo para o Plano Financeiro do RPPS	(4.109.569.286,00)	(3.506.975.772,68)
(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Financeiro do RPPS	(783.189.125,86)	(705.074.250,07)
(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	(9.014.592.951,94)	(7.905.088.406,91)
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	(96.986.438.373,45)	(84.945.006.011,30)
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder	(1.665.017.414,43)	(1.854.529.271,03)
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Financeiro do RPPS	100.477.612.761,49	116.261.888.824,91
(-) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	(25.841.860.765,96)	(31.027.428.137,85)
(-) Contribuições do Ativo para o Plano Financeiro do RPPS	(13.256.867.526,48)	(16.846.478.142,12)
(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	(8.011.135.924,93)	(9.673.351.933,71)
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira do Plano Financeiro do RPPS	(55.032.765.958,55)	(60.569.159.882,26)
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo	13.477.653,18	12.646.484,22
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Consolidação	13.477.653,18	12.646.484,22
=Provisão para Indenizações Cíveis	13.477.653,18	12.646.484,22
=Provisão para Indenizações Cíveis	13.477.653,18	12.646.484,22
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.278.122.768,81	1.548.855.851,86
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	191.249.247,99	278.511.273,43
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo-Consolidação	191.249.247,99	278.511.273,43
=Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	191.249.247,99	278.511.273,43
=Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	191.249.247,99	278.511.273,43
Valores Restituíveis	634.461.898,76	662.666.889,79
Valores Restituíveis - Consolidação	634.461.898,76	662.666.889,79
Depósitos Judiciais	634.461.898,76	662.666.889,79
=Depósitos Sob Aviso à Disposição da Justiça	125.294.704,55	153.499.695,58
=Depósitos Judiciais de Terceiros - EC nº 94/2016	509.167.194,21	509.167.194,21

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Outras Obrigações a Longo Prazo	452.411.622,06	607.677.688,64
Outras Obrigações a Longo Prazo-Consolidação	271.929.653,43	329.444.640,21
Indenizações e Restituições	264.951.035,02	322.466.021,80
Programa de Demissão Incentivada- PDI (P)	262.774.144,06	316.677.501,12
=Restituição a CELESC - Ref. Convenio nº 007/95	2.176.890,96	5.788.520,68
=Outros Credores a Longo Prazo	6.978.618,41	6.978.618,41
=Outros Credores a Longo Prazo	6.978.618,41	6.978.618,41
Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS Município	180.481.968,63	278.233.048,43
Transferências Constitucionais ou Legais	180.481.968,63	278.233.048,43
=Repasse Municípios - 25%	38.851.832,15	117.643.763,86
Repasse Municípios - FUNDEB	141.630.136,48	160.589.284,57
Resultado Diferido	603.836.648,33	603.836.648,33
Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) Diferida	603.836.648,33	603.836.648,33
Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	603.836.648,33	603.836.648,33
=Variação Patrimonial Aumentativa Diferida	603.836.648,33	603.836.648,33
=Variação Patrimonial Aumentativa Diferida	603.836.648,33	603.836.648,33
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**25.148.586.440,86**	**23.576.843.565,81**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	240.841.642,40	235.987.642,40
Capital Social Realizado	240.841.642,40	235.987.642,40
Capital Social Realizado - Consolidação	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Subscrito	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Subscrito	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Realizado - Intra OFSS	234.186.288,30	229.332.288,30
Capital Social Subscrito	241.655.296,97	241.655.296,97
Capital Social Subscrito	241.655.296,97	241.655.296,97
(-) Capital Social a Realizar	(7.469.008,67)	(12.323.008,67)
(-) Capital Social a Realizar	(7.469.008,67)	(12.323.008,67)

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social Realizado - Inter OFSS União	5.383.499,10	5.383.499,10
Capital Social Subscrito	5.658.555,03	5.658.555,03
Capital Social Subscrito	5.658.555,03	5.658.555,03
(-) Capital Social a Realizar	(275.055,93)	(275.055,93)
(-) Capital Social a Realizar	(275.055,93)	(275.055,93)
Capital Social Realizado - Inter OFSS Município	1.067,00	1.067,00
Capital Social Subscrito	1.067,00	1.067,00
Capital Social Subscrito	1.067,00	1.067,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	5.000.000,00	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	5.000.000,00	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Intra OFSS	5.000.000,00	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Intra OFSS	5.000.000,00	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Intra OFSS	5.000.000,00	-
Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88
Outras Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88
Outras Reservas de Capital - Consolidação	357.481,14	357.481,14
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	242.720,74	242.720,74
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	242.720,74	242.720,74
Demais Reservas de Capital	114.760,40	114.760,40
Demais Reservas de Capital	114.760,40	114.760,40
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS União	10.835,34	10.835,34
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	7.356,92	7.356,92
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	7.356,92	7.356,92
Demais Reservas de Capital	3.478,42	3.478,42
Demais Reservas de Capital	3.478,42	3.478,42
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS Município	111,40	111,40
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	75,64	75,64
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	75,64	75,64

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Demais Reservas de Capital	35,76	35,76
Demais Reservas de Capital	35,76	35,76
Demais Reservas	8.088.202,21	8.088.202,21
Reserva de Reavaliação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação - Consolidação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	2.452.340,00	2.452.340,00
Reserva de Reavaliação - Bens de Uso Especial	2.452.340,00	2.452.340,00
Reserva de Reavaliação de Bens Móveis	3.362.341,63	3.362.341,63
Reserva de Reavaliação - Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	3.362.341,63	3.362.341,63
Outras Reservas	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Resultados Acumulados	17.293.713.460,46	18.901.363.548,47
Superavits ou Deficits Acumulados	17.831.750.058,45	19.475.338.704,63
Superavits ou Deficits Acumulados - Consolidação	67.104.129.442,09	58.041.813.812,53
Superavits ou Deficits do Exercício	8.232.637.726,67	14.685.973.667,05
Superavits ou Deficits do Exercício	8.232.637.726,67	14.685.973.667,05
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	57.838.243.778,17	37.444.496.134,52
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	57.838.243.778,17	37.444.496.134,52
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.033.247.937,25	5.911.344.010,96
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.033.247.937,25	5.911.344.010,96
Superavits ou Deficits Acumulados - Intra OFSS	(15.725.381.061,16)	(12.244.386.023,53)
Superavits ou Deficits do Exercício	(3.480.995.037,63)	(3.507.688.208,51)
Superavits ou Deficits do Exercício	(3.480.995.037,63)	(3.507.688.208,51)
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(12.244.386.023,53)	(8.736.697.815,02)
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(12.244.386.023,53)	(8.736.697.815,02)
Superavits ou Deficits Acumulados - Inter OFSS - União	7.179.044.798,27	5.850.282.759,64

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Superavits ou Deficits do Exercício	1.311.687.923,65	2.402.677.197,55
Superavits ou Deficits do Exercício	1.311.687.923,65	2.402.677.197,55
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	5.854.868.500,07	3.447.605.562,09
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	5.854.868.500,07	3.447.605.562,09
Ajustes de Exercícios Anteriores	12.488.374,55	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	12.488.374,55	-
Superavits ou Deficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	(6.144.105.072,67)	(4.628.765.648,82)
Superavits ou Deficits do Exercício	(1.515.339.423,85)	(1.222.183.781,56)
Superavits ou Deficits do Exercício	(1.515.339.423,85)	(1.222.183.781,56)
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(4.628.765.648,82)	(3.406.581.867,26)
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(4.628.765.648,82)	(3.406.581.867,26)
Superavits ou Deficits Acumulados - Inter OFSS - Município	(34.581.938.048,08)	(27.543.606.195,19)
Superavits ou Deficits do Exercício	(7.043.776.071,27)	(6.633.384.853,35)
Superavits ou Deficits do Exercício	(7.043.776.071,27)	(6.633.384.853,35)
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(27.538.219.387,31)	(20.912.691.378,81)
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(27.538.219.387,31)	(20.912.691.378,81)
Ajustes de Exercícios Anteriores	57.410,50	2.470.036,97
Ajustes de Exercícios Anteriores	57.410,50	2.470.036,97
Lucros e Prejuízos Acumulados	(538.036.597,99)	(573.975.156,16)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Consolidação	(2.496.363.647,82)	(2.100.791.460,56)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(394.437.723,43)	(481.853.178,55)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(394.437.723,43)	(481.853.178,55)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(2.100.791.460,56)	(1.601.110.475,76)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(2.100.791.460,56)	(1.601.110.475,76)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.134.463,83)	(17.827.806,25)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.134.463,83)	(17.827.806,25)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Intra OFSS	2.498.211.211,09	1.979.919.680,91
Lucros e Prejuízos do Exercício	518.291.530,18	564.339.353,50

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Lucros e Prejuízos do Exercício	518.291.530,18	564.339.353,50
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	1.979.919.680,91	1.415.580.327,41
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	1.979.919.680,91	1.415.580.327,41
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - União	(527.540.076,89)	(444.278.501,93)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(83.509.014,74)	(99.517.293,75)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(83.509.014,74)	(99.517.293,75)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(444.278.501,93)	(344.761.208,18)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(444.278.501,93)	(344.761.208,18)
Ajustes de Exercícios Anteriores	247.439,78	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	247.439,78	-
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Estado	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Município	(12.330.855,37)	(8.811.645,58)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(2.350.924,76)	(2.141.295,56)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(2.350.924,76)	(2.141.295,56)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(8.811.645,58)	(6.670.350,02)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(8.811.645,58)	(6.670.350,02)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.168.285,03)	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.168.285,03)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**17.548.011.732,95**	**19.145.807.820,96**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**47.621.438.558,15**	**48.508.091.698,06**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
ATIVO		
Ativo Financeiro	4.138.161.177,36	5.925.704.152,10
Ativo Permanente	43.483.277.380,79	42.582.387.545,96
Total Ativo (I)	**47.621.438.558,15**	**48.508.091.698,06**
PASSIVO		
Passivo Financeiro	2.706.452.618,77	3.700.476.620,76
Passivo Permanente	27.809.766.614,72	26.268.671.736,87
Total Passivo (II)	**30.516.219.233,49**	**29.969.148.357,63**
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	**17.105.219.324,66**	**18.538.943.340,43**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	7.061.677.221,75	1.216.313.530,57
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	591.770,83	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	67.627.718,57	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**7.129.896.711,15**	**1.216.313.530,57**
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	1.738.432.142,78	659.414.641,65
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	302.638.249,44	385.781.962,60
Obrigações Contratuais a Executar	23.135.138.766,47	23.036.607.863,38
Controle de riscos fiscais e passivos contingentes	12.068.803.218,24	11.739.127.446,79
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**37.245.012.376,93**	**35.820.931.914,42**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
0.100 Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	(547.115.860,78)	(399.209.528,77)
0.101 Recursos ordinários - diversos	4.052.802,35	983.261,19
0.110 Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	-	2.163,69
0.111 Taxas da Segurança Pública - recursos do tesouro - exercício corrente	26.238.480,26	33.644.795,56
0.119 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	1.261.793,74	7.782.846,78
0.120 Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	19.180.072,75	11.009.808,99
0.121 Cota-parte contrib intervenção no domínio econ CIDE-Estadual - rec tesouro -exerc corrente	8.135.714,25	26.986.789,11
0.122 Cota-parte da compensação financeira dos rec hídricos - rec tesouro - exercício corrente	2.258.034,87	4.533.901,89
0.124 Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	19.899.571,93	41.041.952,28
0.126 Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	-	2.775.784,34
0.128 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec tesouro - exercício corrente	8.467.018,20	8.322.087,91
0.129 Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	4.502.515,57	6.743.168,00
0.131 Recursos do FUNDEB - transferências da União	60.068.536,37	75.080.432,16
0.132 Transferências da União - sit de emergência e calamidade - rec do tesouro - exerc corrente	-	3.109.620,69
0.140 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	3.157,83	354.593,00
0.160 Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	4.806,00	2.551,50
0.161 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	6.875.142,65	2.811.822,41
0.162 Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	2.766.592,21	5.384.108,01
0.169 Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	5.879.512,18	1.300.229,92
0.180 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercício corrente	5.595.451,90	136.740,09
0.185 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	48.578.370,19	72.281.807,15
0.186 Remuneração de disponibilidade bancária FUNDEB	2.469.498,36	7.707.097,26
0.187 Remuneração de disponibilidade bancária Salário Educação	2.544.268,23	1.554.341,07
0.188 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	2.872.075,33	2.883.024,78
0.191 Operações de crédito interna - recursos do tesouro - exercício corrente	6.194.842,65	644.143.257,77
0.192 Operações de crédito externa - recursos do tesouro - exercício corrente	421.690,89	11.914.327,20
0.198 Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	0,94	420.501,49
0.199 Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	11.070,42	39.500,28
0.219 Outras Taxas Vinculadas - Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente	27.374.355,83	-
0.223 Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - Exercício Corrente	31.074.517,70	29.767.788,16
0.225 Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	79.934,19	2.215.768,60
0.228 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	28.118.387,63	17.896.702,13
0.229 Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.239.577,27	12.843.836,37
0.232 Transferências da União - situação de emergência e calamidade	144.000,00	-

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
0.240 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	208.668.333,78	49.995.296,79
0.250 Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	143.394.495,26	116.454.925,49
0.260 Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.694.607,07	8.329.356,98
0.261 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.263.126,00	1.936.333,80
0.262 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	90.570,76	-
0.263 Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	238.854,63	1.553.395,14
0.265 Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	19.827.676,90	21.901.203,41
0.266 Receitas diversas - receita Agroindustrial - FDR	1.471.346,26	995.993,59
0.269 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	73.724.698,23	44.399.854,39
0.280 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes-exercício corrente	206.190,25	10.130.075,41
0.283 Remuneração de depósitos bancários da conta única do Tribunal de Justiça	(86.222,80)	-
0.285 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	39.728.445,71	107.110.675,85
0.289 Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV	28.864.983,56	-
0.298 Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	4.879.482,01	3.096.441,20
0.299 Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	4.949.671,70	8.231.369,93
0.300 Recursos ordinarios - recursos do tesouro - exercícios anteriores	137.536,26	515.814,10
0.301 Recursos Ordinários Diversos-Fonte do Tesouro - Exercício Anterior	180.866,34	8.751,67
0.302 Recursos do Tesouro - Programa Revigorar III - Exercícios Anteriores	-	3.665,44
0.309 Superavit Financeiro -Recursos Convertidos - Recursos do Tesouro -Receitas Primárias	44.887,50	108.570,29
0.310 Taxa Judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores	4.043,25	1.879,56
0.311 Taxas da Segurança Pública - Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores	5.429.261,39	5.338.967,23
0.319 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício anterior	2.448.815,59	1.181.597,82
0.320 Cota-parte da contribuição do Salário Educação - recursos tesouro - exercícios anteriores	521.848,78	502.154,82
0.321 Cota-parte da contrib de interv no domínio econômico - CIDE-Estadual	7.348.010,12	4.912.168,94
0.324 Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	47.784.858,88	27.138.467,35
0.325 Convênio-Programa de Assistência Social-Exercícios Anteriores	5.194,57	5.194,57
0.326 Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	2.854.454,57	96.154,58
0.328 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	7.406.507,09	8.316.077,14
0.329 Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	383.946,50	1.377.720,00
0.332 Transferências da União - sit de emergência e calamidade-rec do tesouro - exerc anteriores	3.267.153,66	1.159.831,27
0.340 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	354.593,00	11.120,54
0.361 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercícios anteriores	702.394,81	276.672,48
0.362 Receitas diversas - SEITEC	155.834,24	218.310,52
0.380 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercícios anteriores	238,81	238,81

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
0.385 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	90.478.111,83	80.558.373,33
0.387 Remuneração de disponibilidade bancária - Salário Educação	14.573,38	35.590,41
0.388 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos tesouro - exercícios anteriores	3.128.384,74	2.678.682,15
0.391 Operação de crédito interna - rec tesouro - exerc anteriores - superávit	349.164.262,00	195.177.714,87
0.392 Operação de crédito externa - exercícios anteriores	23.578,89	609.447,44
0.395 Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	-	2.346.926,76
0.397 Superavit Financeiro - Recursos Convertidos - Receitas Não Primárias	10.348,46	36.497,50
0.398 Receita de Alienação de Bens-Exercícios Anteriores	7.400,00	7.470,00
0.623 Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	13.414.277,98	8.952.955,25
0.625 Convênio - Programa de Assitência Social - recursos outras fontes - exercícios anteriores	3.201.169,27	1.489.612,91
0.628 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	59.825.008,42	78.613.729,66
0.629 Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	5.449.825,23	5.865.470,22
0.632 Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercício anterior	25.999,50	54.063,90
0.640 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	39.254.840,43	157.452.821,13
0.650 Contribuição previdenciária	104.649.275,12	87.782.613,03
0.659 Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício anterior	65.364,62	-
0.660 Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	10.547.438,71	25.336.934,45
0.661 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	281.962,91	363.457,03
0.662 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício anterior	342.397,22	351.211,98
0.663 Receitas diversas - Programa Pró-Emprego - exercício anterior	576.735,99	-
0.665 Receitas diversas - recursos outras fontes - manutenção ens superior - exercício anterior	7.475.804,21	5.182,03
0.669 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	37.118.719,95	29.983.267,98
0.680 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes - exerc anteriores	53,13	26.750.298,90
0.685 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	139.710.337,02	274.607.321,74
0.689 Remuneração de disponibilidade bancária - Rec. vinc - Fundos IPREV - Ex. Anteriores	58.249.244,32	58.249.244,32
0.698 Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	3.154.030,94	4.014.510,57
0.699 Não primárias - outras receitas	7.890.387,90	7.890.365,42
7.100 Contrapartida de Conv.-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	1.466.137,86	1.685.668,75
7.111 Contrapartida de Convenios-Tx. da Segurança Pública-Rec.Tesouro-Exercício Corrente	405.423,81	186.751,22
7.119 Contrapartida de Outras Taxas Vinculadas - Exercício Corrente	-	743.776,00
7.129 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercício Corrente	-	534.001,51
7.162 Contrapartida de Convênios - Receitas Diversas - SEITEC - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente	3.912,67	-
7.219 Contrapartida de Convênios-Outras Taxas Vinculadas-Exercício Corrente	126.564,49	-
7.228 Contrapartida de Convênios - Outros Convênios e Acordos Administrativos - Exercício Corrente	968.217,72	-

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
7.229 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Rec. de outras Fontes - Exercício Corren	-	34.500,00
7.240 Contrapartida de Convênios - Rec. de Serviços - Rec. de Outras fontes - Exerc. Corrente	30.201,24	760.000,00
7.269 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Ex. Corrente- Rec.Outras Fontes	655.753,78	10.298,81
7.300 Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	6.293.330,91	5.478.502,07
7.311 Contrapartida de Convenios-Taxas da Segurança Pública - Rec.Tesouro-Ex.Ant	1.049.174,94	1.882.743,52
7.319 Outras Taxas Vinculadas - Recursos de Outras Fontes - Exercício Anterior - Demais Receitas	622.810,17	-
7.329 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercícios Anteriores	921.887,23	1.354.512,02
7.629 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Exerc. Ant - Rec. Outras Fontes	315.104,70	865.000,00
7.640 Contrapartida de Convenios-Recursos de serviços-Exercícios Anteriores	800.938,24	245.264,14
7.660 Contrapartida de Convenios-Recursos Patrimoniais-Exercícios Anteriores	2.000,00	2.000,00
7.661 Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercícios Anteriores	65.020,10	46.020,10
7.662 Contrapartida de Convênios-Rec. Diversos-Seitec-Exerc.Anteriores	80.578,60	80.578,60
7.669 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Rec.de Outras Fontes-Ex. Anterior	892.533,83	791.102,60
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	**1.346.901.759,05**	**2.125.687.842,44**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - No Quadro das Contas de Compensação, no item Obrigações Contratuais a Executar, foi incluída na memória de cálculo em 2018 a conta 8.1.2.3.6.01.00.00 - A Executar. Considerando essa conta no exercício de 2017, o valor total do item Obrigações Contratuais a Executar somaria R$ 23.039.974.970,46.

002 - Demonstrativo apresentado até o 6º nível de agrupamento das contas contábeis.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.673.411.500,91	9.614.016.030,30
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	8.673.411.500,91	9.614.016.030,30
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	8.673.411.500,91	9.614.016.030,30
Conta Única - Tesouro	301.345,32	805.817,19
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	13.704.960,38	34.260.310,99
Rede Bancária - Arrecadação	18.304.599,67	17.550.409,12
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	8.641.100.595,54	9.561.399.493,00
Conta Única - RPPS	-	-
Créditos a Curto Prazo	2.410.387.140,66	1.566.432.408,18
Créditos Tributários a Receber	2.064.072.608,80	1.178.227.891,86
Créditos Tributários a Receber - Consolidação	2.063.797.113,52	1.177.952.396,58
Impostos	1.465.694.788,53	606.812.495,27
Taxas	34.152.285,67	-
Contribuições Sociais	17.550.654,54	11.622.882,32
Créditos Tributários Parcelados	546.399.384,78	559.517.018,99
Créditos Tributários a Receber -Inter OFSS - Município	275.495,28	275.495,28
=Créditos Previdenciários Parcelados	275.495,28	275.495,28
Clientes	117.885.524,25	86.015.120,83
Clientes - Consolidação	117.885.524,25	86.015.120,83
Faturas/Duplicatas a Receber	117.776.270,08	85.905.866,66
=Faturas/Duplicatas a Receber Vencidas	109.254,17	109.254,17
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	33.812.188,24	25.757.424,29
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	33.812.188,24	25.757.424,29
Financiamentos Concedidos a Receber	33.812.188,24	25.757.424,29
Dívida Ativa Tributária	469.867.828,61	444.613.955,29
Dívida Ativa Tributária - Consolidação	469.867.828,61	444.613.955,29

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Dívida Ativa Tributária Inscrita	469.867.828,61	444.613.955,29
Dívida Ativa Não Tributária	33.306.972,90	2.397.686,59
Dívida Ativa Não Tributária - Consolidação	33.306.972,90	2.397.686,59
Dívida Ativa Não Tributária	33.306.972,90	2.397.686,59
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(308.557.982,14)	(170.579.670,68)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo-Consolidação	(308.557.982,14)	(170.579.670,68)
*(-) Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber	(30.837.797,90)	-
*(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(1.333.301,76)	(30.252.020,68)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(14.076.479,56)	(14.282.726,41)
(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Tributária	(246.256.787,89)	(123.779.212,46)
*(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	(16.053.615,03)	(2.265.711,13)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.356.845.885,61	2.311.335.150,55
Adiantamentos Concedidos	1.930.560.623,75	1.865.026.561,17
Adiantamentos Concedidos - Consolidação	1.912.676.498,20	1.865.026.561,17
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	16.348.592,19	11.171.580,48
=Suprimento de Fundos/Diárias	9.200.858,52	12.548.495,22
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	1.887.127.047,49	1.841.306.485,47
Adiantamentos Concedidos - Inter Município OFSS	17.884.125,55	-
Adiantamentos Transferências Constitucionais ou Legais	17.884.125,55	-
Tributos a Recuperar / Compensar	8.322.785,05	5.974.137,38
Tributos a Recuperar/Compensar - Consolidação	763,20	763,20
ICMS a Recuperar/ Compensar	763,20	763,20
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS União	8.125.768,97	5.805.704,49
IRRF a Compensar	1.291.328,92	3.325.859,96
IR e CSLL a Recuperar / Compensar	5.375.894,90	1.424.340,18
INSS a Compensar	600.594,12	471.255,87
COFINS a Compensar	692.095,33	501.981,31

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
PIS/PASEP a Compensar	145.589,05	57.800,52
Outros Tributos a Recuperar / Compensar	20.266,65	24.466,65
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS Municípios	196.252,88	167.669,69
ISS a Compensar	196.252,88	167.669,69
Créditos por Danos ao Patrimônio	179.389.394,36	197.454.124,81
Créditos por Danos ao Patrimônio-Consolidação	179.389.394,36	197.454.124,81
Créditos por Danos ao Patrimônio Provenientes de Créditos Administrativos	95.671.857,87	104.460.090,25
Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Tomada de Contas Especial (TCE)	83.620.479,30	92.979.367,92
=Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Processos Judiciais	97.057,19	14.666,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	107.846.951,56	173.751.373,26
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados-Consolidação	107.846.951,56	173.751.373,26
=Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções	33.900,00	33.900,00
=Valores Apreendidos por Decisão Judicial - Fontes Orçamentárias	107.813.051,56	173.717.473,26
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	646.517.684,65	514.474.025,16
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo -Consolidação	644.429.959,22	512.687.988,70
=Aluguéis a Receber	1.286.897,28	1.237.956,79
=Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	513.747.424,97	448.323.694,04
=Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais	58.498,00	66.610,21
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	1.661.309,25	1.825.250,55
=Créditos a Receber Decorrentes de Alienação de Bens Móveis e Imóveis	3.220.489,37	-
=Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	11.177,76	-
=Dividendos Propostos a Receber	14.155.684,08	4.900.522,87
=Cheques em Cobrança	78.434,94	78.434,94
=Multas de Trânsito a Receber	14.877.684,47	17.537.230,08
Contribuição do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	22.477.940,75	26.885,70
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	40.462.348,88	30.692.862,47
Ajuste dos Créditos a Receber	3.740.635,92	4.900.223,88

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
=Créditos a Receber Decorrentes de Compensação Brasil Telecom	23.537,45	23.537,45
=Créditos a Receber Decorrentes de Danos Causados ao Patrimônio Público	-	1.592.474,92
Créditos a Receber Decorrentes Ressarcimentos/Rateios de Despesas	1.262.889,86	1.128.256,19
=Créditos a Receber decorrentes de Compensação Ambiental	789.570,51	-
=Juros sobre o Capital Próprio a Receber	646.908,10	-
=Créditos a Receber de Empresas Estatais	18.000.000,00	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	7.928.527,63	354.048,61
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS Município	2.087.725,43	1.786.036,46
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	503.838,38	182.468,69
=Créditos a Receber Decorrentes de Cessão de Uso de Áreas Públicas	1.583.887,05	1.603.567,77
(-) Ajuste de Perdas com Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	(515.791.553,76)	(445.345.071,23)
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo -Consolidação	(515.791.553,76)	(445.345.071,23)
(-) Ajuste de Perdas em Créditos por Danos ao Patrimônio	(2.624.018,19)	(14.840,32)
(-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	(513.167.535,57)	(445.330.230,91)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	471.140.406,09	400.395.969,03
Títulos e Valores Mobiliários	471.140.406,09	400.395.969,03
Títulos e Valores Mobiliários-Consolidação	471.140.406,09	400.395.969,03
=Ações Passíveis de Alienação	159.568,41	133.856,21
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	459.122.169,63	382.064.255,46
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	11.858.668,05	18.197.857,36
Estoques	203.178.243,06	202.835.677,05
Mercadorias para Revenda	1.096.912,97	973.632,33
Mercadorias para Revenda - Consolidação	1.096.912,97	973.632,33
Mercadorias - Estoques Programas Próprios	1.076.576,32	953.295,68
Mercadorias em Armazéns de Terceiros para Revenda	20.336,65	20.336,65
Matérias-Primas	2.379,75	632.529,88
Matérias-Primas - Consolidação	2.379,75	632.529,88

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Matérias-Primas - Armazéns Próprios	2.379,75	632.529,88
Almoxarifado	181.059.521,67	181.823.850,71
Almoxarifado - Consolidação	181.059.521,67	181.823.850,71
=Material de Consumo	155.630.974,17	137.363.468,22
Bens Móveis	23.725.605,30	44.460.382,49
=Material de Construção	1.702.942,20	-
Outros Estoques	21.020.000,62	19.406.236,08
Outros Estoques - Consolidação	21.020.000,62	19.406.236,08
Estoques para Doação e/ou Permuta	4.634.845,18	3.058.742,82
Construções Civis	16.047.223,26	16.347.493,26
Estoques para Leilão	337.932,18	-
(-) Ajuste de Perdas de Estoques	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas de Estoques - Consolidação	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas em Estoques	(571,95)	(571,95)
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	10.539.356,91	10.558.497,65
Prêmios de Seguros a Apropriar	5.883.288,30	5.761.180,11
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	5.883.288,30	5.761.180,11
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	5.883.288,30	5.761.180,11
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	3.145.141,79	2.726.387,84
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	3.145.141,79	2.726.387,84
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	3.145.141,79	2.726.387,84
Demais VPD a Apropriar	1.510.926,82	2.070.929,70
Demais VPD a Apropriar - Consolidação	1.510.926,82	2.070.929,70
=Outras VPD a Apropriar	1.510.926,82	2.070.929,70
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**14.125.502.533,24**	**14.105.573.732,76**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.109.635.665,03	3.245.902.427,45

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Créditos a Longo Prazo	1.468.254.292,37	2.660.707.734,77
Créditos a Longo Prazo - Consolidação	1.467.205.754,16	2.659.383.701,28
Créditos Tributários a Receber	1.265.873.188,46	2.383.145.911,10
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	178.015.123,51	259.416.186,87
Dívida Ativa Tributária	16.006.942.630,29	14.386.824.584,71
Dívida Ativa Não Tributária	449.202.928,08	428.735.449,82
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(16.432.828.116,18)	(14.798.738.431,22)
Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	1.048.538,21	1.324.033,49
Dívida Ativa Tributária	1.048.538,21	1.324.033,49
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	371.746.891,60	315.560.211,62
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Consolidação	371.746.891,60	315.560.211,62
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	185.812.214,84	122.155.599,03
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	190.868.967,00	193.636.774,16
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	(4.934.290,24)	(232.161,57)
Estoques	1.272,38	1.272,38
Estoques - Consolidação	1.272,38	1.272,38
Outros Estoques	1.272,38	1.272,38
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	269.633.208,68	269.633.208,68
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Consolidação	269.633.208,68	269.633.208,68
Demais VPD a Apropriar	269.633.208,68	269.633.208,68
Investimentos	3.479.014.854,02	3.431.971.442,59
Participações Permanentes	3.427.585.825,05	3.390.160.560,74
Participações Permanentes - Consolidação	3.427.585.825,05	3.390.160.560,74
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	3.427.247.516,80	3.389.797.199,67
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	338.308,25	363.361,07
Propriedades para Investimento	51.429.028,97	41.810.881,77
Propriedades para Investimento - Consolidação	51.429.028,97	41.810.881,77

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Edifícios	23.224.002,92	13.332.296,77
Terrenos	28.205.026,05	28.478.585,00
Demais Investimentos Permanentes	-	0,08
Demais Investimentos Permanentes - Consolidação	-	0,08
=Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	-	0,08
Imobilizado	33.604.845.955,03	32.317.357.307,10
Bens Móveis	2.396.631.933,86	2.316.182.964,34
Bens Móveis - Consolidação	2.396.631.933,86	2.316.182.964,34
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	898.832.367,06	849.684.783,71
Equipamentos de Tecnologia da Informação	387.032.263,19	380.866.991,39
Móveis e Utensílios	360.328.122,74	350.206.480,43
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	88.731.466,68	104.655.350,16
Veículos	595.345.094,60	574.852.186,29
Armamentos	56.385.274,69	48.971.246,36
Semoventes	631.225,85	622.883,09
Peças não Incorporáveis a Imóveis	5.280.220,40	5.222.023,06
Demais Bens Móveis	4.065.898,65	1.101.019,85
Bens Imóveis	33.999.471.198,43	31.974.259.813,69
Bens Imóveis - Consolidação	33.999.471.198,43	31.974.259.813,69
Bens de Uso Especial	9.392.988.910,94	8.203.151.448,30
Bens Dominicais	19.834,78	19.834,79
Bens de Uso Comum do Povo	18.392.492.886,36	18.386.460.450,88
Bens Imóveis em Andamento	6.161.305.079,54	5.293.862.365,32
Instalações	20.784.595,24	65.036.749,94
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	17.538.903,53	16.861.277,17
Demais Bens Imóveis	14.340.988,04	8.867.687,29
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	(2.791.251.460,98)	(1.944.430.745,96)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas -Consolidação	(2.791.251.460,98)	(1.944.430.745,96)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(1.029.644.384,32)	(876.836.529,32)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(1.761.602.313,56)	(1.067.591.494,74)
(-) Amortização Acumulada - Bens Imóveis	(4.763,10)	(2.721,90)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	(5.716,28)	(28.654.724,97)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	(5.716,28)	(28.654.724,97)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Móveis	(5.716,28)	(28.654.724,97)
Intangível	315.891.580,46	291.110.897,19
Softwares	390.943.487,20	343.859.392,26
Softwares - Consolidação	390.943.487,20	343.859.392,26
Softwares	295.967.435,97	259.570.299,37
Softwares em Desenvolvimento	94.976.051,23	84.289.092,89
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	247.029,71	247.029,71
Marcas, Direitos e Patentes Industriais - Consolidação	247.029,71	247.029,71
Outros Direitos - Bens Intangíveis	247.029,71	247.029,71
(-) Amortização Acumulada	(75.298.936,45)	(49.737.931,87)
(-) Amortização Acumulada-Consolidação	(75.298.936,45)	(49.737.931,87)
(-) Amortização Acumulada - Softwares	(75.217.962,04)	(49.656.957,46)
(-) Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes	(80.974,41)	(80.974,41)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	(3.257.592,91)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível -Consolidação	-	(3.257.592,91)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Softwares	-	(3.257.592,91)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**39.509.388.054,54**	**39.286.342.074,33**
TOTAL DO ATIVO	**53.634.890.587,78**	**53.391.915.807,09**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	442.372.469,97	344.727.631,34
Pessoal a Pagar	333.845.743,25	235.443.496,97
Pessoal a Pagar - Consolidação	332.727.802,98	234.962.530,12
Pessoal a Pagar do Exercício	257.179.445,02	176.000.934,67
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	41.595.277,90	28.511.212,00
Precatórios de Pessoal	33.927.076,09	30.117.024,73
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	26.003,97	333.358,72
Pessoal a Pagar - Inter União	24.427,30	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	24.427,30	-
Pessoal a Pagar - Inter Estado	162.866,54	127.899,44
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	162.866,54	127.899,44
Pessoal a Pagar - Inter Município	930.646,43	353.067,41
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	728.826,60	353.067,41
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos de Exerc. Anteriores (F)	201.819,83	-
Benefícios Previdenciários a Pagar	50.196.554,01	40.616.149,80
Benefícios Previdenciários a Pagar-Consolidação	50.196.554,01	40.616.149,80
Benefícios Previdenciários	2.351.419,83	2.559.199,31
Precatórios de Benefícios Previdenciários	47.845.134,18	38.056.950,49
Benefícios Assistenciais a Pagar	1.251,60	2.912,44
Benefícios Assistenciais a Pagar -Consolidação	1.251,60	2.912,44
=Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício (F)	1.251,60	2.912,44
Encargos Sociais a Pagar	58.328.921,11	68.665.072,13
Encargos Sociais a Pagar-Consolidação	2.999.098,87	2.324.380,94
Entidades de Previdência Privada e Complementar	2.999.098,87	2.324.380,94
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	55.329.822,24	66.340.691,19
INSS a Pagar	55.329.822,24	66.337.540,42

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
PIS/PASEP sobre a Folha de Pagamento	-	3.150,77
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	379.026.142,80	791.977.848,56
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	263.989.435,86	366.992.155,59
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Consolidação	61.033.995,47	142.149.107,13
Empréstimos Internos - em Contratos	61.033.995,47	142.149.107,13
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União	202.955.440,39	224.843.048,46
Empréstimos Internos - em Contratos	202.955.440,39	224.843.048,46
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	110.638.884,51	396.906.939,29
Empréstimos a Curto Prazo - Externo - Consolidação	110.638.884,51	396.906.939,29
Empréstimos Externos - em Contratos	110.638.884,51	396.906.939,29
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	4.397.822,43	896.777,83
Financiamentos a Curto Prazo-Interno-Consolidação	4.397.822,43	896.777,83
=Financiamentos Internos (P)	4.339.269,59	827.794,92
=Financiamentos Internos do Exercício (F)	58.552,84	68.982,91
Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno	-	27.181.975,85
Juros e Encargos a Pagar Emprést./Financiam. Curto Prazo - Interno- Inter OFSS-União	-	27.181.975,85
Juros de Contratos - Empréstimos Internos	-	27.053.849,59
Encargos de Contratos - Empréstimos Internos	-	128.126,26
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	592.102.552,07	514.371.255,66
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	592.102.552,07	514.238.707,56
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	592.102.552,07	514.238.707,56
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	221.068.976,81	196.268.625,11
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - Credores Nacionais	371.033.034,62	317.970.082,45
Contas a Pagar Credores Nacionais	540,64	-
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo	-	132.548,10
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo - Consolidação	-	132.548,10
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros	-	132.548,10

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	8.329.976,89	14.324.568,51
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	8.326.324,64	14.323.310,72
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Inter OFSS - União	8.326.324,64	14.323.310,72
IPI a Recolher	85,08	-
IRPJ a Recolher	606.999,68	606.999,68
Tributos Federais Renegociados	7.500.000,00	13.497.071,16
CSLL a Recolher	219.239,88	219.239,88
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	3.652,25	1.257,79
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Inter OFSS Município	3.652,25	1.257,79
ISS a Recolher	1.636,14	6,45
Taxas Municipais	2.016,11	1.251,34
Provisões a Curto Prazo	939.380.374,68	635.060.970,48
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	15.822.879,07	12.668.904,82
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo - Consolidação	15.822.879,07	12.668.904,82
Provisão para Indenizações Trabalhistas (P)	15.822.879,07	12.668.904,82
Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo	1.318.371,20	1.318.371,20
Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo - Consolidação	1.318.371,20	1.318.371,20
Provisão para Pagamentos de Autuações Fiscais - Esfera Judicial	1.318.371,20	1.318.371,20
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo	1.700.000,00	1.700.000,00
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Consolidação	1.700.000,00	1.700.000,00
=Provisão para Indenizações Cíveis	1.700.000,00	1.700.000,00
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo	891.711.518,29	591.902.345,17
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	341.467.013,29	227.539.445,46
Provisão para Transferência ao FUNDEB	341.467.013,29	227.539.445,46
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	550.244.505,00	364.362.899,71
Provisão para Distribuição Constitucional e Legal de Receitas	550.244.505,00	364.362.899,71
Outras Provisões a Curto Prazo	28.827.606,12	27.471.349,29

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Outras Provisões a Curto Prazo -Consolidação	28.827.606,12	27.471.349,29
Provisão para Contingências	28.827.606,12	27.471.349,29
Demais Obrigações a Curto Prazo	6.730.257.854,05	6.592.439.560,07
Adiantamentos de Clientes	71.606.155,25	56.413.386,60
Adiantamentos de Clientes-Consolidação	71.606.155,25	56.413.386,60
=Adiantamentos de Clientes (P)	71.606.155,25	56.413.386,60
Valores Restituíveis	6.022.141.867,93	5.901.392.604,30
Valores Restituíveis - Consolidação	6.022.141.867,93	5.901.392.604,30
Consignações	129.956.196,38	129.539.295,66
Garantias	8.499.085,37	7.657.002,47
Depósitos Judiciais	5.744.922.123,31	5.479.248.454,70
Depósitos não Judiciais	138.764.462,87	284.947.851,47
Outras Obrigações a Curto Prazo	636.509.830,87	634.633.569,17
Outras Obrigações a Curto Prazo-Consolidação	510.543.368,15	539.140.414,93
Indenizações e Restituições	44.012.817,69	92.843.868,07
Diárias a Pagar	318.824,00	6.143,50
Convênios a Pagar	68.991.723,47	10.351.711,76
Contrato de Apoio Financeiro a Pagar	-	733.788,48
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	6.138,00	371,25
Subvenções Econômicas a Pagar	2.359.070,15	1.495.702,94
Valores em Trânsito Exigíveis	1.747.443,12	7.466.582,65
Sentenças Judiciais a Pagar	137.679.201,04	74.417.442,92
Suprimentos de Fundos a Pagar	2.200,00	-
Credores a Pagar Sem Execução Orçamentária	254.163.060,82	351.824.803,36
Credores a Pagar - Despesas de Ressarcimento/Rateio	1.262.889,86	-
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	-	998,98
Transferências Constitucionais ou Legais	-	998,98

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	125.966.462,72	95.492.155,26
Convênios a Pagar	-	1.762.073,67
Transferências Constitucionais ou Legais	82.578.972,19	93.445.523,05
Transferências Fundo a Fundo a Pagar	43.387.490,53	284.558,54
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**9.091.469.370,46**	**8.892.901.834,62**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	752.550.429,11	650.491.078,64
Pessoal a Pagar	199.752.967,45	140.789.688,41
Pessoal a Pagar-Consolidação	199.752.967,45	140.789.688,41
Precatórios de Pessoal	199.752.967,45	140.789.688,41
Benefícios Previdenciários a Pagar	239.240.906,38	186.521.530,40
Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação	239.240.906,38	186.521.530,40
Precatórios de Benefícios Previdenciários	239.240.906,38	186.521.530,40
Encargos Sociais a Pagar	313.556.555,28	323.179.859,83
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	313.556.555,28	323.179.859,83
INSS a Pagar	313.556.555,28	323.179.859,83
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	19.877.998.766,24	18.847.578.716,48
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	16.538.339.831,61	16.074.652.313,74
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	6.846.810.724,41	6.603.204.346,35
Empréstimos Internos - em Contratos	6.846.810.724,41	6.603.204.346,35
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	9.691.529.107,20	9.471.447.967,39
Empréstimos Internos - em Contratos	9.691.529.107,20	9.471.447.967,39
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	3.326.914.315,07	2.768.442.513,59
Empréstimos a Longo Prazo - Externo - Consolidação	3.326.914.315,07	2.768.442.513,59
=Empréstimos Externos - em Contratos	3.326.914.315,07	2.768.442.513,59
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	12.744.619,56	4.483.889,15
Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	12.744.619,56	4.483.889,15

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
=Financiamentos Internos	12.744.619,56	4.483.889,15
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.871.640.216,29	1.599.762.002,72
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo	1.871.640.216,29	1.599.762.002,72
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo - Consolidação	1.871.640.216,29	1.599.762.002,72
=Fornecedores Nacionais	14.172.373,63	645.241,91
Precatórios de Fornecedores Nacionais	1.857.223.690,01	1.599.116.760,81
Contas a Pagar Credores Nacionais a Longo Prazo	244.152,65	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	261.574.406,93	265.222.665,51
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	261.574.406,93	265.222.665,51
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Inter OFSS União	261.574.406,93	265.222.665,51
Tributos Federais Renegociados	261.574.406,93	265.222.665,51
Provisões a Longo Prazo	527.444.544,04	70.812.707,33
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	9.559.497,82	8.490.849,60
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo - Consolidação	9.559.497,82	8.490.849,60
=Provisão para Indenizações Trabalhistas	9.559.497,82	8.490.849,60
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	504.407.393,04	49.675.373,51
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	504.407.393,04	49.675.373,51
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	2.169.424.807,47	1.904.204.644,54
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder	(1.665.017.414,43)	(1.854.529.271,03)
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo	13.477.653,18	12.646.484,22
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Consolidação	13.477.653,18	12.646.484,22
=Provisão para Indenizações Cíveis	13.477.653,18	12.646.484,22
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.278.122.768,81	1.548.855.851,86
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	191.249.247,99	278.511.273,43
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo-Consolidação	191.249.247,99	278.511.273,43
=Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	191.249.247,99	278.511.273,43
Valores Restituíveis	634.461.898,76	662.666.889,79

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Valores Restituíveis - Consolidação	634.461.898,76	662.666.889,79
Depósitos Judiciais	634.461.898,76	662.666.889,79
Outras Obrigações a Longo Prazo	452.411.622,06	607.677.688,64
Outras Obrigações a Longo Prazo-Consolidação	271.929.653,43	329.444.640,21
Indenizações e Restituições	264.951.035,02	322.466.021,80
=Outros Credores a Longo Prazo	6.978.618,41	6.978.618,41
Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS Município	180.481.968,63	278.233.048,43
Transferências Constitucionais ou Legais	180.481.968,63	278.233.048,43
Resultado Diferido	603.836.648,33	603.836.648,33
Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) Diferida	603.836.648,33	603.836.648,33
Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	603.836.648,33	603.836.648,33
=Variação Patrimonial Aumentativa Diferida	603.836.648,33	603.836.648,33
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**25.173.167.779,75**	**23.586.559.670,87**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	6.655.354,10	6.655.354,10
Capital Social Realizado	6.655.354,10	6.655.354,10
Capital Social Realizado - Consolidação	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Subscrito	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Realizado - Inter OFSS União	5.383.499,10	5.383.499,10
Capital Social Subscrito	5.658.555,03	5.658.555,03
(-) Capital Social a Realizar	(275.055,93)	(275.055,93)
Capital Social Realizado - Inter OFSS Município	1.067,00	1.067,00
Capital Social Subscrito	1.067,00	1.067,00
Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88
Outras Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88
Outras Reservas de Capital - Consolidação	357.481,14	357.481,14
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	242.720,74	242.720,74

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Demais Reservas de Capital	114.760,40	114.760,40
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS União	10.835,34	10.835,34
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	7.356,92	7.356,92
Demais Reservas de Capital	3.478,42	3.478,42
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS Município	111,40	111,40
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	75,64	75,64
Demais Reservas de Capital	35,76	35,76
Demais Reservas	8.088.202,21	8.088.202,21
Reserva de Reavaliação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação - Consolidação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	2.452.340,00	2.452.340,00
Reserva de Reavaliação de Bens Móveis	3.362.341,63	3.362.341,63
Outras Reservas	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Resultados Acumulados	19.355.141.453,38	20.897.342.317,41
Superavits ou Deficits Acumulados	22.391.389.262,46	23.451.237.154,48
Superavits ou Deficits Acumulados - Consolidação	56.231.079.096,80	50.002.091.163,11
Superavits ou Deficits do Exercício	5.399.280.934,44	11.966.254.529,16
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	49.798.521.128,75	32.125.523.815,04
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.033.277.033,61	5.910.312.818,91
Superavits ou Deficits Acumulados - Inter OFSS - União	6.893.192.309,41	5.625.472.670,13
Superavits ou Deficits do Exercício	1.250.645.524,30	2.346.178.949,18
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	5.630.058.410,56	3.279.293.720,95
Ajustes de Exercícios Anteriores	12.488.374,55	-
Superavits ou Deficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	(6.144.771.627,66)	(4.629.088.417,46)
Superavits ou Deficits do Exercício	(1.515.683.210,20)	(1.222.269.149,08)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(4.629.088.417,46)	(3.406.819.268,38)
Superavits ou Deficits Acumulados - Inter OFSS - Município	(34.588.110.516,09)	(27.547.238.261,30)
Superavits ou Deficits do Exercício	(7.046.316.473,17)	(6.634.821.701,18)
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(27.541.851.453,42)	(20.914.886.597,09)
Ajustes de Exercícios Anteriores	57.410,50	2.470.036,97
Lucros e Prejuízos Acumulados	(3.036.247.809,08)	(2.553.894.837,07)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Consolidação	(2.496.363.647,82)	(2.100.791.460,56)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(394.437.723,43)	(481.853.178,55)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(2.100.791.460,56)	(1.601.110.475,76)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.134.463,83)	(17.827.806,25)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - União	(527.540.076,89)	(444.278.501,93)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(83.509.014,74)	(99.517.293,75)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(444.278.501,93)	(344.761.208,18)
Ajustes de Exercícios Anteriores	247.439,78	-
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Estado	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Município	(12.330.855,37)	(8.811.645,58)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(2.350.924,76)	(2.141.295,56)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(8.811.645,58)	(6.670.350,02)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.168.285,03)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**19.370.253.437,57**	**20.912.454.301,60**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**53.634.890.587,78**	**53.391.915.807,09**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
ATIVO		
Ativo Financeiro	9.290.006.591,39	10.203.940.120,65
Ativo Permanente	44.344.883.996,39	43.187.975.686,44
Total Ativo (I)	**53.634.890.587,78**	**53.391.915.807,09**
PASSIVO		
Passivo Financeiro	6.964.637.917,12	6.908.686.635,20
Passivo Permanente	27.815.408.378,44	26.244.599.245,87
Total Passivo (II)	**34.780.046.295,56**	**33.153.285.881,07**
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	**18.854.844.292,22**	**20.238.629.926,02**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	7.103.983.750,01	1.263.335.655,49
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	591.770,83	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	67.627.718,57	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**7.172.203.239,41**	**1.263.335.655,49**
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	1.738.432.142,78	659.414.641,65
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	302.638.249,44	385.781.962,60
Obrigações Contratuais a Executar	23.135.138.766,47	23.036.607.863,38
Controle de riscos fiscais e passivos contingentes	12.068.803.218,24	11.739.127.446,79
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**37.245.012.376,93**	**35.820.931.914,42**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
0.100 Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	(296.462.446,40)	(295.242.435,26)
0.101 Recursos ordinários - diversos	6.634.410,47	1.756.794,46
0.110 Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	3.326.790,10	4.192.160,91
0.111 Taxas da Segurança Pública - recursos do tesouro - exercício corrente	26.238.480,26	33.644.795,56
0.119 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	1.267.775,89	9.087.916,83
0.120 Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	19.180.072,75	11.009.808,99
0.121 Cota-parte contrib intervenção no domínio econ CIDE-Estadual - rec tesouro -exerc corrente	8.135.714,25	26.986.789,11
0.122 Cota-parte da compensação financeira dos rec hídricos - rec tesouro - exercício corrente	2.258.034,87	4.533.901,89
0.124 Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	19.899.571,93	41.041.952,28
0.126 Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	-	2.775.784,34
0.128 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec tesouro - exercício corrente	8.467.018,20	8.322.087,91
0.129 Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	4.502.515,57	6.743.168,00
0.131 Recursos do FUNDEB - transferências da União	60.068.536,37	75.080.432,16
0.132 Transferências da União - sit de emergência e calamidade - rec do tesouro - exerc corrente	-	3.109.620,69
0.140 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	3.157,83	354.593,00
0.160 Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	76.607,14	695.334,02
0.161 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	11.537.434,59	4.792.359,53
0.162 Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	7.275.844,00	8.602.473,31
0.169 Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	5.879.512,18	1.679.162,06
0.180 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercício corrente	5.595.451,90	136.740,09
0.181 Remuneração de disponibilidade bancária - Lesgilativo - rec tesouro - exercício corrente	45,25	880.302,58
0.182 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - rec tesouro - exercício corrente	-	9.890.498,54
0.183 Remuneração de disp bancária - conta única do Judiciário - rec tesouro - exerc corrente	9.811.012,66	72.595.576,86
0.184 Remuneração de disp bancária - Ministério Público - rec tesouro - exercício corrente	14.625,30	4.122.163,00
0.185 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	48.578.370,19	72.281.807,15
0.186 Remuneração de disponibilidade bancária FUNDEB	2.469.498,36	7.707.097,26
0.187 Remuneração de disponibilidade bancária Salário Educação	2.544.268,23	1.554.341,07
0.188 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	2.872.075,33	2.883.024,78
0.191 Operações de crédito interna - recursos do tesouro - exercício corrente	6.194.842,65	644.143.257,77
0.192 Operações de crédito externa - recursos do tesouro - exercício corrente	421.690,89	11.914.327,20
0.195 Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça	-	349.145.855,18
0.198 Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	0,94	420.501,49
0.199 Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	11.070,42	39.500,28

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
0.210 Taxa Judiciária - Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente	4.689.230,52	-
0.212 Selos de Fiscalização de Atos Notariais e Registrais - Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente	10.953.007,81	-
0.219 Outras Taxas Vinculadas - Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente	119.801.291,78	-
0.223 Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - Exercício Corrente	31.074.517,70	29.767.788,16
0.225 Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	79.934,19	2.215.768,60
0.228 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	28.118.387,63	17.896.702,13
0.229 Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.239.577,27	12.843.836,37
0.232 Transferências da União - situação de emergência e calamidade	144.000,00	-
0.240 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	209.389.726,86	56.744.091,84
0.250 Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	143.394.495,26	116.454.925,49
0.260 Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.978.520,15	8.330.126,98
0.261 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.263.126,00	1.936.333,80
0.262 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	90.570,76	-
0.263 Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	854.408,89	10.633.929,12
0.265 Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	19.827.676,90	21.901.203,41
0.266 Receitas diversas - receita Agroindustrial - FDR	1.471.346,26	995.993,59
0.269 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	93.526.017,36	152.119.464,78
0.280 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes-exercício corrente	206.190,25	10.130.075,41
0.281 Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	628.958,94	-
0.282 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário -rec outras fontes-exercício corrente	30.903.472,04	5.309.471,83
0.283 Remuneração de depósitos bancários da conta única do Tribunal de Justiça	20.870.181,77	-
0.284 Remuneração de disp bancária - Ministério Público - rec outras fontes - exercício corrente	5.408.469,09	5.846.097,75
0.285 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	39.728.445,96	107.663.860,40
0.289 Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV	28.864.983,56	-
0.298 Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	5.625.784,21	3.096.441,20
0.299 Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	4.949.671,70	8.231.369,93
0.300 Recursos ordinarios - recursos do tesouro - exercícios anteriores	10.128.312,34	11.173.507,79
0.301 Recursos Ordinários Diversos-Fonte do Tesouro - Exercício Anterior	275.322,46	1.970.896,72
0.302 Recursos do Tesouro - Programa Revigorar III - Exercícios Anteriores	-	3.665,44
0.309 Superavit Financeiro -Recursos Convertidos - Recursos do Tesouro -Receitas Primárias	44.887,50	108.570,29
0.310 Taxa Judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores	2.591.856,38	2.424.816,71
0.311 Taxas da Segurança Pública - Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores	5.429.261,39	5.338.967,23
0.319 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício anterior	2.484.769,63	1.439.847,06

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
0.320 Cota-parte da contribuição do Salário Educação - recursos tesouro - exercícios anteriores	521.848,78	502.154,82
0.321 Cota-parte da contrib de interv no domínio econômico - CIDE-Estadual	7.348.010,12	4.912.168,94
0.324 Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	47.784.858,88	27.138.467,35
0.325 Convênio-Programa de Assistência Social-Exercícios Anteriores	5.194,57	5.194,57
0.326 Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	2.854.454,57	96.154,58
0.328 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	7.406.507,09	8.316.077,14
0.329 Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	383.946,50	1.377.720,00
0.332 Transferências da União - sit de emergência e calamidade-rec do tesouro - exerc anteriores	3.267.153,66	1.159.831,27
0.340 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	753.359,87	1.021.376,71
0.360 Recursos patrimoniais - primários	556.152,13	1.171.298,50
0.361 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.548.291,56	1.168.564,66
0.362 Receitas diversas - SEITEC	2.631.509,19	1.539.762,79
0.369 Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	89.910,25	26.851,11
0.380 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercícios anteriores	238,81	238,81
0.381 Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	734.047,96	2.018.600,61
0.382 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - exercício anterior	1.436,08	4.599.447,40
0.383 Remuneração de disponibilidade bancária -conta única do Judiciário - exercícios anteriores	142.804.924,57	147.657.159,13
0.384 Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público	1.506.226,74	2.465.671,81
0.385 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	90.478.111,83	80.558.373,33
0.387 Remuneração de disponibilidade bancária - Salário Educação	14.573,38	35.590,41
0.388 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos tesouro - exercícios anteriores	3.128.384,74	2.678.682,15
0.391 Operação de crédito interna - rec tesouro - exerc anteriores - superávit	349.164.262,00	195.177.714,87
0.392 Operação de crédito externa - exercícios anteriores	23.578,89	609.447,44
0.395 Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	148.235.847,54	6.468.867,65
0.397 Superavit Financeiro - Recursos Convertidos - Receitas Não Primárias	10.348,46	36.497,50
0.398 Receita de Alienação de Bens-Exercícios Anteriores	948.973,56	949.043,56
0.623 Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	13.414.277,98	8.952.955,25
0.625 Convênio - Programa de Assitência Social - recursos outras fontes - exercícios anteriores	3.201.169,27	1.489.612,91
0.628 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	59.825.008,42	78.613.729,66
0.629 Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	5.449.825,23	5.865.470,22
0.632 Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercício anterior	25.999,50	54.063,90
0.640 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	46.037.610,59	159.557.009,19
0.647 Serviços judiciários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	174.432,31	222.432,31

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
0.650 Contribuição previdenciária	104.649.275,12	87.782.613,03
0.659 Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício anterior	65.364,62	-
0.660 Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	10.547.438,71	25.338.077,12
0.661 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	599.252,41	1.258.940,67
0.662 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício anterior	424.792,59	919.395,63
0.663 Receitas diversas - Programa Pró-Emprego - exercício anterior	2.440.610,43	-
0.665 Receitas diversas - recursos outras fontes - manutenção ens superior - exercício anterior	7.475.804,21	5.182,03
0.669 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	66.358.881,19	116.259.662,71
0.680 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes - exerc anteriores	2.129,04	26.752.374,81
0.682 Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disp bancária - Judiciário	566.923,03	2.266.140,04
0.684 Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - exercícios anteriores	16.283.774,77	14.937.117,65
0.685 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	139.713.012,83	274.769.165,14
0.689 Remuneração de disponibilidade bancária - Rec. vinc - Fundos IPREV - Ex. Anteriores	58.249.244,32	58.249.244,32
0.698 Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	3.154.030,94	4.014.510,57
0.699 Não primárias - outras receitas	7.890.387,90	7.890.365,42
7.100 Contrapartida de Conv.-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	1.466.137,86	1.685.668,75
7.111 Contrapartida de Convenios-Tx. da Segurança Pública-Rec.Tesouro-Exercício Corrente	405.423,81	186.751,22
7.119 Contrapartida de Outras Taxas Vinculadas - Exercício Corrente	-	743.776,00
7.129 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercício Corrente	-	534.001,51
7.162 Contrapartida de Convênios - Receitas Diversas - SEITEC - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente	3.912,67	-
7.219 Contrapartida de Convênios-Outras Taxas Vinculadas-Exercício Corrente	126.564,49	-
7.228 Contrapartida de Convênios - Outros Convênios e Acordos Administrativos - Exercício Corrente	968.217,72	-
7.229 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Rec. de outras Fontes - Exercício Corren	-	34.500,00
7.240 Contrapartida de Convênios - Rec. de Serviços - Rec. de Outras fontes - Exerc. Corrente	30.201,24	760.000,00
7.269 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Ex. Corrente- Rec.Outras Fontes	655.753,78	10.298,81
7.300 Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	6.293.330,91	5.478.502,07
7.311 Contrapartida de Convenios-Taxas da Segurança Pública - Rec.Tesouro-Ex.Ant	1.049.174,94	1.882.743,52
7.319 Outras Taxas Vinculadas - Recursos de Outras Fontes - Exercício Anterior - Demais Receitas	622.810,17	-
7.329 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercícios Anteriores	921.887,23	1.354.512,02
7.629 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Exerc. Ant - Rec. Outras Fontes	315.104,70	865.000,00
7.640 Contrapartida de Convenios-Recursos de serviços-Exercícios Anteriores	800.938,24	245.264,14
7.660 Contrapartida de Convenios-Recursos Patrimoniais-Exercícios Anteriores	2.000,00	2.000,00
7.661 Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercícios Anteriores	65.020,10	46.020,10

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2018**	**31/12/2017**
7.662 Contrapartida de Convênios-Rec. Diversos-Seitec-Exerc.Anteriores	80.578,60	80.578,60
7.669 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Rec.de Outras Fontes-Ex. Anterior	892.533,83	791.102,60
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	**2.177.289.372,11**	**3.103.049.184,10**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - No Quadro das Contas de Compensação, no item Obrigações Contratuais a Executar, foi incluída na memória de cálculo em 2018 a conta 8.1.2.3.6.01.00.00 - A Executar. Considerando essa conta no exercício de 2017, o valor total do item Obrigações Contratuais a Executar somaria R$ 23.039.974.970,46.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	27.390.390.317,49	24.343.604.184,19
Impostos	26.219.424.552,95	23.425.474.951,51
Impostos sobre Patrimônio e a Renda	3.646.235.284,50	3.209.675.074,37
Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Consolidação	3.646.235.284,50	3.209.675.074,37
Impostos sobre a Produção e a Circulação	22.573.189.268,45	20.215.799.877,14
Impostos sobre a Produção e a Circulação -Consolidação	22.573.189.268,45	20.215.799.877,14
Taxas	1.170.965.764,54	918.129.232,68
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	839.321.134,18	632.318.885,55
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Consolidação	839.321.134,18	632.318.885,55
Taxas pela Prestação de Serviços	331.644.630,36	285.810.347,13
Taxas pela Prestação de Serviços - Consolidação	331.644.630,36	285.810.347,13
Contribuições	2.537.964.703,17	2.326.348.360,38
Contribuições Sociais	2.537.964.703,17	2.326.348.360,38
Contribuições Sociais - RPPS	2.537.964.703,17	2.326.348.360,38
Contribuições Sociais - RPPS - Consolidação	1.026.805.625,30	934.600.342,93
Contribuições Sociais - RPPS - Intra OFSS	1.511.159.077,87	1.391.748.017,45
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.165.711.536,69	958.229.613,88
Venda de Mercadorias	20.835.993,91	20.269.052,41
Venda Bruta de Mercadorias	20.867.450,76	20.269.052,41
Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	20.867.450,76	20.269.052,41
(-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias	(31.456,85)	-
(-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	(31.456,85)	-
Venda de Produtos	1.427.534,16	1.499.990,64
Venda Bruta de Produtos	1.427.534,16	1.499.990,64
Venda Bruta de Produtos - Consolidação	1.427.534,16	1.499.990,64
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	1.143.448.008,62	936.460.570,83
Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	1.143.456.196,11	936.820.582,51

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação	1.012.635.753,84	802.544.358,94
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Intra OFSS	130.820.442,27	134.276.223,57
(-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	(8.187,49)	(360.011,68)
(-) Dedução Valor Bruto de Explor. de Bens, Direitos e Prest. de Serviços - Consolidação	(8.187,49)	(360.011,68)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.120.761.567,65	5.729.693.953,93
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	6.544.194,98	416.572,09
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos	6.544.194,98	416.572,09
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	6.544.194,98	416.572,09
Juros e Encargos de Mora	338.341.448,24	500.863.714,13
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços	3.441,59	938.083,90
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Consolidação	3.441,59	938.083,90
Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários	337.346.885,97	490.553.971,69
Juros e Encargos de Mora Sobre Créditos Tributários - Consolidação	337.346.885,97	490.553.971,69
Outros Juros e Encargos de Mora	991.120,68	9.371.658,54
Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação	991.120,68	9.371.658,54
Variações Monetárias e Cambiais	1.404.511.217,00	4.598.372.488,79
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos	50.353.085,99	37.617.338,39
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	50.353.085,99	37.617.338,39
Outras Variações Monetárias e Cambiais	1.354.158.131,01	4.560.755.150,40
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	1.169.259.744,62	3.069.112.190,27
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Intra OFSS	-	765.404,91
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	184.445.642,00	1.490.455.849,82
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Município	452.744,39	421.705,40
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	371.364.707,43	630.041.178,92
Remuneração de Aplicações Financeiras	371.364.707,43	630.041.178,92
Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	371.364.707,43	630.041.178,92
Transferências e Delegações Recebidas	81.975.314.697,44	77.067.011.838,53
Transferências Intragovernamentais	76.100.800.089,84	71.527.052.583,04

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	19.442.347.522,27	18.766.841.454,61
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	19.442.347.522,27	18.766.841.454,61
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	52.877.582.811,75	49.151.525.188,46
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	52.877.582.811,75	49.151.525.188,46
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	3.780.869.755,82	3.608.685.939,97
Transferências Recebidas p/ Aporte de Recursos p/ o RPPS - INTRA OFSS	3.780.869.755,82	3.608.685.939,97
Transferências Intergovernamentais	4.817.935.268,20	4.673.703.171,34
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas	2.405.915.226,30	2.364.189.848,08
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Inter OFSS - União	2.405.915.226,30	2.364.189.848,08
Transferências do FUNDEB	2.323.813.879,57	2.187.168.329,55
Transferências do FUNDEB - Inter OFSS - Estado	2.323.813.879,57	2.187.168.329,55
Transferências Voluntárias	79.009.209,33	116.331.135,82
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União	67.007.777,21	115.072.767,73
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	12.001.432,12	1.258.368,09
Outras Transferências	9.196.953,00	6.013.857,89
Outras Transferências - Inter OFSS - União	8.196.953,00	6.011.137,15
Outras Transferências - Inter OFSS - Município	1.000.000,00	2.720,74
Transferências das Instituições Privadas	395.922.711,26	331.252.810,50
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	10.806.879,05	17.128.278,71
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	10.806.879,05	17.128.278,71
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos	385.115.832,21	314.124.531,79
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	385.115.832,21	314.124.531,79
Transferências do Exterior	75.067,39	115.142,00
Transferências do Exterior	75.067,39	115.142,00
Transferências do Exterior - Consolidação	75.067,39	115.142,00
Transferências de Pessoas Físicas	1.067.693,80	1.513.752,28
Transferências de Pessoas Físicas	1.067.693,80	1.513.752,28
Transferências de Pessoas Físicas - Consolidação	1.067.693,80	1.513.752,28

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Outras Transferências e Delegações Recebida	659.513.866,95	533.374.379,37
Outras Transferências e Delegações Recebida	659.513.866,95	533.374.379,37
Outras Transferências e Delegações Recebidas - Consolidação	659.513.866,95	533.374.379,37
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	3.171.027.653,69	9.879.920.279,56
Reavaliação de Ativos	2.959.020.621,44	9.632.861.992,48
Reavaliação de Imobilizado	2.946.182.465,90	9.630.891.223,27
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	2.946.182.465,90	9.630.891.223,27
Reavaliação de Intangíveis	12.811.661,70	1.941.141,69
Reavaliação de Intangíveis -Consolidação	12.811.661,70	1.941.141,69
Reavaliação de Outros Ativos	26.493,84	29.627,52
Reavaliação de Outros Ativos - Consolidação	26.493,84	29.627,52
Ganhos com Alienação	13.154.351,79	2.152.908,68
Ganhos com Alienação de Imobilizado	13.154.351,79	2.152.908,68
Ganhos com Alienação de Imobilizado - Consolidação	13.154.351,79	2.152.908,68
Ganhos com Incorporação de Ativos	123.472.705,66	121.239.821,18
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos	2.814,97	1.637,20
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos - Consolidação	2.814,97	1.637,20
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	123.469.890,69	121.238.183,98
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Consolidação	123.469.890,69	121.238.183,98
Ganhos com Desincorporação de Passivos	75.379.974,80	123.665.557,22
Ganhos com Desincorporação de Passivos	75.379.974,80	123.665.557,22
Ganhos com Desincorporação de Passivos-Consolidação	75.379.974,80	123.665.557,22
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	31.508.024.774,08	86.755.776.678,35
Resultado Positivo de Participações	336.656.513,49	126.466.554,78
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	317.524.930,91	126.461.470,20
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	308.779.865,19	124.807.479,72
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	8.745.065,72	1.653.990,48
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos	19.131.582,58	5.084,58

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Consolidação	19.131.582,58	5.084,58
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	30.418.174.889,21	85.499.841.693,11
Reversão de Provisões	29.618.610.865,07	84.942.242.657,60
Reversão de Provisões - Consolidação	29.618.610.865,07	84.942.242.657,60
Reversão de Ajustes de Perdas	799.564.024,14	557.599.035,51
Reversão de Ajustes de Perdas - Consolidação	799.564.024,14	557.599.035,51
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	753.193.371,38	1.129.468.430,46
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	44.728.888,49	27.984.569,84
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	44.728.888,49	27.984.569,84
Multas Administrativas	173.510.352,33	118.420.824,77
Multas Administrativas - Consolidação	173.510.352,33	118.420.824,77
Indenizações e Restituições	229.129.348,85	178.912.309,23
Indenizações e Restituições - Consolidação	202.750.325,76	161.022.299,09
Indenizações e Restituições - Intra	23.386.629,24	15.838.657,67
Indenizações e Restituições	590.612,10	-
Indenizações e Restituições	62.074,95	476.728,89
Indenizações e Restituições	2.339.706,80	1.574.623,58
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	305.824.781,71	804.150.726,62
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	143.876.768,25	645.413.565,25
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Intra	161.948.013,46	158.737.161,37
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	**149.869.195.250,21**	**207.060.584.908,82**

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	10.646.665.963,93	10.246.411.859,95
Remuneração a Pessoal	7.798.687.379,41	7.565.323.587,29
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS	5.142.798.758,78	5.082.005.859,76
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	5.142.798.758,78	5.082.005.859,76
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS	1.525.086.593,04	1.358.611.895,48
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS - Consolidação	1.525.086.593,04	1.358.611.895,48
Remuneração a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS	1.130.802.027,59	1.124.705.832,05
Remun. a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	1.130.802.027,59	1.124.705.832,05
Encargos Patronais	2.049.428.805,82	1.886.693.589,14
Encargos Patronais - RPPS	1.514.637.589,56	1.397.047.675,04
Encargos Patronais - RPPS - Intra OFSS	1.511.141.907,11	1.392.416.533,95
Encargos Patronais - RPPS - Inter União	3.495.682,45	4.631.141,09
Encargos Patronais - RGPS	337.652.466,37	294.020.155,71
Encargos Patronais - RGPS - Consolidação	37.047,31	36.338,00
Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - União	337.615.419,06	293.983.817,71
Encargos Patronais - FGTS	22.489.003,03	21.444.988,32
Encargos Patronais - FGTS - Consolidação	22.489.003,03	-
Encargos Patronais - FGTS - Inter União	-	21.444.988,32
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	35.814.090,23	32.100.522,34
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência - Consolidação	35.814.090,23	32.100.522,34
Outros Encargos Patronais	138.835.656,63	142.080.247,73
Outros Encargos Patronais - Consolidação	7.711.556,63	7.449.085,82
Outros Encargos Patronais - Intra OFSS	130.837.613,03	134.373.111,98
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - União	233.376,90	199.290,65
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Município	53.110,07	58.759,28
Benefícios a Pessoal	536.410.816,43	524.122.387,79
Benefícios a Pessoal - RPPS	343.545.402,08	354.803.338,35

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Benefícios a Pessoal - RPPS - Consolidação	343.545.402,08	354.803.338,35
Benefícios a Pessoal - RGPS	119.642.506,46	103.550.930,40
Benefícios a Pessoal - RGPS - Consolidação	119.642.506,46	103.550.930,40
Benefícios a Pessoal - Militar	73.222.907,89	65.768.119,04
Benefícios a Pessoal - Militar - Consolidação	73.222.907,89	65.768.119,04
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	262.138.962,27	270.272.295,73
Indenizações e Restituições Trabalhistas	229.160.465,06	240.256.667,95
Indenizações e Restituições Trabalhistas - Consolidação	229.160.465,06	240.256.667,95
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes	32.978.497,21	30.015.627,78
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Consolidação	7.167.633,39	8.992.418,47
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Intra	19.384.155,92	15.838.657,67
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Inter União	712.148,22	945.699,70
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Inter Estado	1.519.647,67	1.187.833,44
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Inter Município	4.194.912,01	3.051.018,50
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.449.696.713,83	6.033.270.947,61
Aposentadorias e Reformas	5.368.839.527,70	4.977.582.532,82
Aposentadorias - RPPS	4.174.639.894,46	3.828.511.989,13
Aposentadorias - RPPS - Consolidação	4.174.639.894,46	3.828.511.989,13
Reserva Remunerada - Pessoal Militar	1.194.199.633,24	1.149.070.543,69
Reserva Remunerada - Pessoal Militar - Consolidação	1.194.199.633,24	1.149.070.543,69
Pensões	1.049.028.945,26	1.027.401.059,08
Pensões - RPPS	841.944.787,66	823.111.512,47
Pensões - RPPS - Consolidação	841.944.787,66	823.111.512,47
Pensões - Militar	207.084.157,60	204.289.546,61
Pensões - Militar - Consolidação	207.084.157,60	204.289.546,61
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	31.828.240,87	28.287.355,71
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS	13.734.284,87	12.242.835,83
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - RPPS - Consolidação	13.734.284,87	12.242.835,83

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - RGPS	23.259,00	36.510,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - RGPS - Consolidação	23.259,00	36.510,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Militar	522.347,44	389.216,92
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Militar - Consolidação	522.347,44	389.216,92
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17.548.349,56	15.618.792,96
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Consolidação	17.548.349,56	15.618.792,96
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	5.351.477.913,03	4.968.708.801,01
Uso de Material de Consumo	972.363.643,45	914.262.667,77
Consumo de Material	803.347.921,13	792.641.077,23
Consumo de Material - Consolidação	803.347.921,13	792.641.077,23
Distribuição de Material Gratuito	169.015.722,32	121.621.590,54
Distribuição de Material Gratuito - Consolidação	169.015.722,32	121.621.590,54
Serviços	3.463.562.039,13	3.151.711.548,10
Diárias	52.439.883,50	55.839.008,15
Diárias - Consolidação	52.439.883,50	55.839.008,15
Serviços Terceiros - PF	144.463.003,46	146.122.889,54
Serviços Terceiros - PF - Consolidação	144.463.003,46	146.122.889,54
Serviços Terceiros - PJ	3.238.364.710,97	2.920.124.935,52
Serviços Terceiros - PJ - Consolidação	3.238.364.710,97	2.920.124.935,52
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 § 1, Lc 101/00	28.294.441,20	29.624.714,89
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 da LRF - Consolidação	28.294.441,20	29.624.714,89
Depreciação, Amortização e Exaustão	915.552.230,45	902.734.585,14
Depreciação	889.979.634,35	882.135.522,49
Depreciação - Consolidação	889.979.634,35	882.135.522,49
Amortização	25.572.596,10	20.599.062,65
Amortização - Consolidação	25.572.596,10	20.599.062,65
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.837.903.941,72	5.008.379.434,34
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.016.393.000,99	770.880.712,64

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna	843.056.024,67	650.477.063,74
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	464.547.551,84	466.924.358,52
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS União	378.508.472,83	183.552.705,22
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa	173.128.988,20	120.403.648,90
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	173.128.988,20	120.403.648,90
Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos	207.988,12	-
Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Consolidação	207.988,12	-
Juros e Encargos de Mora	92.548,20	2.262.308,04
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços	78.742,34	116.562,73
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Consolidação	78.742,34	116.562,73
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias	13.322,45	2.145.745,31
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Consolidação	5.298,69	439.440,19
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - União	8.023,76	1.706.305,12
Outros Juros e Encargos de Mora	483,41	-
Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação	483,41	-
Variações Monetárias e Cambiais	2.813.530.059,27	4.227.901.330,61
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna	1.362.534.005,03	1.510.121.428,20
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Consolidação	776.697.223,22	483.460.056,62
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União	585.836.781,81	1.026.661.371,58
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa	1.188.027.507,70	378.856.109,03
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa - Consolidação	1.188.027.507,70	378.856.109,03
Outras Variações Monetárias e Cambiais	262.968.546,54	2.338.923.793,38
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	259.116.805,12	2.325.794.389,43
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	3.851.741,42	13.129.403,95
Descontos Financeiros Concedidos	493.732,86	956.024,80
Descontos Financeiros Concedidos	493.732,86	956.024,80
Descontos Financeiros Concedidos - Consolidação	493.732,86	956.024,80
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	7.394.600,40	6.379.058,25

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Juros e Encargos Sobre Tributos Renegociados	7.394.600,40	6.379.058,25
Juros e Encargos de Tributos Renegociados - Inter OFSS União	7.394.600,40	6.379.058,25
Transferências e Delegações Concedidas	87.882.854.369,63	82.557.485.399,66
Transferências Intragovernamentais	76.100.800.089,84	71.527.052.583,04
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	19.442.347.522,27	18.766.841.454,61
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	19.442.347.522,27	18.766.841.454,61
Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária	52.877.582.811,75	49.151.525.188,46
Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	52.877.582.811,75	49.151.525.188,46
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos p/ o RPPS	3.780.869.755,82	3.608.685.939,97
Transferências Concedidas p/ Aportes de Recursos para o RPPS - Intra	3.780.869.755,82	3.608.685.939,97
Transferências Inter Governamentais	10.813.466.738,64	9.964.690.754,67
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	6.504.022.264,29	6.201.017.298,10
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - União	4.298.704,94	2.222.914,96
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - Município	6.499.723.559,35	6.198.794.383,14
Transferências ao FUNDEB	3.838.039.517,05	3.408.726.374,08
Transferências ao FUNDEB - Inter OFSS - Estado	3.838.039.517,05	3.408.726.374,08
Transferências Voluntárias	471.404.957,30	354.947.082,49
Transferências Voluntárias - Consolidação	18.480.889,49	33.709.038,59
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União	-	208.500,00
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	452.924.067,81	321.029.543,90
Transferências a Instituições Privadas	670.597.620,64	735.826.643,90
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	670.597.620,64	735.826.643,90
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	670.597.620,64	735.826.643,90
Execução Orçamentária Delegada	102.910.977,47	111.910.974,15
Execução Orçamentária Delegada a Entes	102.910.977,47	111.910.974,15
Execução Orçamentária Delegada a Entes - Inter OFSS - Município	102.910.977,47	111.910.974,15
Outras Transferências e Delegações Concedidas	195.078.943,04	218.004.443,90
Outras Transferências e Delegações Concedidas	195.078.943,04	218.004.443,90

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Outras Transferências Concedidas - Consolidação	195.078.943,04	218.004.443,90
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.552.083.631,34	6.481.045.705,71
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	6.057.403.695,26	6.115.661.683,08
Reavaliação de Imobilizado	321.727,08	3.059.350,82
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	321.727,08	3.059.350,82
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	2.685.522.387,03	4.425.910.637,01
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	2.685.522.387,03	4.425.910.637,01
Redução a Valor Recuparável de Intangíveis	-	2.165.811,64
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação	-	2.165.811,64
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplic.Temporários	3.371.559.581,15	1.684.525.883,61
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Invest. e Aplicações Temporários-Consolidação	3.371.559.581,15	1.684.525.883,61
Perdas com Alienação	92.594,72	-
Perdas com Alienação de Imobilizado	92.594,72	-
Perdas com Alienação de Imobilizado - Consolidação	92.594,72	-
Perdas Involuntárias	4.553,38	388.323,87
Perdas Involuntárias com Imobilizado	4.553,38	388.323,87
Perdas Involuntárias com Imobilizado - Consolidação	4.553,38	388.323,87
Incorporação de Passivos	14.422.930,09	71.919.191,65
Incorporação de Passivos	14.422.930,09	71.919.191,65
Incorporação de Passivos - Consolidação	14.422.930,09	71.919.191,65
Desincorporação de Ativos	480.159.857,89	293.076.507,11
Desincorporação de Ativos	480.159.857,89	293.076.507,11
Desincorporação de Ativos - Consolidação	480.159.857,89	293.076.507,11
Tributárias	227.144.679,44	207.945.196,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.811.735,06	6.221.212,33
Impostos	4.179.579,39	3.970.230,05
Impostos - Consolidação	32.086,74	38.473,33
Impostos - Inter OFSS União	1.717.143,56	538.766,99

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Impostos - Inter OFSS Município	2.430.349,09	3.392.989,73
Taxas	2.632.155,67	2.250.982,28
Taxas - Consolidação	407.946,89	268.796,29
Taxas - Inter OFSS - Municípios	2.224.208,78	1.982.185,99
Contribuições	220.332.944,38	201.723.983,80
Contribuições Sociais	217.541.038,99	200.503.128,46
Contribuições Sociais - Inter OFSS União	217.541.038,99	200.503.128,46
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	96,66	559,86
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - Inter Município	96,66	559,86
Outras Contribuições	2.791.808,73	1.220.295,48
Outras Contribuições - Consolidação	256.353,53	344.113,84
Outras Contribuições - Inter OFSS União	2.535.455,20	876.181,64
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	244.669,31	9.416,00
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	244.669,31	9.416,00
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	244.669,31	9.416,00
Custo das Mercadorias Vendidas - Consolidação	244.669,31	9.416,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	31.305.726.978,43	85.690.174.968,33
Premiações	4.508.582,59	6.361.912,84
Premiações Culturais	3.918.919,49	5.184.300,33
Premiações Culturais - Consolidação	3.918.919,49	5.184.300,33
Premiações Artísticas	-	10.480,00
Premiações Artísticas - Consolidação	-	10.480,00
Premiações Científicas	9.746,54	527.207,83
Premiações Científicas - Consolidação	9.746,54	527.207,83
Premiações Desportivas	337.218,89	486.182,86
Premiações Desportivas - Consolidação	337.218,89	486.182,86
Ordens Honoríficas	148.693,76	48.196,77
Ordens Honoríficas - Consolidação	148.693,76	48.196,77

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Outras Premiações	94.003,91	105.545,05
Outras Premiações - Consolidação	94.003,91	105.545,05
Resultado Negativo de Participações	86.909.538,11	103.814.181,97
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	86.909.538,11	103.814.181,97
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	85.931.749,50	97.482.511,35
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	977.788,61	6.331.670,62
Incentivos	49.582.048,13	36.702.846,62
Incentivos à Educação	31.482.805,51	25.936.078,04
Incentivos à Educação - Consolidação	31.482.805,51	25.936.078,04
Incentivos a Ciência	18.099.242,62	10.766.768,58
Incentivos a Ciência - Consolidação	18.099.242,62	10.766.768,58
Subvenções Econômicas	25.569.439,97	47.053.851,29
Subvenções Econômicas	25.569.439,97	47.053.851,29
Subvenções Econômicas - Consolidação	25.569.439,97	47.053.851,29
VPD de Constituição de Provisões	30.076.819.017,75	84.255.406.725,52
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas	4.270.278,97	-
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Consolidação	4.270.278,97	-
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	30.070.653.379,24	84.253.203.855,77
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	30.070.653.379,24	84.253.203.855,77
VPD de Provisões para Riscos Fiscais	62,00	24.471,63
VPD de Provisões para Riscos Fiscais - Consolidação	62,00	24.471,63
VPD de Provisão para Riscos Cíveis	1.895.297,54	2.178.398,12
VPD de Provisão para Riscos Cíveis - Consolidação	1.895.297,54	2.178.398,12
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.062.338.351,88	1.240.835.450,09
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	-	69.243,55
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	-	69.243,55
Indenizações e Restituições	457.956.455,98	423.988.556,88
Indenizações e Restituições - Consolidação	453.953.982,66	423.988.556,88

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Indenizações e Restituições - Intra	4.002.473,32	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	604.381.895,90	816.777.649,66
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	442.433.882,44	658.040.488,29
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Intra	161.948.013,46	158.737.161,37
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	**152.253.798.860,66**	**201.193.431.728,74**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	**(2.384.603.610,45)**	**5.867.153.180,08**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Incorporação de Ativo	1.189.987.965,48	1.489.911.915,58
Desincorporação de Passivo	808.515.184,72	524.839.363,12
Incorporação de Passivo	189.717.750,00	1.572.264.387,91
Desincorporação de Ativo	61.096.914,84	29.858.559,20

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	27.086.812.440,75	24.106.664.016,53
Impostos	26.219.424.552,95	23.425.474.951,51
Impostos sobre Patrimônio e a Renda	3.646.235.284,50	3.209.675.074,37
Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Consolidação	3.646.235.284,50	3.209.675.074,37
Impostos sobre a Produção e a Circulação	22.573.189.268,45	20.215.799.877,14
Impostos sobre a Produção e a Circulação -Consolidação	22.573.189.268,45	20.215.799.877,14
Taxas	867.387.887,80	681.189.065,02
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	791.312.845,11	632.318.885,55
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Consolidação	791.312.845,11	632.318.885,55
Taxas pela Prestação de Serviços	76.075.042,69	48.870.179,47
Taxas pela Prestação de Serviços - Consolidação	76.075.042,69	48.870.179,47
Contribuições	2.537.964.703,17	2.326.348.360,38
Contribuições Sociais	2.537.964.703,17	2.326.348.360,38
Contribuições Sociais - RPPS	2.537.964.703,17	2.326.348.360,38
Contribuições Sociais - RPPS - Consolidação	1.026.805.625,30	934.600.342,93
Contribuições Sociais - RPPS - Intra OFSS	1.511.159.077,87	1.391.748.017,45
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.123.023.041,79	886.414.449,47
Venda de Mercadorias	20.835.993,91	20.269.052,41
Venda Bruta de Mercadorias	20.867.450,76	20.269.052,41
Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	20.867.450,76	20.269.052,41
(-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias	(31.456,85)	-
(-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	(31.456,85)	-
Venda de Produtos	1.427.534,16	1.499.990,64
Venda Bruta de Produtos	1.427.534,16	1.499.990,64
Venda Bruta de Produtos - Consolidação	1.427.534,16	1.499.990,64
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	1.100.759.513,72	864.645.406,42
Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	1.100.767.182,46	865.005.418,10

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação	969.946.740,19	730.729.194,53
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Intra OFSS	130.820.442,27	134.276.223,57
(-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	(7.668,74)	(360.011,68)
(-) Dedução Valor Bruto de Explor. de Bens, Direitos e Prest. de Serviços - Consolidação	(7.668,74)	(360.011,68)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.977.195.906,43	5.450.138.769,22
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	6.544.194,98	416.572,09
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos	6.544.194,98	416.572,09
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	6.544.194,98	416.572,09
Juros e Encargos de Mora	338.341.448,24	500.863.714,13
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços	3.441,59	938.083,90
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Consolidação	3.441,59	938.083,90
Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários	337.346.885,97	490.553.971,69
Juros e Encargos de Mora Sobre Créditos Tributários - Consolidação	337.346.885,97	490.553.971,69
Outros Juros e Encargos de Mora	991.120,68	9.371.658,54
Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação	991.120,68	9.371.658,54
Variações Monetárias e Cambiais	1.404.511.217,00	4.584.555.806,58
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos	50.353.085,99	37.617.338,39
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	50.353.085,99	37.617.338,39
Outras Variações Monetárias e Cambiais	1.354.158.131,01	4.546.938.468,19
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	1.169.259.744,62	3.055.295.508,06
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Intra OFSS	-	765.404,91
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	184.445.642,00	1.490.455.849,82
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Município	452.744,39	421.705,40
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	227.799.046,21	364.302.676,42
Remuneração de Aplicações Financeiras	227.799.046,21	364.302.676,42
Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	227.799.046,21	364.302.676,42
Transferências e Delegações Recebidas	77.734.152.139,64	72.486.887.274,63
Transferências Intragovernamentais	71.914.568.825,30	66.994.067.290,80

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	15.499.075.579,42	14.499.166.641,64
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	15.499.075.579,42	14.499.166.641,64
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	52.634.623.490,06	48.886.214.709,19
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	52.634.623.490,06	48.886.214.709,19
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	3.780.869.755,82	3.608.685.939,97
Transferências Recebidas p/ Aporte de Recursos p/ o RPPS - INTRA OFSS	3.780.869.755,82	3.608.685.939,97
Transferências Intergovernamentais	4.817.935.268,20	4.673.700.450,60
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas	2.405.915.226,30	2.364.189.848,08
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Inter OFSS - União	2.405.915.226,30	2.364.189.848,08
Transferências do FUNDEB	2.323.813.879,57	2.187.168.329,55
Transferências do FUNDEB - Inter OFSS - Estado	2.323.813.879,57	2.187.168.329,55
Transferências Voluntárias	79.009.209,33	116.331.135,82
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União	67.007.777,21	115.072.767,73
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	12.001.432,12	1.258.368,09
Outras Transferências	9.196.953,00	6.011.137,15
Outras Transferências - Inter OFSS - União	8.196.953,00	6.011.137,15
Outras Transferências - Inter OFSS - Município	1.000.000,00	-
Transferências das Instituições Privadas	395.922.711,26	330.655.513,13
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	10.806.879,05	17.128.278,71
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	10.806.879,05	17.128.278,71
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos	385.115.832,21	313.527.234,42
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	385.115.832,21	313.527.234,42
Transferências do Exterior	75.067,39	115.142,00
Transferências do Exterior	75.067,39	115.142,00
Transferências do Exterior - Consolidação	75.067,39	115.142,00
Transferências de Pessoas Físicas	1.067.693,80	1.354.576,42
Transferências de Pessoas Físicas	1.067.693,80	1.354.576,42
Transferências de Pessoas Físicas - Consolidação	1.067.693,80	1.354.576,42

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Outras Transferências e Delegações Recebida	604.582.573,69	486.994.301,68
Outras Transferências e Delegações Recebida	604.582.573,69	486.994.301,68
Outras Transferências e Delegações Recebidas - Consolidação	604.582.573,69	486.994.301,68
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	3.061.235.066,13	9.826.781.197,97
Reavaliação de Ativos	2.895.647.095,39	9.632.861.624,14
Reavaliação de Imobilizado	2.882.808.939,85	9.630.890.855,48
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	2.882.808.939,85	9.630.890.855,48
Reavaliação de Intangíveis	12.811.661,70	1.941.141,14
Reavaliação de Intangíveis -Consolidação	12.811.661,70	1.941.141,14
Reavaliação de Outros Ativos	26.493,84	29.627,52
Reavaliação de Outros Ativos - Consolidação	26.493,84	29.627,52
Ganhos com Alienação	13.154.351,79	2.152.908,68
Ganhos com Alienação de Imobilizado	13.154.351,79	2.152.908,68
Ganhos com Alienação de Imobilizado - Consolidação	13.154.351,79	2.152.908,68
Ganhos com Incorporação de Ativos	77.086.647,94	68.106.124,22
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos	2.814,97	1.637,20
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos - Consolidação	2.814,97	1.637,20
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	77.083.832,97	68.104.487,02
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Consolidação	77.083.832,97	68.104.487,02
Ganhos com Desincorporação de Passivos	75.346.971,01	123.660.540,93
Ganhos com Desincorporação de Passivos	75.346.971,01	123.660.540,93
Ganhos com Desincorporação de Passivos-Consolidação	75.346.971,01	123.660.540,93
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	31.412.341.341,56	86.624.235.397,78
Resultado Positivo de Participações	336.656.513,49	126.466.554,78
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	317.524.930,91	126.461.470,20
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	308.779.865,19	124.807.479,72
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	8.745.065,72	1.653.990,48
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos	19.131.582,58	5.084,58

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Consolidação	19.131.582,58	5.084,58
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	30.408.785.466,82	85.497.838.771,43
Reversão de Provisões	29.618.610.865,07	84.942.242.657,60
Reversão de Provisões - Consolidação	29.618.610.865,07	84.942.242.657,60
Reversão de Ajustes de Perdas	790.174.601,75	555.596.113,83
Reversão de Ajustes de Perdas - Consolidação	790.174.601,75	555.596.113,83
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	666.899.361,25	999.930.071,57
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	44.728.888,49	27.984.569,84
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	44.728.888,49	27.984.569,84
Multas Administrativas	168.245.151,19	112.444.086,12
Multas Administrativas - Consolidação	168.245.151,19	112.444.086,12
Indenizações e Restituições	217.265.264,46	171.113.557,05
Indenizações e Restituições - Consolidação	191.633.124,90	154.129.288,61
Indenizações e Restituições - Intra	23.230.357,81	14.932.915,97
Indenizações e Restituições	62.074,95	476.728,89
Indenizações e Restituições	2.339.706,80	1.574.623,58
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	236.660.057,11	688.387.858,56
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	143.875.806,29	645.408.997,19
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Intra	92.784.250,82	42.978.861,37
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	**144.932.724.639,47**	**201.707.469.465,98**

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	8.103.070.920,22	7.735.268.147,99
Remuneração a Pessoal	6.091.340.189,79	5.906.273.098,41
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS	3.729.790.665,00	3.698.051.187,77
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	3.729.790.665,00	3.698.051.187,77
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS	1.250.685.448,23	1.102.460.591,39
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS - Consolidação	1.250.685.448,23	1.102.460.591,39
Remuneração a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS	1.110.864.076,56	1.105.761.319,25
Remun. a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	1.110.864.076,56	1.105.761.319,25
Encargos Patronais	1.643.561.153,22	1.523.350.148,16
Encargos Patronais - RPPS	1.188.351.743,83	1.100.316.913,03
Encargos Patronais - RPPS - Intra OFSS	1.184.856.061,38	1.095.685.771,94
Encargos Patronais - RPPS - Inter União	3.495.682,45	4.631.141,09
Encargos Patronais - RGPS	276.443.220,60	237.987.957,07
Encargos Patronais - RGPS - Consolidação	37.047,31	36.338,00
Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - União	276.406.173,29	237.951.619,07
Encargos Patronais - FGTS	22.489.003,03	21.444.988,32
Encargos Patronais - FGTS - Consolidação	22.489.003,03	-
Encargos Patronais - FGTS - Inter União	-	21.444.988,32
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	34.512.609,14	31.751.635,54
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência - Consolidação	34.512.609,14	31.751.635,54
Outros Encargos Patronais	121.764.576,62	131.848.654,20
Outros Encargos Patronais - Consolidação	7.703.100,27	7.438.001,37
Outros Encargos Patronais - Intra OFSS	114.061.476,35	124.205.668,71
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - União	-	197.637,42
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Município	-	7.346,70
Benefícios a Pessoal	271.824.256,53	248.775.797,46
Benefícios a Pessoal - RPPS	146.258.736,76	142.141.187,61

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Benefícios a Pessoal - RPPS - Consolidação	146.258.736,76	142.141.187,61
Benefícios a Pessoal - RGPS	61.472.972,88	49.309.831,76
Benefícios a Pessoal - RGPS - Consolidação	61.472.972,88	49.309.831,76
Benefícios a Pessoal - Militar	64.092.546,89	57.324.778,09
Benefícios a Pessoal - Militar - Consolidação	64.092.546,89	57.324.778,09
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	96.345.320,68	56.869.103,96
Indenizações e Restituições Trabalhistas	74.120.498,26	35.504.970,47
Indenizações e Restituições Trabalhistas - Consolidação	74.120.498,26	35.504.970,47
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes	22.224.822,42	21.364.133,49
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Consolidação	6.467.534,38	8.208.729,14
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Intra	11.126.971,86	8.668.948,17
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Inter União	712.148,22	945.699,70
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Inter Estado	1.175.861,32	1.102.465,92
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Inter Município	2.742.306,64	2.438.290,56
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.854.740.928,81	5.491.898.008,46
Aposentadorias e Reformas	4.790.528.269,56	4.450.708.246,78
Aposentadorias - RPPS	3.596.328.636,32	3.301.637.703,09
Aposentadorias - RPPS - Consolidação	3.596.328.636,32	3.301.637.703,09
Reserva Remunerada - Pessoal Militar	1.194.199.633,24	1.149.070.543,69
Reserva Remunerada - Pessoal Militar - Consolidação	1.194.199.633,24	1.149.070.543,69
Pensões	1.049.028.945,26	1.027.401.059,08
Pensões - RPPS	841.944.787,66	823.111.512,47
Pensões - RPPS - Consolidação	841.944.787,66	823.111.512,47
Pensões - Militar	207.084.157,60	204.289.546,61
Pensões - Militar - Consolidação	207.084.157,60	204.289.546,61
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	15.183.713,99	13.788.702,60
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS	12.288.573,70	10.920.880,95
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - RPPS - Consolidação	12.288.573,70	10.920.880,95

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - RGPS	23.259,00	36.510,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - RGPS - Consolidação	23.259,00	36.510,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Militar	522.347,44	389.216,92
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Militar - Consolidação	522.347,44	389.216,92
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.349.533,85	2.442.094,73
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Consolidação	2.349.533,85	2.442.094,73
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.828.521.544,24	4.458.214.113,66
Uso de Material de Consumo	950.678.819,93	896.157.080,39
Consumo de Material	781.663.097,61	774.554.699,85
Consumo de Material - Consolidação	781.663.097,61	774.554.699,85
Distribuição de Material Gratuito	169.015.722,32	121.602.380,54
Distribuição de Material Gratuito - Consolidação	169.015.722,32	121.602.380,54
Serviços	3.020.876.595,21	2.710.411.877,20
Diárias	29.847.267,40	32.992.391,36
Diárias - Consolidação	29.847.267,40	32.992.391,36
Serviços Terceiros - PF	96.245.317,69	98.501.017,89
Serviços Terceiros - PF - Consolidação	96.245.317,69	98.501.017,89
Serviços Terceiros - PJ	2.866.489.568,92	2.549.293.753,06
Serviços Terceiros - PJ - Consolidação	2.866.489.568,92	2.549.293.753,06
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 § 1, Lc 101/00	28.294.441,20	29.624.714,89
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 da LRF - Consolidação	28.294.441,20	29.624.714,89
Depreciação, Amortização e Exaustão	856.966.129,10	851.645.156,07
Depreciação	855.466.193,02	849.948.197,61
Depreciação - Consolidação	855.466.193,02	849.948.197,61
Amortização	1.499.936,08	1.696.958,46
Amortização - Consolidação	1.499.936,08	1.696.958,46
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.836.562.328,41	4.996.040.736,12
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.016.185.012,87	770.880.712,64

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna	843.056.024,67	650.477.063,74
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	464.547.551,84	466.924.358,52
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS União	378.508.472,83	183.552.705,22
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa	173.128.988,20	120.403.648,90
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	173.128.988,20	120.403.648,90
Juros e Encargos de Mora	76.298,18	2.261.702,48
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços	62.492,32	116.562,73
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Consolidação	62.492,32	116.562,73
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias	13.322,45	2.145.139,75
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Consolidação	5.298,69	438.849,68
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - União	8.023,76	1.706.290,07
Outros Juros e Encargos de Mora	483,41	-
Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação	483,41	-
Variações Monetárias e Cambiais	2.812.412.684,10	4.215.563.237,95
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna	1.362.534.005,03	1.510.121.428,20
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Consolidação	776.697.223,22	483.460.056,62
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União	585.836.781,81	1.026.661.371,58
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa	1.188.027.507,70	378.856.109,03
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa - Consolidação	1.188.027.507,70	378.856.109,03
Outras Variações Monetárias e Cambiais	261.851.171,37	2.326.585.700,72
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	257.999.429,95	2.313.456.296,77
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	3.851.741,42	13.129.403,95
Descontos Financeiros Concedidos	493.732,86	956.024,80
Descontos Financeiros Concedidos	493.732,86	956.024,80
Descontos Financeiros Concedidos - Consolidação	493.732,86	956.024,80
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	7.394.600,40	6.379.058,25
Juros e Encargos Sobre Tributos Renegociados	7.394.600,40	6.379.058,25
Juros e Encargos de Tributos Renegociados - Inter OFSS União	7.394.600,40	6.379.058,25

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Transferências e Delegações Concedidas	86.991.160.890,79	81.137.509.270,09
Transferências Intragovernamentais	75.268.374.113,91	70.155.778.350,12
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	19.174.669.904,17	18.618.951.661,63
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	19.174.669.904,17	18.618.951.661,63
Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária	52.519.875.311,72	48.121.392.952,38
Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	52.519.875.311,72	48.121.392.952,38
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos p/ o RPPS	3.573.828.898,02	3.415.433.736,11
Transferências Concedidas p/ Aportes de Recursos para o RPPS - Intra	3.573.828.898,02	3.415.433.736,11
Transferências Inter Governamentais	10.813.203.790,76	9.964.299.987,97
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	6.504.022.264,29	6.201.017.298,10
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - União	4.298.704,94	2.222.914,96
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - Município	6.499.723.559,35	6.198.794.383,14
Transferências ao FUNDEB	3.838.039.517,05	3.408.726.374,08
Transferências ao FUNDEB - Inter OFSS - Estado	3.838.039.517,05	3.408.726.374,08
Transferências Voluntárias	471.142.009,42	354.556.315,79
Transferências Voluntárias - Consolidação	18.480.889,49	33.709.038,59
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	452.661.119,93	320.847.277,20
Transferências a Instituições Privadas	670.597.620,64	735.810.427,22
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	670.597.620,64	735.810.427,22
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	670.597.620,64	735.810.427,22
Execução Orçamentária Delegada	102.910.977,47	111.910.974,15
Execução Orçamentária Delegada a Entes	102.910.977,47	111.910.974,15
Execução Orçamentária Delegada a Entes - Inter OFSS - Município	102.910.977,47	111.910.974,15
Outras Transferências e Delegações Concedidas	136.074.388,01	169.709.530,63
Outras Transferências e Delegações Concedidas	136.074.388,01	169.709.530,63
Outras Transferências Concedidas - Consolidação	136.074.388,01	169.709.530,63
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.467.373.921,76	6.413.888.956,04
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	5.993.058.871,52	6.052.187.494,96

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Reavaliação de Imobilizado	321.727,08	2.140.626,68
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	321.727,08	2.140.626,68
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	2.685.522.387,03	4.425.910.637,01
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	2.685.522.387,03	4.425.910.637,01
Redução a Valor Recuparável de Intangíveis	-	1.992.073,41
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação	-	1.992.073,41
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplic.Temporários	3.307.214.757,41	1.622.144.157,86
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Invest. e Aplicações Temporários-Consolidação	3.307.214.757,41	1.622.144.157,86
Perdas com Alienação	2.953,76	-
Perdas com Alienação de Imobilizado	2.953,76	-
Perdas com Alienação de Imobilizado - Consolidação	2.953,76	-
Perdas Involuntárias	2.576,46	15.253,05
Perdas Involuntárias com Imobilizado	2.576,46	15.253,05
Perdas Involuntárias com Imobilizado - Consolidação	2.576,46	15.253,05
Incorporação de Passivos	14.422.930,09	71.454.159,43
Incorporação de Passivos	14.422.930,09	71.454.159,43
Incorporação de Passivos - Consolidação	14.422.930,09	71.454.159,43
Desincorporação de Ativos	459.886.589,93	290.232.048,60
Desincorporação de Ativos	459.886.589,93	290.232.048,60
Desincorporação de Ativos - Consolidação	459.886.589,93	290.232.048,60
Tributárias	226.088.827,56	206.976.026,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.040.022,80	5.625.539,99
Impostos	4.001.395,98	3.869.384,92
Impostos - Consolidação	32.086,74	38.473,33
Impostos - Inter OFSS União	1.717.143,56	535.696,14
Impostos - Inter OFSS Município	2.252.165,68	3.295.215,45
Taxas	2.038.626,82	1.756.155,07
Taxas - Consolidação	407.876,55	268.796,29

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Taxas - Inter OFSS - Municípios	1.630.750,27	1.487.358,78
Contribuições	220.048.804,76	201.350.486,14
Contribuições Sociais	217.369.529,02	200.264.718,76
Contribuições Sociais - Inter OFSS União	217.369.529,02	200.264.718,76
Outras Contribuições	2.679.275,74	1.085.767,38
Outras Contribuições - Consolidação	162.699,35	223.986,64
Outras Contribuições - Inter OFSS União	2.516.576,39	861.780,74
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	244.669,31	9.416,00
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	244.669,31	9.416,00
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	244.669,31	9.416,00
Custo das Mercadorias Vendidas - Consolidação	244.669,31	9.416,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	31.082.751.623,55	85.561.443.184,67
Premiações	4.427.867,94	6.206.737,48
Premiações Culturais	3.918.091,25	5.127.990,43
Premiações Culturais - Consolidação	3.918.091,25	5.127.990,43
Premiações Artísticas	-	10.480,00
Premiações Artísticas - Consolidação	-	10.480,00
Premiações Científicas	9.746,54	527.207,83
Premiações Científicas - Consolidação	9.746,54	527.207,83
Premiações Desportivas	337.218,89	486.182,86
Premiações Desportivas - Consolidação	337.218,89	486.182,86
Ordens Honoríficas	148.693,76	33.299,77
Ordens Honoríficas - Consolidação	148.693,76	33.299,77
Outras Premiações	14.117,50	21.576,59
Outras Premiações - Consolidação	14.117,50	21.576,59
Resultado Negativo de Participações	86.909.538,11	103.814.181,97
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	86.909.538,11	103.814.181,97
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	85.931.749,50	97.482.511,35

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	977.788,61	6.331.670,62
Incentivos	49.582.048,13	36.702.846,62
Incentivos à Educação	31.482.805,51	25.936.078,04
Incentivos à Educação - Consolidação	31.482.805,51	25.936.078,04
Incentivos a Ciência	18.099.242,62	10.766.768,58
Incentivos a Ciência - Consolidação	18.099.242,62	10.766.768,58
Subvenções Econômicas	25.569.439,97	47.053.851,29
Subvenções Econômicas	25.569.439,97	47.053.851,29
Subvenções Econômicas - Consolidação	25.569.439,97	47.053.851,29
VPD de Constituição de Provisões	30.076.819.017,75	84.255.406.725,52
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas	4.270.278,97	-
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Consolidação	4.270.278,97	-
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	30.070.653.379,24	84.253.203.855,77
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	30.070.653.379,24	84.253.203.855,77
VPD de Provisões para Riscos Fiscais	62,00	24.471,63
VPD de Provisões para Riscos Fiscais - Consolidação	62,00	24.471,63
VPD de Provisão para Riscos Cíveis	1.895.297,54	2.178.398,12
VPD de Provisão para Riscos Cíveis - Consolidação	1.895.297,54	2.178.398,12
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	839.443.711,65	1.112.258.841,79
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	-	69.243,55
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	-	69.243,55
Indenizações e Restituições	334.041.549,01	321.347.223,46
Indenizações e Restituições - Consolidação	332.895.849,33	321.347.223,46
Indenizações e Restituições - Intra	1.145.699,68	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	505.402.162,64	790.842.374,78
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	441.932.747,19	657.741.224,78
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Intra	63.469.415,45	133.101.150,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2018	Janeiro a Dezembro / 2017
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	147.390.515.654,65	196.001.247.859,16
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	(2.457.791.015,18)	5.706.221.606,82

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Incorporação de Ativo	1.073.123.522,27	1.364.466.517,09
Desincorporação de Passivo	808.515.184,72	524.839.363,12
Incorporação de Passivo	189.717.750,00	1.572.264.387,91
Desincorporação de Ativo	60.350.612,64	29.858.559,20

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	27.390.390.317,49	24.343.604.184,19
Impostos	26.219.424.552,95	23.425.474.951,51
Impostos sobre Patrimônio e a Renda	3.646.235.284,50	3.209.675.074,37
Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Consolidação	3.646.235.284,50	3.209.675.074,37
Impostos sobre a Produção e a Circulação	22.573.189.268,45	20.215.799.877,14
Impostos sobre a Produção e a Circulação -Consolidação	22.573.189.268,45	20.215.799.877,14
Taxas	1.170.965.764,54	918.129.232,68
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	839.321.134,18	632.318.885,55
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Consolidação	839.321.134,18	632.318.885,55
Taxas pela Prestação de Serviços	331.644.630,36	285.810.347,13
Taxas pela Prestação de Serviços - Consolidação	331.644.630,36	285.810.347,13
Contribuições	1.026.805.625,30	934.600.342,93
Contribuições Sociais	1.026.805.625,30	934.600.342,93
Contribuições Sociais - RPPS	1.026.805.625,30	934.600.342,93
Contribuições Sociais - RPPS - Consolidação	1.026.805.625,30	934.600.342,93
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.034.891.094,42	823.953.390,31
Venda de Mercadorias	20.835.993,91	20.269.052,41
Venda Bruta de Mercadorias	20.867.450,76	20.269.052,41
Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	20.867.450,76	20.269.052,41
(-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias	(31.456,85)	-
(-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	(31.456,85)	-
Venda de Produtos	1.427.534,16	1.499.990,64
Venda Bruta de Produtos	1.427.534,16	1.499.990,64
Venda Bruta de Produtos - Consolidação	1.427.534,16	1.499.990,64
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	1.012.627.566,35	802.184.347,26
Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	1.012.635.753,84	802.544.358,94

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação	1.012.635.753,84	802.544.358,94
(-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	(8.187,49)	(360.011,68)
(-) Dedução Valor Bruto de Explor. de Bens, Direitos e Prest. de Serviços - Consolidação	(8.187,49)	(360.011,68)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.120.761.567,65	5.728.928.549,02
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	6.544.194,98	416.572,09
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos	6.544.194,98	416.572,09
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	6.544.194,98	416.572,09
Juros e Encargos de Mora	338.341.448,24	500.863.714,13
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços	3.441,59	938.083,90
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Consolidação	3.441,59	938.083,90
Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários	337.346.885,97	490.553.971,69
Juros e Encargos de Mora Sobre Créditos Tributários - Consolidação	337.346.885,97	490.553.971,69
Outros Juros e Encargos de Mora	991.120,68	9.371.658,54
Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação	991.120,68	9.371.658,54
Variações Monetárias e Cambiais	1.404.511.217,00	4.597.607.083,88
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos	50.353.085,99	37.617.338,39
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	50.353.085,99	37.617.338,39
Outras Variações Monetárias e Cambiais	1.354.158.131,01	4.559.989.745,49
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	1.169.259.744,62	3.069.112.190,27
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	184.445.642,00	1.490.455.849,82
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Município	452.744,39	421.705,40
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	371.364.707,43	630.041.178,92
Remuneração de Aplicações Financeiras	371.364.707,43	630.041.178,92
Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	371.364.707,43	630.041.178,92
Transferências e Delegações Recebidas	5.874.514.607,60	5.539.959.255,49
Transferências Intergovernamentais	4.817.935.268,20	4.673.703.171,34
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas	2.405.915.226,30	2.364.189.848,08

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Inter OFSS - União	2.405.915.226,30	2.364.189.848,08
Transferências do FUNDEB	2.323.813.879,57	2.187.168.329,55
Transferências do FUNDEB - Inter OFSS - Estado	2.323.813.879,57	2.187.168.329,55
Transferências Voluntárias	79.009.209,33	116.331.135,82
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União	67.007.777,21	115.072.767,73
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	12.001.432,12	1.258.368,09
Outras Transferências	9.196.953,00	6.013.857,89
Outras Transferências - Inter OFSS - União	8.196.953,00	6.011.137,15
Outras Transferências - Inter OFSS - Município	1.000.000,00	2.720,74
Transferências das Instituições Privadas	395.922.711,26	331.252.810,50
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	10.806.879,05	17.128.278,71
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	10.806.879,05	17.128.278,71
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos	385.115.832,21	314.124.531,79
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	385.115.832,21	314.124.531,79
Transferências do Exterior	75.067,39	115.142,00
Transferências do Exterior	75.067,39	115.142,00
Transferências do Exterior - Consolidação	75.067,39	115.142,00
Transferências de Pessoas Físicas	1.067.693,80	1.513.752,28
Transferências de Pessoas Físicas	1.067.693,80	1.513.752,28
Transferências de Pessoas Físicas - Consolidação	1.067.693,80	1.513.752,28
Outras Transferências e Delegações Recebida	659.513.866,95	533.374.379,37
Outras Transferências e Delegações Recebida	659.513.866,95	533.374.379,37
Outras Transferências e Delegações Recebidas - Consolidação	659.513.866,95	533.374.379,37
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	3.171.027.653,69	9.879.920.279,56
Reavaliação de Ativos	2.959.020.621,44	9.632.861.992,48
Reavaliação de Imobilizado	2.946.182.465,90	9.630.891.223,27
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	2.946.182.465,90	9.630.891.223,27

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Reavaliação de Intangíveis	12.811.661,70	1.941.141,69
Reavaliação de Intangíveis -Consolidação	12.811.661,70	1.941.141,69
Reavaliação de Outros Ativos	26.493,84	29.627,52
Reavaliação de Outros Ativos - Consolidação	26.493,84	29.627,52
Ganhos com Alienação	13.154.351,79	2.152.908,68
Ganhos com Alienação de Imobilizado	13.154.351,79	2.152.908,68
Ganhos com Alienação de Imobilizado - Consolidação	13.154.351,79	2.152.908,68
Ganhos com Incorporação de Ativos	123.472.705,66	121.239.821,18
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos	2.814,97	1.637,20
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos - Consolidação	2.814,97	1.637,20
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	123.469.890,69	121.238.183,98
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Consolidação	123.469.890,69	121.238.183,98
Ganhos com Desincorporação de Passivos	75.379.974,80	123.665.557,22
Ganhos com Desincorporação de Passivos	75.379.974,80	123.665.557,22
Ganhos com Desincorporação de Passivos-Consolidação	75.379.974,80	123.665.557,22
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	31.313.945.065,66	86.579.546.868,83
Resultado Positivo de Participações	327.911.447,77	124.812.564,30
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	308.779.865,19	124.807.479,72
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	308.779.865,19	124.807.479,72
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos	19.131.582,58	5.084,58
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Consolidação	19.131.582,58	5.084,58
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	30.418.174.889,21	85.499.841.693,11
Reversão de Provisões	29.618.610.865,07	84.942.242.657,60
Reversão de Provisões - Consolidação	29.618.610.865,07	84.942.242.657,60
Reversão de Ajustes de Perdas	799.564.024,14	557.599.035,51
Reversão de Ajustes de Perdas - Consolidação	799.564.024,14	557.599.035,51
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	567.858.728,68	954.892.611,42

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	44.728.888,49	27.984.569,84
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	44.728.888,49	27.984.569,84
Multas Administrativas	173.510.352,33	118.420.824,77
Multas Administrativas - Consolidação	173.510.352,33	118.420.824,77
Indenizações e Restituições	205.742.719,61	163.073.651,56
Indenizações e Restituições - Consolidação	202.750.325,76	161.022.299,09
Indenizações e Restituições	590.612,10	-
Indenizações e Restituições	62.074,95	476.728,89
Indenizações e Restituições	2.339.706,80	1.574.623,58
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	143.876.768,25	645.413.565,25
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	143.876.768,25	645.413.565,25
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	**71.932.335.931,81**	**133.830.512.870,33**

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	8.985.302.287,87	8.703.783.556,35
Remuneração a Pessoal	7.798.687.379,41	7.565.323.587,29
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS	5.142.798.758,78	5.082.005.859,76
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	5.142.798.758,78	5.082.005.859,76
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS	1.525.086.593,04	1.358.611.895,48
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS - Consolidação	1.525.086.593,04	1.358.611.895,48
Remuneração a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS	1.130.802.027,59	1.124.705.832,05
Remun. a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	1.130.802.027,59	1.124.705.832,05
Encargos Patronais	407.449.285,68	359.903.943,21
Encargos Patronais - RPPS	3.495.682,45	4.631.141,09
Encargos Patronais - RPPS - Inter União	3.495.682,45	4.631.141,09
Encargos Patronais - RGPS	337.652.466,37	294.020.155,71
Encargos Patronais - RGPS - Consolidação	37.047,31	36.338,00
Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - União	337.615.419,06	293.983.817,71
Encargos Patronais - FGTS	22.489.003,03	21.444.988,32
Encargos Patronais - FGTS - Consolidação	22.489.003,03	-
Encargos Patronais - FGTS - Inter União	-	21.444.988,32
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	35.814.090,23	32.100.522,34
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência - Consolidação	35.814.090,23	32.100.522,34
Outros Encargos Patronais	7.998.043,60	7.707.135,75
Outros Encargos Patronais - Consolidação	7.711.556,63	7.449.085,82
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - União	233.376,90	199.290,65
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Município	53.110,07	58.759,28
Benefícios a Pessoal	536.410.816,43	524.122.387,79
Benefícios a Pessoal - RPPS	343.545.402,08	354.803.338,35
Benefícios a Pessoal - RPPS - Consolidação	343.545.402,08	354.803.338,35

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Benefícios a Pessoal - RGPS	119.642.506,46	103.550.930,40
Benefícios a Pessoal - RGPS - Consolidação	119.642.506,46	103.550.930,40
Benefícios a Pessoal - Militar	73.222.907,89	65.768.119,04
Benefícios a Pessoal - Militar - Consolidação	73.222.907,89	65.768.119,04
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	242.754.806,35	254.433.638,06
Indenizações e Restituições Trabalhistas	229.160.465,06	240.256.667,95
Indenizações e Restituições Trabalhistas - Consolidação	229.160.465,06	240.256.667,95
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes	13.594.341,29	14.176.970,11
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Consolidação	7.167.633,39	8.992.418,47
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Inter União	712.148,22	945.699,70
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Inter Estado	1.519.647,67	1.187.833,44
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Inter Município	4.194.912,01	3.051.018,50
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.449.696.713,83	6.033.270.947,61
Aposentadorias e Reformas	5.368.839.527,70	4.977.582.532,82
Aposentadorias - RPPS	4.174.639.894,46	3.828.511.989,13
Aposentadorias - RPPS - Consolidação	4.174.639.894,46	3.828.511.989,13
Reserva Remunerada - Pessoal Militar	1.194.199.633,24	1.149.070.543,69
Reserva Remunerada - Pessoal Militar - Consolidação	1.194.199.633,24	1.149.070.543,69
Pensões	1.049.028.945,26	1.027.401.059,08
Pensões - RPPS	841.944.787,66	823.111.512,47
Pensões - RPPS - Consolidação	841.944.787,66	823.111.512,47
Pensões - Militar	207.084.157,60	204.289.546,61
Pensões - Militar - Consolidação	207.084.157,60	204.289.546,61
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	31.828.240,87	28.287.355,71
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS	13.734.284,87	12.242.835,83
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - RPPS - Consolidação	13.734.284,87	12.242.835,83
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - RGPS	23.259,00	36.510,00

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - RGPS - Consolidação	23.259,00	36.510,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Militar	522.347,44	389.216,92
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Militar - Consolidação	522.347,44	389.216,92
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17.548.349,56	15.618.792,96
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Consolidação	17.548.349,56	15.618.792,96
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	5.351.477.913,03	4.968.708.801,01
Uso de Material de Consumo	972.363.643,45	914.262.667,77
Consumo de Material	803.347.921,13	792.641.077,23
Consumo de Material - Consolidação	803.347.921,13	792.641.077,23
Distribuição de Material Gratuito	169.015.722,32	121.621.590,54
Distribuição de Material Gratuito - Consolidação	169.015.722,32	121.621.590,54
Serviços	3.463.562.039,13	3.151.711.548,10
Diárias	52.439.883,50	55.839.008,15
Diárias - Consolidação	52.439.883,50	55.839.008,15
Serviços Terceiros - PF	144.463.003,46	146.122.889,54
Serviços Terceiros - PF - Consolidação	144.463.003,46	146.122.889,54
Serviços Terceiros - PJ	3.238.364.710,97	2.920.124.935,52
Serviços Terceiros - PJ - Consolidação	3.238.364.710,97	2.920.124.935,52
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 § 1, Lc 101/00	28.294.441,20	29.624.714,89
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 da LRF - Consolidação	28.294.441,20	29.624.714,89
Depreciação, Amortização e Exaustão	915.552.230,45	902.734.585,14
Depreciação	889.979.634,35	882.135.522,49
Depreciação - Consolidação	889.979.634,35	882.135.522,49
Amortização	25.572.596,10	20.599.062,65
Amortização - Consolidação	25.572.596,10	20.599.062,65
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.837.903.941,72	5.008.379.434,34
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.016.393.000,99	770.880.712,64

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna	843.056.024,67	650.477.063,74
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	464.547.551,84	466.924.358,52
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS União	378.508.472,83	183.552.705,22
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa	173.128.988,20	120.403.648,90
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	173.128.988,20	120.403.648,90
Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos	207.988,12	-
Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Consolidação	207.988,12	-
Juros e Encargos de Mora	92.548,20	2.262.308,04
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços	78.742,34	116.562,73
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Consolidação	78.742,34	116.562,73
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias	13.322,45	2.145.745,31
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Consolidação	5.298,69	439.440,19
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - União	8.023,76	1.706.305,12
Outros Juros e Encargos de Mora	483,41	-
Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação	483,41	-
Variações Monetárias e Cambiais	2.813.530.059,27	4.227.901.330,61
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna	1.362.534.005,03	1.510.121.428,20
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Consolidação	776.697.223,22	483.460.056,62
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União	585.836.781,81	1.026.661.371,58
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa	1.188.027.507,70	378.856.109,03
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa - Consolidação	1.188.027.507,70	378.856.109,03
Outras Variações Monetárias e Cambiais	262.968.546,54	2.338.923.793,38
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	259.116.805,12	2.325.794.389,43
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	3.851.741,42	13.129.403,95
Descontos Financeiros Concedidos	493.732,86	956.024,80
Descontos Financeiros Concedidos	493.732,86	956.024,80
Descontos Financeiros Concedidos - Consolidação	493.732,86	956.024,80

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	7.394.600,40	6.379.058,25
Juros e Encargos Sobre Tributos Renegociados	7.394.600,40	6.379.058,25
Juros e Encargos de Tributos Renegociados - Inter OFSS União	7.394.600,40	6.379.058,25
Transferências e Delegações Concedidas	11.782.054.279,79	11.030.432.816,62
Transferências Inter Governamentais	10.813.466.738,64	9.964.690.754,67
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	6.504.022.264,29	6.201.017.298,10
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - União	4.298.704,94	2.222.914,96
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - Município	6.499.723.559,35	6.198.794.383,14
Transferências ao FUNDEB	3.838.039.517,05	3.408.726.374,08
Transferências ao FUNDEB - Inter OFSS - Estado	3.838.039.517,05	3.408.726.374,08
Transferências Voluntárias	471.404.957,30	354.947.082,49
Transferências Voluntárias - Consolidação	18.480.889,49	33.709.038,59
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União	-	208.500,00
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	452.924.067,81	321.029.543,90
Transferências a Instituições Privadas	670.597.620,64	735.826.643,90
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	670.597.620,64	735.826.643,90
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	670.597.620,64	735.826.643,90
Execução Orçamentária Delegada	102.910.977,47	111.910.974,15
Execução Orçamentária Delegada a Entes	102.910.977,47	111.910.974,15
Execução Orçamentária Delegada a Entes - Inter OFSS - Município	102.910.977,47	111.910.974,15
Outras Transferências e Delegações Concedidas	195.078.943,04	218.004.443,90
Outras Transferências e Delegações Concedidas	195.078.943,04	218.004.443,90
Outras Transferências Concedidas - Consolidação	195.078.943,04	218.004.443,90
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.552.083.631,34	6.481.045.705,71
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	6.057.403.695,26	6.115.661.683,08
Reavaliação de Imobilizado	321.727,08	3.059.350,82
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	321.727,08	3.059.350,82

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	2.685.522.387,03	4.425.910.637,01
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	2.685.522.387,03	4.425.910.637,01
Redução a Valor Recuparável de Intangíveis	-	2.165.811,64
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação	-	2.165.811,64
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplic.Temporários	3.371.559.581,15	1.684.525.883,61
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Invest. e Aplicações Temporários-Consolidação	3.371.559.581,15	1.684.525.883,61
Perdas com Alienação	92.594,72	-
Perdas com Alienação de Imobilizado	92.594,72	-
Perdas com Alienação de Imobilizado - Consolidação	92.594,72	-
Perdas Involuntárias	4.553,38	388.323,87
Perdas Involuntárias com Imobilizado	4.553,38	388.323,87
Perdas Involuntárias com Imobilizado - Consolidação	4.553,38	388.323,87
Incorporação de Passivos	14.422.930,09	71.919.191,65
Incorporação de Passivos	14.422.930,09	71.919.191,65
Incorporação de Passivos - Consolidação	14.422.930,09	71.919.191,65
Desincorporação de Ativos	480.159.857,89	293.076.507,11
Desincorporação de Ativos	480.159.857,89	293.076.507,11
Desincorporação de Ativos - Consolidação	480.159.857,89	293.076.507,11
Tributárias	227.144.679,44	207.945.196,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.811.735,06	6.221.212,33
Impostos	4.179.579,39	3.970.230,05
Impostos - Consolidação	32.086,74	38.473,33
Impostos - Inter OFSS União	1.717.143,56	538.766,99
Impostos - Inter OFSS Município	2.430.349,09	3.392.989,73
Taxas	2.632.155,67	2.250.982,28
Taxas - Consolidação	407.946,89	268.796,29
Taxas - Inter OFSS - Municípios	2.224.208,78	1.982.185,99

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Contribuições	220.332.944,38	201.723.983,80
Contribuições Sociais	217.541.038,99	200.503.128,46
Contribuições Sociais - Inter OFSS União	217.541.038,99	200.503.128,46
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	96,66	559,86
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - Inter Município	96,66	559,86
Outras Contribuições	2.791.808,73	1.220.295,48
Outras Contribuições - Consolidação	256.353,53	344.113,84
Outras Contribuições - Inter OFSS União	2.535.455,20	876.181,64
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	244.669,31	9.416,00
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	244.669,31	9.416,00
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	244.669,31	9.416,00
Custo das Mercadorias Vendidas - Consolidação	244.669,31	9.416,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	31.138.798.703,04	85.525.106.136,34
Premiações	4.508.582,59	6.361.912,84
Premiações Culturais	3.918.919,49	5.184.300,33
Premiações Culturais - Consolidação	3.918.919,49	5.184.300,33
Premiações Artísticas	-	10.480,00
Premiações Artísticas - Consolidação	-	10.480,00
Premiações Científicas	9.746,54	527.207,83
Premiações Científicas - Consolidação	9.746,54	527.207,83
Premiações Desportivas	337.218,89	486.182,86
Premiações Desportivas - Consolidação	337.218,89	486.182,86
Ordens Honoríficas	148.693,76	48.196,77
Ordens Honoríficas - Consolidação	148.693,76	48.196,77
Outras Premiações	94.003,91	105.545,05
Outras Premiações - Consolidação	94.003,91	105.545,05
Resultado Negativo de Participações	85.931.749,50	97.482.511,35

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	85.931.749,50	97.482.511,35
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	85.931.749,50	97.482.511,35
Incentivos	49.582.048,13	36.702.846,62
Incentivos à Educação	31.482.805,51	25.936.078,04
Incentivos à Educação - Consolidação	31.482.805,51	25.936.078,04
Incentivos a Ciência	18.099.242,62	10.766.768,58
Incentivos a Ciência - Consolidação	18.099.242,62	10.766.768,58
Subvenções Econômicas	25.569.439,97	47.053.851,29
Subvenções Econômicas	25.569.439,97	47.053.851,29
Subvenções Econômicas - Consolidação	25.569.439,97	47.053.851,29
VPD de Constituição de Provisões	30.076.819.017,75	84.255.406.725,52
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas	4.270.278,97	-
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Consolidação	4.270.278,97	-
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	30.070.653.379,24	84.253.203.855,77
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	30.070.653.379,24	84.253.203.855,77
VPD de Provisões para Riscos Fiscais	62,00	24.471,63
VPD de Provisões para Riscos Fiscais - Consolidação	62,00	24.471,63
VPD de Provisão para Riscos Cíveis	1.895.297,54	2.178.398,12
VPD de Provisão para Riscos Cíveis - Consolidação	1.895.297,54	2.178.398,12
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	896.387.865,10	1.082.098.288,72
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	-	69.243,55
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	-	69.243,55
Indenizações e Restituições	453.953.982,66	423.988.556,88
Indenizações e Restituições - Consolidação	453.953.982,66	423.988.556,88
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	442.433.882,44	658.040.488,29
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	442.433.882,44	658.040.488,29



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2018	Janeiro a Dezembro / 2017
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	74.324.706.819,37	127.958.682.010,11
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	(2.392.370.887,56)	5.871.830.860,22

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2018**	**Janeiro a Dezembro / 2017**
Incorporação de Ativo	1.189.987.965,48	1.489.911.915,58
Desincorporação de Passivo	808.515.184,72	524.839.363,12
Incorporação de Passivo	189.717.750,00	1.572.264.387,91
Desincorporação de Ativo	61.096.914,84	29.858.559,20

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

	Janeiro a Dezembro 2018	Janeiro a Dezembro 2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	**100.868.942.101,25**	**92.923.503.721,13**
Receitas derivadas e originárias	20.676.962.624,67	17.493.291.609,33
Transferências correntes recebidas	4.782.529.969,04	6.238.364.784,10
Outros ingressos operacionais	75.409.449.507,54	69.191.847.327,70
Desembolsos	**100.030.347.398,86**	**92.105.737.056,32**
Pessoal e demais despesas	20.530.672.883,42	19.108.360.263,06
Juros e encargos da dívida	1.010.128.988,72	743.698.736,79
Transferências concedidas	3.012.548.722,65	3.000.993.018,39
Outros desembolsos operacionais	75.476.996.804,07	69.252.685.038,08
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	**838.594.702,39**	**817.766.664,81**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	**61.096.914,84**	**29.849.359,20**
Alienação de bens	29.352.965,21	4.521.589,06
Amortização de empréstimos e financiamentos	31.743.949,63	25.327.770,14
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	**1.301.787.826,34**	**1.576.172.081,75**
Aquisição de ativo não circulante	1.160.392.390,18	1.422.534.845,17
Concessão de empréstimos e financiamentos	11.608.237,91	12.782.209,49
Outros desembolsos de investimentos	129.787.198,25	140.855.027,09
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	**(1.240.690.911,50)**	**(1.546.322.722,55)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	**235.572.172,16**	**1.612.280.090,54**
Operações crédito	189.717.750,00	1.571.279.378,23
Integralização do capital social de empresas dependentes	9.854.000,00	4.539.120,01
Transferências de capital recebidas	36.000.422,16	36.461.592,30
Outros ingressos de financiamentos	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

	Janeiro a Dezembro 2018	Janeiro a Dezembro 2017
Desembolsos	**819.655.954,51**	**524.839.363,12**
Amortização / Refinanciamento da dívida	791.450.963,48	520.337.425,07
Outros desembolsos de financiamentos	28.204.991,03	4.501.938,05
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	**(584.083.782,35)**	**1.087.440.727,42**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	**(986.179.991,46)**	**358.884.669,68**
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	4.311.039.121,27	3.952.154.451,59
Caixa e Equivalente de Caixa Final	3.324.859.129,81	4.311.039.121,27

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018
QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

R$

	Janeiro a Dezembro 2018	Janeiro a Dezembro 2017
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	16.322.199.042,52	14.359.938.891,42
Receita de Contribuições	2.533.241.158,91	930.850.665,35
Receita Patrimonial	38.004.198,62	89.515.123,10
Receita Agropecuária	1.413.716,60	1.283.003,01
Receita Industrial	21.913,30	3.152.629,05
Receita de Serviços	865.877.761,96	639.735.564,46
Remuneração das Disponibilidades	371.575.944,39	629.917.508,19
Outras Receitas Derivadas e Originárias	544.628.888,37	838.898.224,75
Total das Receitas Derivadas e Originárias	**20.676.962.624,67**	**17.493.291.609,33**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

R$

	Janeiro a Dezembro 2018	Janeiro a Dezembro 2017
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais	2.071.973.382,55	2.095.284.141,56
da União	2.070.280.200,53	2.095.147.285,15
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	1.693.182,02	136.856,41
Intragovernamentais	-	1.640.564.862,12
Outras transferências correntes recebidas	2.710.556.586,49	2.502.515.780,42
Total das Transferências Correntes Recebidas	**4.782.529.969,04**	**6.238.364.784,10**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	453.427.345,85	469.101.412,02
a União	588.931,40	2.182.791,50
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	452.838.414,45	466.918.620,52
Intragovernamentais	1.763.219.524,56	1.652.685.431,52
Outras transferências concedidas	795.901.852,24	879.206.174,85
Total das Transferências Concedidas	**3.012.548.722,65**	**3.000.993.018,39**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

R$

	Janeiro a Dezembro 2018	Janeiro a Dezembro 2017
Legislativa	561.035.505,22	576.656.873,25
Judiciária	1.682.648.434,17	1.601.127.454,60
Essencial à Justiça	802.456.694,07	703.152.555,05
Administração	1.605.659.762,14	1.525.753.060,45
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	2.219.612.483,80	2.155.161.712,71
Relações Exteriores	545.390,78	2.789.695,72
Assistência Social	73.112.472,98	68.187.208,76
Previdência Social	6.414.868.754,81	6.060.123.415,13
Saúde	2.407.058.911,54	1.948.341.713,81
Trabalho	3.536.337,95	3.287.133,40
Educação	2.750.972.544,45	2.541.366.207,19
Cultura	30.617.786,80	31.099.885,79
Direitos da Cidadania	835.486.968,89	675.859.807,19
Urbanismo	-	-
Habitação	14.136.558,44	25.211.165,38
Saneamento	136.585,84	339.314,47
Gestão Ambiental	59.857.308,12	65.518.402,75
Ciência e Tecnologia	28.504.297,38	25.254.379,14
Agricultura	582.270.715,92	607.986.308,43
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	26.488.754,92	28.607.905,94
Comunicações	39.538.797,64	70.242.358,90
Energia	286.675,96	53.095,25
Transporte	157.753.119,00	192.423.135,45
Desporto e Lazer	18.888.389,80	31.950.726,43
Encargos Especiais	215.199.632,80	167.866.747,87
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	**20.530.672.883,42**	**19.108.360.263,06**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

R$

	Janeiro a Dezembro 2018	Janeiro a Dezembro 2017
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	854.417.578,55	600.149.820,36
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	126.128.883,76	105.538.085,51
Outros Encargos da Dívida	29.582.526,41	38.010.830,92
Total dos Juros e Encargos da Dívida	**1.010.128.988,72**	**743.698.736,79**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

	Janeiro a Dezembro 2018	Janeiro a Dezembro 2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	**96.252.311.143,72**	**88.070.637.999,71**
Receitas derivadas e originárias	20.190.124.643,78	17.173.997.859,69
Transferências correntes recebidas	4.782.529.969,04	6.237.605.590,13
Outros ingressos operacionais	71.279.656.530,90	64.659.034.549,89
Desembolsos	**95.333.879.239,39**	**87.739.151.457,77**
Pessoal e demais despesas	16.862.960.898,99	15.676.668.007,11
Juros e encargos da dívida	1.010.128.988,72	743.698.736,79
Transferências concedidas	2.645.032.057,30	2.672.379.637,47
Outros desembolsos operacionais	74.815.757.294,38	68.646.405.076,40
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	**918.431.904,33**	**331.486.541,94**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	**60.350.612,64**	**29.849.359,20**
Alienação de bens	28.606.663,01	4.521.589,06
Amortização de empréstimos e financiamentos	31.743.949,63	25.327.770,14
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	**1.179.416.637,93**	**1.447.022.053,26**
Aquisição de ativo não circulante	1.054.605.640,45	1.331.677.304,42
Concessão de empréstimos e financiamentos	11.608.237,91	12.782.209,49
Outros desembolsos de investimentos	113.202.759,57	102.562.539,35
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	**(1.119.066.025,29)**	**(1.417.172.694,06)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	**235.572.172,16**	**1.612.280.090,54**
Operações crédito	189.717.750,00	1.571.279.378,23
Integralização do capital social de empresas dependentes	9.854.000,00	4.539.120,01
Transferências de capital recebidas	36.000.422,16	36.461.592,30
Outros ingressos de financiamentos	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

	Janeiro a Dezembro 2018	Janeiro a Dezembro 2017
Desembolsos	**819.655.954,51**	**524.839.363,12**
Amortização / Refinanciamento da dívida	791.450.963,48	520.337.425,07
Outros desembolsos de financiamentos	28.204.991,03	4.501.938,05
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	**(584.083.782,35)**	**1.087.440.727,42**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	**(784.717.903,31)**	**1.754.575,30**
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	3.205.631.395,86	3.203.876.820,56
Caixa e Equivalente de Caixa Final	2.420.913.492,55	3.205.631.395,86

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018
QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

R$

	Janeiro a Dezembro 2018	Janeiro a Dezembro 2017
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	16.029.659.212,97	14.359.938.891,42
Receita de Contribuições	2.533.241.158,91	930.850.665,35
Receita Patrimonial	31.767.263,90	89.514.353,10
Receita Agropecuária	1.413.716,60	1.283.003,01
Receita Industrial	21.913,30	3.152.629,05
Receita de Serviços	865.848.989,01	591.350.598,94
Remuneração das Disponibilidades	228.010.283,17	607.138.641,27
Outras Receitas Derivadas e Originárias	500.162.105,92	590.769.077,55
Total das Receitas Derivadas e Originárias	**20.190.124.643,78**	**17.173.997.859,69**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

R$

	Janeiro a Dezembro 2018	Janeiro a Dezembro 2017
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais	2.071.973.382,55	2.095.281.420,82
da União	2.070.280.200,53	2.095.147.285,15
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	1.693.182,02	134.135,67
Intragovernamentais	-	1.640.564.862,12
Outras transferências correntes recebidas	2.710.556.586,49	2.501.759.307,19
Total das Transferências Correntes Recebidas	**4.782.529.969,04**	**6.237.605.590,13**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	453.249.057,68	468.815.725,14
a União	588.931,40	2.182.791,50
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	452.660.126,28	466.632.933,64
Intragovernamentais	1.395.881.147,38	1.324.357.737,48
Outras transferências concedidas	795.901.852,24	879.206.174,85
Total das Transferências Concedidas	**2.645.032.057,30**	**2.672.379.637,47**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

R$

	Janeiro a Dezembro 2018	Janeiro a Dezembro 2017
Legislativa	1.405.207,24	1.315.236,93
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	165.858.899,84	153.959.654,13
Administração	1.605.659.762,14	1.525.753.060,45
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	2.219.612.483,80	2.155.161.712,71
Relações Exteriores	545.390,78	2.789.695,72
Assistência Social	73.112.472,98	68.187.208,76
Previdência Social	5.841.232.929,56	5.521.852.054,51
Saúde	2.407.058.911,54	1.948.341.713,81
Trabalho	3.536.337,95	3.287.133,40
Educação	2.750.972.544,45	2.541.366.207,19
Cultura	30.617.786,80	31.099.885,79
Direitos da Cidadania	835.486.968,89	675.859.807,19
Urbanismo	-	-
Habitação	14.136.558,44	25.211.165,38
Saneamento	136.585,84	339.314,47
Gestão Ambiental	59.857.308,12	65.518.402,75
Ciência e Tecnologia	28.504.297,38	25.254.379,14
Agricultura	582.270.715,92	607.986.308,43
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	26.488.754,92	28.607.905,94
Comunicações	39.538.797,64	70.242.358,90
Energia	286.675,96	53.095,25
Transporte	157.753.119,00	192.423.135,45
Desporto e Lazer	18.888.389,80	31.950.726,43
Encargos Especiais	-	107.844,38
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	**16.862.960.898,99**	**15.676.668.007,11**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

R$

	Janeiro a Dezembro 2018	Janeiro a Dezembro 2017
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	854.417.578,55	600.149.820,36
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	126.128.883,76	105.538.085,51
Outros Encargos da Dívida	29.582.526,41	38.010.830,92
Total dos Juros e Encargos da Dívida	**1.010.128.988,72**	**743.698.736,79**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO GERAL

Valores em 31/12/2017 e 31/12/2018

Em R$

ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL/CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**231.448.522,39**	**0,00**	**368.427,88**	**5.814.681,63**	**2.273.520,58**	**8.911.612.457,98**	**9.151.517.610,46**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						**5.894.955.049,63**	**5.894.955.049,63**
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL							
AUMENTO DE CAPITAL	**4.539.120,01**						**4.539.120,01**
Com Reservas e Lucros							
Com Integralização de Ações	4.539.120,01						4.539.120,01
RESULTADO DO EXERCÍCIO						**5.867.153.180,08**	**5.867.153.180,08**
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS							
DIVIDENDOS PROPOSTOS							
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR / SALDO INICIAL DO PERÍODO ATUAL	**235.987.642,40**	**0,00**	**368.427,88**	**5.814.681,63**	**2.273.520,58**	**20.673.720.687,69**	**20.918.164.960,18**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						**1.043.767.509,58**	**1.043.767.509,58**
Redução do PL - Transferência do Saldo Patrimonial da Autarquia para SPE						**-193.597.486,05**	**-193.597.486,05**
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL							
AUMENTO DE CAPITAL	**4.854.000,00**	**5.000.000,00**					**9.854.000,00**
Com Reservas e Lucros							
Com Integralização de Ações	4.854.000,00	5.000.000,00					9.854.000,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO						**-2.384.603.610,45**	**-2.384.603.610,45**
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS							
DIVIDENDOS PROPOSTOS							
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	**240.841.642,40**	**5.000.000,00**	**368.427,88**	**5.814.681,63**	**2.273.520,58**	**19.139.287.100,77**	**19.393.585.373,26**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC Nº 31.065/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR CRCSC Nº 23.823/O-7

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PODER EXECUTIVO

Valores em 31/12/2017 e 31/12/2018

Em R$

ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL/CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**231.448.522,39**	**0,00**	**368.427,88**	**5.814.681,63**	**2.273.520,58**	**7.299.155.699,97**	**7.539.060.852,45**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						**5.895.986.241,68**	**5.895.986.241,68**
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL							
AUMENTO DE CAPITAL	**4.539.120,01**						**4.539.120,01**
Com Reservas e Lucros							
Com Integralização de Ações	4.539.120,01						4.539.120,01
RESULTADO DO EXERCÍCIO						**5.706.221.606,82**	**5.706.221.606,82**
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS							
DIVIDENDOS PROPOSTOS							
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR / SALDO INICIAL DO PERÍODO ATUAL	**235.987.642,40**	**0,00**	**368.427,88**	**5.814.681,63**	**2.273.520,58**	**18.901.363.548,47**	**19.145.807.820,96**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						**1.043.738.413,22**	**1.043.738.413,22**
Redução do PL - Transferência do Saldo Patrimonial da Autarquia para SPE						**-193.597.486,05**	**-193.597.486,05**
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL							
AUMENTO DE CAPITAL	**4.854.000,00**	**5.000.000,00**					**9.854.000,00**
Com Reservas e Lucros							
Com Integralização de Ações	4.854.000,00	5.000.000,00					9.854.000,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO						**-2.457.791.015,18**	**-2.457.791.015,18**
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS							
DIVIDENDOS PROPOSTOS							
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	**240.841.642,40**	**5.000.000,00**	**368.427,88**	**5.814.681,63**	**2.273.520,58**	**17.293.713.460,46**	**17.548.011.732,95**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC Nº 31.065/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS

Valores em 31/12/2017 e 31/12/2018

Em R$

ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL/CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**6.655.354,10**	**0,00**	**368.427,88**	**5.814.681,63**	**2.273.520,58**	**9.130.556.407,56**	**9.145.668.391,75**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						**5.894.955.049,63**	**5.894.955.049,63**
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL							
AUMENTO DE CAPITAL							
Com Reservas e Lucros							
Com Integralização de Ações							
RESULTADO DO EXERCÍCIO						**5.871.830.860,22**	**5.871.830.860,22**
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS							
DIVIDENDOS PROPOSTOS							
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR / SALDO INICIAL DO PERÍODO ATUAL	**6.655.354,10**	**0,00**	**368.427,88**	**5.814.681,63**	**2.273.520,58**	**20.897.342.317,41**	**20.912.454.301,60**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						**1.043.767.509,58**	**1.043.767.509,58**
Redução do PL - Transferência do Saldo Patrimonial da Autarquia para SPE						**-193.597.486,05**	**-193.597.486,05**
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL							
AUMENTO DE CAPITAL							
Com Reservas e Lucros							
Com Integralização de Ações							
RESULTADO DO EXERCÍCIO						**-2.392.370.887,56**	**-2.392.370.887,56**
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS							
DIVIDENDOS PROPOSTOS							
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	**6.655.354,10**	**0,00**	**368.427,88**	**5.814.681,63**	**2.273.520,58**	**19.355.141.453,38**	**19.370.253.437,57**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC Nº 31.065/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR CRCSC Nº 23.823/O-7

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 1 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	**VALORES**	**%**	**TÍTULOS**	**VALORES**	**%**
RECEITAS CORRENTES	**23.708.763.964,03**	**88,00**	**DESPESAS CORRENTES**	**24.602.224.909,70**	**91,31**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.322.199.042,52	60,58	Pessoal e Encargos Sociais	16.333.072.387,43	60,62
Contribuições	1.022.082.081,04	3,79	Juros e Encargos da Dívida	982.947.012,87	3,65
Receita Patrimonial	408.148.700,39	1,51	Outras Despesas Correntes	7.286.205.509,40	27,04
Receita Agropecuária	1.413.716,60	0,01	**DESPESAS DE CAPITAL**	**2.340.821.481,80**	**8,69**
Receita Industrial	21.913,30	-	Investimentos	1.446.676.130,73	5,37
Receita de Serviços	726.253.032,49	2,70	Inversões Financeiras	85.630.166,35	0,32
Transferências Correntes	4.782.529.969,04	17,75	Amortização da Dívida	808.515.184,72	3,00
Outras Receitas Correntes	446.115.508,65	1,66			
RECEITAS DE CAPITAL	**286.815.087,00**	**1,06**			
Operações de Crédito	189.717.750,00	0,70			
Alienação de Bens	29.352.965,21	0,11			
Amortização de Empréstimos	31.743.949,63	0,12			
Transferências de Capital	36.000.422,16	0,13			
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	**1.750.728.629,68**	**6,50**			
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	**9.854.000,00**	**0,04**			
SUBTOTAL	**25.756.161.680,71**	**95,59**	**SUBTOTAL**	**26.943.046.391,50**	**100,00**
DEFICIT	**1.186.884.710,79**	**4,41**	**SUPERAVIT**	**-**	**-**
TOTAL	**26.943.046.391,50**	**100,00**	**TOTAL**	**26.943.046.391,50**	**100,00**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 1 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

Notas Explicativas

001 - Em observância ao determinado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, Portaria nº 765, de 15 de setembro de 2017, o Estado de Santa Catarina adequou a sua classificação de receita orçamentária para o exercício de 2018, desdobrando a classificação por natureza de receita até o oitavo nível.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
1 - Executivo	**22.805.702.194,91**
15000 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	**66.819.434,90**
150001 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	**66.774.399,43**
14 - Direitos da Cidadania	66.774.399,43
122 - Administração Geral	65.287.664,10
0745 - Fortalecendo Direitos	65.287.664,10
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	507.262,97
0173 - Ampliação de atuação na defensoria	7.846.770,44
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	628.613,44
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	56.305.017,25
128 - Formação de Recursos Humanos	1.486.735,33
0745 - Fortalecendo Direitos	1.486.735,33
0006 - Encargos com estagiários	1.486.735,33
150091 - Fundo de Acesso à Justiça	**45.035,47**
14 - Direitos da Cidadania	45.035,47
122 - Administração Geral	45.035,47
0745 - Fortalecendo Direitos	45.035,47
0173 - Ampliação de atuação na defensoria	45.035,47
16000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública	**2.847.714.599,87**
160084 - Fundo de Melhoria da Polícia Civil	**579.395.588,00**
06 - Segurança Pública	579.389.187,11
122 - Administração Geral	531.222.849,51
0706 - De Olho no Crime	516.185.217,25
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	516.185.217,25
0707 - Suporte Institucional Integrado	15.037.632,26
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	14.014.403,07
1036 - Manutenção e reforma de instalações físicas	1.023.229,19

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
126 - Tecnologia da Informação	6.741.199,36
0707 - Suporte Institucional Integrado	6.741.199,36
0241 - Modernização, integração e manutenção de tecnologia	6.741.199,36
128 - Formação de Recursos Humanos	4.499.872,25
0707 - Suporte Institucional Integrado	2.205.808,35
0006 - Encargos com estagiários	2.205.808,35
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	2.294.063,90
0482 - Aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública	2.294.063,90
181 - Policiamento	36.925.265,99
0706 - De Olho no Crime	15.199.093,80
0218 - Gestão integrada de atividades	5.103.343,89
0262 - Manutenção de veículos	7.257.673,91
1028 - Operação Veraneio Segura	2.838.076,00
0707 - Suporte Institucional Integrado	21.726.172,19
0217 - Gestão de pessoal terceirizado	13.887.054,80
0248 - Gestão de contratos	5.683.570,20
1005 - Renovação de equipamentos e frota	2.155.547,19
14 - Direitos da Cidadania	6.400,89
421 - Custódia e Reintegração Social	6.400,89
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	6.400,89
0391 - Gestão dos sistemas prisional e socioeducativo	6.400,89
160085 - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	**443.501.273,46**
03 - Essencial à Justiça	290.000,00
091 - Defesa da Ordem Jurídica	290.000,00
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	290.000,00
0120 - Reconstituição de bens lesados	290.000,00
04 - Administração	812.403,50

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	812.403,50
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	812.403,50
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	812.403,50
06 - Segurança Pública	372.889.900,11
122 - Administração Geral	348.710.719,81
0705 - Segurança Cidadã	340.685.090,75
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	340.685.090,75
0707 - Suporte Institucional Integrado	8.025.629,06
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	8.006.249,06
1035 - Construção e ampliação de instalações físicas	19.380,00
128 - Formação de Recursos Humanos	1.968.109,85
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	1.968.109,85
1031 - Instrução e ensino	1.968.109,85
182 - Defesa Civil	21.322.240,37
0705 - Segurança Cidadã	21.322.240,37
0028 - Gestão das atividades operacionais	7.480.335,30
1009 - Operação Veraneio	13.040.746,08
1042 - Gestão de risco contra incêndio e pânico	801.158,99
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	888.830,08
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	888.830,08
1039 - Saúde, segurança no contexto ocupacional e promoção social	888.830,08
10 - Saúde	69.027.990,49
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	64.423.753,75
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	64.423.753,75
0991 - Manutenção de unidades	64.423.753,75
785 - Transportes Especiais	4.604.236,74
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	3.781.204,29

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0995 - Manutenção de aeronaves	3.781.204,29
0705 - Segurança Cidadã	823.032,45
0546 - Integração do serviço de atendimento móvel	823.032,45
18 - Gestão Ambiental	480.979,36
542 - Controle Ambiental	480.979,36
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	79.980,00
0174 - Fiscalização e atendimento de reclamações	79.980,00
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	400.999,36
0014 - Apoio a projetos	400.999,36
160091 - Fundo para Melhoria da Segurança Pública	**368.418.341,11**
03 - Essencial à Justiça	429.117,76
122 - Administração Geral	429.117,76
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	429.117,76
0115 - Coordenação e manutenção dos serviços administrativos	429.117,76
04 - Administração	71.460,00
123 - Administração Financeira	71.460,00
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	71.460,00
0036 - Gestão da informação contábil e da transparência	71.460,00
06 - Segurança Pública	367.917.763,35
122 - Administração Geral	201.157.472,05
0101 - Acelera Santa Catarina	6.770.993,63
0517 - Modernização de sistema de comunicação	6.770.993,63
0706 - De Olho no Crime	160.630.833,31
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	160.630.833,31
0707 - Suporte Institucional Integrado	33.755.645,11
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	23.869.685,86
0187 - Construção de instalações físicas	9.085.816,73

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0483 - Manutenção de instalações físicas	315.818,29
1036 - Manutenção e reforma de instalações físicas	484.324,23
126 - Tecnologia da Informação	25.635.090,80
0707 - Suporte Institucional Integrado	25.635.090,80
0259 - Modernização e integração	25.635.090,80
128 - Formação de Recursos Humanos	1.581.145,71
0707 - Suporte Institucional Integrado	1.460.209,86
0006 - Encargos com estagiários	1.460.209,86
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	120.935,85
0482 - Aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública	12.935,85
1031 - Instrução e ensino	108.000,00
181 - Policiamento	131.286.096,23
0101 - Acelera Santa Catarina	32.966.608,72
0490 - Construção de instalações físicas	7.098.096,62
0976 - Renovação da frota	25.868.512,10
0705 - Segurança Cidadã	48.216.204,75
0182 - Gestão dos Programas, Projetos e Ações de Segurança e Cidadania	2.500,00
0543 - Gestão da emissão da carteira nacional de habilitação	48.213.704,75
0706 - De Olho no Crime	9.389.414,06
0218 - Gestão integrada de atividades	188.177,82
0262 - Manutenção de veículos	79.347,40
0498 - Monitoramento de espaços públicos	8.619.688,84
1043 - Segurança e mobilidade no trânsito	438.600,00
1046 - Polícia ostensiva e preservação da ordem pública	63.600,00
0707 - Suporte Institucional Integrado	40.713.868,70
0217 - Gestão de pessoal terceirizado	33.866.409,65
0246 - Gestão de acordos e convênios	1.276.145,77

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0248 - Gestão de contratos	5.496.315,15
1005 - Renovação de equipamentos e frota	74.998,13
183 - Informação e Inteligência	6.697.795,45
0705 - Segurança Cidadã	926.373,27
0464 - Emissão de carteira de identidade	926.373,27
0706 - De Olho no Crime	5.771.422,18
0542 - Realização de perícias	5.771.422,18
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.560.163,11
0705 - Segurança Cidadã	1.560.163,11
0497 - Proteção a vítima e testemunhas ameaçadas	1.560.163,11
160097 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar	**1.456.399.397,30**
02 - Judiciária	86.222,80
061 - Ação Judiciária	86.222,80
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	86.222,80
0954 - Administração e manutenção da infraestrutura e serviços	86.222,80
03 - Essencial à Justiça	1.956.729,88
091 - Defesa da Ordem Jurídica	839.419,00
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	839.419,00
0120 - Reconstituição de bens lesados	839.419,00
122 - Administração Geral	1.094.270,88
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	1.094.270,88
0115 - Coordenação e manutenção dos serviços administrativos	1.094.270,88
128 - Formação de Recursos Humanos	23.040,00
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	23.040,00
0127 - Aperfeiçoamento de membros e servidores	23.040,00
04 - Administração	1.365.268,36
122 - Administração Geral	1.365.268,36

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.365.268,36
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.365.268,36
06 - Segurança Pública	1.438.587.430,34
122 - Administração Geral	1.303.239.392,47
0706 - De Olho no Crime	1.288.060.757,46
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.288.060.757,46
0707 - Suporte Institucional Integrado	15.178.635,01
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	355.496,53
0561 - Construção de unidades de segurança pública	188.604,75
1027 - Gestão estratégica, controle e suporte administrativo	14.634.533,73
128 - Formação de Recursos Humanos	1.572.185,84
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	1.572.185,84
0482 - Aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública	1.446.979,19
1031 - Instrução e ensino	125.206,65
181 - Policiamento	121.097.837,95
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	6.875.778,11
0021 - Administração e manutenção da PMRv	6.875.778,11
0706 - De Olho no Crime	114.222.059,84
1032 - Operação veraneio segura	9.941.956,00
1043 - Segurança e mobilidade no trânsito	24.409.537,55
1044 - Inteligência de segurança pública	65.007,19
1046 - Polícia ostensiva e preservação da ordem pública	79.805.559,10
183 - Informação e Inteligência	2.959,20
0706 - De Olho no Crime	2.959,20
0542 - Realização de perícias	2.959,20
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	5.293.891,75
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	5.293.891,75

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
1039 - Saúde, segurança no contexto ocupacional e promoção social	2.705,30
1040 - Saúde e promoção social	5.291.186,45
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	31.344,50
0705 - Segurança Cidadã	31.344,50
0497 - Proteção a vítima e testemunhas ameaçadas	31.344,50
542 - Controle Ambiental	7.349.818,63
0706 - De Olho no Crime	7.349.818,63
1033 - Polícia ostensiva ambiental	7.349.818,63
10 - Saúde	392.998,70
244 - Assistência Comunitária	392.998,70
0705 - Segurança Cidadã	392.998,70
0234 - Ampliação e modernização do PROERD	392.998,70
12 - Educação	11.573.724,03
244 - Assistência Comunitária	394.758,00
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	394.758,00
0234 - Ampliação e modernização do PROERD	394.758,00
368 - Educação Básica	11.033.156,17
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	11.033.156,17
1070 - Gestão dos colégios militares	11.033.156,17
812 - Desporto Comunitário	145.809,86
0635 - Desenvolvimento do Desporto Educacional	145.809,86
1071 - Realização de eventos	145.809,86
14 - Direitos da Cidadania	9.320,24
128 - Formação de Recursos Humanos	9.320,24
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	9.320,24
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	9.320,24
18 - Gestão Ambiental	1.000.000,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
542 - Controle Ambiental	1.000.000,00
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	1.000.000,00
0174 - Fiscalização e atendimento de reclamações	500.000,00
0381 - Fiscalização e monitoramento de unidades	500.000,00
20 - Agricultura	29.783,70
606 - Extensão Rural	29.783,70
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	29.783,70
0014 - Apoio a projetos	29.783,70
26 - Transporte	1.397.919,25
782 - Transporte Rodoviário	1.397.919,25
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	1.397.919,25
0007 - Aquisição de combustível e lubrificante	1.397.919,25
18000 - Secretaria de Estado do Planejamento	**11.091.982,37**
180001 - Secretaria de Estado do Planejamento	**10.528.653,03**
04 - Administração	10.528.653,03
121 - Planejamento e Orçamento	21.298,63
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	21.298,63
0552 - Estratégia de intervenção do Governo Estadual	8.400,13
0616 - Planejamento estratégico de desenvolvimento	12.898,50
122 - Administração Geral	10.425.930,19
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	5.541,29
0463 - Elaboração e divulgação de dados estatísticos	5.541,29
0850 - Gestão de Pessoas	8.800.638,03
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	8.800.638,03
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.619.750,87
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.619.750,87
126 - Tecnologia da Informação	191,25

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	191,25
0539 - Desenvolvimento de sistema	191,25
127 - Ordenamento Territorial	8.745,00
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	8.745,00
0462 - Atualização da base cartográfica	7.980,00
0545 - Coordenação, realização e manutenção de conselho	765,00
128 - Formação de Recursos Humanos	72.487,96
0850 - Gestão de Pessoas	72.487,96
0006 - Encargos com estagiários	72.487,96
180021 - Superintendencia de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Gde Florianópolis - SUDERF	**563.329,34**
04 - Administração	563.329,34
122 - Administração Geral	547.689,34
0850 - Gestão de Pessoas	484.174,77
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	484.174,77
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	63.514,57
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	63.514,57
128 - Formação de Recursos Humanos	15.640,00
0850 - Gestão de Pessoas	15.640,00
0006 - Encargos com estagiários	15.640,00
23000 - Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte	**119.789.066,12**
230001 - Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte	**43.301.736,33**
13 - Cultura	293.206,80
392 - Difusão Cultural	293.206,80
0660 - Pró-Cultura	293.206,80
0629 - Incentivo e manutenção de entidades	293.206,80
23 - Comércio e Serviços	29.972.371,03
695 - Turismo	29.972.371,03

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	29.972.371,03
0408 - Construção de centro de enventos	29.305.435,61
0629 - Incentivo e manutenção de entidades	666.935,42
27 - Desporto e Lazer	13.036.158,50
122 - Administração Geral	12.993.095,46
0850 - Gestão de Pessoas	10.674.306,52
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	10.674.306,52
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.318.788,94
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.318.788,94
126 - Tecnologia da Informação	1.140,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.140,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	1.140,00
128 - Formação de Recursos Humanos	80,00
0850 - Gestão de Pessoas	80,00
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	80,00
813 - Lazer	41.843,04
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	41.843,04
0629 - Incentivo e manutenção de entidades	41.843,04
230021 - Fundação Catarinense de Esporte	**21.775.449,72**
12 - Educação	13.731.931,71
122 - Administração Geral	8.001.026,48
0850 - Gestão de Pessoas	5.497.327,71
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.497.327,71
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.503.698,77
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.503.698,77
128 - Formação de Recursos Humanos	12.856,65
0850 - Gestão de Pessoas	12.856,65

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0006 - Encargos com estagiários	12.856,65
812 - Desporto Comunitário	5.718.048,58
0635 - Desenvolvimento do Desporto Educacional	5.718.048,58
1071 - Realização de eventos	5.718.048,58
27 - Desporto e Lazer	8.043.518,01
812 - Desporto Comunitário	8.043.518,01
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	8.043.518,01
0053 - Realização de eventos	5.229.012,99
0421 - Apoio a entidades e eventos	2.814.505,02
230022 - Fundação Catarinense de Cultura	**34.991.998,77**
04 - Administração	21.800,00
122 - Administração Geral	21.800,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	21.800,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	21.800,00
13 - Cultura	34.970.198,77
122 - Administração Geral	27.346.687,88
0850 - Gestão de Pessoas	13.639.915,12
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	13.639.915,12
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	13.706.772,76
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	13.706.772,76
128 - Formação de Recursos Humanos	206.764,52
0850 - Gestão de Pessoas	206.764,52
0006 - Encargos com estagiários	206.764,52
392 - Difusão Cultural	7.416.746,37
0660 - Pró-Cultura	7.416.746,37
0123 - Promoção, pesquisa e recuperação	99.476,00
0124 - Projetos culturais	7.317.270,37

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
230023 - Santa Catarina Turismo S.A.	**12.258.003,00**
23 - Comércio e Serviços	12.223.803,00
122 - Administração Geral	8.035.156,79
0850 - Gestão de Pessoas	5.257.092,23
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.257.092,23
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.778.064,56
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.778.064,56
126 - Tecnologia da Informação	10.166,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	10.166,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	10.166,00
695 - Turismo	4.178.480,21
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	4.178.480,21
0097 - Elaboração de estudos e pesquisas	19.484,00
0455 - Divulgação do potencial turístico de Santa Catarina	3.447.894,38
0998 - Gerenciamento de centro de eventos	711.101,83
24 - Comunicações	34.200,00
131 - Comunicação Social	34.200,00
0810 - Comunicação do Poder Executivo	34.200,00
0132 - Divulgação institucional	34.200,00
230093 - Fundo Estadual de Incentivo à Cultura	**777.158,03**
13 - Cultura	777.158,03
392 - Difusão Cultural	777.158,03
0660 - Pró-Cultura	777.158,03
0121 - Desenvolvimento e apoio a atividades	50.867,17
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	726.290,86
230094 - Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo	**1.452.762,94**
23 - Comércio e Serviços	1.452.762,94

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
695 - Turismo	1.452.762,94
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	1.452.762,94
0121 - Desenvolvimento e apoio a atividades	300.000,00
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	1.136.870,56
0123 - Promoção, pesquisa e recuperação	15.892,38
230095 - Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte	**5.231.957,33**
27 - Desporto e Lazer	5.231.957,33
813 - Lazer	5.231.957,33
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	5.231.957,33
0121 - Desenvolvimento e apoio a atividades	2.173.653,05
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	2.637.087,99
0123 - Promoção, pesquisa e recuperação	421.216,29
26000 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	**118.342.166,70**
260001 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	**38.526.587,82**
04 - Administração	105.000,00
122 - Administração Geral	105.000,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	105.000,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	105.000,00
08 - Assistência Social	34.124.254,79
122 - Administração Geral	30.290.446,01
0850 - Gestão de Pessoas	20.922.614,28
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	20.922.614,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	9.367.831,73
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	9.367.831,73
126 - Tecnologia da Informação	1.151.760,38
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.151.760,38
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	1.151.760,38

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
128 - Formação de Recursos Humanos	104.941,94
0850 - Gestão de Pessoas	104.941,94
0006 - Encargos com estagiários	104.941,94
244 - Assistência Comunitária	2.577.106,46
0101 - Acelera Santa Catarina	449,67
0060 - Construção, reforma e ampliação	449,67
0550 - Comer Bem SC	78.719,60
0343 - Implementação e consolidação de políticas	78.719,60
0745 - Fortalecendo Direitos	2.497.937,19
1003 - Apoio à politica de direitos humanos	2.497.937,19
11 - Trabalho	4.282.893,53
333 - Empregabilidade	4.279.141,21
0530 - Pró-Emprego e Renda	4.279.141,21
1001 - Apoio a politica de trabalho, emprego, renda e qualificação	4.279.141,21
334 - Fomento ao Trabalho	3.752,32
0530 - Pró-Emprego e Renda	3.752,32
0280 - Capacitações de pessoas	3.752,32
16 - Habitação	14.439,50
244 - Assistência Comunitária	14.439,50
0540 - Nova Casa	14.439,50
0206 - Implementação e consolidação de políticas	14.439,50
260022 - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	**14.205.984,46**
16 - Habitação	14.205.984,46
122 - Administração Geral	13.884.613,86
0850 - Gestão de Pessoas	11.158.223,05
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	11.158.223,05
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.726.390,81

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.726.390,81
126 - Tecnologia da Informação	321.370,60
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	321.370,60
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	321.370,60
260093 - Fundo Estadual de Assistência Social	**29.952.511,39**
08 - Assistência Social	29.952.511,39
122 - Administração Geral	171.891,02
0510 - Gestão do SUAS	171.891,02
1004 - Apoio a organização, gestão e vigilância social	171.891,02
128 - Formação de Recursos Humanos	577.641,21
0510 - Gestão do SUAS	577.641,21
0280 - Capacitações de pessoas	577.641,21
244 - Assistência Comunitária	29.202.979,16
0510 - Gestão do SUAS	29.202.979,16
0183 - Cumprimento de medidas judiciais	703.604,61
0203 - Pagamento de benefícios	1.833.294,26
0204 - Transferência de renda	11.564.949,35
0304 - Apoio a Conselhos	103.903,74
1068 - Ações de proteção social	532.266,51
1069 - Ações de proteção social	14.464.960,69
260096 - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	**34.920.061,00**
08 - Assistência Social	34.920.061,00
241 - Assistência ao Idoso	1.872.236,11
0101 - Acelera Santa Catarina	1.872.236,11
0522 - Construção de centro dia para idosos	1.872.236,11
244 - Assistência Comunitária	33.047.824,89
0101 - Acelera Santa Catarina	33.047.824,89

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0060 - Construção, reforma e ampliação	24.546.206,17
0383 - Aquisição de mobiliário e equipamentos	7.632.424,30
0973 - Construção e ampliação de instalação física	869.194,42
260099 - Fundo para a Infância e Adolescência	**737.022,03**
14 - Direitos da Cidadania	737.022,03
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	737.022,03
0745 - Fortalecendo Direitos	737.022,03
1002 - Ações voltadas ao estudo e pequisa	737.022,03
27000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	**177.918.361,62**
270001 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	**27.928.232,05**
04 - Administração	289.445,48
122 - Administração Geral	289.445,48
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	289.445,48
0117 - Operacionalização do Cecop	289.445,48
18 - Gestão Ambiental	12.077.797,84
122 - Administração Geral	9.915.553,49
0850 - Gestão de Pessoas	9.546.861,26
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	9.546.861,26
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	368.692,23
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	368.692,23
126 - Tecnologia da Informação	2.097,40
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.097,40
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	2.097,40
128 - Formação de Recursos Humanos	108.807,24
0850 - Gestão de Pessoas	108.807,24
0006 - Encargos com estagiários	108.807,24
541 - Preservação e Conservação Ambiental	1.297.283,88

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	1.297.283,88
0015 - Ações ambientais	1.297.283,88
542 - Controle Ambiental	754.055,83
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	754.055,83
0304 - Apoio a Conselhos	754.055,83
19 - Ciência e Tecnologia	3.390.449,27
334 - Fomento ao Trabalho	2.899.602,28
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	2.899.602,28
1021 - Apoiar projetos e programas voltados a empresas	2.899.602,28
571 - Desenvolvimento Científico	490.846,99
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	490.846,99
0014 - Apoio a projetos	490.846,99
23 - Comércio e Serviços	12.170.539,46
333 - Empregabilidade	12.170.539,46
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	12.170.539,46
1022 - Apoio a projetos de desenvolvimento econômico	12.170.539,46
270021 - Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - IMA	**60.464.977,36**
04 - Administração	9.540.318,57
122 - Administração Geral	9.540.318,57
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	9.540.318,57
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	9.540.318,57
18 - Gestão Ambiental	50.924.658,79
122 - Administração Geral	45.258.155,80
0850 - Gestão de Pessoas	45.258.155,80
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	45.258.155,80
128 - Formação de Recursos Humanos	547.689,06
0850 - Gestão de Pessoas	547.689,06

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0006 - Encargos com estagiários	545.094,56
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	2.594,50
541 - Preservação e Conservação Ambiental	7.900,00
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	7.900,00
0053 - Realização de eventos	7.900,00
542 - Controle Ambiental	5.110.913,93
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	5.110.913,93
0174 - Fiscalização e atendimento de reclamações	2.954.133,83
0381 - Fiscalização e monitoramento de unidades	2.156.780,10
270023 - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina	**15.237.143,31**
23 - Comércio e Serviços	15.237.143,31
122 - Administração Geral	12.388.440,80
0850 - Gestão de Pessoas	9.139.980,56
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	9.139.980,56
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.248.460,24
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.248.460,24
126 - Tecnologia da Informação	1.118.410,14
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.118.410,14
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	1.118.410,14
128 - Formação de Recursos Humanos	43.046,72
0850 - Gestão de Pessoas	43.046,72
0006 - Encargos com estagiários	40.946,72
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	2.100,00
691 - Promoção Comercial	1.687.245,65
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.687.245,65
0300 - Prestação de serviços	1.687.245,65
270024 - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	**41.045.502,14**

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
06 - Segurança Pública	396.200,00
182 - Defesa Civil	396.200,00
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	396.200,00
1030 - Contratação de consultoria, estudos e projetos	396.200,00
12 - Educação	1.701.794,59
571 - Desenvolvimento Científico	1.701.794,59
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	1.701.794,59
0013 - Incentivo a programas e projetos	1.701.794,59
18 - Gestão Ambiental	2.418.951,39
541 - Preservação e Conservação Ambiental	167.150,00
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	167.150,00
0015 - Ações ambientais	167.150,00
542 - Controle Ambiental	497.182,35
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	299.974,35
0381 - Fiscalização e monitoramento de unidades	299.974,35
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	197.208,00
0014 - Apoio a projetos	197.208,00
544 - Recursos Hídricos	1.754.619,04
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	1.754.619,04
0092 - Elaboração de planos	860.987,50
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	97.131,54
0386 - Elaboração e implementação de planos	796.500,00
19 - Ciência e Tecnologia	36.251.048,16
122 - Administração Geral	3.957.433,12
0850 - Gestão de Pessoas	2.731.899,17
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.731.899,17
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.225.533,95

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.225.533,95
126 - Tecnologia da Informação	3.641.389,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.641.389,78
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	3.641.389,78
128 - Formação de Recursos Humanos	28.201,66
0850 - Gestão de Pessoas	28.201,66
0006 - Encargos com estagiários	28.201,66
571 - Desenvolvimento Científico	21.033.372,62
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	20.247.492,62
0012 - Fomento ao desenvolvimento científico	10.873.118,56
0405 - Fomentar o desenvolvimento de produtos/processos inovativos	9.374.374,06
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	785.880,00
0014 - Apoio a projetos	785.880,00
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	7.590.650,98
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	7.590.650,98
0053 - Realização de eventos	1.106.361,98
0375 - Conceder bolsas para incentivo à formação	6.484.289,00
23 - Comércio e Serviços	277.508,00
333 - Empregabilidade	277.508,00
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	277.508,00
1022 - Apoio a projetos de desenvolvimento econômico	277.508,00
270025 - Instituto de Metrologia de Santa Catarina	**21.458.713,85**
04 - Administração	18.468.268,21
122 - Administração Geral	18.365.878,21
0850 - Gestão de Pessoas	12.578.650,40
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	12.578.650,40
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.787.227,81

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	5.787.227,81
126 - Tecnologia da Informação	12.390,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	12.390,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	12.390,00
128 - Formação de Recursos Humanos	90.000,00
0850 - Gestão de Pessoas	90.000,00
0006 - Encargos com estagiários	90.000,00
14 - Direitos da Cidadania	2.990.445,64
125 - Normatização e Fiscalização	2.990.445,64
0211 - Metrologia e Qualidade de Produtos e Serviços	2.990.445,64
0957 - Verificação e fiscalização metrologia e da conformidade de bens e serviços	2.990.445,64
270029 - Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - Aresc	**8.305.067,40**
04 - Administração	7.855.893,81
122 - Administração Geral	7.589.620,43
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	7.589.620,43
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.014.558,40
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.575.062,03
126 - Tecnologia da Informação	258.653,38
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	258.653,38
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	258.653,38
128 - Formação de Recursos Humanos	7.620,00
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	7.620,00
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	7.620,00
17 - Saneamento	162.497,63
125 - Normatização e Fiscalização	162.497,63
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	162.497,63
0344 - Fiscalização e regulação	162.497,63

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
25 - Energia	286.675,96
125 - Normatização e Fiscalização	286.675,96
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	286.675,96
0169 - Fiscalização e regulação	286.675,96
270030 - Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS	**18.490,02**
26 - Transporte	18.490,02
122 - Administração Geral	18.490,02
0150 - Modernização Portuária	18.490,02
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	18.490,02
270091 - Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	**228.427,22**
18 - Gestão Ambiental	228.427,22
542 - Controle Ambiental	228.427,22
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	228.427,22
0003 - Implantação, organização e gestão	228.427,22
270092 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos	**2.706.592,78**
18 - Gestão Ambiental	2.706.592,78
544 - Recursos Hídricos	2.706.592,78
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	2.706.592,78
0003 - Implantação, organização e gestão	1.638.576,82
0140 - Implementação de sistema	65.286,46
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	448.774,50
0631 - Fortalecimento de comitês	553.955,00
270095 - Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas	**525.215,49**
18 - Gestão Ambiental	525.215,49
122 - Administração Geral	25.215,49
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	25.215,49
0003 - Implantação, organização e gestão	25.215,49

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
542 - Controle Ambiental	500.000,00
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	500.000,00
0014 - Apoio a projetos	500.000,00
41000 - Gabinete do Governador do Estado	**832.116.893,07**
410001 - Secretaria de Estado da Casa Civil	**41.065.540,25**
01 - Legislativa	1.423.745,10
122 - Administração Geral	1.423.745,10
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	1.423.745,10
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.423.745,10
04 - Administração	39.641.795,15
122 - Administração Geral	31.020.473,30
0850 - Gestão de Pessoas	17.920.708,66
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	17.920.708,66
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	13.099.764,64
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	13.099.764,64
126 - Tecnologia da Informação	372.904,22
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	372.904,22
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	372.904,22
128 - Formação de Recursos Humanos	341.480,61
0850 - Gestão de Pessoas	341.480,61
0006 - Encargos com estagiários	16.149,99
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	325.330,62
781 - Transporte Aéreo	5.788.832,12
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.788.832,12
0632 - Fornecimento de transporte	5.788.832,12
782 - Transporte Rodoviário	2.118.104,90
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.118.104,90

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0632 - Fornecimento de transporte	2.118.104,90
410002 - Procuradoria Geral do Estado	**169.512.330,04**
03 - Essencial à Justiça	169.512.330,04
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	63.909.600,83
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	63.909.600,83
0345 - Pagamento de encargos	63.909.600,83
122 - Administração Geral	105.525.595,59
0850 - Gestão de Pessoas	104.989.188,43
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	104.989.188,43
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	536.407,16
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	536.407,16
126 - Tecnologia da Informação	77.133,62
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	77.133,62
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	77.133,62
410003 - Secretaria Executiva de Articulação Nacional	**4.515.365,04**
04 - Administração	4.515.365,04
122 - Administração Geral	4.515.365,04
0850 - Gestão de Pessoas	3.055.079,25
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.055.079,25
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.460.285,79
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.460.285,79
410004 - Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais	**468.936,46**
07 - Relações Exteriores	468.936,46
122 - Administração Geral	424.070,16
0212 - Promoção e Articulação das Relações Internacionais	424.070,16
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	50.347,42
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	373.722,74

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
126 - Tecnologia da Informação	5.022,15
0212 - Promoção e Articulação das Relações Internacionais	5.022,15
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	5.022,15
212 - Cooperação Internacional	39.844,15
0212 - Promoção e Articulação das Relações Internacionais	39.844,15
0617 - Promover relações comerciais, culturais e sociais	39.844,15
410005 - Secretaria de Estado de Comunicação	**22.385.220,73**
24 - Comunicações	22.385.220,73
122 - Administração Geral	8.478.468,61
0850 - Gestão de Pessoas	4.681.915,42
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.681.915,42
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.796.553,19
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.796.553,19
126 - Tecnologia da Informação	17.999,12
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	17.999,12
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	17.999,12
131 - Comunicação Social	13.888.753,00
0810 - Comunicação do Poder Executivo	13.888.753,00
0132 - Divulgação institucional	13.756.513,96
0314 - Realizar publicações legais	132.239,04
410031 - Agência de Desenvolvimento Regional de Itapiranga	**838.265,34**
04 - Administração	272.266,65
122 - Administração Geral	271.636,65
0850 - Gestão de Pessoas	218.974,31
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	218.974,31
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	52.662,34
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	52.662,34

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
126 - Tecnologia da Informação	630,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	630,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	630,00
12 - Educação	565.998,69
122 - Administração Geral	376.799,27
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	706,67
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	706,67
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	376.092,60
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	376.092,60
367 - Educação Especial	105.579,64
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	105.579,64
0626 - Apoio financeiro às APAES	105.579,64
368 - Educação Básica	83.619,78
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	83.619,78
0104 - Operacionalização da educação	83.619,78
410032 - Agência de Desenvolvimento Regional de Quilombo	**665.650,74**
04 - Administração	211.260,54
122 - Administração Geral	207.992,58
0850 - Gestão de Pessoas	164.661,35
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	164.661,35
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	43.331,23
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	43.331,23
128 - Formação de Recursos Humanos	3.267,96
0850 - Gestão de Pessoas	3.267,96
0006 - Encargos com estagiários	3.267,96
12 - Educação	450.247,40
122 - Administração Geral	391.968,89

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	17.808,58
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	17.808,58
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	374.160,31
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	374.160,31
368 - Educação Básica	58.278,51
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	58.278,51
0103 - Transporte escolar	17.231,84
0104 - Operacionalização da educação	41.046,67
26 - Transporte	4.142,80
782 - Transporte Rodoviário	4.142,80
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	4.142,80
0413 - Manutenção rotineira de rodovias	4.142,80
410033 - Agência de Desenvolvimento Regional de Seara	**817.072,22**
04 - Administração	189.004,90
122 - Administração Geral	186.886,59
0850 - Gestão de Pessoas	165.372,90
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	165.372,90
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	21.513,69
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	21.513,69
126 - Tecnologia da Informação	2.118,31
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.118,31
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	2.118,31
12 - Educação	628.067,32
122 - Administração Geral	400.505,14
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	69.635,84
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	69.635,84
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	330.869,30

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	330.869,30
368 - Educação Básica	227.562,18
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	223.384,68
0104 - Operacionalização da educação	73.153,10
0144 - Manutenção e reforma de escolas	4.001,00
0371 - Manutenção e reforma de escola	106.790,65
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	39.439,93
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	4.177,50
0242 - Capacitação de profissionais	4.177,50
410034 - Agência de Desenvolvimento Regional de Taió	**689.668,05**
04 - Administração	247.191,22
122 - Administração Geral	240.656,00
0850 - Gestão de Pessoas	170.637,95
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	170.637,95
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	70.018,05
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	70.018,05
126 - Tecnologia da Informação	5.575,22
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.575,22
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	5.575,22
128 - Formação de Recursos Humanos	960,00
0850 - Gestão de Pessoas	960,00
0006 - Encargos com estagiários	960,00
12 - Educação	442.476,83
122 - Administração Geral	377.697,71
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	300,00
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	300,00
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	377.397,71

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	377.397,71
368 - Educação Básica	64.779,12
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	64.779,12
0104 - Operacionalização da educação	64.779,12
410035 - Agência de Desenvolvimento Regional de Timbó	**1.146.370,03**
04 - Administração	246.024,10
122 - Administração Geral	241.061,26
0850 - Gestão de Pessoas	178.427,55
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	178.427,55
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	62.633,71
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	62.633,71
126 - Tecnologia da Informação	4.002,84
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.002,84
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	4.002,84
128 - Formação de Recursos Humanos	960,00
0850 - Gestão de Pessoas	960,00
0006 - Encargos com estagiários	960,00
12 - Educação	900.345,93
122 - Administração Geral	351.247,49
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	5.796,69
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	5.796,69
0850 - Gestão de Pessoas	345.450,80
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	345.450,80
363 - Ensino Profissional	12.118,51
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	12.118,51
0104 - Operacionalização da educação	12.118,51
368 - Educação Básica	536.979,93

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	536.979,93
0104 - Operacionalização da educação	77.691,09
0144 - Manutenção e reforma de escolas	13.117,60
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	446.171,24
410036 - Agência de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte	**774.721,07**
04 - Administração	224.001,62
122 - Administração Geral	224.001,62
0850 - Gestão de Pessoas	191.271,31
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	191.271,31
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	32.730,31
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	32.730,31
10 - Saúde	9.454,37
122 - Administração Geral	9.454,37
0400 - Gestão do SUS	9.454,37
0638 - Manutenção de serviços e unidades	9.454,37
12 - Educação	541.265,08
122 - Administração Geral	369.242,07
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	3.893,23
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	3.893,23
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	365.348,84
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	365.348,84
368 - Educação Básica	172.023,01
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	172.023,01
0104 - Operacionalização da educação	28.749,62
0371 - Manutenção e reforma de escola	143.273,39
410037 - Agência de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste	**24.440.968,83**
04 - Administração	4.633.310,29

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	4.613.365,30
0850 - Gestão de Pessoas	3.219.705,78
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.219.705,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.393.659,52
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	544.035,37
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	849.624,15
126 - Tecnologia da Informação	570,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	570,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	570,00
128 - Formação de Recursos Humanos	19.374,99
0850 - Gestão de Pessoas	19.374,99
0006 - Encargos com estagiários	19.374,99
06 - Segurança Pública	720,00
122 - Administração Geral	720,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	720,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	720,00
08 - Assistência Social	364.905,39
244 - Assistência Comunitária	364.905,39
0510 - Gestão do SUAS	364.905,39
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	364.905,39
10 - Saúde	238.375,18
122 - Administração Geral	202.491,19
0400 - Gestão do SUS	202.491,19
0638 - Manutenção de serviços e unidades	202.491,19
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	17.405,00
0410 - Vigilância em Saúde	17.405,00
0641 - Realizar ações de gestão	17.405,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
305 - Vigilância Epidemiológica	18.478,99
0410 - Vigilância em Saúde	18.478,99
1054 - Manutenção de ações	18.478,99
12 - Educação	15.495.001,57
122 - Administração Geral	6.606.677,73
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	75.029,43
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	75.029,43
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	6.531.648,30
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	6.531.648,30
363 - Ensino Profissional	81.204,81
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	81.204,81
0104 - Operacionalização da educação	81.204,81
367 - Educação Especial	1.309.694,95
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	1.309.694,95
0626 - Apoio financeiro às APAES	1.309.694,95
368 - Educação Básica	7.497.424,08
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	7.497.274,08
0103 - Transporte escolar	4.489.250,89
0104 - Operacionalização da educação	1.666.206,55
0144 - Manutenção e reforma de escolas	408.008,78
0371 - Manutenção e reforma de escola	67.060,03
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	866.747,83
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	150,00
0242 - Capacitação de profissionais	150,00
18 - Gestão Ambiental	199.984,90
544 - Recursos Hídricos	199.984,90
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	199.984,90

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	199.984,90
20 - Agricultura	328.691,09
606 - Extensão Rural	328.691,09
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	328.691,09
0014 - Apoio a projetos	44.453,47
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	284.237,62
26 - Transporte	3.129.980,41
782 - Transporte Rodoviário	3.129.980,41
0110 - Construção de Rodovias	3.129.980,41
0417 - Apoio ao sistema viário	3.129.980,41
27 - Desporto e Lazer	50.000,00
812 - Desporto Comunitário	50.000,00
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	50.000,00
0420 - Apoio a ações na área do esporte	50.000,00
410038 - Agência de Desenvolvimento Regional de Maravilha	**20.942.919,99**
04 - Administração	3.219.606,86
122 - Administração Geral	3.207.716,86
0850 - Gestão de Pessoas	2.322.174,42
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.322.174,42
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	885.542,44
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	368.557,29
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	516.985,15
128 - Formação de Recursos Humanos	11.890,00
0850 - Gestão de Pessoas	11.890,00
0006 - Encargos com estagiários	11.890,00
06 - Segurança Pública	640,00
122 - Administração Geral	640,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	640,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	640,00
08 - Assistência Social	437,08
122 - Administração Geral	437,08
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	437,08
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	437,08
10 - Saúde	19.212,70
122 - Administração Geral	19.212,70
0400 - Gestão do SUS	19.212,70
0638 - Manutenção de serviços e unidades	19.212,70
12 - Educação	13.894.119,29
122 - Administração Geral	4.755.307,93
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	51.602,12
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	51.602,12
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	4.703.705,81
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.703.705,81
367 - Educação Especial	1.831.739,92
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	1.831.739,92
0626 - Apoio financeiro às APAES	1.831.739,92
368 - Educação Básica	7.307.071,44
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	6.760.530,83
0103 - Transporte escolar	4.132.311,87
0104 - Operacionalização da educação	1.798.561,81
0144 - Manutenção e reforma de escolas	155.473,42
0371 - Manutenção e reforma de escola	208.729,04
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	465.454,69
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	62.086,61

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0242 - Capacitação de profissionais	62.086,61
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	484.454,00
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	484.454,00
20 - Agricultura	1.016.231,86
606 - Extensão Rural	1.016.231,86
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	1.016.231,86
0014 - Apoio a projetos	121.142,69
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	895.089,17
23 - Comércio e Serviços	154.511,88
333 - Empregabilidade	154.511,88
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	154.511,88
1022 - Apoio a projetos de desenvolvimento econômico	154.511,88
26 - Transporte	2.638.160,32
782 - Transporte Rodoviário	2.638.160,32
0110 - Construção de Rodovias	2.638.160,32
0417 - Apoio ao sistema viário	2.638.160,32
410039 - Agência de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste	**15.633.752,95**
04 - Administração	2.341.639,33
122 - Administração Geral	2.341.639,33
0850 - Gestão de Pessoas	1.743.271,40
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.743.271,40
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	598.367,93
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	384.262,62
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	214.105,31
08 - Assistência Social	200.000,00
244 - Assistência Comunitária	200.000,00
0510 - Gestão do SUAS	200.000,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	200.000,00
10 - Saúde	28.433,19
122 - Administração Geral	28.433,19
0400 - Gestão do SUS	28.433,19
0638 - Manutenção de serviços e unidades	28.433,19
12 - Educação	8.413.067,70
122 - Administração Geral	4.216.700,54
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	59.072,27
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	59.072,27
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	4.157.628,27
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.157.628,27
363 - Ensino Profissional	56.379,96
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	56.379,96
0104 - Operacionalização da educação	56.379,96
367 - Educação Especial	819.569,27
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	819.569,27
0626 - Apoio financeiro às APAES	819.569,27
368 - Educação Básica	3.310.442,93
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	3.098.223,72
0103 - Transporte escolar	1.959.713,14
0104 - Operacionalização da educação	833.269,35
0144 - Manutenção e reforma de escolas	7.000,00
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	298.241,23
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	9.980,00
0242 - Capacitação de profissionais	9.980,00
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	202.239,21
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	202.239,21

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
812 - Desporto Comunitário	9.975,00
0635 - Desenvolvimento do Desporto Educacional	9.975,00
1071 - Realização de eventos	9.975,00
18 - Gestão Ambiental	299.973,00
544 - Recursos Hídricos	299.973,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	299.973,00
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	299.973,00
20 - Agricultura	77.451,15
606 - Extensão Rural	77.451,15
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	77.451,15
0014 - Apoio a projetos	19.985,54
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	57.465,61
26 - Transporte	4.001.938,58
782 - Transporte Rodoviário	4.001.938,58
0110 - Construção de Rodovias	4.001.938,58
0417 - Apoio ao sistema viário	4.001.938,58
27 - Desporto e Lazer	271.250,00
812 - Desporto Comunitário	271.250,00
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	271.250,00
0420 - Apoio a ações na área do esporte	271.250,00
410040 - Agência de Desenvolvimento Regional de Chapecó	**21.591.382,68**
04 - Administração	3.554.195,01
122 - Administração Geral	3.554.195,01
0850 - Gestão de Pessoas	2.677.686,89
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.677.686,89
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	876.508,12
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	836.006,57

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	40.501,55
06 - Segurança Pública	720,00
122 - Administração Geral	720,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	720,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	720,00
10 - Saúde	1.245.327,20
122 - Administração Geral	121.585,15
0400 - Gestão do SUS	121.585,15
0638 - Manutenção de serviços e unidades	121.585,15
301 - Atenção Básica	99.687,55
0420 - Atenção Básica	99.687,55
1015 - Ações na área da saúde	99.687,55
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.016.074,50
0101 - Acelera Santa Catarina	987.253,08
0058 - Ampliação e readequação de hospital	987.253,08
0410 - Vigilância em Saúde	27.268,72
0641 - Realizar ações de gestão	27.268,72
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.552,70
0965 - Ações de saúde	1.552,70
305 - Vigilância Epidemiológica	7.980,00
0410 - Vigilância em Saúde	7.980,00
1054 - Manutenção de ações	7.980,00
12 - Educação	11.205.025,97
122 - Administração Geral	4.034.230,57
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	36.304,51
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	36.304,51
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.997.926,06

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.997.926,06
363 - Ensino Profissional	1.794,16
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	1.794,16
0104 - Operacionalização da educação	1.794,16
367 - Educação Especial	872.395,99
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	872.395,99
0626 - Apoio financeiro às APAES	872.395,99
368 - Educação Básica	6.296.605,25
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	6.296.605,25
0103 - Transporte escolar	2.485.671,57
0104 - Operacionalização da educação	3.033.417,12
0144 - Manutenção e reforma de escolas	215.325,41
0371 - Manutenção e reforma de escola	276.559,72
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	285.631,43
15 - Urbanismo	245.694,06
451 - Infra-Estrutura Urbana	245.694,06
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	245.694,06
0402 - Aquisição, construção, reforma ou manutenção	245.694,06
26 - Transporte	5.340.420,44
782 - Transporte Rodoviário	5.340.420,44
0110 - Construção de Rodovias	5.340.420,44
0417 - Apoio ao sistema viário	3.478.343,07
0583 - Ações na área de infraestrutura	1.862.077,37
410041 - Agência de Desenvolvimento Regional de Xanxerê	**21.038.002,44**
04 - Administração	2.700.165,08
122 - Administração Geral	2.634.481,65
0850 - Gestão de Pessoas	1.902.903,25

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.902.903,25
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	731.578,40
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	483.774,41
0353 - Ampliação e reforma de imóveis	247.803,99
126 - Tecnologia da Informação	57.506,89
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	57.506,89
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	57.506,89
128 - Formação de Recursos Humanos	8.176,54
0850 - Gestão de Pessoas	8.176,54
0006 - Encargos com estagiários	8.176,54
08 - Assistência Social	165,88
122 - Administração Geral	165,88
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	165,88
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	165,88
10 - Saúde	4.019.030,92
122 - Administração Geral	158.559,16
0400 - Gestão do SUS	158.559,16
0638 - Manutenção de serviços e unidades	158.559,16
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.860.471,76
0101 - Acelera Santa Catarina	3.860.471,76
0058 - Ampliação e readequação de hospital	3.860.471,76
12 - Educação	12.131.871,40
122 - Administração Geral	3.613.422,26
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	4.963,75
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	4.963,75
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.608.458,51
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.608.458,51

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
367 - Educação Especial	1.640.849,77
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	1.640.849,77
0626 - Apoio financeiro às APAES	1.640.849,77
368 - Educação Básica	6.877.599,37
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	6.514.370,39
0103 - Transporte escolar	4.106.020,78
0104 - Operacionalização da educação	1.454.555,16
0144 - Manutenção e reforma de escolas	564.890,86
0371 - Manutenção e reforma de escola	79.961,81
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	308.941,78
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	363.228,98
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	363.228,98
18 - Gestão Ambiental	409.355,15
541 - Preservação e Conservação Ambiental	9.395,15
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	9.395,15
0015 - Ações ambientais	9.395,15
544 - Recursos Hídricos	399.960,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	399.960,00
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	399.960,00
20 - Agricultura	850.972,53
606 - Extensão Rural	850.972,53
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	850.972,53
0014 - Apoio a projetos	151.766,16
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	699.206,37
23 - Comércio e Serviços	4.995,00
333 - Empregabilidade	4.995,00
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	4.995,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
1022 - Apoio a projetos de desenvolvimento econômico	4.995,00
26 - Transporte	875.186,27
782 - Transporte Rodoviário	875.186,27
0110 - Construção de Rodovias	875.186,27
0417 - Apoio ao sistema viário	783.846,27
0583 - Ações na área de infraestrutura	91.340,00
27 - Desporto e Lazer	46.260,21
812 - Desporto Comunitário	46.260,21
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	46.260,21
0420 - Apoio a ações na área do esporte	46.260,21
410042 - Agência de Desenvolvimento Regional de Concórdia	**16.975.562,41**
04 - Administração	3.910.409,62
122 - Administração Geral	3.852.098,43
0850 - Gestão de Pessoas	3.086.715,08
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.086.715,08
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	765.383,35
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	522.321,75
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	243.061,60
126 - Tecnologia da Informação	34.357,87
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	34.357,87
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	34.357,87
128 - Formação de Recursos Humanos	23.953,32
0850 - Gestão de Pessoas	23.953,32
0006 - Encargos com estagiários	23.953,32
10 - Saúde	59.357,72
122 - Administração Geral	54.357,72
0400 - Gestão do SUS	54.357,72

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0638 - Manutenção de serviços e unidades	54.357,72
305 - Vigilância Epidemiológica	5.000,00
0410 - Vigilância em Saúde	5.000,00
1054 - Manutenção de ações	5.000,00
12 - Educação	10.075.563,90
122 - Administração Geral	3.302.064,57
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	109.069,57
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	109.069,57
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.192.995,00
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.192.995,00
367 - Educação Especial	1.015.364,38
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	1.015.364,38
0626 - Apoio financeiro às APAES	681.552,57
0997 - Cooperação técnico-pedagógica com APAES	333.811,81
368 - Educação Básica	5.758.134,95
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	5.754.214,95
0103 - Transporte escolar	3.425.154,66
0104 - Operacionalização da educação	1.321.886,64
0144 - Manutenção e reforma de escolas	270.905,66
0371 - Manutenção e reforma de escola	173.879,59
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	562.388,40
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.920,00
0242 - Capacitação de profissionais	3.920,00
15 - Urbanismo	193.253,82
451 - Infra-Estrutura Urbana	193.253,82
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	193.253,82
0402 - Aquisição, construção, reforma ou manutenção	193.253,82

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
20 - Agricultura	822.692,89
606 - Extensão Rural	822.692,89
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	822.692,89
0014 - Apoio a projetos	185.878,62
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	636.814,27
26 - Transporte	1.906.423,92
782 - Transporte Rodoviário	1.906.423,92
0110 - Construção de Rodovias	1.906.423,92
0417 - Apoio ao sistema viário	1.906.423,92
27 - Desporto e Lazer	7.860,54
812 - Desporto Comunitário	7.860,54
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	7.860,54
0420 - Apoio a ações na área do esporte	7.860,54
410043 - Agência de Desenvolvimento Regional de Joaçaba	**17.314.910,32**
04 - Administração	3.508.208,89
122 - Administração Geral	3.406.079,92
0850 - Gestão de Pessoas	3.037.307,30
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.037.307,30
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	368.772,62
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	189.910,68
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	178.861,94
126 - Tecnologia da Informação	71.819,06
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	71.819,06
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	71.819,06
128 - Formação de Recursos Humanos	30.309,91
0850 - Gestão de Pessoas	30.309,91
0006 - Encargos com estagiários	30.309,91

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
06 - Segurança Pública	720,00
122 - Administração Geral	720,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	720,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	720,00
08 - Assistência Social	200.000,00
244 - Assistência Comunitária	200.000,00
0510 - Gestão do SUAS	200.000,00
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	200.000,00
10 - Saúde	377.393,28
122 - Administração Geral	128.502,89
0400 - Gestão do SUS	128.502,89
0638 - Manutenção de serviços e unidades	128.502,89
301 - Atenção Básica	200.000,00
0420 - Atenção Básica	200.000,00
1015 - Ações na área da saúde	200.000,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	22.560,55
0410 - Vigilância em Saúde	22.560,55
0641 - Realizar ações de gestão	22.560,55
305 - Vigilância Epidemiológica	26.329,84
0410 - Vigilância em Saúde	26.329,84
1054 - Manutenção de ações	26.329,84
11 - Trabalho	7.980,11
333 - Empregabilidade	7.980,11
0530 - Pró-Emprego e Renda	7.980,11
1001 - Apoio a politica de trabalho, emprego, renda e qualificação	7.980,11
12 - Educação	9.589.666,90
122 - Administração Geral	4.032.887,93

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	53.765,18
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	53.765,18
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.979.122,75
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.979.122,75
363 - Ensino Profissional	196.498,38
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	196.498,38
0104 - Operacionalização da educação	196.498,38
367 - Educação Especial	951.134,17
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	951.134,17
0626 - Apoio financeiro às APAES	711.156,65
0997 - Cooperação técnico-pedagógica com APAES	239.977,52
368 - Educação Básica	4.409.146,42
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	4.409.146,42
0103 - Transporte escolar	2.661.774,80
0104 - Operacionalização da educação	1.147.533,32
0144 - Manutenção e reforma de escolas	151.990,80
0371 - Manutenção e reforma de escola	347.653,34
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	100.194,16
15 - Urbanismo	502.175,29
451 - Infra-Estrutura Urbana	502.175,29
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	502.175,29
0402 - Aquisição, construção, reforma ou manutenção	502.175,29
20 - Agricultura	637.986,94
606 - Extensão Rural	637.986,94
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	637.986,94
0014 - Apoio a projetos	9.966,90
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	628.020,04

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
26 - Transporte	2.387.553,76
782 - Transporte Rodoviário	2.387.553,76
0110 - Construção de Rodovias	2.387.553,76
0417 - Apoio ao sistema viário	2.387.553,76
27 - Desporto e Lazer	103.225,15
812 - Desporto Comunitário	103.225,15
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	103.225,15
0420 - Apoio a ações na área do esporte	103.225,15
410044 - Agência de Desenvolvimento Regional de Campos Novos	**12.749.507,93**
04 - Administração	1.392.584,84
122 - Administração Geral	1.301.485,22
0850 - Gestão de Pessoas	1.009.146,20
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.009.146,20
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	292.339,02
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	292.339,02
126 - Tecnologia da Informação	81.656,29
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	81.656,29
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	81.656,29
128 - Formação de Recursos Humanos	9.443,33
0850 - Gestão de Pessoas	9.443,33
0006 - Encargos com estagiários	9.443,33
08 - Assistência Social	798.737,41
122 - Administração Geral	82,94
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	82,94
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	82,94
244 - Assistência Comunitária	798.654,47
0510 - Gestão do SUAS	798.654,47

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	798.654,47
10 - Saúde	265.504,72
122 - Administração Geral	5.688,53
0400 - Gestão do SUS	5.688,53
0638 - Manutenção de serviços e unidades	5.688,53
301 - Atenção Básica	259.816,19
0420 - Atenção Básica	259.816,19
1015 - Ações na área da saúde	259.816,19
12 - Educação	5.776.720,18
122 - Administração Geral	2.457.561,01
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	69,50
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	69,50
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	2.457.491,51
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.457.491,51
363 - Ensino Profissional	6.769,07
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	6.769,07
0104 - Operacionalização da educação	6.769,07
367 - Educação Especial	276.141,12
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	276.141,12
0626 - Apoio financeiro às APAES	276.141,12
368 - Educação Básica	3.036.248,98
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	3.036.248,98
0103 - Transporte escolar	1.796.868,58
0104 - Operacionalização da educação	597.815,61
0144 - Manutenção e reforma de escolas	110.684,49
0242 - Capacitação de profissionais	5.600,00
0371 - Manutenção e reforma de escola	134.207,15

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	391.073,15
14 - Direitos da Cidadania	97.136,70
421 - Custódia e Reintegração Social	97.136,70
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	97.136,70
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	97.136,70
15 - Urbanismo	1.367.621,21
451 - Infra-Estrutura Urbana	1.367.621,21
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	1.367.621,21
0402 - Aquisição, construção, reforma ou manutenção	1.367.621,21
20 - Agricultura	59.760,20
606 - Extensão Rural	59.760,20
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	59.760,20
0014 - Apoio a projetos	59.760,20
26 - Transporte	2.975.126,62
782 - Transporte Rodoviário	2.975.126,62
0110 - Construção de Rodovias	440.387,06
0417 - Apoio ao sistema viário	289.473,47
0583 - Ações na área de infraestrutura	150.913,59
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	2.534.739,56
0413 - Manutenção rotineira de rodovias	2.534.739,56
27 - Desporto e Lazer	16.316,05
812 - Desporto Comunitário	16.316,05
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	16.316,05
0420 - Apoio a ações na área do esporte	16.316,05
410045 - Agência de Desenvolvimento Regional de Videira	**22.195.349,07**
04 - Administração	3.343.752,45
122 - Administração Geral	3.328.912,79

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0850 - Gestão de Pessoas	2.795.690,90
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.795.690,90
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	533.221,89
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	413.304,97
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	119.916,92
128 - Formação de Recursos Humanos	14.839,66
0850 - Gestão de Pessoas	14.839,66
0006 - Encargos com estagiários	14.839,66
10 - Saúde	1.087.110,65
122 - Administração Geral	96.138,03
0400 - Gestão do SUS	96.138,03
0638 - Manutenção de serviços e unidades	96.138,03
301 - Atenção Básica	707.604,86
0420 - Atenção Básica	707.604,86
1015 - Ações na área da saúde	707.604,86
305 - Vigilância Epidemiológica	283.367,76
0410 - Vigilância em Saúde	283.367,76
1054 - Manutenção de ações	283.367,76
12 - Educação	14.100.732,94
122 - Administração Geral	4.614.975,81
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	138.280,35
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	138.280,35
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	4.476.695,46
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.476.695,46
367 - Educação Especial	2.128.374,46
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	2.128.374,46
0626 - Apoio financeiro às APAES	1.399.360,66

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0997 - Cooperação técnico-pedagógica com APAES	729.013,80
368 - Educação Básica	7.357.382,67
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	6.603.568,73
0103 - Transporte escolar	4.014.683,20
0104 - Operacionalização da educação	1.237.680,51
0144 - Manutenção e reforma de escolas	685.886,46
0371 - Manutenção e reforma de escola	151.955,55
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	513.363,01
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	753.813,94
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	753.813,94
15 - Urbanismo	85.440,68
451 - Infra-Estrutura Urbana	85.440,68
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	85.440,68
0402 - Aquisição, construção, reforma ou manutenção	85.440,68
18 - Gestão Ambiental	472.020,58
182 - Defesa Civil	472.020,58
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	472.020,58
0342 - Ações em defesa civil	472.020,58
20 - Agricultura	500.815,37
606 - Extensão Rural	500.815,37
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	500.815,37
0014 - Apoio a projetos	69.456,04
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	431.359,33
26 - Transporte	2.541.468,85
782 - Transporte Rodoviário	2.541.468,85
0110 - Construção de Rodovias	2.541.468,85
0417 - Apoio ao sistema viário	2.541.468,85

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
27 - Desporto e Lazer	64.007,55
812 - Desporto Comunitário	64.007,55
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	64.007,55
0420 - Apoio a ações na área do esporte	64.007,55
410046 - Agência de Desenvolvimento Regional de Caçador	**1.086.882,92**
04 - Administração	262.709,10
122 - Administração Geral	252.204,61
0850 - Gestão de Pessoas	223.387,11
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	223.387,11
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	28.817,50
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	28.817,50
126 - Tecnologia da Informação	10.504,49
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	10.504,49
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	10.504,49
12 - Educação	773.153,41
122 - Administração Geral	609.249,27
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	26.000,00
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	26.000,00
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	583.249,27
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	583.249,27
368 - Educação Básica	163.904,14
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	98.846,78
0104 - Operacionalização da educação	68.827,88
0144 - Manutenção e reforma de escolas	30.018,90
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	65.057,36
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	65.057,36
18 - Gestão Ambiental	51.020,41

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
182 - Defesa Civil	51.020,41
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	51.020,41
0342 - Ações em defesa civil	51.020,41
410047 - Agência de Desenvolvimento Regional de Curitibanos	**8.892.457,79**
04 - Administração	1.755.800,23
122 - Administração Geral	1.751.250,25
0850 - Gestão de Pessoas	1.474.692,75
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.474.692,75
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	276.557,50
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	265.295,13
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	11.262,37
128 - Formação de Recursos Humanos	4.549,98
0850 - Gestão de Pessoas	4.549,98
0006 - Encargos com estagiários	4.549,98
06 - Segurança Pública	960,00
122 - Administração Geral	960,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	960,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	960,00
12 - Educação	5.967.041,97
122 - Administração Geral	2.810.663,46
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	109.016,18
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	109.016,18
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	2.701.647,28
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.701.647,28
367 - Educação Especial	1.099.160,05
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	1.099.160,05
0626 - Apoio financeiro às APAES	658.037,05

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0997 - Cooperação técnico-pedagógica com APAES	441.123,00
368 - Educação Básica	2.057.218,46
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	2.054.718,46
0103 - Transporte escolar	926.046,00
0104 - Operacionalização da educação	746.160,33
0144 - Manutenção e reforma de escolas	299.905,58
0371 - Manutenção e reforma de escola	48.458,12
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	34.148,43
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	2.500,00
0242 - Capacitação de profissionais	2.500,00
14 - Direitos da Cidadania	302.800,31
421 - Custódia e Reintegração Social	302.800,31
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	302.800,31
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	302.800,31
26 - Transporte	865.855,28
782 - Transporte Rodoviário	865.855,28
0110 - Construção de Rodovias	865.855,28
0417 - Apoio ao sistema viário	855.855,28
0583 - Ações na área de infraestrutura	10.000,00
410048 - Agência de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul	**53.457.809,87**
04 - Administração	5.530.085,76
122 - Administração Geral	5.449.436,17
0850 - Gestão de Pessoas	4.882.769,64
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.882.769,64
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	566.666,53
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	566.666,53
126 - Tecnologia da Informação	63.674,59

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	63.674,59
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	63.674,59
128 - Formação de Recursos Humanos	16.975,00
0850 - Gestão de Pessoas	16.975,00
0006 - Encargos com estagiários	16.975,00
06 - Segurança Pública	105.860,99
122 - Administração Geral	1.472,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.472,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.472,00
182 - Defesa Civil	104.388,99
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	104.388,99
0191 - Estruturação de unidades	104.388,99
10 - Saúde	4.929.872,73
122 - Administração Geral	215.383,88
0400 - Gestão do SUS	214.803,30
0638 - Manutenção de serviços e unidades	214.803,30
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	580,58
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	580,58
301 - Atenção Básica	1.778.969,95
0420 - Atenção Básica	1.778.969,95
1015 - Ações na área da saúde	1.778.969,95
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.935.518,90
0101 - Acelera Santa Catarina	627.809,60
0511 - Equipar unidades da Saúde	627.809,60
0400 - Gestão do SUS	216.026,50
0547 - Custeio de hospital e maternidade	216.026,50
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2.091.682,80

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0964 - Manutenção de hospital	2.091.682,80
12 - Educação	35.494.620,09
122 - Administração Geral	8.912.998,49
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	412.512,93
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	412.512,93
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	8.500.485,56
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	8.500.485,56
367 - Educação Especial	2.846.767,14
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	2.846.767,14
0626 - Apoio financeiro às APAES	2.247.028,92
0997 - Cooperação técnico-pedagógica com APAES	599.738,22
368 - Educação Básica	23.734.854,46
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	21.524.207,61
0103 - Transporte escolar	11.941.167,44
0104 - Operacionalização da educação	2.338.899,59
0144 - Manutenção e reforma de escolas	1.132.398,22
0371 - Manutenção e reforma de escola	294.478,34
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	5.817.264,02
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	200,00
0242 - Capacitação de profissionais	200,00
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	2.210.446,85
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	2.210.446,85
15 - Urbanismo	395.970,01
451 - Infra-Estrutura Urbana	395.970,01
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	395.970,01
0402 - Aquisição, construção, reforma ou manutenção	395.970,01
20 - Agricultura	91.226,52

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
606 - Extensão Rural	91.226,52
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	91.226,52
0014 - Apoio a projetos	91.226,52
26 - Transporte	6.467.607,81
782 - Transporte Rodoviário	6.467.607,81
0110 - Construção de Rodovias	6.467.607,81
0417 - Apoio ao sistema viário	6.467.607,81
27 - Desporto e Lazer	442.565,96
812 - Desporto Comunitário	442.565,96
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	442.565,96
0420 - Apoio a ações na área do esporte	442.565,96
410049 - Agência de Desenvolvimento Regional de Ituporanga	**956.185,22**
04 - Administração	397.928,52
122 - Administração Geral	397.928,52
0850 - Gestão de Pessoas	316.511,09
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	316.511,09
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	81.417,43
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	81.417,43
12 - Educação	558.256,70
122 - Administração Geral	481.333,71
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	9.481,60
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	9.481,60
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	471.852,11
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	471.852,11
368 - Educação Básica	76.922,99
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	71.913,64
0104 - Operacionalização da educação	65.780,84

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0144 - Manutenção e reforma de escolas	6.132,80
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	5.009,35
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	5.009,35
410050 - Agência de Desenvolvimento Regional de Ibirama	**1.061.317,08**
04 - Administração	312.248,50
122 - Administração Geral	304.486,66
0850 - Gestão de Pessoas	250.819,30
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	250.819,30
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	53.667,36
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	53.667,36
126 - Tecnologia da Informação	7.761,84
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	7.761,84
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	7.761,84
12 - Educação	749.068,58
122 - Administração Geral	591.375,42
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	34.985,48
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	34.985,48
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	556.389,94
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	556.389,94
368 - Educação Básica	157.693,16
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	157.693,16
0104 - Operacionalização da educação	81.723,37
0144 - Manutenção e reforma de escolas	75.969,79
410051 - Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau	**41.280.675,31**
04 - Administração	5.565.539,35
121 - Planejamento e Orçamento	28.673,12
0210 - Estudos e Projetos para o Desenvolvimento Regional	28.673,12

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	28.673,12
122 - Administração Geral	5.474.115,60
0850 - Gestão de Pessoas	4.468.767,62
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.468.767,62
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.005.347,98
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	981.783,43
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	23.564,55
126 - Tecnologia da Informação	61.837,59
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	61.837,59
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	61.837,59
128 - Formação de Recursos Humanos	913,04
0850 - Gestão de Pessoas	913,04
0006 - Encargos com estagiários	913,04
08 - Assistência Social	100.000,00
244 - Assistência Comunitária	100.000,00
0510 - Gestão do SUAS	100.000,00
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	100.000,00
10 - Saúde	1.060.645,96
122 - Administração Geral	151.102,81
0400 - Gestão do SUS	151.102,81
0638 - Manutenção de serviços e unidades	151.102,81
301 - Atenção Básica	896.695,65
0420 - Atenção Básica	896.695,65
1015 - Ações na área da saúde	896.695,65
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.456,50
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	10.456,50
0965 - Ações de saúde	10.456,50

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
305 - Vigilância Epidemiológica	2.391,00
0410 - Vigilância em Saúde	2.391,00
1054 - Manutenção de ações	2.391,00
12 - Educação	30.923.876,64
122 - Administração Geral	7.851.835,32
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	486.199,86
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	486.199,86
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	7.365.635,46
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	7.365.635,46
363 - Ensino Profissional	109.336,18
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	109.336,18
0104 - Operacionalização da educação	109.336,18
364 - Ensino Superior	1.896,64
0630 - Gestão do Ensino Superior	1.896,64
0648 - Serviços administrativos ensino superior	1.896,64
367 - Educação Especial	3.124.873,99
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	3.124.873,99
0626 - Apoio financeiro às APAES	3.124.873,99
368 - Educação Básica	19.835.934,51
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	19.835.934,51
0103 - Transporte escolar	7.959.117,89
0104 - Operacionalização da educação	4.769.156,32
0144 - Manutenção e reforma de escolas	1.475.336,67
0371 - Manutenção e reforma de escola	240.106,40
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	5.392.217,23
20 - Agricultura	440.667,96
606 - Extensão Rural	440.667,96

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	440.667,96
0014 - Apoio a projetos	24.979,91
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	415.688,05
23 - Comércio e Serviços	449.205,40
695 - Turismo	449.205,40
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	449.205,40
0121 - Desenvolvimento e apoio a atividades	449.205,40
26 - Transporte	2.477.791,06
782 - Transporte Rodoviário	2.477.791,06
0110 - Construção de Rodovias	2.477.791,06
0417 - Apoio ao sistema viário	2.477.791,06
27 - Desporto e Lazer	262.948,94
812 - Desporto Comunitário	262.948,94
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	262.948,94
0420 - Apoio a ações na área do esporte	262.948,94
410052 - Agência de Desenvolvimento Regional de Brusque	**1.177.924,93**
04 - Administração	348.808,86
122 - Administração Geral	348.808,86
0850 - Gestão de Pessoas	239.214,13
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	239.214,13
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	109.594,73
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	109.594,73
12 - Educação	829.116,07
122 - Administração Geral	580.868,23
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	657,91
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	657,91
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	580.210,32

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	580.210,32
368 - Educação Básica	248.247,84
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	248.247,84
0104 - Operacionalização da educação	248.247,84
410053 - Agência de Desenvolvimento Regional de Itajai	**35.035.194,05**
04 - Administração	3.024.524,97
122 - Administração Geral	2.960.447,04
0850 - Gestão de Pessoas	2.100.338,50
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.100.338,50
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	860.108,54
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	860.108,54
126 - Tecnologia da Informação	30.289,60
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	30.289,60
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	30.289,60
128 - Formação de Recursos Humanos	33.788,33
0850 - Gestão de Pessoas	33.788,33
0006 - Encargos com estagiários	33.788,33
10 - Saúde	892.021,75
122 - Administração Geral	218.021,75
0400 - Gestão do SUS	216.421,75
0638 - Manutenção de serviços e unidades	216.421,75
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.600,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.600,00
301 - Atenção Básica	600.000,00
0420 - Atenção Básica	600.000,00
1015 - Ações na área da saúde	600.000,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	900,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	900,00
0965 - Ações de saúde	900,00
305 - Vigilância Epidemiológica	73.100,00
0410 - Vigilância em Saúde	73.100,00
1054 - Manutenção de ações	73.100,00
12 - Educação	28.719.748,04
122 - Administração Geral	6.882.795,38
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	8.956,65
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	8.956,65
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	6.873.838,73
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	6.873.838,73
367 - Educação Especial	3.048.133,92
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	3.048.133,92
0626 - Apoio financeiro às APAES	2.607.010,92
0997 - Cooperação técnico-pedagógica com APAES	441.123,00
368 - Educação Básica	18.788.818,74
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	18.767.800,74
0103 - Transporte escolar	3.902.888,16
0104 - Operacionalização da educação	2.897.325,05
0144 - Manutenção e reforma de escolas	1.974.138,43
0371 - Manutenção e reforma de escola	511.826,48
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	9.481.622,62
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	21.018,00
0242 - Capacitação de profissionais	21.018,00
15 - Urbanismo	90.666,66
451 - Infra-Estrutura Urbana	90.666,66
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	90.666,66

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0402 - Aquisição, construção, reforma ou manutenção	90.666,66
26 - Transporte	2.282.232,63
782 - Transporte Rodoviário	2.282.232,63
0110 - Construção de Rodovias	2.282.232,63
0417 - Apoio ao sistema viário	2.249.232,63
0583 - Ações na área de infraestrutura	33.000,00
27 - Desporto e Lazer	26.000,00
813 - Lazer	26.000,00
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	26.000,00
0123 - Promoção, pesquisa e recuperação	26.000,00
410054 - Agência de Desenvolvimento Regional de Laguna	**4.412.654,82**
04 - Administração	632.633,85
122 - Administração Geral	627.913,85
0850 - Gestão de Pessoas	507.202,05
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	507.202,05
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	120.711,80
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	120.711,80
128 - Formação de Recursos Humanos	4.720,00
0850 - Gestão de Pessoas	4.720,00
0006 - Encargos com estagiários	4.720,00
10 - Saúde	20.718,76
122 - Administração Geral	20.718,76
0400 - Gestão do SUS	20.718,76
0638 - Manutenção de serviços e unidades	20.718,76
12 - Educação	3.759.302,21
122 - Administração Geral	555.455,92
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	84,64

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	84,64
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	555.371,28
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	555.371,28
368 - Educação Básica	3.203.846,29
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	3.089.993,11
0104 - Operacionalização da educação	312.554,14
0144 - Manutenção e reforma de escolas	35.882,44
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	2.741.556,53
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	113.853,18
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	113.853,18
410055 - Agência de Desenvolvimento Regional de Tubarão	**42.812.769,59**
04 - Administração	5.912.159,41
122 - Administração Geral	5.764.163,04
0850 - Gestão de Pessoas	4.825.891,40
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.825.891,40
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	938.271,64
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	938.271,64
126 - Tecnologia da Informação	98.888,24
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	98.888,24
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	98.888,24
128 - Formação de Recursos Humanos	49.108,13
0850 - Gestão de Pessoas	49.108,13
0006 - Encargos com estagiários	49.108,13
06 - Segurança Pública	75.001,02
182 - Defesa Civil	75.001,02
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	75.001,02
0342 - Ações em defesa civil	75.001,02

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
10 - Saúde	304.874,21
122 - Administração Geral	172.425,84
0400 - Gestão do SUS	172.425,84
0638 - Manutenção de serviços e unidades	172.425,84
301 - Atenção Básica	124.818,37
0420 - Atenção Básica	124.818,37
1015 - Ações na área da saúde	124.818,37
305 - Vigilância Epidemiológica	7.630,00
0410 - Vigilância em Saúde	7.630,00
1054 - Manutenção de ações	7.630,00
12 - Educação	32.009.218,46
122 - Administração Geral	9.203.653,47
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	123.984,07
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	123.984,07
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	9.079.669,40
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	9.079.669,40
367 - Educação Especial	2.569.004,95
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	2.569.004,95
0626 - Apoio financeiro às APAES	2.569.004,95
368 - Educação Básica	20.236.560,04
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	18.925.774,36
0103 - Transporte escolar	10.315.533,14
0104 - Operacionalização da educação	3.089.119,79
0144 - Manutenção e reforma de escolas	744.248,80
0371 - Manutenção e reforma de escola	1.046.506,16
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	3.730.366,47
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	1.310.785,68

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	1.310.785,68
15 - Urbanismo	353.773,02
451 - Infra-Estrutura Urbana	353.773,02
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	353.773,02
0402 - Aquisição, construção, reforma ou manutenção	353.773,02
18 - Gestão Ambiental	375.163,68
544 - Recursos Hídricos	375.163,68
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	375.163,68
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	375.163,68
20 - Agricultura	280.408,23
606 - Extensão Rural	280.408,23
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	280.408,23
0014 - Apoio a projetos	171.552,34
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	108.855,89
26 - Transporte	3.502.171,56
782 - Transporte Rodoviário	3.502.171,56
0105 - Mobilidade Urbana	51.803,70
0340 - Apoio ao sistema viário	51.803,70
0110 - Construção de Rodovias	3.450.367,86
0417 - Apoio ao sistema viário	3.254.667,28
0583 - Ações na área de infraestrutura	195.700,58
410056 - Agência de Desenvolvimento Regional de Criciúma	**36.555.768,71**
04 - Administração	4.666.992,41
122 - Administração Geral	4.610.648,60
0850 - Gestão de Pessoas	2.486.935,79
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.486.935,79
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.123.712,81

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	627.537,84
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	1.496.174,97
126 - Tecnologia da Informação	43.430,48
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	43.430,48
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	43.430,48
128 - Formação de Recursos Humanos	12.913,33
0850 - Gestão de Pessoas	12.913,33
0006 - Encargos com estagiários	12.913,33
08 - Assistência Social	1.421.126,07
244 - Assistência Comunitária	1.421.126,07
0510 - Gestão do SUAS	1.421.126,07
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	1.421.126,07
10 - Saúde	492.616,10
122 - Administração Geral	231.111,56
0400 - Gestão do SUS	231.111,56
0638 - Manutenção de serviços e unidades	231.111,56
301 - Atenção Básica	159.990,80
0420 - Atenção Básica	159.990,80
1015 - Ações na área da saúde	159.990,80
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	31.116,54
0410 - Vigilância em Saúde	14.763,00
0641 - Realizar ações de gestão	14.763,00
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	16.353,54
0965 - Ações de saúde	16.353,54
305 - Vigilância Epidemiológica	70.397,20
0410 - Vigilância em Saúde	70.397,20
1054 - Manutenção de ações	70.397,20

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
12 - Educação	21.887.404,28
122 - Administração Geral	5.166.387,43
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	92.166,57
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	92.166,57
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	5.074.220,86
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.074.220,86
367 - Educação Especial	3.194.100,15
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	3.194.100,15
0626 - Apoio financeiro às APAES	2.265.420,15
0997 - Cooperação técnico-pedagógica com APAES	928.680,00
368 - Educação Básica	13.526.916,70
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	13.508.943,43
0103 - Transporte escolar	6.920.141,40
0104 - Operacionalização da educação	2.987.361,25
0144 - Manutenção e reforma de escolas	443.970,12
0371 - Manutenção e reforma de escola	14.243,00
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	3.143.227,66
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	17.973,27
0242 - Capacitação de profissionais	17.973,27
20 - Agricultura	28.728,83
606 - Extensão Rural	28.728,83
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	28.728,83
0014 - Apoio a projetos	28.728,83
26 - Transporte	7.966.362,72
782 - Transporte Rodoviário	7.966.362,72
0110 - Construção de Rodovias	7.936.362,72
0417 - Apoio ao sistema viário	7.900.722,72

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0583 - Ações na área de infraestrutura	35.640,00
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	30.000,00
0078 - Construção e reforma de terminais	30.000,00
27 - Desporto e Lazer	92.538,30
812 - Desporto Comunitário	92.538,30
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	92.538,30
0420 - Apoio a ações na área do esporte	92.538,30
410057 - Agência de Desenvolvimento Regional de Araranguá	**26.302.146,35**
04 - Administração	2.233.131,98
122 - Administração Geral	2.211.183,67
0850 - Gestão de Pessoas	1.504.973,31
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.504.973,31
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	706.210,36
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	622.917,96
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	83.292,40
128 - Formação de Recursos Humanos	21.948,31
0850 - Gestão de Pessoas	21.948,31
0006 - Encargos com estagiários	21.948,31
06 - Segurança Pública	77.448,71
182 - Defesa Civil	77.448,71
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	77.448,71
0191 - Estruturação de unidades	54.565,08
0493 - Ampliação e modernização de rede de monitoramento e alerta	22.883,63
10 - Saúde	139.430,23
122 - Administração Geral	139.430,23
0400 - Gestão do SUS	139.430,23
0638 - Manutenção de serviços e unidades	139.430,23

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
12 - Educação	17.463.345,41
122 - Administração Geral	5.964.660,44
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	194.187,05
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	194.187,05
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	5.770.473,39
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.770.473,39
367 - Educação Especial	1.859.027,10
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	1.859.027,10
0626 - Apoio financeiro às APAES	1.859.027,10
368 - Educação Básica	9.639.657,87
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	9.638.607,87
0103 - Transporte escolar	3.228.109,74
0104 - Operacionalização da educação	2.003.522,14
0144 - Manutenção e reforma de escolas	669.313,60
0371 - Manutenção e reforma de escola	979.405,02
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	2.758.257,37
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	1.050,00
0242 - Capacitação de profissionais	1.050,00
14 - Direitos da Cidadania	11.605,61
421 - Custódia e Reintegração Social	11.605,61
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	11.605,61
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	11.605,61
20 - Agricultura	59.713,19
606 - Extensão Rural	59.713,19
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	59.713,19
0014 - Apoio a projetos	59.713,19
26 - Transporte	6.317.471,22

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
782 - Transporte Rodoviário	6.317.471,22
0110 - Construção de Rodovias	6.317.471,22
0417 - Apoio ao sistema viário	6.283.511,22
0583 - Ações na área de infraestrutura	33.960,00
410058 - Agência de Desenvolvimento Regional de Joinville	**47.926.480,83**
04 - Administração	5.128.357,28
122 - Administração Geral	4.966.931,79
0850 - Gestão de Pessoas	3.867.329,33
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.867.329,33
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.099.602,46
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.099.602,46
126 - Tecnologia da Informação	106.734,51
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	106.734,51
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	106.734,51
128 - Formação de Recursos Humanos	54.690,98
0850 - Gestão de Pessoas	54.690,98
0006 - Encargos com estagiários	54.690,98
06 - Segurança Pública	6.893.588,69
122 - Administração Geral	720,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	720,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	720,00
182 - Defesa Civil	6.702.811,18
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	6.702.811,18
0191 - Estruturação de unidades	2.811,18
0404 - Apoio financeiro - Fundosocial	6.700.000,00
542 - Controle Ambiental	190.057,51
0706 - De Olho no Crime	190.057,51

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
1033 - Polícia ostensiva ambiental	190.057,51
08 - Assistência Social	3.599.341,09
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	3.599.341,09
0510 - Gestão do SUAS	3.599.341,09
0404 - Apoio financeiro - Fundosocial	3.599.341,09
10 - Saúde	4.555.337,63
122 - Administração Geral	168.740,13
0400 - Gestão do SUS	154.231,53
0638 - Manutenção de serviços e unidades	154.231,53
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	14.508,60
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	14.508,60
301 - Atenção Básica	519.836,26
0420 - Atenção Básica	519.836,26
1015 - Ações na área da saúde	519.836,26
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.862.546,19
0101 - Acelera Santa Catarina	1.070.359,98
0058 - Ampliação e readequação de hospital	1.070.359,98
0410 - Vigilância em Saúde	3.360,00
0641 - Realizar ações de gestão	3.360,00
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2.788.826,21
0964 - Manutenção de hospital	2.482.321,38
0965 - Ações de saúde	230.857,83
0969 - Ampliação e reforma de unidades assistenciais	75.647,00
305 - Vigilância Epidemiológica	4.215,05
0410 - Vigilância em Saúde	4.215,05
1054 - Manutenção de ações	4.215,05
12 - Educação	24.798.227,40

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	5.402.048,21
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	82.452,21
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	82.452,21
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	5.319.596,00
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.319.596,00
367 - Educação Especial	1.538.077,04
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	1.538.077,04
0626 - Apoio financeiro às APAES	1.538.077,04
368 - Educação Básica	17.858.102,15
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	17.849.602,15
0103 - Transporte escolar	7.875.804,40
0104 - Operacionalização da educação	3.822.803,66
0144 - Manutenção e reforma de escolas	1.308.108,10
0371 - Manutenção e reforma de escola	1.840.252,73
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	3.002.633,26
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	8.500,00
0242 - Capacitação de profissionais	8.500,00
13 - Cultura	999.146,77
392 - Difusão Cultural	999.146,77
0660 - Pró-Cultura	999.146,77
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	999.146,77
14 - Direitos da Cidadania	66.947,68
421 - Custódia e Reintegração Social	66.947,68
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	66.947,68
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	66.947,68
18 - Gestão Ambiental	849.192,00
544 - Recursos Hídricos	849.192,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	849.192,00
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	849.192,00
26 - Transporte	942.166,04
782 - Transporte Rodoviário	942.166,04
0110 - Construção de Rodovias	942.166,04
0417 - Apoio ao sistema viário	859.636,84
0583 - Ações na área de infraestrutura	82.529,20
27 - Desporto e Lazer	94.176,25
812 - Desporto Comunitário	94.176,25
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	94.176,25
0420 - Apoio a ações na área do esporte	94.176,25
410059 - Agência de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul	**13.740.140,00**
04 - Administração	2.520.673,62
122 - Administração Geral	2.495.351,96
0850 - Gestão de Pessoas	1.795.262,23
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.795.262,23
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	700.089,73
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	383.452,37
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	316.637,36
128 - Formação de Recursos Humanos	25.321,66
0850 - Gestão de Pessoas	25.321,66
0006 - Encargos com estagiários	25.321,66
06 - Segurança Pública	34.879,15
122 - Administração Geral	960,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	960,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	960,00
182 - Defesa Civil	33.919,15

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	33.919,15
0191 - Estruturação de unidades	33.919,15
10 - Saúde	21.078,62
122 - Administração Geral	21.078,62
0400 - Gestão do SUS	21.078,62
0638 - Manutenção de serviços e unidades	21.078,62
12 - Educação	10.403.888,28
122 - Administração Geral	3.800.415,29
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	6.041,49
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	6.041,49
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.794.373,80
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.794.373,80
363 - Ensino Profissional	42.825,04
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	42.825,04
0104 - Operacionalização da educação	42.825,04
367 - Educação Especial	1.061.708,12
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	1.061.708,12
0626 - Apoio financeiro às APAES	1.061.708,12
368 - Educação Básica	5.498.939,83
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	5.498.939,83
0103 - Transporte escolar	3.335.329,70
0104 - Operacionalização da educação	1.440.839,14
0144 - Manutenção e reforma de escolas	379.096,60
0371 - Manutenção e reforma de escola	52.269,13
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	291.405,26
18 - Gestão Ambiental	337.847,90
544 - Recursos Hídricos	337.847,90

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	337.847,90
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	337.847,90
20 - Agricultura	390.891,34
606 - Extensão Rural	390.891,34
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	390.891,34
0014 - Apoio a projetos	34.976,34
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	355.915,00
26 - Transporte	582,48
782 - Transporte Rodoviário	582,48
0110 - Construção de Rodovias	582,48
0417 - Apoio ao sistema viário	582,48
27 - Desporto e Lazer	30.298,61
812 - Desporto Comunitário	30.298,61
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	30.298,61
0420 - Apoio a ações na área do esporte	30.298,61
410060 - Agência de Desenvolvimento Regional de Mafra	**30.002.323,66**
04 - Administração	3.920.733,21
122 - Administração Geral	3.918.433,21
0850 - Gestão de Pessoas	3.194.398,79
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.194.398,79
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	724.034,42
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	496.643,76
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	227.390,66
128 - Formação de Recursos Humanos	2.300,00
0850 - Gestão de Pessoas	2.300,00
0006 - Encargos com estagiários	2.300,00
06 - Segurança Pública	608,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	608,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	608,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	608,00
08 - Assistência Social	249.103,68
244 - Assistência Comunitária	249.103,68
0510 - Gestão do SUAS	249.103,68
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	249.103,68
10 - Saúde	874.902,22
122 - Administração Geral	135.079,96
0400 - Gestão do SUS	135.079,96
0638 - Manutenção de serviços e unidades	135.079,96
301 - Atenção Básica	100.000,00
0420 - Atenção Básica	100.000,00
1015 - Ações na área da saúde	100.000,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	632.262,26
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	632.262,26
0964 - Manutenção de hospital	632.262,26
305 - Vigilância Epidemiológica	7.560,00
0410 - Vigilância em Saúde	7.560,00
1054 - Manutenção de ações	7.560,00
11 - Trabalho	1.951,25
333 - Empregabilidade	1.951,25
0530 - Pró-Emprego e Renda	1.951,25
1001 - Apoio a politica de trabalho, emprego, renda e qualificação	1.951,25
12 - Educação	24.071.361,51
122 - Administração Geral	5.141.727,80
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	99.898,80

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	99.898,80
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	5.041.829,00
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.041.829,00
363 - Ensino Profissional	778,00
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	778,00
0104 - Operacionalização da educação	778,00
367 - Educação Especial	2.233.692,20
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	2.233.692,20
0626 - Apoio financeiro às APAES	2.233.692,20
368 - Educação Básica	16.695.163,51
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	16.685.115,51
0103 - Transporte escolar	7.548.638,25
0104 - Operacionalização da educação	3.476.421,08
0144 - Manutenção e reforma de escolas	390.082,12
0371 - Manutenção e reforma de escola	88.856,14
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	5.181.117,92
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	10.048,00
0242 - Capacitação de profissionais	10.048,00
15 - Urbanismo	100.000,00
451 - Infra-Estrutura Urbana	100.000,00
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	100.000,00
0402 - Aquisição, construção, reforma ou manutenção	100.000,00
23 - Comércio e Serviços	522.915,12
333 - Empregabilidade	388.065,00
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	388.065,00
1022 - Apoio a projetos de desenvolvimento econômico	388.065,00
695 - Turismo	134.850,12

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	134.850,12
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	134.850,12
26 - Transporte	219.900,52
782 - Transporte Rodoviário	219.900,52
0110 - Construção de Rodovias	219.900,52
0417 - Apoio ao sistema viário	219.900,52
27 - Desporto e Lazer	40.848,15
812 - Desporto Comunitário	40.848,15
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	40.848,15
0420 - Apoio a ações na área do esporte	40.848,15
410061 - Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas	**1.324.733,79**
04 - Administração	315.588,95
122 - Administração Geral	309.108,95
0850 - Gestão de Pessoas	233.533,92
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	233.533,92
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	75.575,03
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	75.575,03
128 - Formação de Recursos Humanos	6.480,00
0850 - Gestão de Pessoas	6.480,00
0006 - Encargos com estagiários	6.480,00
10 - Saúde	3.725,88
122 - Administração Geral	3.725,88
0400 - Gestão do SUS	3.725,88
0638 - Manutenção de serviços e unidades	3.725,88
12 - Educação	1.005.418,96
122 - Administração Geral	574.778,73
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	7.983,63

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	7.983,63
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	566.795,10
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	566.795,10
363 - Ensino Profissional	2.655,85
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	2.655,85
0104 - Operacionalização da educação	2.655,85
368 - Educação Básica	427.984,38
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	427.984,38
0104 - Operacionalização da educação	119.137,04
0144 - Manutenção e reforma de escolas	56.672,00
0371 - Manutenção e reforma de escola	71.132,23
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	181.043,11
410062 - Agência de Desenvolvimento Regional de Lages	**50.953.347,38**
04 - Administração	7.283.879,20
121 - Planejamento e Orçamento	37.325,00
0210 - Estudos e Projetos para o Desenvolvimento Regional	37.325,00
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	37.325,00
122 - Administração Geral	7.198.630,89
0850 - Gestão de Pessoas	2.974.073,94
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.974.073,94
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.224.556,95
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	885.954,97
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	3.338.601,98
128 - Formação de Recursos Humanos	47.923,31
0850 - Gestão de Pessoas	47.923,31
0006 - Encargos com estagiários	47.923,31
06 - Segurança Pública	960,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	960,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	960,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	960,00
10 - Saúde	13.735.326,20
122 - Administração Geral	198.059,53
0400 - Gestão do SUS	198.059,53
0638 - Manutenção de serviços e unidades	198.059,53
301 - Atenção Básica	250.000,00
0420 - Atenção Básica	250.000,00
1015 - Ações na área da saúde	250.000,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	13.281.780,67
0101 - Acelera Santa Catarina	13.247.030,67
0058 - Ampliação e readequação de hospital	2.373.663,21
0511 - Equipar unidades da Saúde	10.873.367,46
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	34.750,00
1018 - Rede Cegonha	34.750,00
305 - Vigilância Epidemiológica	5.486,00
0410 - Vigilância em Saúde	5.486,00
1054 - Manutenção de ações	5.486,00
12 - Educação	22.728.330,08
122 - Administração Geral	6.066.145,61
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	120.606,45
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	120.606,45
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	5.945.539,16
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.945.539,16
363 - Ensino Profissional	92.960,52
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	92.960,52

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0104 - Operacionalização da educação	92.960,52
367 - Educação Especial	1.862.818,34
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	1.862.818,34
0626 - Apoio financeiro às APAES	1.862.818,34
368 - Educação Básica	14.706.405,61
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	13.409.117,59
0103 - Transporte escolar	6.254.949,06
0104 - Operacionalização da educação	3.792.183,57
0144 - Manutenção e reforma de escolas	377.798,19
0371 - Manutenção e reforma de escola	353.173,24
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	2.631.013,53
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	1.297.288,02
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	1.297.288,02
14 - Direitos da Cidadania	75.912,45
421 - Custódia e Reintegração Social	75.912,45
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	75.912,45
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	75.912,45
15 - Urbanismo	198.749,64
451 - Infra-Estrutura Urbana	198.749,64
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	198.749,64
0402 - Aquisição, construção, reforma ou manutenção	198.749,64
20 - Agricultura	57.901,23
606 - Extensão Rural	57.901,23
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	57.901,23
0014 - Apoio a projetos	44.000,00
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	13.901,23
26 - Transporte	6.872.288,58

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
781 - Transporte Aéreo	6.683,80
0120 - Integração Logística	6.683,80
0334 - Administração, manutenção e gerenciamento de aeroporto	6.683,80
782 - Transporte Rodoviário	6.865.604,78
0110 - Construção de Rodovias	6.865.604,78
0417 - Apoio ao sistema viário	6.865.604,78
410063 - Agência de Desenvolvimento Regional de São Joaquim	**770.814,20**
04 - Administração	251.540,63
122 - Administração Geral	251.540,63
0850 - Gestão de Pessoas	208.579,41
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	208.579,41
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	42.961,22
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	42.961,22
12 - Educação	519.273,57
122 - Administração Geral	465.703,07
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	2.355,13
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	2.355,13
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	463.347,94
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	463.347,94
368 - Educação Básica	53.570,50
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	53.570,50
0104 - Operacionalização da educação	53.570,50
410064 - Agência de Desenvolvimento Regional de Palmitos	**958.708,87**
04 - Administração	230.704,07
122 - Administração Geral	230.704,07
0850 - Gestão de Pessoas	179.734,79
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	179.734,79

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	50.969,28
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	50.969,28
12 - Educação	728.004,80
122 - Administração Geral	621.845,44
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	66.382,94
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	66.382,94
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	555.462,50
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	555.462,50
368 - Educação Básica	106.159,36
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	105.863,38
0104 - Operacionalização da educação	67.773,53
0144 - Manutenção e reforma de escolas	38.089,85
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	295,98
0242 - Capacitação de profissionais	295,98
410065 - Agência de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira	**681.441,31**
04 - Administração	243.029,91
122 - Administração Geral	241.244,91
0850 - Gestão de Pessoas	207.348,12
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	207.348,12
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	33.896,79
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	33.896,79
128 - Formação de Recursos Humanos	1.785,00
0850 - Gestão de Pessoas	1.785,00
0006 - Encargos com estagiários	1.785,00
12 - Educação	438.411,40
122 - Administração Geral	367.167,96
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	1.015,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	1.015,00
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	366.152,96
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	366.152,96
368 - Educação Básica	71.243,44
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	71.243,44
0104 - Operacionalização da educação	68.723,44
0144 - Manutenção e reforma de escolas	2.520,00
410091 - Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento	**16.965.619,80**
03 - Essencial à Justiça	16.965.619,80
122 - Administração Geral	11.174.511,18
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	11.174.511,18
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	11.174.511,18
126 - Tecnologia da Informação	2.434.995,70
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.434.995,70
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	2.434.995,70
128 - Formação de Recursos Humanos	3.356.112,92
0850 - Gestão de Pessoas	3.356.112,92
0006 - Encargos com estagiários	2.528.510,33
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	827.602,59
42000 - Gabinete do Vice-Governador do Estado	**3.506.761,73**
420001 - Gabinete do Vice-Governador do Estado	**3.506.761,73**
04 - Administração	3.506.761,73
122 - Administração Geral	3.379.403,34
0850 - Gestão de Pessoas	2.291.693,33
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.291.693,33
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.087.710,01
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.087.710,01

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
126 - Tecnologia da Informação	127.358,39
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	127.358,39
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	127.358,39
43000 - Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas	**19.191.604,07**
430001 - Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas	**19.191.604,07**
04 - Administração	19.191.604,07
122 - Administração Geral	19.109.067,11
0850 - Gestão de Pessoas	18.982.538,66
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	18.982.538,66
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	126.528,45
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	126.528,45
126 - Tecnologia da Informação	65.371,18
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	65.371,18
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	65.371,18
128 - Formação de Recursos Humanos	17.165,78
0850 - Gestão de Pessoas	17.165,78
0006 - Encargos com estagiários	12.165,78
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	5.000,00
44000 - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	**625.399.185,36**
440001 - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	**11.589.629,20**
20 - Agricultura	11.589.629,20
122 - Administração Geral	9.898.362,34
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	9.898.362,34
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	4.006.367,56
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.891.994,78
126 - Tecnologia da Informação	16.484,13
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	16.484,13

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0432 - Implantar telecentros de inclusão digital	16.484,13
128 - Formação de Recursos Humanos	155.768,20
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	155.768,20
0006 - Encargos com estagiários	155.768,20
606 - Extensão Rural	1.227.523,36
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	1.227.523,36
0014 - Apoio a projetos	73.222,64
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	114.124,49
0450 - Regularização fundiária	1.040.176,23
607 - Irrigação	291.491,17
0320 - Agricultura Familiar	291.491,17
0971 - Fomento à atividade agrícola	291.491,17
440022 - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	**221.583.099,32**
20 - Agricultura	221.583.099,32
122 - Administração Geral	192.688.044,83
0850 - Gestão de Pessoas	178.961.663,53
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	178.961.663,53
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	13.726.381,30
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	13.726.381,30
126 - Tecnologia da Informação	5.513.352,13
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.513.352,13
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	5.513.352,13
128 - Formação de Recursos Humanos	493.258,53
0850 - Gestão de Pessoas	493.258,53
0006 - Encargos com estagiários	476.623,53
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	16.635,00
601 - Promoção da Produção Vegetal	149.875,05

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	149.875,05
0306 - Classificação de produtos	149.875,05
603 - Defesa Sanitária Vegetal	666.007,11
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	666.007,11
0318 - Ações de defesa sanitária	665.110,23
0319 - Fiscalização de insumos	896,88
604 - Defesa Sanitária Animal	3.214.777,54
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	3.214.777,54
0299 - Fiscalização de estabelecimentos	225.618,33
0318 - Ações de defesa sanitária	2.978.642,38
0633 - Laboratório de defesa agropecuária	10.516,83
606 - Extensão Rural	133.577,70
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	133.577,70
0014 - Apoio a projetos	133.577,70
691 - Promoção Comercial	18.724.206,43
0310 - Agronegócio Competitivo	18.724.206,43
0091 - Movimentação de granéis	18.724.206,43
440023 - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.	**367.462.312,91**
06 - Segurança Pública	151.870,00
182 - Defesa Civil	151.870,00
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	151.870,00
0493 - Ampliação e modernização de rede de monitoramento e alerta	151.870,00
19 - Ciência e Tecnologia	4.836.319,11
571 - Desenvolvimento Científico	4.836.319,11
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	4.836.319,11
0012 - Fomento ao desenvolvimento científico	4.836.319,11
20 - Agricultura	362.474.123,80

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	325.664.391,91
0310 - Agronegócio Competitivo	325.639.462,29
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	10.025.792,30
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	315.613.669,99
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	24.929,62
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	24.929,62
126 - Tecnologia da Informação	5.172.215,72
0310 - Agronegócio Competitivo	5.172.215,72
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	5.172.215,72
128 - Formação de Recursos Humanos	497.114,83
0310 - Agronegócio Competitivo	497.114,83
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	497.114,83
571 - Desenvolvimento Científico	11.453.496,58
0310 - Agronegócio Competitivo	11.453.496,58
0411 - Pesquisa agropecuária	11.453.496,58
604 - Defesa Sanitária Animal	63.758,64
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	63.758,64
0318 - Ações de defesa sanitária	63.758,64
606 - Extensão Rural	19.623.146,12
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	191.300,50
0014 - Apoio a projetos	191.300,50
0310 - Agronegócio Competitivo	19.431.845,62
0409 - Assistência técnica e extensão rural	10.603.673,79
0410 - Capacitação de agricultores	8.828.171,83
440091 - Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	**604.437,60**
20 - Agricultura	604.437,60
334 - Fomento ao Trabalho	604.437,60

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0320 - Agricultura Familiar	604.437,60
0979 - Financiamento de terras	604.437,60
440093 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	**19.918.834,05**
20 - Agricultura	19.918.834,05
304 - Vigilância Sanitária	1.653.240,56
0320 - Agricultura Familiar	1.653.240,56
0449 - Concessão de subvenção	1.653.240,56
606 - Extensão Rural	18.265.593,49
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	3.844.436,85
0649 - Captação, armazenagem e uso da água na agricultura	3.844.436,85
0320 - Agricultura Familiar	14.421.156,64
0449 - Concessão de subvenção	36.026,28
0971 - Fomento à atividade agrícola	14.385.130,36
440094 - Fundo Estadual de Sanidade Animal	**4.240.872,28**
20 - Agricultura	4.240.872,28
604 - Defesa Sanitária Animal	4.240.872,28
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	4.240.872,28
0436 - Indenizações em emergências e ações sanitárias	4.240.872,28
45000 - Secretaria de Estado da Educação	**3.270.519.662,47**
450001 - Secretaria de Estado da Educação	**2.558.959.991,42**
12 - Educação	2.558.959.991,42
122 - Administração Geral	196.938.407,52
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	177.394.251,11
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	177.394.251,11
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	19.544.156,41
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	18.891.230,75
0333 - Manutenção de conselho	652.925,66

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
126 - Tecnologia da Informação	115.155,10
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	115.155,10
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	115.155,10
128 - Formação de Recursos Humanos	660.039,26
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	180.472,61
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	180.472,61
0850 - Gestão de Pessoas	479.566,65
0006 - Encargos com estagiários	479.566,65
361 - Ensino Fundamental	1.065.855.082,59
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	1.065.855.082,59
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.065.855.082,59
362 - Ensino Médio	689.292.597,05
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	689.292.597,05
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	689.292.597,05
363 - Ensino Profissional	7.845.671,55
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	7.845.671,55
0104 - Operacionalização da educação	7.016.725,35
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	828.946,20
364 - Ensino Superior	65.462.545,65
0627 - Acesso à Educação Superior	65.462.545,65
0240 - Bolsas de estudo	52.982.199,41
0372 - Cursos estratégicos	12.480.346,24
365 - Educação Infantil	13.540.453,40
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	13.540.453,40
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	13.540.453,40
366 - Educação de Jovens e Adultos	67.875.334,35
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	67.875.334,35

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	67.875.334,35
368 - Educação Básica	451.374.704,95
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	342.724.973,42
0103 - Transporte escolar	11.981.983,85
0104 - Operacionalização da educação	137.246.777,71
0105 - Alimentação escolar	154.917.437,97
0341 - Cooperação com municípios	2.542.318,54
0371 - Manutenção e reforma de escola	11.022.832,07
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	19.614.384,50
0533 - Implantação e manutenção de sistema	631.816,60
0999 - Novas oportunidades na Educação Básica	4.767.422,18
0623 - Gestão Democrática da Educação	105.164.406,00
0369 - Autonomia de gestão escolar	8.107.025,69
0471 - Apoio financeiro às associações de pais e professores	97.057.380,31
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.485.325,53
0159 - Capacitação e formação de profissionais	3.485.325,53
450021 - Fundação Catarinense de Educação Especial	**216.269.330,07**
10 - Saúde	166.921,60
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	166.921,60
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	166.921,60
0643 - Assistência ambulatorial e hospitalar	166.921,60
12 - Educação	216.102.408,47
122 - Administração Geral	28.053.974,99
0850 - Gestão de Pessoas	27.309.566,84
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	27.309.566,84
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	744.408,15
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	744.408,15

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
126 - Tecnologia da Informação	68.481,87
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	68.481,87
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	68.481,87
128 - Formação de Recursos Humanos	97.464,85
0850 - Gestão de Pessoas	97.464,85
0006 - Encargos com estagiários	97.464,85
367 - Educação Especial	187.882.486,76
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	10.444.058,35
0242 - Capacitação de profissionais	350.078,51
0625 - Realização de atendimento às pessoas com deficiência	3.813.786,66
0626 - Apoio financeiro às APAES	3.153.381,64
0627 - Construção, ampliação e reforma	46.518,09
0628 - Produção de conhecimento na área de educação especial	3.225,00
0997 - Cooperação técnico-pedagógica com APAES	3.058.296,35
1029 - Assessoria técnica	18.772,10
0850 - Gestão de Pessoas	177.438.428,41
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	177.438.428,41
450022 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	**419.571.268,24**
12 - Educação	419.571.268,24
122 - Administração Geral	42.593.382,86
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	42.593.382,86
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	42.593.382,86
126 - Tecnologia da Informação	9.619.495,13
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	9.619.495,13
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	9.619.495,13
128 - Formação de Recursos Humanos	488.440,84
0850 - Gestão de Pessoas	488.440,84

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	488.440,84
364 - Ensino Superior	366.869.949,41
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	3.080.950,56
0014 - Apoio a projetos	3.080.950,56
0630 - Gestão do Ensino Superior	27.346.506,44
0013 - Incentivo a programas e projetos	1.155.802,16
0053 - Realização de eventos	831.255,40
0056 - Aquisição, construção e reforma	5.068.510,98
0240 - Bolsas de estudo	13.447.199,21
0249 - Aquisição de equipamentos	4.098.077,26
0396 - Expansão da UDESC	970.562,83
1041 - Vestibular e concursos públicos	1.775.098,60
0850 - Gestão de Pessoas	336.442.492,41
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	336.442.492,41
450091 - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de SC	**40.976.844,72**
12 - Educação	40.976.844,72
364 - Ensino Superior	40.976.844,72
0627 - Acesso à Educação Superior	40.976.844,72
0240 - Bolsas de estudo	40.976.844,72
450092 - Fundo Estadual de Educação- FEDUC	**34.742.228,02**
12 - Educação	34.742.228,02
368 - Educação Básica	34.742.228,02
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	4.254.332,06
0565 - Revitalização de rede física	4.254.332,06
0101 - Acelera Santa Catarina	30.487.895,96
0565 - Revitalização de rede física	30.487.895,96
47000 - Secretaria de Estado da Administração	**6.801.630.745,33**

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
470001 - Secretaria de Estado da Administração	**155.741.128,47**
04 - Administração	128.028.294,86
122 - Administração Geral	115.399.352,64
0850 - Gestão de Pessoas	111.975.413,18
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	111.975.413,18
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.423.939,46
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.125.629,76
0248 - Gestão de contratos	110.606,79
0313 - Administração e manutenção de serviços	1.187.702,91
126 - Tecnologia da Informação	1.214.045,85
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.214.045,85
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	1.214.045,85
128 - Formação de Recursos Humanos	148.266,62
0850 - Gestão de Pessoas	148.266,62
0006 - Encargos com estagiários	147.411,62
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	855,00
274 - Previdência Especial	11.260.731,94
0870 - Pensões Especiais	11.260.731,94
0055 - Pagamento de pensão	11.260.731,94
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	5.897,81
0855 - Saúde Ocupacional	5.897,81
0445 - Saúde e segurança no contexto ocupacional	5.897,81
08 - Assistência Social	27.712.833,61
274 - Previdência Especial	27.712.833,61
0870 - Pensões Especiais	27.712.833,61
0055 - Pagamento de pensão	27.712.833,61
470022 - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	**97.285.980,97**

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
09 - Previdência Social	97.285.980,97
122 - Administração Geral	94.932.160,26
0850 - Gestão de Pessoas	39.318.605,54
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	39.318.605,54
0860 - Gestão Previdenciária	37.527,59
0301 - Contratação de serviços	37.527,59
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	55.576.027,13
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	5.519.366,83
0008 - Manutenção, aquisição e ampliação de imóvel	12.836,20
0345 - Pagamento de encargos	50.043.824,10
126 - Tecnologia da Informação	2.103.643,22
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.103.643,22
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	2.103.643,22
128 - Formação de Recursos Humanos	225.998,50
0850 - Gestão de Pessoas	225.998,50
0006 - Encargos com estagiários	212.733,00
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	13.265,50
272 - Previdência do Regime Estatutário	24.178,99
0860 - Gestão Previdenciária	24.178,99
0137 - Sentenças judiciais	24.178,99
470076 - Fundo Financeiro	**5.754.167.060,92**
09 - Previdência Social	5.754.167.060,92
272 - Previdência do Regime Estatutário	5.754.167.060,92
0860 - Gestão Previdenciária	5.754.167.060,92
0136 - Encargos com inativos	4.739.306.241,03
0137 - Sentenças judiciais	4.309.057,67
0329 - Pensões	1.010.551.762,22

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
470091 - Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	**94.199.709,04**
03 - Essencial à Justiça	40.500,00
126 - Tecnologia da Informação	40.500,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	40.500,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	40.500,00
04 - Administração	91.851.097,28
122 - Administração Geral	61.904.996,99
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	61.904.996,99
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	4.712.305,61
0248 - Gestão de contratos	53.467.087,39
0251 - Aquisição de matéria-prima	20.560,00
0313 - Administração e manutenção de serviços	3.705.043,99
126 - Tecnologia da Informação	29.509.175,92
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	29.506.815,92
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	29.506.815,92
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	2.360,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	2.360,00
128 - Formação de Recursos Humanos	436.924,37
0850 - Gestão de Pessoas	436.924,37
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	436.924,37
06 - Segurança Pública	525.566,00
126 - Tecnologia da Informação	1.637,00
0707 - Suporte Institucional Integrado	1.637,00
0241 - Modernização, integração e manutenção de tecnologia	1.637,00
181 - Policiamento	523.929,00
0707 - Suporte Institucional Integrado	523.929,00
1005 - Renovação de equipamentos e frota	523.929,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
09 - Previdência Social	378.852,76
126 - Tecnologia da Informação	378.852,76
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	378.852,76
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	378.852,76
12 - Educação	1.298.591,00
122 - Administração Geral	62.033,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	62.033,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	62.033,00
126 - Tecnologia da Informação	69.245,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	69.245,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	69.245,00
368 - Educação Básica	1.167.313,00
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	1.167.313,00
0104 - Operacionalização da educação	1.167.313,00
14 - Direitos da Cidadania	17.300,00
122 - Administração Geral	17.300,00
0745 - Fortalecendo Direitos	17.300,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	17.300,00
26 - Transporte	87.802,00
126 - Tecnologia da Informação	87.802,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	87.802,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	87.802,00
470092 - Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	**697.602.929,39**
04 - Administração	697.587.129,39
122 - Administração Geral	2.094.016,59
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.094.016,59
0313 - Administração e manutenção de serviços	2.094.016,59

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
126 - Tecnologia da Informação	147.970,02
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	147.970,02
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	147.970,02
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	695.345.142,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	695.345.142,78
0328 - Gestão do SC Saúde	95.109.811,82
0330 - Assistência médico-hospitalar e odontológica	600.235.330,96
24 - Comunicações	15.800,00
131 - Comunicação Social	15.800,00
0810 - Comunicação do Poder Executivo	15.800,00
0132 - Divulgação institucional	15.800,00
470093 - Fundo Patrimonial	**2.633.936,54**
04 - Administração	2.633.936,54
122 - Administração Geral	2.620.306,54
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.620.306,54
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	307.942,78
0027 - Locação de imóveis	335.825,00
0163 - Aquisição de imóvel	372.092,38
0353 - Ampliação e reforma de imóveis	1.160.375,37
0474 - Aquisição de mobiliário e equipamentos	444.071,01
126 - Tecnologia da Informação	13.630,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	13.630,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	13.630,00
48000 - Secretaria de Estado da Saúde	**3.535.090.383,72**
480091 - Fundo Estadual de Saúde	**3.471.740.697,23**
10 - Saúde	3.471.740.697,23
061 - Ação Judiciária	299.396.133,41

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0400 - Gestão do SUS	299.396.133,41
0988 - Atendimento de ações judiciais	299.396.133,41
122 - Administração Geral	1.387.762.058,87
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	17.043.574,00
0256 - Equipar hospital	17.043.574,00
0400 - Gestão do SUS	511.772,50
0638 - Manutenção de serviços e unidades	440.688,10
1017 - Manutenção de conselhos	71.084,40
0850 - Gestão de Pessoas	1.235.442.102,74
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.235.442.102,74
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	134.764.609,63
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	134.692.489,27
0511 - Equipar unidades da Saúde	68.320,36
0512 - Ampliar e reformar unidades administrativas	3.800,00
126 - Tecnologia da Informação	23.568.891,03
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	23.568.891,03
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	23.568.891,03
128 - Formação de Recursos Humanos	17.551.972,97
0400 - Gestão do SUS	15.189.784,10
0374 - Oferecer residência médica	14.322.674,91
0984 - Qualificação dos trabalhadores do SUS	867.109,19
0850 - Gestão de Pessoas	2.362.188,87
0006 - Encargos com estagiários	2.362.188,87
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	19.173.109,84
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	19.173.109,84
0555 - Realizar serviços assistenciais	19.173.109,84
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	268.807,35

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0420 - Atenção Básica	268.807,35
0242 - Capacitação de profissionais	268.807,35
301 - Atenção Básica	81.880.643,01
0420 - Atenção Básica	81.880.643,01
0339 - Incentivo financeiro	73.462.950,00
1015 - Ações na área da saúde	8.417.693,01
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.509.419.473,72
0101 - Acelera Santa Catarina	35.265.138,95
0058 - Ampliação e readequação de hospital	14.929.017,04
0061 - Construção Instituto de Cardiologia	592.212,81
0511 - Equipar unidades da Saúde	19.743.909,10
0400 - Gestão do SUS	15.057.030,13
0358 - Realizar atividades de saúde	414.260,97
0547 - Custeio de hospital e maternidade	14.642.769,16
0410 - Vigilância em Saúde	5.200.321,87
0641 - Realizar ações de gestão	5.200.321,87
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.453.896.982,77
0433 - Implantação de rede de saúde	10.670.064,92
0441 - Realização de cirurgias eletivas	16.747.158,88
0642 - Transplante de órgãos e tecidos	1.676.171,44
0643 - Assistência ambulatorial e hospitalar	336.548.453,67
0964 - Manutenção de hospital	345.980.194,29
0965 - Ações de saúde	86.370.096,11
0966 - Manutenção de unidades assistenciais	536.951.907,98
0967 - Ações do serviço de anatomia	251.956,39
0969 - Ampliação e reforma de unidades assistenciais	438.044,32
0990 - Realização dos serviços de telemedicina	1.200.000,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0991 - Manutenção de unidades	18.758,01
1015 - Ações na área da saúde	48.383.496,91
1018 - Rede Cegonha	15.927.271,33
1019 - Manutenção do incentivo da política de atenção hospitalar	52.733.408,52
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	110.752.290,90
0440 - Assistência Farmacêutica	110.752.290,90
0992 - Distribuição de medicamentos	81.609.518,58
1015 - Ações na área da saúde	29.142.772,32
304 - Vigilância Sanitária	2.773.637,56
0410 - Vigilância em Saúde	2.773.637,56
0994 - Ações da Vigilância Sanitária	2.773.637,56
305 - Vigilância Epidemiológica	6.863.561,95
0410 - Vigilância em Saúde	6.863.561,95
1054 - Manutenção de ações	2.689.586,68
1055 - Realizar ações de gestão	4.173.975,27
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	129.191,65
0420 - Atenção Básica	129.191,65
1020 - Manutenção do núcleo do telessaúde	129.191,65
785 - Transportes Especiais	12.200.924,97
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	12.200.924,97
0980 - Ações do programa Tratamento Fora do Domicílio	12.200.924,97
480092 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde-INVESTSAÚDE	**20.512.950,92**
10 - Saúde	20.512.950,92
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	20.512.950,92
0101 - Acelera Santa Catarina	20.512.950,92
0575 - Ações na área da saúde	20.512.950,92
480093 - Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, Hemosc, Cepon e Hospitais Municipais	**42.836.735,57**

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
10 - Saúde	42.836.735,57
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	42.836.735,57
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	42.836.735,57
0023 - Ampliação de infraestrutura	42.836.735,57
52000 - Secretaria de Estado da Fazenda	**2.484.159.877,75**
520001 - Secretaria de Estado da Fazenda	**426.358.610,29**
04 - Administração	426.358.610,29
122 - Administração Geral	389.856.842,48
0850 - Gestão de Pessoas	373.560.555,14
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	373.560.555,14
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	16.296.287,34
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	15.468.492,42
0163 - Aquisição de imóvel	827.794,92
123 - Administração Financeira	9.067.253,37
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	8.756.743,64
0036 - Gestão da informação contábil e da transparência	8.756.743,64
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	310.509,73
0325 - Despesas diversas	310.509,73
124 - Controle Interno	575.609,10
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	575.609,10
0035 - Otimização e correção da aplicação dos recursos públicos	575.609,10
126 - Tecnologia da Informação	3.503.456,43
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.503.456,43
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	3.503.456,43
128 - Formação de Recursos Humanos	586.351,34
0850 - Gestão de Pessoas	586.351,34
0006 - Encargos com estagiários	574.491,34

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	11.860,00
129 - Administração de Receitas	22.769.097,57
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	22.769.097,57
0953 - Gestão da arrecadação, fiscalização e combate à sonegação	22.769.097,57
520002 - Encargos Gerais do Estado	**2.023.437.308,35**
04 - Administração	259.526.769,49
123 - Administração Financeira	259.526.769,49
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	259.526.769,49
0215 - Obrigações patronais	2.928.711,44
0322 - Benefícios a servidores	175.660.628,08
0323 - Participação no capital social	12.402.345,60
0325 - Despesas diversas	68.535.084,37
09 - Previdência Social	653.332,30
244 - Assistência Comunitária	653.332,30
0860 - Gestão Previdenciária	653.332,30
0324 - Auxílio funeral	653.332,30
10 - Saúde	64.827.702,77
122 - Administração Geral	64.827.702,77
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	64.827.702,77
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	64.827.702,77
12 - Educação	61.353.765,16
368 - Educação Básica	61.353.765,16
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	61.353.765,16
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	61.353.765,16
14 - Direitos da Cidadania	4.700.000,00
421 - Custódia e Reintegração Social	4.700.000,00
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	4.700.000,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	4.700.000,00
28 - Encargos Especiais	1.632.375.738,63
846 - Outros Encargos Especiais	1.632.375.738,63
0990 - Encargos Especiais	1.632.375.738,63
0326 - Amortização e encargos de contratos de financiamentos	1.632.375.738,63
520030 - Fundação Escola de Governo - ENA	**2.769.689,36**
04 - Administração	2.635.179,36
122 - Administração Geral	2.261.886,01
0850 - Gestão de Pessoas	1.885.502,18
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.885.502,18
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	376.383,83
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	376.383,83
128 - Formação de Recursos Humanos	373.293,35
0825 - Formação de Gestores Públicos	330.333,05
0157 - Cursos de capacitação	330.333,05
0850 - Gestão de Pessoas	42.960,30
0006 - Encargos com estagiários	42.960,30
14 - Direitos da Cidadania	97.000,00
421 - Custódia e Reintegração Social	97.000,00
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes em Conflito com a Lei	97.000,00
0392 - Profissionalização dos apenados e adolescentes em conflito com a lei	97.000,00
19 - Ciência e Tecnologia	5.010,00
571 - Desenvolvimento Científico	5.010,00
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	5.010,00
0014 - Apoio a projetos	5.010,00
26 - Transporte	32.500,00
122 - Administração Geral	32.500,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	32.500,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	32.500,00
520090 - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	**14.773.120,99**
04 - Administração	14.773.120,99
123 - Administração Financeira	14.773.120,99
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	3.452.289,88
2248 - Apoio a projetos municipais de investimentos	3.452.289,88
0101 - Acelera Santa Catarina	11.320.831,11
0014 - Apoio a projetos	11.320.831,11
520092 - Fundo de Esforço Fiscal	**1.525.569,05**
04 - Administração	1.525.569,05
123 - Administração Financeira	283.627,04
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	283.627,04
0277 - Gestão de recursos estratégicos	269.677,04
0278 - Gestão de projeto	13.950,00
126 - Tecnologia da Informação	24.717,39
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	24.717,39
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	24.717,39
129 - Administração de Receitas	1.217.224,62
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	1.217.224,62
0953 - Gestão da arrecadação, fiscalização e combate à sonegação	1.217.224,62
520093 - Fundo Pró-Emprego	**15.295.579,71**
19 - Ciência e Tecnologia	15.295.579,71
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	15.295.579,71
0101 - Acelera Santa Catarina	15.295.579,71
0018 - Apoio financeiro a construção de centros de inovação	15.295.579,71
53000 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	**861.512.113,89**

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
530001 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	**187.760.511,14**
04 - Administração	668.185,63
122 - Administração Geral	668.185,63
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	668.185,63
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	668.185,63
15 - Urbanismo	1.122.472,64
451 - Infra-Estrutura Urbana	1.122.472,64
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	1.122.472,64
0402 - Aquisição, construção, reforma ou manutenção	1.122.472,64
26 - Transporte	185.969.852,87
122 - Administração Geral	27.415.195,00
0850 - Gestão de Pessoas	25.724.722,15
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	25.724.722,15
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.690.472,85
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.690.472,85
126 - Tecnologia da Informação	9.790,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	9.790,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	9.790,00
781 - Transporte Aéreo	7.095.393,70
0120 - Integração Logística	7.095.393,70
0196 - Adequação e melhoria de aeroporto	1.230.727,12
0334 - Administração, manutenção e gerenciamento de aeroporto	5.864.666,58
782 - Transporte Rodoviário	109.124.364,20
0101 - Acelera Santa Catarina	6.854.586,93
0178 - Reabilitação/ aumento de capacidade/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	6.854.586,93
0105 - Mobilidade Urbana	12.275.344,49
0009 - Terraplenagem/ pavimentação/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	60.993,55

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0340 - Apoio ao sistema viário	12.214.350,94
0110 - Construção de Rodovias	79.567.419,91
0009 - Terraplenagem/ pavimentação/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	19.670.000,00
0271 - Gerenciamento de programa de financiamento	5.833.427,09
0417 - Apoio ao sistema viário	9.385.286,73
0583 - Ações na área de infraestrutura	44.678.706,09
0120 - Integração Logística	1.282.422,78
0198 - Implantação de acesso	1.282.422,78
0140 - Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	9.144.590,09
0951 - Revitalização de rodovia	9.144.590,09
784 - Transporte Hidroviário	42.325.109,97
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	42.325.109,97
0083 - Adequação e melhoria de infraestrutura aquaviária	42.325.109,97
530023 - Departamento de Transportes e Terminais	**29.831.360,67**
26 - Transporte	29.831.360,67
122 - Administração Geral	19.205.524,88
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	66.560,00
0094 - Levantamentos, estudos e projetos	66.560,00
0850 - Gestão de Pessoas	16.830.541,92
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	16.830.541,92
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.308.422,96
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.308.422,96
126 - Tecnologia da Informação	1.577.939,95
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.577.939,95
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	1.577.939,95
128 - Formação de Recursos Humanos	84.989,90
0850 - Gestão de Pessoas	84.989,90

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0006 - Encargos com estagiários	84.989,90
782 - Transporte Rodoviário	5.511.811,16
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	5.511.811,16
0078 - Construção e reforma de terminais	368.446,39
0165 - Realização de transporte e fiscalização	5.143.364,77
784 - Transporte Hidroviário	3.451.094,78
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	3.451.094,78
0332 - Pagamento de subsídio para travessia hidroviária	3.451.094,78
530025 - Departamento Estadual de Infraestrutura	**643.920.242,08**
06 - Segurança Pública	762.507,31
181 - Policiamento	762.507,31
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	762.507,31
0021 - Administração e manutenção da PMRv	762.507,31
18 - Gestão Ambiental	222.029,25
541 - Preservação e Conservação Ambiental	222.029,25
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	222.029,25
0094 - Levantamentos, estudos e projetos	222.029,25
23 - Comércio e Serviços	3.095.376,71
695 - Turismo	3.095.376,71
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	3.095.376,71
0123 - Promoção, pesquisa e recuperação	3.000.000,00
0408 - Construção de centro de enventos	95.376,71
26 - Transporte	639.840.328,81
122 - Administração Geral	75.188.828,54
0850 - Gestão de Pessoas	58.108.404,25
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	1.060,00
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	58.107.344,25

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	17.080.424,29
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	17.008.891,64
0005 - Administração e manutenção de superintendência	71.532,65
126 - Tecnologia da Informação	4.734.323,87
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.734.323,87
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	4.734.323,87
128 - Formação de Recursos Humanos	427.630,96
0850 - Gestão de Pessoas	427.630,96
0006 - Encargos com estagiários	427.630,96
782 - Transporte Rodoviário	559.489.545,44
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	18.465.491,70
0088 - Revitalização de rodovias	2.883.661,30
0178 - Reabilitação/ aumento de capacidade/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	15.581.830,40
0101 - Acelera Santa Catarina	169.943.686,33
0009 - Terraplenagem/ pavimentação/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	10.264.878,79
0019 - Conservação e reabilitação de travessias	88.852.192,68
0178 - Reabilitação/ aumento de capacidade/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	11.854.168,68
0298 - Conclusão de via expressa	58.972.446,18
0105 - Mobilidade Urbana	43.792.734,47
0009 - Terraplenagem/ pavimentação/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	42.816.451,72
0075 - Melhorias de terminais de integração	976.282,75
0110 - Construção de Rodovias	185.937.503,26
0009 - Terraplenagem/ pavimentação/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	145.653.634,70
0010 - Execução de obras rodoviárias	325.655,76
0022 - Contratação de consultoria	8.611.431,58
0101 - Desapropriação de áreas	11.103.396,07
0102 - Compensação ambiental	29.832,73

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0417 - Apoio ao sistema viário	729.267,73
0583 - Ações na área de infraestrutura	19.484.284,69
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	33.266.555,76
0007 - Aquisição de combustível e lubrificante	1.086.892,76
0010 - Execução de obras rodoviárias	916.267,62
0011 - Conservação de rodovias	18.417.436,48
0020 - Operação de rodovias	8.953.665,50
0022 - Contratação de consultoria	2.834.296,73
0073 - Obras emergenciais	1.057.996,67
0140 - Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	91.367.439,12
0178 - Reabilitação/ aumento de capacidade/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	91.367.439,12
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	16.716.134,80
0022 - Contratação de consultoria	7.910.419,10
0092 - Elaboração de planos	1.416.310,99
0093 - Elaboração de projetos	7.035.089,37
0094 - Levantamentos, estudos e projetos	354.315,34
54000 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	**997.850.633,45**
540091 - Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	**4.408.042,94**
14 - Direitos da Cidadania	4.408.042,94
421 - Custódia e Reintegração Social	4.408.042,94
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes em Conflito com a Lei	4.408.042,94
0390 - Profissionalização e reintegração social	4.408.042,94
540092 - Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	**1.442.834,19**
14 - Direitos da Cidadania	1.442.834,19
421 - Custódia e Reintegração Social	1.442.834,19
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes em Conflito com a Lei	1.442.834,19
0390 - Profissionalização e reintegração social	1.442.834,19

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
540093 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibanos	**3.433.907,36**
14 - Direitos da Cidadania	3.433.907,36
421 - Custódia e Reintegração Social	3.433.907,36
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes em Conflito com a Lei	3.433.907,36
0390 - Profissionalização e reintegração social	3.433.907,36
540094 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	**3.048.831,32**
14 - Direitos da Cidadania	3.048.831,32
421 - Custódia e Reintegração Social	3.048.831,32
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes em Conflito com a Lei	3.048.831,32
0390 - Profissionalização e reintegração social	3.048.831,32
540095 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	**8.951.862,61**
14 - Direitos da Cidadania	8.951.862,61
421 - Custódia e Reintegração Social	8.951.862,61
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes em Conflito com a Lei	8.951.862,61
0390 - Profissionalização e reintegração social	8.951.862,61
540096 - Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC	**975.065.100,34**
14 - Direitos da Cidadania	975.065.100,34
122 - Administração Geral	631.600.378,01
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	631.600.378,01
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	119.990.683,75
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	511.609.694,26
126 - Tecnologia da Informação	5.326.771,53
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	5.326.771,53
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	5.326.771,53
128 - Formação de Recursos Humanos	1.562.345,26
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	1.562.345,26
0006 - Encargos com estagiários	1.479.910,96

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	82.434,30
421 - Custódia e Reintegração Social	336.575.605,54
0101 - Acelera Santa Catarina	16.227.452,64
0486 - Construção de unidade prisional	16.227.452,64
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	240.855.667,64
0391 - Gestão dos sistemas prisional e socioeducativo	108.570.661,04
0397 - Gestão compartilhada	132.285.006,60
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	63.092.050,25
0261 - Aquisição de veículos	10.802.656,00
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	33.426.518,47
0398 - Estruturação e reaparelhamento	16.559.182,12
0488 - Construção de centro de atendimento socioeducativo	2.303.693,66
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes em Conflito com a Lei	16.400.435,01
0392 - Profissionalização dos apenados e adolescentes em conflito com a lei	191.330,83
0635 - Atendimento social, psicológico, jurídico, pedagógico de saúde	13.516.368,81
0636 - Apoio às centrais de penas e medidas alternativas	2.692.735,37
540097 - Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	**1.500.054,69**
14 - Direitos da Cidadania	1.500.054,69
421 - Custódia e Reintegração Social	1.500.054,69
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes em Conflito com a Lei	1.500.054,69
0390 - Profissionalização e reintegração social	1.500.054,69
55000 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	**33.048.722,49**
550001 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	**5.931.430,64**
06 - Segurança Pública	640.807,31
182 - Defesa Civil	640.807,31
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	440.467,69
0191 - Estruturação de unidades	180.410,74

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0493 - Ampliação e modernização de rede de monitoramento e alerta	260.056,95
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	200.339,62
1038 - Aquisição, atualização e manutenção de sistemas	200.339,62
18 - Gestão Ambiental	5.290.623,33
182 - Defesa Civil	5.290.623,33
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	5.290.623,33
0568 - Projetos e obras preventivas	5.290.623,33
550091 - Fundo Estadual da Defesa Civil	**27.117.291,85**
06 - Segurança Pública	21.943.998,64
122 - Administração Geral	9.690.380,21
0850 - Gestão de Pessoas	5.463.709,12
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.463.709,12
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.226.671,09
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	4.226.671,09
126 - Tecnologia da Informação	323.254,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	323.254,78
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	323.254,78
128 - Formação de Recursos Humanos	29.161,65
0850 - Gestão de Pessoas	29.161,65
0006 - Encargos com estagiários	29.061,65
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	100,00
182 - Defesa Civil	11.901.202,00
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	3.015.588,99
0191 - Estruturação de unidades	2.118.299,79
0493 - Ampliação e modernização de rede de monitoramento e alerta	897.289,20
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	2.925.055,97
1030 - Contratação de consultoria, estudos e projetos	2.363.973,25

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
1037 - Promoção da educação continuada em proteção e defesa civil	336.324,04
1038 - Aquisição, atualização e manutenção de sistemas	224.758,68
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	5.960.557,04
0342 - Ações em defesa civil	5.960.557,04
18 - Gestão Ambiental	5.173.293,21
182 - Defesa Civil	3.238.116,04
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	3.238.116,04
0342 - Ações em defesa civil	3.238.116,04
544 - Recursos Hídricos	1.935.177,17
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	1.935.177,17
0521 - Reforma, manutenção e conservação de barragens	1.935.177,17
2 - Legislativo	**946.621.950,44**
01000 - Assembleia Legislativa do Estado	**674.668.434,80**
010001 - Assembleia Legislativa do Estado	**674.668.434,80**
01 - Legislativa	505.713.330,77
031 - Ação Legislativa	84.088.976,61
0820 - Comunicação do Poder Legislativo	28.382.037,25
0130 - Sessões e audiências públicas	59.185,00
0131 - Divulgação institucional	19.561.258,93
0135 - Manutenção e ampliação de alcance	8.761.593,32
0925 - Modernização do Processo Legislativo	55.706.939,36
0143 - Modernização e manutenção de escola	507.939,36
0145 - Aquisição, recuperação e ampliação de imóveis	55.199.000,00
122 - Administração Geral	402.365.291,50
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	402.365.291,50
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	123.965.653,66
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	278.399.637,84

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
126 - Tecnologia da Informação	13.812.595,60
0925 - Modernização do Processo Legislativo	13.812.595,60
0147 - Manutenção, serviços e equipamentos de informática	13.812.595,60
272 - Previdência do Regime Estatutário	5.446.467,06
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	5.446.467,06
0136 - Encargos com inativos	5.446.467,06
09 - Previdência Social	168.955.104,03
272 - Previdência do Regime Estatutário	168.955.104,03
0860 - Gestão Previdenciária	168.955.104,03
0136 - Encargos com inativos	168.955.104,03
02000 - Tribunal de Contas do Estado	**271.953.515,64**
020001 - Tribunal de Contas do Estado	**271.953.515,64**
01 - Legislativa	192.730.465,40
122 - Administração Geral	188.662.956,90
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	188.662.956,90
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	15.009.390,89
0149 - Ampliação e reforma de estrutura física	457.975,58
0155 - Reaparelhamento do Tribunal de Contas	1.144.337,77
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	172.051.252,66
126 - Tecnologia da Informação	3.306.364,37
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	3.306.364,37
0154 - Manutenção e desenvolvimento de tecnologia da informação	3.306.364,37
128 - Formação de Recursos Humanos	761.144,13
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	761.144,13
0054 - Capacitação de recursos humanos	761.144,13
09 - Previdência Social	79.223.050,24
272 - Previdência do Regime Estatutário	79.223.050,24

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0860 - Gestão Previdenciária	71.160.144,92
0136 - Encargos com inativos	71.160.144,92
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	8.062.905,32
0136 - Encargos com inativos	8.062.905,32
3 - Judiciário	**2.382.493.673,78**
03000 - Tribunal de Justiça do Estado	**2.382.493.673,78**
030001 - Tribunal de Justiça do Estado	**2.156.730.216,53**
02 - Judiciária	1.680.470.684,12
061 - Ação Judiciária	1.580.711.929,48
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	1.579.564.650,91
0164 - Administração de pessoal extraquadro	63.517.796,72
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.498.478.986,30
0954 - Administração e manutenção da infraestrutura e serviços	17.567.867,89
0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	1.147.278,57
0162 - Manutenção de prédios	49.750,76
0956 - Promoção da cidadania e iniciativas de valor social	1.097.527,81
126 - Tecnologia da Informação	50.060.494,13
0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	50.060.494,13
0004 - Modernização de TI	50.060.494,13
128 - Formação de Recursos Humanos	21.631.931,54
0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	21.631.931,54
0156 - Capacitação e aperfeiçoamento	21.631.931,54
272 - Previdência do Regime Estatutário	28.066.328,97
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	28.066.328,97
0136 - Encargos com inativos	28.066.328,97
09 - Previdência Social	261.059.899,61
272 - Previdência do Regime Estatutário	261.059.899,61

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0860 - Gestão Previdenciária	261.059.899,61
0136 - Encargos com inativos	261.059.899,61
28 - Encargos Especiais	215.199.632,80
846 - Outros Encargos Especiais	215.199.632,80
0990 - Encargos Especiais	215.199.632,80
0160 - Encargos com precatórios	215.199.632,80
030091 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça	**225.763.457,25**
02 - Judiciária	225.763.457,25
061 - Ação Judiciária	190.940.977,46
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	160.454.597,13
0164 - Administração de pessoal extraquadro	86.076.776,06
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.351.004,86
0954 - Administração e manutenção da infraestrutura e serviços	64.987.024,56
0955 - Instalação e modernização de imóveis	2.006.585,35
0956 - Promoção da cidadania e iniciativas de valor social	719.026,82
0961 - Gestão estratégica e do conhecimento	1.314.179,48
0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	30.486.380,33
0148 - Reforma de imóvel	2.440.415,53
0162 - Manutenção de prédios	18.776.100,82
0163 - Aquisição de imóvel	1.114,00
0167 - Construção de Fórum	3.793.863,13
0168 - Reforma de Fórum	4.988.330,94
0171 - Ampliação de Fórum	50.194,11
0956 - Promoção da cidadania e iniciativas de valor social	436.361,80
122 - Administração Geral	33.762.070,90
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	33.762.070,90
0170 - Coordenação de selo de fiscalização	33.762.070,90

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
126 - Tecnologia da Informação	1.060.408,89
0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	1.060.408,89
0004 - Modernização de TI	1.060.408,89
4 - Ministério Público	**808.228.572,37**
04000 - Ministério Público	**808.228.572,37**
040001 - Ministério Público	**808.050.284,20**
03 - Essencial à Justiça	743.559.242,35
091 - Defesa da Ordem Jurídica	571.896.463,63
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	7.731.396,73
0029 - Aquisição/construção de edifício	5.590.488,12
0059 - Construção de edifício das Promotorias	2.140.908,61
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	564.165.066,90
0116 - Coordenação institucional	563.367.649,49
0120 - Reconstituição de bens lesados	564.500,00
0126 - Custeio dos honorários periciais	232.917,41
122 - Administração Geral	125.611.046,52
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	125.611.046,52
0082 - Aquisição/construção de edifício sede	60.870.429,99
0115 - Coordenação e manutenção dos serviços administrativos	30.678.113,34
0119 - Manutenção, conservação e reforma de instalações	21.435.263,58
0128 - Modernização e desenvolvimento institucional	12.627.239,61
126 - Tecnologia da Informação	43.315.875,55
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	43.315.875,55
1050 - Coordenação e suporte de serviços	43.315.875,55
128 - Formação de Recursos Humanos	2.735.856,65
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	2.735.856,65
0127 - Aperfeiçoamento de membros e servidores	2.735.856,65

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
09 - Previdência Social	64.491.041,85
272 - Previdência do Regime Estatutário	64.491.041,85
0860 - Gestão Previdenciária	64.491.041,85
0357 - Encargos com inativos	64.491.041,85
040091 - Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados	**178.288,17**
03 - Essencial à Justiça	178.288,17
091 - Defesa da Ordem Jurídica	178.288,17
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	178.288,17
0120 - Reconstituição de bens lesados	178.288,17
TOTAL	**26.943.046.391,50**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
01 - Legislativa	**699.867.541,27**
031 - Ação Legislativa	84.088.976,61
0820 - Comunicação do Poder Legislativo	28.382.037,25
0925 - Modernização do Processo Legislativo	55.706.939,36
122 - Administração Geral	592.451.993,50
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	403.789.036,60
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	188.662.956,90
126 - Tecnologia da Informação	17.118.959,97
0925 - Modernização do Processo Legislativo	13.812.595,60
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	3.306.364,37
128 - Formação de Recursos Humanos	761.144,13
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	761.144,13
272 - Previdência do Regime Estatutário	5.446.467,06
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	5.446.467,06
02 - Judiciária	**1.906.320.364,17**
061 - Ação Judiciária	1.771.739.129,74
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	1.740.105.470,84
0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	31.633.658,90
122 - Administração Geral	33.762.070,90
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	33.762.070,90
126 - Tecnologia da Informação	51.120.903,02
0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	51.120.903,02
128 - Formação de Recursos Humanos	21.631.931,54
0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	21.631.931,54
272 - Previdência do Regime Estatutário	28.066.328,97
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	28.066.328,97
03 - Essencial à Justiça	**932.931.828,00**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
091 - Defesa da Ordem Jurídica	573.204.170,80
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	7.731.396,73
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	565.472.774,07
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	63.909.600,83
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	63.909.600,83
122 - Administração Geral	243.834.541,93
0850 - Gestão de Pessoas	104.989.188,43
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	11.710.918,34
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	127.134.435,16
126 - Tecnologia da Informação	45.868.504,87
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.552.629,32
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	43.315.875,55
128 - Formação de Recursos Humanos	6.115.009,57
0850 - Gestão de Pessoas	3.356.112,92
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	2.758.896,65
04 - Administração	**1.822.595.950,38**
121 - Planejamento e Orçamento	87.296,75
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	21.298,63
0210 - Estudos e Projetos para o Desenvolvimento Regional	65.998,12
122 - Administração Geral	761.269.992,24
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	5.541,29
0850 - Gestão de Pessoas	610.360.663,41
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	143.314.167,11
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	7.589.620,43
123 - Administração Financeira	283.722.230,89
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	3.452.289,88
0101 - Acelera Santa Catarina	11.320.831,11

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	9.111.830,68
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	259.837.279,22
124 - Controle Interno	575.609,10
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	575.609,10
126 - Tecnologia da Informação	35.931.221,85
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	191,25
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	35.670.017,22
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	261.013,38
127 - Ordenamento Territorial	8.745,00
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	8.745,00
128 - Formação de Recursos Humanos	2.495.822,81
0825 - Formação de Gestores Públicos	330.333,05
0850 - Gestão de Pessoas	2.157.869,76
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	7.620,00
129 - Administração de Receitas	23.986.322,19
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	23.986.322,19
274 - Previdência Especial	11.260.731,94
0870 - Pensões Especiais	11.260.731,94
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	695.345.142,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	695.345.142,78
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	5.897,81
0855 - Saúde Ocupacional	5.897,81
781 - Transporte Aéreo	5.788.832,12
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.788.832,12
782 - Transporte Rodoviário	2.118.104,90
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.118.104,90
06 - Segurança Pública	**2.790.397.336,73**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	2.394.029.294,05
0101 - Acelera Santa Catarina	6.770.993,63
0705 - Segurança Cidadã	340.685.090,75
0706 - De Olho no Crime	1.964.876.808,02
0707 - Suporte Institucional Integrado	71.997.541,44
0850 - Gestão de Pessoas	5.463.709,12
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.235.151,09
126 - Tecnologia da Informação	32.701.181,94
0707 - Suporte Institucional Integrado	32.377.927,16
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	323.254,78
128 - Formação de Recursos Humanos	9.650.475,30
0707 - Suporte Institucional Integrado	3.666.018,21
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	5.955.295,44
0850 - Gestão de Pessoas	29.161,65
181 - Policiamento	290.595.636,48
0101 - Acelera Santa Catarina	32.966.608,72
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	7.638.285,42
0705 - Segurança Cidadã	48.216.204,75
0706 - De Olho no Crime	138.810.567,70
0707 - Suporte Institucional Integrado	62.963.969,89
182 - Defesa Civil	41.405.888,73
0705 - Segurança Cidadã	21.322.240,37
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	10.526.494,71
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	3.521.595,59
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	6.035.558,06
183 - Informação e Inteligência	6.700.754,65
0705 - Segurança Cidadã	926.373,27

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0706 - De Olho no Crime	5.774.381,38
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	6.182.721,83
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	6.182.721,83
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.591.507,61
0705 - Segurança Cidadã	1.591.507,61
542 - Controle Ambiental	7.539.876,14
0706 - De Olho no Crime	7.539.876,14
07 - Relações Exteriores	**468.936,46**
122 - Administração Geral	424.070,16
0212 - Promoção e Articulação das Relações Internacionais	424.070,16
126 - Tecnologia da Informação	5.022,15
0212 - Promoção e Articulação das Relações Internacionais	5.022,15
212 - Cooperação Internacional	39.844,15
0212 - Promoção e Articulação das Relações Internacionais	39.844,15
08 - Assistência Social	**133.643.477,39**
122 - Administração Geral	30.463.022,93
0510 - Gestão do SUAS	171.891,02
0850 - Gestão de Pessoas	20.922.614,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	9.368.517,63
126 - Tecnologia da Informação	1.151.760,38
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.151.760,38
128 - Formação de Recursos Humanos	682.583,15
0510 - Gestão do SUAS	577.641,21
0850 - Gestão de Pessoas	104.941,94
241 - Assistência ao Idoso	1.872.236,11
0101 - Acelera Santa Catarina	1.872.236,11
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	3.599.341,09

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0510 - Gestão do SUAS	3.599.341,09
244 - Assistência Comunitária	68.161.700,12
0101 - Acelera Santa Catarina	33.048.274,56
0510 - Gestão do SUAS	32.536.768,77
0550 - Comer Bem SC	78.719,60
0745 - Fortalecendo Direitos	2.497.937,19
274 - Previdência Especial	27.712.833,61
0870 - Pensões Especiais	27.712.833,61
09 - Previdência Social	**6.426.214.322,68**
122 - Administração Geral	94.932.160,26
0850 - Gestão de Pessoas	39.318.605,54
0860 - Gestão Previdenciária	37.527,59
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	55.576.027,13
126 - Tecnologia da Informação	2.482.495,98
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.482.495,98
128 - Formação de Recursos Humanos	225.998,50
0850 - Gestão de Pessoas	225.998,50
244 - Assistência Comunitária	653.332,30
0860 - Gestão Previdenciária	653.332,30
272 - Previdência do Regime Estatutário	6.327.920.335,64
0860 - Gestão Previdenciária	6.319.857.430,32
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	8.062.905,32
10 - Saúde	**3.703.885.747,50**
061 - Ação Judiciária	299.396.133,41
0400 - Gestão do SUS	299.396.133,41
122 - Administração Geral	1.455.089.063,52
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	17.043.574,00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0400 - Gestão do SUS	2.994.385,20
0850 - Gestão de Pessoas	1.235.442.102,74
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	199.609.001,58
126 - Tecnologia da Informação	23.568.891,03
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	23.568.891,03
128 - Formação de Recursos Humanos	17.551.972,97
0400 - Gestão do SUS	15.189.784,10
0850 - Gestão de Pessoas	2.362.188,87
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	19.173.109,84
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	19.173.109,84
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	268.807,35
0420 - Atenção Básica	268.807,35
244 - Assistência Comunitária	392.998,70
0705 - Segurança Cidadã	392.998,70
301 - Atenção Básica	87.578.062,64
0420 - Atenção Básica	87.578.062,64
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.663.030.928,43
0101 - Acelera Santa Catarina	75.571.014,96
0400 - Gestão do SUS	15.273.056,63
0410 - Vigilância em Saúde	5.285.679,14
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.566.901.177,70
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	110.752.290,90
0440 - Assistência Farmacêutica	110.752.290,90
304 - Vigilância Sanitária	2.773.637,56
0410 - Vigilância em Saúde	2.773.637,56
305 - Vigilância Epidemiológica	7.375.497,79
0410 - Vigilância em Saúde	7.375.497,79

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	129.191,65
0420 - Atenção Básica	129.191,65
785 - Transportes Especiais	16.805.161,71
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	15.982.129,26
0705 - Segurança Cidadã	823.032,45
11 - Trabalho	**4.292.824,89**
333 - Empregabilidade	4.289.072,57
0530 - Pró-Emprego e Renda	4.289.072,57
334 - Fomento ao Trabalho	3.752,32
0530 - Pró-Emprego e Renda	3.752,32
12 - Educação	**3.728.049.786,32**
122 - Administração Geral	387.601.222,42
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	2.511.266,28
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	286.489.931,60
0850 - Gestão de Pessoas	33.152.345,35
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	65.447.679,19
126 - Tecnologia da Informação	9.872.377,10
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	9.872.377,10
128 - Formação de Recursos Humanos	1.258.801,60
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	180.472,61
0850 - Gestão de Pessoas	1.078.328,99
244 - Assistência Comunitária	394.758,00
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	394.758,00
361 - Ensino Fundamental	1.065.855.082,59
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	1.065.855.082,59
362 - Ensino Médio	689.292.597,05
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	689.292.597,05

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
363 - Ensino Profissional	8.448.992,03
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	8.448.992,03
364 - Ensino Superior	473.311.236,42
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	3.080.950,56
0627 - Acesso à Educação Superior	106.439.390,37
0630 - Gestão do Ensino Superior	27.348.403,08
0850 - Gestão de Pessoas	336.442.492,41
365 - Educação Infantil	13.540.453,40
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	13.540.453,40
366 - Educação de Jovens e Adultos	67.875.334,35
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	67.875.334,35
367 - Educação Especial	223.270.693,43
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	45.832.265,02
0850 - Gestão de Pessoas	177.438.428,41
368 - Educação Básica	779.752.609,90
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	4.254.332,06
0101 - Acelera Santa Catarina	30.487.895,96
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	629.412.574,42
0623 - Gestão Democrática da Educação	105.164.406,00
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.627.224,89
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	6.806.176,57
571 - Desenvolvimento Científico	1.701.794,59
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	1.701.794,59
812 - Desporto Comunitário	5.873.833,44
0635 - Desenvolvimento do Desporto Educacional	5.873.833,44
13 - Cultura	**37.039.710,37**
122 - Administração Geral	27.346.687,88

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0850 - Gestão de Pessoas	13.639.915,12
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	13.706.772,76
128 - Formação de Recursos Humanos	206.764,52
0850 - Gestão de Pessoas	206.764,52
392 - Difusão Cultural	9.486.257,97
0660 - Pró-Cultura	9.486.257,97
14 - Direitos da Cidadania	**1.073.781.959,90**
122 - Administração Geral	696.950.377,58
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	631.600.378,01
0745 - Fortalecendo Direitos	65.349.999,57
125 - Normatização e Fiscalização	2.990.445,64
0211 - Metrologia e Qualidade de Produtos e Serviços	2.990.445,64
126 - Tecnologia da Informação	5.326.771,53
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	5.326.771,53
128 - Formação de Recursos Humanos	3.058.400,83
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	1.571.665,50
0745 - Fortalecendo Direitos	1.486.735,33
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	737.022,03
0745 - Fortalecendo Direitos	737.022,03
421 - Custódia e Reintegração Social	364.718.942,29
0101 - Acelera Santa Catarina	16.227.452,64
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	240.862.068,53
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	68.346.453,00
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes em Conflito com a Lei	39.282.968,12
15 - Urbanismo	**4.655.817,03**
451 - Infra-Estrutura Urbana	4.655.817,03
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	4.655.817,03

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
16 - Habitação	**14.220.423,96**
122 - Administração Geral	13.884.613,86
0850 - Gestão de Pessoas	11.158.223,05
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.726.390,81
126 - Tecnologia da Informação	321.370,60
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	321.370,60
244 - Assistência Comunitária	14.439,50
0540 - Nova Casa	14.439,50
17 - Saneamento	**162.497,63**
125 - Normatização e Fiscalização	162.497,63
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	162.497,63
18 - Gestão Ambiental	**84.043.126,28**
122 - Administração Geral	55.198.924,78
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	25.215,49
0850 - Gestão de Pessoas	54.805.017,06
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	368.692,23
126 - Tecnologia da Informação	2.097,40
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.097,40
128 - Formação de Recursos Humanos	656.496,30
0850 - Gestão de Pessoas	656.496,30
182 - Defesa Civil	9.051.780,36
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	9.051.780,36
541 - Preservação e Conservação Ambiental	1.703.758,28
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	222.029,25
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	7.900,00
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	1.473.829,03
542 - Controle Ambiental	8.571.558,69

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	6.490.868,28
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	2.080.690,41
544 - Recursos Hídricos	8.858.510,47
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	8.858.510,47
19 - Ciência e Tecnologia	**59.778.406,25**
122 - Administração Geral	3.957.433,12
0850 - Gestão de Pessoas	2.731.899,17
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.225.533,95
126 - Tecnologia da Informação	3.641.389,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.641.389,78
128 - Formação de Recursos Humanos	28.201,66
0850 - Gestão de Pessoas	28.201,66
334 - Fomento ao Trabalho	2.899.602,28
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	2.899.602,28
571 - Desenvolvimento Científico	26.365.548,72
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	25.083.811,73
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	1.281.736,99
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	22.886.230,69
0101 - Acelera Santa Catarina	15.295.579,71
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	7.590.650,98
20 - Agricultura	**626.084.919,28**
122 - Administração Geral	528.250.799,08
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	9.898.362,34
0310 - Agronegócio Competitivo	325.639.462,29
0850 - Gestão de Pessoas	178.961.663,53
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	13.751.310,92
126 - Tecnologia da Informação	10.702.051,98

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	16.484,13
0310 - Agronegócio Competitivo	5.172.215,72
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.513.352,13
128 - Formação de Recursos Humanos	1.146.141,56
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	155.768,20
0310 - Agronegócio Competitivo	497.114,83
0850 - Gestão de Pessoas	493.258,53
304 - Vigilância Sanitária	1.653.240,56
0320 - Agricultura Familiar	1.653.240,56
334 - Fomento ao Trabalho	604.437,60
0320 - Agricultura Familiar	604.437,60
571 - Desenvolvimento Científico	11.453.496,58
0310 - Agronegócio Competitivo	11.453.496,58
601 - Promoção da Produção Vegetal	149.875,05
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	149.875,05
603 - Defesa Sanitária Vegetal	666.007,11
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	666.007,11
604 - Defesa Sanitária Animal	7.519.408,46
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	7.519.408,46
606 - Extensão Rural	44.923.763,70
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	3.844.436,85
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	7.226.324,59
0310 - Agronegócio Competitivo	19.431.845,62
0320 - Agricultura Familiar	14.421.156,64
607 - Irrigação	291.491,17
0320 - Agricultura Familiar	291.491,17
691 - Promoção Comercial	18.724.206,43

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0310 - Agronegócio Competitivo	18.724.206,43
23 - Comércio e Serviços	**75.561.131,85**
122 - Administração Geral	20.423.597,59
0850 - Gestão de Pessoas	14.397.072,79
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.026.524,80
126 - Tecnologia da Informação	1.128.576,14
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.128.576,14
128 - Formação de Recursos Humanos	43.046,72
0850 - Gestão de Pessoas	43.046,72
333 - Empregabilidade	12.995.619,34
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	12.995.619,34
691 - Promoção Comercial	1.687.245,65
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.687.245,65
695 - Turismo	39.283.046,41
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	39.283.046,41
24 - Comunicações	**22.435.220,73**
122 - Administração Geral	8.478.468,61
0850 - Gestão de Pessoas	4.681.915,42
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.796.553,19
126 - Tecnologia da Informação	17.999,12
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	17.999,12
131 - Comunicação Social	13.938.753,00
0810 - Comunicação do Poder Executivo	13.938.753,00
25 - Energia	**286.675,96**
125 - Normatização e Fiscalização	286.675,96
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	286.675,96
26 - Transporte	**920.893.085,49**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	121.860.538,44
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	66.560,00
0150 - Modernização Portuária	18.490,02
0850 - Gestão de Pessoas	100.663.668,32
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	21.111.820,10
126 - Tecnologia da Informação	6.409.855,82
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.409.855,82
128 - Formação de Recursos Humanos	512.620,86
0850 - Gestão de Pessoas	512.620,86
781 - Transporte Aéreo	7.102.077,50
0120 - Integração Logística	7.102.077,50
782 - Transporte Rodoviário	739.231.788,12
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	18.465.491,70
0101 - Acelera Santa Catarina	176.798.273,26
0105 - Mobilidade Urbana	56.119.882,66
0110 - Construção de Rodovias	326.592.385,18
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	5.541.811,16
0120 - Integração Logística	1.282.422,78
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	37.203.357,37
0140 - Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	100.512.029,21
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	16.716.134,80
784 - Transporte Hidroviário	45.776.204,75
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	42.325.109,97
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	3.451.094,78
27 - Desporto e Lazer	**27.859.929,55**
122 - Administração Geral	12.993.095,46
0850 - Gestão de Pessoas	10.674.306,52

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.318.788,94
126 - Tecnologia da Informação	1.140,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.140,00
128 - Formação de Recursos Humanos	80,00
0850 - Gestão de Pessoas	80,00
812 - Desporto Comunitário	9.565.813,72
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	9.565.813,72
813 - Lazer	5.299.800,37
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	5.299.800,37
28 - Encargos Especiais	**1.847.575.371,43**
846 - Outros Encargos Especiais	1.847.575.371,43
0990 - Encargos Especiais	1.847.575.371,43
TOTAL	**26.943.046.391,50**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
01 - Legislativa	**680.383.461,96**	**19.484.079,31**	**699.867.541,27**
031 - Ação Legislativa	81.030.012,81	3.058.963,80	84.088.976,61
0820 - Comunicação do Poder Legislativo	28.382.037,25	-	28.382.037,25
0925 - Modernização do Processo Legislativo	52.647.975,56	3.058.963,80	55.706.939,36
122 - Administração Geral	576.026.877,99	16.425.115,51	592.451.993,50
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	394.904.783,93	8.884.252,67	403.789.036,60
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	181.122.094,06	7.540.862,84	188.662.956,90
126 - Tecnologia da Informação	17.118.959,97	-	17.118.959,97
0925 - Modernização do Processo Legislativo	13.812.595,60	-	13.812.595,60
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	3.306.364,37	-	3.306.364,37
128 - Formação de Recursos Humanos	761.144,13	-	761.144,13
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	761.144,13	-	761.144,13
272 - Previdência do Regime Estatutário	5.446.467,06	-	5.446.467,06
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	5.446.467,06	-	5.446.467,06
02 - Judiciária	**1.745.710.050,11**	**160.610.314,06**	**1.906.320.364,17**
061 - Ação Judiciária	1.644.951.295,47	126.787.834,27	1.771.739.129,74
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	1.643.277.181,23	96.828.289,61	1.740.105.470,84
0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	1.674.114,24	29.959.544,66	31.633.658,90
122 - Administração Geral	1.000.000,00	32.762.070,90	33.762.070,90
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	1.000.000,00	32.762.070,90	33.762.070,90
126 - Tecnologia da Informação	50.060.494,13	1.060.408,89	51.120.903,02
0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	50.060.494,13	1.060.408,89	51.120.903,02
128 - Formação de Recursos Humanos	21.631.931,54	-	21.631.931,54
0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	21.631.931,54	-	21.631.931,54
272 - Previdência do Regime Estatutário	28.066.328,97	-	28.066.328,97
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	28.066.328,97	-	28.066.328,97
03 - Essencial à Justiça	**909.421.000,03**	**23.510.827,97**	**932.931.828,00**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
091 - Defesa da Ordem Jurídica	561.372.173,63	11.831.997,17	573.204.170,80
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	5.590.488,12	2.140.908,61	7.731.396,73
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	555.781.685,51	9.691.088,56	565.472.774,07
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	63.909.600,83	-	63.909.600,83
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	63.909.600,83	-	63.909.600,83
122 - Administração Geral	232.155.711,13	11.678.830,80	243.834.541,93
0850 - Gestão de Pessoas	104.989.188,43	-	104.989.188,43
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	11.710.918,34	-	11.710.918,34
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	115.455.604,36	11.678.830,80	127.134.435,16
126 - Tecnologia da Informação	45.868.504,87	-	45.868.504,87
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.552.629,32	-	2.552.629,32
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	43.315.875,55	-	43.315.875,55
128 - Formação de Recursos Humanos	6.115.009,57	-	6.115.009,57
0850 - Gestão de Pessoas	3.356.112,92	-	3.356.112,92
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	2.758.896,65	-	2.758.896,65
04 - Administração	**1.511.741.890,83**	**310.854.059,55**	**1.822.595.950,38**
121 - Planejamento e Orçamento	21.298,63	65.998,12	87.296,75
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	21.298,63	-	21.298,63
0210 - Estudos e Projetos para o Desenvolvimento Regional	-	65.998,12	65.998,12
122 - Administração Geral	685.479.499,58	75.790.492,66	761.269.992,24
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	5.541,29	-	5.541,29
0850 - Gestão de Pessoas	568.979.989,61	41.380.673,80	610.360.663,41
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	116.493.968,68	26.820.198,43	143.314.167,11
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	-	-	-
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	-	7.589.620,43	7.589.620,43
123 - Administração Financeira	266.318.556,10	17.403.674,79	283.722.230,89
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	-	3.452.289,88	3.452.289,88

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
0101 - Acelera Santa Catarina	-	11.320.831,11	11.320.831,11
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	8.828.203,64	283.627,04	9.111.830,68
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	257.490.352,46	2.346.926,76	259.837.279,22
124 - Controle Interno	575.609,10	-	575.609,10
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	575.609,10	-	575.609,10
126 - Tecnologia da Informação	21.752.720,53	14.178.501,32	35.931.221,85
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	191,25	-	191,25
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	21.752.529,28	13.917.487,94	35.670.017,22
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	-	261.013,38	261.013,38
127 - Ordenamento Territorial	8.745,00	-	8.745,00
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	8.745,00	-	8.745,00
128 - Formação de Recursos Humanos	2.398.202,81	97.620,00	2.495.822,81
0825 - Formação de Gestores Públicos	330.333,05	-	330.333,05
0850 - Gestão de Pessoas	2.067.869,76	90.000,00	2.157.869,76
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	-	7.620,00	7.620,00
129 - Administração de Receitas	23.986.322,19	-	23.986.322,19
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	23.986.322,19	-	23.986.322,19
274 - Previdência Especial	11.260.731,94	-	11.260.731,94
0870 - Pensões Especiais	11.260.731,94	-	11.260.731,94
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	492.027.370,12	203.317.772,66	695.345.142,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	492.027.370,12	203.317.772,66	695.345.142,78
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	5.897,81	-	5.897,81
0855 - Saúde Ocupacional	5.897,81	-	5.897,81
781 - Transporte Aéreo	5.788.832,12	-	5.788.832,12
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.788.832,12	-	5.788.832,12
782 - Transporte Rodoviário	2.118.104,90	-	2.118.104,90
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.118.104,90	-	2.118.104,90

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
06 - Segurança Pública	**2.175.262.299,28**	**615.135.037,45**	**2.790.397.336,73**
122 - Administração Geral	2.076.098.483,54	317.930.810,51	2.394.029.294,05
0101 - Acelera Santa Catarina	-	6.770.993,63	6.770.993,63
0705 - Segurança Cidadã	292.852.545,83	47.832.544,92	340.685.090,75
0706 - De Olho no Crime	1.780.660.279,87	184.216.528,15	1.964.876.808,02
0707 - Suporte Institucional Integrado	1.505.211,50	70.492.329,94	71.997.541,44
0850 - Gestão de Pessoas	-	5.463.709,12	5.463.709,12
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.080.446,34	3.154.704,75	4.235.151,09
126 - Tecnologia da Informação	10.055.274,54	22.645.907,40	32.701.181,94
0707 - Suporte Institucional Integrado	9.783.545,01	22.594.382,15	32.377.927,16
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	271.729,53	51.525,25	323.254,78
128 - Formação de Recursos Humanos	2.636.751,26	7.013.724,04	9.650.475,30
0707 - Suporte Institucional Integrado	-	3.666.018,21	3.666.018,21
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	2.636.751,26	3.318.544,18	5.955.295,44
0850 - Gestão de Pessoas	-	29.161,65	29.161,65
181 - Policiamento	79.929.514,63	210.666.121,85	290.595.636,48
0101 - Acelera Santa Catarina	-	32.966.608,72	32.966.608,72
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	7.638.285,42	-	7.638.285,42
0705 - Segurança Cidadã	23.690.844,77	24.525.359,98	48.216.204,75
0706 - De Olho no Crime	27.845.895,91	110.964.671,79	138.810.567,70
0707 - Suporte Institucional Integrado	20.754.488,53	42.209.481,36	62.963.969,89
182 - Defesa Civil	4.369.784,91	37.036.103,82	41.405.888,73
0705 - Segurança Cidadã	301.249,20	21.020.991,17	21.322.240,37
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	1.222.519,39	9.303.975,32	10.526.494,71
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	1.901.055,12	1.620.540,47	3.521.595,59
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	944.961,20	5.090.596,86	6.035.558,06
183 - Informação e Inteligência	35.582,00	6.665.172,65	6.700.754,65

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
0705 - Segurança Cidadã	-	926.373,27	926.373,27
0706 - De Olho no Crime	35.582,00	5.738.799,38	5.774.381,38
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	-	6.182.721,83	6.182.721,83
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	-	6.182.721,83	6.182.721,83
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	-	1.591.507,61	1.591.507,61
0705 - Segurança Cidadã	-	1.591.507,61	1.591.507,61
542 - Controle Ambiental	2.136.908,40	5.402.967,74	7.539.876,14
0706 - De Olho no Crime	2.136.908,40	5.402.967,74	7.539.876,14
07 - Relações Exteriores	**468.936,46**	**-**	**468.936,46**
122 - Administração Geral	424.070,16	-	424.070,16
0212 - Promoção e Articulação das Relações Internacionais	424.070,16	-	424.070,16
126 - Tecnologia da Informação	5.022,15	-	5.022,15
0212 - Promoção e Articulação das Relações Internacionais	5.022,15	-	5.022,15
212 - Cooperação Internacional	39.844,15	-	39.844,15
0212 - Promoção e Articulação das Relações Internacionais	39.844,15	-	39.844,15
08 - Assistência Social	**88.691.842,18**	**44.951.635,21**	**133.643.477,39**
122 - Administração Geral	29.443.763,68	1.019.259,25	30.463.022,93
0510 - Gestão do SUAS	-	171.891,02	171.891,02
0850 - Gestão de Pessoas	20.075.246,05	847.368,23	20.922.614,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	9.368.517,63	-	9.368.517,63
126 - Tecnologia da Informação	1.151.760,38	-	1.151.760,38
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.151.760,38	-	1.151.760,38
128 - Formação de Recursos Humanos	104.941,94	577.641,21	682.583,15
0510 - Gestão do SUAS	-	577.641,21	577.641,21
0850 - Gestão de Pessoas	104.941,94	-	104.941,94
241 - Assistência ao Idoso	-	1.872.236,11	1.872.236,11
0101 - Acelera Santa Catarina	-	1.872.236,11	1.872.236,11

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	-	3.599.341,09	3.599.341,09
0510 - Gestão do SUAS	-	3.599.341,09	3.599.341,09
244 - Assistência Comunitária	30.278.542,57	37.883.157,55	68.161.700,12
0101 - Acelera Santa Catarina	449,67	33.047.824,89	33.048.274,56
0510 - Gestão do SUAS	28.876.658,73	3.660.110,04	32.536.768,77
0550 - Comer Bem SC	-	78.719,60	78.719,60
0745 - Fortalecendo Direitos	1.401.434,17	1.096.503,02	2.497.937,19
274 - Previdência Especial	27.712.833,61	-	27.712.833,61
0870 - Pensões Especiais	27.712.833,61	-	27.712.833,61
09 - Previdência Social	**3.857.097.918,22**	**2.569.116.404,46**	**6.426.214.322,68**
122 - Administração Geral	11.646,20	94.920.514,06	94.932.160,26
0850 - Gestão de Pessoas	-	39.318.605,54	39.318.605,54
0860 - Gestão Previdenciária	-	37.527,59	37.527,59
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	11.646,20	55.564.380,93	55.576.027,13
126 - Tecnologia da Informação	155.810,00	2.326.685,98	2.482.495,98
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	155.810,00	2.326.685,98	2.482.495,98
128 - Formação de Recursos Humanos	13.265,50	212.733,00	225.998,50
0850 - Gestão de Pessoas	13.265,50	212.733,00	225.998,50
244 - Assistência Comunitária	653.332,30	-	653.332,30
0860 - Gestão Previdenciária	653.332,30	-	653.332,30
272 - Previdência do Regime Estatutário	3.856.263.864,22	2.471.656.471,42	6.327.920.335,64
0860 - Gestão Previdenciária	3.848.200.958,90	2.471.656.471,42	6.319.857.430,32
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	8.062.905,32	-	8.062.905,32
10 - Saúde	**3.058.942.359,78**	**644.943.387,72**	**3.703.885.747,50**
061 - Ação Judiciária	299.057.981,81	338.151,60	299.396.133,41
0400 - Gestão do SUS	299.057.981,81	338.151,60	299.396.133,41
122 - Administração Geral	1.378.421.404,34	76.667.659,18	1.455.089.063,52

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	-	17.043.574,00	17.043.574,00
0400 - Gestão do SUS	2.994.385,20	-	2.994.385,20
0850 - Gestão de Pessoas	1.176.462.102,74	58.980.000,00	1.235.442.102,74
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	198.964.916,40	644.085,18	199.609.001,58
126 - Tecnologia da Informação	23.568.891,03	-	23.568.891,03
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	23.568.891,03	-	23.568.891,03
128 - Formação de Recursos Humanos	16.809.290,66	742.682,31	17.551.972,97
0400 - Gestão do SUS	14.447.101,79	742.682,31	15.189.784,10
0850 - Gestão de Pessoas	2.362.188,87	-	2.362.188,87
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	14.163.506,00	5.009.603,84	19.173.109,84
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	14.163.506,00	5.009.603,84	19.173.109,84
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	-	268.807,35	268.807,35
0420 - Atenção Básica	-	268.807,35	268.807,35
244 - Assistência Comunitária	392.998,70	-	392.998,70
0705 - Segurança Cidadã	392.998,70	-	392.998,70
301 - Atenção Básica	86.592.774,47	985.288,17	87.578.062,64
0420 - Atenção Básica	86.592.774,47	985.288,17	87.578.062,64
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.146.867.639,45	516.163.288,98	1.663.030.928,43
0101 - Acelera Santa Catarina	-	75.571.014,96	75.571.014,96
0400 - Gestão do SUS	5.140.662,94	10.132.393,69	15.273.056,63
0410 - Vigilância em Saúde	3.696.513,88	1.589.165,26	5.285.679,14
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.138.030.462,63	428.870.715,07	1.566.901.177,70
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	79.175.073,75	31.577.217,15	110.752.290,90
0440 - Assistência Farmacêutica	79.175.073,75	31.577.217,15	110.752.290,90
304 - Vigilância Sanitária	27.796,00	2.745.841,56	2.773.637,56
0410 - Vigilância em Saúde	27.796,00	2.745.841,56	2.773.637,56
305 - Vigilância Epidemiológica	1.462,50	7.374.035,29	7.375.497,79

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
0410 - Vigilância em Saúde	1.462,50	7.374.035,29	7.375.497,79
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	-	129.191,65	129.191,65
0420 - Atenção Básica	-	129.191,65	129.191,65
785 - Transportes Especiais	13.863.541,07	2.941.620,64	16.805.161,71
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	13.849.601,07	2.132.528,19	15.982.129,26
0705 - Segurança Cidadã	13.940,00	809.092,45	823.032,45
11 - Trabalho	**888.595,80**	**3.404.229,09**	**4.292.824,89**
333 - Empregabilidade	884.843,48	3.404.229,09	4.289.072,57
0530 - Pró-Emprego e Renda	884.843,48	3.404.229,09	4.289.072,57
334 - Fomento ao Trabalho	3.752,32	-	3.752,32
0530 - Pró-Emprego e Renda	3.752,32	-	3.752,32
12 - Educação	**915.265.891,28**	**2.812.783.895,04**	**3.728.049.786,32**
122 - Administração Geral	380.166.582,39	7.434.640,03	387.601.222,42
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	2.511.266,28	-	2.511.266,28
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	286.489.931,60	-	286.489.931,60
0850 - Gestão de Pessoas	28.992.726,77	4.159.618,58	33.152.345,35
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	62.172.657,74	3.275.021,45	65.447.679,19
126 - Tecnologia da Informação	7.220.291,37	2.652.085,73	9.872.377,10
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	7.220.291,37	2.652.085,73	9.872.377,10
128 - Formação de Recursos Humanos	769.078,59	489.723,01	1.258.801,60
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	180.472,61	-	180.472,61
0850 - Gestão de Pessoas	588.605,98	489.723,01	1.078.328,99
244 - Assistência Comunitária	-	394.758,00	394.758,00
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	-	394.758,00	394.758,00
361 - Ensino Fundamental	740.142,23	1.065.114.940,36	1.065.855.082,59
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	740.142,23	1.065.114.940,36	1.065.855.082,59
362 - Ensino Médio	14.611.861,48	674.680.735,57	689.292.597,05

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	14.611.861,48	674.680.735,57	689.292.597,05
363 - Ensino Profissional	1.162.043,09	7.286.948,94	8.448.992,03
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	1.162.043,09	7.286.948,94	8.448.992,03
364 - Ensino Superior	422.552.604,66	50.758.631,76	473.311.236,42
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	-	3.080.950,56	3.080.950,56
0627 - Acesso à Educação Superior	65.452.530,45	40.986.859,92	106.439.390,37
0630 - Gestão do Ensino Superior	21.507.362,65	5.841.040,43	27.348.403,08
0850 - Gestão de Pessoas	335.592.711,56	849.780,85	336.442.492,41
365 - Educação Infantil	13.540.453,40	-	13.540.453,40
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	13.540.453,40	-	13.540.453,40
366 - Educação de Jovens e Adultos	52.994,07	67.822.340,28	67.875.334,35
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	52.994,07	67.822.340,28	67.875.334,35
367 - Educação Especial	76.843,88	223.193.849,55	223.270.693,43
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	-	45.832.265,02	45.832.265,02
0850 - Gestão de Pessoas	76.843,88	177.361.584,53	177.438.428,41
368 - Educação Básica	72.671.201,53	707.081.408,37	779.752.609,90
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	-	4.254.332,06	4.254.332,06
0101 - Acelera Santa Catarina	-	30.487.895,96	30.487.895,96
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	72.578.518,84	556.834.055,58	629.412.574,42
0623 - Gestão Democrática da Educação	-	105.164.406,00	105.164.406,00
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	92.682,69	3.534.542,20	3.627.224,89
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	-	6.806.176,57	6.806.176,57
571 - Desenvolvimento Científico	1.701.794,59	-	1.701.794,59
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	1.701.794,59	-	1.701.794,59
812 - Desporto Comunitário	-	5.873.833,44	5.873.833,44
0635 - Desenvolvimento do Desporto Educacional	-	5.873.833,44	5.873.833,44
13 - Cultura	**4.055.801,94**	**32.983.908,43**	**37.039.710,37**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
122 - Administração Geral	4.035.801,94	23.310.885,94	27.346.687,88
0850 - Gestão de Pessoas	3.334.177,76	10.305.737,36	13.639.915,12
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	701.624,18	13.005.148,58	13.706.772,76
128 - Formação de Recursos Humanos	-	206.764,52	206.764,52
0850 - Gestão de Pessoas	-	206.764,52	206.764,52
392 - Difusão Cultural	20.000,00	9.466.257,97	9.486.257,97
0660 - Pró-Cultura	20.000,00	9.466.257,97	9.486.257,97
14 - Direitos da Cidadania	**853.973.331,30**	**219.808.628,60**	**1.073.781.959,90**
122 - Administração Geral	640.530.667,69	56.419.709,89	696.950.377,58
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	575.225.703,59	56.374.674,42	631.600.378,01
0745 - Fortalecendo Direitos	65.304.964,10	45.035,47	65.349.999,57
125 - Normatização e Fiscalização	-	2.990.445,64	2.990.445,64
0211 - Metrologia e Qualidade de Produtos e Serviços	-	2.990.445,64	2.990.445,64
126 - Tecnologia da Informação	4.051.048,36	1.275.723,17	5.326.771,53
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	4.051.048,36	1.275.723,17	5.326.771,53
128 - Formação de Recursos Humanos	3.058.400,83	-	3.058.400,83
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	1.571.665,50	-	1.571.665,50
0745 - Fortalecendo Direitos	1.486.735,33	-	1.486.735,33
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	737.022,03	-	737.022,03
0745 - Fortalecendo Direitos	737.022,03	-	737.022,03
421 - Custódia e Reintegração Social	205.596.192,39	159.122.749,90	364.718.942,29
0101 - Acelera Santa Catarina	-	16.227.452,64	16.227.452,64
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	168.487.682,47	72.374.386,06	240.862.068,53
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	935.377,00	67.411.076,00	68.346.453,00
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes em Conflito com a Lei	36.173.132,92	3.109.835,20	39.282.968,12
15 - Urbanismo	**-**	**4.655.817,03**	**4.655.817,03**
451 - Infra-Estrutura Urbana	-	4.655.817,03	4.655.817,03

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	-	4.655.817,03	4.655.817,03
16 - Habitação	**14.037.204,21**	**183.219,75**	**14.220.423,96**
122 - Administração Geral	13.819.760,29	64.853,57	13.884.613,86
0850 - Gestão de Pessoas	11.158.223,05	-	11.158.223,05
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.661.537,24	64.853,57	2.726.390,81
126 - Tecnologia da Informação	203.004,42	118.366,18	321.370,60
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	203.004,42	118.366,18	321.370,60
244 - Assistência Comunitária	14.439,50	-	14.439,50
0540 - Nova Casa	14.439,50	-	14.439,50
17 - Saneamento	**-**	**162.497,63**	**162.497,63**
125 - Normatização e Fiscalização	-	162.497,63	162.497,63
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	-	162.497,63	162.497,63
18 - Gestão Ambiental	**47.372.212,87**	**36.670.913,41**	**84.043.126,28**
122 - Administração Geral	41.967.410,61	13.231.514,17	55.198.924,78
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	-	25.215,49	25.215,49
0850 - Gestão de Pessoas	41.598.718,38	13.206.298,68	54.805.017,06
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	368.692,23	-	368.692,23
126 - Tecnologia da Informação	2.097,40	-	2.097,40
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.097,40	-	2.097,40
128 - Formação de Recursos Humanos	108.807,24	547.689,06	656.496,30
0850 - Gestão de Pessoas	108.807,24	547.689,06	656.496,30
182 - Defesa Civil	523.040,99	8.528.739,37	9.051.780,36
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	523.040,99	8.528.739,37	9.051.780,36
541 - Preservação e Conservação Ambiental	222.029,25	1.481.729,03	1.703.758,28
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	222.029,25	-	222.029,25
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	-	7.900,00	7.900,00
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	-	1.473.829,03	1.473.829,03

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
542 - Controle Ambiental	2.584.017,98	5.987.540,71	8.571.558,69
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	2.474.017,98	4.016.850,30	6.490.868,28
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	110.000,00	1.970.690,41	2.080.690,41
544 - Recursos Hídricos	1.964.809,40	6.893.701,07	8.858.510,47
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	1.964.809,40	6.893.701,07	8.858.510,47
19 - Ciência e Tecnologia	**32.534.221,72**	**27.244.184,53**	**59.778.406,25**
122 - Administração Geral	3.957.433,12	-	3.957.433,12
0850 - Gestão de Pessoas	2.731.899,17	-	2.731.899,17
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.225.533,95	-	1.225.533,95
126 - Tecnologia da Informação	3.641.389,78	-	3.641.389,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.641.389,78	-	3.641.389,78
128 - Formação de Recursos Humanos	28.201,66	-	28.201,66
0850 - Gestão de Pessoas	28.201,66	-	28.201,66
334 - Fomento ao Trabalho	-	2.899.602,28	2.899.602,28
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	-	2.899.602,28	2.899.602,28
571 - Desenvolvimento Científico	18.128.630,18	8.236.918,54	26.365.548,72
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	18.128.630,18	6.955.181,55	25.083.811,73
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	-	1.281.736,99	1.281.736,99
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	6.778.566,98	16.107.663,71	22.886.230,69
0101 - Acelera Santa Catarina	-	15.295.579,71	15.295.579,71
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	6.778.566,98	812.084,00	7.590.650,98
20 - Agricultura	**592.032.300,61**	**34.052.618,67**	**626.084.919,28**
122 - Administração Geral	523.682.030,33	4.568.768,75	528.250.799,08
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	5.835.160,68	4.063.201,66	9.898.362,34
0310 - Agronegócio Competitivo	325.205.285,19	434.177,10	325.639.462,29
0850 - Gestão de Pessoas	178.961.663,53	-	178.961.663,53
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	13.679.920,93	71.389,99	13.751.310,92

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
126 - Tecnologia da Informação	10.572.051,98	130.000,00	10.702.051,98
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	16.484,13	-	16.484,13
0310 - Agronegócio Competitivo	5.042.215,72	130.000,00	5.172.215,72
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.513.352,13	-	5.513.352,13
128 - Formação de Recursos Humanos	1.146.141,56	-	1.146.141,56
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	155.768,20	-	155.768,20
0310 - Agronegócio Competitivo	497.114,83	-	497.114,83
0850 - Gestão de Pessoas	493.258,53	-	493.258,53
304 - Vigilância Sanitária	-	1.653.240,56	1.653.240,56
0320 - Agricultura Familiar	-	1.653.240,56	1.653.240,56
334 - Fomento ao Trabalho	604.437,60	-	604.437,60
0320 - Agricultura Familiar	604.437,60	-	604.437,60
571 - Desenvolvimento Científico	8.686.031,76	2.767.464,82	11.453.496,58
0310 - Agronegócio Competitivo	8.686.031,76	2.767.464,82	11.453.496,58
601 - Promoção da Produção Vegetal	30.010,25	119.864,80	149.875,05
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	30.010,25	119.864,80	149.875,05
602 - Promoção da Produção Animal	-	-	-
0320 - Agricultura Familiar	-	-	-
603 - Defesa Sanitária Vegetal	228.288,40	437.718,71	666.007,11
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	228.288,40	437.718,71	666.007,11
604 - Defesa Sanitária Animal	1.488.161,29	6.031.247,17	7.519.408,46
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	1.488.161,29	6.031.247,17	7.519.408,46
606 - Extensão Rural	28.228.498,49	16.695.265,21	44.923.763,70
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	-	3.844.436,85	3.844.436,85
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	1.519.275,29	5.707.049,30	7.226.324,59
0310 - Agronegócio Competitivo	15.865.576,75	3.566.268,87	19.431.845,62
0320 - Agricultura Familiar	10.843.646,45	3.577.510,19	14.421.156,64

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
607 - Irrigação	-	291.491,17	291.491,17
0320 - Agricultura Familiar	-	291.491,17	291.491,17
691 - Promoção Comercial	17.366.648,95	1.357.557,48	18.724.206,43
0310 - Agronegócio Competitivo	17.366.648,95	1.357.557,48	18.724.206,43
23 - Comércio e Serviços	**27.426.628,82**	**48.134.503,03**	**75.561.131,85**
122 - Administração Geral	13.722.245,64	6.701.351,95	20.423.597,59
0850 - Gestão de Pessoas	10.473.785,40	3.923.287,39	14.397.072,79
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.248.460,24	2.778.064,56	6.026.524,80
126 - Tecnologia da Informação	1.118.410,14	10.166,00	1.128.576,14
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.118.410,14	10.166,00	1.128.576,14
128 - Formação de Recursos Humanos	43.046,72	-	43.046,72
0850 - Gestão de Pessoas	43.046,72	-	43.046,72
333 - Empregabilidade	10.144.578,84	2.851.040,50	12.995.619,34
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	10.144.578,84	2.851.040,50	12.995.619,34
691 - Promoção Comercial	1.687.245,65	-	1.687.245,65
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.687.245,65	-	1.687.245,65
695 - Turismo	711.101,83	38.571.944,58	39.283.046,41
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	711.101,83	38.571.944,58	39.283.046,41
24 - Comunicações	**22.435.220,73**	**-**	**22.435.220,73**
122 - Administração Geral	8.478.468,61	-	8.478.468,61
0850 - Gestão de Pessoas	4.681.915,42	-	4.681.915,42
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.796.553,19	-	3.796.553,19
126 - Tecnologia da Informação	17.999,12	-	17.999,12
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	17.999,12	-	17.999,12
131 - Comunicação Social	13.938.753,00	-	13.938.753,00
0810 - Comunicação do Poder Executivo	13.938.753,00	-	13.938.753,00
25 - Energia	**-**	**286.675,96**	**286.675,96**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
125 - Normatização e Fiscalização	-	286.675,96	286.675,96
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	-	286.675,96	286.675,96
26 - Transporte	**164.341.019,40**	**756.552.066,09**	**920.893.085,49**
122 - Administração Geral	101.266.817,25	20.593.721,19	121.860.538,44
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	-	66.560,00	66.560,00
0150 - Modernização Portuária	18.490,02	-	18.490,02
0850 - Gestão de Pessoas	82.296.749,25	18.366.919,07	100.663.668,32
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	18.951.577,98	2.160.242,12	21.111.820,10
126 - Tecnologia da Informação	4.921.229,53	1.488.626,29	6.409.855,82
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.921.229,53	1.488.626,29	6.409.855,82
128 - Formação de Recursos Humanos	512.620,86	-	512.620,86
0850 - Gestão de Pessoas	512.620,86	-	512.620,86
781 - Transporte Aéreo	3.419.910,73	3.682.166,77	7.102.077,50
0120 - Integração Logística	3.419.910,73	3.682.166,77	7.102.077,50
782 - Transporte Rodoviário	53.800.095,65	685.431.692,47	739.231.788,12
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	-	18.465.491,70	18.465.491,70
0101 - Acelera Santa Catarina	425.702,85	176.372.570,41	176.798.273,26
0105 - Mobilidade Urbana	280.259,77	55.839.622,89	56.119.882,66
0110 - Construção de Rodovias	5.463.692,38	321.128.692,80	326.592.385,18
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	3.551.934,43	1.989.876,73	5.541.811,16
0120 - Integração Logística	-	1.282.422,78	1.282.422,78
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	33.243.111,76	3.960.245,61	37.203.357,37
0140 - Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	1.692.202,76	98.819.826,45	100.512.029,21
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	9.143.191,70	7.572.943,10	16.716.134,80
784 - Transporte Hidroviário	420.345,38	45.355.859,37	45.776.204,75
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	-	42.325.109,97	42.325.109,97
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	420.345,38	3.030.749,40	3.451.094,78

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
27 - Desporto e Lazer	**2.789.076,06**	**25.070.853,49**	**27.859.929,55**
122 - Administração Geral	2.789.076,06	10.204.019,40	12.993.095,46
0850 - Gestão de Pessoas	2.789.076,06	7.885.230,46	10.674.306,52
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	-	2.318.788,94	2.318.788,94
126 - Tecnologia da Informação	-	1.140,00	1.140,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	-	1.140,00	1.140,00
128 - Formação de Recursos Humanos	-	80,00	80,00
0850 - Gestão de Pessoas	-	80,00	80,00
812 - Desporto Comunitário	-	9.565.813,72	9.565.813,72
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	-	9.565.813,72	9.565.813,72
813 - Lazer	-	5.299.800,37	5.299.800,37
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	-	5.299.800,37	5.299.800,37
28 - Encargos Especiais	**1.336.524.741,54**	**511.050.629,89**	**1.847.575.371,43**
846 - Outros Encargos Especiais	1.336.524.741,54	511.050.629,89	1.847.575.371,43
0990 - Encargos Especiais	1.336.524.741,54	511.050.629,89	1.847.575.371,43
TOTAL	**18.041.396.005,13**	**8.901.650.386,37**	**26.943.046.391,50**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

Notas Explicativas

001 - Um mesmo Programa pode ser utilizado em várias Funções e Subfunções.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
01000 - Assembleia Legislativa do Estado	**674.668.434,80**
010001 - Assembleia Legislativa do Estado	674.668.434,80
01 - Legislativa	505.713.330,77
09 - Previdência Social	168.955.104,03
02000 - Tribunal de Contas do Estado	**271.953.515,64**
020001 - Tribunal de Contas do Estado	271.953.515,64
01 - Legislativa	192.730.465,40
09 - Previdência Social	79.223.050,24
03000 - Tribunal de Justiça do Estado	**2.382.493.673,78**
030001 - Tribunal de Justiça do Estado	2.156.730.216,53
02 - Judiciária	1.680.470.684,12
09 - Previdência Social	261.059.899,61
28 - Encargos Especiais	215.199.632,80
030091 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça	225.763.457,25
02 - Judiciária	225.763.457,25
04000 - Ministério Público	**808.228.572,37**
040001 - Ministério Público	808.050.284,20
03 - Essencial à Justiça	743.559.242,35
04 - Administração	0,00
09 - Previdência Social	64.491.041,85
040091 - Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados	178.288,17
03 - Essencial à Justiça	178.288,17
040092 - Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público SC	0,00
03 - Essencial à Justiça	0,00
15000 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	**66.819.434,90**
150001 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	66.774.399,43
14 - Direitos da Cidadania	66.774.399,43

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
150091 - Fundo de Acesso à Justiça	45.035,47
14 - Direitos da Cidadania	45.035,47
16000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública	**2.847.714.599,87**
160084 - Fundo de Melhoria da Polícia Civil	579.395.588,00
06 - Segurança Pública	579.389.187,11
14 - Direitos da Cidadania	6.400,89
160085 - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	443.501.273,46
03 - Essencial à Justiça	290.000,00
04 - Administração	812.403,50
06 - Segurança Pública	372.889.900,11
10 - Saúde	69.027.990,49
18 - Gestão Ambiental	480.979,36
160091 - Fundo para Melhoria da Segurança Pública	368.418.341,11
03 - Essencial à Justiça	429.117,76
04 - Administração	71.460,00
06 - Segurança Pública	367.917.763,35
160097 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar	1.456.399.397,30
02 - Judiciária	86.222,80
03 - Essencial à Justiça	1.956.729,88
04 - Administração	1.365.268,36
06 - Segurança Pública	1.438.587.430,34
10 - Saúde	392.998,70
12 - Educação	11.573.724,03
14 - Direitos da Cidadania	9.320,24
18 - Gestão Ambiental	1.000.000,00
20 - Agricultura	29.783,70
26 - Transporte	1.397.919,25

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
18000 - Secretaria de Estado do Planejamento	**11.091.982,37**
180001 - Secretaria de Estado do Planejamento	10.528.653,03
04 - Administração	10.528.653,03
180021 - Superintendencia de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Gde Florianópolis - SUDERF	563.329,34
04 - Administração	563.329,34
23000 - Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte	**119.789.066,12**
230001 - Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte	43.301.736,33
13 - Cultura	293.206,80
23 - Comércio e Serviços	29.972.371,03
27 - Desporto e Lazer	13.036.158,50
230021 - Fundação Catarinense de Esporte	21.775.449,72
12 - Educação	13.731.931,71
27 - Desporto e Lazer	8.043.518,01
230022 - Fundação Catarinense de Cultura	34.991.998,77
04 - Administração	21.800,00
13 - Cultura	34.970.198,77
230023 - Santa Catarina Turismo S.A.	12.258.003,00
23 - Comércio e Serviços	12.223.803,00
24 - Comunicações	34.200,00
230093 - Fundo Estadual de Incentivo à Cultura	777.158,03
13 - Cultura	777.158,03
230094 - Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo	1.452.762,94
23 - Comércio e Serviços	1.452.762,94
230095 - Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte	5.231.957,33
27 - Desporto e Lazer	5.231.957,33
26000 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	**118.342.166,70**
260001 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	38.526.587,82

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
04 - Administração	105.000,00
08 - Assistência Social	34.124.254,79
11 - Trabalho	4.282.893,53
16 - Habitação	14.439,50
260022 - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	14.205.984,46
16 - Habitação	14.205.984,46
260093 - Fundo Estadual de Assistência Social	29.952.511,39
08 - Assistência Social	29.952.511,39
260096 - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	34.920.061,00
08 - Assistência Social	34.920.061,00
260099 - Fundo para a Infância e Adolescência	737.022,03
14 - Direitos da Cidadania	737.022,03
27000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	**177.918.361,62**
270001 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	27.928.232,05
04 - Administração	289.445,48
18 - Gestão Ambiental	12.077.797,84
19 - Ciência e Tecnologia	3.390.449,27
23 - Comércio e Serviços	12.170.539,46
270021 - Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - IMA	60.464.977,36
04 - Administração	9.540.318,57
18 - Gestão Ambiental	50.924.658,79
270023 - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina	15.237.143,31
23 - Comércio e Serviços	15.237.143,31
270024 - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	41.045.502,14
06 - Segurança Pública	396.200,00
12 - Educação	1.701.794,59
18 - Gestão Ambiental	2.418.951,39

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
19 - Ciência e Tecnologia	36.251.048,16
23 - Comércio e Serviços	277.508,00
270025 - Instituto de Metrologia de Santa Catarina	21.458.713,85
04 - Administração	18.468.268,21
14 - Direitos da Cidadania	2.990.445,64
270029 - Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - Aresc	8.305.067,40
04 - Administração	7.855.893,81
17 - Saneamento	162.497,63
25 - Energia	286.675,96
270030 - Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS	18.490,02
26 - Transporte	18.490,02
270091 - Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	228.427,22
18 - Gestão Ambiental	228.427,22
270092 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos	2.706.592,78
18 - Gestão Ambiental	2.706.592,78
270095 - Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas	525.215,49
18 - Gestão Ambiental	525.215,49
41000 - Gabinete do Governador do Estado	**832.116.893,07**
410001 - Secretaria de Estado da Casa Civil	41.065.540,25
01 - Legislativa	1.423.745,10
04 - Administração	39.641.795,15
410002 - Procuradoria Geral do Estado	169.512.330,04
03 - Essencial à Justiça	169.512.330,04
410003 - Secretaria Executiva de Articulação Nacional	4.515.365,04
04 - Administração	4.515.365,04
410004 - Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais	468.936,46
07 - Relações Exteriores	468.936,46

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
410005 - Secretaria de Estado de Comunicação	22.385.220,73
24 - Comunicações	22.385.220,73
410031 - Agência de Desenvolvimento Regional de Itapiranga	838.265,34
04 - Administração	272.266,65
12 - Educação	565.998,69
410032 - Agência de Desenvolvimento Regional de Quilombo	665.650,74
04 - Administração	211.260,54
12 - Educação	450.247,40
26 - Transporte	4.142,80
410033 - Agência de Desenvolvimento Regional de Seara	817.072,22
04 - Administração	189.004,90
12 - Educação	628.067,32
410034 - Agência de Desenvolvimento Regional de Taió	689.668,05
04 - Administração	247.191,22
12 - Educação	442.476,83
410035 - Agência de Desenvolvimento Regional de Timbó	1.146.370,03
04 - Administração	246.024,10
12 - Educação	900.345,93
410036 - Agência de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte	774.721,07
04 - Administração	224.001,62
10 - Saúde	9.454,37
12 - Educação	541.265,08
410037 - Agência de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste	24.440.968,83
04 - Administração	4.633.310,29
06 - Segurança Pública	720,00
08 - Assistência Social	364.905,39
10 - Saúde	238.375,18

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
12 - Educação	15.495.001,57
18 - Gestão Ambiental	199.984,90
20 - Agricultura	328.691,09
26 - Transporte	3.129.980,41
27 - Desporto e Lazer	50.000,00
410038 - Agência de Desenvolvimento Regional de Maravilha	20.942.919,99
04 - Administração	3.219.606,86
06 - Segurança Pública	640,00
08 - Assistência Social	437,08
10 - Saúde	19.212,70
12 - Educação	13.894.119,29
20 - Agricultura	1.016.231,86
23 - Comércio e Serviços	154.511,88
26 - Transporte	2.638.160,32
410039 - Agência de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste	15.633.752,95
04 - Administração	2.341.639,33
08 - Assistência Social	200.000,00
10 - Saúde	28.433,19
12 - Educação	8.413.067,70
18 - Gestão Ambiental	299.973,00
20 - Agricultura	77.451,15
26 - Transporte	4.001.938,58
27 - Desporto e Lazer	271.250,00
410040 - Agência de Desenvolvimento Regional de Chapecó	21.591.382,68
04 - Administração	3.554.195,01
06 - Segurança Pública	720,00
10 - Saúde	1.245.327,20

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
12 - Educação	11.205.025,97
15 - Urbanismo	245.694,06
26 - Transporte	5.340.420,44
410041 - Agência de Desenvolvimento Regional de Xanxerê	21.038.002,44
04 - Administração	2.700.165,08
08 - Assistência Social	165,88
10 - Saúde	4.019.030,92
12 - Educação	12.131.871,40
18 - Gestão Ambiental	409.355,15
20 - Agricultura	850.972,53
23 - Comércio e Serviços	4.995,00
26 - Transporte	875.186,27
27 - Desporto e Lazer	46.260,21
410042 - Agência de Desenvolvimento Regional de Concórdia	16.975.562,41
04 - Administração	3.910.409,62
10 - Saúde	59.357,72
12 - Educação	10.075.563,90
15 - Urbanismo	193.253,82
20 - Agricultura	822.692,89
26 - Transporte	1.906.423,92
27 - Desporto e Lazer	7.860,54
410043 - Agência de Desenvolvimento Regional de Joaçaba	17.314.910,32
04 - Administração	3.508.208,89
06 - Segurança Pública	720,00
08 - Assistência Social	200.000,00
10 - Saúde	377.393,28
11 - Trabalho	7.980,11

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
12 - Educação	9.589.666,90
15 - Urbanismo	502.175,29
20 - Agricultura	637.986,94
26 - Transporte	2.387.553,76
27 - Desporto e Lazer	103.225,15
410044 - Agência de Desenvolvimento Regional de Campos Novos	12.749.507,93
04 - Administração	1.392.584,84
08 - Assistência Social	798.737,41
10 - Saúde	265.504,72
12 - Educação	5.776.720,18
14 - Direitos da Cidadania	97.136,70
15 - Urbanismo	1.367.621,21
20 - Agricultura	59.760,20
26 - Transporte	2.975.126,62
27 - Desporto e Lazer	16.316,05
410045 - Agência de Desenvolvimento Regional de Videira	22.195.349,07
04 - Administração	3.343.752,45
08 - Assistência Social	0,00
10 - Saúde	1.087.110,65
12 - Educação	14.100.732,94
15 - Urbanismo	85.440,68
18 - Gestão Ambiental	472.020,58
20 - Agricultura	500.815,37
26 - Transporte	2.541.468,85
27 - Desporto e Lazer	64.007,55
410046 - Agência de Desenvolvimento Regional de Caçador	1.086.882,92
04 - Administração	262.709,10

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
12 - Educação	773.153,41
18 - Gestão Ambiental	51.020,41
410047 - Agência de Desenvolvimento Regional de Curitibanos	8.892.457,79
04 - Administração	1.755.800,23
06 - Segurança Pública	960,00
12 - Educação	5.967.041,97
14 - Direitos da Cidadania	302.800,31
26 - Transporte	865.855,28
410048 - Agência de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul	53.457.809,87
04 - Administração	5.530.085,76
06 - Segurança Pública	105.860,99
10 - Saúde	4.929.872,73
12 - Educação	35.494.620,09
15 - Urbanismo	395.970,01
20 - Agricultura	91.226,52
26 - Transporte	6.467.607,81
27 - Desporto e Lazer	442.565,96
410049 - Agência de Desenvolvimento Regional de Ituporanga	956.185,22
04 - Administração	397.928,52
12 - Educação	558.256,70
410050 - Agência de Desenvolvimento Regional de Ibirama	1.061.317,08
04 - Administração	312.248,50
10 - Saúde	0,00
12 - Educação	749.068,58
410051 - Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau	41.280.675,31
04 - Administração	5.565.539,35
08 - Assistência Social	100.000,00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
10 - Saúde	1.060.645,96
12 - Educação	30.923.876,64
20 - Agricultura	440.667,96
23 - Comércio e Serviços	449.205,40
26 - Transporte	2.477.791,06
27 - Desporto e Lazer	262.948,94
410052 - Agência de Desenvolvimento Regional de Brusque	1.177.924,93
04 - Administração	348.808,86
12 - Educação	829.116,07
410053 - Agência de Desenvolvimento Regional de Itajai	35.035.194,05
04 - Administração	3.024.524,97
10 - Saúde	892.021,75
12 - Educação	28.719.748,04
15 - Urbanismo	90.666,66
26 - Transporte	2.282.232,63
27 - Desporto e Lazer	26.000,00
410054 - Agência de Desenvolvimento Regional de Laguna	4.412.654,82
04 - Administração	632.633,85
10 - Saúde	20.718,76
12 - Educação	3.759.302,21
410055 - Agência de Desenvolvimento Regional de Tubarão	42.812.769,59
04 - Administração	5.912.159,41
06 - Segurança Pública	75.001,02
10 - Saúde	304.874,21
12 - Educação	32.009.218,46
15 - Urbanismo	353.773,02
18 - Gestão Ambiental	375.163,68

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
20 - Agricultura	280.408,23
26 - Transporte	3.502.171,56
410056 - Agência de Desenvolvimento Regional de Criciúma	36.555.768,71
04 - Administração	4.666.992,41
08 - Assistência Social	1.421.126,07
10 - Saúde	492.616,10
12 - Educação	21.887.404,28
20 - Agricultura	28.728,83
26 - Transporte	7.966.362,72
27 - Desporto e Lazer	92.538,30
410057 - Agência de Desenvolvimento Regional de Araranguá	26.302.146,35
04 - Administração	2.233.131,98
06 - Segurança Pública	77.448,71
10 - Saúde	139.430,23
12 - Educação	17.463.345,41
14 - Direitos da Cidadania	11.605,61
20 - Agricultura	59.713,19
26 - Transporte	6.317.471,22
410058 - Agência de Desenvolvimento Regional de Joinville	47.926.480,83
04 - Administração	5.128.357,28
06 - Segurança Pública	6.893.588,69
08 - Assistência Social	3.599.341,09
10 - Saúde	4.555.337,63
12 - Educação	24.798.227,40
13 - Cultura	999.146,77
14 - Direitos da Cidadania	66.947,68
18 - Gestão Ambiental	849.192,00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
26 - Transporte	942.166,04
27 - Desporto e Lazer	94.176,25
410059 - Agência de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul	13.740.140,00
04 - Administração	2.520.673,62
06 - Segurança Pública	34.879,15
10 - Saúde	21.078,62
12 - Educação	10.403.888,28
18 - Gestão Ambiental	337.847,90
20 - Agricultura	390.891,34
26 - Transporte	582,48
27 - Desporto e Lazer	30.298,61
410060 - Agência de Desenvolvimento Regional de Mafra	30.002.323,66
04 - Administração	3.920.733,21
06 - Segurança Pública	608,00
08 - Assistência Social	249.103,68
10 - Saúde	874.902,22
11 - Trabalho	1.951,25
12 - Educação	24.071.361,51
15 - Urbanismo	100.000,00
23 - Comércio e Serviços	522.915,12
26 - Transporte	219.900,52
27 - Desporto e Lazer	40.848,15
410061 - Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas	1.324.733,79
04 - Administração	315.588,95
10 - Saúde	3.725,88
12 - Educação	1.005.418,96
410062 - Agência de Desenvolvimento Regional de Lages	50.953.347,38

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
04 - Administração	7.283.879,20
06 - Segurança Pública	960,00
10 - Saúde	13.735.326,20
12 - Educação	22.728.330,08
14 - Direitos da Cidadania	75.912,45
15 - Urbanismo	198.749,64
20 - Agricultura	57.901,23
26 - Transporte	6.872.288,58
410063 - Agência de Desenvolvimento Regional de São Joaquim	770.814,20
04 - Administração	251.540,63
12 - Educação	519.273,57
410064 - Agência de Desenvolvimento Regional de Palmitos	958.708,87
04 - Administração	230.704,07
12 - Educação	728.004,80
410065 - Agência de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira	681.441,31
04 - Administração	243.029,91
12 - Educação	438.411,40
410091 - Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento	16.965.619,80
03 - Essencial à Justiça	16.965.619,80
42000 - Gabinete do Vice-Governador do Estado	**3.506.761,73**
420001 - Gabinete do Vice-Governador do Estado	3.506.761,73
04 - Administração	3.506.761,73
43000 - Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas	**19.191.604,07**
430001 - Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas	19.191.604,07
04 - Administração	19.191.604,07
44000 - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	**625.399.185,36**
440001 - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	11.589.629,20

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
20 - Agricultura	11.589.629,20
440022 - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	221.583.099,32
20 - Agricultura	221.583.099,32
440023 - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.	367.462.312,91
06 - Segurança Pública	151.870,00
19 - Ciência e Tecnologia	4.836.319,11
20 - Agricultura	362.474.123,80
440091 - Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	604.437,60
20 - Agricultura	604.437,60
440093 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	19.918.834,05
20 - Agricultura	19.918.834,05
440094 - Fundo Estadual de Sanidade Animal	4.240.872,28
20 - Agricultura	4.240.872,28
45000 - Secretaria de Estado da Educação	**3.270.519.662,47**
450001 - Secretaria de Estado da Educação	2.558.959.991,42
12 - Educação	2.558.959.991,42
450021 - Fundação Catarinense de Educação Especial	216.269.330,07
10 - Saúde	166.921,60
12 - Educação	216.102.408,47
450022 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	419.571.268,24
12 - Educação	419.571.268,24
450091 - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de SC	40.976.844,72
12 - Educação	40.976.844,72
450092 - Fundo Estadual de Educação- FEDUC	34.742.228,02
12 - Educação	34.742.228,02
47000 - Secretaria de Estado da Administração	**6.801.630.745,33**
470001 - Secretaria de Estado da Administração	155.741.128,47

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
04 - Administração	128.028.294,86
08 - Assistência Social	27.712.833,61
470022 - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	97.285.980,97
09 - Previdência Social	97.285.980,97
470076 - Fundo Financeiro	5.754.167.060,92
09 - Previdência Social	5.754.167.060,92
470091 - Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	94.199.709,04
03 - Essencial à Justiça	40.500,00
04 - Administração	91.851.097,28
06 - Segurança Pública	525.566,00
09 - Previdência Social	378.852,76
12 - Educação	1.298.591,00
14 - Direitos da Cidadania	17.300,00
26 - Transporte	87.802,00
470092 - Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	697.602.929,39
04 - Administração	697.587.129,39
24 - Comunicações	15.800,00
470093 - Fundo Patrimonial	2.633.936,54
04 - Administração	2.633.936,54
48000 - Secretaria de Estado da Saúde	**3.535.090.383,72**
480091 - Fundo Estadual de Saúde	3.471.740.697,23
10 - Saúde	3.471.740.697,23
480092 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde-INVESTSAÚDE	20.512.950,92
10 - Saúde	20.512.950,92
480093 - Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, Hemosc, Cepon e Hospitais Municipais	42.836.735,57
10 - Saúde	42.836.735,57
52000 - Secretaria de Estado da Fazenda	**2.484.159.877,75**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
520001 - Secretaria de Estado da Fazenda	426.358.610,29
04 - Administração	426.358.610,29
520002 - Encargos Gerais do Estado	2.023.437.308,35
04 - Administração	259.526.769,49
09 - Previdência Social	653.332,30
10 - Saúde	64.827.702,77
12 - Educação	61.353.765,16
14 - Direitos da Cidadania	4.700.000,00
28 - Encargos Especiais	1.632.375.738,63
520030 - Fundação Escola de Governo - ENA	2.769.689,36
04 - Administração	2.635.179,36
14 - Direitos da Cidadania	97.000,00
19 - Ciência e Tecnologia	5.010,00
26 - Transporte	32.500,00
520090 - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	14.773.120,99
04 - Administração	14.773.120,99
520092 - Fundo de Esforço Fiscal	1.525.569,05
04 - Administração	1.525.569,05
520093 - Fundo Pró-Emprego	15.295.579,71
19 - Ciência e Tecnologia	15.295.579,71
53000 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	**861.512.113,89**
530001 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	187.760.511,14
04 - Administração	668.185,63
15 - Urbanismo	1.122.472,64
26 - Transporte	185.969.852,87
530023 - Departamento de Transportes e Terminais	29.831.360,67
26 - Transporte	29.831.360,67

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
530025 - Departamento Estadual de Infraestrutura	643.920.242,08
06 - Segurança Pública	762.507,31
18 - Gestão Ambiental	222.029,25
23 - Comércio e Serviços	3.095.376,71
26 - Transporte	639.840.328,81
54000 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	**997.850.633,45**
540091 - Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	4.408.042,94
14 - Direitos da Cidadania	4.408.042,94
540092 - Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	1.442.834,19
14 - Direitos da Cidadania	1.442.834,19
540093 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibanos	3.433.907,36
14 - Direitos da Cidadania	3.433.907,36
540094 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	3.048.831,32
14 - Direitos da Cidadania	3.048.831,32
540095 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	8.951.862,61
14 - Direitos da Cidadania	8.951.862,61
540096 - Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC	975.065.100,34
14 - Direitos da Cidadania	975.065.100,34
540097 - Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	1.500.054,69
14 - Direitos da Cidadania	1.500.054,69
55000 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	**33.048.722,49**
550001 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	5.931.430,64
06 - Segurança Pública	640.807,31
18 - Gestão Ambiental	5.290.623,33
550091 - Fundo Estadual da Defesa Civil	27.117.291,85
06 - Segurança Pública	21.943.998,64
18 - Gestão Ambiental	5.173.293,21

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
TOTAL	**26.943.046.391,50**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA (I)		**36.305.251.355,00**	**35.936.458.206,62**	**-**	**368.793.148,38**
4.1.0.0.0.00.0.0.00	Receitas Correntes	33.941.404.676,00	33.888.971.707,35	-	52.432.968,65
4.1.1.0.0.00.0.0.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	25.612.255.920,00	26.096.734.665,93	484.478.745,93	-
4.1.1.1.0.00.0.0.00	Impostos	24.570.303.509,00	24.935.079.974,23	364.776.465,23	-
4.1.1.1.3.00.0.0.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.564.623.251,00	1.553.320.458,16	-	11.302.792,84
4.1.1.1.3.03.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.564.623.251,00	1.553.320.458,16	-	11.302.792,84
4.1.1.1.3.03.1.1.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.527.805.722,00	1.521.104.758,13	-	6.700.963,87
4.1.1.1.3.03.4.1.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	36.817.529,00	32.215.700,03	-	4.601.828,97
4.1.1.1.8.00.0.0.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	23.005.680.258,00	23.381.759.516,07	376.079.258,07	-
4.1.1.1.8.01.0.0.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	1.961.326.531,00	2.046.218.240,80	84.891.709,80	-
4.1.1.1.8.01.2.1.00	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Principal	1.658.999.565,00	1.737.098.692,25	78.099.127,25	-
4.1.1.1.8.01.2.2.00	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Multas e Juros	7.562.500,00	1.356.829,42	-	6.205.670,58
4.1.1.1.8.01.2.3.00	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa	5.612.664,00	8.707.431,74	3.094.767,74	-
4.1.1.1.8.01.2.4.00	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	5.540.955,00	6.628.733,33	1.087.778,33	-
4.1.1.1.8.01.3.1.00	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - Principal	259.710.743,00	263.742.744,20	4.032.001,20	-
4.1.1.1.8.01.3.2.00	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - Multas e Juros	17.062.153,00	18.260.025,91	1.197.872,91	-
4.1.1.1.8.01.3.3.00	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa	3.296.371,00	6.202.102,45	2.905.731,45	-
4.1.1.1.8.01.3.4.00	Imposto s/Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens/Direitos-Dívida Ativa- Multa e Juros	3.541.580,00	4.151.755,69	610.175,69	-
4.1.1.1.8.01.4.1.00	Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	-	69.925,81	69.925,81	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
4.1.1.1.8.02.0.0.00	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	21.044.353.727,00	21.335.541.275,27	291.187.548,27	-
4.1.1.1.8.02.1.1.00	Imp. s/Op.Relat.à Circulação Mercadorias e s/Prestações Serv.Transp.e Comunic.-Principal	20.609.370.106,00	21.002.313.702,63	392.943.596,63	-
4.1.1.1.8.02.1.2.00	Imp.s/Op.Relativas à Circ. Mercadorias e s/Prest.Serviços Transp. e Com.- Multas e Juros	129.736.873,00	90.583.988,40	-	39.152.884,60
4.1.1.1.8.02.1.3.00	Imp.s/Op.Relativas à Circ. Mercadorias e s/Prest. Serviços Transp.e Com.-Dívida Ativa	196.194.435,00	174.605.488,37	-	21.588.946,63
4.1.1.1.8.02.1.4.00	Imp.s/Op.Relativas à Circ.Mercadorias e s/Prest.Serviços Transp.e Com.-D.A.Multa e Juros	109.052.313,00	68.038.095,87	-	41.014.217,13
4.1.1.2.0.00.0.0.00	Taxas	1.041.952.411,00	1.161.654.691,70	119.702.280,70	-
4.1.1.2.1.00.0.0.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	711.895.554,00	839.726.709,98	127.831.155,98	-
4.1.1.2.1.01.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	695.395.554,00	817.277.371,86	121.881.817,86	-
4.1.1.2.1.01.1.1.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	695.083.319,00	816.965.039,26	121.881.720,26	-
4.1.1.2.1.01.1.2.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	312.235,00	185,90	-	312.049,10
4.1.1.2.1.01.1.3.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	-	312.146,70	312.146,70	-
4.1.1.2.1.04.0.0.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	16.500.000,00	22.449.338,12	5.949.338,12	-
4.1.1.2.1.04.1.1.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	16.500.000,00	22.449.338,12	5.949.338,12	-
4.1.1.2.2.00.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços	330.056.857,00	321.927.981,72	-	8.128.875,28
4.1.1.2.2.01.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços	82.191.946,00	83.960.367,40	1.768.421,40	-
4.1.1.2.2.01.1.1.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	82.191.946,00	83.960.367,40	1.768.421,40	-
4.1.1.2.2.01.1.3.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	-	-	-	-
4.1.1.2.2.01.1.4.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	-	-	-	-
4.1.1.2.2.02.0.0.00	Emolumentos e Custas Judiciais	247.864.911,00	237.967.614,32	-	9.897.296,68
4.1.1.2.2.02.1.1.00	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	245.115.000,00	236.284.232,15	-	8.830.767,85
4.1.1.2.2.02.1.3.00	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	2.749.911,00	1.111.966,94	-	1.637.944,06
4.1.1.2.2.02.1.4.00	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa- Multas e Juros	-	571.415,23	571.415,23	-
4.1.2.0.0.00.0.0.00	Contribuições	1.009.139.516,00	1.024.210.244,09	15.070.728,09	-
4.1.2.1.0.00.0.0.00	Contribuições Sociais	1.009.139.516,00	1.024.210.244,09	15.070.728,09	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
4.1.2.1.0.04.0.0.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	841.960.033,00	805.637.174,49	-	36.322.858,51
4.1.2.1.0.04.1.1.00	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	1.805.754,00	1.656.506,35	-	149.247,65
4.1.2.1.0.04.1.2.00	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Multas e Juros	138.450,00	180.896,28	42.446,28	-
4.1.2.1.0.04.2.1.00	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	689.613.960,00	613.237.312,79	-	76.376.647,21
4.1.2.1.0.04.2.2.00	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Multas e Juros	173.056,00	172.541,16	-	514,84
4.1.2.1.0.04.3.1.00	Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS - Principal	109.162.264,00	149.224.908,38	40.062.644,38	-
4.1.2.1.0.04.4.1.00	Contribuição do Pensionista para o RPPS - Principal	41.066.549,00	41.165.009,53	98.460,53	-
4.1.2.1.0.99.0.0.00	Outras Contribuições Sociais	10.577.891,00	9.706.145,45	-	871.745,55
4.1.2.1.0.99.1.1.00	Outras Contribuições Sociais - Principal	10.291.769,00	9.583.594,60	-	708.174,40
4.1.2.1.0.99.1.2.00	Outras Contribuições Sociais - Multas e Juros	286.122,00	122.550,85	-	163.571,15
4.1.2.1.8.00.0.0.00	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios	156.601.592,00	208.866.924,15	52.265.332,15	-
4.1.2.1.8.02.0.0.00	Contribuição para Previdência Militar de Estados, DF e Municípios	156.601.592,00	208.866.924,15	52.265.332,15	-
4.1.2.1.8.02.2.1.00	Contribuição do Militar Ativo - Principal	95.591.235,00	143.335.475,84	47.744.240,84	-
4.1.2.1.8.02.3.1.00	Contribuição do Militar Inativo - Principal	52.853.341,00	59.237.787,99	6.384.446,99	-
4.1.2.1.8.02.4.1.00	Contribuição dos Pensionaistas Militares - Principal	8.157.016,00	6.293.660,32	-	1.863.355,68
4.1.3.0.0.00.0.0.00	Receita Patrimonial	560.683.339,00	409.808.755,76	-	150.874.583,24
4.1.3.1.0.00.0.0.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	18.098.113,00	12.788.193,82	-	5.309.919,18
4.1.3.1.0.01.0.0.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	11.842.209,00	8.000.500,39	-	3.841.708,61
4.1.3.1.0.01.1.1.00	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	11.659.434,00	7.757.544,92	-	3.901.889,08
4.1.3.1.0.01.2.1.00	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	182.775,00	242.955,47	60.180,47	-
4.1.3.1.0.02.0.0.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	6.255.904,00	4.787.693,43	-	1.468.210,57
4.1.3.1.0.02.1.1.00	Concessão, Permissão,Autor.ou Cessão Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	6.255.904,00	4.787.693,43	-	1.468.210,57

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
4.1.3.2.0.00.0.0.00	Valores Mobiliários	533.670.292,00	387.504.975,30	-	146.165.316,70
4.1.3.2.1.00.0.0.00	Juros e Correções Monetárias	517.390.023,00	381.543.515,54	-	135.846.507,46
4.1.3.2.1.00.1.1.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	481.784.033,00	339.704.685,41	-	142.079.347,59
4.1.3.2.1.00.4.1.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	35.605.990,00	32.616.919,65	-	2.989.070,35
4.1.3.2.1.00.6.1.00	Juros sobre o Capital Próprio	-	9.221.910,48	9.221.910,48	-
4.1.3.2.2.00.0.0.00	Dividendos	16.118.520,00	5.047.065,06	-	11.071.454,94
4.1.3.2.2.00.1.1.00	Dividendos - Principal	16.118.520,00	5.047.065,06	-	11.071.454,94
4.1.3.2.9.00.0.0.00	Outros Valores Mobiliários	161.749,00	914.394,70	752.645,70	-
4.1.3.2.9.00.1.1.00	Outros Valores Mobiliários - Principal	161.749,00	914.394,70	752.645,70	-
4.1.3.4.0.00.0.0.00	Exploração de Recursos Naturais	-	1.456.257,15	1.456.257,15	-
4.1.3.4.9.00.0.0.00	Exploração de Outros Recursos Naturais	-	1.456.257,15	1.456.257,15	-
4.1.3.4.9.01.0.0.00	Compensações Ambientais	-	1.456.257,15	1.456.257,15	-
4.1.3.4.9.01.1.1.00	Compensações Ambientais - Principal	-	1.456.257,15	1.456.257,15	-
4.1.3.5.0.00.0.0.00	Exploração do Patrimônio Intangível	1.834.934,00	1.866.266,75	31.332,75	-
4.1.3.5.0.01.0.0.00	Outorga de Direito Uso ou Exploração de Criação Protegida-Inst.Científica e Tecnológica	1.834.934,00	1.866.266,75	31.332,75	-
4.1.3.5.0.01.1.1.00	Outorga Direito de Uso ou Expl.de Criação Protegida-Inst.Cient.e Tecnológica- Principal	1.834.934,00	1.866.266,75	31.332,75	-
4.1.3.6.0.00.0.0.00	Cessão de Direitos	7.080.000,00	6.193.062,74	-	886.937,26
4.1.3.6.0.01.0.0.00	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	7.080.000,00	6.193.062,74	-	886.937,26
4.1.3.6.0.01.1.1.00	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	7.080.000,00	6.193.062,74	-	886.937,26
4.1.4.0.0.00.0.0.00	Receita Agropecuária	1.098.700,00	1.413.716,60	315.016,60	-
4.1.4.0.0.00.1.1.00	Receita Agropecuária - Principal	1.098.700,00	1.413.716,60	315.016,60	-
4.1.5.0.0.00.0.0.00	Receita Industrial	33.906,00	21.913,30	-	11.992,70
4.1.5.0.0.00.1.1.00	Receita Industrial - Principal	33.906,00	21.913,30	-	11.992,70
4.1.6.0.0.00.0.0.00	Receita de Serviços	803.662.023,00	726.292.164,34	-	77.369.858,66
4.1.6.1.0.00.0.0.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	144.038.850,00	151.968.930,32	7.930.080,32	-
4.1.6.1.0.01.0.0.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	108.278.156,00	118.751.093,27	10.472.937,27	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
4.1.6.1.0.01.1.1.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	108.278.156,00	118.749.879,82	10.471.723,82	-
4.1.6.1.0.01.1.2.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	-	1.213,45	1.213,45	-
4.1.6.1.0.02.0.0.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	7.589.030,00	10.189.786,19	2.600.756,19	-
4.1.6.1.0.02.1.1.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	7.589.030,00	10.189.786,19	2.600.756,19	-
4.1.6.1.0.03.0.0.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	28.171.664,00	23.028.050,86	-	5.143.613,14
4.1.6.1.0.03.1.1.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	28.171.664,00	23.028.050,86	-	5.143.613,14
4.1.6.2.0.00.0.0.00	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	54.456.764,00	4.746.246,86	-	49.710.517,14
4.1.6.2.0.02.0.0.00	Serviços de Transporte	3.607.093,00	4.207.172,37	600.079,37	-
4.1.6.2.0.02.1.1.00	Serviços de Transporte - Principal	3.607.093,00	4.207.172,37	600.079,37	-
4.1.6.2.0.03.0.0.00	Serviços Portuários	50.849.671,00	539.074,49	-	50.310.596,51
4.1.6.2.0.03.1.1.00	Serviços Portuários - Principal	49.753.043,00	539.072,89	-	49.213.970,11
4.1.6.2.0.03.1.2.00	Serviços Portuários - Multas e Juros	1.096.628,00	1,60	-	1.096.626,40
4.1.6.3.0.00.0.0.00	Serviços e Atividades Referentes à Saúde	586.285.924,00	563.537.076,10	-	22.748.847,90
4.1.6.3.0.01.0.0.00	Serviços de Atendimento à Saúde	114.950.951,00	134.261.953,49	19.311.002,49	-
4.1.6.3.0.01.1.1.00	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	114.950.951,00	134.261.953,49	19.311.002,49	-
4.1.6.3.0.02.0.0.00	Serviços de Assistência à Saúde de Servidores Civis e Militares	471.334.973,00	429.275.122,61	-	42.059.850,39
4.1.6.3.0.02.1.1.00	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal	471.334.973,00	374.267.240,60	-	97.067.732,40
4.1.6.3.0.02.1.2.00	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Multas e Juros	-	2.234,40	2.234,40	-
4.1.6.3.0.02.2.1.00	Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal	-	55.005.647,61	55.005.647,61	-
4.1.6.4.0.00.0.0.00	Serviços e Atividades Financeiras	-	6.039.911,06	6.039.911,06	-
4.1.6.4.0.01.0.0.00	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	-	6.039.911,06	6.039.911,06	-
4.1.6.4.0.01.1.1.00	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	-	6.039.911,06	6.039.911,06	-
4.1.6.9.0.00.0.0.00	Outros Serviços	18.880.485,00	-	-	18.880.485,00
4.1.6.9.0.99.0.0.00	Outros Serviços	18.880.485,00	-	-	18.880.485,00
4.1.6.9.0.99.1.1.00	Outros Serviços - Principal	18.880.485,00	-	-	18.880.485,00
4.1.7.0.0.00.0.0.00	Transferências Correntes	5.579.780.518,00	5.179.501.752,53	-	400.278.765,47

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
4.1.7.1.0.00.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades	2.713.471.556,00	2.457.555.115,62	-	255.916.440,38
4.1.7.1.8.00.0.0.00	Transferências da União - Específica E/M	2.713.471.556,00	2.457.555.115,62	-	255.916.440,38
4.1.7.1.8.01.0.0.00	Participação na Receita da União	1.546.973.324,00	1.538.725.349,08	-	8.247.974,92
4.1.7.1.8.01.1.1.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - Principal	1.188.653.422,00	1.155.276.804,06	-	33.376.617,94
4.1.7.1.8.01.6.1.00	Cota-Parte do Imposto S/Produtos Industr.- Estados Export.Produtos Industr.-Principal	294.519.020,00	332.362.922,44	37.843.902,44	-
4.1.7.1.8.01.7.1.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	63.800.882,00	51.085.622,58	-	12.715.259,42
4.1.7.1.8.02.0.0.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	53.300.338,00	30.222.989,26	-	23.077.348,74
4.1.7.1.8.02.1.1.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos - Principal	45.737.052,00	20.176.145,46	-	25.560.906,54
4.1.7.1.8.02.2.1.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	4.529.200,00	4.349.949,82	-	179.250,18
4.1.7.1.8.02.6.1.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	3.034.086,00	5.696.893,98	2.662.807,98	-
4.1.7.1.8.03.0.0.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	534.612.214,00	479.125.902,91	-	55.486.311,09
4.1.7.1.8.03.1.1.00	Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde- SUS-Repasses Fundo a Fundo - Principal	534.612.214,00	479.125.902,91	-	55.486.311,09
4.1.7.1.8.04.0.0.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	836.400,00	94.976,19	-	741.423,81
4.1.7.1.8.04.1.1.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	836.400,00	94.976,19	-	741.423,81
4.1.7.1.8.05.0.0.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	346.627.734,00	302.710.370,53	-	43.917.363,47
4.1.7.1.8.05.1.1.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	250.576.904,00	240.035.916,97	-	10.540.987,03
4.1.7.1.8.05.2.1.00	Transf.Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola -PDDE -Principal	-	101.380,00	101.380,00	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
4.1.7.1.8.05.3.1.00	Transf.Diretas do FNDE ref. ao Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE -Principal	44.375.116,00	42.677.475,60	-	1.697.640,40
4.1.7.1.8.05.9.1.00	Outras Transf. Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação-FNDE - Principal	51.675.714,00	19.895.597,96	-	31.780.116,04
4.1.7.1.8.06.0.0.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	58.043.707,00	51.445.515,84	-	6.598.191,16
4.1.7.1.8.06.1.1.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal	58.043.707,00	51.445.515,84	-	6.598.191,16
4.1.7.1.8.10.0.0.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	108.253.494,00	49.586.928,37	-	58.666.565,63
4.1.7.1.8.10.1.1.00	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	315.759,00	-	-	315.759,00
4.1.7.1.8.10.2.1.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal	-	262.061,85	262.061,85	-
4.1.7.1.8.10.4.1.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Combate à Fome - Principal	4.000.000,00	-	-	4.000.000,00
4.1.7.1.8.10.9.1.00	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	103.937.735,00	49.324.866,52	-	54.612.868,48
4.1.7.1.8.99.0.0.00	Outras Transferências da União	64.824.345,00	5.643.083,44	-	59.181.261,56
4.1.7.1.8.99.1.1.00	Outras Transferências da União - Principal	64.824.345,00	5.643.083,44	-	59.181.261,56
4.1.7.3.0.00.0.0.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	40.897,00	1.693.182,02	1.652.285,02	-
4.1.7.3.8.00.0.0.00	Transferências dos Municípios - Específica E/M	40.897,00	1.693.182,02	1.652.285,02	-
4.1.7.3.8.10.0.0.00	Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	36.000,00	693.182,02	657.182,02	-
4.1.7.3.8.10.9.1.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios - Principal	36.000,00	693.182,02	657.182,02	-
4.1.7.3.8.99.0.0.00	Outras Transferências dos Municípios	4.897,00	1.000.000,00	995.103,00	-
4.1.7.3.8.99.1.1.00	Outras Transferências dos Municípios - Principal	4.897,00	1.000.000,00	995.103,00	-
4.1.7.4.0.00.0.0.00	Transferências de Instituições Privadas	301.655.232,00	395.346.221,52	93.690.989,52	-
4.1.7.4.0.00.1.1.00	Transferências de Instituições Privadas - Principal	291.600.132,00	384.539.342,47	92.939.210,47	-
4.1.7.4.8.00.0.0.00	Transferências de Instituições Privadas - Específica E/M	10.055.100,00	10.806.879,05	751.779,05	-
4.1.7.4.8.10.0.0.00	Transferência de Convênios de Instituições Privadas	10.055.100,00	10.806.879,05	751.779,05	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
4.1.7.4.8.10.1.1.00	Transferência de Convênios de Instituições Privadas - Principal	10.055.100,00	10.806.879,05	751.779,05	-
4.1.7.5.0.00.0.0.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	2.563.545.992,00	2.323.813.879,57	-	239.732.112,43
4.1.7.5.8.00.0.0.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específica E/M	2.563.545.992,00	2.323.813.879,57	-	239.732.112,43
4.1.7.5.8.01.0.0.00	Transf.Recursos do Fundo de Manut.e Desenv. Educação Básica e Valor.Prof.da Educ.-FUNDEB	2.563.545.992,00	2.323.813.879,57	-	239.732.112,43
4.1.7.5.8.01.1.1.00	Transf.Rec. Fundo de Manut. Desenv.Educ.Básica e Valor.Prof. Educ.-FUNDEB- Principal	2.563.545.992,00	2.323.813.879,57	-	239.732.112,43
4.1.7.6.0.00.0.0.00	Transferências do Exterior	-	25.660,00	25.660,00	-
4.1.7.6.8.00.0.0.00	Transferências do Exterior - Específica E/M	-	25.660,00	25.660,00	-
4.1.7.6.8.10.0.0.00	Transferência de Convênios do Exterior	-	25.660,00	25.660,00	-
4.1.7.6.8.10.1.1.00	Transferência de Convênios do Exterior - Principal	-	25.660,00	25.660,00	-
4.1.7.7.0.00.0.0.00	Transferências de Pessoas Físicas	1.066.841,00	1.067.693,80	852,80	-
4.1.7.7.0.00.1.1.00	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	1.066.841,00	1.067.693,80	852,80	-
4.1.9.0.0.00.0.0.00	Outras Receitas Correntes	374.750.754,00	450.988.494,80	76.237.740,80	-
4.1.9.1.0.00.0.0.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	113.173.683,00	175.642.340,17	62.468.657,17	-
4.1.9.1.0.01.0.0.00	Multas Previstas em Legislação Específica	107.831.269,00	164.450.188,80	56.618.919,80	-
4.1.9.1.0.01.1.1.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	107.831.269,00	163.443.822,26	55.612.553,26	-
4.1.9.1.0.01.1.2.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	-	370.074,62	370.074,62	-
4.1.9.1.0.01.1.3.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	-	591.767,19	591.767,19	-
4.1.9.1.0.01.1.4.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	-	44.524,73	44.524,73	-
4.1.9.1.0.04.0.0.00	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	148.932,00	268.882,76	119.950,76	-
4.1.9.1.0.04.1.3.00	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa	148.932,00	224.182,45	75.250,45	-
4.1.9.1.0.04.1.4.00	Multas Previstas na Legislação s/Defesa dos Direitos Difusos -Dív.Ativa - Multas e Juros	-	44.700,31	44.700,31	-
4.1.9.1.0.06.0.0.00	Multas por Danos Ambientais	4.331.920,00	6.465.583,97	2.133.663,97	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
4.1.9.1.0.06.1.1.00	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	4.331.920,00	6.465.583,97	2.133.663,97	-
4.1.9.1.0.07.0.0.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	-	912.259,44	912.259,44	-
4.1.9.1.0.07.1.1.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	-	912.259,44	912.259,44	-
4.1.9.1.0.08.0.0.00	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	-	967.051,88	967.051,88	-
4.1.9.1.0.08.1.1.00	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	-	967.051,88	967.051,88	-
4.1.9.1.0.09.0.0.00	Multas e Juros Previstos em Contratos	861.562,00	2.578.373,32	1.716.811,32	-
4.1.9.1.0.09.1.1.00	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	861.562,00	2.469.637,78	1.608.075,78	-
4.1.9.1.0.09.1.3.00	Multas e Juros Previstos em Contratos - Dívida Ativa	-	108.735,54	108.735,54	-
4.1.9.2.0.00.0.0.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	142.877.045,00	100.938.648,22	-	41.938.396,78
4.1.9.2.1.00.0.0.00	Indenizações	1.522.921,00	3.687.712,44	2.164.791,44	-
4.1.9.2.1.01.0.0.00	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	1.326.139,00	1.632.081,48	305.942,48	-
4.1.9.2.1.01.1.1.00	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	1.326.139,00	1.632.081,48	305.942,48	-
4.1.9.2.1.03.0.0.00	Indenização por Sinistro	3.074,00	486.991,47	483.917,47	-
4.1.9.2.1.03.1.1.00	Indenização por Sinistro - Principal	3.074,00	486.991,47	483.917,47	-
4.1.9.2.1.99.0.0.00	Outras Indenizações	193.708,00	1.568.639,49	1.374.931,49	-
4.1.9.2.1.99.1.1.00	Outras Indenizações - Principal	193.708,00	1.568.639,49	1.374.931,49	-
4.1.9.2.2.00.0.0.00	Restituições	137.755.401,00	46.610.418,26	-	91.144.982,74
4.1.9.2.2.01.0.0.00	Restituição de Convênios	3.259.919,00	23.285.633,87	20.025.714,87	-
4.1.9.2.2.01.1.1.00	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	3.259.919,00	23.285.633,87	20.025.714,87	-
4.1.9.2.2.06.0.0.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	128.494.433,00	22.333.510,72	-	106.160.922,28
4.1.9.2.2.06.1.1.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	128.109.433,00	22.324.122,86	-	105.785.310,14
4.1.9.2.2.06.1.3.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores -Dívida Ativa	385.000,00	5.782,26	-	379.217,74
4.1.9.2.2.06.1.4.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Dívida Ativa - Multas e Juros	-	3.605,60	3.605,60	-
4.1.9.2.2.99.0.0.00	Outras Restituições	6.001.049,00	991.273,67	-	5.009.775,33
4.1.9.2.2.99.1.1.00	Outras Restituições - Principal	6.001.049,00	991.273,67	-	5.009.775,33
4.1.9.2.3.00.0.0.00	Ressarcimentos	3.598.723,00	50.640.517,52	47.041.794,52	-
4.1.9.2.3.99.0.0.00	Outros Ressarcimentos	3.598.723,00	50.640.517,52	47.041.794,52	-
4.1.9.2.3.99.1.1.00	Outros Ressarcimentos - Principal	3.598.723,00	50.640.517,52	47.041.794,52	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
4.1.9.3.0.00.0.0.00	Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	2.653.259,00	2.959.261,38	306.002,38	-
4.1.9.3.0.02.0.0.00	Alienação de Bens Apreendidos	2.653.259,00	1.849.751,25	-	803.507,75
4.1.9.3.0.02.1.1.00	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	2.653.259,00	1.849.751,25	-	803.507,75
4.1.9.3.0.03.0.0.00	Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor)	-	1.109.510,13	1.109.510,13	-
4.1.9.3.0.03.1.1.00	Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal	-	1.109.510,13	1.109.510,13	-
4.1.9.9.0.00.0.0.00	Demais Receitas Correntes	116.046.767,00	171.448.245,03	55.401.478,03	-
4.1.9.9.0.03.0.0.00	Compensações Financ.entre Regime Geral e Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	56.500.000,00	44.728.888,49	-	11.771.111,51
4.1.9.9.0.03.1.1.00	Comp.Financeiras entre Regime Geral e Regime Próprio de Prev. dos Servidores-Principal	56.500.000,00	44.728.888,49	-	11.771.111,51
4.1.9.9.0.11.0.0.00	Variação Cambial	-	61,00	61,00	-
4.1.9.9.0.11.1.1.00	Variação Cambial - Principal	-	61,00	61,00	-
4.1.9.9.0.12.0.0.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	22.564.182,00	22.558.454,60	-	5.727,40
4.1.9.9.0.12.2.1.00	Ônus de Sucumbência - Principal	22.564.182,00	22.558.454,60	-	5.727,40
4.1.9.9.0.99.0.0.00	Outras Receitas	36.982.585,00	104.160.840,94	67.178.255,94	-
4.1.9.9.0.99.1.1.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	16.535.000,00	35.463.305,98	18.928.305,98	-
4.1.9.9.0.99.1.3.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	4.651.374,00	16.954.439,44	12.303.065,44	-
4.1.9.9.0.99.1.4.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	-	1.799.126,51	1.799.126,51	-
4.1.9.9.0.99.2.1.00	Outras Receitas - Financeiras - Principal	15.796.211,00	49.943.969,01	34.147.758,01	-
4.2.0.0.0.00.0.0.00	Receitas de Capital	473.694.518,00	286.815.087,01	-	186.879.430,99
4.2.1.0.0.00.0.0.00	Operações de Crédito	350.318.593,00	189.717.750,00	-	160.600.843,00
4.2.1.1.0.00.0.0.00	Operações de Crédito - Mercado Interno	204.722.748,00	68.000.000,00	-	136.722.748,00
4.2.1.1.9.00.0.0.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	204.722.748,00	68.000.000,00	-	136.722.748,00
4.2.1.1.9.00.1.1.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	204.722.748,00	68.000.000,00	-	136.722.748,00
4.2.1.2.0.00.0.0.00	Operações de Crédito - Mercado Externo	145.595.845,00	121.717.750,00	-	23.878.095,00
4.2.1.2.8.00.0.0.00	Operação de Crédito Externas - Estados/DF/Municípios	115.095.845,00	103.840.000,00	-	11.255.845,00
4.2.1.2.8.01.0.0.00	Operações de Crédito Externas - Estados/DF/ Municípios	115.095.845,00	103.840.000,00	-	11.255.845,00

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
4.2.1.2.8.01.5.1.00	Operações Crédito Externas para Programas de Modernização da Admin. Pública - Principal	115.095.845,00	103.840.000,00	-	11.255.845,00
4.2.1.2.9.00.0.0.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	30.500.000,00	17.877.750,00	-	12.622.250,00
4.2.1.2.9.00.1.1.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal	30.500.000,00	17.877.750,00	-	12.622.250,00
4.2.2.0.0.00.0.0.00	Alienação de Bens	57.229.491,00	29.352.965,21	-	27.876.525,79
4.2.2.1.0.00.0.0.00	Alienação de Bens Móveis	10.890.687,00	3.870.212,20	-	7.020.474,80
4.2.2.1.3.00.0.0.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	10.890.687,00	3.870.212,20	-	7.020.474,80
4.2.2.1.3.00.1.1.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	10.890.687,00	3.870.212,20	-	7.020.474,80
4.2.2.2.0.00.0.0.00	Alienação de Bens Imóveis	46.338.804,00	25.482.753,01	-	20.856.050,99
4.2.2.2.0.00.1.1.00	Alienação de Bens Imóveis - Principal	46.338.804,00	25.482.753,01	-	20.856.050,99
4.2.3.0.0.00.0.0.00	Amortização de Empréstimos	30.148.538,00	31.743.949,63	1.595.411,63	-
4.2.3.0.0.06.0.0.00	Amortização de Empréstimos Contratuais	15.564.955,00	12.644.211,67	-	2.920.743,33
4.2.3.0.0.06.1.1.00	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	15.564.955,00	12.644.211,67	-	2.920.743,33
4.2.3.0.0.07.0.0.00	Amortização de Financiamentos	14.583.583,00	19.099.737,96	4.516.154,96	-
4.2.3.0.0.07.1.1.00	Amortização de Financiamentos - Principal	14.583.583,00	19.099.737,96	4.516.154,96	-
4.2.4.0.0.00.0.0.00	Transferências de Capital	35.997.896,00	36.000.422,17	2.526,17	-
4.2.4.1.0.00.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades	35.201.493,00	23.778.718,41	-	11.422.774,59
4.2.4.1.8.00.0.0.00	Transferências da União	35.201.493,00	23.778.718,41	-	11.422.774,59
4.2.4.1.8.03.0.0.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS	7.725.110,00	3.804.000,00	-	3.921.110,00
4.2.4.1.8.03.1.1.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS - Principal	7.725.110,00	3.804.000,00	-	3.921.110,00
4.2.4.1.8.10.0.0.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	27.476.383,00	17.420.848,84	-	10.055.534,16
4.2.4.1.8.10.1.1.00	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	3.523.050,00	-	-	3.523.050,00
4.2.4.1.8.10.9.1.00	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	23.953.333,00	17.420.848,84	-	6.532.484,16
4.2.4.1.8.99.0.0.00	Outras Transferências da União	-	2.553.869,57	2.553.869,57	-
4.2.4.1.8.99.1.1.00	Outras Transferências da União - Principal	-	2.553.869,57	2.553.869,57	-
4.2.4.3.0.00.0.0.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	499.238,00	11.308.250,10	10.809.012,10	-
4.2.4.3.8.00.0.0.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	499.238,00	11.308.250,10	10.809.012,10	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
4.2.4.3.8.10.0.0.00	Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	499.238,00	11.308.250,10	10.809.012,10	-
4.2.4.3.8.10.9.1.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios - Principal	499.238,00	11.308.250,10	10.809.012,10	-
4.2.4.4.0.00.0.0.00	Transferências de Instituições Privadas	297.165,00	864.046,27	566.881,27	-
4.2.4.4.0.00.1.1.00	Transferências de Instituições Privadas - Principal	297.165,00	864.046,27	566.881,27	-
4.2.4.6.0.00.0.0.00	Transferências do Exterior	-	49.407,39	49.407,39	-
4.2.4.6.8.00.0.0.00	Transferências do Exterior - Específicas de Estados, DF e Municípios	-	49.407,39	49.407,39	-
4.2.4.6.8.01.0.0.00	Transferências do Exterior	-	49.407,39	49.407,39	-
4.2.4.6.8.01.1.1.00	Transferências do Exterior - Principal	-	49.407,39	49.407,39	-
4.7.0.0.0.00.0.0.00	Receitas Intraorçamentárias Correntes	1.884.152.161,00	1.750.817.412,26	-	133.334.748,74
4.7.2.0.0.00.0.0.00	Receita de Contribuições	1.463.708.406,00	1.511.247.860,45	47.539.454,45	-
4.7.2.1.0.00.0.0.00	Contribuições Sociais	1.463.708.406,00	1.511.247.860,45	47.539.454,45	-
4.7.2.1.0.04.0.0.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	1.270.240.051,00	1.224.558.345,35	-	45.681.705,65
4.7.2.1.0.04.1.1.00	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	1.270.240.051,00	1.224.558.345,35	-	45.681.705,65
4.7.2.1.8.00.0.0.00	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios	193.468.355,00	286.689.515,10	93.221.160,10	-
4.7.2.1.8.02.0.0.00	Contribuição para Previdência Militar de Estados, DF e Municípios	193.468.355,00	286.689.515,10	93.221.160,10	-
4.7.2.1.8.02.1.1.00	Contribuição Patronal do Militar - Principal	193.468.355,00	286.689.515,10	93.221.160,10	-
4.7.3.0.0.00.0.0.00	Receita Patrimonial	4.911.013,00	1.431.442,62	-	3.479.570,38
4.7.3.1.0.00.0.0.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	4.911.013,00	1.431.442,62	-	3.479.570,38
4.7.3.1.0.01.0.0.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	4.911.013,00	1.431.442,62	-	3.479.570,38
4.7.3.1.0.01.1.1.00	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.911.013,00	1.431.442,62	-	3.479.570,38
4.7.6.0.0.00.0.0.00	Receita de Serviços	313.271.800,00	139.624.729,47	-	173.647.070,53
4.7.6.1.0.00.0.0.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	16.086.552,00	9.030.546,59	-	7.056.005,41
4.7.6.1.0.01.0.0.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	16.086.552,00	9.030.546,59	-	7.056.005,41
4.7.6.1.0.01.1.1.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	16.086.552,00	9.030.546,59	-	7.056.005,41

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
4.7.6.3.0.00.0.0.00	Serviços e Atividades Referentes à Saúde	297.185.248,00	130.594.182,88	-	166.591.065,12
4.7.6.3.0.01.0.0.00	Serviços de Atendimento à Saúde	26.930,00	-	-	26.930,00
4.7.6.3.0.01.1.1.00	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	26.930,00	-	-	26.930,00
4.7.6.3.0.02.0.0.00	Serviços de Assistência à Saúde de Servidores Civis e Militares	297.158.318,00	130.594.182,88	-	166.564.135,12
4.7.6.3.0.02.1.1.00	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal	297.158.318,00	99.379.354,36	-	197.778.963,64
4.7.6.3.0.02.2.1.00	Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal	-	31.214.828,52	31.214.828,52	-
4.7.9.0.0.00.0.0.00	Outras Receitas Correntes	102.260.942,00	98.513.379,72	-	3.747.562,28
4.7.9.2.0.00.0.0.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	102.260.942,00	98.513.379,72	-	3.747.562,28
4.7.9.2.2.00.0.0.00	Restituições	1.028.234,00	-	-	1.028.234,00
4.7.9.2.2.06.0.0.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	1.028.234,00	-	-	1.028.234,00
4.7.9.2.2.06.1.1.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	1.028.234,00	-	-	1.028.234,00
4.7.9.2.3.00.0.0.00	Ressarcimentos	101.232.708,00	98.513.379,72	-	2.719.328,28
4.7.9.2.3.99.0.0.00	Outros Ressarcimentos	101.232.708,00	98.513.379,72	-	2.719.328,28
4.7.9.2.3.99.1.1.00	Outros Ressarcimentos - Principal	101.232.708,00	98.513.379,72	-	2.719.328,28
4.8.0.0.0.00.0.0.00	Receitas Intraorçamentárias de Capital	6.000.000,00	9.854.000,00	3.854.000,00	-
4.8.9.0.0.00.0.0.00	Outras Receitas de Capital	6.000.000,00	9.854.000,00	3.854.000,00	-
4.8.9.1.0.00.0.0.00	Integralização de Capital Social	6.000.000,00	9.854.000,00	3.854.000,00	-
4.8.9.1.0.00.1.1.00	Integralização de Capital Social - Principal	6.000.000,00	9.854.000,00	3.854.000,00	-
DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (II)		**9.875.839.224,00**	**10.180.296.525,91**	**304.457.301,91**	**-**
4.1.0.0.0.00.0.0.00	Receitas Correntes	9.875.839.224,00	10.180.207.743,32	304.368.519,32	-
4.1.1.0.0.00.0.0.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.482.156.785,00	9.774.535.623,41	292.378.838,41	-
4.1.1.1.0.00.0.0.00	Impostos	9.481.468.101,00	9.772.907.915,70	291.439.814,70	-
4.1.1.1.3.00.0.0.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	-	1.199.723,46	1.199.723,46	-
4.1.1.1.3.03.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	-	1.199.723,46	1.199.723,46	-
4.1.1.1.3.03.1.1.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	-	1.162.936,94	1.162.936,94	-
4.1.1.1.3.03.4.1.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	-	36.786,52	36.786,52	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
4.1.1.1.8.00.0.0.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	9.481.468.101,00	9.771.708.192,24	290.240.091,24	-
4.1.1.1.8.01.0.0.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	1.063.346.558,00	1.111.488.276,06	48.141.718,06	-
4.1.1.1.8.01.2.1.00	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Principal	995.399.733,00	1.042.435.828,43	47.036.095,43	-
4.1.1.1.8.01.2.2.00	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Multas e Juros	4.537.497,00	814.096,47	-	3.723.400,53
4.1.1.1.8.01.2.3.00	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa	3.367.594,00	5.231.209,99	1.863.615,99	-
4.1.1.1.8.01.2.4.00	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.319.564,00	3.977.223,72	657.659,72	-
4.1.1.1.8.01.3.1.00	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - Principal	51.942.149,00	53.230.305,58	1.288.156,58	-
4.1.1.1.8.01.3.2.00	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - Multas e Juros	3.412.431,00	3.651.993,26	239.562,26	-
4.1.1.1.8.01.3.3.00	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa	659.274,00	1.249.624,81	590.350,81	-
4.1.1.1.8.01.3.4.00	Imposto s/Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens/Direitos-Dívida Ativa- Multa e Juros	708.316,00	830.346,81	122.030,81	-
4.1.1.1.8.01.4.1.00	Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	-	67.646,99	67.646,99	-
4.1.1.1.8.02.0.0.00	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	8.418.121.543,00	8.660.219.916,18	242.098.373,18	-
4.1.1.1.8.02.1.1.00	Imp. s/Op.Relat.à Circulação Mercadorias e s/Prestações Serv.Transp.e Comunic.-Principal	8.243.748.016,00	8.512.734.666,18	268.986.650,18	-
4.1.1.1.8.02.1.2.00	Imp.s/Op.Relativas à Circ. Mercadorias e s/Prest.Serviços Transp. e Com.- Multas e Juros	51.894.727,00	41.648.863,66	-	10.245.863,34
4.1.1.1.8.02.1.3.00	Imp.s/Op.Relativas à Circ. Mercadorias e s/Prest. Serviços Transp.e Com.-Dívida Ativa	78.758.547,00	70.135.927,32	-	8.622.619,68
4.1.1.1.8.02.1.4.00	Imp.s/Op.Relativas à Circ.Mercadorias e s/Prest.Serviços Transp.e Com.-D.A.Multa e Juros	43.720.253,00	35.700.459,02	-	8.019.793,98

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
4.1.1.2.0.00.0.0.00	Taxas	688.684,00	1.627.707,71	939.023,71	-
4.1.1.2.1.00.0.0.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	688.684,00	93.243,20	-	595.440,80
4.1.1.2.1.01.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	688.684,00	91.893,20	-	596.790,80
4.1.1.2.1.01.1.1.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	688.684,00	91.893,20	-	596.790,80
4.1.1.2.1.04.0.0.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	-	1.350,00	1.350,00	-
4.1.1.2.1.04.1.1.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	-	1.350,00	1.350,00	-
4.1.1.2.2.00.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-	1.534.464,51	1.534.464,51	-
4.1.1.2.2.01.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-	255.511,16	255.511,16	-
4.1.1.2.2.01.1.1.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	-	255.511,16	255.511,16	-
4.1.1.2.2.02.0.0.00	Emolumentos e Custas Judiciais	-	1.278.953,35	1.278.953,35	-
4.1.1.2.2.02.1.1.00	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	-	1.278.406,48	1.278.406,48	-
4.1.1.2.2.02.1.3.00	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	-	546,87	546,87	-
4.1.2.0.0.00.0.0.00	Contribuições	-	2.128.163,05	2.128.163,05	-
4.1.2.1.0.00.0.0.00	Contribuições Sociais	-	2.128.163,05	2.128.163,05	-
4.1.2.1.0.04.0.0.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	-	1.425.418,80	1.425.418,80	-
4.1.2.1.0.04.2.1.00	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	-	214.117,43	214.117,43	-
4.1.2.1.0.04.3.1.00	Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS - Principal	-	868.107,56	868.107,56	-
4.1.2.1.0.04.4.1.00	Contribuição do Pensionista para o RPPS - Principal	-	343.193,81	343.193,81	-
4.1.2.1.0.99.0.0.00	Outras Contribuições Sociais	-	174.254,80	174.254,80	-
4.1.2.1.0.99.1.1.00	Outras Contribuições Sociais - Principal	-	174.254,80	174.254,80	-
4.1.2.1.8.00.0.0.00	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios	-	528.489,45	528.489,45	-
4.1.2.1.8.02.0.0.00	Contribuição para Previdência Militar de Estados, DF e Municípios	-	528.489,45	528.489,45	-
4.1.2.1.8.02.2.1.00	Contribuição do Militar Ativo - Principal	-	9.726,76	9.726,76	-
4.1.2.1.8.02.3.1.00	Contribuição do Militar Inativo - Principal	-	458.223,74	458.223,74	-
4.1.2.1.8.02.4.1.00	Contribuição dos Pensionaistas Militares - Principal	-	60.538,95	60.538,95	-
4.1.3.0.0.00.0.0.00	Receita Patrimonial	-	1.660.055,37	1.660.055,37	-
4.1.3.2.0.00.0.0.00	Valores Mobiliários	-	1.660.055,37	1.660.055,37	-
4.1.3.2.1.00.0.0.00	Juros e Correções Monetárias	-	1.660.055,37	1.660.055,37	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
4.1.3.2.1.00.1.1.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	-	285.544,83	285.544,83	-
4.1.3.2.1.00.4.1.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	-	1.374.510,54	1.374.510,54	-
4.1.6.0.0.00.0.0.00	Receita de Serviços	-	39.131,85	39.131,85	-
4.1.6.1.0.00.0.0.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	38.853,64	38.853,64	-
4.1.6.1.0.01.0.0.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	35.869,35	35.869,35	-
4.1.6.1.0.01.1.1.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	-	35.869,35	35.869,35	-
4.1.6.1.0.02.0.0.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	-	444,65	444,65	-
4.1.6.1.0.02.1.1.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	-	444,65	444,65	-
4.1.6.1.0.03.0.0.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	-	2.539,64	2.539,64	-
4.1.6.1.0.03.1.1.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	-	2.539,64	2.539,64	-
4.1.6.3.0.00.0.0.00	Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	278,21	278,21	-
4.1.6.3.0.02.0.0.00	Serviços de Assistência à Saúde de Servidores Civis e Militares	-	278,21	278,21	-
4.1.6.3.0.02.1.1.00	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal	-	271,95	271,95	-
4.1.6.3.0.02.1.2.00	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Multas e Juros	-	6,26	6,26	-
4.1.7.0.0.00.0.0.00	Transferências Correntes	393.682.439,00	396.971.783,49	3.289.344,49	-
4.1.7.1.0.00.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades	393.682.439,00	387.274.915,09	-	6.407.523,91
4.1.7.1.8.00.0.0.00	Transferências da União - Específica E/M	393.682.439,00	387.274.915,09	-	6.407.523,91
4.1.7.1.8.01.0.0.00	Participação na Receita da União	371.488.512,00	376.771.934,46	5.283.422,46	-
4.1.7.1.8.01.1.1.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - Principal	237.730.684,00	231.055.360,52	-	6.675.323,48
4.1.7.1.8.01.6.1.00	Cota-Parte do Imposto S/Produtos Industr.- Estados Export.Produtos Industr.-Principal	117.807.608,00	132.945.168,30	15.137.560,30	-
4.1.7.1.8.01.7.1.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	15.950.220,00	12.771.405,64	-	3.178.814,36
4.1.7.1.8.03.0.0.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	-	63.800,00	63.800,00	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
4.1.7.1.8.03.1.1.00	Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde- SUS-Repasses Fundo a Fundo - Principal	-	63.800,00	63.800,00	-
4.1.7.1.8.05.0.0.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	-	150.077,51	150.077,51	-
4.1.7.1.8.05.9.1.00	Outras Transf. Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação-FNDE - Principal	-	150.077,51	150.077,51	-
4.1.7.1.8.06.0.0.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	11.608.741,00	10.289.103,12	-	1.319.637,88
4.1.7.1.8.06.1.1.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal	11.608.741,00	10.289.103,12	-	1.319.637,88
4.1.7.1.8.99.0.0.00	Outras Transferências da União	10.585.186,00	-	-	10.585.186,00
4.1.7.1.8.99.1.1.00	Outras Transferências da União - Principal	10.585.186,00	-	-	10.585.186,00
4.1.7.4.0.00.0.0.00	Transferências de Instituições Privadas	-	9.696.868,40	9.696.868,40	-
4.1.7.4.0.00.1.1.00	Transferências de Instituições Privadas - Principal	-	9.696.868,40	9.696.868,40	-
4.1.9.0.0.00.0.0.00	Outras Receitas Correntes	-	4.872.986,15	4.872.986,15	-
4.1.9.1.0.00.0.0.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	4.389.466,37	4.389.466,37	-
4.1.9.1.0.01.0.0.00	Multas Previstas em Legislação Específica	-	4.330.585,50	4.330.585,50	-
4.1.9.1.0.01.1.1.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	-	4.330.585,50	4.330.585,50	-
4.1.9.1.0.06.0.0.00	Multas por Danos Ambientais	-	12.000,00	12.000,00	-
4.1.9.1.0.06.1.1.00	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	-	12.000,00	12.000,00	-
4.1.9.1.0.07.0.0.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	-	1.695,55	1.695,55	-
4.1.9.1.0.07.1.1.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	-	1.695,55	1.695,55	-
4.1.9.1.0.09.0.0.00	Multas e Juros Previstos em Contratos	-	45.185,32	45.185,32	-
4.1.9.1.0.09.1.1.00	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	-	45.185,32	45.185,32	-
4.1.9.2.0.00.0.0.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	460.536,06	460.536,06	-
4.1.9.2.1.00.0.0.00	Indenizações	-	250.592,76	250.592,76	-
4.1.9.2.1.01.0.0.00	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	-	250.592,76	250.592,76	-
4.1.9.2.1.01.1.1.00	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	-	250.592,76	250.592,76	-
4.1.9.2.2.00.0.0.00	Restituições	-	194.256,30	194.256,30	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
4.1.9.2.2.01.0.0.00	Restituição de Convênios	-	95.770,84	95.770,84	-
4.1.9.2.2.01.1.1.00	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	-	95.770,84	95.770,84	-
4.1.9.2.2.06.0.0.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	-	98.485,46	98.485,46	-
4.1.9.2.2.06.1.1.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	-	98.485,46	98.485,46	-
4.1.9.2.3.00.0.0.00	Ressarcimentos	-	15.687,00	15.687,00	-
4.1.9.2.3.99.0.0.00	Outros Ressarcimentos	-	15.687,00	15.687,00	-
4.1.9.2.3.99.1.1.00	Outros Ressarcimentos - Principal	-	15.687,00	15.687,00	-
4.1.9.9.0.00.0.0.00	Demais Receitas Correntes	-	22.983,72	22.983,72	-
4.1.9.9.0.12.0.0.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	-	7.603,66	7.603,66	-
4.1.9.9.0.12.2.1.00	Ônus de Sucumbência - Principal	-	7.603,66	7.603,66	-
4.1.9.9.0.99.0.0.00	Outras Receitas	-	15.380,06	15.380,06	-
4.1.9.9.0.99.1.1.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	-	518,75	518,75	-
4.1.9.9.0.99.1.3.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	-	14.861,31	14.861,31	-
4.2.0.0.0.00.0.0.00	Receitas de Capital	-	0,01	0,01	-
4.2.4.0.0.00.0.0.00	Transferências de Capital	-	0,01	0,01	-
4.2.4.1.0.00.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades	-	0,01	0,01	-
4.2.4.1.8.00.0.0.00	Transferências da União	-	0,01	0,01	-
4.2.4.1.8.99.0.0.00	Outras Transferências da União	-	0,01	0,01	-
4.2.4.1.8.99.1.1.00	Outras Transferências da União - Principal	-	0,01	0,01	-
4.7.0.0.0.00.0.0.00	Receitas Intraorçamentárias Correntes	-	88.782,58	88.782,58	-
4.7.2.0.0.00.0.0.00	Receita de Contribuições	-	88.782,58	88.782,58	-
4.7.2.1.0.00.0.0.00	Contribuições Sociais	-	88.782,58	88.782,58	-
4.7.2.1.0.04.0.0.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	-	88.782,58	88.782,58	-
4.7.2.1.0.04.1.1.00	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	-	88.782,58	88.782,58	-
RECEITA ORCAMENTÁRIA LÍQUIDA (III) = (I - II)		**26.429.412.131,00**	**25.756.161.680,71**	**-**	**673.250.450,29**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

Notas Explicativas

001 - Em observância ao determinado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, Portaria nº 765, de 15 de setembro de 2017, o Estado de Santa Catarina adequou a sua classificação de receita orçamentária para o exercício de 2018, desdobrando a classificação por natureza de receita até o oitavo nível.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	26.572.400.207,06	70.555.439,77	26.642.955.646,83	24.602.224.909,70	2.040.730.737,13
1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.827.077.552,05	-	16.827.077.552,05	16.333.072.387,43	494.005.164,62
90 - Aplicações Diretas	15.259.491.932,94	-	15.259.491.932,94	14.785.278.508,67	474.213.424,27
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	5.424.729.343,77	-	5.424.729.343,77	5.292.926.343,98	131.802.999,79
03 - Pensões do RPPS e do Militar	964.768.077,17	-	964.768.077,17	960.821.720,60	3.946.356,57
04 - Contratação por Tempo Determinado	912.901.612,72	-	912.901.612,72	897.822.564,66	15.079.048,06
05 - Outros Benefícios Previdenciários	10.899.459,40	-	10.899.459,40	10.395.127,50	504.331,90
07 - Contrib. Entid. Fechadas de Previdência	35.820.098,71	-	35.820.098,71	35.792.247,75	27.850,96
08 - Outros Benefícios Assistenciais	68.912,65	-	68.912,65	-	68.912,65
11 - Vencim. e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.642.783.762,06	-	5.642.783.762,06	5.490.625.264,33	152.158.497,73
12 - Vencim. e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	1.134.977.126,85	-	1.134.977.126,85	1.134.763.483,92	213.642,93
13 - Obrigações Patronais	198.434.690,34	-	198.434.690,34	196.729.166,32	1.705.524,02
16 - Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	264.775.161,84	-	264.775.161,84	262.882.533,97	1.892.627,87
17 - Outras Despesas Variáveis-Pessoal Militar	51.928,60	-	51.928,60	51.928,60	-
67 - Depósitos Compulsórios	1.978.748,20	-	1.978.748,20	1.930.247,27	48.500,93
91 - Sentenças Judiciais	292.408.294,41	-	292.408.294,41	137.230.293,25	155.178.001,16
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	74.136.336,80	-	74.136.336,80	67.680.524,89	6.455.811,91
93 - Indenizações e Restituições	-	-	-	-	-
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	287.840.513,05	-	287.840.513,05	283.705.368,75	4.135.144,30
96 - Ressarcimento Despesa Pessoal Requisitado	12.917.866,37	-	12.917.866,37	11.921.692,88	996.173,49
91 - Aplicação Direta Decor. de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1.567.585.619,11	-	1.567.585.619,11	1.547.793.878,76	19.791.740,35
13 - Obrigações Patronais	1.525.680.762,28	-	1.525.680.762,28	1.511.109.755,85	14.571.006,43
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	2.599.650,69	-	2.599.650,69	2.489.650,69	110.000,00

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
93 - Indenizações e Restituições	12.266.769,58	-	12.266.769,58	12.266.769,58	-
96 - Ressarcimento Despesa Pessoal Requisitado	27.038.436,56	-	27.038.436,56	21.927.702,64	5.110.733,92
2 - Juros e Encargos da Dívida	1.066.799.824,19	-	1.066.799.824,19	982.947.012,87	83.852.811,32
90 - Aplicações Diretas	1.066.799.824,19	-	1.066.799.824,19	982.947.012,87	83.852.811,32
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato	1.029.824.140,94	-	1.029.824.140,94	953.492.612,72	76.331.528,22
22 - Outros Encargos sobre Dívida por Contrato	36.975.683,25	-	36.975.683,25	29.454.400,15	7.521.283,10
3 - Outras Despesas Correntes	8.678.522.830,82	70.555.439,77	8.749.078.270,59	7.286.205.509,40	1.462.872.761,19
20 - Transferências a União	3.784.925,90	-	3.784.925,90	588.931,40	3.195.994,50
41 - Contribuições	3.784.925,90	-	3.784.925,90	588.931,40	3.195.994,50
22 - Execução Orçamentária Delegada à União	-	-	-	-	-
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	-	-	-	-	-
40 - Transferências a Municípios	36.280.432,15	-	36.280.432,15	18.944.278,34	17.336.153,81
41 - Contribuições	36.280.432,15	-	36.280.432,15	18.944.278,34	17.336.153,81
41 - Transferências a Municípios Fundo a Fundo	228.130.159,59	-	228.130.159,59	222.899.233,04	5.230.926,55
41 - Contribuições	172.310.143,76	-	172.310.143,76	167.625.447,24	4.684.696,52
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	55.820.015,83	-	55.820.015,83	55.273.785,80	546.230,03
42 - Execução Orçamentária Delegada aos Municípios	109.426.113,74	-	109.426.113,74	102.910.977,47	6.515.136,27
30 - Material de Consumo	109.725,00	-	109.725,00	-	109.725,00
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	109.316.388,74	-	109.316.388,74	102.910.977,47	6.405.411,27
50 - Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos	838.961.418,94	-	838.961.418,94	770.548.788,92	68.412.630,02
41 - Contribuições	562.423.729,95	-	562.423.729,95	509.478.543,90	52.945.186,05
43 - Subvenções Sociais	156.471.173,70	-	156.471.173,70	141.029.486,92	15.441.686,78
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	120.066.515,29	-	120.066.515,29	120.040.758,10	25.757,19
60 - Transfer. Inst. Privadas c/ Fins Lucrativos	33.082.773,22	-	33.082.773,22	26.534.984,35	6.547.788,87

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
45 - Subvenções Econômicas	33.082.773,22	-	33.082.773,22	26.534.984,35	6.547.788,87
71 - Transf. a Consórcios Públicos	-	-	-	-	-
41 - Contribuições	-	-	-	-	-
90 - Aplicações Diretas	7.168.715.406,95	70.555.439,77	7.239.270.846,72	5.921.952.885,88	1.317.317.960,84
03 - Pensões do RPPS e do Militar	3.118.181,97	39.905.920,00	43.024.101,97	43.024.101,97	-
05 - Outros Benefícios Previdenciários	641.880,88	-	641.880,88	639.857,97	2.022,91
08 - Outros Benefícios Assistenciais	41.515.301,14	-	41.515.301,14	41.126.895,43	388.405,71
13 - Obrigações Patronais	4.757.198,82	-	4.757.198,82	4.757.198,82	-
14 - Diárias - Civil	39.070.034,49	37.000,00	39.107.034,49	30.709.851,83	8.397.182,66
15 - Diárias - Militar	13.463.129,03	-	13.463.129,03	12.900.490,85	562.638,18
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	31.897.601,76	-	31.897.601,76	24.358.363,20	7.539.238,56
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	26.077.082,21	-	26.077.082,21	16.628.670,63	9.448.411,58
30 - Material de Consumo	639.757.619,49	110.203,60	639.867.823,09	521.333.264,18	118.534.558,91
31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	5.326.868,95	-	5.326.868,95	4.454.888,01	871.980,94
32 - Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	12.369.908,65	-	12.369.908,65	6.894.666,89	5.475.241,76
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	22.868.485,16	57.513,64	22.925.998,80	17.415.609,06	5.510.389,74
34 - Outras Desp. Pessoal Decor. Contr. Terceirização	32.659.047,84	-	32.659.047,84	27.984.214,61	4.674.833,23
35 - Serviços de Consultoria	21.607.152,66	-	21.607.152,66	14.443.567,66	7.163.585,00
36 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Física	176.285.685,35	22.743.335,00	199.029.020,35	125.501.316,29	73.527.704,06
37 - Locação de Mão-de-Obra	579.327.279,07	-	579.327.279,07	528.307.327,32	51.019.951,75
38 - Arrendamento Mercantil	14.630,00	-	14.630,00	14.630,00	-
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	3.080.874.451,80	2.923.774,53	3.083.798.226,33	2.278.998.899,55	804.799.326,78
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	328.936.676,29	247.621,00	329.184.297,29	286.174.754,55	43.009.542,74

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
46 - Auxílio-Alimentação	419.999.426,84	-	419.999.426,84	399.496.577,28	20.502.849,56
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	250.647.729,26	5.120,00	250.652.849,26	226.312.104,14	24.340.745,12
48 - Outros Auxílios Financeiros Pessoas Físicas	19.381.215,57	-	19.381.215,57	18.229.007,66	1.152.207,91
49 - Auxílio-Transporte	5.313.521,65	4.500.000,00	9.813.521,65	8.560.610,91	1.252.910,74
59 - Pensões Especiais	38.725.556,58	-	38.725.556,58	38.725.511,76	44,82
67 - Depósitos Compulsórios	63.239.990,61	-	63.239.990,61	62.862.505,56	377.485,05
91 - Sentenças Judiciais	450.435.235,15	-	450.435.235,15	371.945.447,56	78.489.787,59
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	336.497.896,30	-	336.497.896,30	308.421.348,04	28.076.548,26
93 - Indenizações e Restituições	523.906.619,43	24.952,00	523.931.571,43	501.731.204,15	22.200.367,28
91 - Aplicação Direta Decor. de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	259.754.414,35	-	259.754.414,35	221.438.244,02	38.316.170,33
13 - Obrigações Patronais	157.612.632,99	-	157.612.632,99	130.742.250,02	26.870.382,97
30 - Material de Consumo	3.903.905,86	-	3.903.905,86	3.823.465,46	80.440,40
32 - Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	73.200,00	-	73.200,00	-	73.200,00
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	41.441.777,14	-	41.441.777,14	32.328.938,77	9.112.838,37
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	36.160.415,85	-	36.160.415,85	34.860.776,91	1.299.638,94
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	443.871,85	-	443.871,85	400.939,52	42.932,33
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	15.694.603,00	-	15.694.603,00	15.361.059,14	333.543,86
93 - Indenizações e Restituições	4.424.007,66	-	4.424.007,66	3.920.814,20	503.193,46
95 - Aplicações Diretas referente aos restos a pagar para fins de aplicação em	387.185,98	-	387.185,98	387.185,98	-
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	387.185,98	-	387.185,98	387.185,98	-
4 - Despesas de Capital	3.474.325.739,01	91.164.415,35	3.565.490.154,36	2.340.821.481,80	1.224.668.672,56
4 - Investimentos	2.507.558.600,13	91.164.415,35	2.598.723.015,48	1.446.676.130,73	1.152.046.884,75
20 - Transferências a União	33.546,45	-	33.546,45	-	33.546,45

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
42 - Auxílios	33.546,45	-	33.546,45	-	33.546,45
22 - Execução Orçamentária Delegada à União	3.000.000,00	-	3.000.000,00	3.000.000,00	-
51 - Obras e Instalações	3.000.000,00	-	3.000.000,00	3.000.000,00	-
40 - Transferências a Municípios	192.340.619,54	-	192.340.619,54	143.345.984,47	48.994.635,07
41 - Contribuições	-	-	-	-	-
42 - Auxílios	192.340.619,54	-	192.340.619,54	143.345.984,47	48.994.635,07
41 - Transferências a Municípios Fundo a Fundo	7.008.394,86	-	7.008.394,86	7.008.394,86	-
41 - Contribuições	4.454.423,86	-	4.454.423,86	4.454.423,86	-
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	2.553.971,00	-	2.553.971,00	2.553.971,00	-
42 - Execução Orçamentária Delegada aos Municípios	2.686.015,62	-	2.686.015,62	-	2.686.015,62
52 - Equipamentos e Material Permanente	2.686.015,62	-	2.686.015,62	-	2.686.015,62
50 - Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos	62.594.699,08	-	62.594.699,08	54.011.649,54	8.583.049,54
41 - Contribuições	852.360,58	-	852.360,58	839.715,74	12.644,84
42 - Auxílios	59.641.864,85	-	59.641.864,85	51.071.460,17	8.570.404,68
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	2.100.473,65	-	2.100.473,65	2.100.473,63	0,02
90 - Aplicações Diretas	2.237.617.960,00	91.164.415,35	2.328.782.375,35	1.238.612.234,00	1.090.170.141,35
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	7.897.174,42	-	7.897.174,42	4.018.620,97	3.878.553,45
30 - Material de Consumo	11.473.884,38	-	11.473.884,38	4.578.142,52	6.895.741,86
34 - Outras Desp. Pessoal Decor. Contr. Terceirização	46.612.611,11	520.000,00	47.132.611,11	26.189.076,07	20.943.535,04
36 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Física	-	-	-	-	-
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	9.005.010,15	128,40	9.005.138,55	1.561.014,60	7.444.123,95
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	64.366.312,51	45.871,60	64.412.184,11	40.379.955,63	24.032.228,48
51 - Obras e Instalações	1.521.824.946,52	73.294.992,99	1.595.119.939,51	831.856.136,00	763.263.803,51
52 - Equipamentos e Material Permanente	432.470.819,89	16.395.837,24	448.866.657,13	215.019.970,50	233.846.686,63
61 - Aquisição de Imóveis	13.442.500,00	-	13.442.500,00	5.590.488,12	7.852.011,88

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
91 - Sentenças Judiciais	587.357,27	-	587.357,27	546.384,27	40.973,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	61.100.055,19	469.201,24	61.569.256,43	57.797.037,69	3.772.218,74
93 - Indenizações e Restituições	68.837.288,56	438.383,88	69.275.672,44	51.075.407,63	18.200.264,81
91 - Aplicação Direta Decor. de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	2.277.364,58	-	2.277.364,58	697.867,86	1.579.496,72
51 - Obras e Instalações	5.000,00	-	5.000,00	-	5.000,00
52 - Equipamentos e Material Permanente	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	-
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.850.000,00	-	1.850.000,00	682.867,86	1.167.132,14
93 - Indenizações e Restituições	407.364,58	-	407.364,58	-	407.364,58
5 - Inversões Financeiras	87.625.784,83	-	87.625.784,83	85.630.166,35	1.995.618,48
90 - Aplicações Diretas	87.625.784,83	-	87.625.784,83	85.630.166,35	1.995.618,48
61 - Aquisição de Imóveis	57.694.163,00	-	57.694.163,00	55.827.794,92	1.866.368,08
65 - Const. ou Aumento de Capital de Empresas	18.016.157,14	-	18.016.157,14	18.014.157,14	2.000,00
66 - Concessão de Empréstimos e Financiam.	11.543.372,31	-	11.543.372,31	11.416.121,91	127.250,40
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	372.092,38	-	372.092,38	372.092,38	-
6 - Amortização da Dívida	879.141.354,05	-	879.141.354,05	808.515.184,72	70.626.169,33
90 - Aplicações Diretas	879.141.354,05	-	879.141.354,05	808.515.184,72	70.626.169,33
71 - Principal da Dívida Contrat. Resgatado	850.936.363,02	-	850.936.363,02	780.310.193,69	70.626.169,33
93 - Indenizações e Restituições	28.204.991,03	-	28.204.991,03	28.204.991,03	-
TOTAL	**30.046.725.946,07**	**161.719.855,12**	**30.208.445.801,19**	**26.943.046.391,50**	**3.265.399.409,69**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

Notas Explicativas

001 - Estão sendo consideradas como despesas realizadas as despesas empenhadas no exercício.

002 - A coluna Créditos Orçamentários e Suplementares menos Anulações está trazendo todas as Descentralizações de Créditos.

003 - A coluna Créditos Especiais e Extraordinários menos Anulações tem como base o Demonstrativo dos Créditos Especiais e Extraordinários Abertos no Exercício, incluindo as suas movimentações orçamentárias, exceto as Descentralizações de Créditos, que estão contidas na coluna Créditos Orçamentários e Suplementares menos Anulações.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
10001 - Assembleia Legislativa do Estado	696.138.063,73	-	696.138.063,73	674.668.434,80	21.469.628,93
3 - Despesas Correntes	629.052.372,05	-	629.052.372,05	613.544.581,48	15.507.790,57
1 - Pessoal e Encargos Sociais	447.365.435,87	-	447.365.435,87	444.290.996,09	3.074.439,78
3 - Outras Despesas Correntes	181.686.936,18	-	181.686.936,18	169.253.585,39	12.433.350,79
4 - Despesas de Capital	67.085.691,68	-	67.085.691,68	61.123.853,32	5.961.838,36
4 - Investimentos	10.597.808,68	-	10.597.808,68	6.123.853,32	4.473.955,36
5 - Inversões Financeiras	56.487.883,00	-	56.487.883,00	55.000.000,00	1.487.883,00
20001 - Tribunal de Contas do Estado	278.251.734,27	-	278.251.734,27	271.953.515,64	6.298.218,63
3 - Despesas Correntes	275.927.492,17	-	275.927.492,17	269.629.273,54	6.298.218,63
1 - Pessoal e Encargos Sociais	234.252.430,34	-	234.252.430,34	228.687.067,17	5.565.363,17
3 - Outras Despesas Correntes	41.675.061,83	-	41.675.061,83	40.942.206,37	732.855,46
4 - Despesas de Capital	2.324.242,10	-	2.324.242,10	2.324.242,10	-
4 - Investimentos	2.324.242,10	-	2.324.242,10	2.324.242,10	-
30001 - Tribunal de Justiça do Estado	2.394.721.686,01	-	2.394.721.686,01	2.156.730.216,53	237.991.469,48
3 - Despesas Correntes	2.356.802.034,57	-	2.356.802.034,57	2.140.721.279,99	216.080.754,58
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.800.581.669,62	-	1.800.581.669,62	1.701.963.590,53	98.618.079,09
3 - Outras Despesas Correntes	556.220.364,95	-	556.220.364,95	438.757.689,46	117.462.675,49
4 - Despesas de Capital	37.919.651,44	-	37.919.651,44	16.008.936,54	21.910.714,90
4 - Investimentos	37.909.651,44	-	37.909.651,44	16.008.936,54	21.900.714,90
5 - Inversões Financeiras	10.000,00	-	10.000,00	-	10.000,00
30091 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça	297.650.427,62	27.210.000,00	324.860.427,62	225.763.457,25	99.096.970,37
3 - Despesas Correntes	243.436.301,28	27.210.000,00	270.646.301,28	208.590.957,25	62.055.344,03
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.260.000,00	-	7.260.000,00	4.948.722,06	2.311.277,94
3 - Outras Despesas Correntes	236.176.301,28	27.210.000,00	263.386.301,28	203.642.235,19	59.744.066,09
4 - Despesas de Capital	54.214.126,34	-	54.214.126,34	17.172.500,00	37.041.626,34
4 - Investimentos	54.204.126,34	-	54.204.126,34	17.172.500,00	37.031.626,34
5 - Inversões Financeiras	10.000,00	-	10.000,00	-	10.000,00
40001 - Ministério Público	825.117.067,68	-	825.117.067,68	808.050.284,20	17.066.783,48

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	786.885.226,04	-	786.885.226,04	777.328.237,87	9.556.988,17
1 - Pessoal e Encargos Sociais	543.640.939,02	-	543.640.939,02	543.367.227,53	273.711,49
3 - Outras Despesas Correntes	243.244.287,02	-	243.244.287,02	233.961.010,34	9.283.276,68
4 - Despesas de Capital	38.231.841,64	-	38.231.841,64	30.722.046,33	7.509.795,31
4 - Investimentos	38.231.841,64	-	38.231.841,64	30.722.046,33	7.509.795,31
40091 - Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados	33.717.177,27	-	33.717.177,27	178.288,17	33.538.889,10
3 - Despesas Correntes	16.951.084,44	-	16.951.084,44	76.200,00	16.874.884,44
3 - Outras Despesas Correntes	16.951.084,44	-	16.951.084,44	76.200,00	16.874.884,44
4 - Despesas de Capital	16.766.092,83	-	16.766.092,83	102.088,17	16.664.004,66
4 - Investimentos	16.766.092,83	-	16.766.092,83	102.088,17	16.664.004,66
40092 - Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público SC	488.106,94	-	488.106,94	-	488.106,94
3 - Despesas Correntes	473.106,94	-	473.106,94	-	473.106,94
1 - Pessoal e Encargos Sociais	19.015,28	-	19.015,28	-	19.015,28
3 - Outras Despesas Correntes	454.091,66	-	454.091,66	-	454.091,66
4 - Despesas de Capital	15.000,00	-	15.000,00	-	15.000,00
4 - Investimentos	15.000,00	-	15.000,00	-	15.000,00
40093 - Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público	40.222.849,13	-	40.222.849,13	-	40.222.849,13
3 - Despesas Correntes	15.125.865,97	-	15.125.865,97	-	15.125.865,97
3 - Outras Despesas Correntes	15.125.865,97	-	15.125.865,97	-	15.125.865,97
4 - Despesas de Capital	25.096.983,16	-	25.096.983,16	-	25.096.983,16
4 - Investimentos	25.096.983,16	-	25.096.983,16	-	25.096.983,16
150001 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	66.937.123,24	-	66.937.123,24	66.774.399,43	162.723,81
3 - Despesas Correntes	66.763.697,91	-	66.763.697,91	66.600.974,10	162.723,81
1 - Pessoal e Encargos Sociais	48.279.808,09	-	48.279.808,09	48.279.808,09	-

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Outras Despesas Correntes	18.483.889,82	-	18.483.889,82	18.321.166,01	162.723,81
4 - Despesas de Capital	173.425,33	-	173.425,33	173.425,33	-
4 - Investimentos	173.425,33	-	173.425,33	173.425,33	-
150091 - Fundo de Acesso à Justiça	34.690.000,00	-	34.690.000,00	45.035,47	34.644.964,53
3 - Despesas Correntes	34.690.000,00	-	34.690.000,00	45.035,47	34.644.964,53
3 - Outras Despesas Correntes	34.690.000,00	-	34.690.000,00	45.035,47	34.644.964,53
160001 - Secretaria de Estado da Segurança Pública	2.200,00	-	2.200,00	-	2.200,00
4 - Despesas de Capital	2.200,00	-	2.200,00	-	2.200,00
4 - Investimentos	2.200,00	-	2.200,00	-	2.200,00
160084 - Fundo de Melhoria da Polícia Civil	578.879.997,46	3.285.271,46	582.165.268,92	579.395.588,00	2.769.680,92
3 - Despesas Correntes	576.784.676,70	106.060,80	576.890.737,50	575.449.159,25	1.441.578,25
1 - Pessoal e Encargos Sociais	463.036.546,10	-	463.036.546,10	463.036.544,34	1,76
3 - Outras Despesas Correntes	113.748.130,60	106.060,80	113.854.191,40	112.412.614,91	1.441.576,49
4 - Despesas de Capital	2.095.320,76	3.179.210,66	5.274.531,42	3.946.428,75	1.328.102,67
4 - Investimentos	2.095.320,76	3.179.210,66	5.274.531,42	3.946.428,75	1.328.102,67
160085 - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	462.287.340,33	-	462.287.340,33	443.501.273,46	18.786.066,87
3 - Despesas Correntes	456.239.316,35	-	456.239.316,35	440.406.636,25	15.832.680,10
1 - Pessoal e Encargos Sociais	294.733.966,92	-	294.733.966,92	294.731.481,53	2.485,39
3 - Outras Despesas Correntes	161.505.349,43	-	161.505.349,43	145.675.154,72	15.830.194,71
4 - Despesas de Capital	6.048.023,98	-	6.048.023,98	3.094.637,21	2.953.386,77
4 - Investimentos	6.048.023,98	-	6.048.023,98	3.094.637,21	2.953.386,77
160091 - Fundo para Melhoria da Segurança Pública	404.204.272,55	-	404.204.272,55	368.418.341,11	35.785.931,44
3 - Despesas Correntes	320.389.054,75	-	320.389.054,75	315.691.936,06	4.697.118,69
1 - Pessoal e Encargos Sociais	141.739.893,59	-	141.739.893,59	141.596.580,18	143.313,41
3 - Outras Despesas Correntes	178.649.161,16	-	178.649.161,16	174.095.355,88	4.553.805,28
4 - Despesas de Capital	83.815.217,80	-	83.815.217,80	52.726.405,05	31.088.812,75
4 - Investimentos	83.815.217,80	-	83.815.217,80	52.726.405,05	31.088.812,75

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
160097 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar	1.477.992.180,76	188.604,75	1.478.180.785,51	1.456.399.397,30	21.781.388,21
3 - Despesas Correntes	1.442.194.713,85	29.000,00	1.442.223.713,85	1.435.121.907,91	7.101.805,94
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.111.501.939,11	-	1.111.501.939,11	1.111.494.682,84	7.256,27
3 - Outras Despesas Correntes	330.692.774,74	29.000,00	330.721.774,74	323.627.225,07	7.094.549,67
4 - Despesas de Capital	35.797.466,91	159.604,75	35.957.071,66	21.277.489,39	14.679.582,27
4 - Investimentos	35.797.466,91	159.604,75	35.957.071,66	21.277.489,39	14.679.582,27
180001 - Secretaria de Estado do Planejamento	10.543.180,25	-	10.543.180,25	10.528.653,03	14.527,22
3 - Despesas Correntes	10.541.274,08	-	10.541.274,08	10.526.746,86	14.527,22
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.378.789,28	-	8.378.789,28	8.378.787,01	2,27
3 - Outras Despesas Correntes	2.162.484,80	-	2.162.484,80	2.147.959,85	14.524,95
4 - Despesas de Capital	1.906,17	-	1.906,17	1.906,17	-
4 - Investimentos	1.906,17	-	1.906,17	1.906,17	-
180021 - Superintendencia de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Gde Florianópolis - SUDERF	570.842,24	-	570.842,24	563.329,34	7.512,90
3 - Despesas Correntes	570.842,24	-	570.842,24	563.329,34	7.512,90
1 - Pessoal e Encargos Sociais	480.229,87	-	480.229,87	480.229,17	0,70
3 - Outras Despesas Correntes	90.612,37	-	90.612,37	83.100,17	7.512,20
230001 - Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte	55.023.443,64	-	55.023.443,64	43.301.736,33	11.721.707,31
3 - Despesas Correntes	15.517.323,66	-	15.517.323,66	13.984.483,92	1.532.839,74
1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.342.844,75	-	10.342.844,75	10.306.057,98	36.786,77
3 - Outras Despesas Correntes	5.174.478,91	-	5.174.478,91	3.678.425,94	1.496.052,97
4 - Despesas de Capital	39.506.119,98	-	39.506.119,98	29.317.252,41	10.188.867,57
4 - Investimentos	39.506.119,98	-	39.506.119,98	29.317.252,41	10.188.867,57
230021 - Fundação Catarinense de Esporte	24.396.876,61	-	24.396.876,61	21.775.449,72	2.621.426,89
3 - Despesas Correntes	24.370.528,94	-	24.370.528,94	21.749.347,75	2.621.181,19
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.339.408,60	-	5.339.408,60	5.339.390,73	17,87
3 - Outras Despesas Correntes	19.031.120,34	-	19.031.120,34	16.409.957,02	2.621.163,32

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	26.347,67	-	26.347,67	26.101,97	245,70
4 - Investimentos	26.347,67	-	26.347,67	26.101,97	245,70
230022 - Fundação Catarinense de Cultura	35.396.209,18	-	35.396.209,18	34.991.998,77	404.210,41
3 - Despesas Correntes	35.299.039,18	-	35.299.039,18	34.894.829,11	404.210,07
1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.260.674,06	-	13.260.674,06	13.260.672,01	2,05
3 - Outras Despesas Correntes	22.038.365,12	-	22.038.365,12	21.634.157,10	404.208,02
4 - Despesas de Capital	97.170,00	-	97.170,00	97.169,66	0,34
4 - Investimentos	97.170,00	-	97.170,00	97.169,66	0,34
230023 - Santa Catarina Turismo S.A.	13.029.814,77	-	13.029.814,77	12.258.003,00	771.811,77
3 - Despesas Correntes	12.750.344,22	-	12.750.344,22	12.093.262,45	657.081,77
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.305.572,49	-	5.305.572,49	5.014.738,87	290.833,62
3 - Outras Despesas Correntes	7.444.771,73	-	7.444.771,73	7.078.523,58	366.248,15
4 - Despesas de Capital	279.470,55	-	279.470,55	164.740,55	114.730,00
4 - Investimentos	279.470,55	-	279.470,55	164.740,55	114.730,00
230093 - Fundo Estadual de Incentivo à Cultura	848.262,92	-	848.262,92	777.158,03	71.104,89
3 - Despesas Correntes	289.073,81	-	289.073,81	217.968,92	71.104,89
3 - Outras Despesas Correntes	289.073,81	-	289.073,81	217.968,92	71.104,89
4 - Despesas de Capital	559.189,11	-	559.189,11	559.189,11	-
4 - Investimentos	559.189,11	-	559.189,11	559.189,11	-
230094 - Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo	1.560.786,29	-	1.560.786,29	1.452.762,94	108.023,35
3 - Despesas Correntes	1.509.991,69	-	1.509.991,69	1.452.762,94	57.228,75
3 - Outras Despesas Correntes	1.509.991,69	-	1.509.991,69	1.452.762,94	57.228,75
4 - Despesas de Capital	50.794,60	-	50.794,60	-	50.794,60
4 - Investimentos	50.794,60	-	50.794,60	-	50.794,60
230095 - Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte	5.389.423,26	-	5.389.423,26	5.231.957,33	157.465,93
3 - Despesas Correntes	1.838.163,65	-	1.838.163,65	1.768.369,16	69.794,49
3 - Outras Despesas Correntes	1.838.163,65	-	1.838.163,65	1.768.369,16	69.794,49

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	3.551.259,61	-	3.551.259,61	3.463.588,17	87.671,44
4 - Investimentos	3.551.259,61	-	3.551.259,61	3.463.588,17	87.671,44
260001 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	58.622.640,39	239.494,13	58.862.134,52	38.526.587,82	20.335.546,70
3 - Despesas Correntes	50.409.582,99	239.044,46	50.648.627,45	38.393.451,45	12.255.176,00
1 - Pessoal e Encargos Sociais	19.921.954,95	-	19.921.954,95	19.921.950,26	4,69
3 - Outras Despesas Correntes	30.487.628,04	239.044,46	30.726.672,50	18.471.501,19	12.255.171,31
4 - Despesas de Capital	8.213.057,40	449,67	8.213.507,07	133.136,37	8.080.370,70
4 - Investimentos	8.213.057,40	449,67	8.213.507,07	133.136,37	8.080.370,70
260022 - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	23.778.272,76	-	23.778.272,76	14.205.984,46	9.572.288,30
3 - Despesas Correntes	22.826.399,39	-	22.826.399,39	14.205.984,46	8.620.414,93
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.007.070,55	-	12.007.070,55	10.968.935,62	1.038.134,93
3 - Outras Despesas Correntes	10.819.328,84	-	10.819.328,84	3.237.048,84	7.582.280,00
4 - Despesas de Capital	951.873,37	-	951.873,37	-	951.873,37
4 - Investimentos	951.873,37	-	951.873,37	-	951.873,37
260093 - Fundo Estadual de Assistência Social	32.569.755,90	2.673.662,35	35.243.418,25	29.952.511,39	5.290.906,86
3 - Despesas Correntes	25.521.461,04	2.673.662,35	28.195.123,39	22.904.216,53	5.290.906,86
3 - Outras Despesas Correntes	25.521.461,04	2.673.662,35	28.195.123,39	22.904.216,53	5.290.906,86
4 - Despesas de Capital	7.048.294,86	-	7.048.294,86	7.048.294,86	-
4 - Investimentos	7.048.294,86	-	7.048.294,86	7.048.294,86	-
260094 - Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	-
4 - Despesas de Capital	-	-	-	-	-
4 - Investimentos	-	-	-	-	-
260096 - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	26.359.772,61	28.418.365,67	54.778.138,28	34.920.061,00	19.858.077,28
4 - Despesas de Capital	26.359.772,61	28.418.365,67	54.778.138,28	34.920.061,00	19.858.077,28

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Investimentos	26.359.772,61	28.418.365,67	54.778.138,28	34.920.061,00	19.858.077,28
260099 - Fundo para a Infância e Adolescência	3.556.861,29	-	3.556.861,29	737.022,03	2.819.839,26
3 - Despesas Correntes	3.556.861,29	-	3.556.861,29	737.022,03	2.819.839,26
3 - Outras Despesas Correntes	3.556.861,29	-	3.556.861,29	737.022,03	2.819.839,26
270001 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	35.187.731,16	-	35.187.731,16	27.928.232,05	7.259.499,11
3 - Despesas Correntes	29.470.160,47	-	29.470.160,47	24.597.813,28	4.872.347,19
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.202.286,61	-	9.202.286,61	9.202.286,61	-
3 - Outras Despesas Correntes	20.267.873,86	-	20.267.873,86	15.395.526,67	4.872.347,19
4 - Despesas de Capital	5.717.570,69	-	5.717.570,69	3.330.418,77	2.387.151,92
4 - Investimentos	5.717.570,69	-	5.717.570,69	3.330.418,77	2.387.151,92
270021 - Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - IMA	77.819.034,22	-	77.819.034,22	60.464.977,36	17.354.056,86
3 - Despesas Correntes	76.526.012,60	-	76.526.012,60	59.304.049,25	17.221.963,35
1 - Pessoal e Encargos Sociais	45.784.426,86	-	45.784.426,86	43.697.926,49	2.086.500,37
3 - Outras Despesas Correntes	30.741.585,74	-	30.741.585,74	15.606.122,76	15.135.462,98
4 - Despesas de Capital	1.293.021,62	-	1.293.021,62	1.160.928,11	132.093,51
4 - Investimentos	1.293.021,62	-	1.293.021,62	1.160.928,11	132.093,51
270023 - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina	16.786.995,00	-	16.786.995,00	15.237.143,31	1.549.851,69
3 - Despesas Correntes	16.611.817,00	-	16.611.817,00	15.232.048,29	1.379.768,71
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.607.552,68	-	9.607.552,68	8.947.052,94	660.499,74
3 - Outras Despesas Correntes	7.004.264,32	-	7.004.264,32	6.284.995,35	719.268,97
4 - Despesas de Capital	175.178,00	-	175.178,00	5.095,02	170.082,98
4 - Investimentos	175.178,00	-	175.178,00	5.095,02	170.082,98
270024 - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	59.416.585,02	-	59.416.585,02	41.045.502,14	18.371.082,88
3 - Despesas Correntes	47.556.666,76	-	47.556.666,76	35.569.895,82	11.986.770,94

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.676.157,00	-	2.676.157,00	2.676.145,93	11,07
3 - Outras Despesas Correntes	44.880.509,76	-	44.880.509,76	32.893.749,89	11.986.759,87
4 - Despesas de Capital	11.859.918,26	-	11.859.918,26	5.475.606,32	6.384.311,94
4 - Investimentos	11.859.918,26	-	11.859.918,26	5.475.606,32	6.384.311,94
270025 - Instituto de Metrologia de Santa Catarina	30.948.201,69	-	30.948.201,69	21.458.713,85	9.489.487,84
3 - Despesas Correntes	29.980.201,69	-	29.980.201,69	21.079.489,37	8.900.712,32
1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.720.473,23	-	16.720.473,23	12.261.974,04	4.458.499,19
3 - Outras Despesas Correntes	13.259.728,46	-	13.259.728,46	8.817.515,33	4.442.213,13
4 - Despesas de Capital	968.000,00	-	968.000,00	379.224,48	588.775,52
4 - Investimentos	968.000,00	-	968.000,00	379.224,48	588.775,52
270029 - Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - Aresc	9.328.460,90	-	9.328.460,90	8.305.067,40	1.023.393,50
3 - Despesas Correntes	8.646.846,00	-	8.646.846,00	8.304.287,40	342.558,60
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.434.593,85	-	5.434.593,85	5.398.785,55	35.808,30
3 - Outras Despesas Correntes	3.212.252,15	-	3.212.252,15	2.905.501,85	306.750,30
4 - Despesas de Capital	681.614,90	-	681.614,90	780,00	680.834,90
4 - Investimentos	681.614,90	-	681.614,90	780,00	680.834,90
270030 - Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS	66.368.864,02	-	66.368.864,02	18.490,02	66.350.374,00
3 - Despesas Correntes	48.900.930,02	-	48.900.930,02	18.490,02	48.882.440,00
1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.245.068,38	-	16.245.068,38	17.437,38	16.227.631,00
3 - Outras Despesas Correntes	32.655.861,64	-	32.655.861,64	1.052,64	32.654.809,00
4 - Despesas de Capital	17.467.934,00	-	17.467.934,00	-	17.467.934,00
4 - Investimentos	17.467.934,00	-	17.467.934,00	-	17.467.934,00
270091 - Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	394.546,22	-	394.546,22	228.427,22	166.119,00
3 - Despesas Correntes	394.546,22	-	394.546,22	228.427,22	166.119,00
3 - Outras Despesas Correntes	394.546,22	-	394.546,22	228.427,22	166.119,00

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
270092 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos	23.733.565,63	-	23.733.565,63	2.706.592,78	21.026.972,85
3 - Despesas Correntes	21.853.793,72	-	21.853.793,72	2.389.123,23	19.464.670,49
1 - Pessoal e Encargos Sociais	68.000,00	-	68.000,00	65.286,46	2.713,54
3 - Outras Despesas Correntes	21.785.793,72	-	21.785.793,72	2.323.836,77	19.461.956,95
4 - Despesas de Capital	1.879.771,91	-	1.879.771,91	317.469,55	1.562.302,36
4 - Investimentos	1.879.771,91	-	1.879.771,91	317.469,55	1.562.302,36
270095 - Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas	622.190,89	-	622.190,89	525.215,49	96.975,40
3 - Despesas Correntes	614.190,89	-	614.190,89	517.315,50	96.875,39
3 - Outras Despesas Correntes	614.190,89	-	614.190,89	517.315,50	96.875,39
4 - Despesas de Capital	8.000,00	-	8.000,00	7.899,99	100,01
4 - Investimentos	8.000,00	-	8.000,00	7.899,99	100,01
410001 - Secretaria de Estado da Casa Civil	41.178.916,71	-	41.178.916,71	41.065.540,25	113.376,46
3 - Despesas Correntes	41.164.162,79	-	41.164.162,79	41.050.786,33	113.376,46
1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.292.677,16	-	17.292.677,16	17.292.674,74	2,42
3 - Outras Despesas Correntes	23.871.485,63	-	23.871.485,63	23.758.111,59	113.374,04
4 - Despesas de Capital	14.753,92	-	14.753,92	14.753,92	-
4 - Investimentos	14.753,92	-	14.753,92	14.753,92	-
410002 - Procuradoria Geral do Estado	170.816.735,34	-	170.816.735,34	169.512.330,04	1.304.405,30
3 - Despesas Correntes	170.816.735,34	-	170.816.735,34	169.512.330,04	1.304.405,30
1 - Pessoal e Encargos Sociais	134.697.543,25	-	134.697.543,25	133.396.293,76	1.301.249,49
3 - Outras Despesas Correntes	36.119.192,09	-	36.119.192,09	36.116.036,28	3.155,81
410003 - Secretaria Executiva de Articulação Nacional	4.515.366,20	-	4.515.366,20	4.515.365,04	1,16
3 - Despesas Correntes	4.515.366,20	-	4.515.366,20	4.515.365,04	1,16
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.997.518,37	-	2.997.518,37	2.997.517,67	0,70
3 - Outras Despesas Correntes	1.517.847,83	-	1.517.847,83	1.517.847,37	0,46
410004 - Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais	468.936,46	-	468.936,46	468.936,46	-

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	468.936,46	-	468.936,46	468.936,46	-
1 - Pessoal e Encargos Sociais	364.311,04	-	364.311,04	364.311,04	-
3 - Outras Despesas Correntes	104.625,42	-	104.625,42	104.625,42	-
4 - Despesas de Capital	-	-	-	-	-
4 - Investimentos	-	-	-	-	-
410005 - Secretaria de Estado de Comunicação	22.385.221,82	-	22.385.221,82	22.385.220,73	1,09
3 - Despesas Correntes	22.380.861,82	-	22.380.861,82	22.380.860,73	1,09
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.531.538,10	-	4.531.538,10	4.531.537,24	0,86
3 - Outras Despesas Correntes	17.849.323,72	-	17.849.323,72	17.849.323,49	0,23
4 - Despesas de Capital	4.360,00	-	4.360,00	4.360,00	-
4 - Investimentos	4.360,00	-	4.360,00	4.360,00	-
410031 - Agência de Desenvolvimento Regional de Itapiranga	838.265,34	-	838.265,34	838.265,34	-
3 - Despesas Correntes	836.955,34	-	836.955,34	836.955,34	-
1 - Pessoal e Encargos Sociais	577.943,05	-	577.943,05	577.943,05	-
3 - Outras Despesas Correntes	259.012,29	-	259.012,29	259.012,29	-
4 - Despesas de Capital	1.310,00	-	1.310,00	1.310,00	-
4 - Investimentos	1.310,00	-	1.310,00	1.310,00	-
410032 - Agência de Desenvolvimento Regional de Quilombo	661.507,94	4.142,80	665.650,74	665.650,74	-
3 - Despesas Correntes	658.988,04	4.142,80	663.130,84	663.130,84	-
1 - Pessoal e Encargos Sociais	527.384,63	-	527.384,63	527.384,63	-
3 - Outras Despesas Correntes	131.603,41	4.142,80	135.746,21	135.746,21	-
4 - Despesas de Capital	2.519,90	-	2.519,90	2.519,90	-
4 - Investimentos	2.519,90	-	2.519,90	2.519,90	-
410033 - Agência de Desenvolvimento Regional de Seara	817.072,22	-	817.072,22	817.072,22	-
3 - Despesas Correntes	776.456,29	-	776.456,29	776.456,29	-

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	476.952,05	-	476.952,05	476.952,05	-
3 - Outras Despesas Correntes	299.504,24	-	299.504,24	299.504,24	-
4 - Despesas de Capital	40.615,93	-	40.615,93	40.615,93	-
4 - Investimentos	40.615,93	-	40.615,93	40.615,93	-
410034 - Agência de Desenvolvimento Regional de Taió	689.668,05	-	689.668,05	689.668,05	-
3 - Despesas Correntes	687.188,05	-	687.188,05	687.188,05	-
1 - Pessoal e Encargos Sociais	529.207,26	-	529.207,26	529.207,26	-
3 - Outras Despesas Correntes	157.980,79	-	157.980,79	157.980,79	-
4 - Despesas de Capital	2.480,00	-	2.480,00	2.480,00	-
4 - Investimentos	2.480,00	-	2.480,00	2.480,00	-
410035 - Agência de Desenvolvimento Regional de Timbó	1.146.370,03	-	1.146.370,03	1.146.370,03	-
3 - Despesas Correntes	700.198,79	-	700.198,79	700.198,79	-
1 - Pessoal e Encargos Sociais	501.824,81	-	501.824,81	501.824,81	-
3 - Outras Despesas Correntes	198.373,98	-	198.373,98	198.373,98	-
4 - Despesas de Capital	446.171,24	-	446.171,24	446.171,24	-
4 - Investimentos	446.171,24	-	446.171,24	446.171,24	-
410036 - Agência de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte	774.721,07	-	774.721,07	774.721,07	-
3 - Despesas Correntes	774.721,07	-	774.721,07	774.721,07	-
1 - Pessoal e Encargos Sociais	535.961,80	-	535.961,80	535.961,80	-
3 - Outras Despesas Correntes	238.759,27	-	238.759,27	238.759,27	-
4 - Despesas de Capital	-	-	-	-	-
4 - Investimentos	-	-	-	-	-
410037 - Agência de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste	26.261.442,59	-	26.261.442,59	24.440.968,83	1.820.473,76
3 - Despesas Correntes	20.895.183,72	-	20.895.183,72	19.166.910,74	1.728.272,98

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.482.344,49	-	9.482.344,49	9.482.340,84	3,65
3 - Outras Despesas Correntes	11.412.839,23	-	11.412.839,23	9.684.569,90	1.728.269,33
4 - Despesas de Capital	5.366.258,87	-	5.366.258,87	5.274.058,09	92.200,78
4 - Investimentos	5.366.258,87	-	5.366.258,87	5.274.058,09	92.200,78
410038 - Agência de Desenvolvimento Regional de Maravilha	22.905.268,77	-	22.905.268,77	20.942.919,99	1.962.348,78
3 - Despesas Correntes	17.707.682,82	-	17.707.682,82	16.091.437,99	1.616.244,83
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.823.802,69	-	6.823.802,69	6.823.799,69	3,00
3 - Outras Despesas Correntes	10.883.880,13	-	10.883.880,13	9.267.638,30	1.616.241,83
4 - Despesas de Capital	5.197.585,95	-	5.197.585,95	4.851.482,00	346.103,95
4 - Investimentos	5.197.585,95	-	5.197.585,95	4.851.482,00	346.103,95
410039 - Agência de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste	16.866.442,04	-	16.866.442,04	15.633.752,95	1.232.689,09
3 - Despesas Correntes	11.614.866,16	-	11.614.866,16	10.400.422,62	1.214.443,54
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.756.041,61	-	5.756.041,61	5.756.041,61	-
3 - Outras Despesas Correntes	5.858.824,55	-	5.858.824,55	4.644.381,01	1.214.443,54
4 - Despesas de Capital	5.251.575,88	-	5.251.575,88	5.233.330,33	18.245,55
4 - Investimentos	5.251.575,88	-	5.251.575,88	5.233.330,33	18.245,55
410040 - Agência de Desenvolvimento Regional de Chapecó	24.588.080,65	-	24.588.080,65	21.591.382,68	2.996.697,97
3 - Despesas Correntes	15.724.257,85	-	15.724.257,85	14.074.390,16	1.649.867,69
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.487.511,79	-	6.487.511,79	6.487.509,44	2,35
3 - Outras Despesas Correntes	9.236.746,06	-	9.236.746,06	7.586.880,72	1.649.865,34
4 - Despesas de Capital	8.863.822,80	-	8.863.822,80	7.516.992,52	1.346.830,28
4 - Investimentos	8.863.822,80	-	8.863.822,80	7.516.992,52	1.346.830,28
410041 - Agência de Desenvolvimento Regional de Xanxerê	22.423.442,48	-	22.423.442,48	21.038.002,44	1.385.440,04
3 - Despesas Correntes	16.325.673,79	-	16.325.673,79	15.053.041,21	1.272.632,58

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.353.891,56	-	5.353.891,56	5.353.891,56	-
3 - Outras Despesas Correntes	10.971.782,23	-	10.971.782,23	9.699.149,65	1.272.632,58
4 - Despesas de Capital	6.097.768,69	-	6.097.768,69	5.984.961,23	112.807,46
4 - Investimentos	6.097.768,69	-	6.097.768,69	5.984.961,23	112.807,46
410042 - Agência de Desenvolvimento Regional de Concórdia	18.097.759,88	-	18.097.759,88	16.975.562,41	1.122.197,47
3 - Despesas Correntes	14.499.238,76	-	14.499.238,76	13.414.076,29	1.085.162,47
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.095.979,62	-	6.095.979,62	6.095.946,35	33,27
3 - Outras Despesas Correntes	8.403.259,14	-	8.403.259,14	7.318.129,94	1.085.129,20
4 - Despesas de Capital	3.598.521,12	-	3.598.521,12	3.561.486,12	37.035,00
4 - Investimentos	3.598.521,12	-	3.598.521,12	3.561.486,12	37.035,00
410043 - Agência de Desenvolvimento Regional de Joaçaba	18.241.632,16	-	18.241.632,16	17.314.910,32	926.721,84
3 - Despesas Correntes	13.663.055,81	-	13.663.055,81	12.770.380,01	892.675,80
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.779.869,41	-	6.779.869,41	6.779.866,56	2,85
3 - Outras Despesas Correntes	6.883.186,40	-	6.883.186,40	5.990.513,45	892.672,95
4 - Despesas de Capital	4.578.576,35	-	4.578.576,35	4.544.530,31	34.046,04
4 - Investimentos	4.578.576,35	-	4.578.576,35	4.544.530,31	34.046,04
410044 - Agência de Desenvolvimento Regional de Campos Novos	10.665.962,20	2.534.739,57	13.200.701,77	12.749.507,93	451.193,84
3 - Despesas Correntes	7.390.057,14	-	7.390.057,14	6.975.070,61	414.986,53
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.366.582,49	-	3.366.582,49	3.366.579,19	3,30
3 - Outras Despesas Correntes	4.023.474,65	-	4.023.474,65	3.608.491,42	414.983,23
4 - Despesas de Capital	3.275.905,06	2.534.739,57	5.810.644,63	5.774.437,32	36.207,31
4 - Investimentos	3.275.905,06	2.534.739,57	5.810.644,63	5.774.437,32	36.207,31
410045 - Agência de Desenvolvimento Regional de Videira	24.688.991,82	-	24.688.991,82	22.195.349,07	2.493.642,75
3 - Despesas Correntes	18.187.981,67	-	18.187.981,67	17.143.215,06	1.044.766,61

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.071.416,75	-	7.071.416,75	7.071.414,09	2,66
3 - Outras Despesas Correntes	11.116.564,92	-	11.116.564,92	10.071.800,97	1.044.763,95
4 - Despesas de Capital	6.501.010,15	-	6.501.010,15	5.052.134,01	1.448.876,14
4 - Investimentos	6.501.010,15	-	6.501.010,15	5.052.134,01	1.448.876,14
410046 - Agência de Desenvolvimento Regional de Caçador	1.086.882,92	-	1.086.882,92	1.086.882,92	-
3 - Despesas Correntes	1.086.882,92	-	1.086.882,92	1.086.882,92	-
1 - Pessoal e Encargos Sociais	777.947,45	-	777.947,45	777.947,45	-
3 - Outras Despesas Correntes	308.935,47	-	308.935,47	308.935,47	-
4 - Despesas de Capital	-	-	-	-	-
4 - Investimentos	-	-	-	-	-
410047 - Agência de Desenvolvimento Regional de Curitibanos	9.912.608,59	-	9.912.608,59	8.892.457,79	1.020.150,80
3 - Despesas Correntes	8.243.427,91	-	8.243.427,91	7.697.540,05	545.887,86
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.056.278,62	-	4.056.278,62	4.056.275,97	2,65
3 - Outras Despesas Correntes	4.187.149,29	-	4.187.149,29	3.641.264,08	545.885,21
4 - Despesas de Capital	1.669.180,68	-	1.669.180,68	1.194.917,74	474.262,94
4 - Investimentos	1.669.180,68	-	1.669.180,68	1.194.917,74	474.262,94
410048 - Agência de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul	57.284.482,00	-	57.284.482,00	53.457.809,87	3.826.672,13
3 - Despesas Correntes	38.418.033,18	-	38.418.033,18	34.711.149,67	3.706.883,51
1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.000.784,47	-	13.000.784,47	13.000.782,27	2,20
3 - Outras Despesas Correntes	25.417.248,71	-	25.417.248,71	21.710.367,40	3.706.881,31
4 - Despesas de Capital	18.866.448,82	-	18.866.448,82	18.746.660,20	119.788,62
4 - Investimentos	18.866.448,82	-	18.866.448,82	18.746.660,20	119.788,62
410049 - Agência de Desenvolvimento Regional de Ituporanga	956.185,22	-	956.185,22	956.185,22	-
3 - Despesas Correntes	951.175,87	-	951.175,87	951.175,87	-

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	759.385,54	-	759.385,54	759.385,54	-
3 - Outras Despesas Correntes	191.790,33	-	191.790,33	191.790,33	-
4 - Despesas de Capital	5.009,35	-	5.009,35	5.009,35	-
4 - Investimentos	5.009,35	-	5.009,35	5.009,35	-
410050 - Agência de Desenvolvimento Regional de Ibirama	1.061.317,08	-	1.061.317,08	1.061.317,08	-
3 - Despesas Correntes	1.061.317,08	-	1.061.317,08	1.061.317,08	-
1 - Pessoal e Encargos Sociais	776.867,90	-	776.867,90	776.867,90	-
3 - Outras Despesas Correntes	284.449,18	-	284.449,18	284.449,18	-
4 - Despesas de Capital	-	-	-	-	-
4 - Investimentos	-	-	-	-	-
410051 - Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau	48.329.933,21	30.569,76	48.360.502,97	41.280.675,31	7.079.827,66
3 - Despesas Correntes	40.210.830,57	1.896,64	40.212.727,21	33.310.446,62	6.902.280,59
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.487.823,95	-	11.487.823,95	11.487.823,95	-
3 - Outras Despesas Correntes	28.723.006,62	1.896,64	28.724.903,26	21.822.622,67	6.902.280,59
4 - Despesas de Capital	8.119.102,64	28.673,12	8.147.775,76	7.970.228,69	177.547,07
4 - Investimentos	8.119.102,64	28.673,12	8.147.775,76	7.970.228,69	177.547,07
410052 - Agência de Desenvolvimento Regional de Brusque	1.177.924,93	-	1.177.924,93	1.177.924,93	-
3 - Despesas Correntes	1.177.924,93	-	1.177.924,93	1.177.924,93	-
1 - Pessoal e Encargos Sociais	794.176,18	-	794.176,18	794.176,18	-
3 - Outras Despesas Correntes	383.748,75	-	383.748,75	383.748,75	-
4 - Despesas de Capital	-	-	-	-	-
4 - Investimentos	-	-	-	-	-
410053 - Agência de Desenvolvimento Regional de Itajai	35.680.680,82	-	35.680.680,82	35.035.194,05	645.486,77
3 - Despesas Correntes	22.995.346,97	-	22.995.346,97	22.357.742,67	637.604,30

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.690.159,38	-	8.690.159,38	8.690.159,38	-
3 - Outras Despesas Correntes	14.305.187,59	-	14.305.187,59	13.667.583,29	637.604,30
4 - Despesas de Capital	12.685.333,85	-	12.685.333,85	12.677.451,38	7.882,47
4 - Investimentos	12.685.333,85	-	12.685.333,85	12.677.451,38	7.882,47
410054 - Agência de Desenvolvimento Regional de Laguna	4.412.654,82	-	4.412.654,82	4.412.654,82	-
3 - Despesas Correntes	1.614.837,86	-	1.614.837,86	1.614.837,86	-
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.013.295,11	-	1.013.295,11	1.013.295,11	-
3 - Outras Despesas Correntes	601.542,75	-	601.542,75	601.542,75	-
4 - Despesas de Capital	2.797.816,96	-	2.797.816,96	2.797.816,96	-
4 - Investimentos	2.797.816,96	-	2.797.816,96	2.797.816,96	-
410055 - Agência de Desenvolvimento Regional de Tubarão	47.081.345,07	-	47.081.345,07	42.812.769,59	4.268.575,48
3 - Despesas Correntes	37.513.365,52	-	37.513.365,52	33.430.458,71	4.082.906,81
1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.466.059,43	-	13.466.059,43	13.466.053,64	5,79
3 - Outras Despesas Correntes	24.047.306,09	-	24.047.306,09	19.964.405,07	4.082.901,02
4 - Despesas de Capital	9.567.979,55	-	9.567.979,55	9.382.310,88	185.668,67
4 - Investimentos	9.567.979,55	-	9.567.979,55	9.382.310,88	185.668,67
410056 - Agência de Desenvolvimento Regional de Criciúma	39.172.605,23	-	39.172.605,23	36.555.768,71	2.616.836,52
3 - Despesas Correntes	25.176.655,91	-	25.176.655,91	22.765.388,39	2.411.267,52
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.326.623,05	-	7.326.623,05	7.326.620,32	2,73
3 - Outras Despesas Correntes	17.850.032,86	-	17.850.032,86	15.438.768,07	2.411.264,79
4 - Despesas de Capital	13.995.949,32	-	13.995.949,32	13.790.380,32	205.569,00
4 - Investimentos	13.995.949,32	-	13.995.949,32	13.790.380,32	205.569,00
410057 - Agência de Desenvolvimento Regional de Araranguá	27.352.481,55	-	27.352.481,55	26.302.146,35	1.050.335,20
3 - Despesas Correntes	18.319.474,19	-	18.319.474,19	17.378.144,12	941.330,07

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.072.491,06	-	7.072.491,06	7.072.487,88	3,18
3 - Outras Despesas Correntes	11.246.983,13	-	11.246.983,13	10.305.656,24	941.326,89
4 - Despesas de Capital	9.033.007,36	-	9.033.007,36	8.924.002,23	109.005,13
4 - Investimentos	9.033.007,36	-	9.033.007,36	8.924.002,23	109.005,13
410058 - Agência de Desenvolvimento Regional de Joinville	53.464.403,79	-	53.464.403,79	47.926.480,83	5.537.922,96
3 - Despesas Correntes	44.573.042,99	-	44.573.042,99	39.142.421,03	5.430.621,96
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.915.007,69	-	8.915.007,69	8.915.004,57	3,12
3 - Outras Despesas Correntes	35.658.035,30	-	35.658.035,30	30.227.416,46	5.430.618,84
4 - Despesas de Capital	8.891.360,80	-	8.891.360,80	8.784.059,80	107.301,00
4 - Investimentos	8.891.360,80	-	8.891.360,80	8.784.059,80	107.301,00
410059 - Agência de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul	15.794.364,12	-	15.794.364,12	13.740.140,00	2.054.224,12
3 - Despesas Correntes	14.217.425,18	-	14.217.425,18	12.246.920,62	1.970.504,56
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.442.535,03	-	5.442.535,03	5.442.535,03	-
3 - Outras Despesas Correntes	8.774.890,15	-	8.774.890,15	6.804.385,59	1.970.504,56
4 - Despesas de Capital	1.576.938,94	-	1.576.938,94	1.493.219,38	83.719,56
4 - Investimentos	1.576.938,94	-	1.576.938,94	1.493.219,38	83.719,56
410060 - Agência de Desenvolvimento Regional de Mafra	33.050.802,77	-	33.050.802,77	30.002.323,66	3.048.479,11
3 - Despesas Correntes	26.653.358,42	-	26.653.358,42	23.771.007,32	2.882.351,10
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.977.294,00	-	7.977.294,00	7.977.294,00	-
3 - Outras Despesas Correntes	18.676.064,42	-	18.676.064,42	15.793.713,32	2.882.351,10
4 - Despesas de Capital	6.397.444,35	-	6.397.444,35	6.231.316,34	166.128,01
4 - Investimentos	6.397.444,35	-	6.397.444,35	6.231.316,34	166.128,01
410061 - Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas	1.324.733,79	-	1.324.733,79	1.324.733,79	-
3 - Despesas Correntes	1.142.211,68	-	1.142.211,68	1.142.211,68	-

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	769.845,99	-	769.845,99	769.845,99	-
3 - Outras Despesas Correntes	372.365,69	-	372.365,69	372.365,69	-
4 - Despesas de Capital	182.522,11	-	182.522,11	182.522,11	-
4 - Investimentos	182.522,11	-	182.522,11	182.522,11	-
410062 - Agência de Desenvolvimento Regional de Lages	54.834.911,38	62.277,00	54.897.188,38	50.953.347,38	3.943.841,00
3 - Despesas Correntes	25.767.849,12	62.277,00	25.830.126,12	24.422.072,12	1.408.054,00
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.640.785,91	-	8.640.785,91	8.640.783,20	2,71
3 - Outras Despesas Correntes	17.127.063,21	62.277,00	17.189.340,21	15.781.288,92	1.408.051,29
4 - Despesas de Capital	29.067.062,26	-	29.067.062,26	26.531.275,26	2.535.787,00
4 - Investimentos	29.067.062,26	-	29.067.062,26	26.531.275,26	2.535.787,00
410063 - Agência de Desenvolvimento Regional de São Joaquim	770.814,20	-	770.814,20	770.814,20	-
3 - Despesas Correntes	770.814,20	-	770.814,20	770.814,20	-
1 - Pessoal e Encargos Sociais	648.229,44	-	648.229,44	648.229,44	-
3 - Outras Despesas Correntes	122.584,76	-	122.584,76	122.584,76	-
4 - Despesas de Capital	-	-	-	-	-
4 - Investimentos	-	-	-	-	-
410064 - Agência de Desenvolvimento Regional de Palmitos	958.708,87	-	958.708,87	958.708,87	-
3 - Despesas Correntes	958.708,87	-	958.708,87	958.708,87	-
1 - Pessoal e Encargos Sociais	708.926,64	-	708.926,64	708.926,64	-
3 - Outras Despesas Correntes	249.782,23	-	249.782,23	249.782,23	-
4 - Despesas de Capital	-	-	-	-	-
4 - Investimentos	-	-	-	-	-
410065 - Agência de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira	681.441,31	-	681.441,31	681.441,31	-
3 - Despesas Correntes	681.144,31	-	681.144,31	681.144,31	-

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	556.307,96	-	556.307,96	556.307,96	-
3 - Outras Despesas Correntes	124.836,35	-	124.836,35	124.836,35	-
4 - Despesas de Capital	297,00	-	297,00	297,00	-
4 - Investimentos	297,00	-	297,00	297,00	-
410091 - Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento	31.799.509,87	-	31.799.509,87	16.965.619,80	14.833.890,07
3 - Despesas Correntes	20.431.833,63	-	20.431.833,63	15.547.540,84	4.884.292,79
3 - Outras Despesas Correntes	20.431.833,63	-	20.431.833,63	15.547.540,84	4.884.292,79
4 - Despesas de Capital	11.367.676,24	-	11.367.676,24	1.418.078,96	9.949.597,28
4 - Investimentos	11.367.676,24	-	11.367.676,24	1.418.078,96	9.949.597,28
410094 - Fundo de Desenvolvimento Social	4.288.106,95	-	4.288.106,95	-	4.288.106,95
3 - Despesas Correntes	1.156.378,47	-	1.156.378,47	-	1.156.378,47
3 - Outras Despesas Correntes	1.156.378,47	-	1.156.378,47	-	1.156.378,47
4 - Despesas de Capital	3.131.728,48	-	3.131.728,48	-	3.131.728,48
4 - Investimentos	3.131.728,48	-	3.131.728,48	-	3.131.728,48
420001 - Gabinete do Vice-Governador do Estado	3.506.764,01	-	3.506.764,01	3.506.761,73	2,28
3 - Despesas Correntes	3.506.334,11	-	3.506.334,11	3.506.331,83	2,28
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.214.606,38	-	2.214.606,38	2.214.604,52	1,86
3 - Outras Despesas Correntes	1.291.727,73	-	1.291.727,73	1.291.727,31	0,42
4 - Despesas de Capital	429,90	-	429,90	429,90	-
4 - Investimentos	429,90	-	429,90	429,90	-
430001 - Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas	19.186.604,07	5.000,00	19.191.604,07	19.191.604,07	-
3 - Despesas Correntes	19.119.118,68	5.000,00	19.124.118,68	19.124.118,68	-
1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.439.876,60	-	17.439.876,60	17.439.876,60	-
3 - Outras Despesas Correntes	1.679.242,08	5.000,00	1.684.242,08	1.684.242,08	-
4 - Despesas de Capital	67.485,39	-	67.485,39	67.485,39	-
4 - Investimentos	67.485,39	-	67.485,39	67.485,39	-

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
440001 - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	18.080.261,39	-	18.080.261,39	11.589.629,20	6.490.632,19
3 - Despesas Correntes	16.189.270,30	-	16.189.270,30	11.119.804,51	5.069.465,79
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.234.798,74	-	5.234.798,74	5.226.132,53	8.666,21
3 - Outras Despesas Correntes	10.954.471,56	-	10.954.471,56	5.893.671,98	5.060.799,58
4 - Despesas de Capital	1.890.991,09	-	1.890.991,09	469.824,69	1.421.166,40
4 - Investimentos	1.890.991,09	-	1.890.991,09	469.824,69	1.421.166,40
440022 - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	231.601.632,17	16.635,00	231.618.267,17	221.583.099,32	10.035.167,85
3 - Despesas Correntes	225.545.263,41	16.635,00	225.561.898,41	218.487.341,56	7.074.556,85
1 - Pessoal e Encargos Sociais	172.042.403,55	-	172.042.403,55	169.230.016,92	2.812.386,63
3 - Outras Despesas Correntes	53.502.859,86	16.635,00	53.519.494,86	49.257.324,64	4.262.170,22
4 - Despesas de Capital	6.056.368,76	-	6.056.368,76	3.095.757,76	2.960.611,00
4 - Investimentos	6.056.368,76	-	6.056.368,76	3.095.757,76	2.960.611,00
440023 - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.	381.837.574,14	-	381.837.574,14	367.462.312,91	14.375.261,23
3 - Despesas Correntes	370.923.810,94	-	370.923.810,94	361.215.041,17	9.708.769,77
1 - Pessoal e Encargos Sociais	298.597.380,72	-	298.597.380,72	297.381.720,98	1.215.659,74
3 - Outras Despesas Correntes	72.326.430,22	-	72.326.430,22	63.833.320,19	8.493.110,03
4 - Despesas de Capital	10.913.763,20	-	10.913.763,20	6.247.271,74	4.666.491,46
4 - Investimentos	10.913.763,20	-	10.913.763,20	6.247.271,74	4.666.491,46
440091 - Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	731.688,00	-	731.688,00	604.437,60	127.250,40
4 - Despesas de Capital	731.688,00	-	731.688,00	604.437,60	127.250,40
5 - Inversões Financeiras	731.688,00	-	731.688,00	604.437,60	127.250,40
440093 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	16.684.823,45	3.944.142,41	20.628.965,86	19.918.834,05	710.131,81
3 - Despesas Correntes	5.835.006,48	-	5.835.006,48	5.262.712,89	572.293,59
3 - Outras Despesas Correntes	5.835.006,48	-	5.835.006,48	5.262.712,89	572.293,59

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	10.849.816,97	3.944.142,41	14.793.959,38	14.656.121,16	137.838,22
4 - Investimentos	38.132,66	3.944.142,41	3.982.275,07	3.844.436,85	137.838,22
5 - Inversões Financeiras	10.811.684,31	-	10.811.684,31	10.811.684,31	-
440094 - Fundo Estadual de Sanidade Animal	4.856.753,00	-	4.856.753,00	4.240.872,28	615.880,72
3 - Despesas Correntes	4.856.753,00	-	4.856.753,00	4.240.872,28	615.880,72
3 - Outras Despesas Correntes	4.856.753,00	-	4.856.753,00	4.240.872,28	615.880,72
450001 - Secretaria de Estado da Educação	2.970.981.019,62	-	2.970.981.019,62	2.558.959.991,42	412.021.028,20
3 - Despesas Correntes	2.830.533.630,45	-	2.830.533.630,45	2.516.864.755,96	313.668.874,49
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.026.918.351,53	-	2.026.918.351,53	1.904.247.554,16	122.670.797,37
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	803.615.278,92	-	803.615.278,92	612.617.201,80	190.998.077,12
4 - Despesas de Capital	140.447.389,17	-	140.447.389,17	42.095.235,46	98.352.153,71
4 - Investimentos	140.447.389,17	-	140.447.389,17	42.095.235,46	98.352.153,71
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
450021 - Fundação Catarinense de Educação Especial	222.090.607,28	-	222.090.607,28	216.269.330,07	5.821.277,21
3 - Despesas Correntes	221.426.163,85	-	221.426.163,85	215.877.553,71	5.548.610,14
1 - Pessoal e Encargos Sociais	196.229.151,79	-	196.229.151,79	194.707.441,69	1.521.710,10
3 - Outras Despesas Correntes	25.197.012,06	-	25.197.012,06	21.170.112,02	4.026.900,04
4 - Despesas de Capital	664.443,43	-	664.443,43	391.776,36	272.667,07
4 - Investimentos	664.443,43	-	664.443,43	391.776,36	272.667,07
450022 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	450.774.086,22	-	450.774.086,22	419.571.268,24	31.202.817,98
3 - Despesas Correntes	412.230.379,67	-	412.230.379,67	400.463.480,09	11.766.899,58
1 - Pessoal e Encargos Sociais	324.183.346,64	-	324.183.346,64	323.900.705,31	282.641,33
3 - Outras Despesas Correntes	88.047.033,03	-	88.047.033,03	76.562.774,78	11.484.258,25
4 - Despesas de Capital	38.543.706,55	-	38.543.706,55	19.107.788,15	19.435.918,40
4 - Investimentos	38.543.706,55	-	38.543.706,55	19.107.788,15	19.435.918,40

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
450091 - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de	75.579.672,13	-	75.579.672,13	40.976.844,72	34.602.827,41
3 - Despesas Correntes	75.579.672,13	-	75.579.672,13	40.976.844,72	34.602.827,41
3 - Outras Despesas Correntes	75.579.672,13	-	75.579.672,13	40.976.844,72	34.602.827,41
450092 - Fundo Estadual de Educação- FEDUC	123.013.391,78	-	123.013.391,78	34.742.228,02	88.271.163,76
4 - Despesas de Capital	123.013.391,78	-	123.013.391,78	34.742.228,02	88.271.163,76
4 - Investimentos	123.013.391,78	-	123.013.391,78	34.742.228,02	88.271.163,76
470001 - Secretaria de Estado da Administração	155.777.278,33	-	155.777.278,33	155.741.128,47	36.149,86
3 - Despesas Correntes	155.044.248,85	-	155.044.248,85	155.008.098,99	36.149,86
1 - Pessoal e Encargos Sociais	108.559.254,08	-	108.559.254,08	108.547.525,35	11.728,73
3 - Outras Despesas Correntes	46.484.994,77	-	46.484.994,77	46.460.573,64	24.421,13
4 - Despesas de Capital	733.029,48	-	733.029,48	733.029,48	-
4 - Investimentos	733.029,48	-	733.029,48	733.029,48	-
470022 - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	122.039.573,96	-	122.039.573,96	97.285.980,97	24.753.592,99
3 - Despesas Correntes	119.484.077,34	-	119.484.077,34	97.269.662,45	22.214.414,89
1 - Pessoal e Encargos Sociais	46.164.553,00	-	46.164.553,00	37.846.901,23	8.317.651,77
3 - Outras Despesas Correntes	73.319.524,34	-	73.319.524,34	59.422.761,22	13.896.763,12
4 - Despesas de Capital	2.555.496,62	-	2.555.496,62	16.318,52	2.539.178,10
4 - Investimentos	2.555.496,62	-	2.555.496,62	16.318,52	2.539.178,10
470076 - Fundo Financeiro	5.916.367.148,87	39.905.920,00	5.956.273.068,87	5.754.167.060,92	202.106.007,95
3 - Despesas Correntes	5.916.367.148,87	39.905.920,00	5.956.273.068,87	5.754.167.060,92	202.106.007,95
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.912.365.173,51	-	5.912.365.173,51	5.710.296.037,56	202.069.135,95
3 - Outras Despesas Correntes	4.001.975,36	39.905.920,00	43.907.895,36	43.871.023,36	36.872,00
470091 - Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	123.964.435,74	-	123.964.435,74	94.199.709,04	29.764.726,70
3 - Despesas Correntes	103.862.488,27	-	103.862.488,27	78.477.024,53	25.385.463,74
3 - Outras Despesas Correntes	103.862.488,27	-	103.862.488,27	78.477.024,53	25.385.463,74

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	20.101.947,47	-	20.101.947,47	15.722.684,51	4.379.262,96
4 - Investimentos	20.101.947,47	-	20.101.947,47	15.722.684,51	4.379.262,96
470092 - Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	1.296.602.300,54	-	1.296.602.300,54	697.602.929,39	598.999.371,15
3 - Despesas Correntes	1.227.194.074,54	-	1.227.194.074,54	697.534.396,79	529.659.677,75
1 - Pessoal e Encargos Sociais	18.348.927,00	-	18.348.927,00	12.889.947,77	5.458.979,23
3 - Outras Despesas Correntes	1.208.845.147,54	-	1.208.845.147,54	684.644.449,02	524.200.698,52
4 - Despesas de Capital	69.408.226,00	-	69.408.226,00	68.532,60	69.339.693,40
4 - Investimentos	69.408.226,00	-	69.408.226,00	68.532,60	69.339.693,40
470093 - Fundo Patrimonial	29.918.343,19	-	29.918.343,19	2.633.936,54	27.284.406,65
3 - Despesas Correntes	915.814,00	-	915.814,00	629.567,78	286.246,22
3 - Outras Despesas Correntes	915.814,00	-	915.814,00	629.567,78	286.246,22
4 - Despesas de Capital	29.002.529,19	-	29.002.529,19	2.004.368,76	26.998.160,43
4 - Investimentos	28.282.381,97	-	28.282.381,97	1.632.276,38	26.650.105,59
5 - Inversões Financeiras	720.147,22	-	720.147,22	372.092,38	348.054,84
480091 - Fundo Estadual de Saúde	3.671.246.165,90	1.005.000,00	3.672.251.165,90	3.471.740.697,23	200.510.468,67
3 - Despesas Correntes	3.506.093.475,96	-	3.506.093.475,96	3.393.198.587,99	112.894.887,97
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.145.383.459,36	-	1.145.383.459,36	1.144.880.418,04	503.041,32
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	2.360.710.016,60	-	2.360.710.016,60	2.248.318.169,95	112.391.846,65
4 - Despesas de Capital	165.152.689,94	1.005.000,00	166.157.689,94	78.542.109,24	87.615.580,70
4 - Investimentos	165.152.689,94	1.005.000,00	166.157.689,94	78.542.109,24	87.615.580,70
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
480092 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde-INVESTSAÚDE	23.774.842,14	-	23.774.842,14	20.512.950,92	3.261.891,22
4 - Despesas de Capital	23.774.842,14	-	23.774.842,14	20.512.950,92	3.261.891,22
4 - Investimentos	23.774.842,14	-	23.774.842,14	20.512.950,92	3.261.891,22

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
480093 - Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, Hemosc, Cepon e Hospitais Municipais	43.299.554,70	-	43.299.554,70	42.836.735,57	462.819,13
3 - Despesas Correntes	40.431.272,89	-	40.431.272,89	39.968.453,76	462.819,13
3 - Outras Despesas Correntes	40.431.272,89	-	40.431.272,89	39.968.453,76	462.819,13
4 - Despesas de Capital	2.868.281,81	-	2.868.281,81	2.868.281,81	-
4 - Investimentos	2.868.281,81	-	2.868.281,81	2.868.281,81	-
520001 - Secretaria de Estado da Fazenda	435.379.768,42	-	435.379.768,42	426.358.610,29	9.021.158,13
3 - Despesas Correntes	423.014.646,74	-	423.014.646,74	414.003.918,85	9.010.727,89
1 - Pessoal e Encargos Sociais	351.838.830,37	-	351.838.830,37	342.840.391,20	8.998.439,17
3 - Outras Despesas Correntes	71.175.816,37	-	71.175.816,37	71.163.527,65	12.288,72
4 - Despesas de Capital	12.365.121,68	-	12.365.121,68	12.354.691,44	10.430,24
4 - Investimentos	11.526.896,52	-	11.526.896,52	11.526.896,52	-
5 - Inversões Financeiras	838.225,16	-	838.225,16	827.794,92	10.430,24
520002 - Encargos Gerais do Estado	2.180.808.579,56	-	2.180.808.579,56	2.023.437.308,35	157.371.271,21
3 - Despesas Correntes	1.280.039.438,65	-	1.280.039.438,65	1.193.296.336,77	86.743.101,88
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.021.288,56	-	3.021.288,56	2.928.711,44	92.577,12
2 - Juros e Encargos da Dívida	1.066.799.824,19	-	1.066.799.824,19	982.947.012,87	83.852.811,32
3 - Outras Despesas Correntes	210.218.325,90	-	210.218.325,90	207.420.612,46	2.797.713,44
4 - Despesas de Capital	900.769.140,91	-	900.769.140,91	830.140.971,58	70.628.169,33
4 - Investimentos	3.611.629,72	-	3.611.629,72	3.611.629,72	-
5 - Inversões Financeiras	18.016.157,14	-	18.016.157,14	18.014.157,14	2.000,00
6 - Amortização da Dívida	879.141.354,05	-	879.141.354,05	808.515.184,72	70.626.169,33
520030 - Fundação Escola de Governo - ENA	3.037.379,95	-	3.037.379,95	2.769.689,36	267.690,59
3 - Despesas Correntes	3.018.379,95	-	3.018.379,95	2.764.713,28	253.666,67
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.841.921,65	-	1.841.921,65	1.841.920,60	1,05
3 - Outras Despesas Correntes	1.176.458,30	-	1.176.458,30	922.792,68	253.665,62
4 - Despesas de Capital	19.000,00	-	19.000,00	4.976,08	14.023,92
4 - Investimentos	19.000,00	-	19.000,00	4.976,08	14.023,92

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
520090 - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	20.852.886,57	-	20.852.886,57	14.773.120,99	6.079.765,58
4 - Despesas de Capital	20.852.886,57	-	20.852.886,57	14.773.120,99	6.079.765,58
4 - Investimentos	20.852.886,57	-	20.852.886,57	14.773.120,99	6.079.765,58
520091 - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	-	-	-	-	-
4 - Despesas de Capital	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
520092 - Fundo de Esforço Fiscal	1.249.435,67	393.300,72	1.642.736,39	1.525.569,05	117.167,34
3 - Despesas Correntes	24.717,39	301.800,72	326.518,11	223.441,39	103.076,72
3 - Outras Despesas Correntes	24.717,39	301.800,72	326.518,11	223.441,39	103.076,72
4 - Despesas de Capital	1.224.718,28	91.500,00	1.316.218,28	1.302.127,66	14.090,62
4 - Investimentos	1.224.718,28	91.500,00	1.316.218,28	1.302.127,66	14.090,62
520093 - Fundo Pró-Emprego	33.033.425,20	-	33.033.425,20	15.295.579,71	17.737.845,49
4 - Despesas de Capital	33.033.425,20	-	33.033.425,20	15.295.579,71	17.737.845,49
4 - Investimentos	33.033.425,20	-	33.033.425,20	15.295.579,71	17.737.845,49
530001 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	262.871.895,87	-	262.871.895,87	187.760.511,14	75.111.384,73
3 - Despesas Correntes	39.950.795,88	-	39.950.795,88	35.712.431,52	4.238.364,36
1 - Pessoal e Encargos Sociais	25.257.343,83	-	25.257.343,83	25.238.393,41	18.950,42
3 - Outras Despesas Correntes	14.693.452,05	-	14.693.452,05	10.474.038,11	4.219.413,94
4 - Despesas de Capital	222.921.099,99	-	222.921.099,99	152.048.079,62	70.873.020,37
4 - Investimentos	222.921.099,99	-	222.921.099,99	152.048.079,62	70.873.020,37
530023 - Departamento de Transportes e Terminais	34.744.549,94	-	34.744.549,94	29.831.360,67	4.913.189,27
3 - Despesas Correntes	34.126.156,55	-	34.126.156,55	29.400.368,78	4.725.787,77
1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.311.671,10	-	16.311.671,10	16.113.910,97	197.760,13
3 - Outras Despesas Correntes	17.814.485,45	-	17.814.485,45	13.286.457,81	4.528.027,64
4 - Despesas de Capital	618.393,39	-	618.393,39	430.991,89	187.401,50
4 - Investimentos	618.393,39	-	618.393,39	430.991,89	187.401,50
530025 - Departamento Estadual de Infraestrutura	898.823.624,11	8.990.762,67	907.814.386,78	643.920.242,08	263.894.144,70

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	124.532.004,16	-	124.532.004,16	117.671.798,48	6.860.205,68
1 - Pessoal e Encargos Sociais	54.297.708,05	-	54.297.708,05	54.193.167,61	104.540,44
3 - Outras Despesas Correntes	70.234.296,11	-	70.234.296,11	63.478.630,87	6.755.665,24
4 - Despesas de Capital	774.291.619,95	8.990.762,67	783.282.382,62	526.248.443,60	257.033.939,02
4 - Investimentos	774.291.619,95	8.990.762,67	783.282.382,62	526.248.443,60	257.033.939,02
540091 - Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	10.672.608,25	-	10.672.608,25	4.408.042,94	6.264.565,31
3 - Despesas Correntes	10.139.070,45	-	10.139.070,45	4.342.128,39	5.796.942,06
3 - Outras Despesas Correntes	10.139.070,45	-	10.139.070,45	4.342.128,39	5.796.942,06
4 - Despesas de Capital	533.537,80	-	533.537,80	65.914,55	467.623,25
4 - Investimentos	533.537,80	-	533.537,80	65.914,55	467.623,25
540092 - Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	4.080.125,94	-	4.080.125,94	1.442.834,19	2.637.291,75
3 - Despesas Correntes	2.642.226,94	-	2.642.226,94	851.817,84	1.790.409,10
3 - Outras Despesas Correntes	2.642.226,94	-	2.642.226,94	851.817,84	1.790.409,10
4 - Despesas de Capital	1.437.899,00	-	1.437.899,00	591.016,35	846.882,65
4 - Investimentos	1.437.899,00	-	1.437.899,00	591.016,35	846.882,65
540093 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibanos	5.629.054,00	-	5.629.054,00	3.433.907,36	2.195.146,64
3 - Despesas Correntes	4.219.778,55	-	4.219.778,55	2.774.931,10	1.444.847,45
3 - Outras Despesas Correntes	4.219.778,55	-	4.219.778,55	2.774.931,10	1.444.847,45
4 - Despesas de Capital	1.409.275,45	-	1.409.275,45	658.976,26	750.299,19
4 - Investimentos	1.409.275,45	-	1.409.275,45	658.976,26	750.299,19
540094 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	4.211.336,44	-	4.211.336,44	3.048.831,32	1.162.505,12
3 - Despesas Correntes	4.102.318,44	-	4.102.318,44	2.939.818,12	1.162.500,32
3 - Outras Despesas Correntes	4.102.318,44	-	4.102.318,44	2.939.818,12	1.162.500,32
4 - Despesas de Capital	109.018,00	-	109.018,00	109.013,20	4,80

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Investimentos	109.018,00	-	109.018,00	109.013,20	4,80
540095 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	9.798.430,00	-	9.798.430,00	8.951.862,61	846.567,39
3 - Despesas Correntes	8.993.295,10	-	8.993.295,10	8.583.758,71	409.536,39
3 - Outras Despesas Correntes	8.993.295,10	-	8.993.295,10	8.583.758,71	409.536,39
4 - Despesas de Capital	805.134,90	-	805.134,90	368.103,90	437.031,00
4 - Investimentos	805.134,90	-	805.134,90	368.103,90	437.031,00
540096 - Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC	1.035.471.351,19	42.811.966,83	1.078.283.318,02	975.065.100,34	103.218.217,68
3 - Despesas Correntes	916.651.810,88	-	916.651.810,88	906.745.324,69	9.906.486,19
1 - Pessoal e Encargos Sociais	495.727.248,76	-	495.727.248,76	495.727.237,39	11,37
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	420.924.562,12	-	420.924.562,12	411.018.087,30	9.906.474,82
4 - Despesas de Capital	118.819.540,31	42.811.966,83	161.631.507,14	68.319.775,65	93.311.731,49
4 - Investimentos	118.819.540,31	42.811.966,83	161.631.507,14	68.319.775,65	93.311.731,49
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
540097 - Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	1.875.182,64	-	1.875.182,64	1.500.054,69	375.127,95
3 - Despesas Correntes	1.734.968,99	-	1.734.968,99	1.359.841,04	375.127,95
3 - Outras Despesas Correntes	1.734.968,99	-	1.734.968,99	1.359.841,04	375.127,95
4 - Despesas de Capital	140.213,65	-	140.213,65	140.213,65	-
4 - Investimentos	140.213,65	-	140.213,65	140.213,65	-
550001 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	40.143.923,39	-	40.143.923,39	5.931.430,64	34.212.492,75
3 - Despesas Correntes	7.527,99	-	7.527,99	2.670,95	4.857,04
3 - Outras Despesas Correntes	7.527,99	-	7.527,99	2.670,95	4.857,04
4 - Despesas de Capital	40.136.395,40	-	40.136.395,40	5.928.759,69	34.207.635,71
4 - Investimentos	40.136.395,40	-	40.136.395,40	5.928.759,69	34.207.635,71
550091 - Fundo Estadual da Defesa Civil	59.066.622,19	-	59.066.622,19	27.117.291,85	31.949.330,34
3 - Despesas Correntes	43.883.464,40	-	43.883.464,40	20.539.282,16	23.344.182,24

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.782.383,00	-	8.782.383,00	5.215.614,94	3.566.768,06
3 - Outras Despesas Correntes	35.101.081,40	-	35.101.081,40	15.323.667,22	19.777.414,18
4 - Despesas de Capital	15.183.157,79	-	15.183.157,79	6.578.009,69	8.605.148,10
4 - Investimentos	15.183.157,79	-	15.183.157,79	6.578.009,69	8.605.148,10
TOTAL	**30.046.725.946,07**	**161.719.855,12**	**30.208.445.801,19**	**26.943.046.391,50**	**3.265.399.409,69**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Notas Explicativas

001 - Estão sendo consideradas como despesas realizadas as despesas empenhadas no exercício.

002 - A coluna Créditos Orçamentários e Suplementares menos Anulações está trazendo todas as Descentralizações de Créditos.

003 - A coluna Créditos Especiais e Extraordinários menos Anulações tem como base o Demonstrativo dos Créditos Especiais e Extraordinários Abertos no Exercício, incluindo as suas movimentações orçamentárias, exceto as Descentralizações de Créditos, que estão contidas na coluna Créditos Orçamentários e Suplementares menos Anulações.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 17 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO EXERCÍCIO		SALDO EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR (I)	**1.040.127.775,74**	**889.754.549,11**	**912.268.763,53**	**1.017.613.561,32**
EXERCÍCIOS ANTERIORES	**1.040.127.775,74**	**0,00**	**912.268.763,53**	**127.859.012,21**
Processados	366.234.537,38	0,00	238.375.525,17	127.859.012,21
Não Processados	673.893.238,36	0,00	673.893.238,36	0,00
EXERCÍCIO ATUAL	**0,00**	**889.754.549,11**	**0,00**	**889.754.549,11**
Processados	0,00	374.285.684,59	0,00	374.285.684,59
Não Processados	0,00	515.468.864,52	0,00	515.468.864,52
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR (II)	**38.322.865,77**	**0,00**	**38.322.865,77**	**0,00**
Juros e Encargos da Dívida	27.182.095,98	0,00	27.182.095,98	0,00
Amortização da Dívida	11.140.769,79	0,00	11.140.769,79	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (III)	**8.166.602.778,09**	**56.340.493.461,59**	**57.039.050.445,27**	**7.468.045.794,41**
Valores Restituíveis	5.827.549.998,41	11.556.394.411,78	11.435.645.148,15	5.948.299.262,04
Valores em Trânsito Exigíveis	5.227.320,12	94.195.952,61	98.233.129,61	1.190.143,12
Transferências Constitucionais ou Legais	102.510.038,63	88.885.566,00	118.931.035,86	72.464.568,77
Recursos Especiais a Liberar	2.231.314.421,95	41.233.508.726,90	42.018.731.328,37	1.446.091.820,48
Transferências Constitucionais ou Legais	998,98	3.367.508.804,30	3.367.509.803,28	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**9.245.053.419,60**	**57.230.248.010,70**	**57.989.642.074,57**	**8.485.659.355,73**
(-) RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR (V)	2.231.314.421,95	41.233.508.726,90	42.018.731.328,37	1.446.091.820,48
TOTAL DESCONSIDERANDO OS RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR (VI) = (IV - V)	**7.013.738.997,65**	**15.996.739.283,80**	**15.970.910.746,20**	**7.039.567.535,25**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 17 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

Notas Explicativas

001 - O Decreto nº 1.794, de 08/11/2018, revogou os parágrafos do art. 21, do Decreto nº 1.784, de 30/10/2018. Com essa alteração, os restos a pagar processados inscritos em 2017 não foram cancelados e permaneceram registrados no passivo financeiro.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE - PODER EXECUTIVO
Anexo 17 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

TÍTULOS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO EXERCÍCIO		SALDO EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR (I)	**913.292.309,57**	**816.692.855,24**	**785.451.812,75**	**944.533.352,06**
EXERCÍCIOS ANTERIORES	**913.292.309,57**	**0,00**	**785.451.812,75**	**127.840.496,82**
Processados	306.358.966,26	0,00	178.518.469,44	127.840.496,82
Não Processados	606.933.343,31	0,00	606.933.343,31	0,00
EXERCÍCIO ATUAL	**0,00**	**816.692.855,24**	**0,00**	**816.692.855,24**
Processados	0,00	373.840.727,78	0,00	373.840.727,78
Não Processados	0,00	442.852.127,46	0,00	442.852.127,46
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR (II)	**38.322.865,77**	**0,00**	**38.322.865,77**	**0,00**
Juros e Encargos da Dívida	27.182.095,98	0,00	27.182.095,98	0,00
Amortização da Dívida	11.140.769,79	0,00	11.140.769,79	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (III)	**2.748.861.445,42**	**51.230.250.013,43**	**52.217.192.192,14**	**1.761.919.266,71**
Valores Restituíveis	409.808.665,74	6.550.181.199,81	6.715.235.621,22	244.754.244,33
Valores em Trânsito Exigíveis	5.227.320,12	74.605.866,02	78.643.043,02	1.190.143,12
Transferências Constitucionais ou Legais	102.510.038,63	4.445.416,40	37.072.396,25	69.883.058,78
Recursos Especiais a Liberar	2.231.314.421,95	41.233.508.726,90	42.018.731.328,37	1.446.091.820,48
Transferências Constitucionais ou Legais	998,98	3.367.508.804,30	3.367.509.803,28	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**3.700.476.620,76**	**52.046.942.868,67**	**53.040.966.870,66**	**2.706.452.618,77**
(-) RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR (V)	2.231.314.421,95	41.233.508.726,90	42.018.731.328,37	1.446.091.820,48
TOTAL DESCONSIDERANDO OS RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR (VI) = (IV - V)	**1.469.162.198,81**	**10.813.434.141,77**	**11.022.235.542,29**	**1.260.360.798,29**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE - PODER EXECUTIVO
Anexo 17 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

Notas Explicativas

001 - O Decreto nº 1.794, de 08/11/2018, revogou os parágrafos do art. 21, do Decreto nº 1.784, de 30/10/2018. Com essa alteração, os restos a pagar processados inscritos em 2017 não foram cancelados e permaneceram registrados no passivo financeiro.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

(ANEXO 16 DA LEI FEDERAL 4.320/64)

EXERCÍCIO DE 2018

AUTORIZAÇÕES				SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		
LEIS, NÚMERO E DATA	VALOR DA EMISSÃO			EM CIRCULAÇÃO	EM REAIS				
(INSTITUIÇÕES CREDORAS)	EM QUANTIDADE		EM REAIS	EM REAIS	EMISSÃO	RESGATE	EM QUANTIDADE		VALOR EM REAIS
BANCO DO BRASIL S/A									
Contrato de 30/10/95 - IPESC - Lei n. 8.727 de 05/11/93		-	36.860.034,75	-	-	-	R$	-	-
Contrato de 10/11/98 - COHAB - Lei n. 8.727 de 05/11/93		-	142.879.995,28	13.013.395,68	(1.315,34)	4.899.248,96	R$	8.112.831,38	8.112.831,38
Contrato de 31/03/98 - 012/98/STN/COAFI - Lei n. 9.496 de 11/09/97		-	1.404.602.701,19	9.631.071.043,80	392.333.773,21	198.298.359,11	R$	9.825.106.457,91	9.825.106.457,90
Contrato de 21/01/98 - DMLP - Lei n. 10.542 de 30/09/97	US$	39.094.265,17	42.964.597,42	52.206.576,37	9.058.681,94	-	US$	15.811.205,30	61.265.258,31
Contrato de 22.10.09 - PEF-I - Lei n. 14.500 de 13/08/08		-	51.192.000,00	6.059.123,09	(5.283,93)	6.053.839,16	R$	-	-
Contrato de 18.07.2013 - Prevenção de Desastres Naturais Lei 15.941 de 21/12/2012	US$	472.197.389,59	1.056.400.000,00	1.222.393.575,50	211.629.098,36	45.016.518,10	US$	358.471.703,25	1.389.006.155,76
Contrato de 27.11.2013 - Pacto por SC - Lei 16.129 de 23/09/2013			2.000.000.000,00	1.911.593.344,96	1.347.322,39	61.290.322,58	R$	1.851.650.344,77	1.851.650.344,77
					-				
					-				
					-				
BANCO NAC. DES. ECON. E SOCIAL - BNDES					-				
Contrato de 11.09.09 - PMAE - Lei n. 14.500 de 13/08/08	URTJLP	7.598.476,25	15.000.000,00	-	-	-	URTJLP	-	-
Contrato de 30.06.10 - PEF II - Lei n. 15.067 de 30/12/09	URTJLP	38.898.119,63	76.788.000,00	25.132.723,04	452.383,23	808.509,28	URTJLP	12.113.207,55	24.776.596,99
Contrato de 13.08.10 - CASAN/PAC - Leinº 14.436 de 21/05/2008, e Lei nº 15.255, de 05/08/2010 (aditivo ao contrato)	URTJLP	76.225.789,84	150.475.807,20	70.652.580,74	361.296,18	12.644.211,67	URTJLP	28.536.762,77	58.369.665,25
Contrato de 15.12.2011 - Sistema Transporte Joinville - Lei n.14.031 de 22/06/07	URTJLP	20.262.603,34	40.000.000,00	20.696.174,84	1.107.424,18	5.227.269,59	URTJLP	8.104.120,15	16.576.329,43
Contrato de 14.05.2012 - PMAE Gestão Lei 15.289 de 23/08/2010	URTJLP	5.065.650,83	10.000.000,00	4.836.759,88	18.177,31	2.001.181,09	URTJLP	1.395.193,21	2.853.756,10
Contrato de 21.11.2012 - Caminhos do Desenvolvimento Lei 15.830 de 30/05/12	URTJLP	309.511.266,01	611.000.000,00	455.783.043,45	58.321.360,43	16.483.449,16	URTJLP	243.285.464,47	497.620.954,72
Contrato de 04.04.2013 - Acelera Santa Catarina Lei 15.903 de 20/12/2012	URTJLP	1.519.695.250,45	3.000.000.000,00	3.028.206.127,98	38.784.788,88	-	URTJLP	1.499.443.105,51	3.066.990.916,86
PARCELAMENTO DO PASEP			242.499.454,17	278.719.736,67	3.851.741,42	13.497.071,16	R$	269.074.406,93	269.074.406,93
TOTAL GERAL			**8.880.662.590,01**	**16.720.364.206,00**	**717.259.448,26**	**366.219.979,86**			**17.071.403.674,40**
	US$	**511.291.654,76**					US$	**374.282.908,55**	
	URTJLP	**1.977.257.156,35**					URTJLP	**1.792.877.853,66**	

PCDIV1A

Nota: 1) Não constam no demonstrativo compras parceladas de bens, conforme entendimento exarado nos pareceres PGFN/CAF 1420/2010 e 1471/2010.

2) Os saldo total para o exercício seguinte é composto pela soma dos sados em 31/12/2018 das seguintes contas:

2.1.2.1.0.00.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno	263.989.435,86
2.2.2.1.0.00.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno	16.538.339.831,61
2.2.4.1.3.12.07.00 - Parcelamento PASEP	261.574.406,93
2.1.4.1.3.12.13.00 - Parcelamento PASEP (P)	7.500.000,00
Saldo para o Exercício Seguinte em Reais	17.071.403.674,40

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - COHAB - LEI Nº 8.727
CONTRATO ASSINADO EM 10/11/98
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 142.879.995,28		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 10.542 e 10.912 de 30/09/1997 e 15.09.1998 (Lei Federal 8.727 de 05/11/1993)		
Credor:	Banco do Brasil S/A - União (8727) - COHAB		
Taxa:	2,744% ao ano sobre o saldo devedor, pagos mensalmente		
Correção Monetária	TR	Outros Encargos:	0,10% ao ano
Prazo:	298 meses[1]		
Pagamentos:	298 prestações mensais e consecutivas, calculadas pela Tabela Price		
Vencimento:	20/09/2023[1]		
Garantia:	F.P.E.		
Objetivo:	Alienação de ativos referente a carteira de crédito imobiliário (crédito hipotecário e crédito junto ao fundo de compensação de variações salariais - FCVS) da COHAB/SC para o Estado		
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira		

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1998	144.482.494,97	144.482.494,97	-	1.033.493,85	1.033.493,85
1999	152.917.779,34	14.208.518,29	5.773.233,92	660.915,15	6.434.149,07
2000	154.531.527,51	8.259.942,68	6.646.194,51	154.443,58	6.800.638,09
2001	156.825.536,63	8.154.373,44	5.860.364,32	1.284.020,02	7.144.384,34
2002	156.995.790,27	3.126.499,43	2.956.245,79	4.317.377,80	7.273.623,59
2003	160.924.501,21	7.845.519,18	3.916.808,24	5.172.481,63	9.089.289,87
2004	159.717.994,74	2.833.866,26	4.040.372,73	4.842.251,65	8.882.624,38
2005	159.506.719,41	4.568.551,42	4.779.826,75	4.861.372,39	9.641.199,14
2006	156.269.668,31	3.476.084,23	6.713.135,33	4.856.445,40	11.569.580,73
2007	147.518.133,95	3.023.179,53	11.774.713,89	4.654.483,63	16.429.197,52
2008	131.605.962,88	2.273.473,38	18.185.644,45	4.378.909,43	22.564.553,88
2009	107.190.529,93	(386.966,28)	24.028.466,67	3.802.181,26	27.830.647,93
2010	83.970.328,36	638.266,56	23.858.468,13	3.149.909,20	27.008.377,33
2011	62.101.747,78	862.799,06	22.731.379,64	2.431.062,59	25.162.442,23
2012	45.191.848,41	163.881,43	17.073.780,80	1.746.156,65	18.819.937,45
2013	35.668.508,49	69.727,40	9.593.067,32	1.301.085,11	10.894.152,43
2014	27.066.460,67	290.526,83	8.892.574,65	973.361,07	9.865.935,72
2015	22.164.234,05	411.924,93	5.314.151,55	752.315,21	6.066.466,76
2016	17.424.896,78	386.342,52	5.125.679,79	606.704,28	5.732.384,07
2017	13.013.395,68	(4.637.815,93)	4.513.022,44	462.524,22	4.975.546,66
2018	**8.112.831,38**	**(4.412.816,44)**	**4.899.248,96**	**327.399,39**	**5.226.648,35**
TOTAL		**195.638.372,89**	**196.676.379,88**	**51.768.893,51**	**248.445.273,39**

PCDIV010

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - Nº 12/98 - STN/COAFI
CONTRATO ASSINADO EM 31/03/98
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 1.404.602.701,19 (valor iniacial contratado)	Parcelas Recebidas:			
Autorização Legal:	Lei Federal nº 9.496 de 11/09/1997 e Lei Estadual nº 10.542 de 30.09.97	R$	1.391.949.159,27		1998
Credor:	União	R$	799.232.952,38		1999
Taxa:	6% ao ano calculados sobre o saldo devedor corrigido, com capitalização mensal.	R$	818.265.694,46		2000
Correção monetária:	IGP-DI	R$	973.855.506,23		2002
Prazo:	360 meses	R$	1.269.355,95		2003
Pagamentos:	360 prestações mensais e sucessivas, calculadas pela Tabela Price	R$	1.436.690.932,54		2008
Vencimento:	31/03/2028	Valor total da operação:		R$	5.421.263.600,83
Garantia:	ICMS/FPE/IPI EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Confissão assunção consolidação e refinanciamento de dívidas				
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira	Outros encargos (tx adm.):		0,023138%aa	

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1998	1.454.508.148,03	1.467.885.157,61	13.377.009,58	63.494.990,68	76.872.000,26
1999	2.652.795.424,26	1.213.982.237,11	15.694.960,88	14.666.593,26	30.361.554,14
2000	3.289.620.505,15	1.208.929.368,89	572.104.288,00	43.632.413,40	615.736.701,40
2001	3.812.466.515,51	522.846.010,36	-	108.672.908,36	108.672.908,36
2002	5.894.938.093,60	2.280.419.858,74	197.948.280,65	156.236.598,04	354.184.878,69
2003	6.411.512.559,19	521.535.394,00	4.960.928,41	237.580.564,70	242.541.493,11
2004	7.306.357.877,18	902.136.975,24	7.291.657,25	304.550.717,53	311.842.374,78
2005	7.330.739.187,59	78.537.758,68	54.156.448,27	349.623.874,51	403.780.322,78
2006	7.528.359.442,67	318.889.742,18	121.269.487,10	391.986.899,73	513.256.386,83
2007	7.880.986.676,48	497.686.896,99	145.059.663,18	460.161.601,55	605.221.264,73
2008	9.900.827.910,64	2.327.367.945,18	307.526.711,02	523.602.300,12	831.129.011,14
2009	9.436.874.027,04	(236.500.863,94)	227.453.019,66	645.367.442,68	872.820.462,34
2010	10.030.333.011,57	842.785.775,20	249.326.790,67	747.810.972,83	997.137.763,50
2011	9.986.281.092,04	243.450.072,10	287.501.991,63	922.392.117,08	1.209.894.108,71
2012	8.468.133.204,33	(184.288.903,63)	1.333.858.984,08	1.499.927.450,90	2.833.786.434,98
2013	8.564.794.753,52	500.538.397,61	403.876.848,42	475.900.895,31	879.777.743,73
2014	8.646.165.898,52	485.263.162,11	403.892.017,11	523.459.709,94	927.351.727,05
2015	9.080.753.840,59	892.867.813,23	458.279.871,16	532.375.063,78	990.654.934,94
2016	10.216.427.108,17	1.351.884.249,14	216.210.981,56	97.873.193,12	314.084.174,68
2017	9.631.071.043,80	670.933.671,40	120.616.468,19	153.617.382,94	274.233.851,13
2018	**9.825.106.457,90**	**(193.022.291,16)**	**198.298.359,11**	**402.606.449,17**	**600.904.808,28**
TOTAL		**15.714.128.427,04**	**5.338.704.765,93**	**8.655.540.139,63**	**13.994.244.905,56**

PCDIV012

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - DMLP
CONTRATO ASSINADO EM 21/01/98
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 39.094.265,17		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 10.542 de 30/09/1997		
Credor:	Banco do Brasil - DMLP		
Taxa:	Taxas variáveis conforme o tipo de "Bonus" estabelecido no contrato		
Correção Monetária:	Variação Cambial	Outros Encargos:	0,20% ao ano
Prazo:	330 meses		
Pagamentos:	33 prestações semestrais e uma única no final do contrato em 11.04.2024		
Vencimento:	11/04/2024		
Garantia:	ICMS/FPE		
Objetivo:	Obrigações externas decorrentes de contratos de empréstimos de médio e longo prazo junto a credores externos, não depositados no Banco Central do Brasil		
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira		

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1998	46.436.168,16	46.576.466,70	140.298,54	2.832.783,87	2.973.082,41
1999	76.689.764,74	30.476.867,38	223.270,80	4.284.661,93	4.507.932,73
2000	75.041.726,26	(982.510,49)	665.527,99	5.015.456,67	5.680.984,66
2001	108.619.236,41	36.523.103,12	2.945.592,97	6.762.866,28	9.708.459,25
2002	145.684.317,33	40.772.694,16	3.707.613,24	6.067.641,12	9.775.254,36
2003	104.768.501,39	(36.577.402,51)	4.338.413,43	5.357.842,47	9.696.255,90
2004	88.053.017,96	(9.423.826,18)	7.291.657,25	4.723.881,22	12.015.538,47
2005	70.414.893,48	(10.172.010,78)	7.466.113,70	4.313.807,81	11.779.921,51
2006	58.743.632,13	(6.059.009,45)	5.612.251,90	4.108.130,92	9.720.382,82
2007	44.905.642,83	(9.743.701,44)	4.094.287,86	3.520.916,30	7.615.204,16
2008	54.283.031,02	13.626.738,59	4.249.350,40	2.999.219,70	7.248.570,10
2009	37.150.799,15	(13.355.445,34)	3.776.786,53	2.598.437,23	6.375.223,76
2010	32.787.135,35	(1.509.336,59)	2.854.327,21	1.685.502,85	4.539.830,06
2011	33.800.532,95	3.799.642,22	2.786.244,62	1.501.794,44	4.288.039,06
2012	34.328.445,68	2.841.321,60	2.313.408,87	1.600.772,00	3.914.180,87
2013	37.520.362,21	4.825.635,33	1.633.718,80	1.571.192,84	3.204.911,64
2014	41.874.416,78	5.214.468,63	860.414,06	1.558.778,29	2.419.192,35
2015	61.547.373,03	19.672.956,25	-	2.260.418,50	2.260.418,50
2016	51.371.901,86	(10.175.471,17)	-	2.313.542,85	2.313.542,85
2017	52.206.576,37	(9.340.796,66)	-	2.289.087,81	2.289.087,81
2018	**61.265.258,31**	**9.893.356,45**	**-**	**2.756.170,59**	**2.756.170,59**
TOTAL		**106.883.739,82**	**54.959.278,17**	**70.122.905,69**	**125.082.183,86**

PCDIV013

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - PEF I
CONTRATO ASSINADO EM 22/10/2009
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 51.192.000,00
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.500 de 13/08/2008
Credor:	Banco do Brasil S/A
Taxa:	3,00% ao ano sobre o saldo devedor atualizado
Correção Monetária:	TJLP
Prazo:	108 meses, sendo os primeiros 12 meses de carência
Pagamentos:	96 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/12/2010 e a última em 15/11/2018.
Vencimento:	15/11/2018
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO
Objetivo:	Programa Emergencial de financiamento aos Estados e ao Distrito Federal - PEF I/BNDES
Governo:	Luiz Henrique da Silveira

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2009	51.192.000,00	51.192.000,00	-	-	-
2010	50.658.750,00	-	533.250,00	5.092.169,61	5.625.419,61
2011	44.259.750,00	-	6.399.000,00	4.185.727,56	10.584.727,56
2012	37.860.750,00	-	6.399.000,00	-	6.399.000,00
2013	31.461.750,00	-	6.399.000,00	2.732.660,78	9.131.660,78
2014	25.148.623,69	85.873,69	6.399.000,00	2.227.127,82	8.626.127,82
2015	18.802.983,11	57.523,23	6.403.163,81	1.904.110,94	8.307.274,75
2016	12.533.788,14	198.833,88	6.468.028,85	1.398.171,54	7.866.200,39
2017	6.059.123,09	77.646,61	6.552.311,66	838.183,13	7.390.494,79
2018	**-**	(5.283,93)	**6.053.839,16**	**265.281,85**	**6.319.121,01**
TOTAL		**51.606.593,48**	**51.606.593,48**	**18.643.433,23**	**70.250.026,71**

PCDIV021

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - PEF II
CONTRATO ASSINADO EM 22/10/2009
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 76.788.000,00	Parcelas Recebidas:	R$	38.355.900,00	2010
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.500 de 13/08/2008		R$	21.832.000,00	2011
Credor:	BNDES		R$	15.000.000,00	2012
Taxa:	3,00% ao ano sobre o saldo devedor atualizado				
Correção Monetária:	TJLP				
Prazo:	128 meses, sendo os primeiros 32 meses de carência				
Pagamentos:	96 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/08/2012 e a última em 15/07/2020				
Vencimento:	15/07/2020				
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Programa Emergencial de financiamento aos Estados e ao Distrito Federal - PEF II				
Governo:	Luiz Henrique da Silveira				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010	38.355.899,99	38.355.899,99	-	124.426,54	124.426,54
2011	61.054.184,44	22.698.284,45	-	2.910.477,28	2.910.477,28
2012	71.655.840,95	14.311.624,13	3.709.967,62	5.313.768,96	9.023.736,58
2013	62.205.624,89	(24.639,23)	9.425.576,83	4.043.343,72	13.468.920,55
2014	52.765.352,62	(14.597,95)	9.425.674,32	3.465.075,79	12.890.750,11
2015	43.489.278,18	156.665,64	9.432.740,08	3.288.358,16	12.721.098,24
2016	34.489.248,78	527.323,66	9.527.353,06	2.748.517,86	12.275.870,92
2017	25.132.723,04	-8.705.054,64	9.651.500,50	2.233.190,08	11.884.690,58
2018	**24.776.596,99**	**-8.904.142,51**	**808.509,28**	**1.425.194,62**	**2.233.703,90**
TOTAL		**58.401.363,54**	**51.981.321,69**	**25.552.353,01**	**77.533.674,70**

PCDIV022

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - CASAN - PAC
CONTRATO ASSINADO EM 13/08/2010
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 150.475.807,20	Parcelas Recebidas:	R$	69.590.779,20	2010
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.436 de 21/05/2008, e Lei Estadual nº 15.255, de 05/08/2010 (aditivo ao contrato)		R$	18.464.925,36	2011
Credor:	BNDES		R$	3.597.938,35	2012
Taxa:	3,54% ao ano sobre o saldo devedor atualizado		R$	11.236.101,35	2013
Correção Monetária:	TJLP		R$	29.251.364,67	2014
Prazo:	157 meses, sendo os primeiros 19 meses de carência				
Pagamentos:	138 prestações mensais calculadas pela Tabela Sac, vencendo a 1ª em 15/02/2012 e a última em 15/07/2023				
Vencimento:	15/07/2023				
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Ampliação e a otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna.				
Governo:	Luiz Henrique da Silveira				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010	69.590.779,44	69.590.779,44	-	1.639.489,19	1.639.489,19
2011	89.743.292,42	20.152.512,98	-	7.097.247,00	7.097.247,00
2012	82.056.286,33	-668.072,97	7.018.933,12	9.115.220,91	16.134.154,03
2013	87.279.273,60	14.112.002,85	8.889.015,58	7.501.023,99	16.390.039,57
2014	105.506.605,41	29.334.801,73	11.107.469,92	8.323.580,40	19.431.050,32
2015	93.591.471,97	341.701,01	12.256.834,45	9.068.727,35	21.325.561,80
2016	82.417.179,21	1.205.481,14	12.379.773,90	8.202.446,24	20.582.220,14
2017	70.652.580,74	-10.397.801,00	12.541.090,23	7.124.130,42	19.665.220,65
2018	**58.369.665,25**	**-11.403.302,29**	**12.644.211,67**	**6.039.911,06**	**18.684.122,73**
TOTAL		**112.268.102,89**	**76.837.328,87**	**64.111.776,56**	**140.949.105,43**

PCDIV024

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - SISTEMA TRANSPORTE JOINVILLE
CONTRATO ASSINADO EM 15/12/2011
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	40.000.000,00	Parcelas Recebidas:	R$	4.227.156,00	2012
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.031de 22/06/2007		R$	12.060.000,00	2013
Credor:	BNDES		R$	10.713.014,97	2014
Taxa:	1,9% ao ano sobre o saldo devedor atualizado		R$	8.600.000,00	2015
Correção Monetária:	TJLP		R$	1.000.000,00	2018
Prazo:	121 meses, sendo os primeiros 31 meses de carência	Parcelas a Receber:	R$	3.399.829,03	2019
Pagamentos:	90 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/08/2014 e a última em 17/01/2022				
Vencimento:	17/01/2022				
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Ampliação e modernização do Sistema Integrado de Transporte de Joinville				
Governo:	João Raimundo Colombo				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	4.292.199,24	4.292.199,24	-	98.817,19	98.817,19
2013	16.521.267,58	12.229.068,34	-	436.661,31	436.661,31
2014	25.575.896,96	10.554.638,88	1.500.009,50	1.752.808,30	3.252.817,80
2015	30.071.737,59	8.732.370,40	4.236.529,77	2.111.470,22	6.347.999,99
2016	25.489.497,12	379.621,63	4.961.862,10	2.164.464,55	7.126.326,65
2017	20.696.174,84	-4.349.044,46	5.026.518,29	1.798.107,00	6.824.625,29
2018	**16.576.329,43**	**-3.685.898,10**	**5.227.269,59**	**1.470.172,52**	**6.697.442,11**
TOTAL		**28.152.955,93**	**20.952.189,25**	**9.832.501,09**	**30.784.690,34**

PCDIV027

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO
CONTRATO ASSINADO EM 21/11/2012
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 611.000.000,00 divididos em 2 subcréditos: Subcrédito A - R$ 512.581.785,76, Subcrédito B - R$ 98.418.214,24				
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 15.830 de 30/05/2012, alterada pela Lei Estadual 15.882 de 10/08/2012				
Credor:	BNDES	Parcelas Recebidas:	R$	105.840.957,88	2012
Taxa:	1,1% ao ano sobre o saldo devedor atualizado		R$	100.310.136,01	2013
Correção Monetária:	TJLP		R$	194.009.449,47	2014
			R$	38.000.000,00	2015
Prazo:	216 meses para o subcrédito A e 96 meses para o subcrédito B, sendo os primeiros 24 meses de carência		R$	15.000.000,00	2016
Pagamentos:	Prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/01/2015 e a última em 15/12/2032				
Vencimento:	15/12/2032		R$	71.374.884,51	2017
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO		R$	50.000.000,00	2018
Objetivo:	Execução do Programa Caminhos do Desevolvimento do Estado, composto por projetos constantes do PPA e Leis Orçamentárias				
Governo:	João Raimundo Colombo	Parcelas a Receber:	R$	36.464.572,13	2019

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	106.047.876,95	106.047.876,95	-	-	-
2013	206.646.626,78	100.598.749,83	-	8.323.565,80	8.323.565,80
2014	401.205.908,04	194.559.281,26	-	15.552.407,83	15.552.407,83
2015	417.003.094,10	39.591.382,65	23.794.196,59	26.517.157,56	50.311.354,15
2016	411.162.686,45	20.900.849,35	26.741.257,00	28.922.995,99	55.664.252,99
2017	455.783.043,45	70.333.641,85	31.553.692,50	30.354.704,27	61.908.396,77
2018	**497.620.954,72**	**102.941.717,43**	**16.483.449,16**	**27.873.388,22**	**44.356.837,38**
TOTAL		**634.973.499,32**	**98.572.595,25**	**137.544.219,67**	**236.116.814,92**

PCDIV028

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - PMAE GESTÃO
CONTRATO ASSINADO EM 14/05/2012
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	10.000.000,00	Parcelas Recebidas:	R$	9.090.078,12	2015
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 15.289 de 23/08/2010, alteração em 12/12/2011				
Credor:	BNDES				
Taxa:	1,9% ao ano sobre o saldo devedor atualizado				
Correção Monetária:	TJLP				
Prazo:	96 meses, sendo os primeiros 36 meses de carência				
Pagamentos:	60 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/06/2015 e a última em 15/05/2020				
Vencimento:	15/05/2020				
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Melhoria da qualidade da gestão pública, por meio de investimentos em infraestrutura, capacitação e tecnologia da informação				
Governo:	João Raimundo Colombo				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-
2015	8.621.334,08	9.141.345,78	520.011,70	184.573,40	704.585,10
2016	6.765.162,48	103.158,59	1.959.330,19	601.453,51	2.560.783,70
2017	4.836.759,88	(1.799.713,32)	1.984.860,88	454.187,47	2.439.048,35
2018	**2.853.756,10**	**(1.910.225,29)**	**2.001.181,09**	**304.379,12**	**2.305.560,21**
TOTAL		**5.534.565,76**	**6.465.383,86**	**1.544.593,50**	**8.009.977,36**

PCDIV029

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - ACELERA SANTA CATARINA
CONTRATO ASSINADO EM 04/04/2013
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 3.000.000.000,00 divididos em 3 subcréditos: Subc. A - R$ 979.662.,621,51-CELESC; Subc. B - R$ 200.000.000,00 - BRDE e Subc. C - R$ 1.820.337.378,49 - AC SC				
Autorização Legal:	Lei Estadual 15.855 de 02/08/2012, alterada pela Lei Estadual nº 15.903 de 20/11/2012				
Credor:	BNDES	Parcelas Recebidas:	R$	1.537.804.391,39	2013
Taxa:	0,8% ao ano sobre o saldo devedor atualizado		R$	954.485.105,94	2014
Correção Monetária:	TJLP		R$	151.286.410,02	2015
Prazo:	264 meses, sendo os primeiros 84 meses de carência		R$	212.565.746,04	2016
Pagamentos:	Prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/05/2020 e a última em 15/04/2035				
Vencimento:	15/04/2035		R$	50.000.000,00	2017
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO		R$	17.000.000,00	2018
Objetivo:	Viabilizar as ações do Programa Acelera Santa Catarina e Reestruturação da Dívida da CELESC				
Governo:	João Raimundo Colombo	Parcelas a Receber:	R$	76.858.346,61	2019

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	-	-	-	-	-
2013	1.555.747.228,07	1.555.747.228,07	-	33.614.508,91	33.614.508,91
2014	2.519.272.936,95	963.525.708,88	-	100.593.649,25	100.593.649,25
2015	2.689.072.213,30	169.799.276,35	-	156.967.433,17	156.967.433,17
2016	2.944.318.238,99	255.246.025,69	-	184.625.011,28	184.625.011,28
2017	3.028.206.127,98	339.133.914,68	-	196.176.152,38	196.176.152,38
2018	**3.066.990.916,86**	**122.672.677,87**	**-**	**200.856.285,22**	**200.856.285,22**
TOTAL		**3.406.124.831,54**	**-**	**872.833.040,21**	**872.833.040,21**

PCDIV030

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL- CAMINHOS ESTRATÉGICOS DA PRODUÇÃO E PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS
CONTRATO ASSINADO EM 18/07/2013
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	1.056.400.000,00				
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 15.941 de 21/12/2012				
Credor:	Banco do Brasil	Parcelas Recebidas:	R$	218.800.000,00	2013
Taxa:	3,75%a.a.+ Libor semestral		R$	363.718.494,64	2014
Atualização Monetária:	Variação Cambial		R$	418.800.000,00	2015
Prazo:	240 meses, sendo os primeiros 60 meses de carência				
Pagamentos:	Prestações semestrais de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 18/07/2018 e a última em 18/07/2033				
Vencimento:	18/07/2033				
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Custear Despesas de Capital destinadas aos Projetos Caminhos Estratégicos da Produção e Prevencção de Desastres Naturais				
Governo:	João Raimundo Colombo				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	-	-	-	-	-
2013	218.800.000,00	218.800.000,00	-	7.923.000,00	7.923.000,00
2014	675.740.903,64	456.940.903,64	-	16.603.253,82	16.603.253,82
2015	1.430.220.948,40	754.480.044,76	-	39.537.597,24	39.537.597,24
2016	1.199.563.960,57	**(230.656.987,83)**	-	64.604.901,58	64.604.901,58
2017	1.222.393.575,50	(207.827.372,90)	-	67.903.713,39	67.903.713,39
2018	**1.389.006.155,76**	**234.458.713,29**	**45.016.518,10**	**83.100.243,43**	**128.116.761,53**
TOTAL		**1.226.195.300,96**	**45.016.518,10**	**279.672.709,46**	**324.689.227,56**

PCDIV059

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL- PACTO POR SANTA CATARINA
CONTRATO ASSINADO EM 27/11/2013
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	2.000.000.000,00				
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 16.129 de 23/09/2013	Parcelas Recebidas:	R$	90.100.600,00	2014
Credor:	Banco do Brasil		R$	300.000.000,00	2015
Taxa:	120% CDI/OVER		R$	809.899.400,00	2016
Atualização Monetária:			R$	700.000.000,00	2017
Prazo:	240 meses, sendo os primeiros 60 meses de carência	Parcelas a Receber:	R$	100.000.000,00	2019
Pagamentos:	Prestações semestrais de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 27/11/2018 e a última em 27/11/2033				
Vencimento:	27/11/2033				
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Custear Despesas de Capital constantes do Plano Plurianual e da Lei de Orçamento Anual				
Governo:	João Raimundo Colombo				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-
2014	91.185.059,21	91.185.059,21	-	40.004.786,51	40.004.786,51
2015	395.080.736,66	303.895.677,45	-	47.649.839,66	47.649.839,66
2016	1.218.464.960,66	823.384.224,00	-	148.270.567,20	148.270.567,20
2017	1.911.593.344,96	1.516.512.608,30	-	157.891.035,40	157.891.035,40
2018	**1.851.650.344,77**	**694.475.706,69**	**61.290.322,58**	**143.212.695,80**	**204.503.018,38**
TOTAL		**3.429.453.275,65**	**61.290.322,58**	**537.028.924,57**	**598.319.247,15**

PCDIV060

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS PAGAMENTOS
DÍVIDA INTERNA E ENCARGOS DOS AROS
EXERCÍCIO DE 2018

EM REAIS

INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALORES PAGOS	SOMA
BANCO DO BRASIL S/A - COHAB - Contrato assinado em 10/11/98 - Lei Federal nº 8.727 de 05/11/93		
Amortizações	4.899.248,96	
Juros, comissões e outras despesas	327.399,39	5.226.648,35
BANCO DO BRASIL S/A - 012/98/STN/COAFI - Contrato assinado em 31/03/98 - Lei Federal nº 9.496 de 11/09/97		
Amortizações	198.298.359,11	
Juros, comissões e outras despesas	402.606.449,17	600.904.808,28
BANCO DO BRASIL S/A - DMLP - Contrato assinado em 21/01/98 - Lei Federal nº 10.542 de 30/09/97		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	2.756.170,59	2.756.170,59
PARCELAMENTO DO PASEP		
Amortizações	13.497.071,16	
Juros, comissões e outras despesas	7.394.600,40	20.891.671,56
BANCO DO BRASIL S/A - PEF I - Contrato assinado em 22.10.09 - Lei Estadual nº14.500 de 13/08/08		
Amortizações	6.053.839,16	
Juros, comissões e outras despesas	265.281,85	6.319.121,01
BANCO NAC. DE DESENV.ECON. E SOCIAL - BNDES - PEF II - Contrato assinado em 22.10.10 - Lei Estadual nº14.500 de 13/08/08		
Amortizações	808.509,28	
Juros, comissões e outras despesas	1.425.194,62	2.233.703,90
BANCO NAC. DE DESENV.ECON. E SOCIAL - BNDES - CASAN - PAC - Contrato assinado em 20.09.10 - Lei Estadual nº14.500 de 13/08/08		
Amortizações	12.644.211,67	
Juros, comissões e outras despesas	6.039.911,06	18.684.122,73
BANCO NAC. DE DESENV.ECON. E SOCIAL - BNDES - SIST.JOINVILLE - Contrato assinado em 20.09.10 - Lei Estadual nº14.031 de 22/06/2007		
0,00	5.227.269,59	
Juros, comissões e outras despesas	1.470.172,52	6.697.442,11
BANCO NAC. DE DESENV.ECON. E SOCIAL - BNDES - CAM. DO DESENVOLVIMENTO - Contrato assinado em 21.11.2012 - Lei Estadual nº15.830 de 30/05/2012		
Amortizações	16.483.449,16	
Juros, comissões e outras despesas	27.873.388,22	44.356.837,38
BANCO NAC. DE DESENV.ECON. E SOCIAL - BNDES - PMAE Gestão - Contrato assinado em 14.05.2012 - Lei 15.289 de 23/08/2010		
Amortizações	2.001.181,09	
Juros, comissões e outras despesas	304.379,12	2.305.560,21
BANCO NAC. DE DESENV.ECON. E SOCIAL - BNDES - ACELERA SC - Contrato assinado em 04.04.13 - Lei Estadual nº15.903 de 20/12/2012		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	200.856.285,22	200.856.285,22
BANCO DO BRASIL- BB - PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS - Contrato assinado em 18.07.13 - Lei Estadual nº15.941 de 21/12/2012		
Amortizações	45.016.518,10	
Juros, comissões e outras despesas	83.100.243,43	128.116.761,53
BANCO DO BRASIL- BB -PACTO POR SC - Contrato assinado em 27.11.2013 - Lei Estadual nº16.129 de 23/09/2013		
Amortizações	61.290.322,58	
Juros, comissões e outras despesas	143.212.695,80	204.503.018,38
TOTAL		
AMORTIZAÇÕES	**366.219.979,86**	
JUROS, COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS	**877.632.171,39**	
GERAL		**1.243.852.151,25**

PCDIV-51

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

RESUMO DOS RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DOS EMPRÉSTIMOS DA DÍVIDA PÚBLICA
ADMINISTRAÇAO DIRETA
EXERCICIO DE 2018

EM REAIS

ESPECIFICAÇÕES	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS		
		PRINCIPAL	JUROS/ENCARGOS	SOMA
01 DÍVIDA INTERNA	**68.000.000,00**	**366.219.979,86**	**877.632.171,39**	**1.243.852.151,25**
01.03 - BANCO DO BRASIL S/A	-	315.558.287,91	632.268.240,23	947.826.528,14
01.04 - BNDES	68.000.000,00	37.164.620,79	237.969.330,76	275.133.951,55
01.05 - PARCELAMENTO DO PASEP	-	13.497.071,16	7.394.600,40	20.891.671,56
01.06 - APÓLICES INALIENÁVEIS	-	-	-	-
02 DÍVIDA EXTERNA	**121.717.750,00**	**438.728.054,78**	**139.890.988,20**	**578.619.042,98**
02.01 - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID	103.840.000,00	95.581.917,76	36.020.204,70	131.602.122,46
02.02 - BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD	-	-	8.764.936,45	8.764.936,45
02.03 - CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF	17.877.750,00	24.834.361,70	9.499.735,36	34.334.097,06
02.03 - BANK OF AMÉRICA - BAML	-	318.311.775,32	85.606.111,69	403.917.887,01
TOTAL GERAL	**189.717.750,00**	**804.948.034,64**	**1.017.523.159,59**	**1.822.471.194,23**

PCDIV4

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DÍVIDA DE LONGO PRAZO: PASEP
DATA DA ASSINATURA: 31/09/2012
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$	289.875.878,40
Taxa:	SELIC	
Prazo:	180 meses	
Pagamentos:	180 prestações mensais, vencendo-se a primeira em 30/10/2012 e a última em 30/09/2027	
Vencimento:	30/09/2027	

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	279.654.593,12	289.875.878,40	10.221.285,28	9.910.340,93	20.131.626,21
2013	242.499.454,17	-33.310.775,77	3.844.363,18	4.677.051,27	8.521.414,45
2014	259.389.643,85	19.711.081,03	2.820.891,35	4.242.232,85	7.063.124,20
2015	270.092.887,68	24.199.206,86	13.495.963,03	2.984.753,02	16.480.716,05
2016	279.087.403,88	19.577.399,12	10.582.882,92	7.662.462,84	18.245.345,76
2017	278.719.736,67	13.129.403,95	13.497.071,16	6.379.058,25	19.876.129,41
2018	**269.074.406,93**	3.851.741,42	**13.497.071,16**	**7.394.600,40**	**20.891.671,56**
TOTAL		**337.033.935,01**	**67.959.528,08**	**43.250.499,56**	**111.210.027,64**

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRAÇÃO DA DIVIDA FUNDADA EXTERNA
(Anexo nº 16 da Lei Federal 4.320/64)
EXERCÍCIO DE 2018

A U T O R I Z A Ç Õ E S				SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO EM REAIS	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALOR DA EMISSÃO			EM CIRCULAÇÃO	VARIAÇÕES		EM MOEDA		VALOR
LEIS, NÚMERO E DATA	EM MOEDA ESTRANGEIRA		EM REAIS	EM REAIS	PARA +	PARA -	ESTRANGEIRA		EM REAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 1390/0C/BR-ROF: TA154202 Contrato assinado em 09.05.2002 - Lei n. 11.830 DE 10 de Julho de 2002	US$	150.000.000,00	367.785.000,00	168.308.449,81	26.691.817,61	41.353.916,44	US$	39.652.717,81	153.646.350,98
BANCO INTERN.P/RECONST. E DESENV. - BIRD 4660 BR - ROF: 232598 Contrato assinado em 10.05.2002 - Lei n. 12.007 DE 09 de Novembro de 2001	US$	62.800.000,00	155.982.640,00	-	-	-	US$	-	-
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2171/0C/BR Contrato assinado em 09.04.2010 - Lei n.14.532, de 06 de Novembro de 2008	US$	50.000.000,00	88.650.000,00	132.273.783,67	22.417.222,64	8.250.000,03	US$	37.793.178,04	146.441.006,28
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2172/0C/BR Contrato assinado em 01.09.2010 - Lei n.14.529, de 28 de Outubro de 2008	US$	30.000.000,00	52.323.000,00	79.325.818,23	13.571.889,56	6.806.621,27	US$	22.218.201,33	86.091.086,52
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF Contrato assinado em 01.09.2010 - Lei n.13.919, de 27 de Dezembro de 2006	US$	32.558.000,00	56.784.407,80	79.294.912,09	13.194.945,06	10.947.627,50	US$	21.044.242,20	81.542.229,65
BANCO INTERN.P/RECONST. E DESENV. - BIRD 7952-BR-RURAL Contrato assinado em 30.09.2010- Lei nº 14.962 de 03 de Dezembro de 2009	US$	90.000.000,00	152.478.000,00	299.540.240,85	52.317.172,83	-	US$	90.806.600,00	351.857.413,68
BANK OF AMERICA - BOF TA 634758 Contrato assinado em 27.12.12- Lei nº 15.881 de 10 de Agosto de 2012	US$	726.441.566,00	1.478.126.976,41	1.643.969.027,78	276.261.824,27	318.311.775,32	US$	413.419.809,21	1.601.919.076,73
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2900 Contrato assinado em 09.01.13- Lei nº 14.532 de 06 de Novembro de 2008	US$	250.000.000,00	510.425.000,00	622.557.197,75	261.176.124,89	39.171.380,02	US$	217.962.718,75	844.561.942,62
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF PROVIAS Contrato assinado em 26.08.14- Lei nº 15.714 de dezembro de 2001	US$	55.000.000,00	123.178.000,00	140.080.022,70	45.300.804,62	13.886.734,20	US$	44.258.824,49	171.494.093,12
TOTAL GERAL	US$	**1.446.799.566,00**	**2.985.733.024,21**	**3.165.349.452,88**	**710.931.801,48**	**438.728.054,78**	US$	**887.156.291,83**	**3.437.553.199,58**

PCDIV2

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

COTAÇÃO DA MOEDA: 31.12.2018
DÓLAR: 3,8748

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DESENVOLVIMENTO - BID-1390/OC/BR - ROF - TA 154202
CONTRATO ASSINADO EM 09/05/2002
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 150.000.000,00		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 11.830 de 10 de julho de 2001 e Resolução do Senado Federal nº 13/2002		
Taxa:	Taxa determinada pelo custo de empréstimo qualificado para o semestre anterior, acrescida de uma margem aplicada s/ saldo devedor, contada a partir da data de desembolso		
Prazo:	20 anos, sendo os primeiros 66 meses de carência		
Pagamentos:	30 prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais,vencendo-se a primeira em 09/11/2007 e a última em 09/05/2022		
Vencimento:	09/05/2022		
Garantia:	FPE/IPI		
Objetivo:	Programa de pavimentação e reabilitação de rodovias - BID IV		
Governo:	Esperidião Amin	Outros Encargos:	0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado.

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2017:	US$	50.658.125,51
Amortização em 2018:	US$	11.257.361,22
Inscrição em 2018:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/2018:	US$	39.400.764,29

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2001	-	-	-	-	-
2002	53.319.291,74	53.319.291,74	0,00	0,00	0,00
2003	138.646.158,39	85.326.866,65	0,00	5.752.578,51	5.752.578,51
2004	201.561.135,95	62.914.977,56	0,00	8.233.803,03	8.233.803,03
2005	229.517.522,06	27.956.386,11	0,00	9.248.172,82	9.248.172,82
2006	268.965.421,05	39.447.898,99	0,00	9.792.430,61	9.792.430,61
2007	255.216.561,21	-5.420.443,99	8.328.415,85	10.488.149,86	18.816.565,71
2008	313.276.344,23	79.057.630,96	20.997.847,94	12.387.607,17	33.385.455,11
2009	213.784.705,85	-78.046.469,96	21.445.168,42	11.862.696,43	33.307.864,85
2010	185.900.265,91	-8.261.318,82	19.623.121,12	8.547.272,80	28.170.393,92
2011	188.169.073,08	21.265.604,23	18.996.797,06	4.592.113,47	23.588.910,53
2012	218.541.967,75	52.648.398,18	22.275.503,51	5.074.821,98	27.350.325,49
2013	224.157.702,40	29.864.090,72	24.248.356,07	4.848.411,14	29.096.767,21
2014	224.943.500,88	27.738.735,59	26.952.937,11	4.792.076,43	31.745.013,54
2015	286.608.658,50	100.131.560,91	38.466.403,29	6.118.580,55	44.584.983,84
2016	202.623.043,53	-46.234.054,13	37.751.560,84	6.983.478,95	44.735.039,79
2017	168.308.449,81	2.136.179,04	36.450.772,76	5.982.656,01	42.433.428,77
2018	**153.646.350,98**	26.691.817,61	**41.353.916,44**	**6.907.612,13**	**48.261.528,57**
TOTAL		**470.537.151,39**	**316.890.800,41**	**121.612.461,89**	**438.503.262,30**

PCDIV071

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DESENVOLVIMENTO - BID-2171/OC/BR
CONTRATO ASSINADO EM 09/04/2010
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	50.000.000,00	Parcelas Recebidas:	
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.532 de 06 de novembro de 2008 e Resolução do Senado Federal nº 43/2009	USD 4.822.181,49	2010
Taxa:	Taxa determinada pelo custo de empréstimo qualificado para o semestre anterior,	USD 32.034.164,09	2011
	acrescida de uma margem aplicada s/ saldo devedor, contada a partir da data de desembolso	USD 12.871.128,87	2012
		USD 272.525,55	2013
Prazo:	25 anos, sendo os primeiros 42 meses de carência		
Pagamentos:	44 prestações semestrais e iguais,vencendo-se a primeira em 09/10/2013 e a última em 09/04/2035		
Vencimento:	09/04/2035		
Garantia:	FPE/IPI		
Objetivo:	Programa de pavimentação e reabilitação de rodovias - BID V		
Governo:	Leonel Arcângelo Pavan	Outros Encargos:	0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado.

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2017:	USD	39.772.727,24
Amortização em 2018:	USD	2.272.727,28
Inscrição em 2018:	USD	-
Capital em circulação em 31/12/2018:	USD	37.499.999,96

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010	8.034.718,80	8.034.718,80	0,00	69.951,22	69.951,22
2011	69.135.133,04	61.100.414,24	0,00	403.324,99	403.324,99
2012	101.618.094,04	32.482.961,00	0,00	979.345,30	979.345,30
2013	114.467.954,54	15.356.678,69	2.506.818,19	1.186.820,96	3.693.639,15
2014	124.081.272,31	14.858.722,58	5.245.404,81	1.277.274,07	6.522.678,88
2015	173.506.265,13	57.317.038,30	7.892.045,48	1.858.248,48	9.750.293,96
2016	137.627.051,00	-28.012.736,83	7.866.477,30	2.847.423,94	10.713.901,24
2017	132.273.783,67	1.784.232,69	7.137.500,02	2.766.263,41	9.903.763,43
2018	**146.441.006,28**	22.417.222,64	**8.250.000,03**	**4.155.458,13**	**12.405.458,16**
TOTAL		**185.339.252,11**	**38.898.245,83**	**15.544.110,50**	**54.442.356,33**

PCDIV073

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DESENVOLVIMENTO - BID-2172/OC/BR
CONTRATO ASSINADO EM 01/09/2010
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 30.000.000,00	Parcelas Recebidas:			
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.529 de 28 de outubro de 2008	USD	1.500.000,00	2010	
Taxa:	Taxa determinada pelo custo de empréstimo qualificado para o semestre anterior, acrescida de	USD	990.157,44	2012	
	uma margem aplicada s/ saldo devedor, contada a partir da data de desembolso	USD	12.078.191,41	2013	
		USD	5.918.910,37	2014	
Prazo:	24 anos e seis meses, sendo os primeiros 54 meses de carência	USD	3.697.711,69	2015	
Pagamentos:	32 prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais,vencendo-se a primeira em 01/03/2015 e a última em 01/09/2034				
Vencimento:	01/09/2030	USD	3.615.500,41	2016	
Garantia:	PFPE/IPI	USD	698.801,38	2017	
Objetivo:	Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira da Administração Estadual - PROFISCO				
Governo:	Leonel Arcângelo Pavan	Outros Encargos:	0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado.		

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2017:	US$	23.808.299,70
Amortização em 2018:	US$	1.830.797,18
Inscrição em 2018:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/2018:	US$	21.977.502,52

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010	2.499.300,00	2.499.300,00	0,00	0,00	0,00
2011	2.813.700,00	314.400,00	0,00	117.492,88	117.492,88
2012	5.088.636,73	2.274.936,73	0,00	166.819,42	166.819,42
2013	34.127.814,02	29.039.177,29	0,00	316.896,38	316.896,38
2014	54.615.516,08	20.487.702,06	0,00	512.826,05	512.826,05
2015	89.771.242,44	39.297.994,08	4.142.267,72	816.035,86	4.958.303,58
2016	81.564.382,98	-2.466.899,09	5.739.960,37	1.589.068,82	7.329.029,19
2017	79.325.818,23	3.449.727,99	5.688.292,74	1.605.960,53	7.294.253,27
2018	**86.091.086,52**	13.571.889,56	**6.806.621,27**	**2.495.412,30**	**9.302.033,57**
TOTAL		**108.468.228,62**	**22.377.142,10**	**7.620.512,24**	**29.997.654,34**

PCDIV074

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF
CONTRATO ASSINADO EM 01/09/2010
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 32.558.000,00	Parcelas Recebidas:		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 13.919 de 27 de dezembro de 2006	USD	6.252.319,00	2010
Taxa:	Libor semestral + 2,35%aa	USD	4.999.980,00	2011
Prazo:	15 anos e seis meses, sendo os primeiros 54 meses de carência	USD	12.459.301,00	2012
Pagamentos:	22 prestações semestrais, vencendo-se a primeira em 28/02/2015 e a última em 31/08/2025	USD	8.846.400,00	2013
Vencimento:	31/08/2025			
Garantia:	FPE/IPI			
Objetivo:	Programa de Integração (PIR) - Fase I é Integrar a Região Nordeste de SC com o Litoral, Viabilizando Investimentos Portuários e Promovendo o Desenvolvimento Turistico			
Governo:	Leonel Arcângelo Pavan	Outros Encargos:	0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado.	

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2017:	US$	23.678.545,46
Amortização em 2018:	US$	2.959.818,18
Inscrição em 2018:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/2018:	US$	20.718.727,28

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010	10.417.613,92	10.417.613,92	0,00	0,00	0,00
2011	21.107.062,46	10.689.448,54	0,00	289.280,15	289.280,15
2012	48.454.654,60	27.347.592,14	0,00	1.012.852,38	1.012.852,38
2013	76.270.370,80	27.815.716,20	0,00	1.637.989,17	1.637.989,17
2014	87.259.702,60	10.989.331,80	0,00	2.023.731,53	2.023.731,53
2015	116.643.614,88	38.862.730,00	9.478.817,72	2.774.391,65	12.253.209,37
2016	87.619.822,98	-18.283.351,68	10.740.440,22	3.240.320,84	13.980.761,06
2017	79.294.912,09	926.000,83	9.250.911,72	2.990.816,14	12.241.727,86
2018	**81.542.229,65**	13.194.945,06	**10.947.627,50**	**3.613.763,72**	**14.561.391,22**
TOTAL		**121.960.026,81**	**40.417.797,16**	**17.583.145,58**	**58.000.942,74**

PCDIV075

FLORIANOPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD/ 7952-BR - ROF: TA 550707
CONTRATO ASSINADO EM 30/09/2010
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 90.000.000,00	Parcelas Recebidas:	
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.962 de 03 de Dezembro de 2009	USD 225.000,00	2011
Taxa:	Libor + Spread variável	USD 8.253.286,15	2012
Prazo:	25 anos, sendo os primeiros 119 meses de carência	USD 17.779.423,57	2013
Pagamentos:	30 prestações semestrais, vencendo-se a primeira em 15/09/2020 e a última em 15/03/2035	USD 10.065.213,02	2014
Vencimento:	15/03/2035	USD 32.422.890,28	2015
Garantia:	FPE/IPI	USD 15.172.880,93	2016
Objetivo:	Programa Santa Catarina Rural - Microbacias III - Aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares em Santa Catarina.	USD 6.081.306,05	2017
Governo:	Outros Encargos:	0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado.	

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2017:	US$	90.000.000,00
Amortização em 2018:	US$	-
Inscrição em 2018:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/2018:	US$	90.000.000,00

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010					
2011	422.055,00	422.055,00	0,00	383.000,71	383.000,71
2012	17.325.377,75	16.903.322,75	0,00	143.673,89	143.673,89
2013	61.511.310,79	44.185.933,04	0,00	208.918,46	208.918,46
2014	96.724.695,78	35.213.384,99	0,00	502.341,68	502.341,68
2015	269.050.960,51	172.326.264,73	0,00	1.402.030,13	1.402.030,13
2016	274.143.461,61	5.092.501,10	0,00	3.149.553,42	3.149.553,42
2017	299.540.240,85	25.396.779,24	0,00	5.165.795,57	5.165.795,57
2018	**351.857.413,68**	52.317.172,83	**0,00**	**8.764.936,45**	**8.764.936,45**
TOTAL		**351.857.413,68**	**0,00**	**19.720.250,31**	**19.720.250,31**

PCDIV076

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANK OF AMERICA - REFINANCIAMENTO DO RESÍDUO DA LEI 9496
CONTRATO ASSINADO EM 27/12/2012
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 726,441,566.00	Parcelas Recebidas:
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 15.881 de 10 de agosto de 2012	US$ 726,441,566.00 2012
Taxa:	4,00 %aa	
Prazo:	10 anos, sendo os primeiros 18 meses de carência	
Pagamentos:	18 prestações semestrais, consecutivas, vencendo-se a primeira em 27/06/2014 e a última em 27/12/2022	
Vencimento:	27/12/2022	
Garantia:	FPE/IPI	
Objetivo:	Refinanciamento do Resíduo da Divida do Estado com a União, referente a Lei 9496/98	
Governo:	João Raimundo Colombo	

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2017:	US$	496.585.673,59
Amortização em 2018:	US$	83.267.486,00
Inscrição em 2018:	US$	
Capital em circulação em 31/12/2018:	US$	413.318.187,59

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	1.484.483.340,12	1.484.483.340,12	0,00	26.652.071,33	26.652.071,33
2013	1.701.762.012,51	217.278.672,39	0,00	78.657.331,88	78.657.331,88
2014	1.875.691.221,39	225.191.532,63	51.262.323,75	82.983.392,05	134.245.715,80
2015	2.509.973.800,84	858.370.749,73	224.088.170,28	114.446.873,31	338.535.043,59
2016	1.868.209.208,80	-408.957.205,59	232.807.386,45	98.724.775,12	331.532.161,57
2017	1.643.969.027,78	29.939.056,12	254.179.237,14	87.024.101,59	341.203.338,73
2018	**1.601.919.076,73**	276.261.824,27	**318.311.775,32**	**85.606.111,69**	**403.917.887,01**
TOTAL		**2.682.567.969,67**	**1.080.648.892,94**	**574.094.656,97**	**1.654.743.549,91**

PCDIV077

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DESENVOLVIMENTO - BID VI - Rodovias
CONTRATO ASSINADO EM 09/01/2013
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 250,000,000.00	Parcelas Recebidas:		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.532 de 06 de Novembro de 2008	USD	49.263.657,24	2013
Taxa:	Taxa determinada pelo custo de empréstimo qualificado para o semestre anterior, acrescida de	USD	38.000.000,00	2014
	uma margem aplicada s/ saldo devedor, contada a partir da data de desembolso	USD	25.000.000,00	2015
Prazo:	25 anos, sendo os primeiros 66 meses de carência	USD	27.000.000,00	2016
Pagamentos:	40 prestações semestrais, consecutivas, vencendo-se a primeira em 09/07/2018 e a última em 09/01/2038	USD	48.000.000,00	2017
Vencimento:	09/01/2038	USD	62.736.342,76	2018
Garantia:	FPE/IPI			
Objetivo:	Programa para a melhoria das condições fiscais e operacionais da infraestrutura rodoviária estadual			
Governo:	João Raimundo Colombo			

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2017:	US$	187.263.657,24
Amortização em 2018:	US$	10.876.003,47
Inscrição em 2018:	US$	40.000.000,00
Capital em circulação em 31/12/2018:	US$	216.387.653,77

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2013	115.405.043,45	115.405.043,45	0,00	1.039.268,47	1.039.268,47
2014	232.330.864,73	116.925.821,28	0,00	2.896.276,76	2.896.276,76
2015	439.386.700,72	207.055.835,99	0,00	5.475.519,26	5.475.519,26
2016	455.626.409,85	16.239.709,13	0,00	10.305.272,56	10.305.272,56
2017	622.557.197,75	166.930.787,90	0,00	12.206.963,24	12.206.963,24
2018	**844.561.942,62**	261.176.124,89	**39.171.380,02**	**22.461.722,14**	**61.633.102,16**
TOTAL		**883.733.322,64**	**39.171.380,02**	**54.385.022,43**	**93.556.402,45**

PCDIV078

FLORIANOPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF
CONTRATO ASSINADO EM 26/08/2014
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 55,000,000.00	Parcelas Recebidas:		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 15.714 de Dezembro de 2013	USD	5.000.000,00	2015
Taxa:	Libor semestral +2,6%a.a.	USD	16.900.000,00	2016
		USD	20.000.000,00	2017
Prazo:	15 anos, sendo os primeiros 36 meses de carência	USD	5.500.000,00	2018
Pagamentos:	24 prestações semestrais, consecutivas, vencendo-se a primeira em 26/02/2018 e a última em 26/08/2029			
Vencimento:	26/08/2029			
Garantia:	FPE/IPI			
Objetivo:	Integração do Planalto Norte com o Vale do Itajaí por meio das vias catarinenses SC477 e SC114.			
Governo:	João Raimundo Colombo			

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2017:	US$	41.900.000,00	Parcelas a Receber:	
Amortização em 2018:	US$	3.730.797,09	USD 7.600.000,00	2019
Inscrição em 2018:	US$	5.500.000,00		
Capital em circulação em 31/12/2018:	US$	43.669.202,91		

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2014	0,00	0,00	0,00	-	0,00
2015	19.661.849,09	19.661.849,09	0,00	484.383,51	484.383,51
2016	71.841.298,80	52.179.449,71	0,00	1.202.673,29	1.202.673,29
2017	140.080.022,70	68.238.723,90	0,00	2.577.802,27	2.577.802,27
2018	**171.494.093,12**	45.300.804,62	**13.886.734,20**	**5.885.971,64**	**19.772.705,84**
TOTAL		**185.380.827,32**	**13.886.734,20**	**10.150.830,71**	**24.037.564,91**

PCDIV079

FLORIANOPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS PAGAMENTOS
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA
EXERCÍCIO DE 2018

(em reais)

INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALORES PAGOS	SOMA
BANCO INTER. DE DESENVOLVIMENTO - BID - 1390/OC/BR - ROF - TA 154202 - Contrato assinado em 09/05/2002 - Lei nº 11.830 de 10 de julho de 2001		
Amortizações	41.353.916,44	
Juros, comissões e outras despesas	6.907.612,13	48.261.528,57
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2171/0C/BR - Contrato assinado em 09/04/2010 - Lei nº 14.532 de 06/11/2008		
Amortizações	8.250.000,03	
Juros, comissões e outras despesas	4.155.458,13	12.405.458,16
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2172/0C/BR - Contrato assinado em 01.09.2010 - Lei nº 14.529 de 28/10/2008		
Amortizações	6.806.621,27	
Juros, comissões e outras despesas	2.495.412,30	9.302.033,57
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF - Contrato assinado em 01.09.2010		
Amortizações	10.947.627,50	
Juros, comissões e outras despesas	3.613.763,72	14.561.391,22
BANCO INTERN. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD 7952-BR-RURAL - Cont. ass. 30/09/2010 - Lei nº 14.962 de 03 de Dezembro de 2009		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	8.764.936,45	8.764.936,45
BANK OF AMERICA - BOF TA 634758 - Cont. ass. 27/12/12 - Lei nº 15.881 de 10 de Agosto de 2010		
Amortizações	318.311.775,32	
Juros, comissões e outras despesas	85.606.111,69	403.917.887,01
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2900 - Contrato assinado em 09.01.13- Lei nº 14.532 de 06 de Novembro de 2008		
Amortizações	39.171.380,02	
Juros, comissões e outras despesas	22.461.722,14	61.633.102,16
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF PROVIAS - Contrato assinado em 26.08.14- Lei nº 15.714 de dezembro de 2001		
Amortizações	13.886.734,20	
Juros, comissões e outras despesas	5.885.971,64	19.772.705,84
TOTAL		
AMORTIZAÇÕES	**438.728.054,78**	
JUROS, COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS	**139.890.988,20**	
GERAL		**578.619.042,98**

PCDIV-52

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA

DEMONSTRATIVO DOS PRECATÓRIOS - 2018

PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS 2018

R$

Conta		Valores Pagos - TJ
	DESPESA	
3.1.9.0.9.1.01.00	Precatório Pessoal Civil	96.804.864,17
3.3.9.0.9.1.07.00	Precatórios de Terceiros	118.394.768,63
	TOTAL DE PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS	**215.199.632,80**

ESTOQUE DE PRECATÓRIOS CONTABILIZADO - 2018

		Saldo inicial	Inscrição	Baixa	Saldo final
2.1.0.0.0.00.00.00	**PASSIVO CIRCULANTE**				
2.1.1.1.1.03.00.00	Precatórios de Pessoal	30.117.024,73	278.771.641,80	274.961.590,44	33.927.076,09
2.1.1.2.1.03.00.00	Precatórios de Benefícios Previdenciários	38.056.950,49	9.788.183,69	-	47.845.134,18
2.1.3.1.1.02.00.00	Precatórios de Fornecedores	317.970.082,45	432.985.928,33	379.922.976,16	371.033.034,62
	Subtotal	**386.144.057,67**	**721.545.753,82**	**654.884.566,60**	**452.805.244,89**
2.2.0.0.0.00.00.00	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**				
2.2.1.1.1.02.00.00	Precatórios de Pessoal	140.789.688,41	76.438.025,76	17.474.746,72	199.752.967,45
2.2.1.2.1.01.00.00	Precatórios de Benefícios Previdenciários	186.521.530,40	104.862.691,06	52.143.315,08	239.240.906,38
2.2.3.1.1.02.00.00	Precatórios de Fornecedores	1.599.116.760,81	424.598.193,17	166.491.263,97	1.857.223.690,01
	Subtotal	**1.926.427.979,62**	**605.898.909,99**	**236.109.325,77**	**2.296.217.563,84**
	TOTAL DO PASSIVO DE PRECATÓRIOS	**2.312.572.037,29**	**1.327.444.663,81**	**890.993.892,37**	**2.749.022.808,73**

FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda de SC. SIGEF - Módulo de Contabilidade.

OBS: Valores contabilizados no passivo até novembro 2018, pois os valores de dezembro somente são disponibilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado - TJ - SC após o fechamento do exercício pela SEF.

O valor da planilha do TJ-SC para dezembro 2018 é R$ 2.513.100.632,83.

No valor dos precatórios de Benefícios Previdenciários, conta 2.2.1.2.1.01, consta o valor de R$ 25.682.701,00 que estava, em 31/12/2018, na conta transitória para posterior pagamento pelo Tribunal de Justiça do Estado.

No valor dos precatórios de Fornecedores, conta 2.2.3.1.1.02, consta o valor de R$ 93.629.216,38 que estava, em 31/12/2018, na conta transitória para posterior pagamento pelo Tribunal de Justiça do Estado.

3.5.1.1.2.01.03.16=Cota Concedida para Pagamento de Precatórios Regime Especial no valor de R$ 92.099.810,50, oriundo dos Depósitos Judiciais.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
Diretor de Captação de Recursos e da Dívida Pública
Analista da Receita Estadual

PORTARIA Nº 018/GABS/SEF/SC, DE 21 DE JANEIRO DE 2019.

Torna público o Relatório Resumido da Execução Orçamentária da Administração Direta e Indireta, relativo aos meses de novembro e dezembro de 2018.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições previstas no artigo 74, parágrafo único e incisos, da Constituição Estadual, **TORNA PÚBLICO** o **Relatório Resumido da Execução Orçamentária** relativo ao **sexto bimestre do exercício financeiro de 2018**, elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF, conforme preconiza o artigo 165, § 3º, da Constituição Federal e os artigos 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), composto pelos seguintes anexos:

I - Balanço Orçamentário;

II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção;

III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

IV - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;

VI - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal;

VII - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;

VIII - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

IX - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;

X - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência;

XI - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;

XII - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;

XIV - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

PAULO ELI
Secretário de Estado da Fazenda

Publicado no Diário Oficial de Santa Catarina nº 20.941 de 24/01/2019.

PORTARIA Nº 31/GABS/SEF/SC, DE 30 DE JANEIRO DE 2019.

Republica, por incorreção do anterior, o Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal do Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao sexto bimestre de 2018.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições previstas no artigo 74, parágrafo único e incisos, da Constituição Estadual, **DETERMINA A REPUBLICAÇÃO**, por incorreção do anterior, do Demonstrativo Resultado Primário e Nominal do Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao sexto bimestre de 2018, elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF, conforme preconiza o artigo 165, § 3º, da Constituição Federal e os artigos 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), de que trata a Portaria n. 18/GABS/SEF/SC, publicada no Diário Oficial do Estado n. 20.941, de 24/01/2019.

PAULO ELI

Secretário de Estado da Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS[1]	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.539.259.970,00	24.539.259.970,00	4.517.720.985,43	18,41	23.995.579.051,03	97,78	543.680.918,97
RECEITAS CORRENTES	24.065.565.452,00	24.065.565.452,00	4.504.433.252,29	18,72	23.708.763.964,03	98,52	356.801.487,97
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.130.099.135,00	16.130.099.135,00	3.064.900.373,21	19,00	16.322.199.042,52	101,19	(192.099.907,52)
Impostos	15.088.835.408,00	15.088.835.408,00	2.879.648.141,82	19,08	15.162.172.058,53	100,49	(73.336.650,53)
Taxas	1.041.263.727,00	1.041.263.727,00	185.252.231,39	17,79	1.160.026.983,99	111,41	(118.763.256,99)
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
CONTRIBUIÇÕES	1.009.139.516,00	1.009.139.516,00	231.493.876,72	22,94	1.022.082.081,04	101,28	(12.942.565,04)
Contribuições Sociais	1.009.139.516,00	1.009.139.516,00	231.493.876,72	22,94	1.022.082.081,04	101,28	(12.942.565,04)
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	560.683.339,00	560.683.339,00	71.130.792,45	12,69	408.148.700,39	72,79	152.534.638,61
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	18.098.113,00	18.098.113,00	1.595.494,01	8,82	12.788.193,82	70,66	5.309.919,18
Valores Mobiliários	533.670.292,00	533.670.292,00	68.720.032,76	12,88	385.844.919,93	72,30	147.825.372,07
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão,Autorização ou Licença	-	-	-	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	172.068,92	-	1.456.257,15	-	(1.456.257,15)
Exploração do Patrimônio Intangível	1.834.934,00	1.834.934,00	-	-	1.866.266,75	101,71	(31.332,75)
Cessão de Direitos	7.080.000,00	7.080.000,00	643.196,76	9,08	6.193.062,74	87,47	886.937,26
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.098.700,00	1.098.700,00	273.277,74	24,87	1.413.716,60	128,67	(315.016,60)
RECEITA INDUSTRIAL	33.906,00	33.906,00	4.932,60	14,55	21.913,30	64,63	11.992,70
RECEITA DE SERVIÇOS	803.662.023,00	803.662.023,00	133.126.928,08	16,57	726.253.032,49	90,37	77.408.990,51
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	144.038.850,00	144.038.850,00	24.013.906,66	16,67	151.930.076,68	105,48	(7.891.226,68)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	54.456.764,00	54.456.764,00	517.351,89	0,95	4.746.246,86	8,72	49.710.517,14
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	586.285.924,00	586.285.924,00	107.639.725,70	18,36	563.536.797,89	96,12	22.749.126,11
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	955.943,83	-	6.039.911,06	-	(6.039.911,06)
Outros Serviços	18.880.485,00	18.880.485,00	-	-	-	-	18.880.485,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.186.098.079,00	5.186.098.079,00	896.514.636,20	17,29	4.782.529.969,04	92,22	403.568.109,96
Transferências da União e de suas Entidades	2.319.789.117,00	2.319.789.117,00	388.295.103,20	16,74	2.070.280.200,53	89,24	249.508.916,47
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	40.897,00	40.897,00	-	-	1.693.182,02	4.140,11	(1.652.285,02)
Transferências de Instituições Privadas	301.655.232,00	301.655.232,00	78.769.067,30	26,11	385.649.353,12	127,84	(83.994.121,12)
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.563.545.992,00	2.563.545.992,00	429.362.840,14	16,75	2.323.813.879,57	90,65	239.732.112,43
Transferências do Exterior	-	-	-	-	25.660,00	-	(25.660,00)
Transferências de Pessoas Físicas	1.066.841,00	1.066.841,00	87.625,56	8,21	1.067.693,80	100,08	(852,80)
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	374.750.754,00	374.750.754,00	106.988.435,29	28,55	446.115.508,65	119,04	(71.364.754,65)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	113.173.683,00	113.173.683,00	41.391.281,87	36,57	171.252.873,80	151,32	(58.079.190,80)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	142.877.045,00	142.877.045,00	17.271.437,81	12,09	100.478.112,16	70,32	42.398.932,84
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	2.653.259,00	2.653.259,00	1.312.046,11	49,45	2.959.261,38	111,53	(306.002,38)
Demais Receitas Correntes	116.046.767,00	116.046.767,00	47.013.669,50	40,51	171.425.261,31	147,72	(55.378.494,31)

ESTADO DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS[1]	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	473.694.518,00	473.694.518,00	13.287.733,14	2,81	286.815.087,00	60,55	186.879.431,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	350.318.593,00	350.318.593,00	-	-	189.717.750,00	54,16	160.600.843,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	204.722.748,00	204.722.748,00	-	-	68.000.000,00	33,22	136.722.748,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	145.595.845,00	145.595.845,00	-	-	121.717.750,00	83,60	23.878.095,00
ALIENAÇÃO DE BENS	57.229.491,00	57.229.491,00	5.832.113,63	10,19	29.352.965,21	51,29	27.876.525,79
Alienação de Bens Móveis	10.890.687,00	10.890.687,00	1.303.602,20	11,97	3.870.212,20	35,54	7.020.474,80
Alienação de Bens Imóveis	46.338.804,00	46.338.804,00	4.528.511,43	9,77	25.482.753,01	54,99	20.856.050,99
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	30.148.538,00	30.148.538,00	3.038.570,98	10,08	31.743.949,63	105,29	(1.595.411,63)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	35.997.896,00	35.997.896,00	4.417.048,53	12,27	36.000.422,16	100,01	(2.526,16)
Transferências da União e de suas Entidades	35.201.493,00	35.201.493,00	4.069.842,01	11,56	23.778.718,40	67,55	11.422.774,60
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	499.238,00	499.238,00	303.541,29	60,80	11.308.250,10	2.265,10	(10.809.012,10)
Transferências de Instituições Privadas	297.165,00	297.165,00	43.665,23	14,69	864.046,27	290,76	(566.881,27)
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	49.407,39	-	(49.407,39)
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.890.152.161,00	1.890.152.161,00	384.594.078,84	20,35	1.760.582.629,68	93,15	129.569.531,32
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	26.429.412.131,00	26.429.412.131,00	4.902.315.064,27	18,55	25.756.161.680,71	97,45	673.250.450,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	26.429.412.131,00	26.429.412.131,00	4.902.315.064,27	18,55	25.756.161.680,71	97,45	673.250.450,29
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	1.186.884.710,79	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	26.429.412.131,00	26.429.412.131,00	4.902.315.064,27	18,55	26.943.046.391,50	101,94	(513.634.260,50)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	3.052.937.094,46	-	-	2.175.653.990,07	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	122.459.552,07	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	2.930.477.542,39	-	-	2.175.653.990,07	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS[1]	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.890.152.161,00	1.890.152.161,00	384.594.078,84	20,35	1.760.582.629,68	93,15	129.569.531,32
RECEITAS CORRENTES	1.884.152.161,00	1.884.152.161,00	374.740.078,84	19,89	1.750.728.629,68	92,92	133.423.531,32
RECEITA TRIBUTÁRIA	-	-	-	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.463.708.406,00	1.463.708.406,00	336.187.622,30	22,97	1.511.159.077,87	103,24	(47.450.671,87)
Contribuições Sociais	1.463.708.406,00	1.463.708.406,00	336.187.622,30	22,97	1.511.159.077,87	103,24	(47.450.671,87)
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e deFormação Profissional	-		-	-	-	-	-
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	4.911.013,00	4.911.013,00	348.779,76	7,10	1.431.442,62	29,15	3.479.570,38
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	4.911.013,00	4.911.013,00	348.779,76	7,10	1.431.442,62	29,15	3.479.570,38
Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão,Autorização ou Licença	-	-	-	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	313.271.800,00	313.271.800,00	8.970.426,70	2,86	139.624.729,47	44,57	173.647.070,53
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	16.086.552,00	16.086.552,00	1.489.051,51	9,26	9.030.546,59	56,14	7.056.005,41
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	297.185.248,00	297.185.248,00	7.481.375,19	2,52	130.594.182,88	43,94	166.591.065,12
Serviços e Atividades Financeiras			-	-	-	-	-
Outros Serviços			-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-
Transferências da União e de suas Entidades			-	-	-	-	-
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			-	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades			-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas			-	-	-	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS[1]	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Transferências de Outras Instituições Públicas			-	-	-	-	-
Transferências do Exterior			-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas			-	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados			-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	102.260.942,00	102.260.942,00	29.233.250,08	28,59	98.513.379,72	96,34	3.747.562,28
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	102.260.942,00	102.260.942,00	29.233.250,08	28,59	98.513.379,72	96,34	3.747.562,28
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público			-	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes			-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	6.000.000,00	6.000.000,00	9.854.000,00	164,23	9.854.000,00	164,23	(3.854.000,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis			-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
Transferências da União e de suas Entidades			-	-	-	-	-
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			-	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades			-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas			-	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas			-	-	-	-	-
Transferências do Exterior			-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas			-	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados			-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	6.000.000,00	6.000.000,00	9.854.000,00	164,23	9.854.000,00	164,23	(3.854.000,00)
Integralização do Capital Social	6.000.000,00	6.000.000,00	9.854.000,00	164,23	9.854.000,00	164,23	(3.854.000,00)
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			-	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro			-	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital			-	-	-	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i)=(e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.539.259.970,00	28.378.828.403,15	3.674.937.979,36	25.173.116.400,86	3.205.712.002,29	5.048.579.328,70	24.671.934.218,11	3.706.894.185,04	24.300.804.436,59	501.182.182,75
DESPESAS CORRENTES	22.670.911.770,00	24.815.615.613,37	3.319.312.794,11	22.832.992.786,92	1.982.622.826,45	4.402.987.088,94	22.469.761.907,47	2.345.853.705,90	22.107.140.957,55	363.230.879,45
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.235.122.636,00	15.259.491.932,94	2.644.576.779,78	14.785.278.508,67	474.213.424,27	2.664.797.610,19	14.782.747.250,91	476.744.682,03	14.757.863.721,74	2.531.257,76
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	382.201.007,00	1.066.799.824,19	183.218.956,54	982.947.012,87	83.852.811,32	185.929.647,69	982.947.012,87	83.852.811,32	982.947.012,87	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.053.588.127,00	8.489.323.856,24	491.517.057,79	7.064.767.265,38	1.424.556.590,86	1.552.259.831,06	6.704.067.643,69	1.785.256.212,55	6.366.330.222,94	360.699.621,69
Transferências a Municípios [2]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	8.053.588.127,00	8.489.323.856,24	491.517.057,79	7.064.767.265,38	1.424.556.590,86	1.552.259.831,06	6.704.067.643,69	1.785.256.212,55	6.366.330.222,94	360.699.621,69
DESPESAS DE CAPITAL	1.867.348.200,00	3.563.212.789,78	355.625.185,25	2.340.123.613,94	1.223.089.175,84	645.592.239,76	2.202.172.310,64	1.361.040.479,14	2.193.663.479,04	137.951.303,30
INVESTIMENTOS	1.245.923.353,00	2.596.445.650,90	51.215.339,18	1.445.978.262,87	1.150.467.388,03	322.627.827,07	1.308.610.512,41	1.287.835.138,49	1.300.101.680,81	137.367.750,46
INVERSÕES FINANCEIRAS	53.231.570,00	87.625.784,83	24.770.763,85	85.630.166,35	1.995.618,48	26.923.049,08	85.046.613,51	2.579.171,32	85.046.613,51	583.552,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	568.193.277,00	879.141.354,05	279.639.082,22	808.515.184,72	70.626.169,33	296.041.363,61	808.515.184,72	70.626.169,33	808.515.184,72	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.890.152.161,00	1.829.617.398,04	302.962.135,78	1.769.929.990,64	59.687.407,40	310.440.504,96	1.755.643.308,87	73.974.089,17	1.752.487.405,80	14.286.681,77
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	26.429.412.131,00	30.208.445.801,19	3.977.900.115,14	26.943.046.391,50	3.265.399.409,69	5.359.019.833,66	26.427.577.526,98	3.780.868.274,21	26.053.291.842,39	515.468.864,52
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-		-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	26.429.412.131,00	30.208.445.801,19	3.977.900.115,14	26.943.046.391,50	3.265.399.409,69	5.359.019.833,66	26.427.577.526,98	3.780.868.274,21	26.053.291.842,39	515.468.864,52
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	26.429.412.131,00	30.208.445.801,19	3.977.900.115,14	26.943.046.391,50	-	5.359.019.833,66	26.427.577.526,98	-	26.053.291.842,39	515.468.864,52
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i)=(e-h)	(j)	(k)
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.890.152.161,00	1.829.617.398,04	302.962.135,78	1.769.929.990,64	59.687.407,40	310.440.504,96	1.755.643.308,87	73.974.089,17	1.752.487.405,80	14.286.681,77
DESPESAS CORRENTES	1.889.872.161,00	1.827.340.033,46	303.364.500,36	1.769.232.122,78	58.107.910,68	310.434.904,96	1.754.946.441,01	72.393.592,45	1.751.790.537,94	14.285.681,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.548.718.662,00	1.567.585.619,11	287.601.578,71	1.547.793.878,76	19.791.740,35	285.641.458,12	1.541.228.609,35	26.357.009,76	1.541.228.609,35	6.565.269,41
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	341.153.499,00	259.754.414,35	15.762.921,65	221.438.244,02	38.316.170,33	24.793.446,84	213.717.831,66	46.036.582,69	210.561.928,59	7.720.412,36
DESPESAS DE CAPITAL	280.000,00	2.277.364,58	(402.364,58)	697.867,86	1.579.496,72	5.600,00	696.867,86	1.580.496,72	696.867,86	1.000,00
INVESTIMENTOS	280.000,00	2.277.364,58	(402.364,58)	697.867,86	1.579.496,72	5.600,00	696.867,86	1.580.496,72	696.867,86	1.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:
[1] Nos valores das receitas já estão considerados as suas respectivas deduções, ou seja, a Dedução para Formação do FUNDEB, as Transferências Constitucionais aos Municípios e as Restituições de Receitas aos Contribuintes.
[2] As Transferências Constitucionais aos Municípios estão registradas em contas contábeis de dedução da receita específica para cada tipo de imposto ou transferência arrecadado.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAHAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.539.259.970,00	28.378.828.403,15	3.674.937.979,36	25.173.116.400,86	93,43	3.205.712.002,29	5.048.579.328,70	24.671.934.218,11	93,36	3.706.894.185,04	501.182.182,75
LEGISLATIVA	709.357.930,00	659.004.952,82	95.120.064,87	631.240.574,98	2,34	27.764.377,84	126.578.562,37	615.926.138,09	2,33	43.078.814,73	15.314.436,89
JUDICIÁRIA	1.662.856.374,00	1.865.796.067,17	239.586.673,73	1.677.240.482,49	6,23	188.555.584,68	313.594.370,07	1.634.262.225,02	6,18	231.533.842,15	42.978.257,47
ESSENCIAL A JUSTIÇA	792.470.738,00	941.081.598,17	121.099.793,20	840.387.419,83	3,12	100.694.178,34	176.280.996,29	828.218.696,56	3,13	112.862.901,61	12.168.723,27
ADMINISTRAÇÃO	2.152.465.454,00	2.382.317.083,76	53.655.477,23	1.699.892.918,24	6,31	682.424.165,52	321.647.934,83	1.610.516.876,54	6,09	771.800.207,22	89.376.041,70
SEGURANÇA PÚBLICA	2.027.416.153,00	2.411.661.154,23	354.525.003,13	2.320.874.904,98	8,61	90.786.249,25	414.816.877,61	2.272.593.168,12	8,60	139.067.986,11	48.281.736,86
RELAÇÕES EXTERIORES	3.167.498,00	453.456,45	-	453.456,45	0,00	-	-	453.456,45	0,00	-	-
ASSISTÊNCIA SOCIAL	126.313.321,00	162.067.996,22	24.705.823,11	128.972.793,05	0,48	33.095.203,17	27.221.594,25	121.900.259,27	0,46	40.167.736,95	7.072.533,78
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.940.282.427,00	6.644.344.898,03	1.091.669.948,75	6.418.447.790,02	23,82	225.897.108,01	1.109.510.507,61	6.411.489.722,51	24,26	232.855.175,52	6.958.067,51
SAÚDE	3.281.073.602,00	3.721.899.443,00	547.395.284,47	3.502.278.102,05	13,00	219.621.340,95	813.398.002,11	3.424.273.502,34	12,96	297.625.940,66	78.004.599,71
TRABALHO	13.751.665,00	18.168.931,90	1.893.617,55	4.292.824,89	0,02	13.876.107,01	315.392,61	2.403.095,00	0,01	15.765.836,90	1.889.729,89
EDUCAÇÃO	3.887.531.281,00	3.882.405.431,77	496.792.098,78	3.304.637.278,67	12,27	577.768.153,10	630.969.562,41	3.264.537.703,91	12,35	617.867.727,86	40.099.574,76
CULTURA	38.169.066,00	35.850.837,67	8.621.629,28	34.189.297,41	0,13	1.661.540,26	7.922.359,67	32.808.498,41	0,12	3.042.339,26	1.380.799,00
DIREITOS DA CIDADANIA	844.476.439,00	1.131.433.426,84	184.063.416,91	975.956.529,42	3,62	155.476.897,42	193.842.927,06	901.002.840,70	3,41	230.430.586,14	74.953.688,72
URBANISMO	500.000,00	4.772.055,24	93.355,83	4.655.817,03	0,02	116.238,21	636.610,24	4.655.817,03	0,02	116.238,21	-
HABITAÇÃO	24.971.961,00	23.627.712,26	2.004.788,25	14.101.933,06	0,05	9.525.779,20	2.140.797,11	13.998.463,32	0,05	9.629.248,94	103.469,74
SANEAMENTO	850.000,00	879.166,44	52.837,08	162.497,63	0,00	716.668,81	48.641,33	124.228,16	0,00	754.938,28	38.269,47
GESTÃO AMBIENTAL	123.791.437,00	157.407.710,43	9.280.337,67	74.118.894,44	0,28	83.288.815,99	15.125.476,90	72.313.634,75	0,27	85.094.075,68	1.805.259,69
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	95.152.672,00	99.123.972,91	-7.245.465,52	59.475.920,66	0,22	39.648.052,25	22.412.355,56	58.850.469,98	0,22	40.273.502,93	625.450,68
AGRICULTURA	627.706.657,00	649.988.130,37	108.224.833,73	617.987.855,63	2,29	32.000.274,74	132.460.764,42	613.486.019,07	2,32	36.502.111,30	4.501.836,56
COMÉRCIO E SERVIÇOS	84.432.295,00	87.677.913,91	22.920.966,82	73.526.501,07	0,27	14.151.412,84	24.767.030,98	73.128.888,82	0,28	14.549.025,09	397.612,25
COMUNICAÇÕES	45.094.016,00	22.588.429,60	619.814,83	22.190.304,74	0,08	398.124,86	1.377.804,98	21.701.731,22	0,08	886.698,38	488.573,52
ENERGIA	386.251,00	328.849,46	203.425,96	286.675,96	0,00	42.173,50	205.425,96	286.675,96	0,00	42.173,50	-
TRANSPORTE	732.693.687,00	1.296.413.440,24	19.401.407,00	893.577.863,73	3,32	402.835.576,51	179.873.108,91	819.078.628,51	3,10	477.334.811,73	74.499.235,22
DESPORTO E LAZER	32.754.762,00	29.142.173,15	2.207.179,77	26.592.393,00	0,10	2.549.780,15	3.482.992,24	26.348.106,94	0,10	2.794.066,21	244.286,06
ENCARGOS ESPECIAIS	1.290.594.284,00	2.150.393.571,11	298.045.666,93	1.847.575.371,43	6,86	302.818.199,68	529.949.233,18	1.847.575.371,43	6,99	302.818.199,68	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.890.152.161,00	1.829.617.398,04	302.962.135,78	1.769.929.990,64	6,57	59.687.407,40	310.440.504,96	1.755.643.308,87	6,64	73.974.089,17	14.286.681,77
TOTAL (III) = (I + II)	26.429.412.131,00	30.208.445.801,19	3.977.900.115,14	26.943.046.391,50	100,00	3.265.399.409,69	5.359.019.833,66	26.427.577.526,98	100,00	3.780.868.274,21	515.468.864,52

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAHAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.890.152.161,00	1.829.617.398,04	302.962.135,78	1.769.929.990,64	6,57	59.687.407,40	310.440.504,96	1.755.643.308,87	6,64	73.974.089,17	14.286.681,77
LEGISLATIVA	69.171.888,00	68.626.966,32	18.267.133,37	68.626.966,29	0,25	0,03	15.731.910,15	65.461.231,58	0,25	3.165.734,74	3.165.734,71
JUDICIÁRIA	229.904.162,00	229.373.517,82	35.362.789,25	229.079.881,68	0,85	293.636,14	35.309.904,18	228.879.375,61	0,87	494.142,21	200.506,07
ESSENCIAL A JUSTIÇA	100.303.926,00	94.763.242,85	17.356.861,99	92.544.408,17	0,34	2.218.834,68	17.428.901,96	92.476.607,61	0,35	2.286.635,24	67.800,56
ADMINISTRAÇÃO	136.532.646,00	129.237.610,76	17.998.958,78	122.703.032,14	0,46	6.534.578,62	19.897.579,22	118.490.583,64	0,45	10.747.027,12	4.212.448,50
SEGURANÇA PÚBLICA	454.765.907,00	470.028.501,72	76.816.353,22	469.522.431,75	1,74	506.069,97	79.058.386,45	467.424.622,88	1,77	2.603.878,84	2.097.808,87
RELAÇÕES EXTERIORES	138.000,00	15.480,01	-	15.480,01	0,00	-	-	15.480,01	0,00	-	-
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.190.509,00	4.670.685,76	596.876,63	4.670.684,34	0,02	1,42	763.646,59	4.555.879,90	0,02	114.805,86	114.804,44
PREVIDÊNCIA SOCIAL	8.590.713,00	9.054.162,98	1.231.563,60	7.766.532,66	0,03	1.287.630,32	1.306.494,34	7.656.773,00	0,03	1.397.389,98	109.759,66
SAÚDE	258.495.000,00	202.681.383,19	35.719.019,93	201.607.645,45	0,75	1.073.737,74	36.228.480,69	201.366.597,72	0,76	1.314.785,47	241.047,73
EDUCAÇÃO	490.861.336,00	462.980.233,40	73.698.325,27	423.412.507,65	1,57	39.567.725,75	76.337.525,51	421.783.741,51	1,60	41.196.491,89	1.628.766,14
CULTURA	2.627.122,00	2.881.161,01	468.985,41	2.850.412,96	0,01	30.748,05	471.489,72	2.841.238,45	0,01	39.922,56	9.174,51
DIREITOS DA CIDADANIA	80.684.639,00	97.899.374,87	20.192.586,28	97.825.430,48	0,36	73.944,39	20.277.417,20	96.998.220,78	0,37	901.154,09	827.209,70
HABITAÇÃO	170.000,00	165.000,00	761,68	118.490,90	0,00	46.509,10	13.821,19	113.396,64	0,00	51.603,36	5.094,26
SANEAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GESTÃO AMBIENTAL	8.742.623,00	10.257.791,18	1.676.452,38	9.924.231,84	0,04	333.559,34	1.748.617,21	9.893.194,03	0,04	364.597,15	31.037,81
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	637.536,00	302.486,77	32.378,54	302.485,59	0,00	1,18	42.991,15	265.845,31	0,00	36.641,46	36.640,28
AGRICULTURA	10.314.386,00	8.658.776,21	390.825,39	8.097.063,65	0,03	561.712,56	1.178.333,55	7.488.692,96	0,03	1.170.083,25	608.370,69
COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.682.489,00	2.628.820,30	333.570,07	2.034.630,78	0,01	594.189,52	335.870,90	1.996.573,72	0,01	632.246,58	38.057,06
COMUNICAÇÕES	324.348,00	244.916,22	10.735,62	244.915,99	0,00	0,23	25.235,72	243.880,49	0,00	1.035,73	1.035,50
TRANSPORTE	29.913.893,00	33.779.749,55	2.611.826,79	27.315.221,76	0,10	6.464.527,79	4.077.488,54	26.428.507,50	0,10	7.351.242,05	886.714,26
DESPORTO E LAZER	1.101.038,00	1.267.537,12	196.131,58	1.267.536,55	0,00	0,57	206.410,69	1.262.865,53	0,00	4.671,59	4.671,02
ENCARGOS ESPECIAIS	-	100.000,00	-	-	-	100.000,00	-	-	-	100.000,00	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2018 A DEZEMBRO/2018

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

Em Reais

ESPECIFICAÇÃO	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
RECEITAS CORRENTES [1] (I)	2.817.025.312,52	2.676.591.471,94	2.600.057.837,83	2.762.917.736,95	2.615.093.616,18	2.533.738.704,01	2.782.972.814,53	2.887.351.013,92	2.886.418.420,08	2.984.079.039,80	3.014.823.735,79	3.308.946.075,65	33.870.015.779,20	33.940.715.992,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.191.495.068,11	2.001.571.489,28	2.007.358.302,90	2.148.997.904,49	1.981.552.652,82	1.913.467.012,39	2.177.347.658,67	2.256.976.190,90	2.260.372.859,95	2.332.484.913,47	2.319.971.785,67	2.495.362.671,37	26.086.958.510,02	25.611.567.236,00
ICMS[3]	1.865.831.401,40	1.663.106.605,73	1.634.535.792,85	1.725.505.324,84	1.583.076.756,09	1.509.344.477,04	1.728.619.498,09	1.814.976.820,79	1.872.317.872,95	1.879.823.743,38	1.977.409.540,16	2.075.184.487,47	21.329.732.320,79	21.044.353.727,00
IPVA	111.732.817,22	123.581.126,63	146.574.527,32	177.548.681,36	155.462.343,82	160.508.150,75	191.687.748,43	186.445.725,72	154.857.765,17	182.824.644,18	94.048.733,57	68.061.000,44	1.753.333.264,61	1.677.715.684,00
ITCMD	22.375.078,68	22.124.752,99	21.421.012,46	22.855.976,95	22.942.370,43	21.988.932,42	24.757.380,78	25.009.031,36	20.308.858,95	27.210.786,27	33.217.287,02	27.531.458,80	291.742.927,11	283.610.847,00
IRRF	114.518.510,22	115.770.496,74	116.793.457,28	115.072.529,61	117.997.869,84	125.721.639,42	118.872.192,60	119.460.321,32	119.197.375,47	134.083.564,26	121.435.821,95	233.196.955,99	1.552.120.734,70	1.564.623.251,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	77.037.260,59	76.988.507,19	88.033.512,99	108.015.391,73	102.073.312,64	95.903.812,76	113.410.838,77	111.084.291,71	93.690.987,41	108.542.175,38	93.860.402,97	91.388.768,67	1.160.029.262,81	1.041.263.727,00
Contribuições	77.129.293,88	78.566.349,74	77.903.668,32	77.557.623,06	78.420.685,90	77.397.977,43	79.795.608,39	78.235.473,08	77.849.427,51	87.732.097,01	79.733.834,28	151.760.042,44	1.022.082.081,04	1.009.139.516,00
Receita Patrimonial	35.828.134,97	33.634.675,35	30.362.702,23	32.160.576,40	33.961.357,86	30.048.187,40	35.163.153,14	37.137.132,15	33.151.406,11	35.592.580,55	30.214.081,75	40.916.710,70	408.170.698,61	560.683.339,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	33.614.564,24	32.470.604,76	28.945.970,63	29.982.638,36	31.119.868,24	28.656.348,56	33.056.524,11	33.774.283,59	31.821.447,26	31.895.003,03	28.923.380,11	36.560.339,14	380.820.972,03	533.670.292,00
Outras Receitas Patrimoniais	2.213.570,73	1.164.070,59	1.416.731,60	2.177.938,04	2.841.489,62	1.391.838,84	2.106.629,03	3.362.848,56	1.329.958,85	3.697.577,52	1.290.701,64	4.356.371,56	27.349.726,58	27.013.047,00
Receita Agropecuária	43.803,49	57.410,86	58.173,81	372.093,22	149.617,80	29.884,46	17.468,66	119.062,44	177.616,15	115.307,97	180.702,09	92.575,65	1.413.716,60	1.098.700,00
Receita Industrial	-	832,00	918,00	396,00	945,00	585,00	4.185,90	6.238,80	1.980,00	900,00	3.010,40	1.922,20	21.913,30	33.906,00
Receita de Serviços	12.856.121,34	73.134.637,84	48.477.350,11	44.606.864,11	54.790.160,60	77.455.923,69	66.922.137,53	70.777.945,11	71.404.580,90	72.700.383,18	66.635.331,05	66.491.597,03	726.253.032,49	803.662.023,00
Transferências Correntes	467.838.481,95	471.864.045,15	406.454.743,34	425.872.629,39	426.613.241,09	406.232.926,52	390.309.605,99	405.687.276,72	403.205.540,60	409.504.716,22	471.847.301,53	493.569.809,99	5.179.000.318,49	5.579.780.518,00
Cota-Parte do FPE	98.804.517,66	130.858.572,33	87.379.540,67	91.807.547,25	112.635.234,63	106.512.458,80	71.708.855,05	90.613.091,81	68.233.046,07	77.157.199,42	97.688.101,52	121.878.638,85	1.155.276.804,06	1.188.653.422,00
Transferências da LC. 87/1996	4.287.126,32	4.287.126,32	4.287.126,32	4.287.126,32	4.287.126,32	4.287.126,32	4.287.126,32	4.287.126,32	4.287.126,32	4.287.126,32	4.287.126,32	4.287.126,32	51.445.515,84	58.043.707,00
Transferências da LC. 61/1989	29.270.837,16	29.860.662,64	24.905.218,98	26.589.571,58	27.099.100,72	29.758.452,17	25.042.722,73	27.084.151,65	27.080.300,35	27.486.283,47	26.388.463,80	31.797.157,19	332.362.922,44	294.519.020,00
Transferências do FUNDEB	198.817.875,34	192.912.742,91	181.771.537,79	190.241.529,17	186.069.277,71	176.052.929,02	184.310.659,00	191.358.189,06	195.009.782,63	197.906.516,80	204.134.898,54	225.227.941,60	2.323.813.879,57	2.563.545.992,00
Outras Transferências Correntes	136.658.125,47	113.944.940,95	108.111.319,58	112.946.855,07	96.522.501,71	89.621.960,21	104.960.242,89	92.344.717,88	108.595.285,23	102.667.590,21	139.348.711,35	110.378.946,03	1.316.101.196,58	1.475.018.377,00
Outras Receitas Correntes	31.834.408,78	17.762.031,72	29.441.979,12	33.349.650,28	39.604.955,11	29.106.207,12	33.412.996,25	38.411.694,72	40.255.008,86	45.948.141,40	46.237.689,02	60.750.746,27	446.115.508,65	374.750.754,00
DEDUÇÕES (II)	933.958.780,49	865.105.861,85	856.912.574,12	916.986.771,86	848.191.579,31	820.591.660,68	923.023.610,62	952.930.835,24	952.223.017,23	986.992.423,36	967.566.263,62	1.071.772.112,08	11.096.255.490,46	10.940.790.056,00
Transferências Constitucionais e Legais	534.421.309,28	486.112.382,22	489.323.354,85	531.630.451,73	481.470.879,56	466.179.254,59	537.374.350,26	553.737.686,16	551.002.860,76	569.469.289,12	547.544.296,96	560.313.036,04	6.308.579.151,53	6.190.001.285,00
Contrib. Plano de Previdência do Servidor [2]	77.129.293,88	78.566.349,74	77.903.668,32	77.557.623,06	78.420.685,90	77.397.977,43	79.795.608,39	78.235.473,08	77.849.427,51	87.732.097,01	79.733.834,28	151.760.042,44	1.022.082.081,04	1.009.139.516,00
Compensação Financ. entre Regimes Previd.	2.227.744,70	2.974.065,33	3.669.186,18	3.702.791,83	3.590.361,90	3.708.988,77	3.720.782,83	2.022.118,31	5.188.494,35	4.007.559,99	3.532.804,93	6.383.989,37	44.728.888,49	56.500.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	320.180.432,63	297.453.064,56	286.016.364,77	304.095.905,24	284.709.651,95	273.305.439,89	302.132.869,14	318.935.557,69	318.182.234,61	325.783.477,24	336.755.327,45	353.315.044,23	3.720.865.369,40	3.685.149.255,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	**1.883.066.532,03**	**1.811.485.610,09**	**1.743.145.263,71**	**1.845.930.965,09**	**1.766.902.036,87**	**1.713.147.043,33**	**1.859.949.203,91**	**1.934.420.178,68**	**1.934.195.402,85**	**1.997.086.616,44**	**2.047.257.472,17**	**2.237.173.963,57**	**22.773.760.288,74**	**22.999.925.936,00**

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] Nos valores das receitas já estão consideradas as respectivas deduções por restituição de receita ao contribuinte. Registrada a conversão da arrecadação ICMS PRODEC em receita do Tesouro no valor de R$ 449.525.796,47, conforme Lei nº 17.616/2018.

[2] Incluídos os valores das contribuições previdenciárias patronais dos servidores em licença sem vencimento e à disposição de outros Entes Federados.

[3] Não foram consideradas como deduções da receita arrecadada os valores transferidos aos municípios em atendimento a Lei 17.053/2016, conforme entendimento firmado no Processo SEF 8165/2018.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) — Em Reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017
RECEITAS CORRENTES (I)	2.577.403.296,00	2.577.403.296,00	2.619.292.092,06	2.413.457.811,18
Receita de Contribuições dos Segurados	996.617.421,00	996.617.421,00	1.010.712.787,76	923.389.713,28
Civil	840.015.829,00	840.015.829,00	802.374.353,06	730.209.377,19
Ativo	689.787.016,00	689.787.016,00	613.195.736,52	563.534.392,21
Inativo	109.162.264,00	109.162.264,00	148.356.800,82	127.873.307,15
Pensionista	41.066.549,00	41.066.549,00	40.821.815,72	38.801.677,83
Militar	156.601.592,00	156.601.592,00	208.338.434,70	193.180.336,09
Ativo	95.591.235,00	95.591.235,00	143.325.749,08	133.012.742,38
Inativo	52.853.341,00	52.853.341,00	58.779.564,25	54.095.776,50
Pensionista	8.157.016,00	8.157.016,00	6.233.121,37	6.071.817,21
Receita de Contribuições Patronais	1.476.230.501,00	1.476.230.501,00	1.522.528.371,15	1.412.791.288,68
Civil	1.282.762.146,00	1.282.762.146,00	1.235.838.856,05	1.133.325.141,62
Ativo	1.282.762.146,00	1.282.762.146,00	1.235.838.856,05	1.133.325.141,62
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Militar	193.468.355,00	193.468.355,00	286.689.515,10	266.029.823,90
Ativo	193.468.355,00	193.468.355,00	286.689.515,10	266.029.823,90
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Em Regime de Parcelamento de Débitos	-	-	-	13.436.323,16
Receita Patrimonial	40.626.075,00	40.626.075,00	32.774.361,19	41.190.520,55
Receitas Imobiliárias	5.020.085,00	5.020.085,00	1.526.635,18	1.669.890,07
Receitas de Valores Mobiliários	35.605.990,00	35.605.990,00	31.247.726,01	39.520.630,48
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita de Serviços	5.737.141,00	5.737.141,00	6.142.019,11	6.154.932,09
Outras Receitas Correntes	58.192.158,00	58.192.158,00	47.134.552,85	29.931.356,58
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	56.500.000,00	56.500.000,00	44.728.888,49	27.984.569,84
Demais Receitas Correntes	1.692.158,00	1.692.158,00	2.405.664,36	1.946.786,74
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-	-	85,80
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	85,80
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	2.577.403.296,00	2.577.403.296,00	2.619.292.092,06	2.413.457.896,98

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017	Em 2018	Em 2017
ADMINISTRAÇÃO (V)	111.767.146,00	122.418.426,72	97.285.980,97	97.596.447,55	90.308.726,99	90.479.177,80	6.977.253,98	7.117.269,75
Despesas Correntes	109.527.146,00	119.707.120,10	97.269.662,45	97.567.180,60	90.292.408,47	90.451.847,05	6.977.253,98	7.115.333,55
Despesas de Capital	2.240.000,00	2.711.306,62	16.318,52	29.266,95	16.318,52	27.330,75	-	1.936,20
PREVIDÊNCIA (VI)	5.823.505.994,00	6.521.942.728,97	6.319.833.251,33	5.967.300.137,91	6.319.792.678,14	5.967.264.278,79	40.573,19	35.859,12
Benefícios - Civil	5.773.538.313,00	6.521.058.935,58	4.918.715.753,44	4.609.664.765,89	4.918.694.604,35	4.609.659.120,91	21.149,09	5.644,98
Aposentadorias	4.627.075.661,00	5.513.247.756,44	4.114.534.697,20	3.820.837.009,10	4.114.513.548,11	3.820.831.364,12	21.149,09	5.644,98
Pensões	1.146.443.652,00	1.007.792.179,14	804.181.056,24	788.827.756,79	804.181.056,24	788.827.756,79	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	19.000,00	19.000,00	-	-	-	-	-	-
Benefícios - Militar	-	-	1.400.270.576,50	1.355.679.869,12	1.400.251.152,40	1.355.672.937,06	19.424,10	6.932,06
Reformas	-	-	1.193.176.878,90	1.151.184.338,73	1.193.157.454,80	1.151.177.406,67	19.424,10	6.932,06
Pensões	-	-	207.093.697,60	204.495.530,39	207.093.697,60	204.495.530,39	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	49.967.681,00	883.793,39	846.921,39	1.955.502,90	846.921,39	1.932.220,82	-	23.282,08
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	69.243,55	-	69.243,55	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	49.967.681,00	883.793,39	846.921,39	1.886.259,35	846.921,39	1.862.977,27	-	23.282,08
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V+ VI)	5.935.273.140,00	6.644.361.155,69	6.417.119.232,30	6.064.896.585,46	6.410.101.405,13	6.057.743.456,59	7.017.827,17	7.153.128,87

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) — Em Reais

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	(3.357.869.844,00)	(4.066.957.859,69)	(3.797.827.140,24)	(3.651.438.688,48)	(3.790.809.313,07)	(3.644.285.559,61)		

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCICIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-
Outros Aportes para o RPPS	94.239.160,79
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	3.866.048.903,84

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	160.293,81	168.353,70
Investimentos e Aplicações	471.140.406,09	400.395.969,03
Outros Bens e Direitos	128.694.215,73	123.048.052,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS [1]	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	24.065.565.452,00	23.708.763.964,03
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.130.099.135,00	16.322.199.042,52
ICMS	12.626.232.184,00	12.675.321.359,09
IPVA	671.091.296,00	701.333.328,13
ITCMD	226.888.677,00	233.394.357,79
IRRF	1.564.623.251,00	1.552.120.734,70
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.041.263.727,00	1.160.029.262,81
Contribuições	1.009.139.516,00	1.022.082.081,04
Receitas Previdenciárias	998.561.625,00	1.012.550.190,39
Outras Receitas de Contribuições	10.577.891,00	9.531.890,65
Receita Patrimonial	560.683.339,00	408.148.700,39
Aplicações Financeiras (II)	526.466.706,00	371.575.944,39
Outras Receitas Patrimoniais	34.216.633,00	36.572.756,00
Transferências Correntes	5.186.098.079,00	4.782.529.969,04
Cota-Parte do FPE	950.922.738,00	924.221.443,54
Transferências da LC 87/1996	46.434.966,00	41.156.412,72
Transferências da LC 61/1989	176.711.412,00	199.417.754,14
Transferências do FUNDEB	2.563.545.992,00	2.323.813.879,57
Outras Transferências Correntes	1.448.482.971,00	1.293.920.479,07
Demais Receitas Correntes	1.179.545.383,00	1.173.804.171,04
Outras Receitas Financeiras (III)	15.796.211,00	55.983.880,07
Receitas Correntes Restantes	1.163.749.172,00	1.117.820.290,97
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	23.523.302.535,00	23.281.204.139,57
RECEITAS DE CAPITAL (V)	473.694.518,00	286.815.087,00
Operações de Crédito (VI)	350.318.593,00	189.717.750,00
Amortização de Empréstimos (VII)	30.148.538,00	31.743.949,63
Alienação de Bens	57.229.491,00	29.352.965,21
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	-	-
Outras Alienações de Bens	57.229.491,00	29.352.965,21
Transferências de Capital	35.997.896,00	36.000.422,16
Convênios	27.476.383,00	28.729.098,94
Outras Transferências de Capital	8.521.513,00	7.271.323,22
Outras Receitas de Capital	-	-
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-	-
Outras Receitas de Capital Primárias	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	93.227.387,00	65.353.387,37
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	23.616.529.922,00	23.346.557.526,94

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018 DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	26.274.517.846,13	22.832.992.786,92	22.469.761.907,47	22.107.140.957,55	239.999.248,89	814.981,70	239.281.247,31
Pessoal e Encargos Sociais	16.118.541.054,62	14.785.278.508,67	14.782.747.250,91	14.757.863.721,74	77.512.935,65	0,00	930.625,16
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	986.590.973,18	982.947.012,87	982.947.012,87	982.947.012,87	27.181.975,85	-	-
Outras Despesas Correntes	9.169.385.818,33	7.064.767.265,38	6.704.067.643,69	6.366.330.222,94	135.304.337,39	814.981,70	238.350.622,15
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	9.169.385.818,33	7.064.767.265,38	6.704.067.643,69	6.366.330.222,94	135.304.337,39	814.981,70	238.350.622,15
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	25.287.926.872,95	21.850.045.774,05	21.486.814.894,60	21.124.193.944,68	212.817.273,04	814.981,70	239.281.247,31
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	3.469.712.259,87	2.340.123.613,94	2.202.172.310,64	2.193.663.479,04	30.455.696,20	(0,00)	101.377.134,94
Investimentos	2.705.870.780,04	1.445.978.262,87	1.308.610.512,41	1.300.101.680,81	18.597.810,41	(0,00)	101.308.152,03

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

Inversões Financeiras	74.792.076,98	85.630.166,35	85.046.613,51	85.046.613,51	717.116,00	-	68.982,91
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	12.494.476,00	11.416.121,91	10.891.121,91	10.891.121,91	717.116,00	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIVII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	62.297.600,98	74.214.044,44	74.155.491,60	74.155.491,60	-	-	68.982,91
Amortização da Dívida (XX)	689.049.402,85	808.515.184,72	808.515.184,72	808.515.184,72	11.140.769,79	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	2.768.168.381,02	1.520.192.307,31	1.382.766.004,01	1.374.257.172,41	18.597.810,41	(0,00)	101.377.134,94
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	28.057.095.253,97	23.370.238.081,36	22.869.580.898,61	22.498.451.117,09	231.415.083,45	814.981,70	340.658.382,25

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]	**276.032.944,15**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	477.861.000,00

JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre/2018
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (XXV)	1.406.075.035,38
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (XXVI)	3.567.002.334,52
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**(1.884.894.354,99)**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(1.552.987.000,00)

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2017 (a)	Até o Bimestre/2018 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	23.224.812.961,96	24.033.977.412,19
DEDUÇÕES (XXIX)	12.427.017.401,49	2.867.691.559,97
Disponibilidade de Caixa	9.209.288.955,69	2.512.101.809,55
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.613.679.322,90	2.656.029.835,11
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	404.390.367,21	143.928.025,56
Demais Haveres Financeiros	3.217.728.445,80	355.589.750,42
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	10.797.795.560,47	21.166.285.852,22
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		(10.368.490.291,75)

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2018
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	260.462.341,65
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	-
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	483.452.812,64
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	(555.976.051,48)
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTE DA DC (XXXVI)	215.199.632,80
OUTROS AJUSTES (XXXVII) [3]	8.627.390.782,84
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	**(2.289.284.722,20)**
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI) [4]	**(128.357.423,06)**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

DEMONSTRATIVO DE CUMPRIMENTO DO LIMITE PARA DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES [5]

DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES APURADAS CONFORME O ART. 4º DA LC 156/16 (INCLUÍDAS AS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2018
DESPESAS CORRENTES (XXXVIII)	23.075.490.761,31	24.602.224.909,70	22.629.677.213,13	24.224.708.348,48	445.813.548,18	377.516.561,22
Pessoal e Encargos Sociais	15.583.721.983,80	16.333.072.387,43	15.580.333.276,25	16.323.975.860,26	3.388.707,55	9.096.527,17
Juros e Encargos da Dívida (XXXIX)	770.880.832,77	982.947.012,87	770.880.712,64	982.947.012,87	120,13	-
Outras Despesas Correntes	6.720.887.944,74	7.286.205.509,40	6.278.463.224,24	6.917.785.475,35	442.424.720,50	368.420.034,05
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XL) = (XXXVIII - XXXIX)	22.304.609.928,54	23.619.277.896,83	21.858.796.500,49	23.241.761.335,61	445.813.428,05	377.516.561,22
Transferências Constitucionais (XLI)						
Contribuições para o PIS/PASEP (XLII)	197.555.789,84	213.625.286,07	190.739.387,10	207.037.099,58	6.816.402,74	6.588.186,49
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES APURADAS CONFORME O ART. 4º DA LC 156/16 (XLIII) = (XL - XLI - XLII)	22.107.054.138,70	23.405.652.610,76	21.668.057.113,39	23.034.724.236,03	438.997.025,31	370.928.374,73

DISCRIMINAÇÃO DO CÁLCULO DO LIMITE PARA AS DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES DO EXERCÍCIO	VALOR
LIMITE PARA AS DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES FIXADO NO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE REFINANCIAMENTO (VII)	22.107.054.138,70
CORREÇÃO MONETÁRIA DO LIMITE PARA AS DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES FIXADO NO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE REFINANCIAMENTO (VIII)[7]	828.037.657,10
LIMITE PARA AS DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES DO EXERCÍCIO (IX) = (VII + VIII)	22.935.091.795,80

DISCRIMINAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE PARA AS DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES DO EXERCÍCIO	VALOR
LIMITE PARA AS DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES DO EXERCÍCIO (IX)	22.935.091.795,80
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES EMPENHADAS NO EXERCÍCIO APURADAS CONFOME O ART. 4º DA LC 156/16 (X)	23.405.652.610,76
DISCREPÂNCIA ENTRE O LIMITE PARA AS DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES E O VALOR DAS DESPESAS EMPENHADAS (XI) = (IX) - (X)	(470.560.814,96)

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] Nos valores das receitas já estão considerando as suas respectivas deduções, ou seja, a dedução para formação do FUNDEB, as transferências constitucionais e legais aos municípios e as restituições de receitas aos constribuintes.
[2] Meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamantárias (LDO) para 2018, Lei nº 17.219/2017.

[3] O valor informado em "Outros Ajustes" compreende:

a) os valores de pagamento de precatórios que configuram despesa primária, assim como o pagamento parcelado de despesas tipicamente primárias, tais como fornecedores, pessoal ou contribuições previdenciárias. Contudo, o parcelamento de dívidas junto a instituições não-financeiras em prazo superior a 12 meses e os precatórios posteriores a 05/05/2000, vencidos e não pagos compõem a dívida consolidada, segundo dispõe a LRF. Nesse sentido a quitação de tais passivos, implica diminuição simultânea do estoque da dívida consolidada e do saldo das disponibilidades de caixa, não afetando a DCL, sendo necessário ajustar o resultado nominal para que esse reflita tais operações.

b) os valores referente a adequação, realizada em abril/2018, da base de cálculo das linhas disponibilidade de caixa bruta e demais haveres financeiros de dezembro/2017.

[4] A partir de 2018, conforme MDF 8ª edição, o demonstrativo deverá conter a apuração do Resultado Primário e do Resultado Nominal por meio das metodologias "acima da linha" e "abaixo da linha". Diante dessa mudança de metodologia, alerta-se que o Resultado Primário, apurado pela metodologia "abaixo da linha", ainda carece de um estudo e uma análise mais aprofundada, o que poderá ensejar na retificação dos valores ora publicados.

[5] Conforme MDF 8ª edição, os Estados que aderirem à renegociação de dívidas da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, devem elaborar, no terceiro e no sexto bimestre, o Demonstrativo de Cumprimento do Limite para Despesas Primárias Correntes.

[6] O preenchimento do quadro de Demonstrativo de Cumprimento do Limite para Despesas Primárias Correntes observa ao disposto no Decreto nº 9.056/2017.

[7] Indice de correção do teto dos gastos conforme Ofício Circular SEI nº 2/2019/COREM/SURIN/STN-ME.

[8] Nas despesas primárias correntes estão incluídas as despesas relativas ao cumprimento da aplicação mínima constitucional em saúde e educação. As aplicações mínimas em saúde e educação são executadas sobre a Receita Líquida de Impostos (RLI) do exercício, como determina a Constituição Federal, e a Lei Complementar nº 156/2016 não afastou tal obrigatoriedade dos entes da federação, assim demonstra-se:

Descrição	2017	2018		
		Projetado pelo Teto dos Gastos (2017 x IPCA de 3,75%)	Realizado	Diferença entre o Realizado e Projetado
Receita Líquida de Impostos	18.474.707.530,31	19.167.509.062,70	20.179.616.055,53	1.012.106.992,83
Aplicação Mínima em Saúde (13% em 2017)	2.401.711.978,94	2.491.776.178,15	2.623.350.087,22	131.573.909,07
1% aplicado a maior em Saúde em 2018, conforme Emenda Constitucional nº 72/2016 - Constituição Estadual de Santa Catarina.	-	-	201.796.160,56	201.796.160,56
Aplicação Mínima em Educação (25%)	4.618.676.882,58	4.791.877.265,68	5.044.904.013,88	253.026.748,21

a) o crescimento real da RLI foi de 9,23% de 2017 para 2018 e o indice da inflação utilizado pelo Teto dos Gastos foi de 3,75%.
b) o total aplicado a maior, em saúde e educação, devido ao crescimento da RLI foi na soma de R$ 586.396.817,83.

[9] Nas despesas primárias correntes estão incluídas as despesas relativas ao pagamento de precatórios em cumprimento a Emenda Constitucional nº 99/2017, que determina a quitação do passivo com precatórios até 2024, na proporção de 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, e a Lei Complementar nº 156/2016 não afastou tal obrigatoriedade dos entes da federação, assim demonstra-se:

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

Descrição	2017	2018		
		Projetado pelo Teto dos Gastos (2017 x IPCA de 3,75%)	Realizado	Diferença entre o Realizado e Projetado
Receita Corrente Líquida	21.131.271.286,44	21.923.693.959,68	22.773.760.288,74	850.066.329,06
Pagamento de Precatórios	167.866.747,87	174.161.750,92	215.199.632,80	41.037.881,88

a) o crescimento real da RCL foi de 7,77% de 2017 para 2018 e o indice da inflação utilizado pelo Teto dos Gastos foi de 3,75%.
b) o total aplicado a maior, no pagamento de precatórios, devido ao crescimento da RCL foi na soma de R$ 41.037.881,88.

[10] A economia realizada em 2018 foi na soma de R$ 156.873.884,75.

Descrição	R$
Total aplicado a maior em saúde e educação no exercício de 2018	(586.396.817,83)
Total aplicado a maior no pagamento de precatórios	(41.037.881,88)
Economia realizada em 2018	156.873.884,75
Discrepância entre o limite para as Despesas Primárias Correntes e o Valor das Despesas Empenhadas	(470.560.814,96)

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 7 (LRF, art 53, inciso V)

Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2017				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2017					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	l = (e+k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (1)	-	**399.457.920,74**	**270.595.884,39**	**1.029.937,97**	**127.832.098,38**	**-**	**663.543.271,31**	**340.653.674,07**	**340.637.014,92**	**322.906.256,39**	**-**	**127.832.098,38**
PODER EXECUTIVO	-	**339.456.259,05**	**210.594.222,70**	**1.029.937,97**	**127.832.098,38**	**-**	**596.048.502,14**	**307.625.018,32**	**307.625.018,32**	**288.423.483,82**	**-**	**127.832.098,38**
PODER LEGISLATIVO	**-**	**3.513.409,36**	**3.513.409,36**	**-**	**-**	**-**	**8.874.760,58**	**3.612.546,26**	**3.595.887,11**	**5.278.873,47**	**-**	**-**
Assembleia Legislativa	-	2.953.816,56	2.953.816,56	-	-	-	6.544.252,72	3.051.853,63	3.051.853,63	3.492.399,09	-	-
Tribunal de Contas do Estado	-	559.592,80	559.592,80	-	-	-	2.330.507,86	560.692,63	544.033,48	1.786.474,38	-	-
PODER JUDICIÁRIO	**-**	**56.483.510,53**	**56.483.510,53**	**-**	**-**	**-**	**48.041.414,08**	**23.360.427,74**	**23.360.427,74**	**24.680.986,34**	-	**-**
MINISTERIO PÚBLICO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.792.831,30**	**5.617.389,87**	**5.617.389,87**	**4.175.441,43**	-	**-**
DEFENSORIA PÚBLICA	**-**	**4.741,80**	**4.741,80**	**-**	**-**	**-**	**785.763,21**	**438.291,88**	**438.291,88**	**347.471,33**	-	**-**
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**-**	**5.099.362,28**	**5.070.744,83**	**1.703,62**	**26.913,83**	**-**	**10.350.087,18**	**5.661.781,08**	**5.661.754,12**	**4.688.333,06**	**-**	**26.913,83**
TOTAL (III) = (I + II)	**-**	**404.557.283,02**	**275.666.629,22**	**1.031.641,59**	**127.859.012,21**	**-**	**673.893.358,49**	**346.315.455,15**	**346.298.769,04**	**327.594.589,45**	**-**	**127.859.012,21**
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)	**-**	**5.099.362,28**	**5.070.744,83**	**1.703,62**	**26.913,83**	**-**	**10.350.087,18**	**5.661.781,08**	**5.661.754,12**	**4.688.333,06**	**-**	**26.913,83**
PODER EXECUTIVO	**-**	**5.057.101,96**	**5.046.999,90**	**1.703,62**	**8.398,44**	**-**	**10.006.353,16**	**5.441.546,29**	**5.441.546,29**	**4.564.806,87**	**-**	**8.398,44**
PODER LEGISLATIVO	**-**	**40.871,76**	**22.356,37**	**-**	**18.515,39**	**-**	**212.311,77**	**137.628,68**	**137.601,72**	**74.710,05**	**-**	**18.515,39**
Assembleia Legislativa	-	18.515,39	-	-	18.515,39	-	9.834,23	2.931,51	2.931,51	6.902,72	-	18.515,39
Tribunal de Contas do Estado	-	22.356,37	22.356,37	-	-	-	202.477,54	134.697,17	134.670,21	67.807,33	-	-
PODER JUDICIÁRIO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**35.187,44**	**32.556,77**	**32.556,77**	**2.630,67**	-	**-**
MINISTERIO PÚBLICO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**20.956,89**	**-**	**-**	**20.956,89**	-	-
DEFENSORIA PÚBLICA	**-**	**1.388,56**	**1.388,56**	**-**	**-**	**-**	**75.277,92**	**50.049,34**	**50.049,34**	**25.228,58**	**-**	**-**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)	**-**	**5.099.362,28**	**5.070.744,83**	**1.703,62**	**26.913,83**	**-**	**10.350.087,18**	**5.661.781,08**	**5.661.754,12**	**4.688.333,06**	**-**	**26.913,83**

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (Lei nº 9.394/1996, art. 72) — Em Reais

	RECEITAS DO ENSINO			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100
1- RECEITA DE IMPOSTOS	24.570.303.509,00	24.570.303.509,00	24.926.929.247,21	101,45
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interistadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	21.044.353.727,00	21.044.353.727,00	21.329.732.320,79	101,36
1.1.1 - ICMS	20.609.370.106,00	20.609.370.106,00	20.996.994.349,24	101,88
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ICMS	434.983.621,00	434.983.621,00	332.737.971,55	76,49
1.1.3- Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)	-	-	-	-
1.2- Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos – ITCMD	283.610.847,00	283.610.847,00	291.742.927,11	102,87
1.2.1 - ITCMD	259.710.743,00	259.710.743,00	263.140.551,04	101,32
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITCMD	23.900.104,00	23.900.104,00	28.602.376,07	119,67
1.3- Receita Resultante do Imposto de Propriedade de Veículo Automotor - IPVA	1.677.715.684,00	1.677.715.684,00	1.753.333.264,61	104,51
1.3.1 - IPVA	1.658.999.565,00	1.658.999.565,00	1.736.657.171,99	104,68
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPVA	18.716.119,00	18.716.119,00	16.676.092,62	89,10
1.4 - Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.564.623.251,00	1.564.623.251,00	1.552.120.734,70	99,20
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	1.541.216.149,00	1.541.216.149,00	1.539.085.242,34	99,86
2.1 - Cota-Parte FPE	1.188.653.422,00	1.188.653.422,00	1.155.276.804,06	97,19
2.2 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	58.043.707,00	58.043.707,00	51.445.515,84	88,63
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	294.519.020,00	294.519.020,00	332.362.922,44	112,85
2.4- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-
3- DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS	6.064.830.062,00	6.064.830.062,00	6.286.398.434,02	103,65
3.1- PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25% de (1.1 - 1.1.3))	5.152.342.493,00	5.152.342.493,00	5.326.641.086,15	103,38
3.2- PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (50% de 1.3)	838.857.814,00	838.857.814,00	876.666.617,78	104,51
3.3- PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25% de 2.3)	73.629.755,00	73.629.755,00	83.090.730,09	112,85
4- TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 + 2 - 3)	**20.046.689.596,00**	**20.046.689.596,00**	**20.179.616.055,53**	**100,66**
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100
5- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	-	-	-
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	361.365.972,00	361.365.972,00	315.717.544,58	87,37
6.1- Transferências do Salário-Educação	250.576.904,00	250.576.904,00	240.035.916,97	95,79
6.2- Transferências Diretas - PDDE	-	-	101.380,00	-
6.3- Transferências Diretas - PNAE	44.375.116,00	44.375.116,00	42.677.475,60	96,17
6.4 - Transferências Diretas - PNATE	-	-	-	-
6.5- Outras Transferências do FNDE	51.675.714,00	51.675.714,00	19.895.597,96	38,50
6.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	14.738.238,00	14.738.238,00	13.007.174,05	88,25
7- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS. DE CONVÊNIOS	-	-	262.061,85	-
7.1- Transferências de Convênios	-	-	262.061,85	-
7.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-
8- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
9- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	27.605,00	27.605,00	64.257,29	232,77
10- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (5 + 6 + 7 + 8 + 9)	**361.393.577,00**	**361.393.577,00**	**316.043.863,72**	**87,45**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (Lei nº 9.394/1996, art. 72) — Em Reais

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
11- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.674.564.069,00	3.674.564.069,00	3.720.865.369,40	101,26
11.1- Receita Resultante do ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de (1.1 – 4))	3.156.558.047,00	3.156.558.047,00	3.195.984.579,53	101,25
11.2- Receita Resultante do ITCMD Destinada ao FUNDEB – (20% de 1.2)	56.722.170,00	56.722.170,00	58.348.569,32	102,87
11.3- Receita Resultante do IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de (1.3 – 5))	167.766.574,00	167.766.574,00	175.333.318,70	104,51
11.4- Cota-Parte FPE Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1)	237.730.684,00	237.730.684,00	231.055.360,52	97,19
11.5- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	11.608.741,00	11.608.741,00	10.289.103,12	88,63
11.6- Cota-Parte IPI Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de (2.3 – 6))	44.177.853,00	44.177.853,00	49.854.438,21	112,85
12- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	265.315.142,00	265.315.142,00	2.339.302.027,02	881,71
12.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	250.576.904,00	250.576.904,00	2.323.813.879,57	927,39
12.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-
12.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	14.738.238,00	14.738.238,00	15.488.147,45	105,09
13- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (12.1 – 11)	(3.423.987.165,00)	(3.423.987.165,00)	(1.397.051.489,83)	40,80
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB			(1.397.051.489,83)	

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
14- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.939.901.094,00	2.016.944.649,03	1.892.789.561,19	93,84	1.892.789.561,19	93,84	-
14.1- Com Ensino Fundamental	1.315.078.114,00	1.343.887.719,59	1.249.216.110,24	92,96	1.249.216.110,24	92,96	-
14.2- Com Ensino Médio	624.822.980,00	673.056.929,44	643.573.450,95	95,62	643.573.450,95	95,62	-
15- OUTRAS DESPESAS	648.120.698,00	653.864.672,39	471.524.337,82	72,11	463.245.078,62	70,85	8.279.259,20
15.1- Com Ensino Fundamental	336.613.966,00	348.900.271,20	250.749.904,07	71,87	246.610.274,47	70,68	4.139.629,60
15.2- Com Ensino Médio	311.506.732,00	304.964.401,19	220.774.433,76	72,39	216.634.804,16	71,04	4.139.629,60
16- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (14 + 15)	**2.588.021.792,00**	**2.670.809.321,42**	**2.364.313.899,01**	**88,52**	**2.356.034.639,81**	**88,21**	8.279.259,20

DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB	VALOR
17- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	-
17.1- FUNDEB 60%	-
17.2- FUNDEB 40%	-
18- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	82.787.529,42
18.1- FUNDEB 60%	79.039.225,79
18.2- FUNDEB 40%	3.748.303,63
19- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (17 + 18)	**82.787.529,42**

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
20- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB FINS DE LIMITE (16 - 19)	2.281.526.369,59
20.1- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ((14 – (17.1 + 18.1)) / (12) x 100) %	77,53
20.2- MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ((15 – (17.2 + 18.2)) / (12) x 100) %	20,00
20.3- MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100 – (20.1 + 20.2) %	2,47

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
21 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS [1]	81.344.710,25
22 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 21 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2018	81.344.710,25

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (Lei nº 9.394/1996, art. 72) — Em Reais

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS EMPENHADAS % (f) = (e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (h) = (g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	26.995.478,00	13.540.453,40	13.540.453,40	100,00	13.540.453,40	100,00	-
23.1- Creche	26.995.478,00	13.540.453,40	13.540.453,40	100,00	13.540.453,40	100,00	-
23.2- Pré-Escola	-	-	-	-	-	-	-
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.937.782.321,50	2.140.012.410,72	1.946.361.200,51	90,95	1.941.824.172,91	90,74	4.537.027,60
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.651.692.080,00	1.692.787.990,79	1.499.966.014,31	88,61	1.495.826.384,71	88,36	4.139.629,60
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos [2]	286.090.241,50	447.224.419,93	446.395.186,21	99,81	445.997.788,21	99,73	397.398,00
25- ENSINO MÉDIO	964.626.394,50	1.029.464.853,48	915.322.946,95	88,91	911.082.654,85	88,50	4.240.292,10
25.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	936.329.712,00	978.021.330,63	864.347.884,71	88,38	860.208.255,11	87,95	4.139.629,60
25.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	28.296.682,50	51.443.522,85	50.975.062,25	99,09	50.874.399,75	98,89	100.662,50
26- ENSINO SUPERIOR[4]	582.277.020,00	422.135.166,89	423.884.178,69	100,41	423.310.161,71	100,28	574.016,98
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	56.483.349,00	684.824,22	1.202.935,12	175,66	1.081.040,76	157,86	121.894,36
28- OUTRAS[4]	787.833.779,00	794.867.039,33	787.236.589,50	99,04	780.681.754,10	98,22	6.554.835,40
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	**4.355.998.342,00**	**4.400.704.748,03**	**4.087.548.304,18**	**92,88**	**4.071.520.237,74**	**92,52**	**16.028.066,44**

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO MÍNIMA EM MDE	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (13)	(1.397.051.489,83)
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	1.442.819,17
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	3.951.270,09
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO	-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL (35 + 36 + 37 + 38 + 39 + 40 + 41)	**(1.391.657.400,57)**
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (29 - 37)	**5.479.205.704,75**
39 - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((38) / (4) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	**27,15**

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS EMPENHADAS % (f) = (e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (h) = (g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-	-
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	252.714.744,00	265.816.391,98	239.436.753,68	90,08	220.181.464,77	82,83	19.255.288,91
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-		-	-	-	-
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	191.879.531,00	433.529.765,50	155.729.170,31	35,92	149.284.184,76	34,43	6.444.985,55
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	**444.594.275,00**	**699.346.157,48**	**395.165.923,99**	**56,51**	**369.465.649,53**	**52,83**	**25.700.274,46**
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**4.800.592.617,00**	**5.100.050.905,51**	**4.482.714.228,17**	**87,90**	**4.440.985.887,27**	**87,08**	**41.728.340,90**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (Lei nº 9.394/1996, art. 72) — Em Reais

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2018 (5) (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE [3]	113.845,19	-
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	113.845,19	-
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	(0,00)	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
47- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	134.551.583,98	27.377.548,58
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.326.012.816,30	240.466.204,86
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.379.866.618,29	228.518.397,18
49.1 Orçamento do Exercício	2.348.058.876,67	219.039.492,06
49.2 Restos a Pagar	31.807.741,62	9.478.905,12
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	15.488.147,45	3.748.557,89
51- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	96.185.929,44	43.073.914,15
52- (+) Ajustes	-	-
52.1 Retenções	-	-
52.2 Conciliação Bancária	-	-
53- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	96.185.929,44	43.073.914,15

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] Valor dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício anterior, que ficaram como superávit do exercício.

[2] De acordo com o Ofício SEF/GABS nº 1.292/2007, as despesas com inativos serão excluídas gradativamente, à razão de 5% a.a., a contar de 2007. Portanto, nesta linha foram consideradas 40% das despesas com inativos da Educação, custeadas com recursos do Tesouro.

[3] Conforme estabelece o Manual de Elaboração do RREO, o ente que possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no limite do seu respectivo ano de inscrição, deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite. Em 2018 foram cancelados R$ 4.392.081,59 dos Restos a Pagar incritos em 2017 (Fontes Tesouro e Fundeb). Como em 2017 o Estado aplicou R$ 366.582.619,05 além do mínimo constitucional exigido, o cancelamento dos Restos a Pagar não impactou no descumprimento do limite do ano anterior.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I) — Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO c = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	350.318.593,00	189.717.750,00	160.600.843,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.565.490.154,36	2.340.821.481,80	2.202.869.178,50	137.952.303,30	1.224.668.672,56
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	-		-	-	-
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	-		-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	3.565.490.154,36	2.340.821.481,80	2.202.869.178,50	137.952.303,30	1.224.668.672,56

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I-II)	(3.215.171.561,36)	(2.151.103.731,80)			(1.064.067.829,56)

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2017 A 2092

RREO - Anexo 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) Em Reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. Anterior) + (c)
2017	2.410.554.902,00	6.068.978.949,58	(3.658.424.047,58)	(3.658.424.047,58)
2018	2.919.019.794,69	6.589.084.699,34	(3.670.064.904,65)	(7.328.488.952,23)
2019	2.960.469.875,77	6.771.410.205,56	(3.810.940.329,79)	(11.139.429.282,02)
2020	3.002.508.548,01	7.057.886.113,72	(4.055.377.565,71)	(15.194.806.847,73)
2021	3.045.144.169,39	7.324.664.124,96	(4.279.519.955,57)	(19.474.326.803,30)
2022	3.088.385.216,60	7.591.620.983,05	(4.503.235.766,45)	(23.977.562.569,75)
2023	3.132.240.286,67	7.830.598.617,66	(4.698.358.330,99)	(28.675.920.900,74)
2024	3.176.718.098,74	8.064.552.553,33	(4.887.834.454,59)	(33.563.755.355,33)
2025	3.221.827.495,75	8.268.918.927,36	(5.047.091.431,61)	(38.610.846.786,94)
2026	3.267.577.446,19	8.470.513.931,88	(5.202.936.485,69)	(43.813.783.272,63)
2027	3.313.977.045,92	8.643.998.869,22	(5.330.021.823,30)	(49.143.805.095,93)
2028	3.361.035.519,97	8.816.226.323,84	(5.455.190.803,87)	(54.598.995.899,80)
2029	3.408.762.224,36	9.039.726.754,24	(5.630.964.529,88)	(60.229.960.429,68)
2030	3.457.166.647,94	9.196.608.108,87	(5.739.441.460,93)	(65.969.401.890,61)
2031	3.506.258.414,34	9.396.505.307,80	(5.890.246.893,46)	(71.859.648.784,07)
2032	3.556.047.283,83	9.471.270.061,50	(5.915.222.777,67)	(77.774.871.561,74)
2033	3.606.543.155,26	9.681.390.301,96	(6.074.847.146,70)	(83.849.718.708,44)
2034	3.657.756.068,06	9.934.095.948,40	(6.276.339.880,34)	(90.126.058.588,78)

ESTADO DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2017 A 2092

RREO - Anexo 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) Em Reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. Anterior) + (c)
2035	3.709.696.204,23	10.236.873.970,44	(6.527.177.766,21)	(96.653.236.354,99)
2036	3.762.373.890,33	10.530.491.457,20	(6.768.117.566,87)	(103.421.353.921,86)
2037	3.815.799.599,57	10.732.196.441,20	(6.916.396.841,63)	(110.337.750.763,49)
2038	3.869.983.953,89	11.000.993.891,68	(7.131.009.937,79)	(117.468.760.701,28)
2039	3.924.937.726,03	11.067.297.328,75	(7.142.359.602,72)	(124.611.120.304,00)
2040	3.980.671.841,74	11.235.189.793,62	(7.254.517.951,88)	(131.865.638.255,88)
2041	4.037.197.381,89	11.223.223.499,28	(7.186.026.117,39)	(139.051.664.373,27)
2042	4.094.525.584,72	11.330.373.355,99	(7.235.847.771,27)	(146.287.512.144,54)
2043	4.152.667.848,02	11.521.967.426,06	(7.369.299.578,04)	(153.656.811.722,58)
2044	4.211.635.731,46	11.704.953.852,28	(7.493.318.120,82)	(161.150.129.843,40)
2045	4.271.440.958,85	11.887.692.897,47	(7.616.251.938,62)	(168.766.381.782,02)
2046	4.332.095.420,46	11.777.633.590,32	(7.445.538.169,86)	(176.211.919.951,88)
2047	4.393.611.175,43	11.982.513.960,30	(7.588.902.784,87)	(183.800.822.736,75)
2048	4.456.000.454,12	12.246.536.783,78	(7.790.536.329,66)	(191.591.359.066,41)
2049	4.519.275.660,57	12.548.329.964,82	(8.029.054.304,25)	(199.620.413.370,66)
2050	4.583.449.374,95	12.869.902.089,20	(8.286.452.714,25)	(207.906.866.084,91)
2051	4.648.534.356,08	13.212.820.102,30	(8.564.285.746,22)	(216.471.151.831,13)
2052	4.714.543.543,93	13.483.301.420,16	(8.768.757.876,23)	(225.239.909.707,36)

ESTADO DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2017 A 2092

RREO - Anexo 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) Em Reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. Anterior) + (c)
2053	4.781.490.062,26	13.868.481.592,68	(9.086.991.530,42)	(234.326.901.237,78)
2054	4.849.387.221,14	14.269.113.179,10	(9.419.725.957,96)	(243.746.627.195,74)
2055	4.918.248.519,68	14.614.827.409,52	(9.696.578.889,84)	(253.443.206.085,58)
2056	4.988.087.648,66	15.040.904.508,24	(10.052.816.859,58)	(263.496.022.945,16)
2057	5.058.918.493,27	15.480.949.950,44	(10.422.031.457,17)	(273.918.054.402,33)
2058	5.130.755.135,88	15.878.865.390,96	(10.748.110.255,08)	(284.666.164.657,41)
2059	5.203.611.858,81	16.333.497.590,80	(11.129.885.731,99)	(295.796.050.389,40)
2060	5.277.503.147,20	16.809.553.720,96	(11.532.050.573,76)	(307.328.100.963,16)
2061	5.352.443.691,89	17.296.175.062,14	(11.943.731.370,25)	(319.271.832.333,41)
2062	5.428.448.392,32	17.798.225.439,54	(12.369.777.047,22)	(331.641.609.380,63)
2063	5.505.532.359,49	18.314.185.149,00	(12.808.652.789,51)	(344.450.262.170,14)
2064	5.583.710.918,99	18.856.619.530,84	(13.272.908.611,85)	(357.723.170.781,99)
2065	5.662.999.614,04	19.380.583.285,70	(13.717.583.671,66)	(371.440.754.453,65)
2066	5.743.414.208,56	19.988.333.305,20	(14.244.919.096,64)	(385.685.673.550,29)
2067	5.824.970.690,32	20.639.563.413,04	(14.814.592.722,72)	(400.500.266.273,01)
2068	5.907.685.274,13	21.311.246.409,18	(15.403.561.135,05)	(415.903.827.408,06)
2069	5.991.574.405,02	22.009.064.060,10	(16.017.489.655,08)	(431.921.317.063,14)
2070	6.076.654.761,57	22.732.624.731,18	(16.655.969.969,61)	(448.577.287.032,75)
2071	6.162.943.259,18	23.475.427.507,48	(17.312.484.248,30)	(465.889.771.281,05)

ESTADO DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2017 A 2092

RREO - Anexo 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) Em Reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. Anterior) + (c)
2072	6.250.457.053,46	24.239.302.610,64	(17.988.845.557,18)	(483.878.616.838,23)
2073	6.339.213.543,62	25.017.921.403,93	(18.678.707.860,31)	(502.557.324.698,54)
2074	6.429.230.375,94	25.820.095.452,32	(19.390.865.076,38)	(521.948.189.774,92)
2075	6.520.525.447,28	26.641.455.582,82	(20.120.930.135,54)	(542.069.119.910,46)
2076	6.613.116.908,63	27.481.139.327,72	(20.868.022.419,09)	(562.937.142.329,55)
2077	6.707.023.168,74	28.339.513.072,26	(21.632.489.903,52)	(584.569.632.233,07)
2078	6.802.262.897,73	29.216.715.760,05	(22.414.452.862,32)	(606.984.085.095,39)
2079	6.898.855.030,88	30.113.115.668,74	(23.214.260.637,86)	(630.198.345.733,25)
2080	6.996.818.772,32	31.029.086.795,98	(24.032.268.023,66)	(654.230.613.756,91)
2081	7.096.173.598,88	31.964.990.401,89	(24.868.816.803,01)	(679.099.430.559,92)
2082	7.196.939.263,99	32.921.211.066,12	(25.724.271.802,13)	(704.823.702.362,05)
2083	7.299.135.801,54	33.898.139.088,32	(26.599.003.286,78)	(731.422.705.648,83)
2084	7.402.783.529,92	34.896.170.488,14	(27.493.386.958,22)	(758.916.092.607,05)
2085	7.507.903.056,04	35.915.707.005,23	(28.407.803.949,19)	(787.323.896.556,24)
2086	7.614.515.279,44	36.957.156.099,24	(29.342.640.819,80)	(816.666.537.376,04)
2087	7.722.641.396,41	38.020.930.949,82	(30.298.289.553,41)	(846.964.826.929,45)
2088	7.832.302.904,24	39.107.222.427,00	(31.274.919.522,76)	(878.239.746.452,21)
2089	7.943.521.605,48	40.216.949.458,40	(32.273.427.852,92)	(910.513.174.305,13)
2090	8.056.319.612,27	41.350.298.230,80	(33.293.978.618,53)	(943.807.152.923,66)
2091	8.170.719.350,77	42.507.726.978,60	(34.337.007.627,83)	(978.144.160.551,49)

ESTADO DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2017 A 2092

RREO - Anexo 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) Em Reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. Anterior) + (c)
2092	8.286.743.565,55	43.689.679.196,80	(35.402.935.631,25)	(1.013.547.096.182,74)

FONTE: Avaliação atuarial 2018 do IPREV realizado pelo Atuário Francisco Humberto Simões Magro - MIBA Nº 494.

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] Projeção atuarial elaborada em 03/2018 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social – MPS.

[2] Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

a) Financeiras - Taxa de Juros de 0%, Crescimento Salarial de 2,42% e Compensação Financeira correspondente a um percentual de 10% da Reserva Matemática.

b) Biométricas – Tábua de Mortalidade IBGE-2015 (Sobrevivência de Válidos e Inválidos) e Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas.

c) Demográficas - A População está baseada em informações individuais de Servidores Estatutários Ativos, Aposentados, Pensionistas e Dependentes. O Compromisso Médio Familiar do Segurado foi calculado individualmente, levando em conta a data de nascimento do dependente com expectativa de benefício vitalício ou a data de nascimento do dependente com expectativa de benefício por maior tempo. A Rotatividade foi desconsiderada e os Novos Entrandos não foi adotado para efeito de determinação do Custeio ou das Reservas.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) — Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR c= (a - b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	57.229.491,00	29.352.965,21	27.876.525,79
Alienação de Bens Móveis	10.890.687,00	3.870.212,20	7.020.474,80
Alienação de Bens Imóveis	46.338.804,00	25.482.753,01	20.856.050,99

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPEAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO A PAGAR (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	58.986.904,47	28.181.682,35	26.221.338,68	26.135.218,64	1.960.343,67	448.150,57	30.805.222,12
DESPESAS DE CAPITAL	58.986.904,47	28.181.682,35	26.221.338,68	26.135.218,64	1.960.343,67	448.150,57	30.805.222,12
Investimentos	48.860.200,11	18.403.114,71	16.501.323,88	16.415.203,84	1.901.790,83	448.150,57	30.457.085,40
Inversões Financeiras	1.707.289,89	1.359.153,17	1.300.600,33	1.300.600,33	58.552,84	-	348.136,72
Amortização da Dívida	8.419.414,47	8.419.414,47	8.419.414,47	8.419.414,47	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-	-	-	-	-

SALDO FINANCEIRO A APLICAR[2]	2017	2018	SALDO ATUAL
	(h)	(i) = (Ib)-(IIe+IIf)	(j)= (IIIh+IIIi)
VALOR (III)	9.008.931,62	2.769.596,00	11.778.527,62

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] Tendo em vista que o Saldo Financeiro a Aplicar deve refletir o saldo disponível das fontes de alienação de ativos, registradas contabilmente nas contas de Disponibilidade por Destinação de Recurso, há de se considerar as seguintes situações:
- R$ 435.197,51 relativos ao valor transferido à SC PAR Porto de São Francisco do Sul em razão da extinção da UG 270030 (Lei Complementar nº 707/2017) e criação da SPE SC PAR de SFS AS, conforme Nota de Lançamento 2018NL000094 realizada na UG 270030.
- R$ 3.266.273,47 foram convertidos em superávit financeiro do Tesouro (Fonte de Recursos 0397), conforme Decreto nº 1.553 de 27/03/2018, e foram utilizados para pagamento da Amortização da Dívida; e
- R$ 3.274,26 de consignação a pagar. As consignações a pagar, embora sejam consideradas despesas pagas, para fins orçamentários, devem ser deduzidas do total das despesas pagas, pois ainda ainda não baixaram a disponibilidade de recursos.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) — Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	24.570.303.509,00	24.570.303.509,00	24.926.929.247,21	101,45
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.564.623.251,00	1.564.623.251,00	1.552.120.734,70	99,20
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	1.658.999.565,00	1.658.999.565,00	1.736.657.171,99	104,68
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCMD	259.710.743,00	259.710.743,00	263.140.551,04	101,32
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços de Transporte Interestadual - ICMS	20.609.370.106,00	20.609.370.106,00	20.996.994.349,24	101,88
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	154.361.526,00	154.361.526,00	110.200.843,73	71,39
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	118.134.848,00	118.134.848,00	78.818.584,89	66,72
Dívida Ativa dos Impostos	205.103.470,00	205.103.470,00	188.997.011,62	92,15
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	1.541.216.149,00	1.541.216.149,00	1.539.085.242,34	99,86
Cota-Parte FPE	1.188.653.422,00	1.188.653.422,00	1.155.276.804,06	97,19
Cota-Parte IPI-Exportação	294.519.020,00	294.519.020,00	332.362.922,44	112,85
Desoneração ICMS (LC 87/96)	58.043.707,00	58.043.707,00	51.445.515,84	88,63
Outras	-	-	-	0,00
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	6.064.830.062,00	6.064.830.062,00	6.286.398.434,02	103,65
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	5.152.342.493,00	5.152.342.493,00	5.326.641.086,15	103,38
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	838.857.814,00	838.857.814,00	876.666.617,78	104,51
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios	73.629.755,00	73.629.755,00	83.090.730,09	112,85
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (IV) = I + II - III	**20.046.689.596,00**	**20.046.689.596,00**	**20.179.616.055,53**	**100,66**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (d)	RECEITAS REALIZADAS % (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	831.895.040,00	831.895.040,00	654.312.466,32	78,65
Provenientes da União	546.176.133,00	546.176.133,00	482.866.102,91	88,41
Provenientes de Outros Estados	-	-	-	0,00
Provenientes de Municípios	-	-	-	0,00
Outras Receitas do SUS	285.718.907,00	285.718.907,00	171.446.363,41	60,01
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**831.895.040,00**	**831.895.040,00**	**654.312.466,32**	**78,65**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS EMPENHADAS % (f/e) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (g/e) x 100	Inscritas em Restos a Pagar não Processados
DESPESAS CORRENTES	3.511.019.835,00	3.697.098.282,39	3.528.899.461,25	95,45	3.463.823.212,70	93,69	65.076.248,55
Pessoal e Encargos Sociais	1.163.803.000,00	1.145.383.459,36	1.144.880.418,04	99,96	1.144.477.019,67	99,92	403.398,37
Juros e Encargos da Dívida	-	57.172.044,58	57.172.044,58	-	57.172.044,58	100,00	-
Outras Despesas Correntes	2.347.216.835,00	2.494.542.778,45	2.326.846.998,63	93,28	2.262.174.148,45	90,68	64.672.850,18

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) — Em Reais

DESPESAS DE CAPITAL	28.548.767,00	227.482.543,80	135.494.528,98	59,56	122.325.130,09	53,77	13.169.398,89
Investimentos	28.548.767,00	219.826.885,61	127.838.870,79	58,15	114.669.471,90	52,16	13.169.398,89
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	7.655.658,19	7.655.658,19	-	7.655.658,19	100,00	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (V)	**3.539.568.602,00**	**3.924.580.826,19**	**3.664.393.990,23**	**93,37**	**3.586.148.342,79**	**91,38**	**78.245.647,44**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados**
			Até o Bimestre (h)	**% (h/IVf) x 100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (i/IVg) x 100**	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCIPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	719.761.323,00	972.324.213,68	757.514.367,30	92,50	740.298.495,82	99,95	17.215.871,48
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	543.650.487,00	594.099.136,36	484.475.840,54	59,16	476.750.465,85	64,37	7.725.374,69
Recursos de Operações de Crédito	13.766.825,00	139.136.765,98	76.064.198,93	9,29	67.155.220,52	9,07	8.908.978,41
Outros Recursos	162.344.011,00	239.088.311,34	196.974.327,83	24,05	196.392.809,45	26,52	581.518,38
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	-	-	61.029.775,96	7,45	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[1]	-	387.185,98	387.185,98	0,05	387.185,98	0,05	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VI)	**719.761.323,00**	**972.711.399,66**	**818.931.329,24**	**100,00**	**740.685.681,80**	**100,00**	**78.245.647,44**

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII) = (V - VI) [2]	**2.819.807.279,00**	**2.951.869.426,53**	**2.845.462.660,99**	**-**	**2.845.462.660,99**	**-**	**-**
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIII%) = (VII(h ou i) / IVb x 100) [3]							**14,10%**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII(h ou i) - (14 x IVb)/100]							**20.316.413,22**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILDADE DE CAIXA	**INSCRITOS**	**CANCELADOS/ PRESCRITOS**	**PAGOS**	**A PAGAR**	**PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE**
Inscritos em 2017	989.429,40	387.185,98	602.243,42	-	989.429,40
Total (IX)	**989.429,40**	**387.185,98**	**602.243,42**	**-**	**989.429,40**

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**		
	Saldo Inicial	**Despesas custeadas no exercício de referência (j)**	**Saldo Final (Não Aplicado)**
Restos a Pagar Cancelados em 2017	387.185,98	387.185,98	-
Total (IX)	**387.185,98**	**387.185,98**	**-**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) — Em Reais

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Exercício de 2017	-	-	-
Total (IX)	**-**	**-**	**-**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até o Bimestre (l)	% (l/VI)*100	Até o Bimestre (m)	% (m/Vm)*100	
Atenção Básica	86.149.000,00	87.776.710,30	87.578.062,64	2,39	87.186.833,11	2,43	391.229,53
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.418.589.218,00	1.802.921.835,06	1.623.539.171,16	44,31	1.576.979.556,04	43,97	46.559.615,12
Suporte Profilático e Terapêutico	193.312.773,00	115.797.881,88	110.752.290,90	3,02	110.515.801,99	3,08	236.488,91
Vigilância Sanitária	3.970.776,00	6.817.899,25	2.773.637,56	0,08	2.105.302,86	0,06	668.334,70
Vigilância Epidemiológica	14.150.000,00	19.797.409,07	7.375.497,79	0,20	6.153.797,34	0,17	1.221.700,45
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	0,00	-
Outras Subfunções	1.823.396.835,00	1.891.469.090,63	1.832.375.330,18	50,00	1.803.207.051,45	50,28	29.168.278,73
TOTAL	**3.539.568.602,00**	**3.924.580.826,19**	**3.664.393.990,23**	**100,00**	**3.586.148.342,79**	**100,00**	**78.245.647,44**

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

[1] Conforme estabelece o MDF, o ente que possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no limite do seu respectivo ano de inscrição, deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite. Em 2018 foram cancelados R$ 387.185,98 dos restos a pagar inscritos em 2017 (fontes da RLI), os quais foram sendo executados na modalidade de aplicação 95 - Aplicações Diretas referente aos restos a pagar para fins de aplicação em saúde.

[2] Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, até o limite das disponibilidades de caixa ao final do exercício, são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

[2.1] Foi descontado o montante de R$ 50.692.553,05 do total das despesas executadas com saúde em 2018. Esse montante refere-se as despesas sem prévio empenho de 2017 que foram regularizadas em 2018 na função 10 - Saúde. Estas despesas foram descontadas, pois já foram consideradas como executadas no exercício de 2017.

[2.2] No período compreendido entre Jan e Dez/2018, foram consideradas como despesas executadas na função 10 - Saúde, as despesas de 2017 inscritas em restos a pagar não processados sem a correspondente disponibilidade de caixa. Conforme processo SEF 10708/2018, esses restos a pagar quando liquidados e pagos no exercício de 2018 deverão contar para a avaliação do cumprimento da aplicação mínima em ASPS, tendo em vista que estes restos a pagar não foram computados para o mínimo de 2017 por não possuirem disponibilidade de caixa suficiente.

[3] Conforme a Emenda Constitucional nº 72, de 09/11/2016, que dá nova redação ao art. 155 e ao art. 50 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição do Estado de Santa Catarina, a aplicação mínima a que se refere o art. 155, § 2º, inciso II, da Constituição do Estado, em ações e serviços públicos de saúde, será gradativamente implementada até o percentual de aplicação de 15% da Receita Líquida de Impostos (RLI) no exercício fiscal de 2019. No exercício fiscal de 2018 deverão ser aplicados 14% (quatorze por cento) da RLI.

[4] No período de Jan a Dez/2018, a execução de despesas inscritas em restos a pagar no exercício de 2017, nas fontes de recurso integrantes da RLI, assim se apresentou:

Jan a Dez/2018	Inscritos	Pagos	Cancelados	A pagar
Restos a Pagar Processados	191.559.504,88	63.757.677,31	82.195,53	127.719.632,04
Restos a Pagar Não Processados	96.735.529,66	20.129.613,30	76.605.916,36	
Total	**288.295.034,54**	**83.887.290,61**	**76.688.111,89**	**127.719.632,04**

[5] No período compreendido entre Jan a Dez/2018, nas fontes de recursos da RLI, foram empenhadas despesas no elemento 92 - Despesas de Exercícios Anteriores no montante de R$ 295.387.361,58.

[6] No período compreendido entre Jan a Dez/2018 foram empenhadas despesas na função 10 - Saúde, com recursos de operações de crédito decorrentes do Programa Pacto Por Santa Catarina, no montante de R$ 76.064.198,93.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 14 (LRF, art. 48) — Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	26.429.412.131,00
Previsão Atualizada	26.429.412.131,00
Receitas Realizadas	25.756.161.680,71
Déficit Orçamentário	(1.186.884.710,79)
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	2.175.653.990,07
DESPESAS	
Dotação Inicial	26.429.412.131,00
Créditos Adicionais	3.779.033.670,19
Dotação Atualizada	30.208.445.801,19
Despesas Empenhadas	26.943.046.391,50
Despesas Liquidadas	26.427.577.526,98
Despesas Pagas	26.053.291.842,39
Superávit Orçamentário	-

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	26.943.046.391,50
Despesas Liquidadas	26.427.577.526,98

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	22.773.760.288,74

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	2.619.292.092,06
Despesas Previdenciárias Liquidadas	6.417.119.232,30
Resultado Previdenciário	(3.797.827.140,24)
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	-
Despesas Previdenciárias Liquidadas	-
Resultado Previdenciário	-

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	(1.552.987.000,00)	(1.884.894.354,99)	21,37
Resultado Primário	477.861.000,00	276.032.944,15	57,76

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	404.557.283,02	1.031.641,59	275.666.629,22	127.859.012,21
Poder Executivo	344.513.361,01	1.031.641,59	215.641.222,60	127.840.496,82
Poder Legislativo	3.554.281,12	-	3.535.765,73	18.515,39
Poder Judiciário	56.483.510,53	-	56.483.510,53	-
Ministério Público	-	-	-	-
Defensoria Pública	6.130,36	-	6.130,36	-

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 14 (LRF, art. 48) — Em Reais

RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	673.893.358,49	327.594.589,45	346.298.769,04	-
Poder Executivo	606.054.855,30	292.988.290,69	313.066.564,61	-
Poder Legislativo	9.087.072,35	5.353.583,52	3.733.488,83	-
Poder Judiciário	48.076.601,52	24.683.617,01	23.392.984,51	-
Ministério Público	9.813.788,19	4.196.398,32	5.617.389,87	-
Defensoria Pública	861.041,13	372.699,91	488.341,22	-
TOTAL	1.078.450.641,51	328.626.231,04	621.965.398,26	127.859.012,21

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	5.479.205.704,75	25%	27,15%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	1.813.750.335,40	60%	77,53%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental			
Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	189.717.750,00	160.600.843,00
Despesa de Capital Líquida	2.340.821.481,80	1.224.668.672,56

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	2.919.019.794,69	3.361.035.519,97	3.869.983.953,89	4.781.490.062,26
Despesas Previdenciárias	6.589.084.699,34	8.816.226.323,84	11.000.993.891,68	13.868.481.592,68
Resultado Previdenciário	(3.670.064.904,65)	(5.455.190.803,87)	(7.131.009.937,79)	(9.086.991.530,42)
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	29.352.965,21	27.876.525,79
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	26.135.218,64	30.805.222,12

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.845.462.660,99	14%	14,10%
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)			-

FONTE: Anexos do RREO 6º Bimestre/2018

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ATO Nº 175, de 21/01/2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria MF/STN nº 495, de 06 de junho de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo, relativos ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2018, elaborados com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

Publicado no Diário Oficial de Santa Catarina nº 20.941 de 24/01/2019.

ATO Nº 306, de 05/02/2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria MF/STN nº 495, de 06 de junho de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação dos **Relatórios de Gestão Fiscal Consolidados, relativos ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2018 e a republicação do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e de Restos a Pagar e do Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, ambos do Poder Executivo, do terceiro quadrimestre de 2018.**

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

Publicado no Diário Oficial de Santa Catarina nº 20.962 de 22/02/2019.

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)[1]	1.050.777.802,18	1.056.385.217,47	1.093.093.176,33	1.083.545.298,53	1.102.113.885,04	1.111.073.610,66	1.116.718.698,30	1.104.381.940,03	1.103.515.625,66	1.103.492.959,76	1.123.885.566,97	1.228.930.872,00	13.277.914.652,93	7.359.386,12
Pessoal Ativo	598.546.757,35	601.128.631,65	630.109.509,18	629.020.551,90	636.513.934,26	642.430.268,46	643.844.061,64	630.923.758,55	628.535.482,82	626.094.677,71	640.896.702,11	746.059.605,05	7.654.103.940,68	4.975.432,78
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	489.721.486,75	488.824.752,20	518.074.248,34	516.797.205,20	523.072.189,07	527.689.742,64	534.527.443,33	519.708.461,20	515.517.151,08	518.277.372,50	527.470.572,16	607.788.220,69	6.287.468.845,16	4.885.829,61
Obrigações Patronais	108.824.492,34	112.302.718,15	112.033.753,46	112.222.121,56	113.440.493,17	114.739.678,02	109.315.801,77	111.214.413,61	113.017.515,20	107.816.410,98	113.425.367,17	138.270.618,22	1.366.623.383,65	89.603,17
Benefícios Previdenciários	778,26	1.161,30	1.507,38	1.225,14	1.252,02	847,80	816,54	883,74	816,54	894,23	762,78	766,14	11.711,87	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	452.231.044,83	455.256.585,82	461.669.001,15	450.113.489,88	462.940.968,41	465.807.766,34	470.251.667,76	470.683.600,25	472.229.613,07	475.246.187,93	480.915.082,22	480.844.294,23	5.598.189.301,89	21.149,09
Aposentadorias, Reserva e Reformas	386.043.803,36	389.061.725,32	395.032.039,40	383.193.549,65	395.892.325,76	398.605.217,35	402.838.193,01	403.083.810,97	404.589.113,11	407.080.569,33	412.972.900,00	413.352.098,15	4.791.745.345,41	21.149,09
Pensões	66.187.241,47	66.194.860,50	66.636.961,75	66.919.940,23	67.048.642,65	67.202.548,99	67.413.474,75	67.599.789,28	67.640.499,96	68.165.618,60	67.942.182,22	67.492.196,08	806.443.956,48	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do a	0,00	0,00	1.314.666,00	4.411.256,75	2.658.982,37	2.835.575,86	2.622.968,90	2.774.581,23	2.750.529,77	2.152.094,12	2.073.782,64	2.026.972,72	25.621.410,36	2.362.804,25
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	158.101.884,73	171.289.703,42	162.248.155,36	164.979.848,44	167.006.172,69	163.095.135,96	195.850.239,89	185.396.149,71	195.459.415,74	185.088.799,94	185.143.699,55	250.038.814,06	2.183.698.019,49	42.776,30
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.741.202,41	7.376.151,62	7.588.929,79	7.308.450,08	8.034.408,41	6.233.133,19	8.465.180,26	6.423.550,87	6.088.397,24	6.165.060,08	5.794.885,00	51.605.510,81	127.824.859,76	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.812.592,20	2.303.090,87	2.012.446,83	2.360.733,02	5.023.239,64	3.120.840,23	5.304.648,21	4.205.743,93	4.730.245,12	3.517.102,97	2.785.973,71	2.037.330,93	39.213.987,66	40.573,19
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	4.393.834,65	9.712.778,87	4.277.016,27	4.526.254,67	3.166.491,29	4.220.309,33	3.078.552,25	2.769.408,40	3.616.189,56	2.701.944,16	2.713.280,84	2.222.059,55	47.398.119,84	1.483,28
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	145.154.255,47	151.897.682,06	148.369.762,47	150.784.410,67	150.782.033,35	149.520.853,21	179.001.859,17	171.997.446,51	181.024.583,82	172.704.692,73	173.849.560,00	194.173.912,77	1.969.261.052,23	719,83
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	892.675.917,45	885.095.514,05	930.845.020,97	918.565.450,09	935.107.712,35	947.978.474,70	920.868.458,41	918.985.790,32	908.056.209,92	918.404.159,82	938.741.867,42	978.892.057,94	11.094.216.633,44	7.316.609,82

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	22.773.760.288,74	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	6.663.906,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	22.767.096.382,74	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	11.101.533.243,26	48,76%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	11.155.877.227,54	49,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	10.598.083.366,17	46,55%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	10.040.289.504,79	44,10%

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1.a] Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

[1.b] Para evitar a duplicidade de valores referente ao processamento da despesa com pessoal requisitado/cedido por órgãos e entidades pertencentes ao mesmo orçamento fiscal e da seguridade social (operações intraorçamentárias), estão sendo excluídos os valores registrados nas rubricas de receita 7.9.2.2.99.35.XX - Ressarcimento de pessoal cedido e 7.9.2.2.07.35.XX - Recup. desp. exerc. anteriores - ressarcimento de pessoal cedido, dos órgãos cedentes, e computado os valores registrados nos itens de despesa 31.91.96.01 - Pessoal requisitado de outros órgãos e 31.91.92.96 - Ressarcimento de despesa de pessoal requisitado de exercício anterior, dos órgãos cessionários.

[1.c] Inclusão das despesas com os Serventuários de Justiça (Subação 9380 - Encargos com Inativos Extrajudiciais - TJ - Fundo Financeiro) na Despesa com Pessoal do Poder Executivo, de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 780/2017. O Estado de Santa Catarina ingressou com ação de Mandado de Segurança sobre a referida decisão, processo nº 4000394-66.2018.8.24.0000.

[1.d] Inclusão das despesas executadas na natureza de despesa orçamentária 33.90.59.00 - Pensões Especiais, referente as seguintes rubricas da folha de pagamento: 01-0006-01 - VENC PENSIONISTA; 01-1106-01 - PENSAO MILITAR ESPECIAL; 01-1306-01 - PENSAO SENTENCA JUDICIAL; 01-1406-01 - PENSAO VIUVA EX-PARLAMENTAR; 01-1506-01 - PENSAO VIUVAS DE JUIZ DE PAZ; 01-1606-01 - PENSAO VIUVAS EX-GOVERNADORES; 01-7006-01 - PENSAO EX SERVIDOR NAO ESTAVEL; 01-8006-01 - PENSAO EX-SERV NAO CONTR IPESC.

[2.] Deduzidas as despesas de inativos e pensionistas custeadas com recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas pelo RPPS.

[3.] Os valores referentes às Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 13, art. 166 da CF) são obtidos por meio de demonstrativo divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional no seguinte endereço www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais - Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares Individuais.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.050.777.802,18	1.056.385.217,47	1.093.093.176,33	1.083.545.298,53	1.102.113.885,04	1.111.073.610,66	1.116.718.698,30	1.104.381.940,03	1.103.515.625,66	1.103.492.959,76	1.123.885.566,97	1.228.930.872,00	13.277.914.652,93	7.359.386,12
Pessoal Ativo	598.546.757,35	601.128.631,65	630.109.509,18	629.020.551,90	636.513.934,26	642.430.268,46	643.844.061,64	630.923.758,55	628.535.482,82	626.094.677,71	640.896.702,11	746.059.605,05	7.654.103.940,68	4.975.432,78
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	489.721.486,75	488.824.752,20	518.074.248,34	516.797.205,20	523.072.189,07	527.689.742,64	534.527.443,33	519.708.461,20	515.517.151,08	518.277.372,50	527.470.572,16	607.788.220,69	6.287.468.845,16	4.885.829,61
Obrigações Patronais	108.824.492,34	112.302.718,15	112.033.753,46	112.222.121,56	113.440.493,17	114.739.678,02	109.315.801,77	111.214.413,61	113.017.515,20	107.816.410,98	113.425.367,17	138.270.618,22	1.366.623.383,65	89.603,17
Benefícios Previdenciários	778,26	1.161,30	1.507,38	1.225,14	1.252,02	847,80	816,54	883,74	816,54	894,23	762,78	766,14	11.711,87	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	452.231.044,83	455.256.585,82	461.669.001,15	450.113.489,88	462.940.968,41	465.807.766,34	470.251.667,76	470.683.600,25	472.229.613,07	475.246.187,93	480.915.082,22	480.844.294,23	5.598.189.301,89	21.149,09
Aposentadorias, Reserva e Reformas	386.043.803,36	389.061.725,32	395.032.039,40	383.193.549,65	395.892.325,76	398.605.217,35	402.838.193,01	403.083.810,97	404.589.113,11	407.080.569,33	412.972.900,00	413.352.098,15	4.791.745.345,41	21.149,09
Pensões	66.187.241,47	66.194.860,50	66.636.961,75	66.919.940,23	67.048.642,65	67.202.548,99	67.413.474,75	67.599.789,28	67.640.499,96	68.165.618,60	67.942.182,22	67.492.196,08	806.443.956,48	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do	0,00	0,00	1.314.666,00	4.411.256,75	2.658.982,37	2.835.575,86	2.622.968,90	2.774.581,23	2.750.529,77	2.152.094,12	2.073.782,64	2.026.972,72	25.621.410,36	2.362.804,25
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	158.101.884,73	171.289.703,42	162.248.155,36	164.979.848,44	167.006.172,69	163.095.135,96	195.850.239,89	185.396.149,71	195.459.415,74	185.088.799,94	185.143.699,55	250.038.814,06	2.183.698.019,49	42.776,30
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.741.202,41	7.376.151,62	7.588.929,79	7.308.450,08	8.034.408,41	6.233.133,19	8.465.180,26	6.423.550,87	6.088.397,24	6.165.060,08	5.794.885,00	51.605.510,81	127.824.859,76	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.812.592,20	2.303.090,87	2.012.446,83	2.360.733,02	5.023.239,64	3.120.840,23	5.304.648,21	4.205.743,93	4.730.245,12	3.517.102,97	2.785.973,71	2.037.330,93	39.213.987,66	40.573,19
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	4.393.834,65	9.712.778,87	4.277.016,27	4.526.254,67	3.166.491,29	4.220.309,33	3.078.552,25	2.769.408,40	3.616.189,56	2.701.944,16	2.713.280,84	2.222.059,55	47.398.119,84	1.483,28
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	145.154.255,47	151.897.682,06	148.369.762,47	150.784.410,67	150.782.033,35	149.520.853,21	179.001.859,17	171.997.446,51	181.024.583,82	172.704.692,73	173.849.560,00	194.173.912,77	1.969.261.052,23	719,83
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	892.675.917,45	885.095.514,05	930.845.020,97	918.565.450,09	935.107.712,35	947.978.474,70	920.868.458,41	918.985.790,32	908.056.209,92	918.404.159,82	938.741.867,42	978.892.057,94	11.094.216.633,44	7.316.609,82

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	22.773.760.288,74	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	6.663.906,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	22.767.096.382,74	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	11.101.533.243,26	48,76%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	11.155.877.227,54	49,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	10.598.083.366,17	46,55%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	10.040.289.504,79	44,10%

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

1.a Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

1.b Para evitar a duplicidade de valores referente ao processamento da despesa com pessoal requisitado/cedido por órgãos e entidades pertencentes ao mesmo orçamento fiscal e da seguridade social (operações intraorçamentárias), estão sendo excluídos os valores registrados nas rubricas de receita 7.9.2.2.99.35.XX - Ressarcimento de pessoal cedido e 7.9.2.2.07.35.XX - Recup. desp. exerc. anteriores - ressarcimento de pessoal cedido, dos órgãos cedentes, e computado os valores registrados nos itens de despesa 31.91.96.01 - Pessoal requisitado de outros órgãos e 31.91.92.96 - Ressarcimento de despesa de pessoal requisitado de exercício anterior, dos órgãos cessionários.

1.c Inclusão das despesas com os Serventuários de Justiça (Subação 9380 - Encargos com Inativos Extrajudiciais - TJ - Fundo Financeiro) na Despesa com Pessoal do Poder Executivo, de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 780/2017. O Estado de Santa Catarina ingressou com ação de Mandado de Segurança sobre a referida decisão, processo nº 4000394-66.2018.8.24.0000.

1.d Inclusão das despesas executadas na natureza de despesa orçamentária 33.90.59.00 - Pensões Especiais, referente as seguintes rubricas da folha de pagamento: 01-0006-01 - VENC PENSIONISTA; 01-1106-01 - PENSAO MILITAR ESPECIAL; 01-1306-01 - PENSAO SENTENCA JUDICIAL; 01-1406-01 - PENSAO VIUVA EX-PARLAMENTAR; 01-1506-01 - PENSAO VIUVAS DE JUIZ DE PAZ; 01-1606-01 - PENSAO VIUVAS EX-GOVERNADORES; 01-7006-01 - PENSAO EX SERVIDOR NAO ESTAVEL; 01-8006-01 - PENSAO EX-SERV NAO CONTR IPESC.

2. Deduzidas as despesas de inativos e pensionistas custeadas com recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas pelo RPPS.

3. Os valores referentes às Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 13, art. 166 da CF) são obtidos por meio de demonstrativo divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional no seguinte endereço www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais - Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares Individuais.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Em Reais

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	23.224.812.961,96	23.622.912.308,63	24.652.238.954,38	24.033.977.412,19
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	20.220.062.575,08	20.570.842.321,13	21.433.487.022,57	20.856.192.281,63
Empréstimos	19.595.853.152,42	19.959.647.423,33	20.829.777.008,17	20.239.882.467,05
Internos	16.430.503.699,54	16.522.047.848,32	16.932.373.449,44	16.802.329.267,47
Externos	3.165.349.452,88	3.437.599.575,01	3.897.403.558,73	3.437.553.199,58
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-	-
Financiamentos	5.311.684,07	17.635.752,43	17.083.889,15	17.083.889,15
Internos	5.311.684,07	17.635.752,43	17.083.889,15	17.083.889,15
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	618.897.738,59	593.559.145,37	586.626.125,25	599.225.925,43
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	339.532.760,01	323.982.805,65	320.847.525,11	315.979.144,87
De Demais Contribuições Sociais	278.719.736,67	268.936.191,08	265.159.373,75	269.074.406,93
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	645.241,91	640.148,64	619.226,39	14.172.373,63
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	2.303.627.175,19	2.368.073.748,50	2.587.537.091,08	2.599.503.312,21
Outras Dívidas	701.123.211,69	683.996.239,00	631.214.840,73	578.281.818,35
DEDUÇÕES (II)	12.427.017.401,49	4.346.985.383,25	3.955.306.212,18	2.867.691.559,97
Disponibilidade de Caixa	9.209.288.955,69	3.989.916.534,14	3.597.463.529,25	2.512.101.809,55
Disponibilidade de Caixa Bruta[1]	9.613.679.322,90	4.164.779.012,92	3.741.391.554,81	2.656.029.835,11
(-) Restos a Pagar Processados	404.390.367,21	174.862.478,78	143.928.025,56	143.928.025,56
Demais Haveres Financeiros[4]	3.217.728.445,80	357.068.849,11	357.842.682,93	355.589.750,42
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III)= (I - II)	10.797.795.560,47	19.275.926.925,38	20.696.932.742,20	21.166.285.852,22
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	21.132.256.296,12	21.542.091.051,84	21.921.199.488,30	22.773.760.288,74

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — Em Reais

% da DC sobre a RCL (I/RCL)	109,90	109,66	112,46	105,53
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	51,10	89,48	94,42	92,94
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: 200% SOBRE a RCL	42.264.512.592,24	43.084.182.103,68	43.842.398.976,60	45.547.520.577,48
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	38.038.061.333,02	38.775.763.893,31	39.458.159.078,94	40.992.768.519,73
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	7.762.739,97	7.896.920,36	8.144.699,54	9.212.493,12
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) [2]	-	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL[3]	145.563.841.267,07	145.563.841.267,07	145.563.841.267,07	152.523.611.725,04
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	5.901.392.604,30	6.110.704.013,96	6.110.704.013,96	6.022.141.867,93
RP NÃO PROCESSADOS	-	27.231.385,89	17.152.085,57	20.401,06
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	-	509.167.194,21	509.167.194,21	509.167.194,21

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] Disponibilidade de Caixa Bruta representa os valores depositados em Bancos, incluindo aplicações financeiras, mais os valores da arrecadação indireta (valores arrecadados em processamento pela rede bancária). No entanto, são excluídos os valores referentes à depósitos de terceiros (tais como cauções, fianças, e consignações) e recursos legalmente vinculados.

[2] Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios".

[3] O Passivo Atuarial é composto pelo Déficit Atuarial registrado nas contas 2.2.7.2.1.07 e 2.2.7.2.1.02.06 e pelo valor da Provisão Matemática registrado na conta 2.2.7.2, informações extraídas do Balancete Consolidado de dezembro de 2018.

[4] Alteração da metodologia de apuração dos demais haveres financeiros em conformidade com o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, 8ª edição.

Florianópolis, 18 de Janeiro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	-	-		
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-		
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	667.485.005,05	668.108.802,76	728.188.370,71	1.738.432.142,78
Em Operações de Crédito Externas	377.229.034,90	379.727.934,11	438.883.511,98	1.451.293.154,61
Em Operações de Crédito Internas	290.255.970,15	288.380.868,65	289.304.858,73	287.138.988,17
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	667.485.005,05	668.108.802,76	728.188.370,71	1.738.432.142,78
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	21.132.256.296,12	21.542.091.051,84	21.921.199.488,30	22.773.760.288,74
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	3,16%	3,10%	3,32%	7,63%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - Nº 043/2001 - DE (22%) sobre a RCL	4.649.096.385,15	4.739.260.031,40	4.822.663.887,43	5.010.227.263,52
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	4.184.186.746,63	4.265.334.028,26	4.340.397.498,68	4.509.204.537,17

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	-	-		
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	-	-		
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	667.485.005,05	668.108.802,76	728.188.370,71	1.738.432.142,78
Em Garantia às operações de Crédito Externas	377.229.034,90	379.727.934,11	438.883.511,98	1.451.293.154,61
Em Garantia às operações de Crédito Internas	290.255.970,15	288.380.868,65	289.304.858,73	287.138.988,17
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	667.485.005,05	668.108.802,76	728.188.370,71	1.738.432.142,78
MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE: SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

2. O Estado assinou dois contratos de garantia com a Caixa Econômica Federal e dois contratos de contragarantia com a CASAN em decorrência de 18 contratos de financiamentos firmados entre a Caixa Econômica Federal e a CASAN, um no valor de R$ 250.440.138,90 referente a 14 contratos garantidos, e outro no valor de R$ 51.561.954,45 referente a 4 contratos garantidos, financiamentos estes referentes a intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns Municípios do Estado.

3. O Estado assinou um contrato de garantia com a Agence Française de Développement - AFD e um contrato de contragarantia com a CASAN em decorrência do financiamento firmado, no valor total de € 99.756.455,08 , destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Coletivo no Estado de Santa Catarina.

4. O Estado assinou um contrato de garantia com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e um contrato de contragarntia com a Celesc Distriubição em decorrência do contrato de financiamento entre o BID e a CELESC, no valor de U$ 276.051.000,00, destinado ao financiamento de obras múltiplas para garantir a eficiência dos serviços prestados pela CELESC.

Florianópolis, 18 de Janeiro de 2019

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	17.000.000,00	189.717.750,00
Interna	17.000.000,00	68.000.000,00
Empréstimos	17.000.000,00	48.000.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 [1] (I)	-	20.000.000,00
Externa	-	121.717.750,00
Empréstimos	-	121.717.750,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 [1] (II)	-	-
TOTAL (III)	17.000.000,00	189.717.750,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	22.773.760.288,74	-
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)= (IIIa + V - Ia - IIa)	169.717.750,00	0,75%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.643.801.646,20	16,0%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	3.279.421.481,58	14,4%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.594.163.220,21	7,0%

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias	-	204.075,70
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] De acordo com o Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em <conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip>, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DE RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)[1]	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigaçãoes Fianceiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a – (b + c + d + e) - f)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**7.915.343.262,13**	**127.839.382,89**	**321.133.596,24**	**-**	**5.918.583.440,64**	**-**	**1.547.786.842,36**	**293.333.591,64**	**-**
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação[1]	31.756.765,98	113.845,19	3.622.006,12	-	3.907.874,33	-	24.113.040,34	7.662.565,29	-
Transferências do FUNDEB 60%[1]	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do FUNDEB 40%[1]	95.427.217,30	-	8.658.294,59	-	15.951.628,78	-	70.817.293,93	8.279.259,20	-
Outros Recursos Destinados à Educação[1]	241.941.790,65	-	1.198.060,84	-	821.485,06	-	239.922.244,75	25.786.516,41	-
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde[2]	494.315,37	127.719.632,04	296.279.654,37	-	8.267.997,45	-	-431.772.968,49	61.029.775,96	-
Outros Recursos Destinados à Saúde[2]	84.702.219,96	3.357,60	3.806.648,05	-	3.094.753,60	-	77.797.460,71	17.215.871,48	-
Recursos Destinados à Assistência Social[3]	4.611.601,03	-	411,60	-	684,39	-	4.610.505,04	156.528,64	-
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário[4]	471.141.131,49	-	106.322,42	-	67.165.310,60	-	403.869.498,47	7.017.827,17	-
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	362.679.684,88	-	1.174.838,61	-	-	-	361.504.846,27	63.350.793,09	-
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	9.951.744,73	-	86.120,04	-	3.274,26	-	9.862.350,43	1.960.343,67	-
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	6.612.636.790,74	2.548,06	6.201.239,60	-	5.819.370.432,17	-	787.062.570,91	100.874.110,73	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**1.229.049.076,46**	**19.629,32**	**53.152.088,35**	**-**	**103.370.533,29**	**-**	**1.072.506.825,50**	**222.135.272,88**	**-**
Recursos Ordinários	1.229.049.076,46	19.629,32	53.152.088,35	-	103.370.533,29	-	1.072.506.825,50	222.135.272,88	-
Outros Recursos não Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	**9.144.392.338,59**	**127.859.012,21**	**374.285.684,59**	**-**	**6.021.953.973,93**	**-**	**2.620.293.667,86**	**515.468.864,52**	**-**

SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] Os valores das colunas de Dispoinibilidade de Caixa Bruta e Demais Obrigações Financeira foram obtidos do Relatório Cálculo do Superávit das UGs 450001 - Secretaria de Estado da Educação, 450021 - Fundação Catarinense de Educação Especial, 450022 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, 450091 - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvol. da Educ. Superior e 450092 - Fundo Estadual de Educação. Os valores das colunas de Restos a Pagar foram obtidos do relatório de Restos a Pagar por função

[2] Os valores das colunas de Dispoinibilidade de Caixa Bruta e Demais Obrigações Financeira foram obtidos do Relatório Cálculo do Superávit das UG 480001 - Secretaria de Estado da Saúde, UG 480091 - Fundo Estadual de Saúde e UG 480092 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde. Os valores das colunas de Restos a Pagar foram obtidos do relatório de Restos a Pagar por função (Saúde).

[3] Valores vincuados à Assistência Social são controlados na fonte de recurso 225 - Convênio Programa de Assistência Social. Para apuração dos valores desta linha foi utilizado o Relatório Cálculo do Superávit da UG 260093 - Fundo Estadual de Assistêncoia Social, na

[4] Para apuração dos valores dessa linha foram utilizados os Relatórios Cálculo do Superávit das UGs 470022 - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina e 470076 - Fundo Financeiro.

Florianópolis, 05 de fevereiro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DE RESTOS A PAGAR - REPUBLICAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)[1]	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigaçãoes Fianceiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a – (b + c + d + e) - f)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**1.919.833.126,32**	**127.839.382,89**	**321.133.596,24**	**-**	**212.934.414,25**	**-**	**1.257.925.732,94**	**274.473.780,37**	**-**
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação[1]	31.756.765,98	113.845,19	3.622.006,12	-	3.907.874,33	-	24.113.040,34	7.662.565,29	-
Transferências do FUNDEB 60%[1]	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do FUNDEB 40%[1]	95.427.217,30	-	8.658.294,59	-	15.951.628,78	-	70.817.293,93	8.279.259,20	-
Outros Recursos Destinados à Educação[1]	241.941.790,65	-	1.198.060,84	-	821.485,06	-	239.922.244,75	25.786.516,41	-
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde[2]	494.315,37	127.719.632,04	296.279.654,37	-	8.267.997,45	-	-431.772.968,49	61.029.775,96	-
Outros Recursos Destinados à Saúde[2]	84.702.219,96	3.357,60	3.806.648,05	-	3.094.753,60	-	77.797.460,71	17.215.871,48	-
Recursos Destinados à Assistência Social[3]	4.611.601,03	-	411,60	-	684,39	-	4.610.505,04	156.528,64	-
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário[4]	471.141.131,49	-	106.322,42	-	67.165.310,60	-	403.869.498,47	7.017.827,17	-
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	362.679.684,88	-	1.174.838,61	-	-	-	361.504.846,27	63.350.793,09	-
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	8.263.868,97	-	86.120,04	-	3.274,26	-	8.174.474,67	1.960.343,67	-
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	618.814.530,69	2.548,06	6.201.239,60	-	113.721.405,78	-	498.889.337,25	82.014.299,46	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**617.546.372,24**	**1.113,93**	**52.707.131,54**	**-**	**102.893.031,98**	**-**	**461.945.094,79**	**168.378.347,09**	**-**
Recursos Ordinários	617.546.372,24	1.113,93	52.707.131,54	-	102.893.031,98	-	461.945.094,79	168.378.347,09	-
Outros Recursos não Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	**2.537.379.498,56**	**127.840.496,82**	**373.840.727,78**	**-**	**315.827.446,23**	**-**	**1.719.870.827,73**	**442.852.127,46**	**-**

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] Os valores das colunas de Dispoinibilidade de Caixa Bruta e Demais Obrigações Financeira foram obtidos do Relatório Cálculo do Superávit das UGs 450001 - Secretaria de Estado da Educação, 450021 - Fundação Catarinense de Educação Especial, 450022 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, 450091 - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvol. da Educ. Superior e 450092 - Fundo Estadual de Educação. Os valores das colunas de Restos a Pagar foram obtidos do relatório de Restos a Pagar por função (Educação).

[2] Os valores das colunas de Dispoinibilidade de Caixa Bruta e Demais Obrigações Financeira foram obtidos do Relatório Cálculo do Superávit das UG 480001 - Secretaria de Estado da Saúde, UG 480091 - Fundo Estadual de Saúde e UG 480092 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde. Os valores das colunas de Restos a Pagar foram obtidos do relatório de Restos a Pagar por função (Saúde).

[3] Valores vincuados à Assistência Social são controlados na fonte de recurso 225 - Convênio Programa de Assistência Social. Para apuração dos valores desta linha foi utilizado o Relatório Cálculo do Superávit da UG 260093 - Fundo Estadual de Assistêncoia Social, na respectiva fonte.

[4] Para apuração dos valores dessa linha foram utilizados os Relatórios Cálculo do Superávit das UGs 470022 - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina e 470076 - Fundo Financeiro.

Florianópolis, 05 de fevereiro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48) R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	22.773.760.288,74
Receita Corrente Líquida Ajustada	22.767.096.382,74

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	13.315.865.211,38	58,49
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	13.660.257.829,64	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	12.977.244.938,16	57,00
Limite Alerta (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	12.294.232.046,68	54,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	21.166.285.852,22	92,94
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	45.547.520.577,48	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	1.738.432.142,78	7,63
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.010.227.263,52	22,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48) R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	169.717.750,00	0,75
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	3.643.801.646,20	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.594.163.220,21	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	515.468.864,52	2.620.293.667,86

FONTE: Anexos do RGF do Poder Executivo e dos demais Poderes do 3º Quadrimestre 2018 - SEF/DCOG/COINF

Florianópolis, 05 de fevereiro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - REPUBLICAÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48) R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	22.773.760.288,74
Receita Corrente Líquida Ajustada	22.767.096.382,74

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.101.533.243,26	48,76
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	11.155.877.227,54	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	10.598.083.366,17	46,55
Limite Alerta (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	10.040.289.504,79	44,10

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	21.166.285.852,22	92,94
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	45.547.520.577,48	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	1.738.432.142,78	7,63
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.010.227.263,52	22,00

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - REPUBLICAÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48) R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	169.717.750,00	0,75
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	3.643.801.646,20	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.594.163.220,21	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	442.852.127,46	1.719.870.827,73

FONTE: Anexos do RGF - 3º Quadrimestre 2018 - SEF/DCOG/COINF

Florianópolis, 05 de fevereiro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
CRÉDITOS ESPECIAIS (I)	**85.986.174,31**	**93.294.440,25**	**17.560.759,44**	**161.719.855,12**
03091 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça	**27.210.000,00**	**8.500,00**	**8.500,00**	**27.210.000,00**
FUNÇÃO: 2 Judiciária/ SUBFUNÇÃO: 61 Ação Judiciária / PROGRAMA: 930 Gestão Admin - Poder Judiciár	27.210.000,00	8.500,00	8.500,00	27.210.000,00
AÇÃO: 164 adm / SUBAÇÃO: 14058 Gestão de folha de pagamento -	27.210.000,00	8.500,00	8.500,00	27.210.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1564 DE 11/04/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.310.000000	2.820.278,93	-	-	2.820.278,93
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.669.000000	12.795.406,12	-	-	12.795.406,12
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.682.000000	6.145.147,36	-	-	6.145.147,36
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.684.000000	790.000,00	-	-	790.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.685.000000	159.167,59	-	-	159.167,59
NATUREZA DESPESA: 33.90.49 Auxílio-Transporte / FONTE RECURSO: 0.319.000000	1.562.830,74	-	-	1.562.830,74
NATUREZA DESPESA: 33.90.49 Auxílio-Transporte / FONTE RECURSO: 0.640.000000	1.534.679,09	-	-	1.534.679,09
NATUREZA DESPESA: 33.90.49 Auxílio-Transporte / FONTE RECURSO: 0.682.000000	1.402.490,17	-	-	1.402.490,17
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1317 DE 15/10/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.669.000000	-	-	8.500,00	(8.500,00)
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.669.000000	-	8.500,00	-	8.500,00
16084 - Fundo de Melhoria da Polícia Civil	**1.990.000,00**	**3.890.941,51**	**2.595.670,05**	**3.285.271,46**

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
FUNÇÃO: 6 Segurança Pública/ SUBFUNÇÃO: 181 Policiamento / PROGRAMA: 707 SUPORTE INST. INTEGRADO	1.990.000,00	3.890.941,51	2.595.670,05	3.285.271,46
AÇÃO: 1005 . / SUBAÇÃO: 13109 Ren. frota e equip. - PC	1.990.000,00	3.890.941,51	2.595.670,05	3.285.271,46
ATO LEGAL: Decreto Nº 1502 DE 22/02/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.111.000000	1.990.000,00	-	-	1.990.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1529 DE 14/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.30 Material de Consumo / FONTE RECURSO: 0.669.000000	-	106.060,80	-	106.060,80
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 67 DE 14/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.111.000000	-	-	100.000,00	(100.000,00)
ATO LEGAL: Decreto Nº 1529 DE 14/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.669.000000	-	168.121,63	-	168.121,63
ATO LEGAL: Decreto Nº 1543 DE 21/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.628.000000	-	23.165,43	-	23.165,43
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.629.000000	-	21.785,49	-	21.785,49
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.669.000000	-	132.610,03	-	132.610,03
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.685.000000	-	12.916,09	-	12.916,09
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 113 DE 20/04/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.640.000000	-	10.000,00	-	10.000,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 137 DE 04/05/2018				

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.640.000000 ATO LEGAL: Portaria EX Nº 148 DE 11/05/2018	-	-	1.000,00	(1.000,00)
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.269.000000 ATO LEGAL: Portaria EX Nº 180 DE 08/06/2018	-	29.256,50	-	29.256,50
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.111.000000 ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 872 DE 25/07/2018	-	-	500.000,00	(500.000,00)
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.111.000000 ATO LEGAL: Decreto Nº 1706 DE 27/08/2018	-	-	1.000.000,00	(1.000.000,00)
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.228.000000 ATO LEGAL: Portaria EX Nº 291 DE 14/09/2018	-	54.430,39	-	54.430,39
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.111.000000 ATO LEGAL: Portaria EX Nº 293 DE 18/09/2018	-	800.000,00	-	800.000,00
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.111.000000 ATO LEGAL: Decreto Nº 1758 DE 15/10/2018	-	1.896.741,04	-	1.896.741,04
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.228.000000	-	21.387,00	-	21.387,00
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.269.000000 ATO LEGAL: Decreto Nº 1763 DE 19/10/2018	-	11.803,05	-	11.803,05
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.228.000000 ATO LEGAL: Portaria EX Nº 322 DE 19/10/2018	-	21.387,00	-	21.387,00

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.628.000000 ATO LEGAL: Portaria EX Nº 335 DE 01/11/2018	-	-	12.297,74	(12.297,74)
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.269.000000 ATO LEGAL: Decreto Nº 1789 DE 06/11/2018	-	50.000,00	-	50.000,00
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.269.000000 ATO LEGAL: Portaria EX Nº 338 DE 07/11/2018	-	50.000,00	-	50.000,00
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.111.000000 ATO LEGAL: Portaria EX Nº 347 DE 14/11/2018	-	70.000,00	-	70.000,00
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.111.000000 ATO LEGAL: Portaria EX Nº 363 DE 26/11/2018	-	70.000,00	-	70.000,00
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.228.000000 ATO LEGAL: Portaria EX Nº 374 DE 30/11/2018	-	-	40.124,15	(40.124,15)
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.111.000000 ATO LEGAL: Portaria EX Nº 379 DE 03/12/2018	-	250.000,00	-	250.000,00
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.111.000000 ATO LEGAL: Portaria EX Nº 402 DE 18/12/2018	-	91.277,06	-	91.277,06
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.111.000000 ATO LEGAL: Portaria EX Nº 1660 DE 18/12/2018	-	-	240.000,00	(240.000,00)
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.111.000000	-	-	100.000,00	(100.000,00)

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 405 DE 19/12/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.111.000000	-	-	602.248,16	(602.248,16)
16097 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar	**133.050,69**	**129.000,00**	**73.445,94**	**188.604,75**
FUNÇÃO: 6 Segurança Pública/ SUBFUNÇÃO: 122 Administração Geral / PROGRAMA: 707 SUPORTE INST. INTEGRADO	133.050,69	129.000,00	73.445,94	188.604,75
AÇÃO: 561 . / SUBAÇÃO: 11799 Construção e reformas - PM	133.050,69	129.000,00	73.445,94	188.604,75
ATO LEGAL: Decreto Nº 1502 DE 22/02/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.111.000000	133.050,69	-	-	133.050,69
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 185 DE 14/06/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.111.000000	-	100.000,00	-	100.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1254 DE 01/10/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.111.000000	-	29.000,00	-	29.000,00
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.111.000000	-	-	29.000,00	(29.000,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 346 DE 14/11/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.111.000000	-	-	31.916,32	(31.916,32)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 380 DE 03/12/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.111.000000	-	-	12.529,62	(12.529,62)
26001 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	**211.739,14**	**89.722,03**	**61.967,04**	**239.494,13**
FUNÇÃO: 8 Assistência Social/ SUBFUNÇÃO: 244 Assistência Comunitária / PROGRAMA: 101 Acelera SC	449,67	-	-	449,67
AÇÃO: 60 construção / SUBAÇÃO: 12616 Constr Ref CRAS	449,67	-	-	449,67
ATO LEGAL: Decreto Nº 1513 DE 05/03/2018				

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 44.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / FONTE RECURSO: 0.100.000000	449,67	-	-	449,67
FUNÇÃO: 8 Assistência Social/ SUBFUNÇÃO: 244 Assistência Comunitária / PROGRAMA: 550 Erradicação Fome em SC	211.289,47	89.722,03	61.967,04	239.044,46
AÇÃO: 343 . / SUBAÇÃO: 12486 Implem Cons SISAN	211.289,47	89.722,03	61.967,04	239.044,46
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 248 DE 09/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / FONTE RECURSO: 0.326.000000	-	20.000,00	-	20.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	4.000,00	-	4.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.326.000000	-	6.000,00	-	6.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1519 DE 09/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.326.000000	96.154,58	-	-	96.154,58
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 248 DE 09/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.326.000000	-	-	26.000,00	(26.000,00)
ATO LEGAL: Decreto Nº 1519 DE 09/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	86.409,69	-	-	86.409,69
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 248 DE 09/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	-	4.000,00	(4.000,00)
ATO LEGAL: Decreto Nº 1519 DE 09/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 7.300.000000	28.725,20	-	-	28.725,20
ATO LEGAL: Decreto Nº 1562 DE 11/04/2018				

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.326.000000	-	15.004,99	-	15.004,99
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	12.750,00	-	12.750,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 653 DE 12/06/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.14 Diárias - Civil / FONTE RECURSO: 0.326.000000	-	1.000,00	-	1.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.326.000000	-	-	1.000,00	(1.000,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 255 DE 21/08/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	5.000,00	-	5.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1113 DE 05/09/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / FONTE RECURSO: 0.326.000000	-	4.463,64	-	4.463,64
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.326.000000	-	-	4.463,64	(4.463,64)
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1275 DE 05/10/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	5.050,00	-	5.050,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	-	5.050,00	(5.050,00)
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1330 DE 16/10/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	3.630,00	-	3.630,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	-	3.630,00	(3.630,00)
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1406 DE 08/11/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	823,40	-	823,40

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	-	823,40	(823,40)
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1433 DE 14/11/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	2.000,00	-	2.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	-	2.000,00	(2.000,00)
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1523 DE 29/11/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.14 Diárias - Civil / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	1.000,00	-	1.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	-	1.000,00	(1.000,00)
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1597 DE 07/12/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / FONTE RECURSO: 0.326.000000	-	9.000,00	-	9.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.326.000000	-	-	9.000,00	(9.000,00)
ATO LEGAL: Decreto Nº 1842 DE 19/12/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	-	2.823,40	(2.823,40)
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	-	2.176,60	(2.176,60)
26093 - Fundo Estadual de Assistência Social	**2.456.054,59**	**217.607,76**	**-**	**2.673.662,35**
FUNÇÃO: 8 Assistência Social/ SUBFUNÇÃO: 244 Assistência Comunitária / PROGRAMA: 510 SUAS	2.456.054,59	217.607,76	-	2.673.662,35
AÇÃO: 280 capac / SUBAÇÃO: 2026 Capac Cont SUAS	2.456.054,59	217.607,76	-	2.673.662,35
ATO LEGAL: Decreto Nº 1519 DE 09/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.625.000000	1.735.862,20	-	-	1.735.862,20

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.685.000000	720.192,39	-	-	720.192,39
ATO LEGAL: Decreto Nº 1562 DE 11/04/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.625.000000	-	217.607,76	-	217.607,76
26096 - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	**12.340.797,70**	**20.268.591,61**	**4.191.023,64**	**28.418.365,67**
FUNÇÃO: 8 Assistência Social/ SUBFUNÇÃO: 241 Assistência ao Idoso / PROGRAMA: 101 Acelera SC	2.034.904,14	840.000,00	-	2.874.904,14
AÇÃO: 522 . / SUBAÇÃO: 12741 Construção de centros dia	2.034.904,14	840.000,00	-	2.874.904,14
ATO LEGAL: Decreto Nº 1527 DE 14/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.391.000000	2.034.904,14	-	-	2.034.904,14
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 347 DE 14/11/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.685.000000	-	840.000,00	-	840.000,00
FUNÇÃO: 8 Assistência Social/ SUBFUNÇÃO: 244 Assistência Comunitária / PROGRAMA: 101 Acelera SC	10.305.893,56	19.428.591,61	4.191.023,64	25.543.461,53
AÇÃO: 60 construção / SUBAÇÃO: 12744 construção CREAS	7.917.004,68	7.153.584,92	2.163.461,35	12.907.128,25
ATO LEGAL: Decreto Nº 1527 DE 14/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.391.000000	7.917.004,68	-	-	7.917.004,68
ATO LEGAL: Decreto Nº 1595 DE 27/04/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.685.000000	-	7.153.584,92	-	7.153.584,92
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 318 DE 16/10/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.685.000000	-	-	900.000,00	(900.000,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 352 DE 20/11/2018				

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.685.000000	-	-	263.461,35	(263.461,35)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 380 DE 03/12/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.685.000000	-	-	1.000.000,00	(1.000.000,00)
AÇÃO: 383 . / SUBAÇÃO: 12740 aquisição mobiliário	1.500.000,00	9.883.571,08	1.899.660,06	9.483.911,02
ATO LEGAL: Decreto Nº 1527 DE 14/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.391.000000	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1595 DE 27/04/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.685.000000	-	9.883.571,08	-	9.883.571,08
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 293 DE 18/09/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.685.000000	-	-	127.972,06	(127.972,06)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 316 DE 11/10/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.685.000000	-	-	931.688,00	(931.688,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 347 DE 14/11/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.685.000000	-	-	840.000,00	(840.000,00)
AÇÃO: 973 . / SUBAÇÃO: 12742 Const. Ampl. Inst. SST	888.888,88	2.391.435,61	127.902,23	3.152.422,26
ATO LEGAL: Decreto Nº 1527 DE 14/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.391.000000	888.888,88	-	-	888.888,88
ATO LEGAL: Decreto Nº 1562 DE 11/04/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.391.000000	-	347.747,61	-	347.747,61
ATO LEGAL: Decreto Nº 1595 DE 27/04/2018				

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.685.000000	-	1.112.000,00	-	1.112.000,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 316 DE 11/10/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.685.000000	-	931.688,00	-	931.688,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 380 DE 03/12/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.685.000000	-	-	127.902,23	(127.902,23)
41032 - Agência de Desenvolvimento Regional de Quilombo	**14.000,00**	**-**	**9.857,20**	**4.142,80**
FUNÇÃO: 26 Transporte/ SUBFUNÇÃO: 782 Transporte Rodoviário / PROGRAMA: 130 Conservação e Segur Rodoviária	14.000,00	-	9.857,20	4.142,80
AÇÃO: 413 . / SUBAÇÃO: 13531 Manut Rotineira Rodov QBO	14.000,00	-	9.857,20	4.142,80
ATO LEGAL: Decreto Nº 1491 DE 15/02/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.30 Material de Consumo / FONTE RECURSO: 0.100.000000	12.000,00	-	-	12.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.100.000000	2.000,00	-	-	2.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1580 DE 20/04/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.30 Material de Consumo / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	-	7.857,20	(7.857,20)
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	-	2.000,00	(2.000,00)
41044 - Agência de Desenvolvimento Regional de Campos Novos	**2.534.739,57**	**-**	**-**	**2.534.739,57**
FUNÇÃO: 26 Transporte/ SUBFUNÇÃO: 782 Transporte Rodoviário / PROGRAMA: 130 Conservação e Segur Rodoviária	2.534.739,57	-	-	2.534.739,57
AÇÃO: 413 . / SUBAÇÃO: 13764 Manut Rotineira Rodov CNV	2.534.739,57	-	-	2.534.739,57
ATO LEGAL: Decreto Nº 1619 DE 29/05/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.132.000000	2.534.739,57	-	-	2.534.739,57

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
41051 - Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau	**33.673,12**	**-**	**3.103,36**	**30.569,76**
FUNÇÃO: 4 Administração/ SUBFUNÇÃO: 121 Planejamento e Orçamento / PROGRAMA: 210 Estudos Informaç Estratégicas	28.673,12	-	-	28.673,12
AÇÃO: 574 . / SUBAÇÃO: 13630 pdr	28.673,12	-	-	28.673,12
ATO LEGAL: Decreto Nº 1571 DE 13/04/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.93 Indenizações e Restituições / FONTE RECURSO: 0.328.000000	0,03	-	-	0,03
NATUREZA DESPESA: 44.90.93 Indenizações e Restituições / FONTE RECURSO: 0.385.000000	28.673,09	-	-	28.673,09
FUNÇÃO: 12 Educação/ SUBFUNÇÃO: 364 Ensino Superior / PROGRAMA: 630 Gestão do Ensino Superior	5.000,00	-	3.103,36	1.896,64
AÇÃO: 648 . / SUBAÇÃO: 13632 SAES - SDR Blumenau	5.000,00	-	3.103,36	1.896,64
ATO LEGAL: Decreto Nº 1502 DE 22/02/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.100.000000	5.000,00	-	-	5.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1842 DE 19/12/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	-	3.103,36	(3.103,36)
41062 - Agência de Desenvolvimento Regional de Lages	**36.617,00**	**50.722,00**	**25.062,00**	**62.277,00**
FUNÇÃO: 4 Administração/ SUBFUNÇÃO: 121 Planejamento e Orçamento / PROGRAMA: 210 Estudos Informaç Estratégicas	36.617,00	50.722,00	25.062,00	62.277,00
AÇÃO: 574 . / SUBAÇÃO: 13947 pdr	36.617,00	50.722,00	25.062,00	62.277,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1519 DE 09/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.328.000000	31.817,00	-	-	31.817,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.47 Obrigações Tributárias e Contributivas / FONTE RECURSO: 0.328.000000	4.800,00	-	-	4.800,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1662 DE 11/07/2018				

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.128.000000	-	15.000,00	-	15.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.128.000000	-	5.660,00	-	5.660,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.47 Obrigações Tributárias e Contributivas / FONTE RECURSO: 0.128.000000	-	5.000,00	-	5.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1187 DE 18/09/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.128.000000	-	-	11.800,00	(11.800,00)
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.328.000000	-	-	2.867,00	(2.867,00)
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.128.000000	-	-	5.660,00	(5.660,00)
NATUREZA DESPESA: 33.90.47 Obrigações Tributárias e Contributivas / FONTE RECURSO: 0.128.000000	-	-	4.360,00	(4.360,00)
NATUREZA DESPESA: 33.90.47 Obrigações Tributárias e Contributivas / FONTE RECURSO: 0.328.000000	-	-	320,00	(320,00)
NATUREZA DESPESA: 33.90.93 Indenizações e Restituições / FONTE RECURSO: 0.128.000000	-	21.820,00	-	21.820,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.93 Indenizações e Restituições / FONTE RECURSO: 0.328.000000	-	3.187,00	-	3.187,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1390 DE 01/11/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.328.000000	-	55,00	-	55,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.93 Indenizações e Restituições / FONTE RECURSO: 0.328.000000	-	-	55,00	(55,00)
43001 - Procuradoria-Geral Junto ao Tribunal de Contas	**6.000,00**	**-**	**1.000,00**	**5.000,00**
FUNÇÃO: 4 Administração/ SUBFUNÇÃO: 128 Formação de Recursos Humanos / PROGRAMA: 850 Gestão de Pessoas	6.000,00	-	1.000,00	5.000,00

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
AÇÃO: 125 Capacitação profissional / SUBAÇÃO: 12928 Capacitação - PGTC	6.000,00	-	1.000,00	5.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1787 DE 06/11/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.100.000000	6.000,00	-	-	6.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1842 DE 19/12/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	-	1.000,00	(1.000,00)
44022 - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	**160.000,00**	**-**	**143.365,00**	**16.635,00**
FUNÇÃO: 20 Agricultura/ SUBFUNÇÃO: 128 Formação de Recursos Humanos / PROGRAMA: 850 Gestão de Pessoas	160.000,00	-	143.365,00	16.635,00
AÇÃO: 125 Capacitação profissional / SUBAÇÃO: 12973 Capacitação - CIDASC	160.000,00	-	143.365,00	16.635,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1502 DE 22/02/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.14 Diárias - Civil / FONTE RECURSO: 0.240.000000	15.000,00	-	-	15.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / FONTE RECURSO: 0.240.000000	15.000,00	-	-	15.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.240.000000	130.000,00	-	-	130.000,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 320 DE 17/10/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.240.000000	-	-	50.000,00	(50.000,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 405 DE 19/12/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.14 Diárias - Civil / FONTE RECURSO: 0.240.000000	-	-	15.000,00	(15.000,00)
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / FONTE RECURSO: 0.240.000000	-	-	15.000,00	(15.000,00)
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.240.000000	-	-	63.365,00	(63.365,00)

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
44093 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	**256.926,85**	**4.173.713,65**	**486.498,09**	**3.944.142,41**
FUNÇÃO: 20 Agricultura/ SUBFUNÇÃO: 606 Extensão Rural / PROGRAMA: 100 Caminhos	256.926,85	4.173.713,65	486.498,09	3.944.142,41
AÇÃO: 649 . / SUBAÇÃO: 12415 captação	256.926,85	4.173.713,65	486.498,09	3.944.142,41
ATO LEGAL: Decreto Nº 1527 DE 14/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.385.000000	243.424,94	-	-	243.424,94
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.391.000000	13.501,91	-	-	13.501,91
ATO LEGAL: Decreto Nº 1545 DE 22/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.391.000000	-	500.000,00	-	500.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1578 DE 17/04/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.191.000000	-	3.673.713,65	-	3.673.713,65
ATO LEGAL: Decreto Nº 1762 DE 19/10/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.391.000000	-	-	486.498,09	(486.498,09)
47076 - Fundo Financeiro	**16.871.101,70**	**23.112.327,00**	**77.508,70**	**39.905.920,00**
FUNÇÃO: 9 Previdência Social/ SUBFUNÇÃO: 272 Previdência do Regime Estatutá / PROGRAMA: 860 Gestão Previdenciária	16.871.101,70	23.112.327,00	77.508,70	39.905.920,00
AÇÃO: 329 . / SUBAÇÃO: 13015 Pensões - F Financeiro	16.871.101,70	23.112.327,00	77.508,70	39.905.920,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1491 DE 15/02/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.03 Pensões do RPPS e do Militar / FONTE RECURSO: 0.100.000000	16.871.101,70	-	-	16.871.101,70
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 703 DE 25/06/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.03 Pensões do RPPS e do Militar / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	3.000.000,00	-	3.000.000,00

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 33.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	60.000,00	-	60.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 876 DE 25/07/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.03 Pensões do RPPS e do Militar / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	10.000.000,00	-	10.000.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1154 DE 13/09/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.03 Pensões do RPPS e do Militar / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	4.000.000,00	-	4.000.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1810 DE 26/11/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.03 Pensões do RPPS e do Militar / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	2.100.000,00	-	2.100.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1509 DE 28/11/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.03 Pensões do RPPS e do Militar / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	270.000,00	-	270.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1605 DE 10/12/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.03 Pensões do RPPS e do Militar / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	300.000,00	-	300.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1842 DE 19/12/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.03 Pensões do RPPS e do Militar / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	3.382.327,00	17.508,67	3.364.818,33
NATUREZA DESPESA: 33.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	-	60.000,00	(60.000,00)
ATO LEGAL: Decreto Nº 1847 DE 20/12/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.03 Pensões do RPPS e do Militar / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	-	0,03	(0,03)
48091 - Fundo Estadual de Saúde	**1.200.000,00**	**-**	**195.000,00**	**1.005.000,00**
FUNÇÃO: 10 Saúde/ SUBFUNÇÃO: 302 Assistência Hospitalar e Ambul / PROGRAMA: 101 Acelera SC	1.200.000,00	-	195.000,00	1.005.000,00
AÇÃO: 61 cardio / SUBAÇÃO: 3811 Instituto de Cardiologia	1.200.000,00	-	195.000,00	1.005.000,00

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
ATO LEGAL: Decreto Nº 1518 DE 06/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.391.000000	1.200.000,00	-	-	1.200.000,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 374 DE 30/11/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.391.000000	-	-	195.000,00	(195.000,00)
52092 - Fundo de Esforço Fiscal	**302.641,98**	**471.952,06**	**381.293,32**	**393.300,72**
FUNÇÃO: 4 Administração/ SUBFUNÇÃO: 123 Administração Financeira / PROGRAMA: 830 Gestão Fiscal e Financeira	302.641,98	471.952,06	381.293,32	393.300,72
AÇÃO: 277 gestão / SUBAÇÃO: 10600 Gestão Recursos Estratégicos	271.000,00	381.293,32	293.992,60	358.300,72
ATO LEGAL: Decreto Nº 1527 DE 14/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	190.000,00	-	-	190.000,00
NATUREZA DESPESA: 44.90.39 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Juridíca / FONTE RECURSO: 0.385.000000	21.000,00	-	-	21.000,00
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.385.000000	60.000,00	-	-	60.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 278 DE 16/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	-	182.621,00	(182.621,00)
NATUREZA DESPESA: 33.90.40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	182.621,00	-	182.621,00
NATUREZA DESPESA: 44.90.39 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Juridíca / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	-	20.871,60	(20.871,60)
NATUREZA DESPESA: 44.90.40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	20.871,60	-	20.871,60
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 289 DE 20/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	15.000,00	-	15.000,00

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	-	15.000,00	(15.000,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 80 DE 27/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	30.000,00	-	30.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	17.300,72	-	17.300,72
NATUREZA DESPESA: 33.90.40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	40.000,00	-	40.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 628 DE 07/06/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	-	500,00	(500,00)
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	500,00	-	500,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1078 DE 30/08/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	-	30.000,00	(30.000,00)
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	-	20.000,00	(20.000,00)
NATUREZA DESPESA: 33.90.40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	50.000,00	-	50.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1541 DE 30/11/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	-	5.000,00	(5.000,00)
NATUREZA DESPESA: 44.90.40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	5.000,00	-	5.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1548 DE 03/12/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	-	20.000,00	(20.000,00)

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 44.90.40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	20.000,00	-	20.000,00
AÇÃO: 278 gest / SUBAÇÃO: 10601 Gestão do Projeto - PROFISCO	31.641,98	90.658,74	87.300,72	35.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1527 DE 14/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.14 Diárias - Civil / FONTE RECURSO: 0.385.000000	10.000,00	-	-	10.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / FONTE RECURSO: 0.385.000000	11.641,98	-	-	11.641,98
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	10.000,00	-	-	10.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1546 DE 22/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.14 Diárias - Civil / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	40.000,00	-	40.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	50.658,74	-	50.658,74
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 80 DE 27/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.14 Diárias - Civil / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	-	15.000,00	(15.000,00)
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	-	62.300,72	(62.300,72)
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	-	10.000,00	(10.000,00)
53001 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	**10.000,00**	**-**	**10.000,00**	**-**
FUNÇÃO: 26 Transporte/ SUBFUNÇÃO: 128 Formação de Recursos Humanos / PROGRAMA: 850 Gestão de Pessoas	10.000,00	-	10.000,00	-
AÇÃO: 125 Capacitação profissional / SUBAÇÃO: 4783 Capacitação - SIE	10.000,00	-	10.000,00	-
ATO LEGAL: Decreto Nº 1747 DE 28/09/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.100.000000	10.000,00	-	-	10.000,00

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
ATO LEGAL: Decreto Nº 1842 DE 19/12/2018				
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	-	10.000,00	(10.000,00)
53025 - Departamento Estadual de Infraestrutura	**15.218.831,97**	**3.069.395,80**	**9.297.465,10**	**8.990.762,67**
FUNÇÃO: 26 Transporte/ SUBFUNÇÃO: 782 Transporte Rodoviário / PROGRAMA: 100 Caminhos	4.061.000,00	2.097.058,32	4.117.465,10	2.040.593,22
AÇÃO: 178 reabi / SUBAÇÃO: 2009 Jaborá - BR-153	3.800.000,00	283.347,90	3.799.990,00	283.357,90
ATO LEGAL: Decreto Nº 1518 DE 06/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 2.391.000000	3.800.000,00	-	-	3.800.000,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 248 DE 14/08/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 2.391.000000	-	-	3.799.990,00	(3.799.990,00)
NATUREZA DESPESA: 44.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / FONTE RECURSO: 0.192.000000	-	283.347,90	-	283.347,90
AÇÃO: 178 reabi / SUBAÇÃO: 2221 Videira-Arroio Trinta-S.Veloso	261.000,00	1.813.710,42	317.475,10	1.757.235,32
ATO LEGAL: Decreto Nº 1592 DE 24/04/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.391.000000	261.000,00	-	-	261.000,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 153 DE 21/05/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / FONTE RECURSO: 0.391.000000	-	158.737,55	-	158.737,55
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 696 DE 21/06/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.391.000000	-	158.737,55	-	158.737,55
NATUREZA DESPESA: 44.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / FONTE RECURSO: 0.391.000000	-	-	158.737,55	(158.737,55)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 202 DE 27/06/2018				

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.191.000000	-	77.035,26	-	77.035,26
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.391.000000	-	1.119.301,74	-	1.119.301,74
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.685.000000	-	114.491,65	-	114.491,65
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 214 DE 09/07/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.191.000000	-	3,00	-	3,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1065 DE 29/08/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.391.000000	-	-	158.737,55	(158.737,55)
NATUREZA DESPESA: 44.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / FONTE RECURSO: 0.391.000000	-	158.737,55	-	158.737,55
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 304 DE 27/09/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	17.659,71	-	17.659,71
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 320 DE 17/10/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	9.006,41	-	9.006,41
FUNÇÃO: 26 Transporte/ SUBFUNÇÃO: 782 Transporte Rodoviário / PROGRAMA: 101 Acelera SC	4.150.000,00	932.337,48	4.150.000,00	932.337,48
AÇÃO: 9 pavimentação / SUBAÇÃO: 1400 Contorno Viário Criciúma	4.150.000,00	932.337,48	4.150.000,00	932.337,48
ATO LEGAL: Decreto Nº 1618 DE 29/05/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / FONTE RECURSO: 0.391.000000	4.150.000,00	-	-	4.150.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 683 DE 20/06/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.391.000000	-	71.325,87	-	71.325,87

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 44.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / FONTE RECURSO: 0.391.000000	-	-	71.325,87	(71.325,87)
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 763 DE 04/07/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.391.000000	-	621.224,35	-	621.224,35
NATUREZA DESPESA: 44.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / FONTE RECURSO: 0.391.000000	-	-	621.224,35	(621.224,35)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 217 DE 11/07/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / FONTE RECURSO: 0.391.000000	-	-	3.457.449,78	(3.457.449,78)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 254 DE 20/08/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.391.000000	-	40.736,03	-	40.736,03
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 275 DE 03/09/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.385.000000	-	199.051,23	-	199.051,23
FUNÇÃO: 26 Transporte/ SUBFUNÇÃO: 782 Transporte Rodoviário / PROGRAMA: 110 Construção de Rodovias	1.397.831,97	20.000,00	-	1.417.831,97
AÇÃO: 9 pavimentação / SUBAÇÃO: 406 Treviso - Lauro Müller	1.008.121,21	-	-	1.008.121,21
ATO LEGAL: Decreto Nº 1660 DE 09/07/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.391.000000	1.008.121,21	-	-	1.008.121,21
AÇÃO: 10 execução obras rodoviárias / SUBAÇÃO: 1441 Pte.s/R.Itajaí Açu/Ilhota e Ac	389.710,76	20.000,00	-	409.710,76
ATO LEGAL: Decreto Nº 1519 DE 09/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.93 Indenizações e Restituições / FONTE RECURSO: 0.685.000000	389.710,76	-	-	389.710,76
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 166 DE 29/05/2018				

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 44.90.93 Indenizações e Restituições / FONTE RECURSO: 0.285.000000	-	15.000,00	-	15.000,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 242 DE 06/08/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.93 Indenizações e Restituições / FONTE RECURSO: 0.285.000000	-	5.000,00	-	5.000,00
FUNÇÃO: 26 Transporte/ SUBFUNÇÃO: 782 Transporte Rodoviário / PROGRAMA: 140 Reabilitaç Aumento Capac Rodov	5.610.000,00	20.000,00	1.030.000,00	4.600.000,00
AÇÃO: 178 reabi / SUBAÇÃO: 2227 BR-116 - Itaiópolis - SC-477	510.000,00	-	10.000,00	500.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1513 DE 05/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.34 Outras Desp. Pessoal Decor. Contr. Terceirização / FONTE RECURSO: 0.100.000000	10.000,00	-	-	10.000,00
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.263.000000	500.000,00	-	-	500.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1842 DE 19/12/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.34 Outras Desp. Pessoal Decor. Contr. Terceirização / FONTE RECURSO: 0.100.000000	-	-	10.000,00	(10.000,00)
AÇÃO: 178 reabi / SUBAÇÃO: 2325 Canoinhas- Maj. Vieira-BR-116	100.000,00	20.000,00	20.000,00	100.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1732 DE 21/09/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.191.000000	100.000,00	-	-	100.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1539 DE 30/11/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.34 Outras Desp. Pessoal Decor. Contr. Terceirização / FONTE RECURSO: 0.191.000000	-	20.000,00	-	20.000,00
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.191.000000	-	-	20.000,00	(20.000,00)
AÇÃO: 178 reabi / SUBAÇÃO: 12227 SC-135/Caçador-R.Antas-Videira	5.000.000,00	-	1.000.000,00	4.000.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1672 DE 19/07/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.34 Outras Desp. Pessoal Decor. Contr. Terceirização / FONTE RECURSO: 0.191.000000	500.000,00	-	-	500.000,00

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.191.000000	4.500.000,00	-	-	4.500.000,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 263 DE 29/08/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.191.000000	-	-	1.000.000,00	(1.000.000,00)
54096 - Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	**5.000.000,00**	**37.811.966,83**	**-**	**42.811.966,83**
FUNÇÃO: 14 Direitos da Cidadania/ SUBFUNÇÃO: 421 Custódia e Reintegração Social / PROGRAMA: 101 Acelera SC	5.000.000,00	37.811.966,83	-	42.811.966,83
AÇÃO: 486 . / SUBAÇÃO: 12541 presídio feminino Tubarão	5.000.000,00	37.811.966,83	-	42.811.966,83
ATO LEGAL: Decreto Nº 1518 DE 06/03/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.391.000000	5.000.000,00	-	-	5.000.000,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 153 DE 21/05/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.191.000000	-	18.084.481,00	-	18.084.481,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1749 DE 28/09/2018				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / FONTE RECURSO: 0.391.000000	-	19.727.485,83	-	19.727.485,83
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (II)	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS (III) = (I + II)	**85.986.174,31**	**93.294.440,25**	**17.560.759,44**	**161.719.855,12**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

Notas Explicativas

001 - As descentralizações de créditos não estão incluídas neste relatório.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

LUIZ SELHORST
DIRETOR DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
CONTADOR - CRCSC Nº 027.279/O-8

ROSEMIRIO NELSON DOS SANTOS
GERENTE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ECONOMISTA - MATRÍCULA Nº 234.947-7

Cancelamentos de Despesas Liquidadas em 2018

O cancelamento de despesas liquidadas vem sendo apontado como objeto de recomendação na apreciação das Contas do Governo desde o exercício de 2010.

A forma de apuração dos cancelamentos de despesas liquidadas[1] utilizada pelo Corpo Técnico TCESC é a movimentação de estorno da conta contábil (6.2.2.9.2.01.03 – Empenhos Liquidados), que registra os empenhos liquidados.

O trabalho desenvolvido pela Diretoria de Contabilidade Geral (DCOG) visa melhorar a qualidade das informações e as funcionalidades do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), relativas aos cancelamentos de despesas liquidadas.

Em 2016 foram implementadas alterações permitindo ao usuário do sistema (servidor da área financeira) utilizar as opções de retificar dados de uma despesa liquidada ou cancelar uma liquidação da despesa. Além disso, foram criados dois relatórios para possibilitar a efetiva distinção dos cancelamentos de despesas liquidadas das retificações de informações efetuadas na liquidação: Relatório Retificar Despesa Liquidada e Relatório Cancelamento Despesa Liquidada. Também foi elaborada a Nota Técnica de Procedimento Contábil (NTPC) nº 007/2016, com o objetivo de orientar sobre os procedimentos a serem adotados quando do cancelamento da liquidação da despesa. A referida NTPC encontra-se disponível no site da Secretaria da Fazenda em: Contabilidade Geral - Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Evidenciação e Registros Contábeis – Orientações.

[1] Conforme previsto no artigo 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. O objetivo é apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação. A liquidação da despesa é a fase da despesa em que é conferido se o recebimento de bens, materiais ou serviços está de acordo com o solicitado.

No exercício de 2017 foi disponibilizado no SIGEF o Relatório Estorno de Empenho Pago, que traz as informações sobre as devoluções de recursos pagas pela unidade gestora dentro do mesmo exercício da execução da despesa. Os estornos de empenhos pagos são realizados por meio da funcionalidade 'Estornar Nota Empenho Paga' no módulo 'Execução Orçamentária', gerando o estorno de toda a execução orçamentária, referente ao valor da devolução do recurso.

Portanto, com as alterações promovidas e com a disponibilização dos relatórios no SIGEF, percebe-se que houve significativa melhoria nas informações sobre o cancelamento de despesas liquidadas, permitindo identificar o efetivo cancelamento, pois na maioria dos casos, os registros de estorno na conta contábil (6.2.2.9.2.01.03 – Empenhos Liquidados), não se referem a cancelamentos efetivos de despesa liquidada ou infração à legislação, mas sim correção de lançamentos indevidos após a despesa passar pelo estágio da liquidação.

Em 2018, os lançamentos de estorno da conta contábil 6.2.2.9.2.01.03 - Empenhos Liquidados totalizaram R$ 1.787.625.363,69 e foram gerados pelos seguintes motivos:

Motivos dos estornos da conta contábil 6.2.2.9.2.01.03

Especificação	Valor
Retificação de dados	R$ 104.527.672,01
Devolução de recursos	R$ 57.819.466,76
Despesas liquidadas	R$ 1.625.278.224,92
Despesas da folha de pagamentos dos servidores	*R$ 1.360.956.842,03*
Despesas com convênios e outras transferências voluntárias	*R$ 16.774.793,76*
Despesas processadas em arquivos de prestadores	*R$ 3.959.013,59*

Demais despesas	*R$ 243.587.575,54*
TOTAL	**R$ 1.787.625.363,69**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Primeiramente, ressalta-se que do valor total de R$ 1.787.625.363,69 de cancelamento de despesas liquidadas, grande parte não configura cancelamento efetivo de despesas liquidadas.

Os cancelamentos ocorridos por retificações de dados, no montante de R$ 104.527.672,01, consistem no estorno da liquidação da despesa e, automaticamente, na geração de uma nova liquidação retificada.

Já os cancelamentos decorrentes da devolução de recursos, no total de R$ 57.819.466,76, referem-se ao estorno da execução orçamentária (empenho, liquidação e pagamento) pelo recebimento de recurso relativo à despesa que foi executada no exercício.

O montante de R$ 1.360.956.842,03 refere-se a despesas da folha de pagamento dos servidores que são canceladas, porém, novamente empenhadas e liquidadas para então serem pagas por novos empenhos.

O valor de R$ 16.774.793,76 de cancelamentos de despesas com transferências voluntárias, refere-se à troca de fonte de recurso ou erro na escolha do documento de transferência (TR) na liquidação da despesa, conforme se verifica no relatório extraído do SIGEF.

As despesas canceladas, processadas em arquivos de prestadores, no valor de R$ 3.959.013,59, referem-se a um mecanismo utilizado pelo sistema de execução orçamentária e financeira que permite a execução de despesas em lotes e torna

mais célere toda a execução orçamentária e financeira. Ou seja, quando um mesmo tipo de despesa é pago para diversos favorecidos ao mesmo tempo, como, por exemplo, o pagamento de diárias pelas unidades gestoras da Secretaria de Estado da Segurança Pública e as despesas com a gestão plena da Secretaria de Estado da Saúde pagas aos fundos municipais de saúde. Porém, quando ocorre algum problema nesse arquivo, o usuário tem a opção de estornar somente o favorecido que apresentou o problema ou todo o arquivo liquidado para resolver a inconsistência apresentada. Caso escolha o estorno do arquivo completo, toda a despesa liquidada é cancelada, porém, no reprocessamento do arquivo e com o problema solucionado, a despesa é novamente liquidada e então paga. Sendo assim, verifica-se uma regularização da liquidação das despesas, e não um cancelamento propriamente dito.

Ressalta-se que dentre os motivos de estorno da conta contábil de empenhos liquidados, as demais despesas, é a que efetivamente pode configurar um cancelamento de despesa liquidada.

Em relação às demais despesas, no valor de R$ 243.587.575,54, informa-se que:

Composição do valor referente às Demais Despesas

Poder	Valor
Executivo	R$ 213.633.358,07
Legislativo (Alesc e TCE)	R$ 15.322.768,55
Judiciário	R$ 8.833.481,59
Ministério Público	R$ 5.797.967,33
TOTAL	**R$ 243.587.575,54**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Informa-se que do montante de R$ 213.633.358,07, referente ao Poder Executivo, de liquidações canceladas, foi regularizado, por meio de novas liquidações no exercício de 2018, o valor de R$ 193.117.471,86, conforme informações enviadas à Gerência de Contabilidade Centralizada (GECOC) pelos Contadores da Fazenda Estadual em exercício nas Unidades Gestoras do Poder Executivo. Ressalta-se que as informações de reempenhamento ou nova liquidação da despesa são fornecidas em planilha pelas próprias Unidades Gestoras, pois este dado é obtido por meio de consulta aos documentos de registro da execução orçamentária no SIGEF.

Destaca-se ainda que falta identificar o valor regularizado pelas seguintes Unidades Gestoras: Fundação Catarinense de Esporte (UG 230021); Fundo Rotativo Penitenciário de Florianópolis (UG 540094); Fundo Penitenciário de Santa Catarina (UG 540096) e Fundo Rotativo Penitenciário da Grande Florianópolis (UG 540097), relativas ao segundo semestre de 2018, que não enviaram as informações solicitadas no prazo estipulado.

Dessa forma, com base nas informações levantadas até o momento, pode-se concluir que do valor de R$ 213.633.358,07 de liquidações canceladas, relativas ao Poder Executivo, somente no montante de R$ 20.515.886,21 não houve regularização das despesas por novas liquidações. Grande parte desse valor decorre de: cancelamentos de diárias em que o servidor não viajou; erros envolvendo duplicidade de liquidações em que uma liquidação foi estornada; ou, ainda, valores cancelados em decorrência de problemas com o credor, como falta de CNDs, infrações a cláusulas contratuais, entre outras situações.

Em relação aos demais Poderes (Legislativo, Judiciário e Ministério Público) informa-se que o Poder Executivo não tem informações relativas às regularizações em virtude da autonomia administrativa e financeira entre os Poderes.

Portanto, diante do exposto, do valor total de **R$ 1.787.625.363,69** de lançamentos de estorno na conta contábil 6.2.2.9.2.01.03 - Empenhos Liquidados, **R$ 243.587.575,54** referem-se às demais despesas, e que somente **R$ 20.515.886,21**

refere-se ao cancelamento de despesas liquidadas do **Poder Executivo**, para os quais não houve regularização por novas liquidações de despesas.

Por fim, destaca-se que é primordial a orientação aos usuários do SIGEF sobre a necessidade de dispor de informações completas nos históricos das operações, bem como de utilizar as funcionalidades do sistema de forma correta, evitando a ocorrência de erros nos registros da execução orçamentária da despesa.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA – CRCSC Nº 31.035/O-9

JORGE LUIZ ALVES
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR – CRCSC Nº 28.909/O-6

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0100000000	Programado	1.159.402	1.256.391	1.247.934	1.430.061	1.295.116	1.427.315	1.258.191	1.321.994	1.360.793	1.343.514	1.348.532	2.411.357	16.860.600
0100000000	Empenhado	1.147.110	1.242.306	1.233.608	1.416.751	1.279.919	1.406.863	1.243.532	1.304.101	1.334.696	1.321.902	1.316.611	1.845.686	16.093.086
0100000000	Emp. X Prog	98,94%	98,88%	98,85%	99,07%	98,83%	98,57%	98,83%	98,65%	98,08%	98,39%	97,63%	76,54%	95,45%
0101000000	Programado	-	-	5.371	3.161	3.700	4.850	2.375	4.582	94	4.894	3.600	7.283	39.910
0101000000	Empenhado	-	-	5.371	3.161	3.700	4.850	2.375	4.582	94	4.894	3.600	7.214	39.841
0101000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,05%	99,83%
0111000033	Programado	8.692	11.185	7.480	9.418	20.312	15.024	12.461	8.240	14.511	6.865	15.029	14.642	143.861
0111000033	Empenhado	8.692	11.185	7.480	9.418	20.312	15.024	12.461	8.240	14.511	6.865	15.024	14.637	143.850
0111000033	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,97%	99,96%	99,99%
0111000034	Programado	1.232	4.021	2.969	3.419	2.899	8.377	5.259	3.654	5.889	3.012	5.790	4.354	50.875
0111000034	Empenhado	1.231	4.015	2.969	3.415	2.895	8.375	5.259	3.642	5.871	3.011	5.715	4.347	50.743
0111000034	Emp. X Prog	99,96%	99,86%	100,00%	99,87%	99,86%	99,97%	99,99%	99,68%	99,69%	99,94%	98,70%	99,83%	99,74%
0111000035	Programado	5.667	17.443	8.696	14.010	27.436	20.113	21.283	13.124	19.387	18.732	19.274	19.027	204.193
0111000035	Empenhado	5.666	17.443	8.696	14.010	27.436	20.113	21.283	13.124	18.629	18.732	19.249	18.502	202.883
0111000035	Emp. X Prog	99,98%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	96,09%	100,00%	99,87%	97,24%	99,36%
0111000036	Programado	10.619	14.586	15.817	19.190	27.051	26.141	26.217	14.084	24.922	20.609	20.795	27.284	247.316
0111000036	Empenhado	10.619	14.586	15.810	19.187	27.051	26.137	26.217	14.082	24.830	20.581	20.760	26.698	246.559
0111000036	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	99,96%	99,99%	100,00%	99,99%	100,00%	99,98%	99,63%	99,87%	99,83%	97,85%	99,69%
0111000037	Programado	4.023	9.690	5.476	5.175	13.513	10.690	10.356	7.335	13.228	7.046	11.372	11.951	109.855
0111000037	Empenhado	4.018	9.683	5.475	5.171	13.496	10.663	10.331	7.203	12.974	6.570	10.929	11.516	108.029
0111000037	Emp. X Prog	99,87%	99,92%	99,99%	99,92%	99,88%	99,75%	99,76%	98,20%	98,08%	93,25%	96,10%	96,36%	98,34%
0111000038	Programado	685	1.505	642	733	1.144	2.330	1.249	774	1.627	981	1.568	1.626	14.862
0111000038	Empenhado	666	1.477	615	681	1.026	2.319	1.248	770	1.626	974	1.566	1.374	14.343
0111000038	Emp. X Prog	97,19%	98,17%	95,85%	92,88%	89,62%	99,56%	99,92%	99,57%	99,95%	99,35%	99,87%	84,52%	96,50%
0119000024	Programado	-	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40
0119000024	Empenhado	-	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40
0119000024	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	99,74%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,74%
0119000026	Programado	-	38	21	-	-	297	100	-	-	-	-	407	863
0119000026	Empenhado	-	37	21	-	-	297	100	-	-	-	-	407	862
0119000026	Emp. X Prog	0,00%	97,50%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	99,89%
0120000000	Programado	3.170	24.323	17.416	18.149	17.636	24.325	19.474	19.804	18.595	17.445	28.475	23.564	232.376
0120000000	Empenhado	3.169	24.248	17.414	18.129	17.568	24.028	19.325	19.669	18.304	16.855	28.214	18.719	225.640
0120000000	Emp. X Prog	99,96%	99,69%	99,99%	99,89%	99,62%	98,78%	99,23%	99,32%	98,43%	96,62%	99,08%	79,44%	97,10%
0121000000	Programado	119	354	2.259	3.938	4.205	792	3.012	1.299	3.727	617	2.550	15.533	38.407
0121000000	Empenhado	119	354	2.259	3.938	4.198	792	2.938	1.291	3.690	617	2.550	9.295	32.043
0121000000	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%	99,84%	100,00%	97,56%	99,36%	98,99%	100,00%	100,00%	59,84%	83,43%
0122000000	Programado	165	1.024	1.058	1.028	490	3.938	5.417	689	454	458	1.047	3.312	19.081
0122000000	Empenhado	158	1.002	1.047	908	466	3.906	5.390	662	415	429	1.018	3.052	18.453
0122000000	Emp. X Prog	95,72%	97,82%	98,95%	88,28%	95,12%	99,19%	99,51%	96,12%	91,34%	93,62%	97,25%	92,15%	96,71%
0124000015	Programado	-	44	-	-	214	125	-	77	3.664	343	423	3.177	8.067
0124000015	Empenhado	-	32	-	-	214	98	-	73	2.429	261	423	647	4.176
0124000015	Emp. X Prog	0,00%	72,11%	0,00%	0,00%	100,00%	78,37%	0,00%	94,61%	66,30%	75,96%	100,00%	20,36%	51,77%
0124000016	Programado	-	664	4.555	7.411	2.470	6.038	2.642	2.804	8.633	3.688	841	254	40.000
0124000016	Empenhado	-	664	4.555	7.411	2.470	6.038	2.642	2.804	8.633	3.688	700	220	39.825
0124000016	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	83,21%	86,54%	99,56%
0128000000	Programado	-	-	2.545	8	1.989	241	3.843	344	1.382	378	3.395	10.629	24.755
0128000000	Empenhado	-	-	2.545	8	1.989	241	3.821	137	1.382	225	3.395	7.097	20.841
0128000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,43%	39,83%	100,00%	59,46%	100,00%	66,77%	84,19%

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0129000022	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565	-	-	565
0129000022	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565	-	-	565
0129000022	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0129000028	Programado	79	363	67	649	127	1.442	239	329	318	217	885	384	5.097
0129000028	Empenhado	79	357	67	648	127	1.428	214	112	17	17	678	164	3.906
0129000028	Emp. X Prog	99,17%	98,37%	100,00%	99,89%	100,00%	99,04%	89,49%	33,95%	5,31%	7,98%	76,61%	42,84%	76,64%
0129000029	Programado	19	204	28	37	29	699	407	85	124	198	605	516	2.950
0129000029	Empenhado	8	186	28	37	29	596	372	49	43	93	514	416	2.372
0129000029	Emp. X Prog	41,04%	90,94%	100,00%	100,00%	99,06%	85,37%	91,45%	58,27%	34,99%	47,03%	84,98%	80,68%	80,41%
0131000000	Programado	110.650	68.482	197.545	214.608	204.608	200.798	194.728	191.877	210.358	184.150	196.210	307.344	2.281.357
0131000000	Empenhado	110.631	67.789	197.361	214.040	204.329	200.564	194.401	191.481	210.046	183.885	195.378	298.237	2.268.141
0131000000	Emp. X Prog	99,98%	98,99%	99,91%	99,74%	99,86%	99,88%	99,83%	99,79%	99,85%	99,86%	99,58%	97,04%	99,42%
0132000000	Programado	-	-	-	-	-	760	-	-	1.774	-	-	-	2.535
0132000000	Empenhado	-	-	-	-	-	760	-	-	1.774	-	-	-	2.535
0132000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0140000000	Programado	-	-	-	-	-	-	143	-	-	26	6.114	15	6.299
0140000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	143	-	-	26	6.114	12	6.296
0140000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	82,84%	99,96%
0160000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	1.806	-	-	-	12.456	14.261
0160000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	1.806	-	-	-	12.456	14.261
0160000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0161000000	Programado	6.296	1.657	17.448	10.778	15.526	5.857	28.451	7.841	5.952	15.871	21.961	26.777	164.415
0161000000	Empenhado	4	1.627	17.081	10.697	15.510	5.840	28.148	7.677	5.937	14.784	21.115	26.533	154.954
0161000000	Emp. X Prog	0,06%	98,17%	97,90%	99,25%	99,90%	99,71%	98,94%	97,91%	99,76%	93,15%	96,15%	99,09%	94,25%
0162000000	Programado	5.696	5.802	5.187	7.024	6.541	7.247	8.945	10.640	8.497	10.558	19.697	19.335	115.168
0162000000	Empenhado	5.688	5.745	5.101	6.933	6.468	7.162	8.774	10.553	8.456	10.121	14.791	17.876	107.668
0162000000	Emp. X Prog	99,86%	99,03%	98,34%	98,70%	98,89%	98,83%	98,09%	99,19%	99,51%	95,85%	75,09%	92,46%	93,49%
0169000000	Programado	-	-	646	5.354	875	24.280	11.209	13.599	986	11.442	3.524	23.933	95.849
0169000000	Empenhado	-	-	646	5.352	875	24.280	11.209	13.599	986	11.442	3.524	18.354	90.268
0169000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	99,97%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	76,69%	94,18%
0180000000	Programado	-	6.000	5.700	6.519	6.279	7.871	7.100	6.680	6.401	5.800	6.200	6.199	70.750
0180000000	Empenhado	-	6.000	5.700	6.519	6.279	7.871	7.100	6.680	6.401	5.800	6.200	6.199	70.750
0180000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0185000001	Programado	-	-	-	-	-	440	-	1	197	1	-	72	710
0185000001	Empenhado	-	-	-	-	-	440	-	1	197	1	-	49	687
0185000001	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	68,23%	96,79%
0185000005	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	205	-	205
0185000005	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0185000005	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0185000006	Programado	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	7
0185000006	Empenhado	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	7
0185000006	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0185000007	Programado	-	-	-	-	80	-	558	-	-	-	326	542	1.506
0185000007	Empenhado	-	-	-	-	80	-	558	-	-	-	-	-	638
0185000007	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	42,37%
0185000008	Programado	-	-	-	-	-	143	-	-	-	-	-	-	143
0185000008	Empenhado	-	-	-	-	-	143	-	-	-	-	-	-	143
0185000008	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%



ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0185000009	Programado	-	-	-	-	358	-	735	1.338	509	-	1.886	2.324	7.150
0185000009	Empenhado	-	-	-	-	358	-	735	1.338	384	-	1.886	1.263	5.964
0185000009	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	75,48%	0,00%	100,00%	54,35%	83,41%
0185000011	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90	90
0185000011	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90	90
0185000011	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0185000016	Programado	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
0185000016	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0185000016	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0186000000	Programado	-	-	2.400	187	2.303	-	2.351	-	1.000	2.155	1.853	1.751	14.000
0186000000	Empenhado	-	-	2.400	187	2.276	-	2.351	-	942	1.848	1.767	1.614	13.385
0186000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	98,83%	0,00%	100,00%	0,00%	94,20%	85,78%	95,35%	92,16%	95,61%
0187000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.082	62	2.144
0187000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.226	-	1.226
0187000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	58,90%	0,00%	57,20%
0191000004	Programado	-	-	-	-	-	-	1.000	-	-	-	-	-	1.000
0191000004	Empenhado	-	-	-	-	-	-	976	-	-	-	-	-	976
0191000004	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	97,63%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	97,63%
0191000005	Programado	-	-	-	-	3.564	20.179	181	681	3.405	14.371	7.449	962	50.792
0191000005	Empenhado	-	-	-	-	3.564	20.179	181	681	3.405	14.371	7.053	354	49.788
0191000005	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	94,68%	36,78%	98,02%
0191000007	Programado	-	-	-	67	530	-	2.570	-	-	1.220	4.503	17.900	26.789
0191000007	Empenhado	-	-	-	67	530	-	1.570	-	-	1	3.501	17.000	22.669
0191000007	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	61,09%	0,00%	0,00%	0,11%	77,74%	94,97%	84,62%
0192000013	Programado	-	-	29.570	6.629	9.859	10.125	3.618	9.947	6.803	25.846	1.171	272	103.840
0192000013	Empenhado	-	-	29.570	6.629	9.740	10.125	3.588	9.947	6.803	25.846	1.171	-	103.418
0192000013	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	98,79%	100,00%	99,16%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	99,59%
0192000014	Programado	-	-	-	7.020	549	-	3.439	2.072	4.021	777	-	-	17.878
0192000014	Empenhado	-	-	-	7.020	549	-	3.439	2.072	4.021	777	-	-	17.878
0192000014	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0198000000	Programado	-	-	-	-	-	-	223	-	-	-	-	230	453
0198000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	223	-	-	-	-	230	453
0198000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0199000000	Programado	-	-	3.200	1.000	-	2.650	1.200	2.280	-	2.650	1.250	2.200	16.430
0199000000	Empenhado	-	-	3.200	1.000	-	2.650	1.200	2.280	-	2.650	1.250	2.200	16.430
0199000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0210000000	Programado	2.780	264	142	143	173	171	221	318	211	351	400	3.372	8.546
0210000000	Empenhado	2.180	121	-	0	31	45	76	167	68	208	256	-	3.154
0210000000	Emp. X Prog	78,42%	46,03%	0,00%	0,29%	17,75%	26,47%	34,11%	52,52%	32,33%	59,41%	64,19%	0,00%	36,90%
0212000000	Programado	35.373	341	338	200	179	5	375	369	430	773	397	12.387	51.165
0212000000	Empenhado	33.129	341	338	198	179	5	375	369	430	773	397	524	37.055
0212000000	Emp. X Prog	93,66%	100,00%	100,00%	98,80%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	4,23%	72,42%
0219000018	Programado	-	1.645	121	368	1.391	740	111	831	1.225	197	1.736	1.892	10.257
0219000018	Empenhado	-	1.645	121	368	1.391	740	111	831	1.225	197	1.736	1.878	10.243
0219000018	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	99,97%	100,00%	100,00%	99,98%	99,99%	100,00%	100,00%	99,99%	99,26%	99,86%
0219000019	Programado	-	232	-	14	197	328	386	3	300	15	864	1.550	3.889
0219000019	Empenhado	-	232	-	14	197	307	386	2	300	15	841	41	2.335
0219000019	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	93,62%	100,00%	61,25%	100,00%	100,00%	97,26%	2,66%	60,03%

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0219000020	Programado	-	53	503	88	467	942	278	144	613	220	813	1.866	5.986
0219000020	Empenhado	-	53	503	88	467	942	278	144	613	220	813	424	4.544
0219000020	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	22,71%	75,91%
0219000021	Programado	619	1.009	857	649	638	1.915	885	610	1.165	621	1.014	925	10.906
0219000021	Empenhado	619	1.009	856	647	638	1.915	885	608	1.151	621	1.014	925	10.887
0219000021	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	99,94%	99,69%	100,00%	100,00%	100,00%	99,68%	98,77%	100,00%	100,00%	100,00%	99,83%
0219000022	Programado	870	2.062	1.141	772	759	1.970	772	1.080	1.168	869	1.476	1.727	14.666
0219000022	Empenhado	870	2.054	1.141	772	759	1.967	772	1.076	1.168	864	1.468	1.446	14.358
0219000022	Emp. X Prog	100,00%	99,61%	100,00%	100,00%	100,00%	99,88%	100,00%	99,61%	100,00%	99,49%	99,48%	83,72%	97,90%
0219000023	Programado	14	190	100	118	223	351	93	134	173	165	473	362	2.395
0219000023	Empenhado	14	188	98	117	218	350	85	123	160	138	468	163	2.122
0219000023	Emp. X Prog	100,00%	98,92%	97,77%	99,50%	97,86%	99,78%	91,37%	91,88%	92,34%	83,69%	99,02%	44,94%	88,58%
0219000025	Programado	62.735	6.433	11.250	13.302	6.326	6.205	4.359	10.526	10.514	4.740	11.851	58.504	206.744
0219000025	Empenhado	52.262	4.899	9.739	10.669	4.372	3.953	3.122	6.678	8.436	3.660	8.603	6.199	122.592
0219000025	Emp. X Prog	83,31%	76,16%	86,57%	80,21%	69,11%	63,70%	71,62%	63,45%	80,23%	77,22%	72,59%	10,60%	59,30%
0219000027	Programado	10	13	16	36	75	50	27	66	78	45	68	419	902
0219000027	Empenhado	10	13	16	34	74	42	22	63	70	37	54	42	477
0219000027	Emp. X Prog	99,22%	100,00%	99,56%	95,77%	98,22%	84,00%	78,65%	96,38%	90,88%	83,19%	79,57%	10,10%	52,95%
0219000061	Programado	818	2.962	1.407	1.789	1.487	4.485	2.986	1.388	2.371	1.466	3.113	3.107	27.379
0219000061	Empenhado	818	2.954	1.407	1.788	1.485	4.485	2.978	1.385	2.370	1.466	3.112	2.842	27.090
0219000061	Emp. X Prog	100,00%	99,72%	100,00%	99,97%	99,83%	100,00%	99,75%	99,73%	99,98%	99,99%	100,00%	91,45%	98,94%
0223000015	Programado	1	11	11	11	46	397	-	100	634	89	1.792	215	3.308
0223000015	Empenhado	-	10	10	10	46	383	-	100	634	88	632	191	2.104
0223000015	Emp. X Prog	0,00%	88,63%	88,98%	88,98%	99,78%	96,59%	0,00%	100,00%	100,00%	99,15%	35,28%	88,73%	63,61%
0223000017	Programado	-	3.196	3.311	6.548	3.400	1.512	2.269	3.247	4.959	1.708	1.175	416	31.741
0223000017	Empenhado	-	3.159	3.311	6.546	3.400	1.511	2.269	3.247	4.959	1.708	1.168	90	31.368
0223000017	Emp. X Prog	0,00%	98,86%	100,00%	99,96%	100,00%	99,96%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,37%	21,66%	98,82%
0223000031	Programado	182	182	182	182	182	182	182	182	-	-	-	-	1.454
0223000031	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0223000031	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0223000040	Programado	-	-	-	269	1.731	-	3.200	947	4.290	7.565	4.834	2.300	25.135
0223000040	Empenhado	-	-	-	269	1.731	-	3.200	947	4.290	7.527	4.600	1.558	24.122
0223000040	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,51%	95,17%	67,73%	95,97%
0223000041	Programado	-	-	111	0	86	95	8	248	22	22	22	22	636
0223000041	Empenhado	-	-	111	0	86	95	7	246	-	-	3	17	565
0223000041	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	85,55%	99,18%	0,00%	0,00%	14,77%	77,18%	88,83%
0223000042	Programado	2.026	-	3.125	5.184	800	800	2.800	2.281	500	500	3.500	3.550	25.066
0223000042	Empenhado	2.026	-	3.125	5.184	800	800	2.800	2.281	500	500	3.500	3.514	25.029
0223000042	Emp. X Prog	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,96%	99,85%
0223000043	Programado	16.745	24.184	25.459	21.650	10.844	13.033	16.341	21.143	6.970	9.147	11.082	20.970	197.568
0223000043	Empenhado	16.740	24.184	25.459	21.123	10.817	13.006	16.307	20.274	6.970	8.976	11.005	18.915	193.776
0223000043	Emp. X Prog	99,97%	100,00%	100,00%	97,57%	99,75%	99,79%	99,79%	95,89%	100,00%	98,14%	99,31%	90,20%	98,08%
0223000044	Programado	100	100	100	100	100	100	100	100	-	-	-	-	800
0223000044	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0223000044	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0223000045	Programado	77	923	683	1.820	638	2.054	2.282	1.724	1.712	1.386	889	2.352	16.540
0223000045	Empenhado	66	920	598	1.732	612	2.032	2.278	1.674	1.560	1.143	622	1.958	15.196
0223000045	Emp. X Prog	86,17%	99,67%	87,60%	95,14%	96,00%	98,95%	99,83%	97,12%	91,09%	82,47%	69,95%	83,24%	91,87%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0223000046	Programado	45	45	45	45	45	45	45	45	32	32	32	32	491
0223000046	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0223000046	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0223000047	Programado	-	22	180	-	84	17	17	88	15	64	57	51	595
0223000047	Empenhado	-	22	180	-	84	17	17	88	15	37	37	37	535
0223000047	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	58,14%	65,45%	73,59%	89,90%
0223000048	Programado	-	-	2.780	47	-	1.321	2	1.542	695	1.863	2.118	1.692	12.059
0223000048	Empenhado	-	-	2.780	47	-	1.321	2	1.518	695	1.466	1.967	1.504	11.299
0223000048	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	98,40%	100,00%	78,70%	92,90%	88,89%	93,70%
0223000049	Programado	-	15.266	1.503	4.096	4.233	9.547	7.665	8.876	4.940	4.984	4.570	10.030	75.711
0223000049	Empenhado	-	15.266	1.503	4.096	4.233	9.547	7.665	8.876	4.940	4.984	4.555	9.947	75.614
0223000049	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,69%	99,18%	99,87%
0223000050	Programado	12	134	55	5	31	10	394	848	-	512	225	1.035	3.260
0223000050	Empenhado	12	134	55	5	31	9	394	844	-	511	83	1.035	3.114
0223000050	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	99,64%	100,00%	100,00%	92,77%	99,98%	99,62%	0,00%	99,92%	37,05%	99,95%	95,50%
0223000051	Programado	-	8	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-	23
0223000051	Empenhado	-	8	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-	23
0223000051	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0223000052	Programado	-	1.800	3.600	1.800	2.009	1.497	2.103	1.998	1.800	1.800	1.966	2.010	22.382
0223000052	Empenhado	-	1.800	3.600	1.800	2.009	1.497	2.103	1.979	1.800	1.800	1.966	1.850	22.203
0223000052	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,05%	100,00%	100,00%	100,00%	92,04%	99,20%
0223000053	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0223000053	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0223000053	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0223000054	Programado	-	-	13.946	5.497	250	-	-	-	1.036	475	7.971	15.076	44.251
0223000054	Empenhado	-	-	13.946	5.494	250	-	-	-	1.036	475	7.954	8.948	38.104
0223000054	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	99,96%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	99,79%	59,35%	86,11%
0223000055	Programado	207	112	250	199	-	57	85	261	67	246	202	313	1.997
0223000055	Empenhado	206	112	250	199	-	57	85	261	67	243	197	294	1.970
0223000055	Emp. X Prog	99,69%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,77%	97,62%	93,87%	98,62%
0223000056	Programado	39	95	87	87	-	-	-	352	527	91	63	118	1.459
0223000056	Empenhado	39	95	87	87	-	-	-	69	358	-	-	29	763
0223000056	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	19,58%	67,84%	0,00%	0,00%	24,54%	52,28%
0223000057	Programado	183	61	92	99	19	56	342	7	28	100	70	548	1.603
0223000057	Empenhado	182	61	92	99	19	56	342	7	28	61	69	473	1.488
0223000057	Emp. X Prog	99,68%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	60,51%	99,21%	86,40%	92,81%
0223000058	Programado	635	490	522	511	493	373	468	913	288	1.900	392	197	7.182
0223000058	Empenhado	630	490	522	511	493	373	468	910	288	705	390	196	5.976
0223000058	Emp. X Prog	99,17%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,74%	100,00%	37,09%	99,34%	99,49%	83,20%
0223000059	Programado	-	-	2	-	-	-	185	-	-	6	-	136	330
0223000059	Empenhado	-	-	2	-	-	-	87	-	-	6	-	136	232
0223000059	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	47,13%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	70,34%
0223000070	Programado	-	7	7	7	-	-	-	-	-	-	-	-	20
0223000070	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0223000070	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0225000000	Programado	-	-	-	-	15	-	-	-	-	-	2	-	17
0225000000	Empenhado	-	-	-	-	14	-	-	-	-	-	2	-	15
0225000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	90,17%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	91,24%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0228000000	Programado	1.882	2.539	9.455	3.445	2.378	2.569	2.482	2.516	6.622	4.051	14.863	7.921	60.723
0228000000	Empenhado	1.879	2.539	1.486	2.474	2.372	2.481	2.422	2.505	6.594	3.813	8.496	4.360	41.422
0228000000	Emp. X Prog	99,84%	100,00%	15,72%	71,80%	99,77%	96,55%	97,59%	99,60%	99,58%	94,12%	57,16%	55,04%	68,21%
0229000000	Programado	33	365	394	-	106	1.489	246	50	1.010	104	129	1.177	5.104
0229000000	Empenhado	-	365	394	-	106	1.489	246	50	1.010	104	115	207	4.087
0229000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	89,32%	17,58%	80,07%
0232000000	Programado	-	-	-	-	-	193	-	-	-	-	-	-	193
0232000000	Empenhado	-	-	-	-	-	193	-	-	-	-	-	-	193
0232000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0240000000	Programado	45.378	48.914	44.671	55.165	36.922	70.215	74.223	64.813	72.512	51.262	36.002	160.441	760.518
0240000000	Empenhado	44.817	48.797	44.473	54.889	36.893	70.147	73.950	64.495	72.373	50.735	34.343	53.072	648.984
0240000000	Emp. X Prog	98,76%	99,76%	99,56%	99,50%	99,92%	99,90%	99,63%	99,51%	99,81%	98,97%	95,39%	33,08%	85,33%
0250000000	Programado	169.356	198.247	172.833	197.536	192.173	190.824	200.395	188.236	192.835	188.987	190.407	378.101	2.459.929
0250000000	Empenhado	169.351	198.242	172.822	197.530	192.164	190.816	199.093	184.101	188.068	188.179	189.582	368.636	2.438.584
0250000000	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	99,35%	97,80%	97,53%	99,57%	99,57%	97,50%	99,13%
0260000000	Programado	349	989	1.828	1.076	1.520	1.452	1.763	908	938	1.644	2.322	6.660	21.449
0260000000	Empenhado	300	968	1.822	1.070	1.517	1.407	1.733	714	885	1.608	2.023	4.211	18.257
0260000000	Emp. X Prog	85,96%	97,87%	99,69%	99,46%	99,78%	96,88%	98,27%	78,62%	94,32%	97,82%	87,13%	63,23%	85,12%
0261000000	Programado	-	9.572	-	-	-	17.391	32.092	3.837	9.441	6.043	21.087	120.848	220.309
0261000000	Empenhado	-	9.572	-	-	-	17.389	32.092	3.837	9.440	6.042	21.054	115.211	214.637
0261000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,99%	100,00%	100,00%	99,99%	99,99%	99,85%	95,34%	97,43%
0263000000	Programado	2.740	1.808	100	4.989	4.603	15.265	2.370	25	35	35	2.500	6.513	40.984
0263000000	Empenhado	-	1.807	99	4.987	4.530	15.206	2.370	25	35	35	1.909	3.004	34.008
0263000000	Emp. X Prog	0,00%	99,95%	99,01%	99,97%	98,42%	99,61%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	76,34%	46,12%	82,98%
0265000000	Programado	-	1.785	1.278	11.112	4.410	3.477	4.610	3.850	438	212	226	1.642	33.040
0265000000	Empenhado	-	1.067	878	11.112	4.078	3.477	4.541	3.779	425	112	155	1.630	31.253
0265000000	Emp. X Prog	0,00%	59,78%	68,69%	100,00%	92,47%	100,00%	98,49%	98,18%	96,96%	52,77%	68,40%	99,31%	94,59%
0266000000	Programado	-	117	497	2.398	701	3.001	1.790	759	2.364	975	3.240	3.615	19.456
0266000000	Empenhado	-	117	497	2.398	701	3.001	1.789	759	2.364	975	3.155	3.154	18.910
0266000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,96%	100,00%	100,00%	100,00%	97,39%	87,25%	97,19%
0269000000	Programado	21.390	24.152	16.334	14.545	26.100	24.307	18.620	23.979	18.742	15.797	22.465	40.006	266.438
0269000000	Empenhado	19.933	23.595	15.741	13.893	25.266	23.021	17.618	23.364	17.453	14.917	21.373	29.979	246.153
0269000000	Emp. X Prog	93,19%	97,69%	96,37%	95,51%	96,81%	94,71%	94,62%	97,43%	93,12%	94,43%	95,14%	74,94%	92,39%
0280000000	Programado	-	-	1	-	108	-	-	-	-	1	1	4	115
0280000000	Empenhado	-	-	1	-	108	-	-	-	-	1	-	3	112
0280000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	49,36%	0,00%	61,65%	97,01%
0281000000	Programado	2.000	-	159	-	-	-	512	500	-	-	6.700	4.829	14.700
0281000000	Empenhado	-	-	159	-	-	-	512	-	-	-	2.404	1.040	4.116
0281000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	35,89%	21,54%	28,00%
0282000062	Programado	-	-	896	537	-	-	1.421	6	64	3.270	-	8.678	14.872
0282000062	Empenhado	-	-	896	537	-	-	1.281	6	64	3.270	-	1.463	7.517
0282000062	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	90,15%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	16,86%	50,54%
0283000000	Programado	47.610	6.229	2.271	2.528	3.358	2.979	1.195	1.869	1.922	2.456	296	38.331	111.044
0283000000	Empenhado	45.072	5.567	1.816	2.318	3.318	2.698	1.192	1.869	1.922	2.190	296	980	69.239
0283000000	Emp. X Prog	94,67%	89,38%	79,96%	91,70%	98,81%	90,56%	99,77%	100,00%	100,00%	89,16%	99,75%	2,56%	62,35%
0284000000	Programado	7.711	234	236	232	678	678	680	680	688	683	5.392	2.447	20.339
0284000000	Empenhado	22	20	21	16	16	16	16	18	23	19	4.689	16	4.893
0284000000	Emp. X Prog	0,28%	8,48%	8,96%	6,96%	2,38%	2,38%	2,37%	2,66%	3,38%	2,82%	86,96%	0,66%	24,06%



ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0285000001	Programado	-	-	23	18	717	41	4	30	73	394	950	24.991	27.242
0285000001	Empenhado	-	-	-	3	5	21	1	28	17	39	459	234	806
0285000001	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	16,33%	0,76%	51,10%	19,12%	93,29%	23,47%	9,89%	48,25%	0,93%	2,96%
0285000005	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0285000005	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0285000005	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0285000007	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	891	-	891
0285000007	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	841	-	841
0285000007	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	94,34%	0,00%	94,34%
0285000013	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	656	656
0285000013	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0285000013	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0285000015	Programado	-	-	-	48	-	64	-	-	0	47	-	1.154	1.312
0285000015	Empenhado	-	-	-	47	-	64	-	-	0	47	-	20	177
0285000015	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	98,72%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	1,72%	13,51%
0289000000	Programado	-	-	-	-	236	94	149	12	13	13	19	737	1.273
0289000000	Empenhado	-	-	-	-	236	94	149	12	13	13	19	737	1.273
0289000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0298000000	Programado	-	-	80	46	3.341	8.373	885	462	2.214	1.553	6.679	1.309	24.941
0298000000	Empenhado	-	-	80	46	3.341	8.287	599	375	2.171	1.553	5.749	1.154	23.354
0298000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,97%	67,67%	81,31%	98,06%	100,00%	86,07%	88,15%	93,64%
0299000000	Programado	124	720	180	613	304	885	960	1.232	15.858	12.738	20.934	16.392	70.941
0299000000	Empenhado	124	715	176	613	304	875	960	1.225	15.857	12.730	20.917	15.792	70.288
0299000000	Emp. X Prog	100,00%	99,31%	97,98%	100,00%	100,00%	98,87%	99,93%	99,39%	100,00%	99,94%	99,92%	96,34%	99,08%
0300000000	Programado	3.752	26.627	3.504	3.129	1.653	10.297	11.944	15.536	8.081	3.358	29.295	22.792	139.969
0300000000	Empenhado	3.752	26.512	3.396	3.119	1.493	9.305	11.911	5.994	6.916	2.607	28.101	21.955	125.061
0300000000	Emp. X Prog	100,00%	99,57%	96,93%	99,66%	90,35%	90,37%	99,72%	38,58%	85,58%	77,63%	95,92%	96,33%	89,35%
0301000000	Programado	1.752	538	153	98	67	849	21	11	11	25	27	146	3.696
0301000000	Empenhado	1.752	538	3	47	56	839	11	0	-	6	26	145	3.422
0301000000	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	1,67%	47,57%	84,26%	98,76%	50,02%	0,00%	0,00%	22,64%	98,39%	99,74%	92,58%
0302000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
0302000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
0302000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0309000000	Programado	-	-	-	-	-	22.935	5	-	-	-	-	-	22.940
0309000000	Empenhado	-	-	-	-	-	22.935	5	-	-	-	-	-	22.940
0309000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0310000000	Programado	-	104	104	1.495	1.533	104	79	156	79	79	173	2.707	6.613
0310000000	Empenhado	-	104	104	1.495	1.533	104	79	102	79	79	173	173	4.025
0310000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	65,46%	100,00%	100,00%	100,00%	6,38%	60,87%
0311000033	Programado	-	-	2.150	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.150
0311000033	Empenhado	-	-	2.150	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.150
0311000033	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0311000034	Programado	-	-	1.467	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.467
0311000034	Empenhado	-	-	1.467	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.467
0311000034	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0311000035	Programado	-	-	13.429	5.643	-	-	-	-	2.777	-	-	1.330	23.180
0311000035	Empenhado	-	-	13.429	5.643	-	-	-	-	2.777	-	-	360	22.209
0311000035	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	27,04%	95,81%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0311000036	Programado	-	-	4.618	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.618
0311000036	Empenhado	-	-	4.618	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.618
0311000036	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0311000037	Programado	-	26	4.281	170	433	250	-	-	-	-	-	3.529	8.689
0311000037	Empenhado	-	26	4.264	170	393	205	-	-	-	-	-	3.184	8.242
0311000037	Emp. X Prog	0,00%	99,41%	99,60%	99,99%	90,78%	82,15%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	90,22%	94,86%
0311000038	Programado	-	-	216	692	-	28	39	-	15	8	594	2.067	3.660
0311000038	Empenhado	-	-	216	692	-	28	39	-	7	8	594	316	1.901
0311000038	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	46,67%	100,00%	100,00%	15,28%	51,93%
0319000018	Programado	-	-	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28
0319000018	Empenhado	-	-	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28
0319000018	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0319000019	Programado	-	-	266	-	-	-	-	-	-	-	-	-	266
0319000019	Empenhado	-	-	266	-	-	-	-	-	-	-	-	-	266
0319000019	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0319000020	Programado	-	-	177	478	175	317	74	110	712	211	-	2.124	4.378
0319000020	Empenhado	-	-	177	478	175	317	74	110	712	211	-	-	2.254
0319000020	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	51,47%
0319000021	Programado	-	-	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35
0319000021	Empenhado	-	-	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35
0319000021	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0319000023	Programado	-	-	34	150	59	22	95	161	64	1	-	-	586
0319000023	Empenhado	-	-	34	150	59	22	87	161	64	-	-	-	577
0319000023	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	91,72%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	98,56%
0319000024	Programado	-	-	-	33	56	76	-	-	-	1	-	-	165
0319000024	Empenhado	-	-	-	33	56	76	-	-	-	-	-	-	164
0319000024	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,68%
0319000025	Programado	-	-	-	413	426	429	-	294	-	-	-	-	1.563
0319000025	Empenhado	-	-	-	413	426	429	-	294	-	-	-	-	1.563
0319000025	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0319000026	Programado	-	-	16	156	36	45	66	106	55	56	176	182	894
0319000026	Empenhado	-	-	16	130	36	45	66	106	55	56	175	19	706
0319000026	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	83,52%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,78%	10,48%	78,88%
0320000000	Programado	-	-	-	177	4	550	165	272	6.849	240	1.358	1.897	11.512
0320000000	Empenhado	-	-	-	39	4	550	165	267	6.666	224	1.358	1.722	10.995
0320000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	22,22%	100,00%	100,00%	100,00%	98,19%	97,33%	93,30%	100,00%	90,77%	95,51%
0321000000	Programado	-	-	10.306	508	847	613	3.186	334	356	4.315	2.228	9.206	31.899
0321000000	Empenhado	-	-	10.306	508	847	613	3.146	334	356	4.261	2.162	2.019	24.551
0321000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,74%	100,00%	100,00%	98,73%	97,05%	21,93%	76,96%
0322000000	Programado	-	-	713	-	-	-	-	-	-	-	-	-	713
0322000000	Empenhado	-	-	713	-	-	-	-	-	-	-	-	-	713
0322000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0324000015	Programado	-	-	12.325	1.646	1.746	970	2.871	31.249	2.674	2.351	893	11.118	67.843
0324000015	Empenhado	-	-	11.542	1.463	1.746	928	1.029	31	2.480	474	132	327	20.152
0324000015	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	93,65%	88,91%	100,00%	95,63%	35,84%	0,10%	92,76%	20,18%	14,72%	2,94%	29,70%
0324000016	Programado	-	-	248	-	-	88	-	-	-	-	-	-	336
0324000016	Empenhado	-	-	248	-	-	-	-	-	-	-	-	-	248
0324000016	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	73,90%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0326000000	Programado	-	-	2.660	3	5	4	-	0	95	0	5	8	2.780
0326000000	Empenhado	-	-	4	3	5	4	-	0	4	0	5	8	32
0326000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,14%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	4,32%	100,00%	100,00%	100,00%	1,17%
0328000000	Programado	-	2.331	6.484	146	836	314	154	-	-	635	1.540	1.210	13.648
0328000000	Empenhado	-	1.607	5.061	146	836	314	154	-	-	633	650	-	9.401
0328000000	Emp. X Prog	0,00%	68,92%	78,06%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	99,81%	42,23%	0,00%	68,88%
0329000022	Programado	-	-	-	5	-	-	1.798	-	-	-	331	-	2.134
0329000022	Empenhado	-	-	-	5	-	-	1.472	-	-	-	331	-	1.808
0329000022	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	81,89%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	84,74%
0329000028	Programado	-	-	139	-	-	-	-	-	-	-	-	-	139
0329000028	Empenhado	-	-	139	-	-	-	-	-	-	-	-	-	139
0329000028	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0329000029	Programado	-	-	87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	87
0329000029	Empenhado	-	-	87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	87
0329000029	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0331000000	Programado	-	75.080	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75.080
0331000000	Empenhado	-	75.080	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75.080
0331000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0332000000	Programado	-	-	53	-	-	-	-	435	-	-	265	3.516	4.269
0332000000	Empenhado	-	-	53	-	-	-	-	435	-	-	265	249	1.002
0332000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	7,08%	23,48%
0340000000	Programado	75	-	-	0	-	11	-	-	-	-	11	935	1.032
0340000000	Empenhado	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	11	935	946
0340000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	66,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	91,67%
0360000000	Programado	507	43	94	-	-	232	-	-	-	-	-	919	1.795
0360000000	Empenhado	-	43	68	-	-	232	-	-	-	-	-	896	1.239
0360000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	71,89%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	97,49%	69,01%
0361000000	Programado	743	1.539	80	709	58	53	1.876	108	53	34	271	827	6.350
0361000000	Empenhado	-	1.539	-	405	23	44	1.871	103	34	13	51	827	4.910
0361000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	57,06%	39,42%	83,19%	99,75%	95,02%	65,28%	38,92%	18,80%	100,00%	77,31%
0362000000	Programado	2.145	1.049	2.709	2.218	49	377	-	33	49	1	113	854	9.596
0362000000	Empenhado	-	1.049	2.709	2.218	48	288	-	32	43	1	54	854	7.295
0362000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	99,98%	100,00%	98,54%	76,51%	0,00%	96,58%	87,47%	63,98%	47,78%	100,00%	76,02%
0369000000	Programado	83	316	866	-	-	434	-	-	-	-	-	-	1.699
0369000000	Empenhado	-	316	866	-	-	434	-	-	-	-	-	-	1.616
0369000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	95,10%
0380000000	Programado	-	-	-	-	-	-	137	-	-	-	-	0	137
0380000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	137	-	-	-	-	-	137
0380000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,83%
0381000000	Programado	-	-	-	-	-	239	-	-	-	2.660	-	-	2.899
0381000000	Empenhado	-	-	-	-	-	239	-	-	-	1.927	-	-	2.166
0381000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	72,45%	0,00%	0,00%	74,72%
0382000000	Programado	7.990	6.498	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	14.490
0382000000	Empenhado	7.990	6.498	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.489
0382000000	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,99%
0383000000	Programado	9.423	2.541	18.173	2.560	1.905	16.296	15.444	3.399	2.983	3.751	3.513	26.597	106.584
0383000000	Empenhado	9.268	2.541	17.566	2.560	1.905	12.896	15.444	3.398	2.963	3.751	3.490	2.699	78.481
0383000000	Emp. X Prog	98,36%	100,00%	96,66%	100,00%	100,00%	79,14%	100,00%	99,98%	99,33%	100,00%	99,36%	10,15%	73,63%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0384000000	Programado	50	-	-	-	-	348	1.520	700	700	700	1.285	1.285	6.588
0384000000	Empenhado	-	-	-	-	-	24	1.443	699	684	684	1.130	1.130	5.795
0384000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,93%	94,96%	99,87%	97,75%	97,75%	87,92%	87,92%	87,96%
0385000001	Programado	-	1.569	2.803	543	79	10.805	220	1.394	257	96	1.339	5.704	24.809
0385000001	Empenhado	-	928	2.373	383	79	10.780	145	1.392	1	96	1.276	3.419	20.874
0385000001	Emp. X Prog	0,00%	59,15%	84,67%	70,67%	100,00%	99,77%	65,98%	99,91%	0,22%	100,00%	95,27%	59,95%	84,14%
0385000003	Programado	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	13
0385000003	Empenhado	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	13
0385000003	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0385000004	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	27
0385000004	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0385000004	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0385000005	Programado	-	324	2.568	34	2.180	50	-	-	18	397	646	6.407	12.624
0385000005	Empenhado	-	324	2.178	34	2.180	50	-	-	18	132	630	-	5.546
0385000005	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	84,82%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	33,15%	97,49%	0,00%	43,93%
0385000006	Programado	-	-	-	-	-	-	239	-	-	-	-	-	239
0385000006	Empenhado	-	-	-	-	-	-	239	-	-	-	-	-	239
0385000006	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0385000007	Programado	-	416	3.360	1.478	6.904	35	1.790	1.136	7.281	9.618	1.205	1.079	34.303
0385000007	Empenhado	-	416	3.360	1.478	6.850	35	1.790	1.136	5.707	2.360	1.200	594	24.927
0385000007	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,21%	100,00%	100,00%	100,00%	78,39%	24,54%	99,60%	55,04%	72,67%
0385000008	Programado	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	9
0385000008	Empenhado	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	9
0385000008	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0385000009	Programado	-	-	2.814	2.353	3.056	-	-	-	232	264	153	370	9.242
0385000009	Empenhado	-	-	2.814	2.106	3.056	-	-	-	232	264	12	-	8.484
0385000009	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	89,50%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	8,07%	0,00%	91,80%
0385000010	Programado	-	-	251	-	1	45	-	53	-	-	24	18	393
0385000010	Empenhado	-	-	145	-	1	45	-	53	-	-	24	15	284
0385000010	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	57,64%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	81,96%	72,11%
0385000011	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	176	-	142	1.655	1.974
0385000011	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	176	-	142	828	1.146
0385000011	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	49,99%	58,05%
0385000013	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54	54
0385000013	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0385000013	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0385000014	Programado	-	-	-	651	-	-	-	-	-	93	-	-	744
0385000014	Empenhado	-	-	-	651	-	-	-	-	-	93	-	-	744
0385000014	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0385000015	Programado	-	-	437	248	-	20.092	-	10	995	-	-	-	21.782
0385000015	Empenhado	-	-	225	248	-	43	-	10	28	-	-	-	554
0385000015	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	51,47%	100,00%	0,00%	0,22%	0,00%	100,00%	2,84%	0,00%	0,00%	0,00%	2,54%
0385000016	Programado	-	-	400	5	-	1	-	-	-	-	-	-	407
0385000016	Empenhado	-	-	400	5	-	-	-	-	-	-	-	-	406
0385000016	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,70%
0385000022	Programado	-	-	128	-	10	31	-	-	15	-	-	-	184
0385000022	Empenhado	-	-	128	-	10	31	-	-	6	-	-	-	175
0385000022	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	41,69%	0,00%	0,00%	0,00%	95,17%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0386000000	Programado	-	7.707	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.707
0386000000	Empenhado	-	7.707	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.707
0386000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0387000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	9	1.216	-	139	226	1.590
0387000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	9	1.216	-	128	222	1.575
0387000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	92,18%	98,37%	99,08%
0388000000	Programado	-	-	-	400	640	341	117	256	-	-	335	3.441	5.530
0388000000	Empenhado	-	-	-	400	640	341	117	256	-	-	335	312	2.402
0388000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	9,07%	43,43%
0391000001	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	320	320
0391000001	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0391000001	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0391000005	Programado	-	-	17.412	729	3.967	1.820	2.129	112	398	1.723	725	330	29.345
0391000005	Empenhado	-	-	17.326	729	3.967	1.820	2.129	112	398	1.723	399	328	28.931
0391000005	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	99,51%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	55,08%	99,32%	98,59%
0391000007	Programado	-	15.438	35.059	22.400	12.799	16.305	3.047	9.399	8.639	15.657	2.280	8.470	149.493
0391000007	Empenhado	-	12.813	30.883	18.019	11.490	16.305	2.947	9.140	8.639	15.313	2.167	3.822	131.538
0391000007	Emp. X Prog	0,00%	83,00%	88,09%	80,44%	89,78%	100,00%	96,72%	97,25%	100,00%	97,80%	95,08%	45,12%	87,99%
0391000008	Programado	-	-	143	4.476	352	-	-	-	-	-	-	-	4.971
0391000008	Empenhado	-	-	143	4.476	352	-	-	-	-	-	-	-	4.971
0391000008	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0391000009	Programado	-	-	145.809	36.371	27.120	17.126	32.510	19.919	21.695	20.981	40.378	40.371	402.280
0391000009	Empenhado	-	-	138.367	36.348	20.281	16.998	31.687	19.899	13.719	20.699	27.591	23.479	349.067
0391000009	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	94,90%	99,94%	74,78%	99,25%	97,47%	99,90%	63,23%	98,66%	68,33%	58,16%	86,77%
0392000011	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	276	-	-	-	276
0392000011	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	276	-	-	-	276
0392000011	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0392000013	Programado	-	-	5.026	-	-	-	1.558	-	-	-	-	-	6.584
0392000013	Empenhado	-	-	5.026	-	-	-	1.558	-	-	-	-	-	6.584
0392000013	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0392000014	Programado	-	-	850	6.166	-	24	-	-	276	-	-	24	7.339
0392000014	Empenhado	-	-	850	6.166	-	24	-	-	276	-	-	-	7.315
0392000014	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,68%
0395000000	Programado	216.175	-	-	-	-	-	-	-	15.467	10.200	200	116.693	358.735
0395000000	Empenhado	170.992	-	-	-	-	-	-	-	9.852	10.021	200	16.313	207.379
0395000000	Emp. X Prog	79,10%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	63,70%	98,25%	100,00%	13,98%	57,81%
0397000000	Programado	-	-	-	276	11.287	-	-	-	-	-	-	10	11.574
0397000000	Empenhado	-	-	-	276	11.287	-	-	-	-	-	-	-	11.563
0397000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,91%
0398000000	Programado	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0398000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0398000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0623000015	Programado	-	-	1.682	1.585	290	977	483	1.258	1.343	542	1.100	2.137	11.396
0623000015	Empenhado	-	-	488	1.585	235	670	330	695	1.296	512	426	610	6.847
0623000015	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	28,99%	100,00%	81,09%	68,58%	68,38%	55,27%	96,51%	94,55%	38,75%	28,53%	60,08%
0623000017	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-	-	19
0623000017	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-	-	19
0623000017	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%



ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0623000031	Programado	-	-	1.075	-	-	-	-	-	-	1.179	344	-	2.598
0623000031	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.179	344	-	1.523
0623000031	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	58,64%
0623000040	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	144	-	-	-	144
0623000040	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	144	-	-	-	144
0623000040	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000041	Programado	-	-	-	30	26	21	-	117	-	-	-	-	193
0623000041	Empenhado	-	-	-	26	26	21	-	117	-	-	-	-	190
0623000041	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	88,98%	100,00%	99,96%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	98,31%
0623000043	Programado	-	-	-	4.750	676	1.189	-	-	70	-	-	-	6.685
0623000043	Empenhado	-	-	-	4.750	676	1.189	-	-	70	-	-	-	6.685
0623000043	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000044	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0623000044	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0623000044	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0623000045	Programado	-	-	-	816	21	-	-	-	-	-	-	-	837
0623000045	Empenhado	-	-	-	816	21	-	-	-	-	-	-	-	837
0623000045	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000046	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0623000046	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0623000046	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0623000047	Programado	-	-	-	-	-	19	-	-	-	-	-	-	19
0623000047	Empenhado	-	-	-	-	-	19	-	-	-	-	-	-	19
0623000047	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000048	Programado	-	-	-	4	-	551	-	-	-	-	-	-	555
0623000048	Empenhado	-	-	-	-	-	551	-	-	-	-	-	-	551
0623000048	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,31%
0623000049	Programado	-	-	-	2.241	31	-	-	-	412	-	-	-	2.685
0623000049	Empenhado	-	-	-	2.241	31	-	-	-	412	-	-	-	2.685
0623000049	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000050	Programado	-	-	-	-	-	-	1.400	-	20	-	-	-	1.420
0623000050	Empenhado	-	-	-	-	-	-	1.395	-	20	-	-	-	1.415
0623000050	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,66%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,66%
0623000051	Programado	-	-	-	-	0	-	-	5	-	-	-	-	5
0623000051	Empenhado	-	-	-	-	0	-	-	5	-	-	-	-	5
0623000051	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000053	Programado	-	-	-	17	-	-	113	-	-	-	-	-	129
0623000053	Empenhado	-	-	-	17	-	-	113	-	-	-	-	-	129
0623000053	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000054	Programado	-	-	-	5.336	2.425	673	117	250	100	50	250	-	9.201
0623000054	Empenhado	-	-	-	5.335	2.425	672	117	250	100	50	100	-	9.048
0623000054	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	99,97%	100,00%	99,88%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	39,99%	0,00%	98,34%
0623000055	Programado	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	2
0623000055	Empenhado	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	2
0623000055	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000056	Programado	-	-	-	-	27	-	-	-	2	-	4	-	33
0623000056	Empenhado	-	-	-	-	27	-	-	-	2	-	4	-	33
0623000056	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	99,99%	0,00%	100,00%



ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0623000057	Programado	-	-	-	83	-	13	-	6	-	-	-	-	101
0623000057	Empenhado	-	-	-	83	-	13	-	6	-	-	-	-	101
0623000057	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000058	Programado	-	-	-	135	2	146	-	1	16	51	-	2	352
0623000058	Empenhado	-	-	-	135	2	120	-	1	16	1	-	-	275
0623000058	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	99,88%	100,00%	82,70%	0,00%	100,00%	100,00%	1,66%	0,00%	0,00%	78,16%
0623000059	Programado	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	6
0623000059	Empenhado	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	6
0623000059	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000066	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	1	43	90	90	224
0623000066	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	1	43	90	90	224
0623000066	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	99,84%	100,00%	100,00%	99,97%
0623000067	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	62	37	37	37	173
0623000067	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	62	37	37	37	173
0623000067	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0623000071	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	85	-	-	-	85
0623000071	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	85	-	-	-	85
0623000071	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0625000000	Programado	-	-	122	386	117	87	19	579	9	180	30	2.178	3.705
0625000000	Empenhado	-	-	100	322	42	87	19	46	7	180	30	40	873
0625000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	82,34%	83,55%	36,32%	100,00%	99,95%	8,00%	80,80%	100,00%	100,00%	1,81%	23,57%
0628000000	Programado	29	29	53.751	9.435	2.046	3.412	1.828	1.628	9.379	3.848	2.603	7.615	95.603
0628000000	Empenhado	29	29	12.343	2.627	1.817	3.367	1.427	1.582	9.347	3.735	2.350	1.622	40.275
0628000000	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	22,96%	27,84%	88,85%	98,69%	78,07%	97,21%	99,66%	97,06%	90,27%	21,30%	42,13%
0629000000	Programado	-	-	2.057	4.582	1.051	790	1.554	65	730	742	731	3.550	15.853
0629000000	Empenhado	-	-	1.440	4.473	1.051	517	1.534	63	730	734	479	805	11.828
0629000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	70,03%	97,62%	100,00%	65,37%	98,73%	97,19%	100,00%	98,92%	65,46%	22,69%	74,61%
0632000000	Programado	-	-	609	28	77	-	-	-	-	-	-	-	714
0632000000	Empenhado	-	-	609	28	77	-	-	-	-	-	-	-	714
0632000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0640000000	Programado	731	1.149	97.616	3.622	1.303	1.879	1.500	745	35.474	1.037	2.545	9.001	156.603
0640000000	Empenhado	286	1.149	96.678	3.495	1.254	1.834	1.492	699	35.460	988	2.387	1.618	147.340
0640000000	Emp. X Prog	39,09%	100,00%	99,04%	96,51%	96,23%	97,62%	99,49%	93,71%	99,96%	95,21%	93,80%	17,98%	94,08%
0647000000	Programado	174	-	-	-	-	-	-	48	-	-	-	-	222
0647000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	48	-	-	-	-	48
0647000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	21,58%
0650000000	Programado	15.138	2	22.088	4.798	4.837	4.821	6.048	8.453	4.910	13.892	4.999	11.216	101.203
0650000000	Empenhado	15.138	2	22.088	4.798	4.837	4.821	6.048	8.453	4.910	13.892	4.999	9.602	99.588
0650000000	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	85,61%	98,40%
0660000000	Programado	-	1	109	1.788	162	196	491	305	1.300	171	476	440	5.440
0660000000	Empenhado	-	1	106	1.780	162	196	483	302	258	151	407	59	3.905
0660000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	97,02%	99,57%	99,71%	100,00%	98,32%	98,82%	19,85%	88,32%	85,55%	13,43%	71,79%
0661000000	Programado	317	-	213	24	4	69	30	11	-	20	12	565	1.265
0661000000	Empenhado	-	-	-	24	4	41	22	11	-	20	6	565	693
0661000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	98,72%	59,73%	74,68%	99,76%	0,00%	100,00%	49,71%	100,00%	54,81%
0662000000	Programado	73	-	15	-	-	46	-	341	9	9	9	84	586
0662000000	Empenhado	-	-	-	-	-	46	-	341	8	8	8	84	497
0662000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	99,86%	99,12%	99,12%	99,12%	99,91%	84,84%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0663000000	Programado	-	4.407	105	145	1.922	127	29	104	101	78	420	778	8.214
0663000000	Empenhado	-	4.407	-	114	50	121	27	72	89	63	53	778	5.774
0663000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	78,73%	2,62%	95,23%	95,09%	69,12%	88,21%	80,59%	12,51%	100,00%	70,29%
0665000000	Programado	-	-	467	546	117	148	452	484	10.098	2.141	5.336	2.118	21.906
0665000000	Empenhado	-	-	-	439	117	145	340	434	9.133	1.972	1.502	348	14.431
0665000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	80,41%	100,00%	98,05%	75,18%	89,63%	90,45%	92,14%	28,15%	16,45%	65,87%
0666000000	Programado	-	-	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36
0666000000	Empenhado	-	-	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36
0666000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0669000000	Programado	58.039	11.707	10.014	8.070	6.638	13.711	8.550	19.907	14.104	5.720	8.421	87.091	251.972
0669000000	Empenhado	55.619	11.610	9.210	7.076	6.388	12.891	8.333	6.395	5.546	5.232	6.268	69.357	203.923
0669000000	Emp. X Prog	95,83%	99,17%	91,97%	87,68%	96,23%	94,01%	97,46%	32,12%	39,32%	91,46%	74,43%	79,64%	80,93%
0680000000	Programado	2	-	3	964	148	-	-	-	-	0	-	-	1.118
0680000000	Empenhado	-	-	3	964	148	-	-	-	-	0	-	-	1.116
0680000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	99,81%
0682000000	Programado	-	-	-	-	971	2.422	2.422	322	434	-	-	976	7.548
0682000000	Empenhado	-	-	-	-	971	2.422	2.422	322	434	-	-	437	7.009
0682000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	44,80%	92,86%
0684000000	Programado	4.452	97	87	891	75	11	90	8.735	6.065	87	17	176	20.783
0684000000	Empenhado	4.452	97	87	891	75	11	11	22	16	3	17	2	5.684
0684000000	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	11,86%	0,26%	0,26%	3,34%	100,00%	1,30%	27,35%
0685000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0685000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0685000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0685000001	Programado	12	9	208.215	1.750	617	518	3.597	3.121	1.048	752	2.428	10.297	232.364
0685000001	Empenhado	9	9	203.541	917	530	518	481	2.762	159	520	1.415	2.128	212.988
0685000001	Emp. X Prog	72,59%	100,00%	97,76%	52,37%	86,00%	100,00%	13,36%	88,50%	15,14%	69,10%	58,28%	20,66%	91,66%
0685000005	Programado	-	-	73	-	-	-	114	-	-	-	-	-	187
0685000005	Empenhado	-	-	73	-	-	-	114	-	-	-	-	-	187
0685000005	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0685000007	Programado	-	-	351	-	14.194	3.849	2.443	443	279	846	2.827	3.510	28.742
0685000007	Empenhado	-	-	350	-	14.122	3.106	2.329	443	279	846	1.924	2.076	25.475
0685000007	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	99,71%	0,00%	99,49%	80,70%	95,33%	100,00%	100,00%	100,00%	68,06%	59,14%	88,63%
0685000008	Programado	-	-	-	66	-	-	-	-	-	-	-	-	66
0685000008	Empenhado	-	-	-	66	-	-	-	-	-	-	-	-	66
0685000008	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0685000013	Programado	-	-	-	1.101	424	-	-	23	-	-	-	151	1.699
0685000013	Empenhado	-	-	-	1.101	292	-	-	23	-	-	-	-	1.416
0685000013	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	68,96%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	83,38%
0685000015	Programado	-	-	5.823	363	287	390	52	233	207	206	1	799	8.362
0685000015	Empenhado	-	-	13	360	283	167	52	232	101	139	1	50	1.398
0685000015	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,23%	99,21%	98,38%	42,73%	100,00%	99,72%	48,65%	67,27%	100,00%	6,27%	16,72%
0698000000	Programado	-	-	307	121	5	-	2	290	161	-	-	265	1.151
0698000000	Empenhado	-	-	96	121	5	-	2	237	157	-	-	58	676
0698000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	31,34%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	81,66%	97,07%	0,00%	0,00%	21,91%	58,71%
0699000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0
0699000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0
0699000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2385000008	Programado	-	-	-	1.401	217	-	-	-	-	-	-	-	1.618
2385000008	Empenhado	-	-	-	1.401	217	-	-	-	-	-	-	-	1.618
2385000008	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
2391000009	Programado	-	-	1.084	-	2.741	1.055	-	1.207	-	416	-	22.240	28.742
2391000009	Empenhado	-	-	1.084	-	2.741	1.055	-	1.207	-	416	-	-	6.502
2391000009	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	22,62%
4391000009	Programado	-	-	34.306	2.414	1.094	1.000	1.366	3.513	-	8.655	16.771	12.365	81.485
4391000009	Empenhado	-	-	29.534	2.414	1.094	1.000	1.366	3.513	-	8.655	13.333	-	60.909
4391000009	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	86,09%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	79,50%	0,00%	74,75%
7100000000	Programado	-	-	-	106	12	-	11	26	-	-	877	1.376	2.408
7100000000	Empenhado	-	-	-	106	-	-	11	26	-	-	789	14	947
7100000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	90,07%	0,99%	39,33%
7111000035	Programado	-	-	-	-	221	-	40	-	36	-	9	9	313
7111000035	Empenhado	-	-	-	-	221	-	40	-	36	-	9	-	305
7111000035	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	97,25%
7111000036	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41	41
7111000036	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37	37
7111000036	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	88,79%	88,79%
7162000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	4
7162000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
7162000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7219000025	Programado	-	-	362	-	88	500	-	500	48	-	852	450	2.800
7219000025	Empenhado	-	-	337	-	88	337	-	500	-	-	400	212	1.873
7219000025	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	93,10%	0,00%	100,00%	67,34%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	46,96%	47,04%	66,91%
7228000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	954	-	-	14	-	968
7228000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
7228000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7240000000	Programado	0	-	-	7	9	4	3	1	1	1	1	8	35
7240000000	Empenhado	-	-	-	5	8	4	3	1	1	1	1	0	26
7240000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	80,11%	98,28%	100,00%	100,00%	100,00%	99,78%	92,16%	100,00%	5,94%	73,28%
7269000000	Programado	-	-	-	-	17	14	17	17	-	-	-	195	260
7269000000	Empenhado	-	-	-	-	17	14	17	17	-	-	-	-	64
7269000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	97,69%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	24,76%
7300000000	Programado	-	27	2.766	12	55	50	35	136	399	51	183	1.756	5.471
7300000000	Empenhado	-	27	133	12	55	22	32	133	6	42	95	457	1.016
7300000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	4,83%	100,00%	98,83%	45,06%	91,38%	97,78%	1,59%	82,36%	52,10%	26,03%	18,57%
7311000035	Programado	-	-	80	3	-	22	9	-	5	-	-	174	293
7311000035	Empenhado	-	-	80	3	-	22	9	-	5	-	-	174	293
7311000035	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
7311000037	Programado	-	-	99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99
7311000037	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
7311000037	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7319000019	Programado	-	-	95	-	541	-	-	109	-	-	-	-	744
7319000019	Empenhado	-	-	57	-	20	-	-	44	-	-	-	-	121
7319000019	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	59,89%	0,00%	3,74%	0,00%	0,00%	40,61%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	16,26%
7329000015	Programado	-	1.700	74	-	-	-	112	-	-	-	-	3	1.889
7329000015	Empenhado	-	809	74	-	-	-	54	-	-	-	-	-	936
7329000015	Emp. X Prog	0,00%	47,59%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	47,97%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	49,58%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
7388000000	Programado	-	-	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-	32
7388000000	Empenhado	-	-	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-	32
7388000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
7629000000	Programado	-	-	486	84	2	2	2	2	-	1	3	318	900
7629000000	Empenhado	-	-	486	84	2	2	2	2	-	1	3	3	584
7629000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	1,01%	64,97%
7640000000	Programado	-	-	33	3	-	724	-	36	119	-	2	296	1.213
7640000000	Empenhado	-	-	33	3	-	398	-	-	35	-	2	18	489
7640000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	54,97%	0,00%	0,00%	29,02%	0,00%	100,00%	6,23%	40,33%
7661000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46	46
7661000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
7661000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7669000000	Programado	7	7	27	7	7	607	7	7	7	7	12	97	801
7669000000	Empenhado	7	7	26	7	7	407	7	7	7	7	12	90	593
7669000000	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	96,94%	100,00%	100,00%	67,07%	100,00%	100,00%	99,80%	99,80%	99,81%	92,57%	74,04%
Total Programado		2.060.227	1.942.568	2.653.940	2.289.813	2.105.764	2.387.246	2.146.399	2.141.288	2.269.474	2.154.862	2.277.930	4.412.295	28.841.805
Total Empenhado		1.958.453	1.918.066	2.543.166	2.254.846	2.072.826	2.332.074	2.116.182	2.043.673	2.193.670	2.107.711	2.181.322	3.221.058	26.943.046
Total Emp. X Prog		95,06%	98,74%	95,83%	98,47%	98,44%	97,69%	98,59%	95,44%	96,66%	97,81%	95,76%	73,00%	93,42%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Notas:

1 - A Programação Financeira é liberada por meio das Cotas Financeiras mensais, que apresentam os limites os quais os empenhos poderão ser efetuados. Assim, no momento da emissão dos empenhos, as cotas financeiras são reduzidas das respectivas programações financeiras.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

Michele Patricia Roncalio

Secretária Adjunta da Fazenda
Diretora do Tesouro Estadual, designada

Márcio Luiz Lohmeyer

Gerente de Programação Financeira do Tesouro

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0100000000	Programado	904.184	1.058.908	1.024.833	1.172.445	1.067.633	1.174.640	1.026.888	1.093.211	1.120.328	1.078.464	1.104.645	1.634.471	13.460.648
0100000000	Empenhado	903.280	1.057.660	1.023.306	1.171.114	1.066.716	1.169.895	1.025.617	1.091.079	1.118.643	1.074.138	1.101.035	1.575.572	13.378.057
0100000000	Emp. X Prog	99,90%	99,88%	99,85%	99,89%	99,91%	99,60%	99,88%	99,81%	99,85%	99,60%	99,67%	96,40%	99,39%
0101000000	Programado	-	-	5.371	3.161	3.700	4.850	2.375	4.582	94	4.894	3.600	7.283	39.910
0101000000	Empenhado	-	-	5.371	3.161	3.700	4.850	2.375	4.582	94	4.894	3.600	7.214	39.841
0101000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,05%	99,83%
0111000033	Programado	8.692	11.185	7.480	9.418	20.312	15.024	12.461	8.240	14.511	6.865	15.029	14.642	143.861
0111000033	Empenhado	8.692	11.185	7.480	9.418	20.312	15.024	12.461	8.240	14.511	6.865	15.024	14.637	143.850
0111000033	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,97%	99,96%	99,99%
0111000034	Programado	1.232	4.021	2.969	3.419	2.899	8.377	5.259	3.654	5.889	3.012	5.790	4.354	50.875
0111000034	Empenhado	1.231	4.015	2.969	3.415	2.895	8.375	5.259	3.642	5.871	3.011	5.715	4.347	50.743
0111000034	Emp. X Prog	99,96%	99,86%	100,00%	99,87%	99,86%	99,97%	99,99%	99,68%	99,69%	99,94%	98,70%	99,83%	99,74%
0111000035	Programado	5.667	17.443	8.696	14.010	27.436	20.113	21.283	13.124	19.387	18.732	19.274	19.027	204.193
0111000035	Empenhado	5.666	17.443	8.696	14.010	27.436	20.113	21.283	13.124	18.629	18.732	19.249	18.502	202.883
0111000035	Emp. X Prog	99,98%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	96,09%	100,00%	99,87%	97,24%	99,36%
0111000036	Programado	10.619	14.586	15.817	19.190	27.051	26.141	26.217	14.084	24.922	20.609	20.795	27.284	247.316
0111000036	Empenhado	10.619	14.586	15.810	19.187	27.051	26.137	26.217	14.082	24.830	20.581	20.760	26.698	246.559
0111000036	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	99,96%	99,99%	100,00%	99,99%	100,00%	99,98%	99,63%	99,87%	99,83%	97,85%	99,69%
0111000037	Programado	4.023	9.690	5.476	5.175	13.513	10.690	10.356	7.335	13.228	7.046	11.372	11.951	109.855
0111000037	Empenhado	4.018	9.683	5.475	5.171	13.496	10.663	10.331	7.203	12.974	6.570	10.929	11.516	108.029
0111000037	Emp. X Prog	99,87%	99,92%	99,99%	99,92%	99,88%	99,75%	99,76%	98,20%	98,08%	93,25%	96,10%	96,36%	98,34%
0111000038	Programado	685	1.505	642	733	1.144	2.330	1.249	774	1.627	981	1.568	1.626	14.862
0111000038	Empenhado	666	1.477	615	681	1.026	2.319	1.248	770	1.626	974	1.566	1.374	14.343
0111000038	Emp. X Prog	97,19%	98,17%	95,85%	92,88%	89,62%	99,56%	99,92%	99,57%	99,95%	99,35%	99,87%	84,52%	96,50%
0119000024	Programado	-	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40
0119000024	Empenhado	-	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40
0119000024	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	99,74%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,74%
0119000026	Programado	-	38	21	-	-	297	100	-	-	-	-	407	863
0119000026	Empenhado	-	37	21	-	-	297	100	-	-	-	-	407	862
0119000026	Emp. X Prog	0,00%	97,50%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	99,89%
0120000000	Programado	3.170	24.323	17.416	18.149	17.636	24.325	19.474	19.804	18.595	17.445	28.475	23.564	232.376
0120000000	Empenhado	3.169	24.248	17.414	18.129	17.568	24.028	19.325	19.669	18.304	16.855	28.214	18.719	225.640
0120000000	Emp. X Prog	99,96%	99,69%	99,99%	99,89%	99,62%	98,78%	99,23%	99,32%	98,43%	96,62%	99,08%	79,44%	97,10%
0121000000	Programado	119	354	2.259	3.938	4.205	792	3.012	1.299	3.727	617	2.550	15.533	38.407
0121000000	Empenhado	119	354	2.259	3.938	4.198	792	2.938	1.291	3.690	617	2.550	9.295	32.043
0121000000	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%	99,84%	100,00%	97,56%	99,36%	98,99%	100,00%	100,00%	59,84%	83,43%
0122000000	Programado	165	1.024	1.058	1.028	490	3.938	5.417	689	454	458	1.047	3.312	19.081
0122000000	Empenhado	158	1.002	1.047	908	466	3.906	5.390	662	415	429	1.018	3.052	18.453
0122000000	Emp. X Prog	95,72%	97,82%	98,95%	88,28%	95,12%	99,19%	99,51%	96,12%	91,34%	93,62%	97,25%	92,15%	96,71%
0124000015	Programado	-	44	-	-	214	125	-	77	3.664	343	423	3.177	8.067
0124000015	Empenhado	-	32	-	-	214	98	-	73	2.429	261	423	647	4.176
0124000015	Emp. X Prog	0,00%	72,11%	0,00%	0,00%	100,00%	78,37%	0,00%	94,61%	66,30%	75,96%	100,00%	20,36%	51,77%
0124000016	Programado	-	664	4.555	7.411	2.470	6.038	2.642	2.804	8.633	3.688	841	254	40.000
0124000016	Empenhado	-	664	4.555	7.411	2.470	6.038	2.642	2.804	8.633	3.688	700	220	39.825
0124000016	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	83,21%	86,54%	99,56%
0128000000	Programado	-	-	2.545	8	1.989	241	3.843	344	1.382	378	3.395	10.629	24.755
0128000000	Empenhado	-	-	2.545	8	1.989	241	3.821	137	1.382	225	3.395	7.097	20.841
0128000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,43%	39,83%	100,00%	59,46%	100,00%	66,77%	84,19%

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0129000022	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565	-	-	565
0129000022	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565	-	-	565
0129000022	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0129000028	Programado	79	363	67	649	127	1.442	239	329	318	217	885	384	5.097
0129000028	Empenhado	79	357	67	648	127	1.428	214	112	17	17	678	164	3.906
0129000028	Emp. X Prog	99,17%	98,37%	100,00%	99,89%	100,00%	99,04%	89,49%	33,95%	5,31%	7,98%	76,61%	42,84%	76,64%
0129000029	Programado	19	204	28	37	29	699	407	85	124	198	605	516	2.950
0129000029	Empenhado	8	186	28	37	29	596	372	49	43	93	514	416	2.372
0129000029	Emp. X Prog	41,04%	90,94%	100,00%	100,00%	99,06%	85,37%	91,45%	58,27%	34,99%	47,03%	84,98%	80,68%	80,41%
0131000000	Programado	110.650	68.482	197.545	214.608	204.608	200.798	194.728	191.877	210.358	184.150	196.210	307.344	2.281.357
0131000000	Empenhado	110.631	67.789	197.361	214.040	204.329	200.564	194.401	191.481	210.046	183.885	195.378	298.237	2.268.141
0131000000	Emp. X Prog	99,98%	98,99%	99,91%	99,74%	99,86%	99,88%	99,83%	99,79%	99,85%	99,86%	99,58%	97,04%	99,42%
0132000000	Programado	-	-	-	-	-	760	-	-	1.774	-	-	-	2.535
0132000000	Empenhado	-	-	-	-	-	760	-	-	1.774	-	-	-	2.535
0132000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0140000000	Programado	-	-	-	-	-	-	143	-	-	26	6.114	15	6.299
0140000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	143	-	-	26	6.114	12	6.296
0140000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	82,84%	99,96%
0160000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	1.806	-	-	-	12.456	14.261
0160000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	1.806	-	-	-	12.456	14.261
0160000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0161000000	Programado	4	1.649	13.377	9.366	15.518	5.849	25.994	7.805	5.935	5.183	13.485	25.284	129.450
0161000000	Empenhado	4	1.627	13.118	9.343	15.510	5.840	25.991	7.649	5.929	5.117	12.742	25.239	128.109
0161000000	Emp. X Prog	100,00%	98,64%	98,07%	99,75%	99,95%	99,84%	99,99%	98,00%	99,89%	98,72%	94,49%	99,82%	98,96%
0162000000	Programado	5.696	5.802	4.187	6.257	6.541	7.247	8.945	8.926	8.328	6.172	10.318	13.400	91.818
0162000000	Empenhado	5.688	5.745	4.101	6.166	6.468	7.162	8.774	8.839	8.287	6.012	10.013	13.149	90.404
0162000000	Emp. X Prog	99,86%	99,03%	97,95%	98,54%	98,89%	98,83%	98,09%	99,03%	99,50%	97,41%	97,04%	98,13%	98,46%
0169000000	Programado	-	-	646	5.354	875	24.280	11.209	13.599	986	11.442	3.524	23.933	95.849
0169000000	Empenhado	-	-	646	5.352	875	24.280	11.209	13.599	986	11.442	3.524	18.354	90.268
0169000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	99,97%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	76,69%	94,18%
0180000000	Programado	-	6.000	5.700	6.519	6.279	7.871	7.100	6.680	6.401	5.800	6.200	6.199	70.750
0180000000	Empenhado	-	6.000	5.700	6.519	6.279	7.871	7.100	6.680	6.401	5.800	6.200	6.199	70.750
0180000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0185000001	Programado	-	-	-	-	-	440	-	1	197	1	-	72	710
0185000001	Empenhado	-	-	-	-	-	440	-	1	197	1	-	49	687
0185000001	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	68,23%	96,79%
0185000005	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	205	-	205
0185000005	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0185000005	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0185000006	Programado	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	7
0185000006	Empenhado	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	7
0185000006	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0185000007	Programado	-	-	-	-	80	-	558	-	-	-	326	542	1.506
0185000007	Empenhado	-	-	-	-	80	-	558	-	-	-	-	-	638
0185000007	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	42,37%
0185000008	Programado	-	-	-	-	-	143	-	-	-	-	-	-	143
0185000008	Empenhado	-	-	-	-	-	143	-	-	-	-	-	-	143
0185000008	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0185000009	Programado	-	-	-	-	358	-	735	1.338	509	-	1.886	2.324	7.150



ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0185000009	Empenhado	-	-	-	-	358	-	735	1.338	384	-	1.886	1.263	5.964
0185000009	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	75,48%	0,00%	100,00%	54,35%	83,41%
0185000011	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90	90
0185000011	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90	90
0185000011	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0185000016	Programado	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
0185000016	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0185000016	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0186000000	Programado	-	-	2.400	187	2.303	-	2.351	-	1.000	2.155	1.853	1.751	14.000
0186000000	Empenhado	-	-	2.400	187	2.276	-	2.351	-	942	1.848	1.767	1.614	13.385
0186000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	98,83%	0,00%	100,00%	0,00%	94,20%	85,78%	95,35%	92,16%	95,61%
0187000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.082	62	2.144
0187000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.226	-	1.226
0187000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	58,90%	0,00%	57,20%
0191000004	Programado	-	-	-	-	-	-	1.000	-	-	-	-	-	1.000
0191000004	Empenhado	-	-	-	-	-	-	976	-	-	-	-	-	976
0191000004	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	97,63%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	97,63%
0191000005	Programado	-	-	-	-	3.564	20.179	181	681	3.405	14.371	7.449	962	50.792
0191000005	Empenhado	-	-	-	-	3.564	20.179	181	681	3.405	14.371	7.053	354	49.788
0191000005	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	94,68%	36,78%	98,02%
0191000007	Programado	-	-	-	67	530	-	2.570	-	-	1.220	4.503	17.900	26.789
0191000007	Empenhado	-	-	-	67	530	-	1.570	-	-	1	3.501	17.000	22.669
0191000007	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	61,09%	0,00%	0,00%	0,11%	77,74%	94,97%	84,62%
0192000013	Programado	-	-	29.570	6.629	9.859	10.125	3.618	9.947	6.803	25.846	1.171	272	103.840
0192000013	Empenhado	-	-	29.570	6.629	9.740	10.125	3.588	9.947	6.803	25.846	1.171	-	103.418
0192000013	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	98,79%	100,00%	99,16%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	99,59%
0192000014	Programado	-	-	-	7.020	549	-	3.439	2.072	4.021	777	-	-	17.878
0192000014	Empenhado	-	-	-	7.020	549	-	3.439	2.072	4.021	777	-	-	17.878
0192000014	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0198000000	Programado	-	-	-	-	-	-	223	-	-	-	-	230	453
0198000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	223	-	-	-	-	230	453
0198000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0199000000	Programado	-	-	3.200	1.000	-	2.650	1.200	2.280	-	2.650	1.250	2.200	16.430
0199000000	Empenhado	-	-	3.200	1.000	-	2.650	1.200	2.280	-	2.650	1.250	2.200	16.430
0199000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0219000018	Programado	-	1.645	121	368	1.391	740	111	831	1.225	197	1.736	1.892	10.257
0219000018	Empenhado	-	1.645	121	368	1.391	740	111	831	1.225	197	1.736	1.878	10.243
0219000018	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	99,97%	100,00%	100,00%	99,98%	99,99%	100,00%	100,00%	99,99%	99,26%	99,86%
0219000019	Programado	-	232	-	14	197	328	386	3	300	15	864	1.550	3.889
0219000019	Empenhado	-	232	-	14	197	307	386	2	300	15	841	41	2.335
0219000019	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	93,62%	100,00%	61,25%	100,00%	100,00%	97,26%	2,66%	60,03%
0219000020	Programado	-	53	503	88	467	942	278	144	613	220	813	1.866	5.986
0219000020	Empenhado	-	53	503	88	467	942	278	144	613	220	813	424	4.544
0219000020	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	22,71%	75,91%
0219000021	Programado	619	1.009	857	649	638	1.915	885	610	1.165	621	1.014	925	10.906
0219000021	Empenhado	619	1.009	856	647	638	1.915	885	608	1.151	621	1.014	925	10.887
0219000021	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	99,94%	99,69%	100,00%	100,00%	100,00%	99,68%	98,77%	100,00%	100,00%	100,00%	99,83%
0219000022	Programado	870	2.062	1.141	772	759	1.970	772	1.080	1.168	869	1.476	1.727	14.666
0219000022	Empenhado	870	2.054	1.141	772	759	1.967	772	1.076	1.168	864	1.468	1.446	14.358

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0219000022	Emp. X Prog	100,00%	99,61%	100,00%	100,00%	100,00%	99,88%	100,00%	99,61%	100,00%	99,49%	99,48%	83,72%	97,90%
0219000023	Programado	14	190	100	118	223	351	93	134	173	165	473	362	2.395
0219000023	Empenhado	14	188	98	117	218	350	85	123	160	138	468	163	2.122
0219000023	Emp. X Prog	100,00%	98,92%	97,77%	99,50%	97,86%	99,78%	91,37%	91,88%	92,34%	83,69%	99,02%	44,94%	88,58%
0219000025	Programado	2.165	1.879	1.568	3.064	1.591	1.450	380	1.245	3.784	837	7.748	3.966	29.677
0219000025	Empenhado	2.165	1.758	1.542	2.905	1.529	1.070	261	1.242	2.600	607	5.167	2.633	23.479
0219000025	Emp. X Prog	100,00%	93,55%	98,38%	94,81%	96,10%	73,80%	68,65%	99,74%	68,70%	72,58%	66,68%	66,40%	79,12%
0219000027	Programado	10	13	16	36	75	50	27	66	78	45	68	419	902
0219000027	Empenhado	10	13	16	34	74	42	22	63	70	37	54	42	477
0219000027	Emp. X Prog	99,22%	100,00%	99,56%	95,77%	98,22%	84,00%	78,65%	96,38%	90,88%	83,19%	79,57%	10,10%	52,95%
0219000061	Programado	818	2.962	1.407	1.789	1.487	4.485	2.986	1.388	2.371	1.466	3.113	3.107	27.379
0219000061	Empenhado	818	2.954	1.407	1.788	1.485	4.485	2.978	1.385	2.370	1.466	3.112	2.842	27.090
0219000061	Emp. X Prog	100,00%	99,72%	100,00%	99,97%	99,83%	100,00%	99,75%	99,73%	99,98%	99,99%	100,00%	91,45%	98,94%
0223000015	Programado	1	11	11	11	46	397	-	100	634	89	1.792	215	3.308
0223000015	Empenhado	-	10	10	10	46	383	-	100	634	88	632	191	2.104
0223000015	Emp. X Prog	0,00%	88,63%	88,98%	88,98%	99,78%	96,59%	0,00%	100,00%	100,00%	99,15%	35,28%	88,73%	63,61%
0223000017	Programado	-	3.196	3.311	6.548	3.400	1.512	2.269	3.247	4.959	1.708	1.175	416	31.741
0223000017	Empenhado	-	3.159	3.311	6.546	3.400	1.511	2.269	3.247	4.959	1.708	1.168	90	31.368
0223000017	Emp. X Prog	0,00%	98,86%	100,00%	99,96%	100,00%	99,96%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,37%	21,66%	98,82%
0223000031	Programado	182	182	182	182	182	182	182	182	-	-	-	-	1.454
0223000031	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0223000031	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0223000040	Programado	-	-	-	269	1.731	-	3.200	947	4.290	7.565	4.834	2.300	25.135
0223000040	Empenhado	-	-	-	269	1.731	-	3.200	947	4.290	7.527	4.600	1.558	24.122
0223000040	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,51%	95,17%	67,73%	95,97%
0223000041	Programado	-	-	111	0	86	95	8	248	22	22	22	22	636
0223000041	Empenhado	-	-	111	0	86	95	7	246	-	-	3	17	565
0223000041	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	85,55%	99,18%	0,00%	0,00%	14,77%	77,18%	88,83%
0223000042	Programado	2.026	-	3.125	5.184	800	800	2.800	2.281	500	500	3.500	3.550	25.066
0223000042	Empenhado	2.026	-	3.125	5.184	800	800	2.800	2.281	500	500	3.500	3.514	25.029
0223000042	Emp. X Prog	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,96%	99,85%
0223000043	Programado	16.745	24.184	25.459	21.650	10.844	13.033	16.341	21.143	6.970	9.147	11.082	20.970	197.568
0223000043	Empenhado	16.740	24.184	25.459	21.123	10.817	13.006	16.307	20.274	6.970	8.976	11.005	18.915	193.776
0223000043	Emp. X Prog	99,97%	100,00%	100,00%	97,57%	99,75%	99,79%	99,79%	95,89%	100,00%	98,14%	99,31%	90,20%	98,08%
0223000044	Programado	100	100	100	100	100	100	100	100	-	-	-	-	800
0223000044	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0223000044	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0223000045	Programado	77	923	683	1.820	638	2.054	2.282	1.724	1.712	1.386	889	2.352	16.540
0223000045	Empenhado	66	920	598	1.732	612	2.032	2.278	1.674	1.560	1.143	622	1.958	15.196
0223000045	Emp. X Prog	86,17%	99,67%	87,60%	95,14%	96,00%	98,95%	99,83%	97,12%	91,09%	82,47%	69,95%	83,24%	91,87%
0223000046	Programado	45	45	45	45	45	45	45	45	32	32	32	32	491
0223000046	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0223000046	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0223000047	Programado	-	22	180	-	84	17	17	88	15	64	57	51	595
0223000047	Empenhado	-	22	180	-	84	17	17	88	15	37	37	37	535
0223000047	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	58,14%	65,45%	73,59%	89,90%

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0223000048	Programado	-	-	2.780	47	-	1.321	2	1.542	695	1.863	2.118	1.692	12.059
0223000048	Empenhado	-	-	2.780	47	-	1.321	2	1.518	695	1.466	1.967	1.504	11.299
0223000048	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	98,40%	100,00%	78,70%	92,90%	88,89%	93,70%
0223000049	Programado	-	15.266	1.503	4.096	4.233	9.547	7.665	8.876	4.940	4.984	4.570	10.030	75.711
0223000049	Empenhado	-	15.266	1.503	4.096	4.233	9.547	7.665	8.876	4.940	4.984	4.555	9.947	75.614
0223000049	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,69%	99,18%	99,87%
0223000050	Programado	12	134	55	5	31	10	394	848	-	512	225	1.035	3.260
0223000050	Empenhado	12	134	55	5	31	9	394	844	-	511	83	1.035	3.114
0223000050	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	99,64%	100,00%	100,00%	92,77%	99,98%	99,62%	0,00%	99,92%	37,05%	99,95%	95,50%
0223000051	Programado	-	8	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-	23
0223000051	Empenhado	-	8	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-	23
0223000051	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0223000052	Programado	-	1.800	3.600	1.800	2.009	1.497	2.103	1.998	1.800	1.800	1.966	2.010	22.382
0223000052	Empenhado	-	1.800	3.600	1.800	2.009	1.497	2.103	1.979	1.800	1.800	1.966	1.850	22.203
0223000052	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,05%	100,00%	100,00%	100,00%	92,04%	99,20%
0223000053	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0223000053	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0223000053	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0223000054	Programado	-	-	13.946	5.497	250	-	-	-	1.036	475	7.971	15.076	44.251
0223000054	Empenhado	-	-	13.946	5.494	250	-	-	-	1.036	475	7.954	8.948	38.104
0223000054	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	99,96%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	99,79%	59,35%	86,11%
0223000055	Programado	207	112	250	199	-	57	85	261	67	246	202	313	1.997
0223000055	Empenhado	206	112	250	199	-	57	85	261	67	243	197	294	1.970
0223000055	Emp. X Prog	99,69%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,77%	97,62%	93,87%	98,62%
0223000056	Programado	39	95	87	87	-	-	-	352	527	91	63	118	1.459
0223000056	Empenhado	39	95	87	87	-	-	-	69	358	-	-	29	763
0223000056	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	19,58%	67,84%	0,00%	0,00%	24,54%	52,28%
0223000057	Programado	183	61	92	99	19	56	342	7	28	100	70	548	1.603
0223000057	Empenhado	182	61	92	99	19	56	342	7	28	61	69	473	1.488
0223000057	Emp. X Prog	99,68%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	60,51%	99,21%	86,40%	92,81%
0223000058	Programado	635	490	522	511	493	373	468	913	288	1.900	392	197	7.182
0223000058	Empenhado	630	490	522	511	493	373	468	910	288	705	390	196	5.976
0223000058	Emp. X Prog	99,17%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,74%	100,00%	37,09%	99,34%	99,49%	83,20%
0223000059	Programado	-	-	2	-	-	-	185	-	-	6	-	136	330
0223000059	Empenhado	-	-	2	-	-	-	87	-	-	6	-	136	232
0223000059	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	47,13%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	70,34%
0223000070	Programado	-	7	7	7	-	-	-	-	-	-	-	-	20
0223000070	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0223000070	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0225000000	Programado	-	-	-	-	15	-	-	-	-	-	2	-	17
0225000000	Empenhado	-	-	-	-	14	-	-	-	-	-	2	-	15
0225000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	90,17%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	91,24%
0228000000	Programado	1.882	2.539	9.455	3.445	2.378	2.569	2.482	2.516	6.622	4.051	14.863	7.921	60.723
0228000000	Empenhado	1.879	2.539	1.486	2.474	2.372	2.481	2.422	2.505	6.594	3.813	8.496	4.360	41.422
0228000000	Emp. X Prog	99,84%	100,00%	15,72%	71,80%	99,77%	96,55%	97,59%	99,60%	99,58%	94,12%	57,16%	55,04%	68,21%
0229000000	Programado	33	365	394	-	106	1.489	246	50	1.010	104	129	1.177	5.104
0229000000	Empenhado	-	365	394	-	106	1.489	246	50	1.010	104	115	207	4.087
0229000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	89,32%	17,58%	80,07%

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0232000000	Programado	-	-	-	-	-	193	-	-	-	-	-	-	193
0232000000	Empenhado	-	-	-	-	-	193	-	-	-	-	-	-	193
0232000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0240000000	Programado	45.378	48.913	44.662	55.157	36.913	70.207	74.215	64.805	72.503	51.254	35.994	160.417	760.418
0240000000	Empenhado	44.817	48.797	44.473	54.889	36.893	70.147	73.950	64.495	72.373	50.735	34.343	53.072	648.984
0240000000	Emp. X Prog	98,77%	99,76%	99,58%	99,51%	99,95%	99,91%	99,64%	99,52%	99,82%	98,99%	95,41%	33,08%	85,35%
0250000000	Programado	169.356	198.247	172.833	197.536	192.173	190.824	200.395	188.236	192.835	188.987	190.407	378.101	2.459.929
0250000000	Empenhado	169.351	198.242	172.822	197.530	192.164	190.816	199.093	184.101	188.068	188.179	189.582	368.636	2.438.584
0250000000	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	99,35%	97,80%	97,53%	99,57%	99,57%	97,50%	99,13%
0260000000	Programado	301	989	528	615	1.520	1.392	1.441	644	701	391	1.797	4.002	14.321
0260000000	Empenhado	300	968	522	609	1.517	1.377	1.437	470	694	390	1.774	2.245	12.304
0260000000	Emp. X Prog	99,69%	97,87%	98,93%	99,05%	99,78%	98,92%	99,71%	73,03%	98,95%	99,85%	98,72%	56,11%	85,92%
0261000000	Programado	-	9.572	-	-	-	17.391	32.092	3.837	9.441	6.043	21.087	120.848	220.309
0261000000	Empenhado	-	9.572	-	-	-	17.389	32.092	3.837	9.440	6.042	21.054	115.211	214.637
0261000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,99%	100,00%	100,00%	99,99%	99,99%	99,85%	95,34%	97,43%
0263000000	Programado	-	1.808	100	4.989	2.103	15.265	1.882	25	35	35	37	35	26.315
0263000000	Empenhado	-	1.807	99	4.987	2.030	15.206	1.882	25	35	35	37	6	26.151
0263000000	Emp. X Prog	0,00%	99,95%	99,01%	99,97%	96,55%	99,61%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	16,89%	99,37%
0265000000	Programado	-	1.785	1.278	11.112	4.410	3.477	4.610	3.850	438	212	226	1.642	33.040
0265000000	Empenhado	-	1.067	878	11.112	4.078	3.477	4.541	3.779	425	112	155	1.630	31.253
0265000000	Emp. X Prog	0,00%	59,78%	68,69%	100,00%	92,47%	100,00%	98,49%	98,18%	96,96%	52,77%	68,40%	99,31%	94,59%
0266000000	Programado	-	117	497	2.398	701	3.001	1.790	759	2.364	975	3.240	3.615	19.456
0266000000	Empenhado	-	117	497	2.398	701	3.001	1.789	759	2.364	975	3.155	3.154	18.910
0266000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,96%	100,00%	100,00%	100,00%	97,39%	87,25%	97,19%
0269000000	Programado	5.930	23.635	15.775	13.999	25.268	23.716	17.976	23.420	18.164	15.255	21.916	37.886	242.942
0269000000	Empenhado	5.920	23.562	15.680	13.843	25.055	22.948	17.501	23.304	17.388	14.876	21.332	29.933	231.341
0269000000	Emp. X Prog	99,82%	99,69%	99,40%	98,88%	99,15%	96,76%	97,35%	99,51%	95,72%	97,51%	97,33%	79,01%	95,22%
0280000000	Programado	-	-	1	-	108	-	-	-	-	1	1	4	115
0280000000	Empenhado	-	-	1	-	108	-	-	-	-	1	-	3	112
0280000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	49,36%	0,00%	61,65%	97,01%
0285000001	Programado	-	-	23	18	5	41	4	30	73	394	950	24.991	26.530
0285000001	Empenhado	-	-	-	3	5	21	1	28	17	39	459	234	806
0285000001	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	16,33%	100,00%	51,10%	19,12%	93,29%	23,47%	9,89%	48,25%	0,93%	3,04%
0285000005	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0285000005	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0285000005	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0285000007	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	891	-	891
0285000007	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	841	-	841
0285000007	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	94,34%	0,00%	94,34%
0285000013	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	656	656
0285000013	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0285000013	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0285000015	Programado	-	-	-	48	-	64	-	-	0	47	-	1.154	1.312
0285000015	Empenhado	-	-	-	47	-	64	-	-	0	47	-	20	177
0285000015	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	98,72%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	1,72%	13,51%
0289000000	Programado	-	-	-	-	236	94	149	12	13	13	19	737	1.273
0289000000	Empenhado	-	-	-	-	236	94	149	12	13	13	19	737	1.273
0289000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0298000000	Programado	-	-	80	46	3.341	8.373	885	462	2.214	1.553	6.679	1.309	24.941
0298000000	Empenhado	-	-	80	46	3.341	8.287	599	375	2.171	1.553	5.749	1.154	23.354
0298000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,97%	67,67%	81,31%	98,06%	100,00%	86,07%	88,15%	93,64%
0299000000	Programado	124	720	180	613	304	885	960	1.232	15.858	12.738	20.934	16.392	70.941
0299000000	Empenhado	124	715	176	613	304	875	960	1.225	15.857	12.730	20.917	15.792	70.288
0299000000	Emp. X Prog	100,00%	99,31%	97,98%	100,00%	100,00%	98,87%	99,93%	99,39%	100,00%	99,94%	99,92%	96,34%	99,08%
0300000000	Programado	-	13.895	16	-	74	2.465	21	700	156	-	19.147	1.090	37.563
0300000000	Empenhado	-	13.895	-	-	-	2.465	21	688	147	-	19.147	1.090	37.453
0300000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	98,24%	94,59%	0,00%	100,00%	100,00%	99,71%
0301000000	Programado	-	-	150	76	56	839	11	0	-	-	27	-	1.158
0301000000	Empenhado	-	-	-	47	56	839	11	0	-	-	26	-	978
0301000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	61,11%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	98,39%	0,00%	84,47%
0302000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
0302000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
0302000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0309000000	Programado	-	-	-	-	-	22.935	5	-	-	-	-	-	22.940
0309000000	Empenhado	-	-	-	-	-	22.935	5	-	-	-	-	-	22.940
0309000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0311000033	Programado	-	-	2.150	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.150
0311000033	Empenhado	-	-	2.150	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.150
0311000033	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0311000034	Programado	-	-	1.467	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.467
0311000034	Empenhado	-	-	1.467	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.467
0311000034	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0311000035	Programado	-	-	13.429	5.643	-	-	-	-	2.777	-	-	1.330	23.180
0311000035	Empenhado	-	-	13.429	5.643	-	-	-	-	2.777	-	-	360	22.209
0311000035	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	27,04%	95,81%
0311000036	Programado	-	-	4.618	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.618
0311000036	Empenhado	-	-	4.618	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.618
0311000036	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0311000037	Programado	-	26	4.281	170	433	250	-	-	-	-	-	3.529	8.689
0311000037	Empenhado	-	26	4.264	170	393	205	-	-	-	-	-	3.184	8.242
0311000037	Emp. X Prog	0,00%	99,41%	99,60%	99,99%	90,78%	82,15%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	90,22%	94,86%
0311000038	Programado	-	-	216	692	-	28	39	-	15	8	594	2.067	3.660
0311000038	Empenhado	-	-	216	692	-	28	39	-	7	8	594	316	1.901
0311000038	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	46,67%	100,00%	100,00%	15,28%	51,93%
0319000018	Programado	-	-	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28
0319000018	Empenhado	-	-	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28
0319000018	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0319000019	Programado	-	-	266	-	-	-	-	-	-	-	-	-	266
0319000019	Empenhado	-	-	266	-	-	-	-	-	-	-	-	-	266
0319000019	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0319000020	Programado	-	-	177	478	175	317	74	110	712	211	-	2.124	4.378
0319000020	Empenhado	-	-	177	478	175	317	74	110	712	211	-	-	2.254
0319000020	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	51,47%
0319000021	Programado	-	-	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35
0319000021	Empenhado	-	-	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35
0319000021	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0319000023	Programado	-	-	34	150	59	22	95	161	64	1	-	-	586
0319000023	Empenhado	-	-	34	150	59	22	87	161	64	-	-	-	577
0319000023	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	91,72%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	98,56%
0319000024	Programado	-	-	-	33	56	76	-	-	-	1	-	-	165
0319000024	Empenhado	-	-	-	33	56	76	-	-	-	-	-	-	164
0319000024	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,68%
0319000026	Programado	-	-	16	156	36	45	66	106	55	56	176	182	894
0319000026	Empenhado	-	-	16	130	36	45	66	106	55	56	175	19	706
0319000026	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	83,52%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,78%	10,48%	78,88%
0320000000	Programado	-	-	-	177	4	550	165	272	6.849	240	1.358	1.897	11.512
0320000000	Empenhado	-	-	-	39	4	550	165	267	6.666	224	1.358	1.722	10.995
0320000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	22,22%	100,00%	100,00%	100,00%	98,19%	97,33%	93,30%	100,00%	90,77%	95,51%
0321000000	Programado	-	-	10.306	508	847	613	3.186	334	356	4.315	2.228	9.206	31.899
0321000000	Empenhado	-	-	10.306	508	847	613	3.146	334	356	4.261	2.162	2.019	24.551
0321000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,74%	100,00%	100,00%	98,73%	97,05%	21,93%	76,96%
0322000000	Programado	-	-	713	-	-	-	-	-	-	-	-	-	713
0322000000	Empenhado	-	-	713	-	-	-	-	-	-	-	-	-	713
0322000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0324000015	Programado	-	-	12.325	1.646	1.746	970	2.871	31.249	2.674	2.351	893	11.118	67.843
0324000015	Empenhado	-	-	11.542	1.463	1.746	928	1.029	31	2.480	474	132	327	20.152
0324000015	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	93,65%	88,91%	100,00%	95,63%	35,84%	0,10%	92,76%	20,18%	14,72%	2,94%	29,70%
0324000016	Programado	-	-	248	-	-	88	-	-	-	-	-	-	336
0324000016	Empenhado	-	-	248	-	-	-	-	-	-	-	-	-	248
0324000016	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	73,90%
0326000000	Programado	-	-	2.660	3	5	4	-	0	95	0	5	8	2.780
0326000000	Empenhado	-	-	4	3	5	4	-	0	4	0	5	8	32
0326000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,14%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	4,32%	100,00%	100,00%	100,00%	1,17%
0328000000	Programado	-	2.331	6.484	146	836	314	154	-	-	635	1.540	1.210	13.648
0328000000	Empenhado	-	1.607	5.061	146	836	314	154	-	-	633	650	-	9.401
0328000000	Emp. X Prog	0,00%	68,92%	78,06%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	99,81%	42,23%	0,00%	68,88%
0329000022	Programado	-	-	-	5	-	-	1.798	-	-	-	331	-	2.134
0329000022	Empenhado	-	-	-	5	-	-	1.472	-	-	-	331	-	1.808
0329000022	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	81,89%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	84,74%
0329000028	Programado	-	-	139	-	-	-	-	-	-	-	-	-	139
0329000028	Empenhado	-	-	139	-	-	-	-	-	-	-	-	-	139
0329000028	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0329000029	Programado	-	-	87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	87
0329000029	Empenhado	-	-	87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	87
0329000029	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0331000000	Programado	-	75.080	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75.080
0331000000	Empenhado	-	75.080	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75.080
0331000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0332000000	Programado	-	-	53	-	-	-	-	435	-	-	265	3.516	4.269
0332000000	Empenhado	-	-	53	-	-	-	-	435	-	-	265	249	1.002
0332000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	7,08%	23,48%
0340000000	Programado	-	-	-	0	-	11	-	-	-	-	11	-	22
0340000000	Empenhado	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	11	-	11
0340000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	66,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	50,45%
0360000000	Programado	-	-	-	-	-	232	-	-	-	-	-	-	232



ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0360000000	Empenhado	-	-	-	-	-	232	-	-	-	-	-	-	232
0360000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0361000000	Programado	-	264	80	709	58	53	1.876	108	53	34	271	3	3.508
0361000000	Empenhado	-	264	-	405	23	44	1.871	103	34	13	51	3	2.811
0361000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	57,06%	39,42%	83,19%	99,75%	95,02%	65,28%	38,92%	18,80%	100,00%	80,12%
0362000000	Programado	-	149	2.709	2.218	49	377	-	33	49	1	113	9	5.706
0362000000	Empenhado	-	149	2.709	2.218	48	288	-	32	43	1	54	9	5.550
0362000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	99,98%	100,00%	98,54%	76,51%	0,00%	96,58%	87,47%	63,98%	47,78%	100,00%	97,26%
0369000000	Programado	-	-	866	-	-	434	-	-	-	-	-	-	1.300
0369000000	Empenhado	-	-	866	-	-	434	-	-	-	-	-	-	1.300
0369000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0380000000	Programado	-	-	-	-	-	-	137	-	-	-	-	0	137
0380000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	137	-	-	-	-	-	137
0380000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,83%
0381000000	Programado	-	-	-	-	-	239	-	-	-	-	-	-	239
0381000000	Empenhado	-	-	-	-	-	239	-	-	-	-	-	-	239
0381000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0385000001	Programado	-	1.569	2.803	543	79	10.805	220	1.394	257	96	1.339	5.704	24.809
0385000001	Empenhado	-	928	2.373	383	79	10.780	145	1.392	1	96	1.276	3.419	20.874
0385000001	Emp. X Prog	0,00%	59,15%	84,67%	70,67%	100,00%	99,77%	65,98%	99,91%	0,22%	100,00%	95,27%	59,95%	84,14%
0385000003	Programado	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	13
0385000003	Empenhado	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	13
0385000003	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0385000004	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	27
0385000004	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0385000004	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0385000005	Programado	-	324	2.568	34	2.180	50	-	-	18	397	646	6.407	12.624
0385000005	Empenhado	-	324	2.178	34	2.180	50	-	-	18	132	630	-	5.546
0385000005	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	84,82%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	33,15%	97,49%	0,00%	43,93%
0385000006	Programado	-	-	-	-	-	-	239	-	-	-	-	-	239
0385000006	Empenhado	-	-	-	-	-	-	239	-	-	-	-	-	239
0385000006	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0385000007	Programado	-	416	3.360	1.478	6.904	35	1.790	1.136	7.281	9.618	1.205	1.079	34.303
0385000007	Empenhado	-	416	3.360	1.478	6.850	35	1.790	1.136	5.707	2.360	1.200	594	24.927
0385000007	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,21%	100,00%	100,00%	100,00%	78,39%	24,54%	99,60%	55,04%	72,67%
0385000008	Programado	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	9
0385000008	Empenhado	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	9
0385000008	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0385000009	Programado	-	-	2.814	2.353	3.056	-	-	-	232	264	153	370	9.242
0385000009	Empenhado	-	-	2.814	2.106	3.056	-	-	-	232	264	12	-	8.484
0385000009	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	89,50%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	8,07%	0,00%	91,80%
0385000010	Programado	-	-	251	-	1	45	-	53	-	-	24	18	393
0385000010	Empenhado	-	-	145	-	1	45	-	53	-	-	24	15	284
0385000010	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	57,64%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	81,96%	72,11%
0385000011	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	176	-	142	1.655	1.974
0385000011	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	176	-	142	828	1.146
0385000011	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	49,99%	58,05%
0385000013	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54	54
0385000013	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0385000013	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0385000014	Programado	-	-	-	651	-	-	-	-	-	93	-	-	744
0385000014	Empenhado	-	-	-	651	-	-	-	-	-	93	-	-	744
0385000014	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0385000015	Programado	-	-	437	248	-	20.092	-	10	995	-	-	-	21.782
0385000015	Empenhado	-	-	225	248	-	43	-	10	28	-	-	-	554
0385000015	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	51,47%	100,00%	0,00%	0,22%	0,00%	100,00%	2,84%	0,00%	0,00%	0,00%	2,54%
0385000016	Programado	-	-	400	5	-	1	-	-	-	-	-	-	407
0385000016	Empenhado	-	-	400	5	-	-	-	-	-	-	-	-	406
0385000016	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,70%
0385000022	Programado	-	-	128	-	10	31	-	-	15	-	-	-	184
0385000022	Empenhado	-	-	128	-	10	31	-	-	6	-	-	-	175
0385000022	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	41,69%	0,00%	0,00%	0,00%	95,17%
0386000000	Programado	-	7.707	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.707
0386000000	Empenhado	-	7.707	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.707
0386000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0387000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	9	1.216	-	139	226	1.590
0387000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	9	1.216	-	128	222	1.575
0387000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	92,18%	98,37%	99,08%
0388000000	Programado	-	-	-	400	640	341	117	256	-	-	335	3.441	5.530
0388000000	Empenhado	-	-	-	400	640	341	117	256	-	-	335	312	2.402
0388000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	9,07%	43,43%
0391000001	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	320	320
0391000001	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0391000001	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0391000005	Programado	-	-	17.412	729	3.967	1.820	2.129	112	398	1.723	725	330	29.345
0391000005	Empenhado	-	-	17.326	729	3.967	1.820	2.129	112	398	1.723	399	328	28.931
0391000005	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	99,51%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	55,08%	99,32%	98,59%
0391000007	Programado	-	15.438	35.059	22.400	12.799	16.305	3.047	9.399	8.639	15.657	2.280	8.470	149.493
0391000007	Empenhado	-	12.813	30.883	18.019	11.490	16.305	2.947	9.140	8.639	15.313	2.167	3.822	131.538
0391000007	Emp. X Prog	0,00%	83,00%	88,09%	80,44%	89,78%	100,00%	96,72%	97,25%	100,00%	97,80%	95,08%	45,12%	87,99%
0391000008	Programado	-	-	143	4.476	352	-	-	-	-	-	-	-	4.971
0391000008	Empenhado	-	-	143	4.476	352	-	-	-	-	-	-	-	4.971
0391000008	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0391000009	Programado	-	-	145.809	36.371	27.120	17.126	32.510	19.919	21.695	20.981	40.378	40.371	402.280
0391000009	Empenhado	-	-	138.367	36.348	20.281	16.998	31.687	19.899	13.719	20.699	27.591	23.479	349.067
0391000009	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	94,90%	99,94%	74,78%	99,25%	97,47%	99,90%	63,23%	98,66%	68,33%	58,16%	86,77%
0392000011	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	276	-	-	-	276
0392000011	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	276	-	-	-	276
0392000011	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0392000013	Programado	-	-	5.026	-	-	-	1.558	-	-	-	-	-	6.584
0392000013	Empenhado	-	-	5.026	-	-	-	1.558	-	-	-	-	-	6.584
0392000013	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0392000014	Programado	-	-	850	6.166	-	24	-	-	276	-	-	24	7.339
0392000014	Empenhado	-	-	850	6.166	-	24	-	-	276	-	-	-	7.315
0392000014	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,68%
0395000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	5.467	-	-	-	5.467
0395000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	2.347	-	-	-	2.347
0395000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	42,93%	0,00%	0,00%	0,00%	42,93%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0397000000	Programado	-	-	-	276	11.287	-	-	-	-	-	-	10	11.574
0397000000	Empenhado	-	-	-	276	11.287	-	-	-	-	-	-	-	11.563
0397000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,91%
0623000015	Programado	-	-	1.682	1.585	290	977	483	1.258	1.343	542	1.100	2.137	11.396
0623000015	Empenhado	-	-	488	1.585	235	670	330	695	1.296	512	426	610	6.847
0623000015	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	28,99%	100,00%	81,09%	68,58%	68,38%	55,27%	96,51%	94,55%	38,75%	28,53%	60,08%
0623000017	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-	-	19
0623000017	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-	-	19
0623000017	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000031	Programado	-	-	1.075	-	-	-	-	-	-	1.179	344	-	2.598
0623000031	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.179	344	-	1.523
0623000031	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	58,64%
0623000040	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	144	-	-	-	144
0623000040	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	144	-	-	-	144
0623000040	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000041	Programado	-	-	-	30	26	21	-	117	-	-	-	-	193
0623000041	Empenhado	-	-	-	26	26	21	-	117	-	-	-	-	190
0623000041	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	88,98%	100,00%	99,96%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	98,31%
0623000043	Programado	-	-	-	4.750	676	1.189	-	-	70	-	-	-	6.685
0623000043	Empenhado	-	-	-	4.750	676	1.189	-	-	70	-	-	-	6.685
0623000043	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000044	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0623000044	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0623000044	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0623000045	Programado	-	-	-	816	21	-	-	-	-	-	-	-	837
0623000045	Empenhado	-	-	-	816	21	-	-	-	-	-	-	-	837
0623000045	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000046	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0623000046	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0623000046	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0623000047	Programado	-	-	-	-	-	19	-	-	-	-	-	-	19
0623000047	Empenhado	-	-	-	-	-	19	-	-	-	-	-	-	19
0623000047	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000048	Programado	-	-	-	4	-	551	-	-	-	-	-	-	555
0623000048	Empenhado	-	-	-	-	-	551	-	-	-	-	-	-	551
0623000048	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,31%
0623000049	Programado	-	-	-	2.241	31	-	-	-	412	-	-	-	2.685
0623000049	Empenhado	-	-	-	2.241	31	-	-	-	412	-	-	-	2.685
0623000049	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000050	Programado	-	-	-	-	-	-	1.400	-	20	-	-	-	1.420
0623000050	Empenhado	-	-	-	-	-	-	1.395	-	20	-	-	-	1.415
0623000050	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,66%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,66%
0623000051	Programado	-	-	-	-	0	-	-	5	-	-	-	-	5
0623000051	Empenhado	-	-	-	-	0	-	-	5	-	-	-	-	5
0623000051	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000053	Programado	-	-	-	17	-	-	113	-	-	-	-	-	129
0623000053	Empenhado	-	-	-	17	-	-	113	-	-	-	-	-	129
0623000053	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000054	Programado	-	-	-	5.336	2.425	673	117	250	100	50	250	-	9.201

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0623000054	Empenhado	-	-	-	5.335	2.425	672	117	250	100	50	100	-	9.048
0623000054	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	99,97%	100,00%	99,88%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	39,99%	0,00%	98,34%
0623000055	Programado	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	2
0623000055	Empenhado	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	2
0623000055	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000056	Programado	-	-	-	-	27	-	-	-	2	-	4	-	33
0623000056	Empenhado	-	-	-	-	27	-	-	-	2	-	4	-	33
0623000056	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	99,99%	0,00%	100,00%
0623000057	Programado	-	-	-	83	-	13	-	6	-	-	-	-	101
0623000057	Empenhado	-	-	-	83	-	13	-	6	-	-	-	-	101
0623000057	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000058	Programado	-	-	-	135	2	146	-	1	16	51	-	2	352
0623000058	Empenhado	-	-	-	135	2	120	-	1	16	1	-	-	275
0623000058	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	99,88%	100,00%	82,70%	0,00%	100,00%	100,00%	1,66%	0,00%	0,00%	78,16%
0623000059	Programado	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	6
0623000059	Empenhado	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	6
0623000059	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0623000066	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	1	43	90	90	224
0623000066	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	1	43	90	90	224
0623000066	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	99,84%	100,00%	100,00%	99,97%
0623000067	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	62	37	37	37	173
0623000067	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	62	37	37	37	173
0623000067	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0623000071	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	85	-	-	-	85
0623000071	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	85	-	-	-	85
0623000071	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0625000000	Programado	-	-	122	386	117	87	19	579	9	180	30	2.178	3.705
0625000000	Empenhado	-	-	100	322	42	87	19	46	7	180	30	40	873
0625000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	82,34%	83,55%	36,32%	100,00%	99,95%	8,00%	80,80%	100,00%	100,00%	1,81%	23,57%
0628000000	Programado	29	29	53.751	9.435	2.046	3.412	1.828	1.628	9.379	3.848	2.603	7.615	95.603
0628000000	Empenhado	29	29	12.343	2.627	1.817	3.367	1.427	1.582	9.347	3.735	2.350	1.622	40.275
0628000000	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	22,96%	27,84%	88,85%	98,69%	78,07%	97,21%	99,66%	97,06%	90,27%	21,30%	42,13%
0629000000	Programado	-	-	2.057	4.582	1.051	790	1.554	65	730	742	731	3.550	15.853
0629000000	Empenhado	-	-	1.440	4.473	1.051	517	1.534	63	730	734	479	805	11.828
0629000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	70,03%	97,62%	100,00%	65,37%	98,73%	97,19%	100,00%	98,92%	65,46%	22,69%	74,61%
0632000000	Programado	-	-	609	28	77	-	-	-	-	-	-	-	714
0632000000	Empenhado	-	-	609	28	77	-	-	-	-	-	-	-	714
0632000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0640000000	Programado	286	-	97.616	3.590	1.270	1.487	988	587	35.474	609	2.108	6.783	150.798
0640000000	Empenhado	286	-	96.678	3.464	1.221	1.443	980	540	35.460	559	1.950	1.618	144.198
0640000000	Emp. X Prog	100,00%	0,00%	99,04%	96,48%	96,13%	97,00%	99,22%	92,01%	99,96%	91,84%	92,51%	23,86%	95,62%
0650000000	Programado	15.138	2	22.088	4.798	4.837	4.821	6.048	8.453	4.910	13.892	4.999	11.216	101.203
0650000000	Empenhado	15.138	2	22.088	4.798	4.837	4.821	6.048	8.453	4.910	13.892	4.999	9.602	99.588
0650000000	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	85,61%	98,40%
0660000000	Programado	-	-	109	1.788	162	196	491	305	1.300	171	475	440	5.438
0660000000	Empenhado	-	-	106	1.780	162	196	483	302	258	151	406	59	3.903
0660000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	97,02%	99,57%	99,71%	100,00%	98,32%	98,82%	19,85%	88,32%	85,52%	13,43%	71,78%
0661000000	Programado	-	-	213	24	4	69	30	11	-	20	12	-	383
0661000000	Empenhado	-	-	-	24	4	41	22	11	-	20	6	-	128

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0661000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	98,72%	59,73%	74,68%	99,76%	0,00%	100,00%	49,71%	0,00%	33,52%
0662000000	Programado	-	-	15	-	-	46	-	3	-	-	-	-	64
0662000000	Empenhado	-	-	-	-	-	46	-	3	-	-	-	-	49
0662000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	76,74%
0663000000	Programado	-	-	105	145	58	127	29	104	101	78	420	0	1.166
0663000000	Empenhado	-	-	-	114	50	121	27	72	89	63	53	0	589
0663000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	78,73%	87,26%	95,23%	95,09%	69,12%	88,21%	80,59%	12,51%	100,00%	50,54%
0665000000	Programado	-	-	467	546	117	148	452	484	10.098	2.141	5.336	2.118	21.906
0665000000	Empenhado	-	-	-	439	117	145	340	434	9.133	1.972	1.502	348	14.431
0665000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	80,41%	100,00%	98,05%	75,18%	89,63%	90,45%	92,14%	28,15%	16,45%	65,87%
0666000000	Programado	-	-	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36
0666000000	Empenhado	-	-	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36
0666000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0669000000	Programado	-	-	6.023	6.551	6.116	2.828	2.794	4.448	11.619	2.419	5.254	42.202	90.254
0669000000	Empenhado	-	-	5.704	6.503	5.953	2.601	2.671	4.065	3.061	2.254	3.126	35.229	71.166
0669000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	94,70%	99,26%	97,34%	91,96%	95,58%	91,40%	26,34%	93,16%	59,50%	83,48%	78,85%
0680000000	Programado	-	-	3	964	148	-	-	-	-	0	-	-	1.116
0680000000	Empenhado	-	-	3	964	148	-	-	-	-	0	-	-	1.116
0680000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0685000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0685000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0685000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0685000001	Programado	9	9	208.215	1.232	427	514	3.597	3.121	1.048	752	2.428	10.297	231.649
0685000001	Empenhado	9	9	203.541	398	340	514	481	2.762	159	520	1.415	2.128	212.276
0685000001	Emp. X Prog	93,80%	100,00%	97,76%	32,32%	79,77%	100,00%	13,36%	88,50%	15,14%	69,10%	58,28%	20,66%	91,64%
0685000005	Programado	-	-	73	-	-	-	114	-	-	-	-	-	187
0685000005	Empenhado	-	-	73	-	-	-	114	-	-	-	-	-	187
0685000005	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0685000007	Programado	-	-	351	-	14.194	3.849	2.443	443	279	846	2.827	3.510	28.742
0685000007	Empenhado	-	-	350	-	14.122	3.106	2.329	443	279	846	1.924	2.076	25.475
0685000007	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	99,71%	0,00%	99,49%	80,70%	95,33%	100,00%	100,00%	100,00%	68,06%	59,14%	88,63%
0685000008	Programado	-	-	-	66	-	-	-	-	-	-	-	-	66
0685000008	Empenhado	-	-	-	66	-	-	-	-	-	-	-	-	66
0685000008	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0685000013	Programado	-	-	-	1.101	424	-	-	23	-	-	-	151	1.699
0685000013	Empenhado	-	-	-	1.101	292	-	-	23	-	-	-	-	1.416
0685000013	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	68,96%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	83,38%
0685000015	Programado	-	-	5.823	363	287	390	52	233	207	206	1	799	8.362
0685000015	Empenhado	-	-	13	360	283	167	52	232	101	139	1	50	1.398
0685000015	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,23%	99,21%	98,38%	42,73%	100,00%	99,72%	48,65%	67,27%	100,00%	6,27%	16,72%
0698000000	Programado	-	-	307	121	5	-	2	290	161	-	-	265	1.151
0698000000	Empenhado	-	-	96	121	5	-	2	237	157	-	-	58	676
0698000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	31,34%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	81,66%	97,07%	0,00%	0,00%	21,91%	58,71%
0699000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0
0699000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0
0699000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
2385000008	Programado	-	-	-	1.401	217	-	-	-	-	-	-	-	1.618
2385000008	Empenhado	-	-	-	1.401	217	-	-	-	-	-	-	-	1.618
2385000008	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2391000009	Programado	-	-	1.084	-	2.741	1.055	-	1.207	-	416	-	22.240	28.742
2391000009	Empenhado	-	-	1.084	-	2.741	1.055	-	1.207	-	416	-	-	6.502
2391000009	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	22,62%
4391000009	Programado	-	-	34.306	2.414	1.094	1.000	1.366	3.513	-	8.655	16.771	12.365	81.485
4391000009	Empenhado	-	-	29.534	2.414	1.094	1.000	1.366	3.513	-	8.655	13.333	-	60.909
4391000009	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	86,09%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	79,50%	0,00%	74,75%
7100000000	Programado	-	-	-	106	12	-	11	26	-	-	877	1.376	2.408
7100000000	Empenhado	-	-	-	106	-	-	11	26	-	-	789	14	947
7100000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	90,07%	0,99%	39,33%
7111000035	Programado	-	-	-	-	221	-	40	-	36	-	9	9	313
7111000035	Empenhado	-	-	-	-	221	-	40	-	36	-	9	-	305
7111000035	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	97,25%
7111000036	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41	41
7111000036	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37	37
7111000036	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	88,79%	88,79%
7162000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	4
7162000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
7162000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7219000025	Programado	-	-	362	-	88	500	-	500	48	-	852	450	2.800
7219000025	Empenhado	-	-	337	-	88	337	-	500	-	-	400	212	1.873
7219000025	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	93,10%	0,00%	100,00%	67,34%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	46,96%	47,04%	66,91%
7228000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	954	-	-	14	-	968
7228000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
7228000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7240000000	Programado	0	-	-	7	9	4	3	1	1	1	1	8	35
7240000000	Empenhado	-	-	-	5	8	4	3	1	1	1	1	0	26
7240000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	80,11%	98,28%	100,00%	100,00%	100,00%	99,78%	92,16%	100,00%	5,94%	73,28%
7269000000	Programado	-	-	-	-	17	14	17	17	-	-	-	195	260
7269000000	Empenhado	-	-	-	-	17	14	17	17	-	-	-	-	64
7269000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	97,69%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	24,76%
7300000000	Programado	-	27	2.766	12	55	50	35	136	399	51	183	1.756	5.471
7300000000	Empenhado	-	27	133	12	55	22	32	133	6	42	95	457	1.016
7300000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	4,83%	100,00%	98,83%	45,06%	91,38%	97,78%	1,59%	82,36%	52,10%	26,03%	18,57%
7311000035	Programado	-	-	80	3	-	22	9	-	5	-	-	174	293
7311000035	Empenhado	-	-	80	3	-	22	9	-	5	-	-	174	293
7311000035	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
7311000037	Programado	-	-	99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99
7311000037	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
7311000037	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7319000019	Programado	-	-	95	-	541	-	-	109	-	-	-	-	744
7319000019	Empenhado	-	-	57	-	20	-	-	44	-	-	-	-	121
7319000019	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	59,89%	0,00%	3,74%	0,00%	0,00%	40,61%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	16,26%
7329000015	Programado	-	1.700	74	-	-	-	112	-	-	-	-	3	1.889
7329000015	Empenhado	-	809	74	-	-	-	54	-	-	-	-	-	936
7329000015	Emp. X Prog	0,00%	47,59%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	47,97%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	49,58%
7388000000	Programado	-	-	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-	32
7388000000	Empenhado	-	-	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-	32
7388000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
7629000000	Programado	-	-	486	84	2	2	2	2	-	1	3	318	900

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
7629000000	Empenhado	-	-	486	84	2	2	2	2	-	1	3	3	584
7629000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	1,01%	64,97%
7640000000	Programado	-	-	33	3	-	724	-	36	119	-	2	296	1.213
7640000000	Empenhado	-	-	33	3	-	398	-	-	35	-	2	18	489
7640000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	54,97%	0,00%	0,00%	29,02%	0,00%	100,00%	6,23%	40,33%
7661000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46	46
7661000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
7661000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7669000000	Programado	7	7	27	7	7	607	7	7	7	7	12	97	801
7669000000	Empenhado	7	7	26	7	7	407	7	7	7	7	12	90	593
7669000000	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	96,94%	100,00%	100,00%	67,07%	100,00%	100,00%	99,80%	99,80%	99,81%	92,57%	74,04%
Total Programado		1.318.225	1.690.631	2.384.237	2.004.546	1.855.988	2.086.582	1.865.039	1.852.445	1.987.266	1.836.900	1.976.403	3.269.776	24.128.039
Total Empenhado		1.316.284	1.682.101	2.290.384	1.986.144	1.843.463	2.055.944	1.851.434	1.807.723	1.947.898	1.812.904	1.921.400	2.851.505	23.367.183
Total Emp. X Prog		99,85%	99,50%	96,06%	99,08%	99,33%	98,53%	99,27%	97,59%	98,02%	98,69%	97,22%	87,21%	96,85%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Notas:

1 - A Programação Financeira é liberada por meio das Cotas Financeiras mensais, que apresentam os limites os quais os empenhos poderão ser efetuados. Assim, no momento da emissão dos empenhos, as cotas financeiras são reduzidas das respectivas programações financeiras.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

Michele Patricia Roncalio

Secretária Adjunta da Fazenda
Diretora do Tesouro Estadual, designada

Márcio Luiz Lohmeyer

Gerente de Programação Financeira do Tesouro

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER JUDICIÁRIO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0100000000	Programado	109.739	85.899	106.316	143.469	111.467	124.642	115.901	109.406	111.543	149.847	131.597	571.180	1.871.007
0100000000	Empenhado	109.486	85.899	106.316	143.408	111.467	124.642	115.897	109.406	111.543	149.847	131.229	128.002	1.427.143
0100000000	Emp. X Prog	99,77%	100,00%	100,00%	99,96%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,72%	22,41%	76,28%
0161000000	Programado	-	-	2.874	1.354	-	-	-	-	-	8.500	-	1.387	14.115
0161000000	Empenhado	-	-	2.874	1.354	-	-	-	-	-	8.500	-	1.196	13.924
0161000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	86,25%	98,65%
0162000000	Programado	-	-	1.000	767	-	-	-	-	-	3.300	-	5.096	10.163
0162000000	Empenhado	-	-	1.000	767	-	-	-	-	-	3.300	-	3.889	8.956
0162000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	76,31%	88,12%
0210000000	Programado	2.770	121	-	1	31	46	79	175	68	208	257	3.080	6.837
0210000000	Empenhado	2.180	121	-	0	31	45	76	167	68	208	256	-	3.154
0210000000	Emp. X Prog	78,71%	100,00%	0,00%	75,00%	99,35%	99,67%	95,67%	95,16%	99,93%	100,00%	99,76%	0,00%	46,13%
0212000000	Programado	35.373	341	338	200	179	5	375	369	430	773	397	12.387	51.165
0212000000	Empenhado	33.129	341	338	198	179	5	375	369	430	773	397	524	37.055
0212000000	Emp. X Prog	93,66%	100,00%	100,00%	98,80%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	4,23%	72,42%
0219000025	Programado	59.663	2.369	7.512	8.068	2.565	2.662	2.485	5.011	4.984	2.277	2.223	42.099	141.920
0219000025	Empenhado	49.574	2.324	7.401	6.969	2.048	2.203	2.182	1.937	4.758	2.089	2.205	1.974	85.665
0219000025	Emp. X Prog	83,09%	98,09%	98,53%	86,38%	79,83%	82,76%	87,81%	38,66%	95,46%	91,74%	99,21%	4,69%	60,36%
0260000000	Programado	-	-	1.300	461	-	-	232	11	9	1.041	-	2.227	5.280
0260000000	Empenhado	-	-	1.300	461	-	-	232	11	9	1.041	-	1.796	4.850
0260000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	80,67%	91,85%
0263000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.478	6.478
0263000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.998	2.998
0263000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	46,28%	46,28%
0269000000	Programado	14.751	-	77	29	315	73	27	17	44	9	15	1.553	16.910
0269000000	Empenhado	13.980	-	28	17	179	40	-	17	32	9	7	13	14.322
0269000000	Emp. X Prog	94,77%	0,00%	36,62%	57,34%	56,88%	54,89%	0,00%	100,00%	72,68%	100,00%	46,82%	0,84%	84,70%
0282000062	Programado	-	-	896	537	-	-	1.421	6	64	3.270	-	8.678	14.872
0282000062	Empenhado	-	-	896	537	-	-	1.281	6	64	3.270	-	1.463	7.517
0282000062	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	90,15%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	16,86%	50,54%
0283000000	Programado	47.610	6.229	2.271	2.528	3.358	2.979	1.195	1.869	1.922	2.456	296	38.331	111.044
0283000000	Empenhado	45.072	5.567	1.816	2.318	3.318	2.698	1.192	1.869	1.922	2.190	296	980	69.239
0283000000	Emp. X Prog	94,67%	89,38%	79,96%	91,70%	98,81%	90,56%	99,77%	100,00%	100,00%	89,16%	99,75%	2,56%	62,35%
0285000001	Programado	-	-	-	-	712	-	-	-	-	-	-	-	712
0285000001	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0285000001	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0300000000	Programado	3.752	11.593	1.488	-	690	3.587	7.684	3.491	2.386	1.618	7.347	10.904	54.542
0300000000	Empenhado	3.752	11.593	1.488	-	690	3.587	7.684	3.491	2.386	1.618	7.347	10.903	54.540
0300000000	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	100,00%
0301000000	Programado	1.752	495	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	2.248
0301000000	Empenhado	1.752	495	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.247
0301000000	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,98%
0310000000	Programado	-	-	-	1.391	1.429	-	-	-	-	-	-	-	2.820
0310000000	Empenhado	-	-	-	1.391	1.429	-	-	-	-	-	-	-	2.820
0310000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0319000025	Programado	-	-	-	413	426	429	-	294	-	-	-	-	1.563
0319000025	Empenhado	-	-	-	413	426	429	-	294	-	-	-	-	1.563
0319000025	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0360000000	Programado	-	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43
0360000000	Empenhado	-	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43
0360000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER JUDICIÁRIO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0361000000	Programado	-	1.275	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.275
0361000000	Empenhado	-	1.275	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.275
0361000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0362000000	Programado	-	900	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	900
0362000000	Empenhado	-	900	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	900
0362000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0369000000	Programado	-	316	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	316
0369000000	Empenhado	-	316	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	316
0369000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0382000000	Programado	7.990	6.498	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	14.490
0382000000	Empenhado	7.990	6.498	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.489
0382000000	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,99%
0383000000	Programado	9.423	2.541	18.173	2.560	1.905	16.296	15.444	3.399	2.983	3.751	3.513	26.597	106.584
0383000000	Empenhado	9.268	2.541	17.566	2.560	1.905	12.896	15.444	3.398	2.963	3.751	3.490	2.699	78.481
0383000000	Emp. X Prog	98,36%	100,00%	96,66%	100,00%	100,00%	79,14%	100,00%	99,98%	99,33%	100,00%	99,36%	10,15%	73,63%
0395000000	Programado	216.175	-	-	-	-	-	-	-	10.000	10.200	200	116.693	353.268
0395000000	Empenhado	170.992	-	-	-	-	-	-	-	7.505	10.021	200	16.313	205.032
0395000000	Emp. X Prog	79,10%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	75,05%	98,25%	100,00%	13,98%	58,04%
0640000000	Programado	-	1.000	-	26	34	391	455	159	-	428	435	2.218	5.146
0640000000	Empenhado	-	1.000	-	26	34	391	455	159	-	428	435	-	2.928
0640000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	56,90%
0663000000	Programado	-	4.407	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.407
0663000000	Empenhado	-	4.407	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.407
0663000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0669000000	Programado	28.201	10.398	3.754	1.477	500	10.033	5.226	2.138	2.485	2.999	3.136	10.149	80.495
0669000000	Empenhado	25.781	10.374	3.454	531	413	9.533	5.226	2.138	2.485	2.978	3.135	3.096	69.144
0669000000	Emp. X Prog	91,42%	99,77%	92,01%	35,94%	82,60%	95,02%	100,00%	100,00%	100,00%	99,32%	99,97%	30,51%	85,90%
0682000000	Programado	-	-	-	-	971	2.422	2.422	322	434	-	-	976	7.548
0682000000	Empenhado	-	-	-	-	971	2.422	2.422	322	434	-	-	437	7.009
0682000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	44,80%	92,86%
0684000000	Programado	-	-	-	790	-	-	-	-	-	-	-	-	790
0684000000	Empenhado	-	-	-	790	-	-	-	-	-	-	-	-	790
0684000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0685000001	Programado	-	-	-	519	190	4	-	-	-	-	-	-	712
0685000001	Empenhado	-	-	-	519	190	4	-	-	-	-	-	-	712
0685000001	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Total Programado		537.199	134.426	145.999	164.589	124.771	163.571	152.946	126.669	137.351	190.678	149.417	860.035	2.887.651
Total Empenhado		472.957	133.695	144.478	162.258	123.279	158.898	152.466	123.586	134.598	190.024	148.998	176.283	2.121.520
Total Emp. X Prog		88,04%	99,46%	98,96%	98,58%	98,80%	97,14%	99,69%	97,57%	98,00%	99,66%	99,72%	20,50%	73,47%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

Michele Patricia Roncalio
Secretária Adjunta da Fazenda
Diretora do Tesouro Estadual, designada

Márcio Luiz Lohmeyer
Gerente de Programação Financeira do Tesouro

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER LEGISLATIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0100000000	Programado	86.479	50.123	55.859	54.131	51.900	64.001	52.955	55.452	54.074	50.396	61.689	131.010	768.069
0100000000	Empenhado	84.053	48.398	53.755	52.831	50.821	62.868	51.199	51.811	51.416	45.875	46.421	79.876	679.323
0100000000	Emp. X Prog	97,19%	96,56%	96,23%	97,60%	97,92%	98,23%	96,68%	93,43%	95,08%	91,03%	75,25%	60,97%	88,45%
0161000000	Programado	322	8	1.197	58	8	8	2.457	36	17	2.188	2.597	107	9.000
0161000000	Empenhado	-	0	1.089	0	-	-	2.156	28	9	1.167	2.493	99	7.041
0161000000	Emp. X Prog	0,00%	1,66%	90,99%	0,48%	0,00%	0,00%	87,78%	77,51%	51,75%	53,36%	96,01%	92,49%	78,23%
0162000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	1.714	169	1.087	2.702	809	6.480
0162000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	1.714	169	809	2.317	809	5.817
0162000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	74,43%	85,76%	99,99%	89,77%
0260000000	Programado	48	-	-	-	-	60	90	253	228	212	525	432	1.848
0260000000	Empenhado	-	-	-	-	-	30	64	232	182	177	249	170	1.103
0260000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	49,47%	70,62%	91,87%	79,89%	83,39%	47,48%	39,26%	59,71%
0263000000	Programado	-	-	-	-	2.500	-	488	-	-	-	1.143	-	4.131
0263000000	Empenhado	-	-	-	-	2.500	-	488	-	-	-	551	-	3.539
0263000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	48,25%	0,00%	85,68%
0281000000	Programado	2.000	-	159	-	-	-	512	500	-	-	6.700	4.829	14.700
0281000000	Empenhado	-	-	159	-	-	-	512	-	-	-	2.404	1.040	4.116
0281000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	35,89%	21,54%	28,00%
0301000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145	145
0301000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145	145
0301000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0340000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	935	935
0340000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	935	935
0340000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0360000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	919	919
0360000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	896	896
0360000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	97,49%	97,49%
0361000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	824	824
0361000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	824	824
0361000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0362000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	845	845
0362000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	845	845
0362000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0381000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.660	-	-	2.660
0381000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.927	-	-	1.927
0381000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	72,45%	0,00%	0,00%	72,45%
0661000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565	565
0661000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565	565
0661000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0662000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76	76
0662000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76	76
0662000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0663000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	777	777
0663000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	777	777
0663000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Total Programado		88.849	50.131	57.214	54.189	54.408	64.069	56.502	57.954	54.488	56.542	75.356	142.273	811.975
Total Empenhado		84.053	48.398	55.002	52.832	53.321	62.898	54.419	53.785	51.776	49.955	54.436	87.056	707.930
Total Emp. X Prog		94,60%	96,54%	96,13%	97,50%	98,00%	98,17%	96,31%	92,81%	95,02%	88,35%	72,24%	61,19%	87,19%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

Michele Patricia Roncalio
Secretária Adjunta da Fazenda
Diretora do Tesouro Estadual, designada

Márcio Luiz Lohmeyer
Gerente de Programação Financeira do Tesouro

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - MINISTÉRIO PÚBLICO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0100000000	Programado	59.001	61.461	60.925	60.016	64.116	64.032	62.447	63.925	74.848	64.807	50.601	74.696	760.875
0100000000	Empenhado	50.292	50.348	50.231	49.398	50.915	49.457	50.819	51.805	53.093	52.042	37.927	62.236	608.563
0100000000	Emp. X Prog	85,24%	81,92%	82,45%	82,31%	79,41%	77,24%	81,38%	81,04%	70,93%	80,30%	74,95%	83,32%	79,98%
0161000000	Programado	5.970	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.880	-	11.850
0161000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.880	-	5.880
0161000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	49,62%
0162000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.677	30	6.707
0162000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.462	29	2.491
0162000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	36,87%	98,25%	37,14%
0210000000	Programado	10	142	142	142	142	126	142	142	142	142	142	291	1.709
0210000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0210000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0219000025	Programado	906	2.184	2.170	2.170	2.170	2.092	1.494	4.269	1.746	1.626	1.880	12.439	35.147
0219000025	Empenhado	524	817	795	795	795	679	679	3.499	1.078	964	1.231	1.592	13.448
0219000025	Emp. X Prog	57,77%	37,42%	36,63%	36,63%	36,63%	32,44%	45,44%	81,97%	61,76%	59,28%	65,49%	12,80%	38,26%
0219000027	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0219000027	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0219000027	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0240000000	Programado	0	0	8	8	8	8	8	8	8	8	8	24	100
0240000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0240000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0263000000	Programado	2.740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.320	-	4.060
0263000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.320	-	1.320
0263000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	32,51%
0269000000	Programado	709	517	482	517	517	518	616	542	533	533	534	568	6.586
0269000000	Empenhado	33	33	33	33	33	33	118	42	33	33	34	33	491
0269000000	Emp. X Prog	4,65%	6,37%	6,83%	6,37%	6,37%	6,36%	19,10%	7,83%	6,18%	6,19%	6,33%	5,80%	7,45%
0284000000	Programado	7.711	234	236	232	678	678	680	680	688	683	5.392	2.447	20.339
0284000000	Empenhado	22	20	21	16	16	16	16	18	23	19	4.689	16	4.893
0284000000	Emp. X Prog	0,28%	8,48%	8,96%	6,96%	2,38%	2,38%	2,37%	2,66%	3,38%	2,82%	86,96%	0,66%	24,06%
0300000000	Programado	-	1.138	2.000	3.129	889	4.245	4.239	11.345	5.540	1.740	2.801	10.797	47.864
0300000000	Empenhado	-	1.023	1.908	3.119	804	3.253	4.205	1.815	4.383	989	1.607	9.962	33.068
0300000000	Emp. X Prog	0,00%	89,87%	95,40%	99,66%	90,39%	76,64%	99,21%	16,00%	79,12%	56,84%	57,35%	92,26%	69,09%
0301000000	Programado	-	43	3	22	11	11	11	11	11	25	-	-	145
0301000000	Empenhado	-	43	3	0	-	-	-	-	-	6	-	-	51
0301000000	Emp. X Prog	0,00%	99,99%	85,57%	0,22%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	22,64%	0,00%	0,00%	35,17%
0310000000	Programado	-	104	104	104	104	104	79	156	79	79	173	2.707	3.793
0310000000	Empenhado	-	104	104	104	104	104	79	102	79	79	173	173	1.205
0310000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	65,46%	100,00%	100,00%	100,00%	6,38%	31,77%
0340000000	Programado	75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75
0340000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0340000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0360000000	Programado	507	-	94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	601
0360000000	Empenhado	-	-	68	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68
0360000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	71,89%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	11,25%
0361000000	Programado	743	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	743
0361000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0361000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - MINISTÉRIO PÚBLICO

Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0362000000	Programado	2.145	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.145
0362000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0362000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0369000000	Programado	83	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83
0369000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0369000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0384000000	Programado	50	-	-	-	-	348	1.520	700	700	700	1.285	1.285	6.588
0384000000	Empenhado	-	-	-	-	-	24	1.443	699	684	684	1.130	1.130	5.795
0384000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,93%	94,96%	99,87%	97,75%	97,75%	87,92%	87,92%	87,96%
0398000000	Programado	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0398000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0398000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0640000000	Programado	445	149	-	5	-	-	57	-	-	-	2	0	659
0640000000	Empenhado	-	149	-	5	-	-	57	-	-	-	2	-	213
0640000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	32,37%
0647000000	Programado	174	-	-	-	-	-	-	48	-	-	-	-	222
0647000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	48	-	-	-	-	48
0647000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	21,58%
0660000000	Programado	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2
0660000000	Empenhado	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2
0660000000	Emp. X Prog	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
0661000000	Programado	317	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	317
0661000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0661000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0662000000	Programado	73	-	-	-	-	-	-	339	9	9	9	9	446
0662000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	338	8	8	8	8	372
0662000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,86%	99,12%	99,12%	99,12%	99,12%	83,42%
0663000000	Programado	-	-	-	-	1.864	-	-	-	-	-	-	-	1.864
0663000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0663000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0669000000	Programado	29.838	1.309	237	42	22	850	529	13.321	-	302	32	34.741	81.222
0669000000	Empenhado	29.838	1.236	52	42	22	757	436	191	-	-	7	31.033	63.613
0669000000	Emp. X Prog	100,00%	94,44%	21,88%	100,00%	100,00%	89,01%	82,36%	1,44%	0,00%	0,00%	22,26%	89,33%	78,32%
0680000000	Programado	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
0680000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0680000000	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0684000000	Programado	4.452	97	87	101	75	11	90	8.735	6.065	87	17	176	19.993
0684000000	Empenhado	4.452	97	87	101	75	11	11	22	16	3	17	2	4.894
0684000000	Emp. X Prog	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	11,86%	0,26%	0,26%	3,34%	100,00%	1,30%	24,48%
0685000001	Programado	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
0685000001	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0685000001	Emp. X Prog	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total Programado		115.954	67.380	66.489	66.490	70.596	73.023	71.912	104.220	90.369	70.742	76.754	140.210	1.014.141
Total Empenhado		85.160	53.871	53.302	53.612	52.763	54.334	57.864	58.580	59.398	54.828	56.487	106.214	746.413
Total Emp. X Prog		73,44%	79,95%	80,17%	80,63%	74,74%	74,41%	80,46%	56,21%	65,73%	77,50%	73,59%	75,75%	73,60%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

Michele Patricia Roncalio
Secretária Adjunta da Fazenda
Diretora do Tesouro Estadual, designada

Márcio Luiz Lohmeyer
Gerente de Programação Financeira do Tesouro

ESTADO DE SANTA CATARINA

QUADRO DE PESSOAL - CONSOLIDADO (Anexo I, Item I, alínea "m")
Exercício 2018

Vínculo	Quantidade no Início do Exercício	Ingressos no Exercício	Desligamentos no Exercício (Exonerações / Falecimentos / Aposentadorias, outros)	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Público	48.662	1.812	3.599	46.902	R$ 5.679.001.423,41
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	2.841	120	73	2.908	R$ 354.950.108,96
Agentes Públicos Militares Ativos	13.368	400	622	13.142	R$ 1.794.674.404,97
Membros ativos de Poder ou Órgão	1.072	58	14	1.116	R$ 712.755.834,43
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	48	2	9	41	R$ 20.615.877,12
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Estado	2.118	879	838	2.126	R$ 519.255.383,69
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado	4.040	1.518	1.583	3.974	R$ 462.723.221,39
Servidores contratados por tempo determinado	4.568	47.615	46.938	5.245	R$ 1.043.469.727,18
Estagiários	8.594	11.660	10.990	9.264	R$ 105.639.537,79
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	304	44	71	281	R$ 7.889.067,58
Servidores cedidos para outras esferas do Governo	369	283	89	558	R$ 67.173.962,16
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	2.133	2.444	2.433	2.144	R$ 159.655.906,55
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	598	285	256	622	R$ 83.179.926,32
Conselheiros ou Conselheiros/JETON com ônus ao Poder Executivo	140	25	7	158	R$ 5.015.324,12
Jovem Aprendiz	50	37	36	51	R$ 464.306,78
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras	34	3	7	30	R$ 4.756.207,90
Total	**88.939**	**67.185**	**67.565**	**88.562**	**R$ 11.021.220.220,35**

FONTE: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH).

Nota:

(1) - Consolidação dos valores do Estado efetuada tendo como base os valores enviados pelo Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, conforme demonstrativos apresentados neste volume.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

QUADRO DE PESSOAL - PODER EXECUTIVO - TODAS AS UNIDADES DO ENTE (Anexo I, Item I, alínea "m")
Exercício 2018

Vínculo	Quantidade no Início do Exercício	Ingressos no Exercício	Desligamentos no Exercício (Exonerações / Falecimentos / Aposentadorias, outros)	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Pessoal	Despesa Patronal	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Público	41.674	1.665	3.362	40.004	R$ 3.699.284.603,95	R$ 870.305.627,53	R$ 4.569.590.231,48
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	2.841	120	73	2.908	R$ 289.722.743,38	R$ 65.227.365,58	R$ 354.950.108,96
Agentes Públicos Militares Ativos	13.190	361	607	12.940	R$ 1.271.577.176,99	R$ 512.839.014,31	R$ 1.784.416.191,30
Membros ativos de Poder ou Órgão	96	18	2	112	R$ 30.283.871,62	R$ 6.311.176,50	R$ 36.595.048,12
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	2	1	2	1	R$ 236.750,00	R$ 45.780,00	R$ 282.530,00
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Estado	776	670	627	786	R$ 151.024.444,55	R$ 29.237.398,49	R$ 180.261.843,04
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado	1.250	522	779	992	R$ 107.575.368,72	R$ 19.431.336,98	R$ 127.006.705,70
Servidores contratados por tempo determinado	4.568	47.615	46.938	5.245	R$ 884.940.813,45	R$ 158.528.913,73	R$ 1.043.469.727,18
Estagiários	4.965	8.644	7.997	5.612	R$ 53.216.139,61	R$ 3.102.362,69	R$ 56.318.502,30
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	146	8	42	116	R$ 890.385,53	R$ 21.951,12	R$ 912.336,65
Servidores cedidos para outras esferas do Governo	353	281	84	545	R$ 50.217.030,62	R$ 12.772.424,65	R$ 62.989.455,27
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	1.804	2.361	2.389	1.776	R$ 135.501.328,88	R$ 11.238.844,16	R$ 146.740.173,04
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	598	285	256	622	R$ 66.582.370,89	R$ 16.597.555,43	R$ 83.179.926,32
Conselheiros ou Conselheiros/JETON com ônus ao Poder Executivo	140	25	7	158	R$ 4.238.600,98	R$ 776.723,14	R$ 5.015.324,12
Jovem Aprendiz	50	37	36	51	R$ 455.861,33	R$ 8.445,45	R$ 464.306,78
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras	34	3	7	30	R$ 3.764.242,60	R$ 991.965,30	R$ 4.756.207,90
Total	**72.487**	**62.616**	**63.208**	**71.898**	**R$ 6.749.511.733,10**	**R$ 1.707.436.885,06**	**R$ 8.456.948.618,16**

FONTE: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH).

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

Renata de Arruda Fett Largura
Diretora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

ESTADO DE SANTA CATARINA

QUADRO DE PESSOAL - PODER JUDICIÁRIO - TODAS AS UNIDADES DO ENTE (Anexo I, Item I, alínea "m")
Exercício 2018

Vínculo (1)	Quantidade no Início do Exercício (2)	Ingressos no Exercício (3)	Desligamentos no Exercício (Exonerações/ Falecimentos/ Aposentadorias, outros)	Quantidade no Final do Exercício (4)	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo (5)
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo (6)	5.773	87	200	5.660	R$ 739.134.909,51
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público (7)	-	-	-	-	R$ -
Agentes Públicos Militares Ativos (8)	68	22	9	81	R$ 3.248.648,29
Membros ativos de Poder ou órgão (9)	500	26	10	516	R$ 359.812.266,62
Agentes Políticos com Mandato Eletivo (10)	-	-	-	-	R$ -
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Estado (11)	1.221	145	151	1.215	R$ 291.170.484,75
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado (12)	822	248	100	970	R$ 118.591.096,90
Servidores contratados por tempo determinado (13)	-	-	-	-	R$ -
Estagiários (14)	2.620	2.103	2.078	2.645	R$ 34.134.209,23
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo (15)	9	7	6	10	R$ 940.726,89
Servidores cedidos para outras esferas de Governo (16)	4	-	1	3	R$ 594.213,72
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários (17)	144	56	36	164	R$ 2.205.726,73
Total	**11.161**	**2.694**	**2.591**	**11.264**	**R$ 1.549.832.282,64**

NOTAS:

(1) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontre. Em caso de acumulação informar ambos cargos.

(2) Posição em 31 de dezembro do exercício anterior.

(3) Quantidade de ingressos no período 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de referência.

(4) Corresponde à quantidade em 31 de dezembro do exercício de referência. Resultado da quantidade no início do exercício somada aos ingressos e subtraídos os desligamentos no exercício de referência.

(5) Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade do Estado. Incluir todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatório integrantes da folha de pagamento, bem como as contribuições recolhidas (patronal) pelo Ente à previdência social, abrangendo ainda previdência complementar SC PREV.

(6) Incluir os servidores ativos ocupantes de cargo efetivo, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas a que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos mediante o instituto de diposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.

(7) Incluir os servidores ativos ocupantes de emprego público, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos à diposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.

(8) Incluir os policiais militares e os bombeiros militares. Excluir os militares da reserva que retornam como temporários.

(9) Incluir os membros ativos de Poder ou Órgão: Desembargadores e Juízes do Tribunal de Justiça, Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público, Conselheiros do Tribunal de Contas e Auditores Substitutos de Conselheiros, Defensores Públicos, bem como os Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

(10) Incluir os Agentes Políticos em exercício de Mandato Eletivo no ente: Governador, Vice-Governador e Deputados Estaduais.

(11) Incluir os servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na esfera estadual com vínculo efetivo com o Estado.

(12) Incluir os servidores ativos ocupantes exclusivamente de cargo ou emprego em Comissão de livre nomeação e exoneração (comissionado puro, sem vínculo permanente com o Estado).

(13) Incluir os servidores contratados por tempo determinado (Admitido em Caráter Temporário - ACT).

(14) Incluir todos os estagiários/bolsistas de qualquer nível de escolaridade, inclusive os médicos residentes.

(15) Incluir os servidores recebidos à disposição, cujo ônus seja do Estado, bem como os que o ônus seja do órgão de origem ressarcido pelo Estado.

(16) Incluir os cedidos para outras esferas de governo cujo ônus permanece com a origem sem ressarcimento do ente de destino.

(17) Incluir policiais civis e militares da reserva que retornam como temporários.

(18) Considerando-se o lapso temporal entre o fechamento da folha de dezembro 2017 e janeiro 2018, apresenta-se uma divergência de quantitativo de pessoal entre o saldo final de 2017 e o saldo inicial de 2018, decorrente da movimentação funcional dos servidores.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

Raphael Jaques de Souza
Diretor de Gestão de Pessoas

ESTADO DE SANTA CATARINA

QUADRO DE PESSOAL - PODER LEGISLATIVO - TODAS AS UNIDADES DO ENTE (Anexo I, Item I, alínea "m")
Exercício 2018

Vínculo (1)	Quantidade no Início do Exercício (2)	Ingressos no Exercício (3)	Desligamentos no Exercício (Exonerações/ Falecimentos/ Aposentadorias, outros)	Quantidade no Final do Exercício (4)	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo (5)
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo (6)	385	-	17	368	R$ 132.337.961,21
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público (7)	-	-	-	-	R$ -
Agentes Públicos Militares Ativos (8)	31	-	-	31	R$ 2.832.793,27
Membros ativos de Poder ou órgão (9)	-	-	-	-	R$ -
Agentes Políticos com Mandato Eletivo (10)	46	1	7	40	R$ 20.333.347,12
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Estado (11)	38	42	40	40	R$ 14.317.744,03
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado (12)	958	579	569	968	R$ 88.671.234,83
Servidores contratados por tempo determinado (13)	-	-	-	-	R$ -
Estagiários (14)	171	136	110	197	R$ 2.699.659,46
Servidores recebidos à disposição de outras esferas deGoverno (15)	121	25	21	125	R$ 2.604.963,63
Servidores Cedidos para outras esferas de Governo (16)	8	-	4	4	R$ 2.127.006,25
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários (17)	60	5	1	64	R$ 5.444.947,27
Total	**1.818**	**788**	**769**	**1.837**	**R$ 271.369.657,07**

(1) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontre. Em caso de acumulação informar ambos cargos.
(2) Posição em 31 de dezembro do exercício anterior.
(3) Quantidade de ingressos no período 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de referência.
(4) Corresponde à quantidade em 31 de dezembro do exercício de referência. Resultado da quantidade no início do exercício somada aos ingressos e subtraídos os desligamentos no exercício de referência.
(5) Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade do Estado. Incluir todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatório integrantes da folha de pagamento, bem como as contribuições recolhidas (patronal) pelo Ente à previdência social, abrangendo ainda previdência complementar SC PREV.
(6) Incluir os servidores ativos ocupantes de cargo efetivo, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas a que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos mediante o instituto de diposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.
(7) Incluir os servidores ativos ocupantes de emprego público, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos à diposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.
(8) Incluir os policiais militares e os bombeiros militares. Excluir os militares da reserva que retornam como temporários.
(9) Incluir os membros ativos de Poder ou Órgão: Desembargadores e Juízes do Tribunal de Justiça, Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público, Conselheiros do Tribunal de Contas e Auditores Substitutos de Conselheiros, Defensores Públicos, bem como os Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
(10) Incluir os Agentes Políticos em exercício de Mandato Eletivo no ente: Governador, Vice-Governador e Deputados Estaduais.
(11) Incluir os servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na esfera estadual com vínculo efetivo com o Estado.
(12) Incluir os servidores ativos ocupantes exclusivamente de cargo ou emprego em Comissão de livre nomeação e exoneração (comissionado puro, sem vínculo permanente com o Estado).
(13) Incluir os servidores contratados por tempo determinado (Admitido em Caráter Temporário - ACT).
(14) Incluir todos os estagiários/bolsistas de qualquer nível de escolaridade, inclusive os médicos residentes.
(15) Incluir os servidores recebidos à disposição, cujo ônus seja do Estado, bem como os que o ônus seja do órgão de origem ressarcido pelo Estado.
(16) Incluir os cedidos para outras esferas de governo cujo ônus permanece com a origem sem ressarcimento do ente de destino.
(17) Incluir policiais civis e militares da reserva que retornam como temporários.
(18) Considerando-se o lapso temporal entre o fechamento da folha de dezembro 2017 e janeiro 2018, apresenta-se uma divergência de quantitativo de pessoal entre o saldo final de 2017 e o saldo inicial de 2018, decorrente da movimentação funcional dos servidores.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

Rafael Schmitz
Diretor Administrativo

ESTADO DE SANTA CATARINA

QUADRO DE PESSOAL - TRIBUNAL DE CONTAS - TODAS AS UNIDADES DO ENTE (Anexo I, Item I, alínea "m")
Exercício 2018

Vínculo (1)	Quantidade no Início do Exercício (2)	Ingressos no Exercício (3)	Desligamentos no Exercício (Exonerações/Falecimentos/Aposentadorias, outros)	Quantidade no Final do Exercício (4)	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo (5)
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo (6)	360	26	5	381	R$ 143.446.416,25
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público (7)	-	-	-	-	R$ -
Agentes Públicos Militares Ativos (8)	-	-	-	-	R$ -
Membros ativos de Poder ou órgão (9)	10	-	-	10	R$ 6.582.876,12
Agentes Políticos com Mandato Eletivo (10)	-	-	-	-	R$ -
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Estado (11)	25	3	-	28	R$ 14.364.211,13
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado (12)	60	5	6	59	R$ 15.825.439,83
Servidores contratados por tempo determinado (13)	-	-	-	-	R$ -
Estagiários (14)	16	20	19	17	R$ 144.548,24
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo (15)	26	4	2	28	R$ 3.332.918,17
Servidores cedidos para outras esferas de Governo (16)	4	-	-	4	R$ 1.356.130,64
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários (17)	16	-	-	16	R$ 448.969,68
Total	**517**	**58**	**32**	**543**	**R$ 185.501.510,06**

NOTAS:

(1) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontre. Em caso de acumulação informar ambos cargos.

(2) Posição em 31 de dezembro do exercício anterior.

(3) Quantidade de ingressos no período 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de referência.

(4) Corresponde à quantidade em 31 de dezembro do exercício de referência. Resultado da quantidade no início do exercício somada aos ingressos e subtraídos os desligamentos no exercício de referência.

(5) Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade do Estado. Incluir todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatório integrantes da folha de pagamento, bem como as contribuições recolhidas (patronal) pelo Ente à previdência social, abrangendo ainda previdência complementar SC PREV.

(6) Incluir os servidores ativos ocupantes de cargo efetivo, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas a que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos mediante o instituto de diposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.

(7) Incluir os servidores ativos ocupantes de emprego público, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos à diposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.

(8) Incluir os policiais militares e os bombeiros militares. Excluir os militares da reserva que retornam como temporários.

(9) Incluir os membros ativos de Poder ou Órgão: Desembargadores e Juízes do Tribunal de Justiça, Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público, Conselheiros do Tribunal de Contas e Auditores Substitutos de Conselheiros, Defensores Públicos, bem como os Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

(10) Incluir os Agentes Políticos em exercício de Mandato Eletivo no ente: Governador, Vice-Governador e Deputados Estaduais.

(11) Incluir os servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na esfera estadual com vínculo efetivo com o Estado.

(12) Incluir os servidores ativos ocupantes exclusivamente de cargo ou emprego em Comissão de livre nomeação e exoneração (comissionado puro, sem vínculo permanente com o Estado).

(13) Incluir os servidores contratados por tempo determinado (Admitido em Caráter Temporário - ACT).

(14) Incluir todos os estagiários/bolsistas de qualquer nível de escolaridade, inclusive os médicos residentes.

(15) Incluir os servidores recebidos à disposição, cujo ônus seja do Estado, bem como os que o ônus seja do órgão de origem ressarcido pelo Estado.

(16) Incluir os cedidos para outras esferas de governo cujo ônus permanece com a origem sem ressarcimento do ente de destino.

(17) Incluir policiais civis e militares da reserva que retornam como temporários.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

Giane Vanessa Fiorini
Diretora de Gestão de Pessoas

ESTADO DE SANTA CATARINA

QUADRO DE PESSOAL - MINISTÉRIO PÚBLICO - TODAS AS UNIDADES DO ENTE (Anexo I, Item I, alínea "m")
Exercício 2018

Vínculo (1)	Quantidade no Início do Exercício (2)*	Ingressos no Exercício (3)	Desligamentos no Exercício (Exonerações/Falecimentos/Aposentadorias, outros)	Quantidade no Final do Exercício (4)	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo (5)
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo (6)	470	34	15	489	R$ 94.491.904,96
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público (7)	-	-	-	-	R$ -
Agentes Públicos Militares Ativos (8)	79	17	6	90	R$ 4.176.772,11
Membros ativos de Poder ou órgão (9)	466	14	2	478	R$ 309.765.643,57
Agentes Políticos com Mandato Eletivo (10)	-	-	-	-	R$ -
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Estado (11)	58	19	20	57	R$ 19.141.100,74
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado (12)	950	164	129	985	R$ 112.628.744,13
Servidores contratados por tempo determinado (13)	-	-	-	-	R$ -
Estagiários (14)	822	757	786	793	R$ 12.342.618,56
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo (15)	2	-	-	2	R$ 98.122,24
Servidores cedidos para outras esferas de Governo (16)	-	2	-	2	R$ 107.156,28
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários (17)	109	22	7	124	R$ 4.816.089,83
Total	**2.956**	**1.029**	**965**	**3.020**	**R$ 557.568.152,42**

NOTAS:

(1) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontre. Em caso de acumulação informar ambos cargos.

(2) Posição em 31 de dezembro do exercício anterior.

(3) Quantidade de ingressos no período 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de referência.

(4) Corresponde à quantidade em 31 de dezembro do exercício de referência. Resultado da quantidade no início do exercício somada aos ingressos e subtraídos os desligamentos no exercício de referência.

(5) Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade do Estado. Incluir todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatório integrantes da folha de pagamento, bem como as contribuições recolhidas (patronal) pelo Ente à previdência social, abrangendo ainda previdência complementar SC PREV.

(6) Incluir os servidores ativos ocupantes de cargo efetivo, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas a que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos mediante o instituto de diposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.

(7) Incluir os servidores ativos ocupantes de emprego público, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos à diposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.

(8) Incluir os policiais militares e os bombeiros militares. Excluir os militares da reserva que retornam como temporários.

(9) Incluir os membros ativos de Poder ou Órgão: Desembargadores e Juízes do Tribunal de Justiça, Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público, Conselheiros do Tribunal de Contas e Auditores Substitutos de Conselheiros, Defensores Públicos, bem como os Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

(10) Incluir os Agentes Políticos em exercício de Mandato Eletivo no ente: Governador, Vice-Governador e Deputados Estaduais.

(11) Incluir os servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na esfera estadual com vínculo efetivo com o Estado.

(12) Incluir os servidores ativos ocupantes exclusivamente de cargo ou emprego em Comissão de livre nomeação e exoneração (comissionado puro, sem vínculo permanente com o Estado).

(13) Incluir os servidores contratados por tempo determinado (Admitido em Caráter Temporário - ACT).

(14) Incluir todos os estagiários/bolsistas de qualquer nível de escolaridade, inclusive os médicos residentes.

(15) Incluir os servidores recebidos à disposição, cujo ônus seja do Estado, bem como os que o ônus seja do órgão de origem ressarcido pelo Estado.

(16) Incluir os cedidos para outras esferas de governo cujo ônus permanece com a origem sem ressarcimento do ente de destino.

(17) Incluir policiais civis e militares da reserva que retornam como temporários.

*Observação: A quantidade inicial do exercício diverge da quantidade final do ano de 2017, visto que no demonstrativo daquele ano não foram considerados os 31 Policiais Civis que estão à disposição deste Ministério Público.
As despesas foram consignadas no campo Despesa Anual da Folha de Pagamento, faltou apenas o registro no campo de quantidade.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

Marina Ignes Pereira Zimmermann
Coordenadora de Recursos Humanos, em Exercício

Renato Kraus
Gerente de Remuneração Funcional

Arthur Alexandre Castro
Gerente de Cadastro e Inforamções Funcionais

CONSOLIDADO

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

Exercício de 2018

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
	7.802	7.809	7.890	7.933	7.951	7.978	8.410	7.967	8.509	7.912	7.815	7.795	R$ 554.535.538,82	R$ 453.689.040,00	R$ 477.692.794,37

NOTA:

Consolidação dos valores do Estado efetuada tendo como base os valores enviados pelo Poder Executvo, Poder Judicário, Poder Legislativo, Tribunal de Contas e Ministério Público, conforme demonstrativos apresentados neste volume.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Administração
Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços
Gerência de Contratos / Gerência de Mão de Obra Locada

PODER EXECUTIVO

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")
Exercício de 2018

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
ACABAMENTO GRÁFICO - 08 horas	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18			
AUXILIAR ADMINISTRATIVO - 08 horas	31	31	31	31	31	31	31	30	30	30	43	43			
AUXILIAR ADMINISTRATIVO - 06 horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
AUXILIAR DE CAMPO - TRATOR 44 horas semanais	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
AUXILIAR DE CAMPO NO SETOR AGROPECUÁRIO - 44 h/sem	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 20 h/sem	6	6	6	6	6	6	6	6	6	5	5	5			
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS - 06 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS - 40 h/sem	18	18	18	17	17	17	17	17	17	17	17	17			
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS - 08 horas	14	14	14	14	14	14	14	14	12	12	12	12			
CAMAREIRA - 08 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
COPEIRA - 12 horas	46	46	46	46	46	46	46	46	40	40	29	29			
COPEIRA - 40 h/sem	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13			
COPEIRA - 06 horas	29	29	29	29	29	28	28	28	27	25	25	24			
COPEIRA - 08 horas	42	42	41	45	45	45	44	44	39	39	38	37			
COZINHEIRA - 06 horas	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7			
COZINHEIRA - 08 horas	45	45	45	45	45	46	46	46	45	45	45	45			
COZINHEIRA - 12 horas	29	29	29	29	29	29	29	29	25	25	19	19			
DIGITADOR - 06 horas	1277	1277	1281	1312	1312	1310	1299	1296	1327	1332	1283	1283			
DIGITADOR - 08 horas	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30			
ELETRICISTA - 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
ELETROTÉCNICO - 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
ENCARREGADO - 40h/sem	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10			
ENCARREGADO GERAL -08 horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
ENCARREGADO NÍVEL I - 06 horas	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6			
ENCARREGADO NÍVEL I - 08 horas	5	5	5	5	5	5	5	5	2	2	2	2			
ENCARREGADO NÍVEL II - 06 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
ENCARREGADO NÍVEL II - 08 horas	17	17	17	17	17	17	17	17	14	14	7	7			
ENCARREGADO NÍVEL II - 24 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2			
GARÇOM - 06 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
GARÇOM - 08 horas	7	7	7	7	10	10	10	10	10	11	11	11			
GARÇOM - 10 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2			
GARÇOM - 12 horas	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8			
IMPRESSOR GRÁFICO - 08 horas	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34			
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA - 08 horas	92	92	100	101	101	101	99	99	99	99	92	92			
INSTRUTOR INFORMÁTICA - 06 horas	60	60	60	59	59	59	55	55	55	55	55	55			
JARDINEIRO - 04 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
JARDINEIRO - 06 horas	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6			
JARDINEIRO - 08 horas	38	38	38	38	38	38	38	38	24	24	36	36			
JARDINEIRO - 40 h/sem	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12			
LÍDER GRUPO - 08 horas	4	4	4	4	4	4	4	4	0	0	0	0			
MECÂNICO - 8 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
MENSAGEIRO - 06 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
MERENDEIRA - 08 horas	16	16	16	16	16	15	15	15	15	15	15	15			
MOTORISTA - 06 horas	5	5	5	5	5	4	3	2	2	2	2	2			
MOTORISTA - 08 horas	51	51	51	52	52	52	51	50	44	44	44	39			
MOTORISTA - 12 horas	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7			
MOTORISTA - 44 h/sem	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8			
MOTORISTA EXECUTIVO - 08 horas	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5			
OFFICE BOY - 06 horas	41	41	41	41	41	41	41	41	30	30	30	30			
OFFICE BOY - 08 horas	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5			
OPERADOR DE EMPILHADEIRA - 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS - 40 h/sem	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
OPERADOR DE SOM - 08 horas	7	7	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11			
PORTEIRO - 30 h/sem	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7			

Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Administração
Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços
Gerência de Contratos / Gerência de Mão de Obra Locada

PODER EXECUTIVO

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")
Exercício de 2018

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
RECEPCIONISTA - 04 horas	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11			
RECEPCIONISTA - 06 horas	121	121	121	124	128	127	127	127	122	122	122	122			
RECEPCIONISTA - 08 horas	250	250	249	249	249	249	252	252	252	252	251	251			
RECEPCIONISTA - 12 horas	37	37	37	37	37	37	37	37	33	33	32	32			
RECEPCIONISTA 12 X 36 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
RECEPCIONISTA BILÍNGUE - 08 horas	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14			
RECEPCIONISTA EXECUTIVA - 06 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
RECEPCIONISTA EXECUTIVA - 08 horas	1	1	1	19	19	19	19	19	19	19	19	19			
SERVENTE - 04 horas	166	166	166	169	175	175	175	175	175	171	159	159			
SERVENTE - 06 horas	153	156	158	180	180	179	180	180	184	190	190	190			
SERVENTE - 08 horas	839	839	839	836	836	871	860	858	831	831	811	811			
SERVENTE - 12 horas	198	198	198	198	198	198	198	198	171	171	174	174			
SERVENTE - 40 h/sem	116	116	116	116	118	118	118	116	116	116	116	116			
SERVENTE - 44 h/sem	8	8	8	8	8	8	8	8	8	9	8	8			
SERVIÇOS DE COPEIRAGEM	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
SERVIÇOS DE COZINHA	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
SERVIÇOS DE GARÇONAGEM	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4			
SERVIÇOS DE JARDINAGEM	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4			
SERVIÇOS DE LIMPEZA	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4			
SERVIÇOS DE ZELADORIA	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
TÉCNICO DE INFORMÁTICA - 06 horas	5	5	6	6	6	6	7	7	7	7	7	7			
TÉCNICO DE INFORMÁTICA - 08 horas	25	25	33	33	33	33	33	33	33	38	38	38			
TELEFONISTA - 06 horas	88	88	92	93	93	92	91	91	87	87	85	80			
TELEFONISTA - 12 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	7	7	8	8			
TRATORISTA - 40 h/sem	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
VIGILÂNCIA - 06 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
VIGILÂNCIA - 08 horas	74	74	74	74	74	74	74	74	74	74	74	74			
VIGILÂNCIA - 12 horas	103	103	103	103	103	103	103	103	103	103	103	103			
VIGILÂNCIA - 12x24 horas	4	4	4	7	7	7	7	7	7	7	7	7			
VIGILÂNCIA - 15 horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
VIGILÂNCIA - 16 horas	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48			
VIGILÂNCIA - 24 horas	280	280	280	284	284	284	284	284	284	285	284	285			
VIGILÂNCIA ARMADA - 08 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
VIGILÂNCIA ARMADA - 12 horas	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8			
VIGILÂNCIA ARMADA - 12x36 Horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
VIGILÂNCIA ARMADA - 24 horas	68	68	68	79	79	79	79	79	79	79	79	79			
ZELADOR - 06 horas	24	24	27	27	27	26	26	26	26	26	24	24			
ZELADOR - 08 horas	112	112	111	114	116	116	115	115	111	111	106	98			
ZELADOR - 12 horas	24	24	24	24	25	25	25	25	25	25	25	25			
ZELADOR - 40 h/sem	20	20	20	21	21	21	21	21	21	21	21	21			
ZELADOR - 44 h/sem	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
Total	**4919**	**4922**	**4953**	**5054**	**5072**	**5099**	**5071**	**5061**	**4969**	**4981**	**4885**	**4866**	**R$ 386.349.698,46**	**R$ 344.588.764,41**	**R$ 325.286.575,85**

NOTAS:

(18) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês.

Obs 1: Para o cálculo dos valores foram utilizados o elemento de despesa 33.90.37 (Locação de Mão-de-Obra), o subelemento 33.90.92.37 (Despesas de Exercícios Anteriores - Locação de mão-de-obra) e os subelementos 33.90.39.XX conforme observação 3 e 4.
Obs 2: Os valores são referentea a execução orçamentária de 2018.
Obs 3: Contratos da Casa Civil foram empenhados também nos elementos de despesa 33.90.39.46 / 33.90.39.78 / 33.90.39.79 / 33.90.39.78.
Obs 4: Contratos do Instituto de Metrologia/SC - IMETRO - foram empenhados também no elemento de despesa 33.90.39.77.
Obs 5: Contratos da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST - foram empenhados no elemento de despesa 33.90.39.77 / 33.90.39.78.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

Karen Sabrina Bayestorff Duarte
Diretora de Gestão de Materiais e Serviços

Estado de Santa Catarina

PODER JUDICIÁRIO

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

Exercício de 2018

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez (19)			
	1.932	1.933	1.982	1.929	1.929	1.929	2.367	1.943	2.579	1.939	1.939	1.939	R$ 98.605.080,24	R$ 86.709.606,44	R$ 86.709.606,44

NOTAS:

(18) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês.
(19) Considerada a quantidade e o valor contratados. A quantidade de postos de serviços efetivamente prestados e o valor do pagamento serão apurados em janeiro de 2019.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

Graziela Cristina Zanon Meyer Juliani
Diretora de Material e Patrimônio

Eduardo Cardoso da Silva
Diretor de Orçamento e Finanças

Estado de Santa Catarina

PODER LEGISLATIVO

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODASAS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

Exercício de 2018

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS/QUANTIDADE DE POSTOS												Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
	394	394	394	394	394	394	408	394	394	394	394	394	R$ 43.310.942,93	R$ 43.310.942,93	R$ 43.310.942,93

Notas:

(18) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

Rafael Schmitz
Diretor Administrativo

Estado de Santa Catarina

TRIBUNAL DE CONTAS

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODASAS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

Exercício de 2018

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual (19)	Despesa Paga Anual (19)
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
	161	162	164	162	163	163	171	172	171	173	171	170	R$ 9.610.993,69	R$ 7.361.957,53	R$ 7.356.957,53

NOTAS:

(18) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês.

(19) Novo contrato, com outra empresa a partir de 09/10/2018, ainda não foi liquidado e pago - por divergência nas Notas Fiscais apresentadas.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

Thais Schmitz Serpa
Diretora de Administração e Finanças

MINISTÉRIO PÚBLICO

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

Exercício de 2018

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
	396	398	397	394	393	393	393	397	396	425	426	426	R$ 16.658.823,50	R$ 15.028.711,62	R$ 15.028.711,62

NOTAS:

(18) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

Doris Mara Eller Brüggemann
Coordenadora de Operações Administrativas

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) - (Anexo I, Item I, alínea "o")

EXERCÍCIO DE 2018

Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Estadual ou por RPPS	Quantidade no Início do Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Tipo de Benefício
Aposentadorias civis (19)	46.979	48.609	R$ 4.306.261.651,64
Pensões por morte (20)	11.984	12.195	R$ 1.013.377.982,03
Reserva e Reforma remunerada (21)	10.045	10.457	R$ 1.265.000.439,75
Pensão Previdenciária	12.139	12.291	R$ 1.022.806.444,89
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (22)	-	-	R$ -
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (23)	-	-	R$ -
Total	**81.147**	**83.552**	**R$ 7.607.446.518,31**

FONTE: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH), Instituto de Previdência do Estado - IPREV e Informações dos Poderes conforme Portaria MPAS nº 3.385/2001.

NOTAS:

(19) Incluir os inativos/aposentados mantidos pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(20) Incluir os pensionistas cujo instituidor da pensão era agente público mantido pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(21) Incluir os Militares da Reserva Remunerada ou Reformados, inclusive os Bombeiros Militares.

(22) Incluir os inativos que recebem complementação de aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social -RGPS), se houver.

(23) Incluir os pensionistas que recebem complementação de pensão (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social –RGPS), se houver.

Consolidação dos valores do Estado efetuada tendo como base os valores enviados pelo Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, conforme demonstrativos apresentados neste volume.

As informações de Pensões por Morte foram encaminhadas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPREV.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 31.035/O-9

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER EXECUTIVO

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) - (Anexo I, Item I, alínea "o")

Exercício 2018

Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Estadual ou por RPPS	Qunatidade de Início do Exercício	Quantidade de Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Tipo de Benefício
Aposentadorias Civis (19)	44.371	45.883	R$ 3.675.451.760,45
Pensões por morte (20)	11.010	11.211	R$ 850.613.622,88
Reserva e Reforma Remunerada (21)	10.045	10.457	R$ 1.265.000.439,75
Pensão Previdenciária	12.139	12.291	R$ 1.022.806.444,89
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (22)	-	-	R$ -
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (23)	-	-	R$ -
Total	**77.565**	**79.842**	**R$ 6.813.872.267,97**

FONTE: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH), Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV e Informações dos Poderes conforme Portaria MPAS nº 3.385/2001.

NOTAS:

(19) Incluir os inativos/aposentados mantidos pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(20) Incluir os pensionistas cujo instituidor da pensão era agente público mantido pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(21) Incluir os Militares da Reserva Remunerada ou Reformados, inclusive os Bombeiros Militares.

(22) Incluir os inativos que recebem complementação de aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social -RGPS), se houver.

(23) Incluir os pensionistas que recebem complementação de pensão (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social –RGPS), se houver.

As informações de Pensões por Morte foram encaminhadas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPREV.

Florianópolis, 28 de Fevereiro de 2019.

Saulo Rodolfo Vidal
Gerente de Planejamento - IPREV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER JUDICIÁRIO

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) - (Anexo I,Item I, alínea "o")

Exercício de 2018

Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Estadual ou por RPPS	Quantidade no Início do Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Tipo de Benefício
Aposentadorias civis (19)	1.420	1.528	R$ 286.559.400,95
Pensões por morte (20)	436	434	R$ 64.210.427,46
Reserva e Reforma remunerada (21)	-	-	R$ -
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (22)	-	-	R$ -
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (23)	-	-	R$ -
Total	**1.856**	**1.962**	**R$ 350.769.828,41**

NOTAS:

(19) Incluir os inativos/aposentados mantidos pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(20) Incluir os pensionistas cujo instituidor da pensão era agente público mantido pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(21) Incluir os Militares da Reserva Remunerada ou Reformados, inclusive os Bombeiros Militares.

(22) Incluir os inativos que recebem complementação de aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social - RGPS), se houver.

(23) Incluir os pensionistas que recebem complementação de pensão (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social – RGPS), se houver.

As informações de Pensões por Morte foram encaminhadas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPREV.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2019.

Raphael Jaques de Souza
Diretor de Gestão de Pessoas

ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) - (Anexo I,Item I, alínea "o")

Exercício de 2018

Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Estadual ou por RPPS	Quantidade no Início do Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Tipo de Benefício
Aposentadorias civis (19)	709	710	R$ 185.233.363,78
Pensões por morte (20)	352	360	R$ 51.633.615,02
Reserva e Reforma remunerada (21)	-	-	R$ -
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (22)	-	-	R$ -
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (23)	-	-	R$ -
Total	**1.061**	**1.070**	**R$ 236.866.978,80**

NOTAS:

(19) Incluir os inativos/aposentados mantidos pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(20) Incluir os pensionistas cujo instituidor da pensão era agente público mantido pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(21) Incluir os Militares da Reserva Remunerada ou Reformados, inclusive os Bombeiros Militares.

(22) Incluir os inativos que recebem complementação de aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social -RGPS), se houver.

(23) Incluir os pensionistas que recebem complementação de pensão (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social –RGPS), se houver.

As informações de Pensões por Morte foram encaminhadas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPREV.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

Rafael Schmitz
Diretor Administrativo

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE CONTAS

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) - (Anexo I,Item I, alínea "o")

Exercício de 2018

Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Estadual ou por RPPS	Quantidade no Início do Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Tipo de Benefício
Aposentadorias civis (19)	287	284	R$ 88.703.962,95
Pensões por morte (20)	87	90	R$ 17.294.406,19
Reserva e Reforma remunerada (21)	-	-	R$ -
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (22)	-	-	R$ -
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (23)	-	-	R$ -
Total	**374**	**374**	**R$ 105.998.369,14**

NOTAS:

(19) Incluir os inativos/aposentados mantidos pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(20) Incluir os pensionistas cujo instituidor da pensão era agente público mantido pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(21) Incluir os Militares da Reserva Remunerada ou Reformados, inclusive os Bombeiros Militares.

(22) Incluir os inativos que recebem complementação de aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social -RGPS), se houver.

(23) Incluir os pensionistas que recebem complementação de pensão (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social –RGPS), se houver.

As informações de Pensões por Morte foram encaminhadas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPREV.

Florianópolis, 28 de Fevereiro de 2019.

Giane Vanessa Fiorini
Diretora de Gestão de Pessoas

ESTADO DE SANTA CATARINA

MINISTÉRIO PÚBLICO

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) - (Anexo I,Item I, alínea "o")

Exercício de 2018

Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Estadual ou por RPPS	Quantidade no Início do Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Tipo de Benefício	
Aposentadorias civis (19)	192	204	R$	70.313.163,51
Pensões por morte (20)	99	100	R$	29.625.910,48
Reserva e Reforma remunerada (21)	-	-	R$	-
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (22)	-	-	R$	-
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (23)	-	-	R$	-
Total	**291**	**304**	**R$**	**99.939.073,99**

NOTAS:

(19) Incluir os inativos/aposentados mantidos pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(20) Incluir os pensionistas cujo instituidor da pensão era agente público mantido pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(21) Incluir os Militares da Reserva Remunerada ou Reformados, inclusive os Bombeiros Militares.

(22) Incluir os inativos que recebem complementação de aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social -RGPS), se houver.

(23) Incluir os pensionistas que recebem complementação de pensão (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social –RGPS), se houver.

As informações de Pensões por Morte foram encaminhadas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPREV.

Florianópolis, 28 de Fevereiro de 2019.

Renato Kraus
Gerente de Remuneração Funcional

DÍVIDA ATIVA DO ESTADO

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea “r”, item 1 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente à dívida ativa do Estado de Santa Catarina em 31/12/2018, encaminhamos as seguintes informações.

1. Estoque da dívida ativa

A tabela a seguir mostra o valor do estoque de dívida ativa em 31/12/2018.

Tributo	Imposto (R$)	Multa (R$)	Juros (R$)	Total (R$)
ICMS	6.244.854.030,79	3.631.808.892,86	5.888.747.155,29	15.765.410.078,94
IPVA	245.230.363,10	90.877.396,36	145.605.754,87	481.713.514,33
ITCMD	44.258.237,44	31.177.864,98	39.741.355,79	115.177.458,21
Outras dívidas ativas	348.219.716,54	21.387.675,18	153.335.766,88	522.943.158,60
Total	**6.882.562.347,87**	**3.775.251.829,38**	**6.227.430.032,83**	**16.885.244.210,08**

Fonte: Gerencia de Arrecadação

2. Perfil da dívida ativa tributária por período de inscrição

A tabela a seguir mostra o valor da dívida ativa tributária [1](ICMS, IPVA, ITCMD e taxas) em 31/12/2018 por período de inscrição.

Período	Imposto	Multa	Juros	Total
2014-2018	3.513.409.413,81	1.776.236.969,85	1.571.722.600,60	**6.861.368.984,26**
2009-2013	1.859.373.145,72	1.221.838.920,03	1.749.847.208,20	**4.831.059.273,95**
2004-2008	577.660.048,43	382.872.067,08	949.754.927,21	**1.910.287.042,72**
1997-2003	516.047.051,40	268.654.739,69	1.193.179.718,82	**1.977.881.509,91**
1973-1996	220.829.339,80	112.979.652,20	682.214.398,92	**1.016.023.390,92**
TOTAL	**6.687.318.999,16**	**3.762.582.348,85**	**6.146.718.853,75**	**16.596.620.201,76**

Fonte: Gerencia de Arrecadação

[1] Não estão incluídos nesse cálculo o valor dos débitos não tributários (multas previstas aplicáveis aos particulares previstas nos contratos administrativos, multas penais aplicadas pelo Poder Judiciário, etc.)

3. Perfil da dívida ativa tributária por segmento econômico

A tabela a seguir mostra o valor da dívida ativa com ICMS[2], por segmento econômico, agrupado GRUPO do CNAE.

Segmento econômico	Imposto	Multa	Juros	Total
Comércio atacadista especializado em outros produtos	442.305.702,60	470.070.685,60	371.628.601,10	**1.284.004.989,30**
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	374.536.989,84	200.806.966,79	348.310.695,69	**923.654.652,32**
Transporte rodoviário de carga	371.207.515,42	162.948.239,65	250.910.015,88	**785.065.770,96**
Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	264.882.816,57	174.077.025,67	256.041.828,81	**695.001.671,05**
Fabricação de produtos de material plástico	251.028.701,15	126.986.011,51	275.142.787,87	**653.157.500,53**
Comércio varejista não-especializado	192.273.258,12	157.209.944,82	195.714.621,95	**545.197.824,89**
Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar	181.702.627,39	117.530.913,34	145.422.840,44	**444.656.381,17**
Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados	163.715.561,76	88.927.497,65	164.294.086,86	**416.937.146,27**
Outros	4.003.200.857,94	2.133.251.607,84	3.881.281.676,69	**10.017.734.142,48**
TOTAL	**6.244.854.030,80**	**3.631.808.892,86**	**5.888.747.155,29**	**15.765.410.078,95**

Fonte: Gerencia de Arrecadação

[2] O ICMS é o único tributo que pode ser classificado por segmento econômico, haja vista que os contribuintes desse imposto, via de regra, são pessoas jurídicas e não pessoas físicas, como ocorre com os demais tributos.

DAS AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS NA INSTÂNCIA JUDICIAL, COM QUANTITATIVO E VALOR

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea “r”, item 2 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente às ações de recuperação de créditos na instância judicial, com quantitativo e valor, no ano de 2018, encaminhamos as seguintes informações.

Em relação aos processos de execução fiscal cadastrados no sistema da Procuradoria Geral do Estado – PGE-Net -, no período entre 01/01/2018 e 31/12/2018, temos:

	Valor
Nº de execuções fiscais	6.533
Valor das execuções (R$)	2.630.129.208,22

Fonte: Procuradoria Geral do Estado – PGE-Net

Em 2018 foi o segundo ano que a PGE/SC promoveu a cobrança administrativa na modalidade de protesto da CDA, com os seguintes resultados:

	Quantidade	Valor (R$)
CDA encaminhadas a protesto	23.443	599.142.883,06
CDA pagas antes do protesto	1.415	4.219.695,20
CDA pagas após protesto	450	3.812.358,17
CDA parceladas após protesto	679	39.727.600,60

Fonte: Procuradoria Geral do Estado – PGE-Net

DA EVOLUÇÃO DO MONTANTE DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PASSÍVEIS DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea "r", item 3 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente à evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, em 2018, encaminhamos as seguintes informações, em R$:

A tabela a seguir mostra o valor do estoque dos créditos tributários disponíveis para a cobrança, em 31/12 de cada ano.

Descrição	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Declaração	492.896.017,64	356.673.092,07	598.033.672,98	716.037.453,15	* 1.664.359.774,96	921.084.644,78
Notificação	551.460.058,99	558.285.945,20	523.785.214,67	858.534.230,55	599.222.898,07	467.002.950,32
Dívida Ativa[3]	9.220.793.844,84	10.109.368.803,94	11.391.887.016,77	13.646.515.777,12	14.380.552.220,16	16.130.649.103,70
Parcelamento vencido	26.864.379,93	29.835.527,64	74.590.214,07	27.286.633,13	23.051.030,80	39.602.734,00

Fonte: Grupo Especialista da Cobrança
** O aumento de 132% do estoque de dívidas referentes à declaração se deu pela mudança nos critérios de elaboração do relatório a partir de julho de 2017, com a inclusão de novas contas.*

[3] O valor da dívida ativa inclui os créditos tributários com exigibilidade suspensa. Por conta disso, esse valor é superior àquele apresentado no item nº1 do relatório.

ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS PARA A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS NESTA INSTÂNCIA

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea “r”, item 4 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente à indicação das medidas adotadas para a recuperação de créditos na instância administrativa, em 2018, encaminhamos as seguintes informações.

A criação de uma estrutura profissional de acompanhamento e cobrança administrativa de tributos, primeiro denominada Grupo de Cobrança Administrativa de Débitos – CAD, renomeada em 2012 para Grupo Especialista em Cobrança Administrativa de Débitos Tributários - GE-COBRANÇA (Ato DIAT Nº 013/2012), representou uma inovação na Secretaria da Fazenda.

Além do desenvolvimento de um sistema on-line de levantamento de dívidas, a Diretoria de Administração Tributária passou a contatar diretamente os contribuintes devedores, por meio de telefone ou pessoalmente, buscando orientá-los a saldar suas dívidas.

GE-COBRANÇA - GRUPO ESPECIALISTA EM RECUPERAÇÃO ADMINISTRATIVA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - Em 2018, até dezembro, 127 servidores fazendários do Grupo de Cobrança Administrativa da SEF/SC realizaram 87.366 contatos com contribuintes inadimplentes, informando débitos e formas de pagamento ou parcelamento. O trabalho resultou em uma recuperação de R$ 325.966.473,75pagos à vista, e novos parcelamentos no valor total de R$ 1.080.325,86. Buscando maximizar os resultados o grupo realizou as seguintes Operações Especiais de Recuperação de Créditos Tributários:

- Operação especial de cobrança de ICMS declarado
- Operação especial de cobrança - PREFIS ICMS Convenio 158/2017 (pagamento parcelado)
- Operação especial de cobrança - PREFIS ITCMD
- Operação especial de cobrança do PERT - SIMPLES NACIONAL
- Operação especial de cobrança – parcelamentos em atraso
- Notificações fiscais de IPVA - desvinculação de débitos IPVA - leilão
- Notificação massiva de omissão de DIME
- Participação nas reuniões do GT50 - Recuperação de créditos tributários
- Inscrição dívida ativa massivas de IPVA de leilão do DETRAN
- Participação no seminário estadual sobre devedores contumazes
- Operação especial de cobrança PREFIS ICMS -Convênio 79/2018 (pagamento único)
- Operação especial de cobrança PREFIS ITCMD (pagamento único)
- Correção de inconsistências de nome e endereço de IPVA - exercício 2014 e de leilão do DETRAN, para inscrição direta em dívida ativa

Fonte: Grupo Especialista da Cobrança

ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

MEDIDAS ADOTADAS PARA INCREMENTO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS E DE CONTRIBUIÇÕES

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea “r”, item 5 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente às medidas adotadas para incremento das receitas tributárias e de contribuições, em 2017, encaminhamos as seguintes informações.

Tendo em vista a similaridade entre os itens nº 5 e nº 6, apenas por questões didáticas, apresentaremos no item nº 5 os projetos concluídos no ano de 2016.

Documentos Fiscais

No âmbito dos documentos fiscais eletrônicos, foi feita a migração para a versão 4.0 da Nota Fiscal Avulsa e da Nota Fiscal de Produtor, para possibilitar acesso aos novos recursos da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e.

O banco de dados da NF-e foi todo refeito para possibilitar o cruzamento dos dados e a criação de malhas fiscais automatizadas e o uso dos dados em banco de dados por Auditores Fiscais. Com isso, foi possível aproveitar os recursos de contingência da SEF (que funcionam como um seguro contra catástrofes) para fomentar a auditoria de empresas.

Além disso, foi implantado o Cadastro Centralizado de Contribuintes, que permite a troca de informações cadastrais e de autorização de emissão de documentos fiscais entre Secretarias de Fazenda dos estados. O Cadastro centralizado está sendo utilizando no âmbito das malhas fiscais para combater empresas que são constituídas com o intuito de emitir notas fiscais frias.

No âmbito da Escrituração Fiscal Digital, foram feitas alterações no layout e implementado o bloco K, que contém informações de registro de controle da produção e do estoque das empresas.

Em relação ao controle de transporte de mercadorias, o SAT passou a processar os Manifestos dos Documentos Fiscais Eletrônicos, disponibilizando as informações de lotes de documentos fiscais de mercadorias em trânsito para os trabalhos de auditoria.

Cadastro

O cadastro vem seguindo a diretriz da digitalização, automatização e integração entre entes.

Dessa forma, tivemos a implantação da REDESIMPLES, que constitui a quarta fase da integração entre a Fazenda Estadual, a Junta Comercial, a Receita Federal do Brasil e os Municípios participantes do REGIN.

Além disso, foi desenvolvida uma nova aplicação de alteração cadastral de Inscrição Estadual, totalmente sincronizada com a Junta Comercial e a Receita Federal do Brasil.

Em paralelo, foi eliminada a FAC off-line, tornando o processo totalmente online. Dessa forma, todo o processo de pedido de inscrição estadual agora é feito de forma online, pelo SAT.

Para os contribuintes SIMEI, foi desenvolvida uma integração com a Receita Federal do Brasil que permite a baixa automática das Inscrições Estaduais, que é sincronizada e não exige intervenção do contribuinte.

Simples Nacional

Foi implementado o sublimite estadual do faturamento das Empresas do Simples Nacional, em conformidade com as novas regras da legislação complementar. Além disso, foi realizada uma adequação para o recebimento e processamento do arquivo do Simples Nacional, com criação de novo layout do PGDAS-D.

Controle de Conta Corrente e Arrecadação

Criação das contas correntes para débitos declarados em DeSTDA, para a qual foi sugerida adequação da legislação, unificando prazos de

vencimento de todas as frações de ICMS declarados. Isto permitiu a criação de um código de receita único para a DeSTDA.

Aplicação de Alteração de Pagamento integrada ao sistema de controle de veículos, melhorando a integração do SAT com o Sistema Detran.Net

Implementação do Projeto de Lei da Reforma Administrativa, com a criação de regras de parcelamento para empresas em processo de Recuperação Judicial, remissão débitos de ICMS e ITCMD até R$ 5.000,00 e IPVA até R$ 500,00 e remissão de multa acessória de omissão DIME para o Simples Nacional.

Desenvolvimento da GNRE múltipla, de acordo com o projeto nacional do GT-53 / COTEPE

Regularização do Depósito Judicial, com criação de receita própria e webservice para integrar o SAT com a CEF. O projeto está atualmente dependendo da validação do TJ.

Foi criada uma aplicação que possibilita consultar a conta corrente a qual foi vinculado o registro de pagamento incluído pela Tesouraria

Foi desenvolvida uma aplicação para regularizar os créditos do tesouro estadual, originados de débitos do contribuinte questionados em litígio judicial, decorrentes dos processos com trânsito em julgado em que a parte beneficiada é o Estado, de acordo com a Lei complementar 151/2015.

Foi realizado o REFIS do Simples Nacional, com a disponibilização de regras de parcelamento para o recolhimento com os benefícios do Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Optantes pelo Simples Nacional – Lei Complementar Nº 162/2018 e Resolução CGSN Nº 138/2018.

Disponibilização de aplicação para consulta dos débitos alcançados pelo Convênio ICMS 79/2018, que autorizou a criação do PREFIS/SC, e geração de DARE/SC para pagamento

Disponibilização de aplicação para consulta dos débitos alcançados pela Medida Provisória Nº 225/2018, que instituiu o PREFIS/SC do ITCMD, e geração de DARE/SC para pagamento

Por fim, o SAT foi alterado de forma a inscrever os débitos de IPVA diretamente em dívida ativa (inscrição individual)

Auditorias e Malhas Fiscais

Foram criadas diversas malhas fiscais para automatizar a ação fiscal e criar alertas aos Auditores Fiscais quanto a irregularidades ou indícios de irregularidades detectados nos dados providos pelos contribuintes no âmbito das obrigações acessórias eletrônicas. Dentre os diversos cruzamentos, podemos destacar o controle de omissão de entrega de Escrituração Fiscal Digital e entregas com entradas ou saídas não registradas, créditos apropriados indevidamente, divergências de valores com outras declarações, tais como Nota Fiscal Eletrônica e Conhecimento de Transporte Eletrônico.

Além disso, foram criadas malhas específicas para controle do varejo, que cruzam as informações de escrituração fiscal com dados de cartão de crédito e cupons fiscais do ECF.

Ainda, foi automatizado o processo de acompanhamento das operações de bebidas frias no mercado Catarinense pelo GESBEBIDAS, por meio de relatórios e gráficos gerenciais, possibilitando o acompanhamento, monitoramento e previsão da arrecadação para períodos futuros.

Por fim, foi desenvolvida uma malha especializada em detecção de empresas criadas com o intuito de emitir notas fiscais frias, que geram operações fiscais fictícias e fraudam os cofres estaduais. Essa malha fará parte de um sistema integrado com o Cadastro Centralizado de Contribuintes e permitirá a suspensão de empresas que apresentem fortes indícios de irregularidades.

As malhas fiscais estão atualmente realizando cruzamentos automatizados e sendo aprimoradas por um grupo misto, composto por Auditores Fiscais de campo e de TI, de forma a melhorar seu nível de detecção e já começaram a fornecer insumos para os primeiros trabalhos de fiscalização utilizando a ferramenta.

Domicílio Tributário Eletrônico - DTEC

Foi realizada uma integração entre o DTEC e a AIDF, possibilitando que comunicações fisco - contribuinte relativas a essas autorizações possam ser informadas via domicílio tributário eletrônico.

Foi criado ainda um sistema para divulgação automatizada do DTEC e um sistema de identificação de erros para este módulo.

Fonte: Gerência de Sistemas e Informações Tributárias

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO COMBATE À EVASÃO E À SONEGAÇÃO DE TRIBUTOS

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea “r”, item 6 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente às medidas adotadas para incremento das receitas tributárias e de contribuições, em 2018, encaminhamos as seguintes informações.

Tendo em vista a similaridade entre os itens nº 5 e nº 6, apenas por questões didáticas, apresentaremos no item nº 6 as ações de fiscalização desempenhadas pelos Grupos Especialistas Setoriais – GES - e Grupos Regionais de Fiscalização – GRAF’s.

Avaliação do desempenho da arrecadação em 2018

A administração tributária pode ser definida como a parte da administração pública responsável pela atividade financeira do Estado destinada à obtenção dos recursos públicos através dos tributos de sua competência.

Trata-se de atividade essencial ao próprio funcionamento do Estado (art. 37, XXII, CF), que abrange tanto a arrecadação como também as atividades concernentes ao crédito tributário, a saber, tributação, fiscalização, lançamento, controle, cobrança administrativa, contencioso administrativo e inscrição em dívida ativa. Não menos relevantes, existem ainda as atividades que se relacionam apenas de forma indireta, mas que são indispensáveis para a correta e eficiente aplicação da legislação tributária. Entre essas atividades, destacam-se o atendimento ao público e a tecnologia da informação.

Em que pesem os sinais de recuperação econômica de 2017 (0,98%) e de 2018 (projeção de 1,3%), alguns eventos atípicos afetaram diretamente a arrecadação, como foi o caso da greve dos caminhoneiros, que gerou um prejuízo de R$ 374 milhões aos cofres públicos. No entanto, a intensificação do esforço fiscal, que se desdobrou em medidas de diversas naturezas, propiciou um crescimento nominal de 8,3%, fazendo com que o Estado conseguisse atingir a marca de R$ 25 bilhões em 2018 de receita tributária bruta contra 23 bilhões do ano anterior.

No que concerne à atividade finalística, destacamos as 385 operações fiscais realizadas ao longo do ano, que contribuíram, de forma direta ou indireta, para o ingresso de mais de R$ 21 bilhões de ICMS do ano contra R$ 19 bilhões do exercício anterior, o que representa um crescimento nominal aproximado de 8,4%. A tabela a seguir mostra o crescimento com a arrecadação com ICMS dos principais setores econômicos do Estado.

SETOR	2017	2018	% var
Combustíveis	3.811.631.489,90	4.176.516.897,61	9,57%
Energia elétrica	2.423.623.843,23	2.719.521.257,66	12,21%
Supermercados	1.531.770.831,62	1.589.752.511,54	3,79%
Bebidas	1.469.337.283,10	1.533.372.932,47	4,36%
Materiais de construção	1.367.612.982,54	1.458.580.413,91	6,65%
Automóveis	1.100.072.399,66	1.292.996.521,92	17,54%
Comunicações	1.211.681.080,53	1.148.252.664,70	-5,23%
Medicamentos	1.053.093.200,19	1.106.183.739,61	5,04%
Têxtil	1.004.042.255,97	1.030.083.123,17	2,59%
Redes de estabelecimento	694.251.729,37	898.255.400,86	29,38%
Metalmecânico	693.370.969,14	767.870.126,86	10,74%
Transportes	527.523.127,06	593.639.662,14	12,53%
Embalagens	486.355.482,30	483.768.395,35	-0,53%
Agroindústria	467.933.622,93	400.518.072,03	-14,41%
Restaurantes	178.901.011,73	219.590.528,99	22,74%
TOTAL	**18.021.201.309,27**	**19.418.902.248,82**	**7,76%**

Operações realizadas em 2018

A Diretoria de Administração Tributária estruturou todas as suas ações para o incremento de arrecadação em 2018 por meio de 385 operações e diversas outras atividades para o combate da sonegação.

A tabela a seguir mostra a quantidade de operações fiscais.

	Nº operações
Grupos Especialistas Setoriais	111
Cobrança	4
ITCMD	3
Grupos Regionais de Ação Fiscal	267
Total	**385**

Fonte: Gerência de Fiscalização

ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

DO MONTANTE DAS RENÚNCIAS DE RECEITAS CONCEDIDAS NO EXERCÍCIO, POR ESPÉCIE PREVISTA NO ART. 14, § 1º, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea "r", item 7 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente ao montante das renúncias de receitas concedidas no exercício fiscal, por espécie prevista no art. 14, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, encaminhamos as seguintes informações.

NATUREZA	BENEFÍCIO	PREVISÃO LDO 2018	VALOR DA RENÚNCIA EM 2018
1. Anistia	Programas de recuperação de créditos tributários	[4]N/D	148.846.290,86
2. Remissão	Remissão de débitos de pequeno valor	[5]N/D	1.672.912,89
3. Subsídio	Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC)	6.941.219,81	14.292.223,40
4. Crédito presumido	Crédito presumido nas saídas artigos têxteis, de vestuário, de artefatos de couro e seus acessórios	1.149.919.829,21	1.145.700.782,75
	Crédito presumido nas saídas subsequentes de mercadorias importadas do exterior	674.861.578,20	651.464.153,76
	Crédito presumido para os produtos resultantes do abate de gado bovino, aves e suínos	620.566.475,43	672.979.624,17
	Crédito presumido de produtos fabricados com material reciclado	388.374.550,73	257.552.886,21
	Crédito presumido para a produção de leite e derivados (in natura, longa vida e em pó)	272.517.694,18	300.123.537,48

[4] Valor não previsto na LDO, visto que a divulgação prévia desse tipo de informação poderia incentivar os contribuintes a deixar de cumprir suas obrigações tributárias ao longo do ano para se beneficiar de um eventual programa de recuperação de créditos.
[5] Valor já contabilizado nos "Outros benefícios conforme relação em anexo" e que foi discriminado nesse relatório a pedido da DCOG

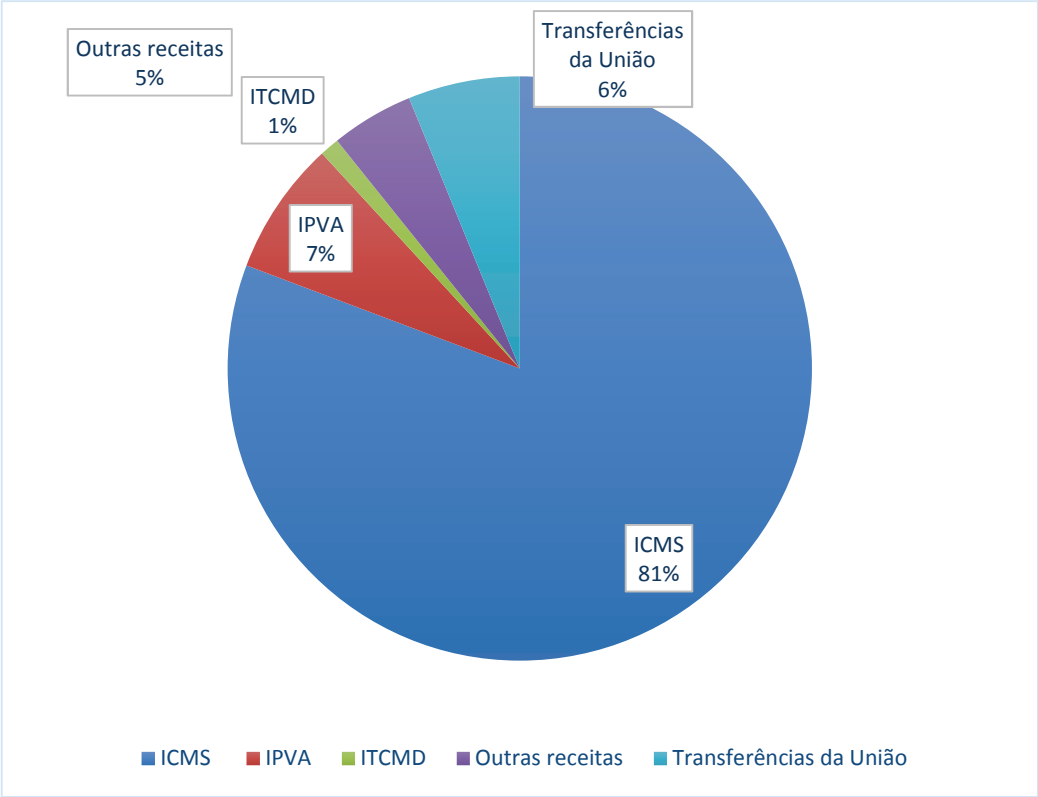
NATUREZA	BENEFÍCIO	PREVISÃO LDO 2018	VALOR DA RENÚNCIA EM 2018
	Crédito presumido na entrada de ferro e aço (lingotes, tarugos, chapas, bobinas e tiras de chapa)	212.657.555,97	238.749.439,26
	Crédito presumido nas saídas de peixes, crustáceos e moluscos	160.980.555,82	174.330.512,22
	Crédito presumido na prestação de serviço de transporte de cargas (PROCARGAS)	124.152.645,06	142.321.742,72
	Crédito presumido para a indústria produtora de bens e serviços de informática	109.049.856,24	102.636.943,07
	Crédito presumido na aquisição de mercadorias de indústrias optantes do SIMPLES NACIONAL	82.741.650,83	60.784.620,74
	Crédito presumido na saída de alimentos industrializados (açúcar, café, arroz beneficiado, manteiga, margarina, óleo de soja, óleo de milho, bolachas, biscoitos, creme vegetal, maionese, etc.).	71.812.291,79	103.142.759,96
	Crédito presumido na saída de embarcações náuticas (PRONAUTICA)	50.278.168,37	89.453.794,92
	Crédito presumido na saída de mercadorias produzidas em território catarinense sem similar nacional	37.592.762,39	37.039.206,58
	Crédito presumido às empresas de energia elétrica e prestadoras de serviços de comunicação	17.967.453,71	-
	Crédito presumido aos atacadistas na condição de substituto tributário	8.249.050,72	6.941.570,40
	Crédito presumido na saída de cerveja e chope artesanais	7.672.907,35	11.277.598,76
5. Isenção	Isenção nas saídas de insumos agropecuários	381.338.067,43	375.372.785,86
	Isenção do ICMS na saída de veículos automotores destinados a portadores de deficiência, taxistas e entidades assistenciais	112.520.881,51	14.519.886,27
	Isenção na saída de produtos industrializados de origem nacional para comercialização ou industrialização na Zona Franca de Manaus	82.023.180,78	94.414.518,75
	Isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (deficientes físicos, APAE, táxi, ônibus, etc.)	73.288.479,49	83.644.588,00

NATUREZA	BENEFÍCIO	PREVISÃO LDO 2018	VALOR DA RENÚNCIA EM 2018
	Isenção nas saídas de maçãs e peras	71.634.885,59	70.514.299,16
	Isenção nas saídas de óleo diesel destinado ao consumo de embarcações pesqueiras nacionais	11.202.678,50	9.587.874,00
	Isenção nas saídas de preservativos	6.093.034,29	1.726.755,47
	Isenção nas saídas de refeições com destino a órgãos da administração pública estadual ou municipal para fornecimento aos seus servidores ou a alunos das respectivas redes de ensino.	4.779.308,23	4.704.545,38
	Isenção do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (transmissões de pequeno valor, sociedades sem fins lucrativos, bens destinados a programas de habitação popular e outros)	2.075.104,26	2.985.334,20
	Isenção nas saídas de mexilhão, marisco, ostra, berbigão e vieira, em estado natural, resfriado ou congelado	804.044,15	791.466,47
6. Alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo	Redução da base de cálculo dos produtos da cesta básica	313.976.142,41	309.064.605,23
	Redução da base de cálculo da substituição tributária para empresas do SIMPLES NACIONAL	116.199.423,54	114.381.712,86
	Redução da base de cálculo na prestação de serviços de comunicação (TV por assinatura)	104.476.764,97	102.929.003,61
	Redução na base de cálculo nas saídas promovidas por distribuidores e atacadistas	82.997.604,51	88.764.038,94
	Redução na base de cálculo nas saídas de Gás Liquefeito de Petróleo	80.659.291,44	95.869.594,80
	Redução da base de cálculo nas saídas de artigos de cristal de chumbo e porcelana	53.781.633,55	-
	Redução da base de cálculo nas saídas interestaduais de carne e demais produtos comestíveis resultantes do abate de aves, de leporídeos e de gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suíno	38.833.101,23	38.225.633,99
	Redução da base de cálculo na saída de gás natural	38.649.243,29	45.763.572,00

NATUREZA	BENEFÍCIO	PREVISÃO LDO 2018	VALOR DA RENÚNCIA EM 2018
	Redução da base de cálculo na saída de veículos, carrocerias e automóveis usados	21.877.889,91	-
	Redução na base de cálculo nas saídas de tijolo, telha, tubo e manilha	15.312.218,67	3.030.414,79
	Redução na base de cálculo nas saídas de areia, pedra britada e ardósia	12.569.518,38	8.589.543,50
7. Outros benefícios	Exclusão do acréscimo financeiro nas vendas a prazo pelo comércio varejista	40.676.433,46	40.040.130,93
	Outros benefícios conforme relação em anexo	141.102.749,27	138.895.475,20
	TOTAL	**5.803.207.924,66**	**5.803.126.379,56**

Considerações iniciais

A arrecadação de Santa Catarina é constituída, em grande parte, pelo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que representa mais de 80% da receita tributária, conforme gráfico a seguir.



Em face da representatividade do ICMS, a quase totalidade dos benefícios fiscais constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) está relacionada a esse tributo. Dessa forma, as considerações apresentadas a seguir serão referentes ao ICMS e, quando se tratar de outro tributo, far-se-á a devida menção.

A coluna "RENÚNCIA EFETIVA" (Renúncia Técnica) corresponde à diferença entre a arrecadação das empresas **sem o benefício** e a **arrecadação com o benefício.** Não se trata, portanto, de uma receita potencial que o Estado deixa de arrecadar, mas de um valor obtido matematicamente sem levar em consideração a influência de fatores externos determinantes na arrecadação do setor. Em outras palavras, quer dizer

que eventual revogação do benefício não traz necessariamente um aumento no ingresso de recursos, mas, em grande parte, o efeito diametralmente oposto: uma queda na receita tributária.

Esse fenômeno ocorre principalmente nos tratamentos tributários diferenciados concedidos com vistas a atrair investimentos privados ou para a manutenção de grandes empresas ou clusters originalmente catarinenses em nosso território, visto que a tendência é que a atual arrecadação das empresas deixe de existir em virtude da migração das empresas para outros Estados que oferecem uma carga tributária mais vantajosa para seus negócios.

1) Anistia (1.1)

Os valores apresentados para anistia correspondem ao programa de recuperação de créditos instituído em 2018 (Convênio ICMS 79/2018 e MP nº 225/2018) e os descontos nas prestações vencidas em 2018 referente aos programas instituídos em 2017 (MP nº 2016/2017 e MP nº 2017/2017). A tabela a seguir traz maiores detalhamentos.

Fundamentação legal	Nome do programa	Valor dos descontos (R$)
MP nº 2016/2017	Programa Catarinense de Parcelamento de Débitos Fiscais (PPDF)	60.771.830,08
MP nº 2017/2017	Programa Catarinense de Recuperação Fiscal do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (PREFIS-ITCMD)	3.806.600,48
MP nº 224/2018	Programa Catarinense de Recuperação Fiscal de 2018 (PREFIS-SC/2018)	73.799.981,20
MP Nº 225/2018	Programa Catarinense de Recuperação Fiscal do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos de 2018 (PREFIS-ITCMD/2018)	10.467.879,10
TOTAL		**148.846.290,86**

2) Remissão (2.1)

Todos os anos, o Secretário de Estado da Fazenda, no exercício de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 8º da Lei nº 12.646, de 04 de setembro de 2003, publica uma Portaria remitindo os créditos tributários de valor inferior a determinado patamar, em face do custo de cobrança ser superior ao valor do crédito. Em 2018 esse valor passou de R$ 15 para R$ 50.

Tributo	Valor (R$)
IPVA	1.351.715,53
ICMS	295.729,60
ITCMD	22.479,47
TJSC Débito Tributário	2.988,29
Total	**1.672.912,89**

3) Subsídio (3.1)

O Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), tem como finalidade conceder incentivo à implantação ou expansão de empreendimentos industriais, que vierem produzir e gerar emprego e renda no Estado de Santa Catarina. Trata-se de incentivo, a título de financiamento, equivalente a um percentual pré-determinado sobre o valor do ICMS a ser gerado pelo novo projeto.

O incentivo do PRODEC nada mais é do que financiamento de capital de giro, a longo prazo e de baixíssimo custo.

4) Crédito presumido (4)

O crédito presumido corresponde a um valor de crédito que o contribuinte pode se apropriar mensalmente em escrita fiscal para apuração do ICMS a recolher. No Estado de Santa Catarina esse benefício é concedido em complemento aos créditos efetivo ou em substituição a estes.

Em relação ao primeiro, o valor da renúncia fiscal corresponde ao próprio valor do crédito apropriado. Já os créditos em substituição são calculados a partir da diferença entre o ICMS devido no regime normal de apuração (débitos pelas saídas e créditos pelas entradas) e o valor do ICMS a recolher com a apropriação do crédito presumido.

Vale destacar que, em alguns casos, o tratamento tributário diferenciado é concedido pelo fisco apenas para facilitar a apuração dos créditos pelas entradas e não com o intuito de reduzir a carga tributária. Com base num estudo prévio dos créditos efetivos de determinado setor chega-se a um percentual de crédito presumido que se aproxima dos créditos pelas entradas. Em tais casos, o crédito presumido não é considerado um benefício fiscal.

Os valores apresentados são obtidos a partir das informações prestadas pelos contribuintes na Declaração de Créditos Informados Previamente (DCIP), juntamente com a Declaração de ICMS e Movimento Econômico (DIME).

5) Isenção (5)

A isenção é uma das modalidades de exclusão do crédito tributário, nos termos do art. 175 do Código Tributário Nacional. Trata-se de uma dispensa legal de pagamento do tributo em face da ocorrência do fato gerador. Segundo CTN, as isenções podem ser "em caráter geral" ou " em caráter não geral".

Em que pese o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal se referir apenas às isenções em caráter não geral, ou seja, aquelas que não dependem de um despacho concessório da autoridade administrativa para a fruição do benefício, foram incluídos na LDO todas as modalidades de isenção. Dentre as hipóteses de isenção em caráter não geral temos: 5.2, 5.4 e 5.9.

Tendo em vista que grande parte das isenções são em caráter geral, a apuração do valor da renúncia técnica é feita a partir de dados externo (IBGE, CIDASC, EPAGRI, Agências Reguladoras, etc.) ou através da depuração das informações da Nota Fiscal Eletrônica, quando possível. Isso porque, nessa modalidade de isenção, a identificação dos beneficiários não depende de um ato concessório da Administração, visto que o benefício se aplica a todos os contribuintes que se enquadram em determinada hipótese de isenção indistintamente.

Essas isenções dependem da publicação das estatísticas por outros órgãos e entidades (principalmente relacionadas à produção e consumo em Santa Catarina) responsáveis em fornecer a informação necessária para o cálculo. Tendo em vista que nem todas as pesquisas são feitas anualmente, calcula-se a renúncia a partir da última publicação vigente, corrigindo o valor pelos índices oficiais de inflação e projeções de IPCA publicadas periodicamente pelo Banco Central do Brasil[6]. As isenções que se enquadram nessa categoria são: 5.1, 5.5, 5.7, 5.8 e 5.10.

Quando o cálculo é possível de ser feito de maneira confiável a partir das informações da Nota Fiscal Eletrônica, o valor da renúncia é obtido a partir do montante que o débito reduziu com a operação, sem levar em consideração os créditos efetivos. Logo, o valor da renúncia corresponde ao valor máximo possível, haja vista que não é comum existir contribuintes que não possuem créditos a serem apropriados pelo regime normal de apuração. Dentre as isenções que são calculadas dessa forma temos: 5.3, 5.4, 5.6 e 5.9.

Ademais, deve-se ressaltar que as isenções concedidas numa etapa intermediária da cadeia produtiva não representam uma perda financeira para o Estado, visto que a redução do débito decorrente do benefício será compensada, na mesma proporção, com o aumento da carga tributária do destinatário da mercadoria. Dessa forma, somente podem ser consideradas renúncias fiscais as isenções concedidas:

a) Ao consumidor final;
b) Às operações interestaduais;
c) Isenções objetivas que abrangem toda a cadeia produtiva;
d) Quando o destinatário do produto isento goza de algum tratamento tributário diferenciado.

[6] Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/readout.asp

6) Redução da base de cálculo e de alíquota (6)

Segundo o Supremo Tribunal Federal (RE 174478), embora usando estrutura jurídica diversa, a redução de base de cálculo e de alíquota têm semelhante efeito prático da isenção, pois desoneram no todo ou em parte o pagamento do tributo. A diferença entre ambos, contudo, é que a isenção total afasta a própria incidência do ICMS, enquanto que as isenções parciais (redução da base de cálculo), tem-se a incidência e o nascimento da obrigação tributária, mas de valor menor. Sendo assim, todas as reduções da base de cálculo devem ser contempladas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Tendo em vista que, do ponto de vista operacional, a redução da base de cálculo equivale a uma isenção parcial, todas as considerações acerca da isenção são aplicáveis à redução da base de cálculo.

Via de regra, as reduções da base de cálculo são concedidas em caráter geral, com exceção de casos pontuais como o benefício previsto no item 6.4. Em relação a esse, o valor da renúncia é calculado a partir das notas fiscais emitidas pelos contribuintes detentores do tratamento tributário diferenciado concedido pela Administração.

As reduções da base de cálculo que são calculadas a partir da nota fiscal eletrônica ou de relatório extraídos do SAT são 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.8, 6.9, 6.10 e 6.11. Já os benefícios calculados a partir de fontes externas e, portanto, apenas atualizados pelos índices oficiais de inflação são: 6.1, 6.2 e 6.7

Por fim, destacamos que o benefício 6.6 (saída de cristais de chumbo) está com valor igual a zero em virtude do fechamento das empresas do setor no ano de 2017.

Já em relação à redução da base de cálculo na saída de veículos usados (6.9), a Administração Tributária, após detida análise, concluiu que não se trata de uma renúncia fiscal, mas de um tratamento tributário diferenciado destinado a adequar a carga tributária à situação especial desses contribuintes.

As empresas revendedoras de veículos usados vendem um produto que já foi tributado integralmente quando foi vendido como novo. Além disso, o revendedor de usados teria uma carga tributária muito superior ao da concessionária de veículos novos, haja vista que não terá direito a se apropriar de nenhum crédito (ele adquire veículo usado de uma pessoa física que não é contribuinte do ICMS). Por conta disso, fixou-se um percentual de redução da base de cálculo com base no valor adicionado médio [7]dos revendedores de usados.

7) Outros benefícios

Essa categoria reúne todos os demais benefícios que não foram discriminados na tabela anterior. O destaque fica com a exclusão do acréscimo financeiro nas vendas a prazo pelo comércio varejista, que não se enquadra em nenhuma das hipóteses de benefícios fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias são apresentados todos os demais benefícios fiscais, sendo que a maioria deles não possui repercussão financeira significativa.

[7] A revenda de veículos usados goza de uma redução da base de cálculo de 95%, ou seja, tributa-se apenas 5% do valor. Esse valor foi obtido a partir da média de margem de valor agregado pelos revendedores que, em Santa Catarina, foi de 3,86% .

ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CRÉDITOS BAIXADOS EM RAZÃO DE PRESCRIÇÃO

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea “r”, item 8 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente aos créditos baixados em razão da prescrição, encaminhamos as seguintes informações.

Os créditos baixados por determinação judicial, em razão da prescrição, totalizaram **R$ 5.294.679,50** no ano de 2018, conforme tabela a seguir.

Tributo	QDE CDA	Valor (R$)
IPVA	194	162.083,55
ICMS	6	5.132.595,95
TOTAL	**200**	**5.294.679,50**

Fonte: Gerência de Arrecadação

Os débitos referentes ao IPVA foram atingidos pela prescrição em virtude de o seu valor ser inferior ao valor mínimo para ajuizamento da execução fiscal. Para os débitos de pequeno valor, o Estado faz jus a outros meios de cobrança, como o protesto.

Florianópolis, 21 de janeiro de 2019.

Dilson Jiroo Takeyama
Assessor do DIAT/COGAT
957.961-3

Rogério de Mello Macedo da Silva
Diretor de Administração Tributária
301.294-8

ESTADO DE SANTA CATARINA

3º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – 2015/2024

Florianópolis – 2019

3º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – 2015/2024

CONTEXTUALIZAÇÃO

Desde 2017, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina apresenta, anualmente, o relatório de acompanhamento da execução das metas do Plano Estadual de Educação (PEE/SC), atendendo às prerrogativas legais vigentes, aos órgãos de controle, como Ministério Público e Tribunal de Contas de Santa Catarina, bem como ao Ministério da Educação e à Sociedade Civil. Este documento integra o Balanço Geral, Prestação de Contas do Governo do Estado, tendo por finalidade tornar públicas as ações da gestão governamental do Poder Executivo do Estado em seu Portal da Transparência.

O processo de monitoramento contínuo e avaliação periódica do Plano de Educação oportuniza a melhoria da qualidade técnica do diagnóstico, a análise das Estratégias e a sua correlação com as ações, programas e projetos em desenvolvimento, a participação social e a qualificação do próprio Plano, observando-se a conjuntura social e educacional no estado e no país. Em âmbito estadual, Santa Catarina possui duas instâncias oficializadas e em funcionamento de monitoramento e avaliação do PEE/SC: a Equipe Técnica/SED[1] e a Comissão Estadual de Acompanhamento e Avaliação do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina[2] (Cemapeesc).

A Equipe Técnica/SED está constituída por diretores e técnicos da Secretaria de Estado de Educação e coordenada pela Secretária Adjunta, com os objetivos de: monitorar continuamente as Metas e as Estratégias do Plano de Educação, levantar e sistematizar dados e informações referentes ao Plano e, dar apoio técnico à Cemapeesc.

A Comissão Estadual de Monitoramento e Avaliação do PEE/SC, instituída pelo Governo Estadual, está composta por diferentes entidades e representações da sociedade educacional e civil, tendo por função macro monitorar e avaliar a execução do Plano Estadual de Educação no âmbito do Sistema Estadual de Ensino.

De acordo com o previsto no Art. 4º e 5º, da Lei Nacional nº 13.005/2014, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é responsável por publicar, a cada dois anos, estudos para aferir a evolução no cumprimento das Metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), com informações organizadas por ente federado e consolidadas em âmbito nacional, tendo como referência os estudos e as pesquisas do censo demográfico, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dos censos nacionais da educação básica e superior.

Em respeito às suas atribuições legais, em 2015, o Inep publicou um documento preliminar denominado “Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base”, que foi submetido à apreciação de órgãos públicos educacionais, de estudiosos da área e da sociedade civil organizada, por meio de publicização e consulta pública[3].

A partir das contribuições recebidas, em 2016, o Inep publicou o Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2014-2016, que é uma atualização aprimorada do documento preliminar supracitado, com diversas modificações metodológicas e refinamentos nos indicadores. Este Relatório traz resultados dos indicadores para a nação, para as regiões brasileiras, para os estados e para o Distrito Federal.

---

[1] Equipe constituída pela Portaria nº 2287/2016, publicada no Diário Oficial nº 20.381, de 13/09/2016, alterada pela Portaria nº 2684/2016, publicada no Diário Oficial nº 20.412, de 27/10/2016.

[2] Comissão Constituída pelo Decreto nº 1.120, de 12 de abril de 2017, publicado no Diário Oficial do Estado nº 20.514, de 17 de abril de 2017.

[3] Portaria Inep n° 424, de 09 de outubro de 2015.

Considerando as contribuições de pesquisadores, gestores, educadores, técnicos e representantes de entidades governamentais e não governamentais, em 2017, o Inep realizou ajustes no Relatório de Monitoramento por meio de "estudos direcionados especialmente à construção e ao aprimoramento dos indicadores para o monitoramento das Metas, bem como análises que permitem dimensionar e contextualizar os desafios que se impõem, ao alcance dos objetivos propostos pelo PNE" (BRASIL, 2018, p. 11).

Assim, em 2018, o Inep publicou o Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2017-2018, com atualizações das séries históricas de indicadores utilizados no Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2014-2016, e com reformulações e definição de novos indicadores para melhor representar e aferir as Metas[4].

No que tange ao processo de acompanhamento e avaliação do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC), tratado no Art. 5º, da Lei Estadual nº 16.794/2015, cabe à Comissão Estadual a sua avaliação, a cada dois anos, tendo como referência os estudos publicados pelo INEP, que incluem também as informações advindas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica para avaliar a qualidade da Educação Básica (Art. 4º).

Com o objetivo de contribuir para as atividades da Cemapeesc, bem como para o processo de planejamento e gestão da educação catarinense, esta Secretaria disponibilizou, em 2017, o 1º Relatório de Monitoramento do PEE/SC, o qual contém um anexo com a série histórica dos indicadores das Metas do PEE/SC, denominado "Indicadores das Metas do PEE/SC". Em 2018, ao disponibilizar o 2º Relatório de Monitoramento do PEE/SC, foi atualizada a série histórica dos indicadores das metas cujos resultados estavam disponíveis pelo INEP em seu Portal.

Os dois primeiros relatórios tiveram como principal fonte de dados o Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2014-2016. Considerando as adequações, alterações e ajustes realizados e publicados no Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2017-2018, pelo INEP, tornou-se necessário atualizar/alterar os indicadores do 3º Relatório de Monitoramento do PEE/SC. Por essa razão, recomenda-se não comparar os indicadores contidos neste documento com aqueles dos Relatórios publicados em 2017 e 2018.

A seguir são apresentadas as 19 Metas do PEE/SC com a série histórica de seus indicadores, bem como as principais considerações acerca da metas cujo prazo de execução é até 2019.

[4] Nas páginas de 11 a 15 do Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2017-2018, o Inep explicita todas as alterações realizadas a partir do Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2015-2016. O documento, na íntegra, encontra-se no link: http://www.publicacoes.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/1476034.

META 1

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PEE/SC.

SITUAÇÃO DA META – 2016 – SC
Crianças de 4 a 5 anos de idade

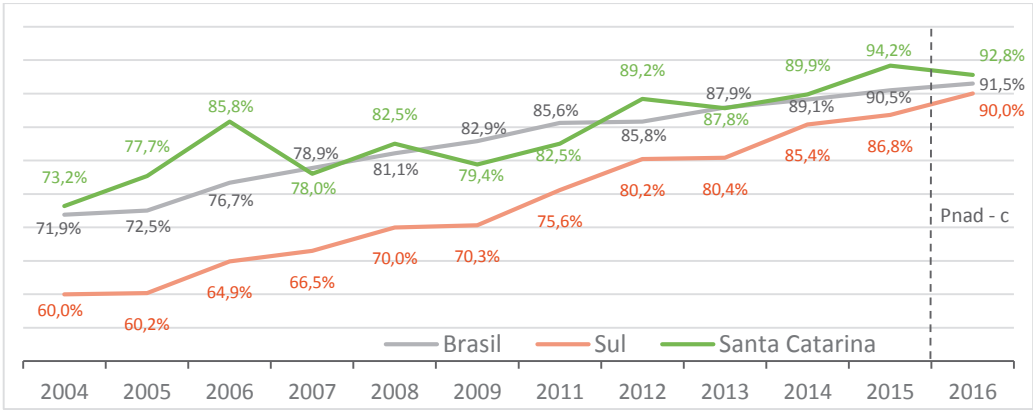


92,8% frequentam a escola ou a creche (≈154.319 crianças).

Meta 2016: 100%

7,2% estão fora da escola (≈11. 973 crianças).

M1I1 – Percentual de crianças de 4 e 5 anos de idade que frequentam a escola ou creche – BR, Sul e SC – 2004 a 2016



Fonte: Inep (2018) com base em dados da Pnad/IBGE (2004-2015) e Pnad continua/IBGE (2016). Elaboração: DIPE/SED-SC

SITUAÇÃO DA META – 2016 – SC
Crianças de 0 a 3 anos de idade

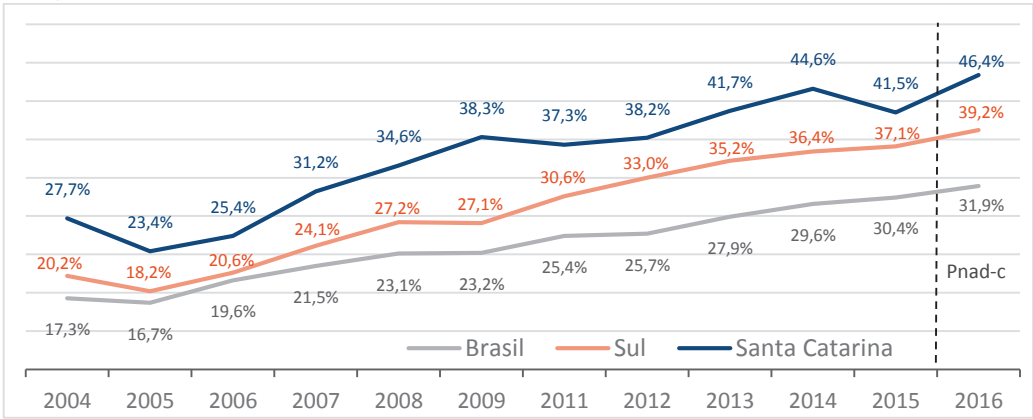


46,4% frequentam escola ou a creche (≈149.927 crianças de 323.119).

Meta 2024: 50%

Faltam 3,6 pontos percentuais para o alcance da meta.

M1I2 – Percentual de crianças de 0 e 3 anos de idade que frequentam a escola ou creche – BR, Sul e SC – 2004 a 2016



Fonte: Inep (2018) com base em dados da Pnad/IBGE (2004-2015) e Pnad continua/IBGE (2016). Elaboração: DIPE/SED-SC

META 2

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

SITUAÇÃO DA META – 2017 – SC
Atendimento às pessoas de 6 a 14 anos de idade



98,6% frequentam ou já concluíram o ensino fundamental (≈760.629 pessoas).

Meta 2016: 100%

1,4% estão fora da escola (≈10.800 pessoas).

SITUAÇÃO DA META – 2017 – SC
Pessoas de 16 anos de idade

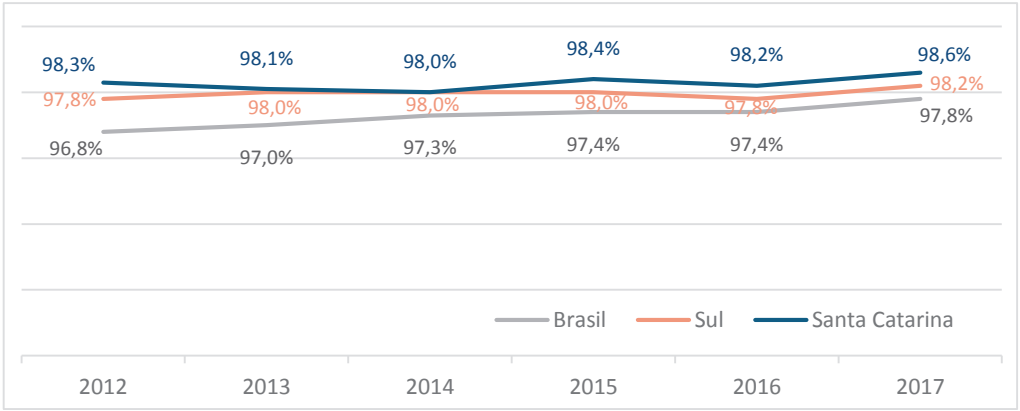


82,7% concluíram o ensino fundamental (≈83.140 pessoas de 100.532).

Meta 2024: 95%

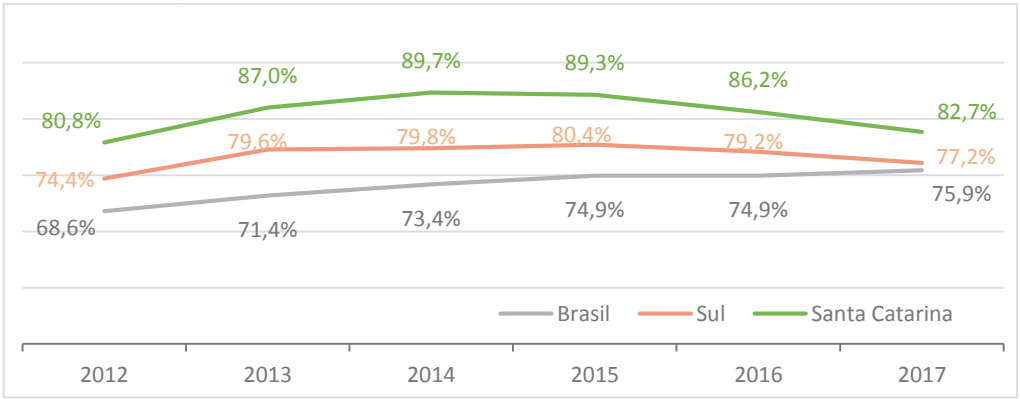
Faltam 12,3% pontos percentuais para o alcance da meta.

M2I1 – Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental – BR, Sul e SC – 2012 a 2017 – Taxa de atendimento



Fonte: Inep (2018) com base em dados da Pnad continua/IBGE (2012-2017).
Elaboração: DIPE/SED-SC

M2I2 – Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído – BR, Sul e SC – 2012 a 2017



Fonte: Inep (2018) com base em dados da Pnad continua/IBGE (2012-2017).
Elaboração: DIPE/SED-SC

META 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

SITUAÇÃO DA META – 2017 – SC

Atendimento aos jovens de 15 a 17 anos de idade

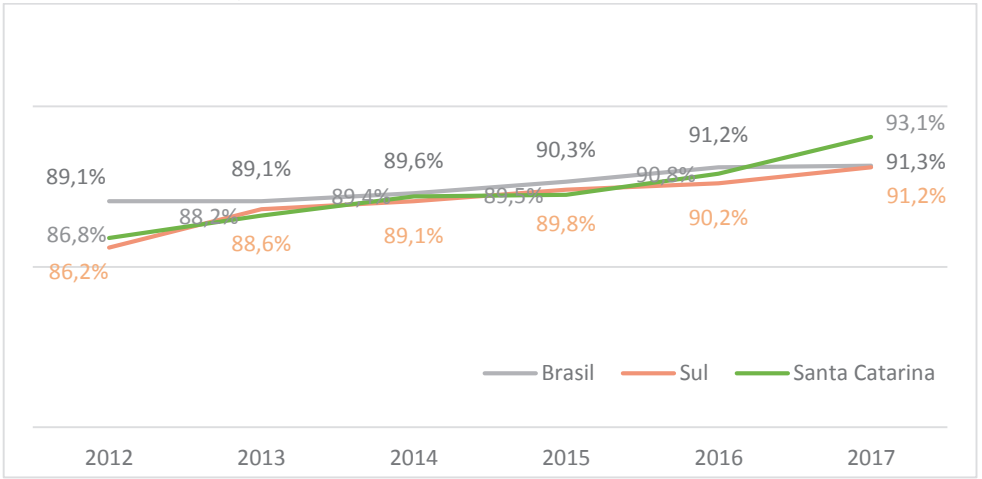


93,1% frequentam a escola ou já concluíram a educação básica (≈291.700 jovens).

Meta 2016: 100%

6,9% estão fora da escola (≈21.619 jovens).

M3I1 – Percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentam a escola ou já concluíram a educação básica – BR, Sul e SC – 2012 a 2017 – Taxa de atendimento



Fonte: Inep (2018) com base em dados da Pnad continua/IBGE (2012-2017).
Elaboração: DIPE/SED-SC

SITUAÇÃO DA META – 2017 – SC

Taxa líquida de matrícula no EM

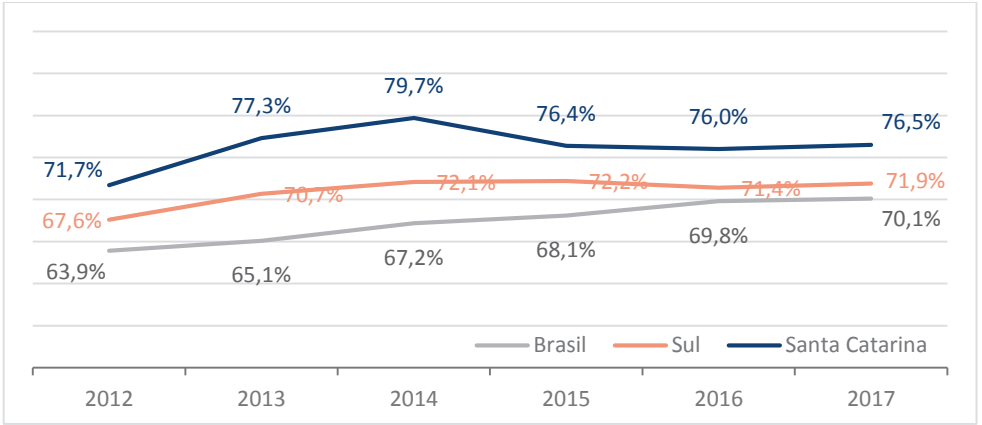


76,5% dos jovens de 15 a 17 anos de idade frequentam o ensino médio ou já concluíram a educação básica (239.689 jovens).

Meta 2024: 90%

Faltam 13,5 pontos percentuais para o alcance da meta.

M3I2 – Percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentam o ensino médio ou possuem educação básica completa – BR, Sul e SC – 2012 a 2017 – Taxa líquida de matrícula no EM



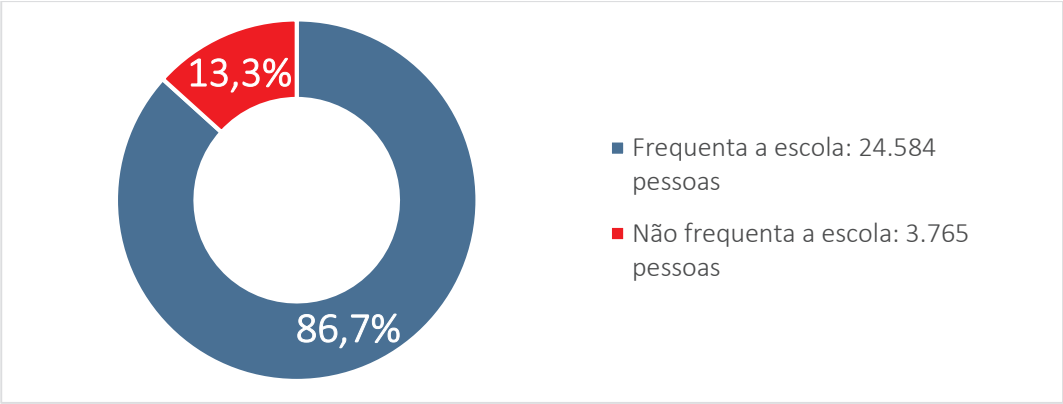
Fonte: Inep (2018) com base em dados da Pnad continua/IBGE (2012-2017).
Elaboração: DIPE/SED-SC

META 4

Universalizar, para o público da educação especial de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados.

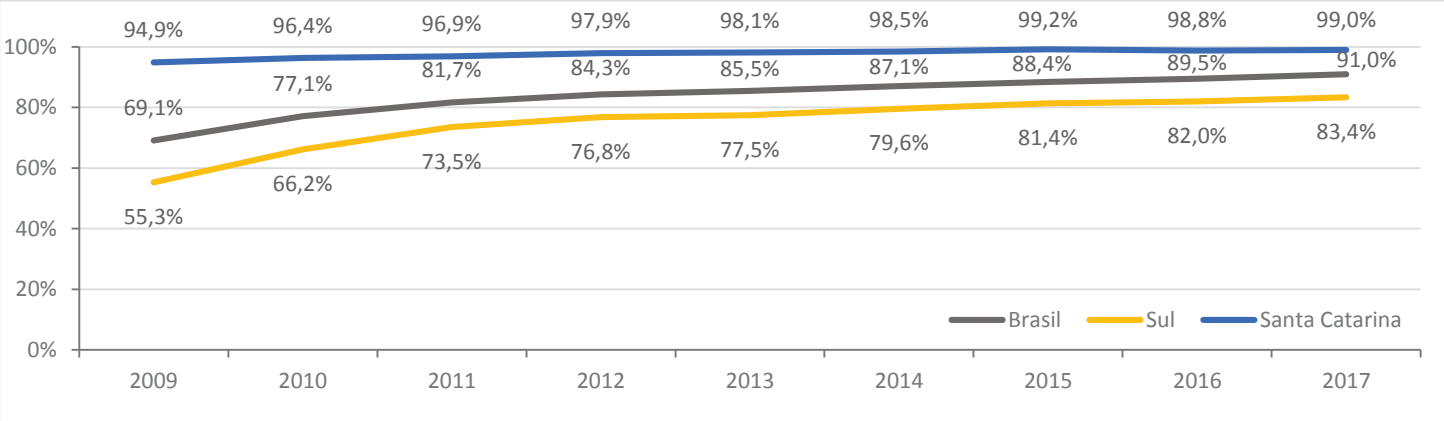
SITUAÇÃO DA META

M4I1 – Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência por situação de frequência à escola – Santa Catarina – 2010



Fonte: Inep (2018) com base em dados do Censo Demográfico 2010/IBGE. Elaboração: DIPE/SED-SC

M4I2 – Percentual de matrículas de estudantes de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns da educação básica – BR, Sul e SC – 2009 a 2017



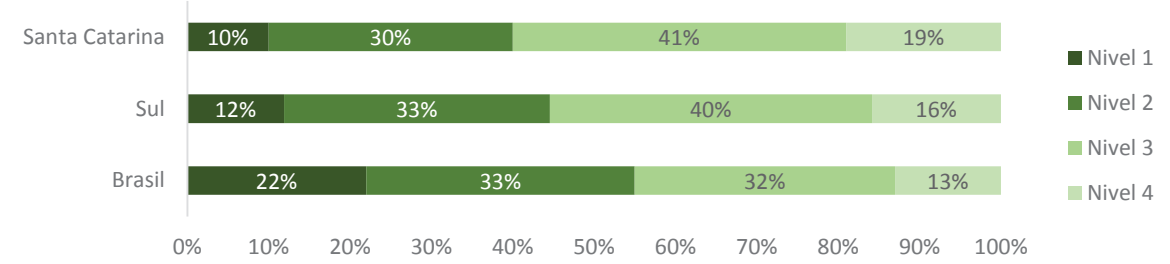
Fonte: Inep (2018) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

META 5

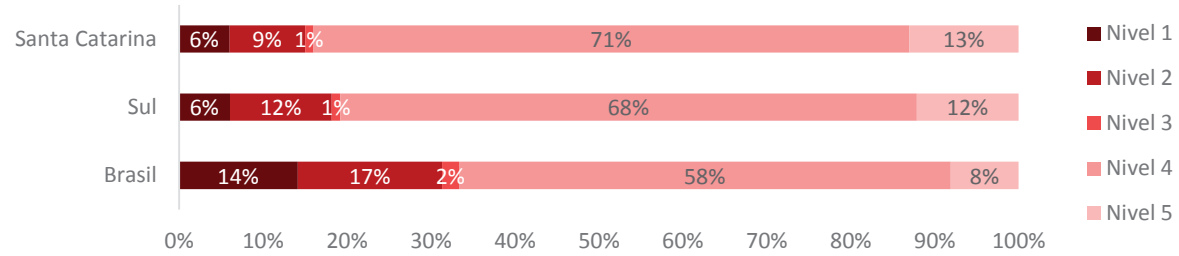
Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental.

SITUAÇÃO DA META – 2016

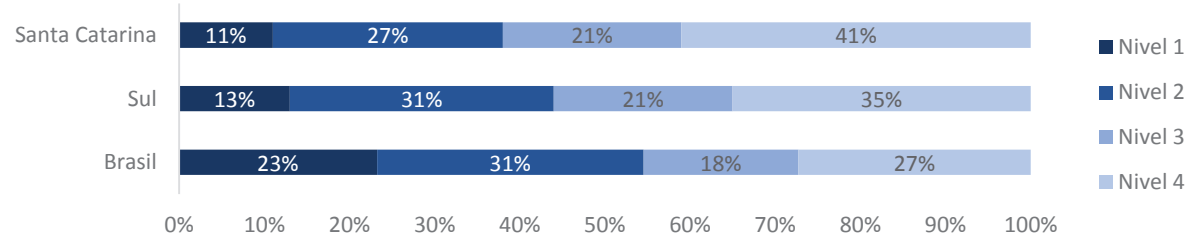
M5I1 – Distribuição percentual dos estudantes nos níveis de proficiência em Leitura na edição de 2016 da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)



M5I2 – Distribuição percentual dos estudantes nos níveis de proficiência em Escrita na edição de 2016 da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)



M5I3 – Distribuição percentual dos estudantes nos níveis de proficiência em Matemática na edição de 2016 da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)



Fonte: Inep (2018) com base em dados da ANA/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

Nota: Escalas de Proficiência da ANA disponíveis em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/matrizes-e-escalas

META 6

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência deste Plano.

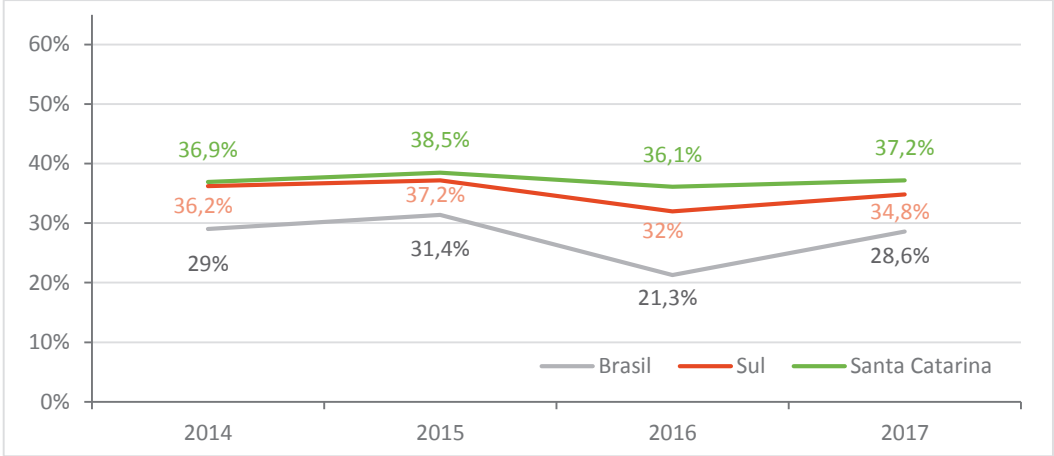
SITUAÇÃO DA META – 2017 – SC

Escolas públicas com matrícula em tempo integral

37,2% possuem pelo menos 25% dos estudantes do público alvo da ETI em jornada de tempo integral (1.834 escolas).

Meta 2024: 65%

M6I1 – Percentual de escolas públicas da educação básica que possuem pelo menos 25% dos estudantes do público alvo da Educação em Tempo integral (ETI) em jornada de tempo integral – 2014 a 2017



Fonte: Inep (2018) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep. Elaboração: DIPE/SED-SC

SITUAÇÃO DA META – 2017 – SC

Matrícula em tempo integral

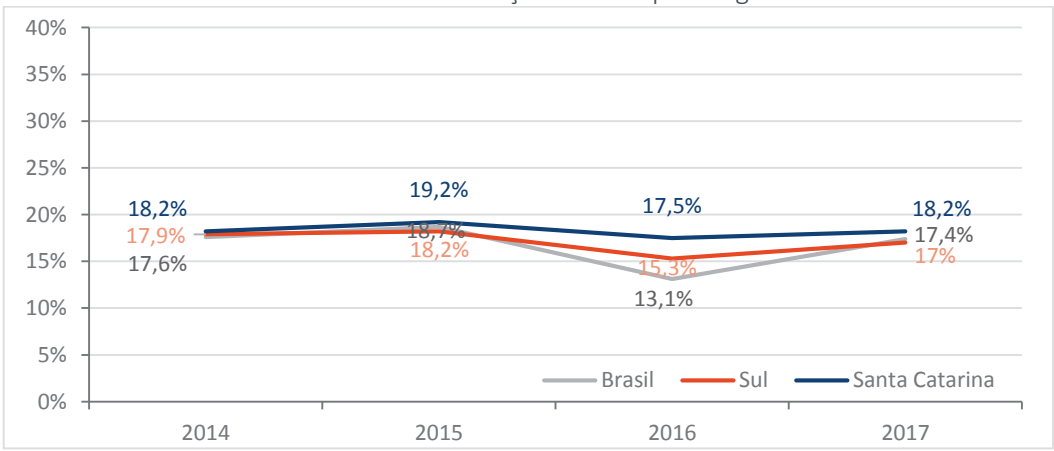


18,2% dos estudantes estão na educação básica pública em tempo integral (221.907 estudantes).

Meta 2024: 40%

Faltam 21,8 pontos percentuais para o alcance da meta.

M6I2 – Percentual de estudantes de Educação em Tempo integral – 2014 a 2017



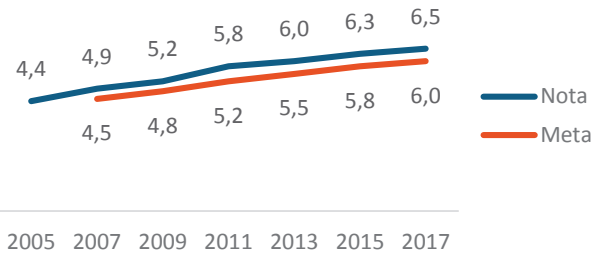
Fonte: Inep (2018) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep. Elaboração: DIPE/SED-SC

META 7

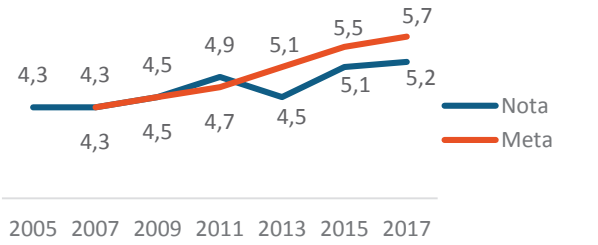
Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias estaduais no IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,8	6,0	6,3	6,5
Anos finais do ensino fundamental	5,5	5,7	6,0	6,2
Ensino médio	4,7	5,2	5,4	5,6

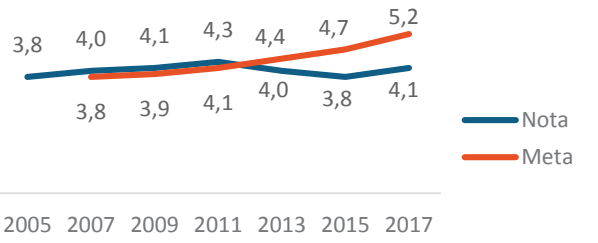
M7I1 – IDEB anos iniciais do ensino fundamental – SC – Todas as redes de ensino



M7I2 – IDEB anos finais do ensino fundamental – SC – Todas as redes de ensino



M7I3 – IDEB ensino médio – SC – Todas as redes de ensino



M7T1 – Taxa de aprovação dos anos iniciais do ensino fundamental – Santa Catarina – 2005 a 2017

2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
90,3%	93,3%	95,2%	96,6%	96,3%	96,5%	96,5%

M7T2 – Nota Prova Brasil – Anos iniciais do ensino fundamental – Santa Catarina – 2005 a 2017

Área	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Língua Portuguesa	179,34	184,76	190,87	204,90	213,67	224,03	229,6
Matemática	189,97	203,71	212,31	226,00	230,83	236,58	239,26

M7T3 – Taxa de aprovação dos anos finais do ensino fundamental – Santa Catarina – 2005 a 2017

2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
86,0%	87,1%	86,8%	92,4%	87,6%	89,3%	90,4%

M7T4 – Nota Prova Brasil - Anos finais do ensino fundamental – Santa Catarina – 2005 a 2017

Área	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Língua Portuguesa	246,10	239,39	251,25	252,20	249,13	267,57	270,09
Matemática	252,47	256,59	260,37	264,33	256,30	273,41	272,84

M7T5 – Taxa de aprovação do ensino médio – Santa Catarina – 2005 a 2017

2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
80,8%	83,8%	83,7%	84,5%	79,0%	79,9%	83,6%

M7T6 – Nota SAEB – Ensino médio – Santa Catarina – 2005 a 2017

Área	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Língua Portuguesa	266,99	268,90	275,17	279,82	273,08	276,95	275,22
Matemática	286,55	287,77	286,99	294,97	286,46	278,07	283,69

Fonte: Inep. Elaboração: DIPE/SED-SC

META 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

SITUAÇÃO DA META – 2016

Escolaridade média da **população total** de 18 a 29 anos de idade – SC



10,7 anos de estudos.

Escolaridade média a população de 18 a 29 anos de idade **residente no campo** – SC



9,9 anos de estudos.

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos **25% mais pobres** – SC



9,0 anos de estudos.

META 2024: 12 anos de estudos

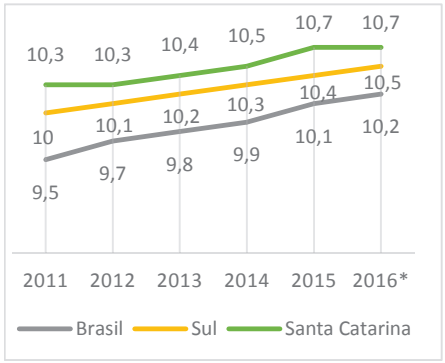
Razão (%) entre a escolaridade média de negros e a de não negros da população de 18 a 29 anos – SC



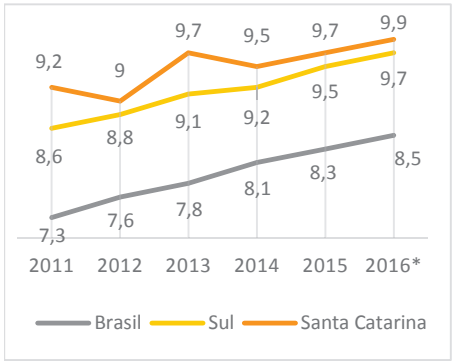
86,7%

META 2024: 100%

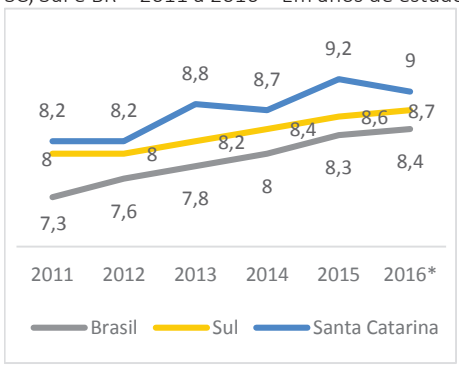
M8I1 – Comparativo da série histórica da escolaridade média da população total de 18 a 29 anos de idade – SC, Sul e BR – 2011 a 2016 – Em anos de estudos



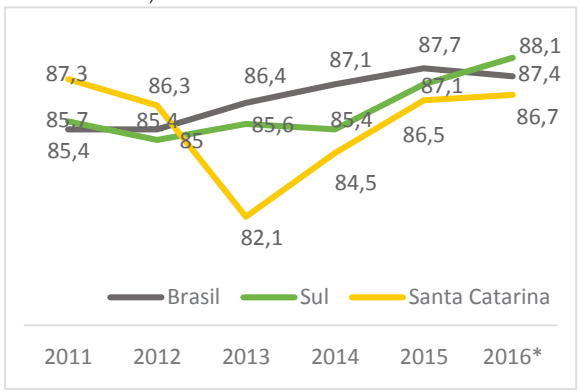
M8I2 – Comparativo da série histórica da escolaridade média da população residente no campo de 18 a 29 anos de idade – SC, Sul e BR – 2011 a 2016 – Em anos de estudos



M8I3 – Comparativo da série histórica da escolaridade média da população pertencente aos 25% mais pobres de 18 a 29 anos de idade – SC, Sul e BR – 2011 a 2016 – Em anos de estudos



M8I4 – Razão (%) entre a escolaridade média de negros e a de não negros da população de 18 a 29 anos – SC, Sul e BR – 2011 a 2016



Fonte: Inep (2018) com base em dados da Pnad/IBGE (2011-2015) e Pnad continua/IBGE (2016*).
Elaboração: DIPE/SED-SC

META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

SITUAÇÃO DA META – 2017 – SC
Taxa de alfabetização

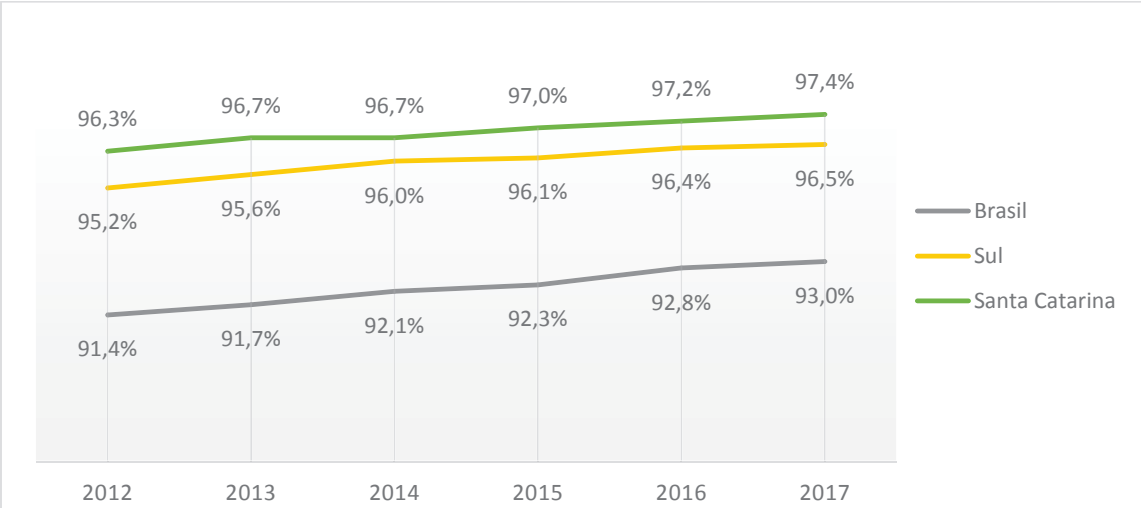


97,4% da população de 15 anos ou mais de idade é alfabetizada.

Meta 2017: 98%

Falta 0,6 ponto percentual para o alcance da meta.

M9I1 – Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais de idade – BR, Sul e SC – 2012 a 2017



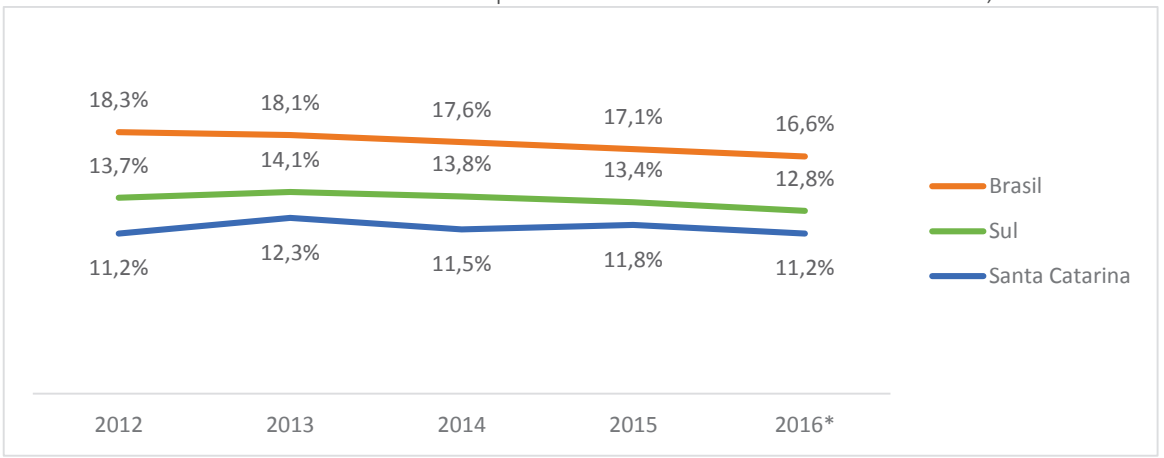
Fonte: Inep (2018) com base em dados da Pnad continua/IBGE (2012-2017). Elaboração: DIPE/SED-SC

SITUAÇÃO DA META – 2016 - SC
Taxa de analfabetismo funcional

11,2% de analfabetos funcionais com 15 anos ou mais de idade.

Meta 2024: Redução de 50% da taxa de analfabetismo funcional (ano referência 2014).

M9I2 – Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade – BR, Sul e SC – 2012 a 2016



Fonte: Inep (2018) com base em dados da Pnad/IBGE (2012-2015) e Pnad continua/IBGE (2016). Elaboração: DIPE/SED-SC

META 10

Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até o final da vigência deste Plano.

SITUAÇÃO DA META – 2017

Percentual de matriculas da EJA na forma integrada à educação profissional – SC

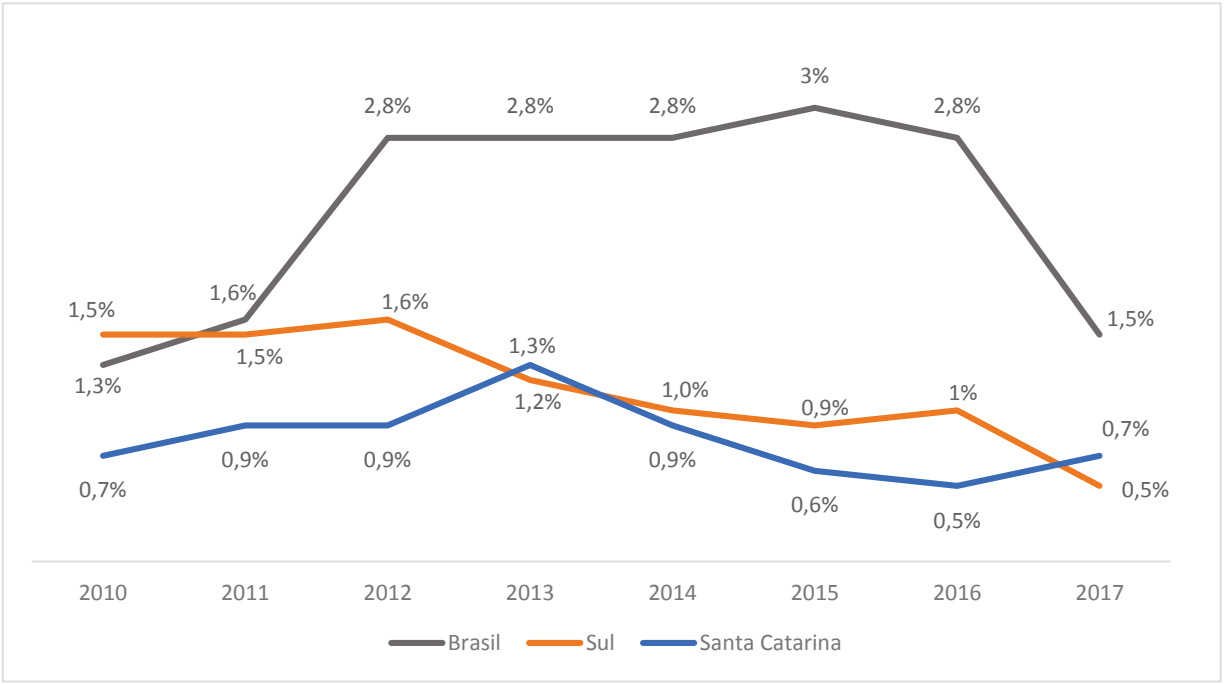


0,7% das matrículas de EJA são na forma integrado à educação profissional (557 matrículas).

Meta 2024: 10%

Faltam 9,3 pontos percentuais para o alcance da meta.

M10I1 – Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional – BR, Sul e SC – 2010 a 2017



Fonte: Inep (2018) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

META 11

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 60% (sessenta por cento) da expansão no segmento público.

SANTA CATARINA
SITUAÇÃO DA META – 2017

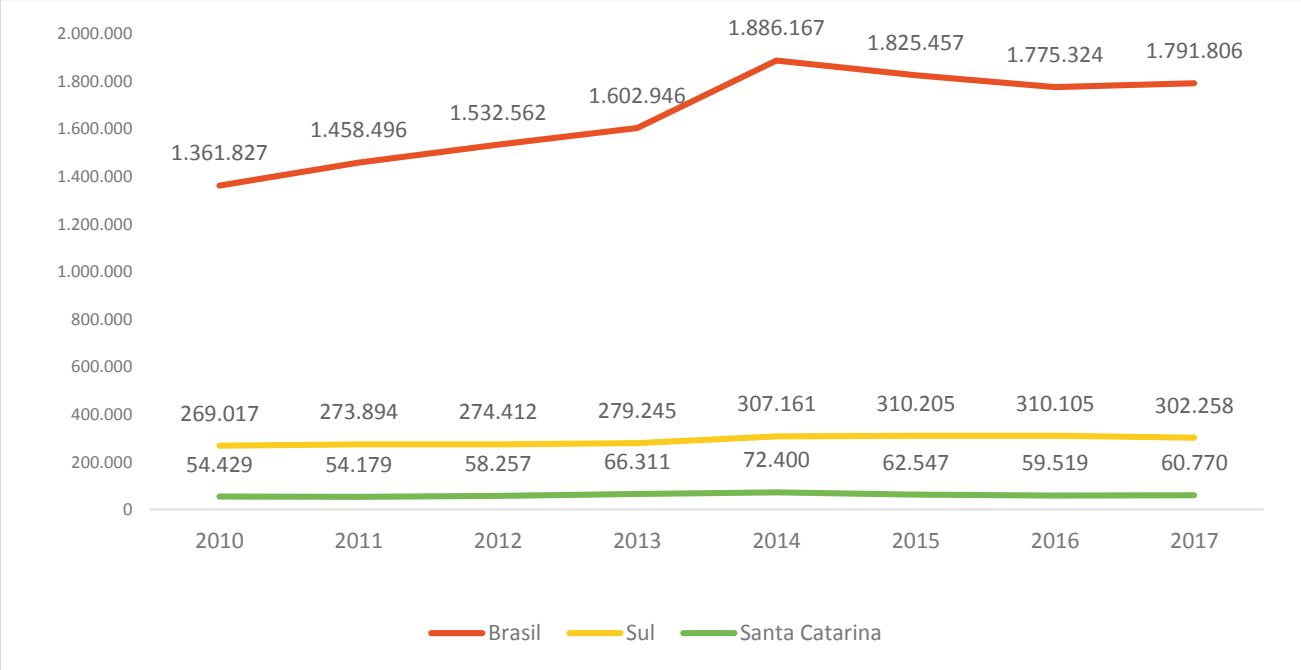
Triplicar as matrículas em EPT de nível médio



60.770 matrículas na EPT de nível médio.

Meta 2024: **217.200 matrículas** (Ano base para cálculo: 2014)

M11I1 – Total de matrículas em Educação Profissional Técnica (EPT) de nível médio – BR, Sul e SC – 2010 a 2017



Fonte: Inep (2018) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

A meta estabelece que, pelo menos, 60% da expansão seja no segmento público até 2024. Assim, em termos numéricos e considerando o ano de 2014 como referência, a expansão requerida é de 144.800 matrículas até o final da vigência do PEE/SC no segmento público.

M11T1 – Matrícula em EPT de nível médio – SC – 2014 a 2017

Rede	Ano				Variação 2014-2015	%	Variação 2014-2016	%	Variação 2014-2017	%
	2014	2015	2016	2017						
Pública	31.480	16.301	30.936	33.565	-15.179	-48%	-544	-1,7%	2.085	6,6%
Privada	40.920	34.813	28.583	27.205	-6.107	-15%	-12.337	-30,1%	-13.715	-33,5%
Total	72.400	51.114	59.519	60.770	-21.286	-63,1%	-12.881	-31,9%	-11.630	-27%

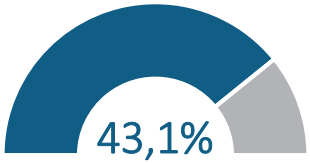
Fonte: INEP/Censo da Educação Básica

META 12

Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

SITUAÇÃO DA META – 2017 – SC

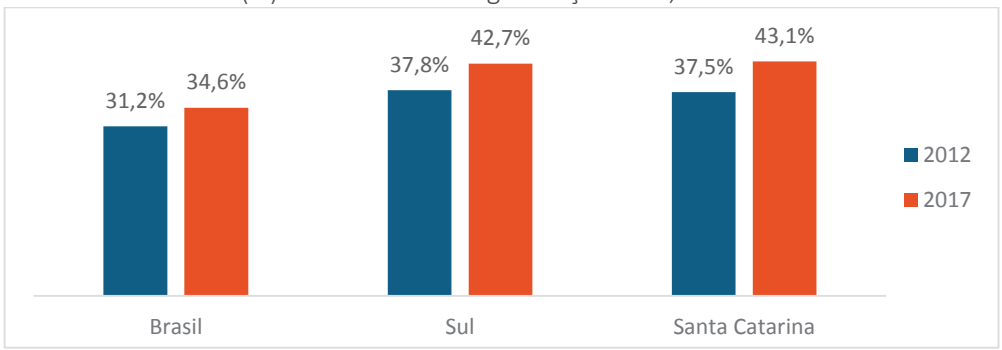
Taxa bruta de matrículas na graduação



Meta 2024: 55%

Faltam 11,9 pontos percentuais para o alcance da meta.

M12I1 – Taxa bruta (%) de matrículas na graduação – BR, Sul e SC – 2012 e 2017



Fonte: Inep (2018) com base em dados da Pnad continua/IBGE (2012/2017).
Elaboração: DIPE/SED-SC

SITUAÇÃO DA META – 2017 – SC

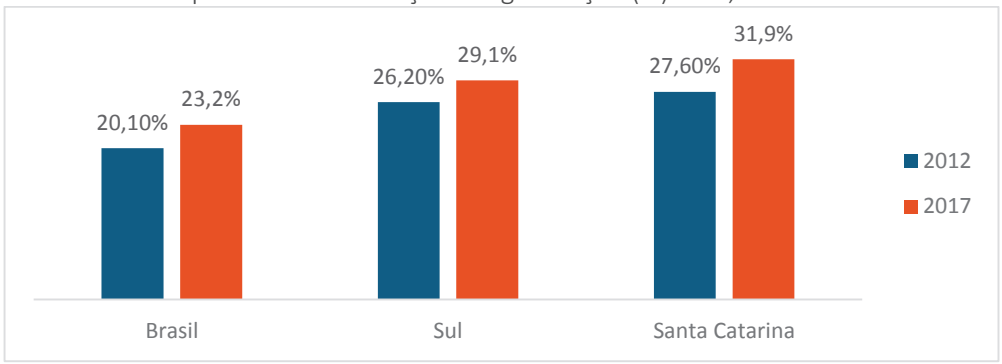
Taxa líquida de escolarização



31,9% da população de 18 a 24 anos de idade frequenta ou já concluiu a graduação (242.271 pessoas).

Meta 2024: 40%

M12I2 – Taxa líquida de escolarização[5] na graduação (%) – BR, Sul e SC – 2012 e 2017



Fonte: Inep (2018) com base em dados da Pnad continua/IBGE (2012/2017).
Elaboração: DIPE/SED-SC

[5] A taxa líquida de matrícula (TLM) é um indicador de acesso ao sistema educacional por uma população considerada na idade de referência para cursar um determinado nível de ensino. Em sua definição clássica, a TLM considera apenas o percentual da população de uma faixa etária matriculada em um nível de ensino em relação ao tamanho total da população nessa faixa etária. A taxa líquida de escolarização (TLE) é um aperfeiçoamento desse indicador que considera também o percentual da população que está dentro da idade de referência, mas já concluiu o nível de ensino em questão (INEP, 2012). Esse aperfeiçoamento evita que o indicador seja penalizado por um fato virtuoso da escolarização dos jovens: a titulação na idade adequada. (INEP, 2016, p. 279)

META 13

Articular, com a União, a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência deste Plano.

SITUAÇÃO DA META – 2016 – SC

Docentes na educação superior

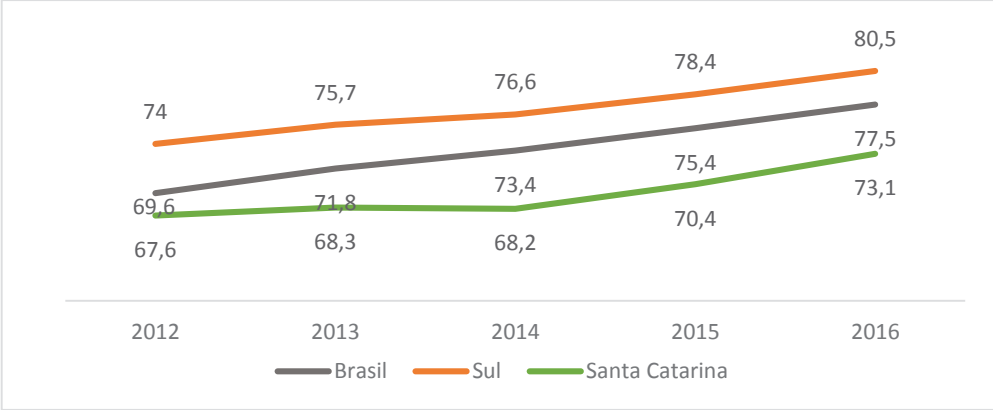


73,1% com mestrado ou doutorado

Meta 2024: 80%

Faltam 6,9 pontos percentuais para o alcance da meta.

M13I1 – Percentual de docentes na educação superior com mestrado ou doutorado – BR, Sul e SC – 2012 a 2016



Fonte: Inep (2018) com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2016). Elaboração: DIPE/SED-SC

SITUAÇÃO DA META – 2016 – SC

Docentes na educação superior

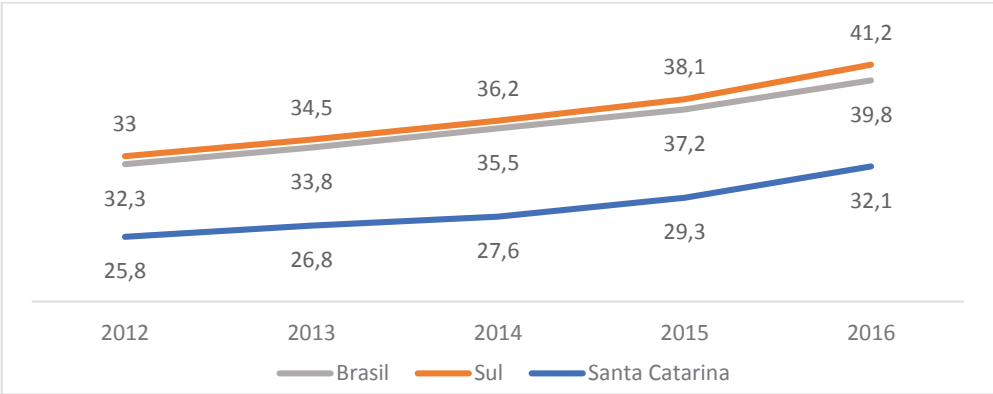


32,1% com doutorado

Meta 2024: 40%

Faltam 7,9 pontos percentuais para o alcance da meta.

M13I2 – Percentual de docentes na educação superior com doutorado – BR, Sul e SC – 2012 a 2016



Fonte: Inep (2018) com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2016). Elaboração: DIPE/SED-SC

META 14

Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 2.400 (dois mil e quatrocentos) mestres e 900 (novecentos) doutores, até o final da vigência deste Plano.

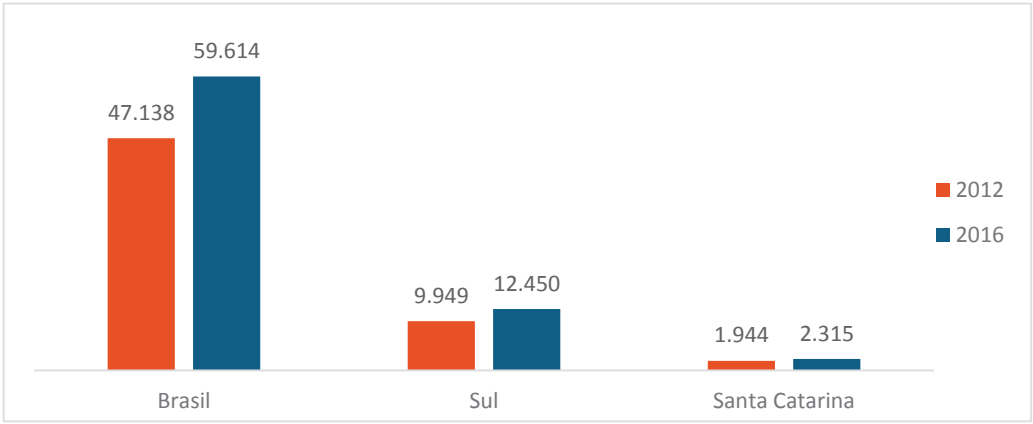
SITUAÇÃO DA META – 2016 – SC
Titulação anual no mestrado



2.315 títulos/ano

Meta 2024: 2.400 titulações anuais em programas de mestrado

M14I1 – Número de titulados em programas de mestrado – BR, Sul e SC – 2012 e 2016



Fonte: Inep (2018) com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas (GeoCapes).
Elaboração: DIPE/SED-SC

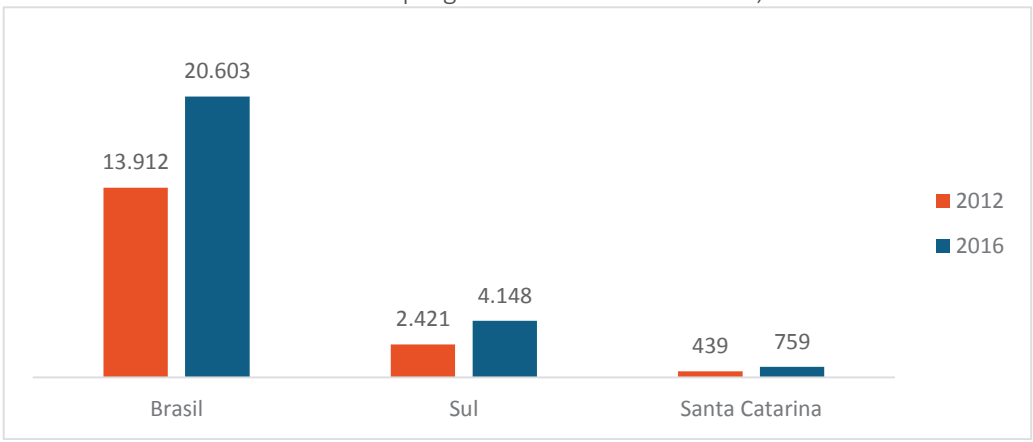
SITUAÇÃO DA META – 2016 – SC
Titulação anual no doutorado



759 títulos/ano

Meta 2024: 900 titulações anuais em programas de doutorado

M14I2 – Número de titulados em programas de doutorado – BR, Sul e SC – 2012 e 2016

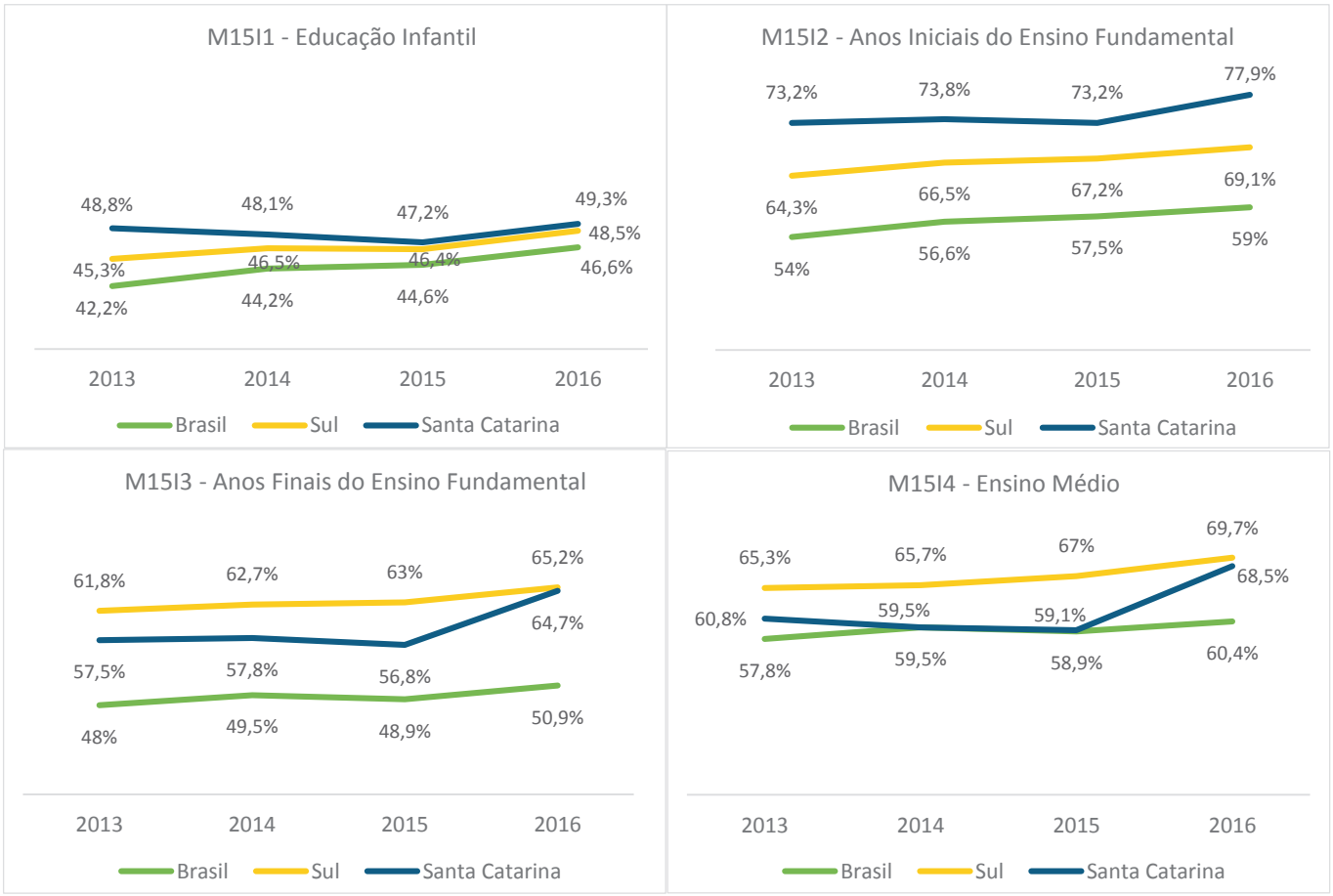


Fonte: Inep (2018) com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas (GeoCapes).
Elaboração: DIPE/SED-SC

META 15

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste Plano, política estadual de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo Poder Público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

Percentual de docências de professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam 2013 a 2016



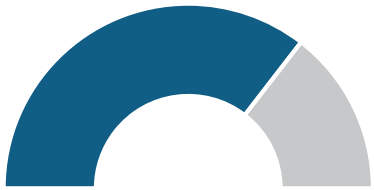
Fonte: Inep (2018) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep. Elaboração: DIPE/SED-SC

META 16

Formar 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

SITUAÇÃO DA META – 2017 – SC

Formação em nível de pós-graduação

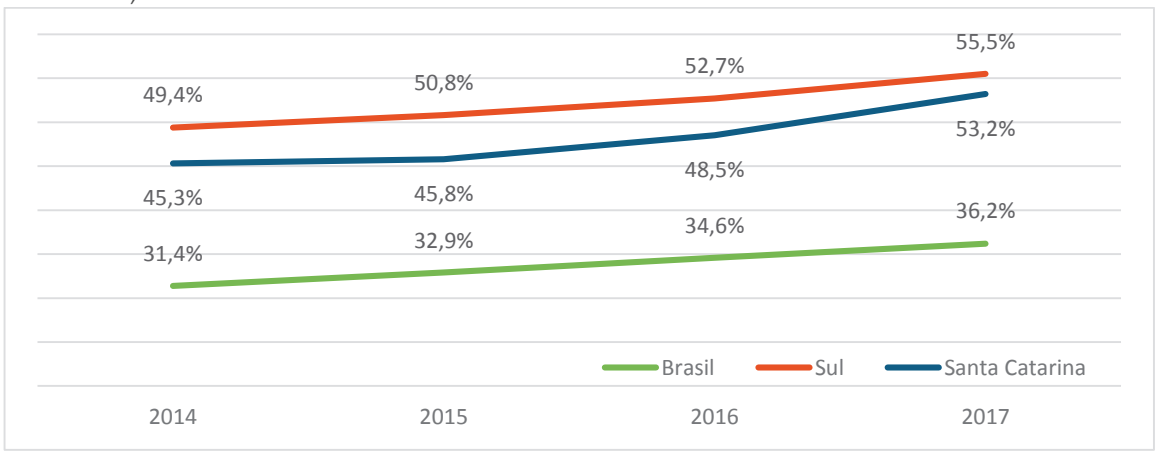


53,2% dos professores da educação básica possuem pós-graduação (44.795 professores)

Meta 2024: 75%

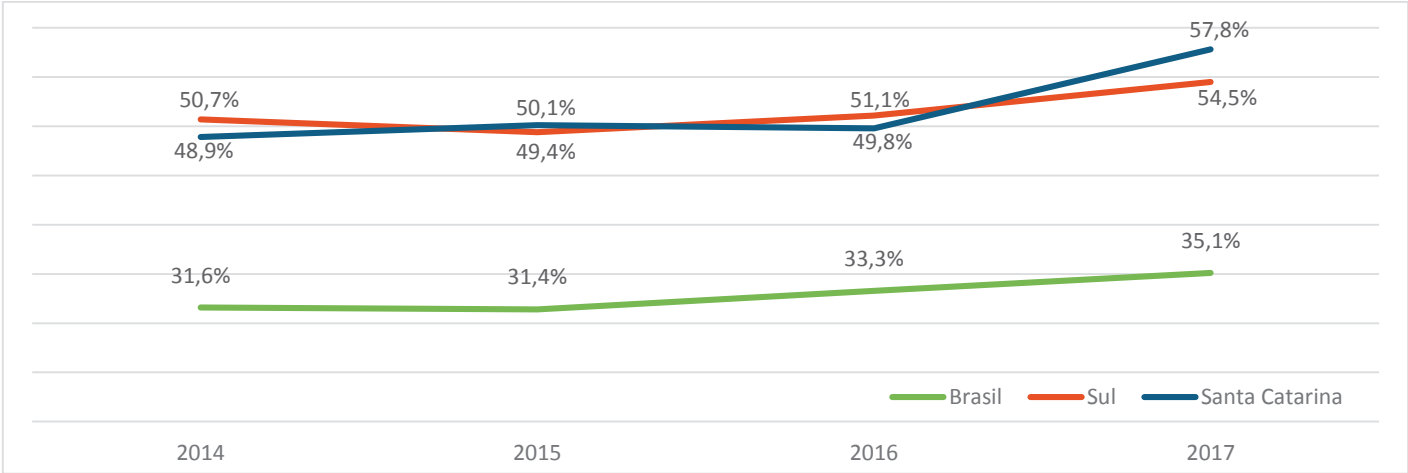
Faltam 21,8 pontos percentuais para o alcance da meta.

M16I1 – Percentual de professores da educação básica com pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* – BR, Sul e SC – 2014 a 2017



Fonte: Inep (2018) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep. Elaboração: DIPE/SED-SC

M16I2 – Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada – BR, Sul e SC – 2014 a 2017



Fonte: Inep (2018) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep. Elaboração: DIPE/SED-SC

META 17

Valorizar os profissionais do magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 2 (dois) anos a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII, do art. 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência deste Plano.

SITUAÇÃO DA META

M17I1 – Santa Catarina possui plano de carreira para o magistério público estadual – Lei Complementar nº 668/2015.
M17I2 – Santa Catarina prevê, para a rede estadual, o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos – Lei Complementar nº 668/2015.
M17I3 – Santa Catarina cumpre, para a rede estadual, o que estabelece a Lei nº 11.738/2008 sobre o piso salarial nacional profissional.

Figura 1 – Situação dos planos de carreira nos municípios catarinenses no que tange aos indicadores M17I1, M17I2 e M17I3 – 2018



Situação	Nº de Municípios
Possui Plano de Carreira	227
Paga o Piso (Lei 11.738/2008)	207
Cumpre a Jornada (Lei 11.738/2008)	167

Fonte: Ministério da Educação (Agosto 2018)

SITUAÇÃO DA META – 2017 – SC

Razão entre o rendimento médio dos professores e dos não professores



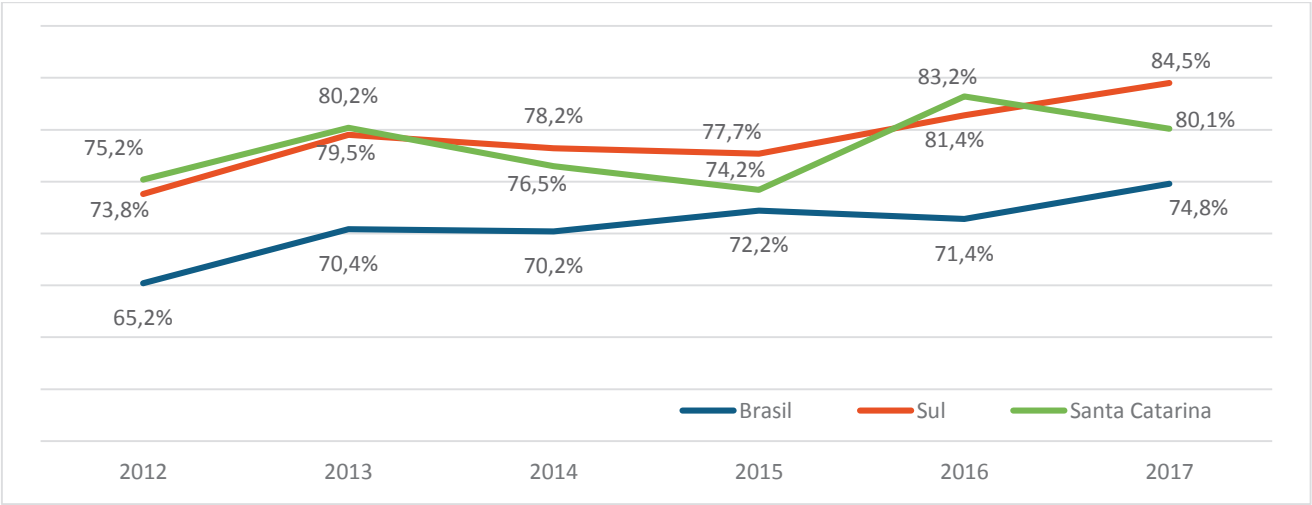
O salário médio do professor corresponde a

80,1% do salário médio dos não professores.

Meta 2021: 100%

Faltam 19,9 pontos percentuais para o alcance da meta.

M17I4 – Razão (%) entre o salário médio de professores da educação básica da rede pública e o salário médio de não professores com escolaridade equivalente – BR, Sul e SC – 2012 a 2017



Fonte: Inep (2018) com base em dados da Pnad continua/IBGE (2012-2017). Elaboração: DIPE/SED-SC
Nota: Valores corrigidos pela variação do IPCA/IBGE a preços de 2017.

META 18

Garantir em legislação específica, aprovada no âmbito do Estado e dos Municípios, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e superior públicas que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Estadual de Ensino, no prazo de 1 (um) ano após a aprovação deste Plano.

M18Q1 – Características do processo de seleção de diretores das escolas da redes estadual de ensino público – SC – 2017

UF	Documento Legal	Ano	Indicação	Eleição	Concurso	Mérito e desempenho	Formas de Inscrição da Candidatura	Avaliação do Mandato	Tempo de mandato	Reeleição
SC	Decreto nº 1.794	2013	***	Sim	***	Sim	Individual	Sim	4	***

Fonte: Inep (2018) com base em documentos legais vigentes dos governos estaduais (leis, decretos, portarias, resoluções).
Elaboração: DIPE/SED-SC

M18T1 – Percentual de municípios com base nas formas de seleção de diretores de escolas públicas municipais, por grande região – Região Sul e SC – 2014

Região/UF	Exclusivamente Indicação	Exclusivamente Eleição	Exclusivamente Concurso	Exclusivamente Outros	Eleição e Outras Formas	Indicação e outras Formas	Concurso e Outras Formas
Sul	71%	19%	0%	1%	6%	1%	***
SC	89,80%	3,40%	0,70%	2%	2%	1,70%	0%

Fonte: Inep(2018) com base em dados da Munic/IBGE (2014).
Elaboração: DIPE/SED-SC

META 19

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado no quinto ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Indicadores da Meta: M19I1 – Gasto público em educação pública em proporção ao PIB
M19I2 – Gasto público em educação em proporção ao PIB

No Relatório do 2º Ciclo do PNE 2014-2024 não foram disponibilizados os resultados desse indicador para as Unidades de Federação.

PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES

As metas do PEE/SC cujo prazo de execução total ou parcial é até 2019 são: 1, 2, 3, 4, 9, 15, 17 e 18. Os indicadores de monitoramento da evolução dessas metas mostram que:

Meta 1 – Santa Catarina apresenta progresso em relação à cobertura da educação infantil para crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos de idade, no período de 2004 a 2016. Contudo, não alcançou a meta de universalização da pré-escola prevista para o ano de 2016 (M1I1 – 92,8%). A análise tendencial desse indicador sugere que a meta poderá ser alcançada em 2020, se mantida a tendência observada nesse período. No que se refere ao atendimento na creche, segundo a tendência, é provável que o estado supere a meta de 50% até 2024.

Meta 2 – A meta de universalização do ensino fundamental à população de 6 a 14 anos de idade, em Santa Catarina, está praticamente alcançada em 2016 (M2I2 – 98,2%), subindo para 98,6% em 2017. Contudo, ainda há cerca de 10 mil indivíduos fora da escola. O indicador dos estudantes que concluem essa etapa na idade recomendada (M2I2) tem sofrido oscilações ao longo do período de 2012 a 2017. A meta de que 95% dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada até 2024 não será alcançada pela análise tendencial desse período, o que exige esforços públicos para a superação desse desafio.

Meta 3 – A meta de universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos de idade não foi alcançada em 2016. Mesmo tendo havido um crescimento de 2,3 pontos percentuais(p.p.) de 2016 (90,8%) para 2017 (93,1%), Santa Catarina ainda não logrou êxito no atendimento a esta população. A análise tendencial desse indicador sugere que a meta poderá ser alcançada entre 2022 e 2024, se mantido o observado para o período de 2012 a 2017. No que tange à meta de alcançar 90% na taxa líquida de matrículas no ensino médio, em 2024, pela análise tendencial é possível que o estado não a alcance no prazo previsto se não forem ampliados os esforços de combate à repetência e à evasão escolar.

Meta 4 – O monitoramento da meta 4 é limitado pelas bases de dados oficiais disponíveis. De acordo com o censo demográfico de 2010, 86,7% (24.584) do público da educação especial de 4 a 17 anos de idade frequentam a creche ou a escola, percentual ainda distante da universalização do acesso à educação básica para esta população.

Meta 9 – Em 2017, a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade foi de 97,4%, estando 0,6 p.p. abaixo da meta estabelecida de 98% para o referido ano e 2,6 p.p. abaixo do estabelecido para 2024. A taxa de analfabetismo funcional, cujo prazo é 2024, foi de 11,2% em 2016, mesmo percentual de 2012.

Meta 15 – Santa Catarina ainda não possui política estadual de formação inicial e continuada, em regime de colaboração entre União, o Estado e os Municípios.

Meta 17 – Santa Catarina possui plano de carreira para o magistério público estadual – Lei Complementar nº 668/2015 (M17I1). Prevê, para a rede estadual, o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos (M17I2). Cumpre, para a rede estadual, o que estabelece a Lei nº 11.738/2008 sobre o piso salarial nacional profissional (M17I3). A razão (%) entre o salário médio de professores da educação básica da rede pública e o salário médio de não professores com escolaridade equivalente foi de 80,1%, em 2017, estando 19,9 p.p. abaixo da meta estipulada para 2021.

Meta 18 – Num processo gradual, desde 2013, por meio do Decreto nº 1.794, a rede estadual de ensino conta com a escolha dos gestores escolares a partir dos anseios da comunidade escolar e local, para o mandato de 4 anos, com avaliação anual de sua atuação. Quanto às escolas municipais, em 89,8% dos municípios a forma de seleção é exclusivamente por indicação. Na atualidade, foram essas as condições possíveis de serem observadas acerca da efetivação da gestão democrática.

Além das metas previstas para o período de 2016 a 2019 que não foram alcançadas, é necessário empreender esforços também para o cumprimento das metas cujo prazo é superior a 2019, são elas: 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 19.

Faz-se necessária, então, a reflexão acerca das ações e projetos planejados pela SED, com o objetivo de verificar se, de fato, estes são suficientes para atender as demandas necessárias à consecução das metas e estratégias estabelecidas no PEE/SC, considerando suas atribuições legais, o cenário social, político e econômico do estado e do país.

Por fim, torna-se imprescindível traçar estratégias para calcular os resultados dos indicadores da meta 19, para o estado, bem como aperfeiçoar os indicadores da meta 18 a fim de monitorá-las adequadamente.

Documento elaborado pela equipe de monitoramento do PEE/SC da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina

2019

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/cenario-educacional>. Acesso em: 16 jan. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE : biênio 2014-2016**. Brasília, DF : Inep, 2016. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/2105>. Acesso em: 16 jan. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do PNE : biênio 2017-2018**. Brasília, DF : Inep, 2018. Disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/1476034>. Acesso em: 8 ago. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Construindo políticas de valorização dos profissionais da educação básica**. Disponível em: http://planodecarreira.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56:mapa&catid=15&Itemid=144. Acesso em: 02 fev. 2017.

SANTA CATARINA. **Lei n. 16.794, de 14 de dezembro de 2015:** Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências. Diário Oficial do Estado. Florianópolis, SC, 15 dez. 2015. Disponível em: <http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Legislacao%20Correlata/Leis%20Ordinarias/2015_-_LEI_ORDINARIA_N_16_794_DE_14_DE_DEZEMBRO_DE_2015.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2017.

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

CACS-FUNDEB/SC

Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social

PARECER SOBRE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB 2018

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

PARECER SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO Fundeb – 2018

I – HISTÓRICO

O Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-Fundeb/SC, regulamentado pela Lei Estadual nº 14.277, de 11 de janeiro de 2008, no uso de sua competência e regulamentações, desenvolveu, no exercício de 2018, a presente análise nas diversas rubricas previstas na legislação correlata, bem como o desenvolvimento dos trabalhos relativos ao CACS-Fundeb/SC, tendo como Presidente o Conselheiro Mário César Barreto Moraes que, com os demais membros do Conselho, realizaram o acompanhamento e controle dos recursos advindos do Fundo, conforme as planilhas e documentos apresentados a seguir:

1. Planilha 1.0 (ANEXO I) - Orçamento Global – Dotação Orçamentária atualizada até 31/12/2018, considerando as alterações de dotações de todas as Fontes de Recursos que compõem o Fundeb.

2. Planilha 2.0 (ANEXO II) - Orçamento Global – que se refere aos grupos de despesa (Investimentos, Outras Despesas e Pessoal e Encargos), com as movimentações ocorridas durante o ano de 2018**,** (dotação inicial e as respectivas reduções e acréscimos ao orçamento, culminando com dotação orçamentária realizada ao final do exercício de 2018).

3. Planilha 2.1 (ANEXO III) - Situação Global – dos recursos orçamentários e financeiros do Fundeb (FONTE 0131), da Secretaria de Estado da Educação (SED), da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e das 35 Agencias de Desenvolvimento Regional (ADRs) / Gerencias Regionais de Educação (GEREDs).

4. Planilha 2.2 (ANEXO IV) - Situação Global – Custeio e Investimento – Expõe a situação dos recursos do Fundeb (FONTE - 0131), e as movimentações de empenhamento durante o exercício de 2018, referentes ao Custeio, Investimentos, Pessoal e Encargos Sociais da SED e da FCEE e o Custeio e Investimentos das 35 ADRs.

5. Planilha 3.0 (ANEXO V) - Quadro de Detalhamento da Despesa – Somente da SED – Investimentos, Custeio e Pessoal e Encargos Sociais. Nota-se que, nesta planilha, estão inclusas as dotações e as despesas das outras Fontes de Recursos que compõem o Orçamento Global do Fundeb, no exercício de 2018 - FONTE - 0131 – Recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb; FONTE - 0331 – Superávit do Exercício Anterior da FONTE – 0131; FONTE - 0186 – Remuneração Financeira dos Recursos da FONTE 0131; FONTE - 0386 – Superávit da Remuneração Financeira da FONTE - 0186; sendo que na FONTE 0331 e FONTE 0386 só há despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

6. Planilha 4.0 (ANEXO VI) - Quadro de Detalhamento da Despesa da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) – Investimentos, Custeio e Pessoal e Encargos Sociais. A FCEE utilizou somente a FONTE – 0131 na aplicação do recurso do Fundeb.

7. Planilhas 4.1 a 4.35 (ANEXO VII) - Detalhamento de Despesa das 35 ADRs de Custeio e Investimentos no exercício de 2018 da FONTE - 0131. Não há dispêndios com Pessoal e Encargos Sociais nestes órgãos, pois o pagamento de pessoal é centralizado na SED e FCEE.

8. Receita do Fundeb 2018 (ANEXO VIII) – Recursos Arrecadados – Receitas – de janeiro a dezembro, da FONTE - 0131, ou seja, arrecadação do FUNDEB e Rendimentos de Aplicação Financeira – FONTE - 0186, no exercício de 2018.

9. Quadro de Restos a Pagar e Restituições do Fundeb - 2018 (ANEXO IX) - Valores referentes a Restos a Pagar dos recursos do Fundeb (FONTE - 0131 e FONTE - 0186) e recursos do Fundeb relativos a restituições.

II – ANÁLISE

Compete ao Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb/SC, entre outras ações, previstas no Art. 2º da Lei Estadual nº 14.277, de 11 de janeiro de 2008 e no Art. 2º do Regimento Interno do Conselho:

I – Acompanhar e controlar a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo em Santa Catarina;

II – Examinar os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados ou recebidos à conta do Fundo, que deverão ser disponibilizado mensalmente pelo Poder Executivo Estadual;

III – Instruir, com parecer, as prestações de contas dos recursos do Fundeb a serem apresentadas ao respectivo Tribunal de Contas. O referido parecer deve ser apresentado ao Poder Executivo respectivo em até 30 dias antes do vencimento do prazo para apresentação da prestação de Contas ao Tribunal.

As reuniões do Conselho foram mensais, a partir do mês de fevereiro, onde foram analisados e aprovados os Demonstrativos Mensais de Aplicação dos Recursos do Fundeb, elaborados e apresentados pela Gerência Financeira da Secretaria de Estado da Educação / SED, que constam como anexos deste Parecer, bem como as atas de todas as reuniões realizadas no período, o que comprova o efetivo funcionamento do Conselho e a participação dos seus membros.
As dúvidas dos Conselheiros, quando não esclarecidas na reunião, eram protocoladas nos respectivos setores da SED para os devidos esclarecimentos, por escrito ou com a presença de representante do setor demandado.
As atas mensais do Conselho, independente de transcrição, retratam cada uma das situações acima descritas.
Conclui-se a análise das planilhas anexas, com o registro e destaques das situações:

PLANILHA 1.0 (ANEXO I)

Esta planilha retrata o Orçamento Global, no exercício de 2018 do Fundeb. Os valores globais, em 31/12/2018 são diferentes dos iniciais, considerando que, à época da elaboração orçamentária, não se prevê os valores referentes à FONTE – 0331 = Superávit do Exercício Anterior (fonte 0131), à FONTE - 0386 = Superávit da Remuneração Financeira de Exercício Anterior (0186).

O Orçamento Global inicial do Fundeb era de **R$ 2.563.545.992,00** da FONTE - 0131 (Fundeb) e **R$ 24.475.800,00** previsto para a FONTE - 0186 (Remuneração Financeira de Recursos da Fonte 0131).Totalizando uma dotação inicial de **R$ 2.588.021.792,00.** Durante o transcorrer do exercício, houve a abertura de crédito adicional por conta do superávit na FONTE - 0331 **R$ 75.080.432,16** e FONTE - 0386 **R$ 7.707.097,26** , elevando a dotação orçamentária disponivel para 2018 para **R$ 2.670.809.321,42**. Cabe salientar que também ocorreram remanejamentos orçamentários, com anulação e acréscimo de valores dentro dos grupos de despesas nas fontes. A discriminação destas alterações está visualizada na Planilha 2.0 **(ANEXO II).**

Desta forma, os valores de Investimentos, inicialmente previstos, eram de **R$ 61.951.577,00,** no final do exercício de 2018, passou para **R$ 86.116.299,30**, ou seja, houve acréscimo no orçamento de investimento correspondente a **39%.**

Em Outras Despesas a previsão inicial era de **R$ 586.169.121**, ao final do exercício de 2018 passou para **R$ 567.748.373,09**, que demonstra um percentual de redução de **3,14%.** Já em Pessoal e Encargos Sociais, a previsão inicial era de **R$ 1.939.901.094,00** e ao final do exercício de 2018 passou para **R$ 2.016.944.649,03**; portanto houve um acréscimo de **3,97%,** como já era previsto por esse Conselho.

Os Grupos de Despesa, dentro do Orçamento Global, foram projetados em percentuais adequados e obedecem aos parâmetros da legislação; ou seja, destinar, no mínimo, 60% para pagamento de Pessoal e Encargos Sociais, conforme o disposto no Art. 22 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de Junho de 2007.
As despesas orçadas com pessoal representaram **74,96%** de todo o orçamento global inicial do Fundeb e **75,52%** da dotação final, após incluído o superávit do exercício anterior.

PLANILHA 2.1 (ANEXO III)

Essa planilha demonstra a situação orçamentária e financeira dos recursos do Fundeb no exercício de 2018, somadas às demais fontes de recursos; ou seja, FONTE - 0131, FONTE - 0331, FONTE - 0186 e FONTE - 0386, pode-se comparar a dotação orçamentária com o efetivamente empenhado (autorização de gastos) durante o exercício. Além disso, demonstra o que foi orçado e empenhado nas 37 Unidades Gestoras do Fundo – SED, FCEE e as 35 ADRs/GEREDs.

As seguintes considerações, a respeito desta planilha, merecem destaque:

a) A Unidade Gestora 450001 – SED executa **85,33%** do total do Orçamento Global correspondente a **R$ 2.017.494.136,58**, a Unidade Gestora 450021 – FCEE executa **7,50%** do total do Orçamento Global, ou seja, **R$177.361.584,53** já as Agência de Desenvolvimentos Regionais – ADRs ficam com os 7,17**%** restantes, equivalentes a **R$ 169.458.177,90**. A maior, proporção fica com **SED e FCEE,** pois os pagamentos de todos os profissionais da educação básica, em efetivo exercício, estão centralizados;
b) Em relação à FONTE - 0131, o total empenhado no Orçamento Global foi de **R$ 2.268.141.200,07,** sendo destes **R$ 2.260.309.348,01** efetivamente liquidados e o montante de **R$ 8.279.259,20** inscrito em Restos a Pagar Não Processados.

PLANILHA 2.2 (ANEXO IV)

Trata-se de planilha com as mesmas informações da anterior, porém discriminando, em cada uma das 37 Unidades Gestoras, os Grupos de Despesa: Investimentos, Outras Despesas Correntes e Pessoal e Encargos Sociais.

Reafirmam-se as observações da análise do anexo anterior, com o detalhamento dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais a previsão Orçamentária inicial deste Grupo de Despesa é de **R$ 1.939.901.094,00.** Os empenhos realizados ao final de 2018

somam **R$ 1.892.789.561,19**, conforme a planilha consolidada com os totais de cada grupo de despesa, cabendo à SED o valor **de R$ 1.723.520.603,87** e à FCEE **R$ 169.268.957,32**, por serem as Únicas Unidades Gestoras com despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

PLANILHA 3.0 (ANEXO VI)

Nesta planilha, é apresentado o detalhamento da despesa de Investimentos, Custeio – Despesas Correntes e de Pessoal e Encargos Sociais, especificamente da SED, por fonte de arrecadação. Cabem as seguintes observações:

a) Diferentemente das planilhas anteriores, cujos demonstrativos se referiam apenas à FONTE - 0131, nesta são apresentadas as despesas efetuadas pela SED, (Unidade Gestora - 45001) além da FONTE - 0331, da FONTE - 0186, e da FONTE - 0386, pois estas três últimas foram administradas somente pela SED.
b) Somando os valores de todas as fontes que compõe os recursos do Fundeb, a dotação orçamentária para a SED é de **R$ 2.338.090.357,42** e o total empenhado no exercício de 2018 foi de **R$ 2.017.494.136,58.**

PLANILHAS 4.1 a 4.35 (Anexo VII)

Estas planilhas referem-se ao detalhamento das despesas, de Custeio e de Investimentos, das ADRs/GEREDs. A diferença em relação ao aplicado na SED é que as ADRs/GEREDs têm autonomia para realizar os Investimentos e as Despesas de Custeio na própria regional. Portanto, se percebe diferenças significativas de aplicação dos recursos nas ações projetadas. Os recursos para o atendimento ao Transporte Escolar são repassados às ADRs e estas repassam aos Municípios de sua Regional.

RECEITA DO FUNDEB 2018 – (ANEXO VIII) – Recursos arrecadados (**RECEITAS**) de janeiro a dezembro, da FONTE – 0131 e da FONTE - 0186, ou seja, arrecadação do Fundeb - FONTE - 0131 e Aplicação Financeira dos Recursos - FONTE - 0186, arrecadados no exercício de 2018.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os repasses da receita arrecadada do Fundeb de 2018 somaram o montante de **R$ 2.325.165.453,48** (FONTE - 0131) e a aplicação financeira do período somou o montante de **R$ 15.488.147,45**, totalizando o montante de **R$ 2.340.653.600,93** de recursos arrecadados.

A atual gestão do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb/SC se empenha para cumprir as suas funções e prioriza a construção de metodologias que possibilitem aos conselheiros o domínio das variáveis definidas na legislação para cumprir de fato a função de acompanhamento e controle social dos recursos do Fundeb/SC.

V – PARECER

Nos termos da análise, tendo por embasamento os documentos anexos, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb/SC é de parecer que:

1. O ordenador de despesa do Fundeb/SC aplicou, até o último mês de dezembro de 2018, 97,55% do total orçado, se for considerado somente o total empenhado da FONTE - 0131, que é a arrecadação do Fundeb no exercício de 2018 (ver ANEXO IV);

2. Considerando o total arrecadado de **R$ 2.340.653.600,93**, com as demais fontes de recursos (FONTE - 0131+FONTE - 0186), o percentual aplicado em Pessoal e Encargos Sociais no valor de **R$ 1.892.789.561,19** (FONTE - 0131, FONTE - 0186, FONTE - 0331 e FONTE - 0386) no exercício de 2018, foi de **80,86%** de aplicação bruta em Fundeb. Em excluindo os valores executados com FONTE - 0331 e FONTE - 0386 encontramos o valor de **R$ 1.813.750.335,40,** com o percentual de **77,49%,** acima do que estabelece a Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, art. 22 – "pelo menos 60% dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública";

3. Se confrontarmos o total da Receita Arrecadada do Fundeb - FONTE - 0131 e FONTE - 0186 no exercício de 2018, que foi de **R$2.340.653.600,93**, com a despesa (empenhado) no exercício de 2018 somando as ADRs e FCEE de **R$ 2.281.526.369,59** o percentual de aplicação da receita arrecadada em relação à despesa realizada foi **97,55%**, ficando em conta um percentual de **2,45%** dos recursos disponíveis, no montante de **R$ 57.210.394,48** de superávit do exercício. Somado a este valor existe ainda superavit originário de cancelamento de Restos a Pagar de 2017 e restituições no valor de **R$ 5.327.640,25**, conforme **ANEXO IX**, o que gera um superavit total para ser executado em 2019 no montante de R$ **62.538.034,73;**

4 - Recomendamos que a Secretaria de Estado da Educação faça a aplicação do valor restante, do exercício de 2018, que compreende **R$ 62.538.034,73** em conformidade com a Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, art. 21, §2º, que determina a utilização de até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.

V – DECISÃO DO CONSELHO

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb/SC, em Reunião Ordinária, realizada no dia 13 de fevereiro de 2019, aprovou, por unanimidade, o presente parecer.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2019.

Mário César Barreto Moraes
Presidente do CACS-Fundeb/SC

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 1.0 (ANEXO I)

ORÇAMENTO GLOBAL - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATUAL - FUNDEB - SED, ADRs e FCEE DEZEMBRO/2018

R$

GRUPO DESPESA	FR-0131	FR-0331	FR-0186	FR-0386	TOTAL	%
INVESTIMENTOS	61.951.577,00	-	-	-	61.951.577,00	2,4
OUTRAS DESPESAS	561.693.321,00		24.475.800,00		586.169.121,00	22,6
PESSOAL E ENCARGOS	1.939.901.094,00				1.939.901.094,00	75,0
TOTAL	2.563.545.992,00	-	24.475.800,00	-	2.588.021.792,00	100,0

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Fontes de Recursos - Legenda
FR-0131 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB
FR-0331 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR DA FONTE FR-0131
FR-0186 - REMUNERAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DA FR-0131
FR-0386 - SUPERÁVIT DA REMUNERAÇÃO FINANCEIRA DA FR-0186

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 2.0 (ANEXO II)
ORÇAMENTO GLOBAL - FUNDEB - SED, ADRs e FCEE DEZEMBRO/2018

R$

FONTE	ITEM	DOTAÇÃO	REDUÇÃO	ACRÉSCIMO	DOT. ATUAL	%
131	Investimentos	61.951.577,00	17.927.605,99	36.592.328,29	80.616.299,30	3,0
	Outras Despesas Correntes	561.693.321,00	173.350.190,97	156.681.139,43	545.024.269,46	20,4
	Pessoal e Encargos Sociais	1.939.901.094,00	74.063.043,17	72.067.372,41	1.937.905.423,24	72,6
186	Investimentos	-	-	5.500.000,00	5.500.000,00	0,2
	Outras Despesas Correntes	24.475.800,00	11.500.000,00	6.000.000,00	18.975.800,00	0,7
331	Outras Despesas Correntes	-	-	2.070.588,49	2.070.588,49	0,1
	Pessoal e Encargos Sociais	-	42.935.469,56	115.945.313,23	73.009.843,67	2,7
386	Outras Despesas Correntes	-	-	1.677.715,14	1.677.715,14	0,1
	Pessoal e Encargos Sociais	-	7.707.097,26	13.736.479,38	6.029.382,12	0,2
TOTAL		2.588.021.792,00	327.483.406,95	410.270.936,37	2.670.809.321,42	100,00

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Fontes de Recursos - Legenda
FR-0131 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB
FR-0331 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR DA FONTE FR-0131
FR-0186 - REMUNERAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DA FR-0131
FR-0386 - SUPERÁVIT DA REMUNERAÇÃO FINANCEIRA DA FR-0186

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 2.1 (ANEXO III)
SITUAÇÃO GLOBAL DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DO FUNDEB - SED, ADRs e FCEE DEZEMBRO/2018

R$

CÓD	UNIDADE GESTORA	SITUAÇÃO NO MÊS				ACUMULADO ATÉ O MÊS			
		DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
410031	ADR - ITAPIRANGA	1.946.214,00	-	-	-	33.158,00	33.158,00	33.158,00	1.913.056,00
410032	ADR - Quilombo	1.644.224,00	-	-	-	39.656,59	39.656,59	39.656,59	1.604.567,41
410033	ADR - Seara	2.054.422,00	-	-	-	182.579,72	182.579,72	182.579,72	1.871.842,28
410034	ADR - Taió	2.551.608,00	-	-	-	12.962,60	12.962,60	12.962,60	2.538.645,40
410035	ADR - Timbó	4.057.040,00	-	-	-	459.288,84	459.288,84	459.288,84	3.597.751,16
410036	ADR - Braço do Norte	3.058.883,00	-	-	-	143.273,39	143.273,39	143.273,39	2.915.609,61
410037	ADR - S.M. do Oeste	2.003.800,00	19.284,73	94.079,45	94.079,45	5.907.982,75	5.769.872,31	5.769.872,31	- 3.904.182,75
410038	ADR - Maravilha	3.643.541,00	- 215.566,57	265.077,04	247.617,04	5.562.948,62	5.465.561,48	5.445.368,48	- 1.919.407,62
410039	ADR - S.Lourenço do Oeste	1.628.436,00	- 122.245,15	257.760,18	248.476,36	2.670.422,91	2.670.422,91	2.626.312,26	- 1.041.986,91
410040	ADR - Chapecó	4.681.328,00	12.503,60	137.432,74	137.432,74	4.037.137,52	3.852.726,56	3.846.349,90	644.190,48
410041	ADR - Xanxerê	5.729.488,00	69.968,08	148.779,47	137.456,50	5.355.119,16	5.259.799,09	5.248.476,12	374.368,84
410042	ADR - Concórdia	2.746.451,00	49.768,08	79.961,02	79.961,02	4.679.372,22	4.662.871,62	4.662.871,62	- 1.932.921,22
410043	ADR - Joaçaba	3.732.125,00	48.656,32	86.121,85	91.745,85	3.399.154,72	3.348.939,84	3.348.939,84	332.970,28
410044	ADR - Campos Novos	2.330.004,00	- 5.400,00	29.056,45	29.056,45	2.658.774,64	2.632.294,97	2.632.294,97	- 328.770,64
410045	ADR - Videira	2.392.254,00	- 454.029,22	190.815,36	190.815,36	5.398.686,84	5.204.283,60	5.204.283,60	- 3.006.432,84
410046	ADR - Caçador	2.903.833,00	-	-	-	36.038,04	36.038,04	36.038,04	2.867.794,96
410047	ADR - Curitibanos	1.755.604,00	3.926,36	53.314,64	53.314,64	1.454.896,07	1.440.908,87	1.440.908,87	300.707,93
410048	ADR - Rio do Sul	3.057.565,00	353.519,67	835.795,38	835.795,38	18.940.743,55	18.557.852,85	18.557.852,85	- 15.883.178,55
410049	ADR - Ituporanga	4.406.571,00	-	-	-	24.601,16	24.601,16	24.601,16	4.381.969,84
410050	ADR - Ibirama	6.157.994,00	-	-	-	78.722,05	78.722,05	78.722,05	6.079.271,95
410051	ADR - Blumenau	6.459.218,00	- 224.161,66	277.810,42	184.664,25	15.474.609,98	15.274.165,72	15.171.712,52	- 9.015.391,98
410052	ADR - Brusque	5.443.105,00	-	-	-	136.932,60	136.932,60	136.932,60	5.306.172,40
410053	ADR - Itajai	6.594.185,00	1.105.008,18	892.886,36	936.677,37	14.311.496,37	13.934.592,93	13.934.592,93	- 7.717.311,37
410054	ADR - Laguna	5.832.390,00	-	-	-	2.934.582,27	2.934.582,27	2.934.582,27	2.897.807,73
410055	ADR - Tubarão	5.981.521,00	1.208.137,97	770.714,04	850.795,09	16.292.459,63	15.364.861,11	15.364.861,11	- 10.310.938,63
410056	ADR - Criciúma	9.921.011,00	- 96.968,15	175.253,90	175.253,90	10.446.351,92	10.279.243,76	10.279.243,76	- 525.340,92
410057	ADR - Araranguá	5.023.515,00	56.028,88	523.240,94	446.674,28	7.190.164,51	7.071.901,24	6.995.334,58	- 2.166.649,51
410058	ADR - Joinville	14.370.344,00	- 359.270,94	571.199,03	312.046,13	13.371.541,30	13.318.016,54	13.041.549,71	998.802,70
410059	ADR - Jaraguá do Sul	5.467.203,00	- 39.379,70	71.299,40	87.911,23	4.442.945,99	4.440.801,50	4.440.801,50	1.024.257,01
410060	ADR - Mafra	7.385.858,00	229.652,36	410.890,51	422.740,84	13.725.254,44	13.657.162,85	13.620.566,20	- 6.339.396,44
410061	ADR - Canoinhas	3.696.234,00	-	-	-	277.648,80	277.648,80	277.648,80	3.418.585,20
410062	ADR - Lages	5.696.291,00	158.240,93	259.631,04	232.995,12	9.684.085,15	9.680.819,84	9.654.183,92	- 3.987.794,15
410063	ADR - São Joaquim	3.288.101,00	-	-	-	31.408,49	31.408,49	31.408,49	3.256.692,51
410064	ADR - Palmitos	2.411.412,00	-	-	-	48.931,08	48.931,08	48.931,08	2.362.480,92
410065	ADR - Dionísio Cerqueira	2.667.191,00	-	-	-	14.245,98	14.245,98	14.245,98	2.652.945,02
450001	SED	2.255.302.828,00	199.453.011,71	211.513.860,74	277.890.488,42	2.017.494.136,58	2.012.331.926,08	2.005.037.619,33	237.808.691,42
450021	FCEE	180.000.000,00	19.586.784,78	19.586.784,78	25.682.152,64	177.361.584,53	177.361.584,53	176.598.319,23	2.638.415,47
TOTAL GLOBAL		2.588.021.792,00	220.837.470,26	237.231.764,74	309.368.150,06	2.364.313.899,01	2.356.034.639,81	2.347.376.345,22	223.707.892,99

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Planilha 2.2 (ANEXO IV)
SITUAÇÃO GLOBAL DOS RECURSOS DO FUNDEB - CUSTEIO E INVESTIMENTO - SED, FCEE e ADRs DEZEMBRO/2018

R$

CÓD	UNIDADE GESTORA	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS				ACUMULADO ATÉ O MÊS			
			DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
410031	ADR - ITAPIRANGA	Investimentos	26.107,00	-	-	-	-	-	-	26.107,00
		Outras Despesas Correntes	1.920.107,00	-	-	-	33.158,00	33.158,00	33.158,00	1.886.949,00
410032	ADR - Quilombo	Investimentos	11.336,00	-	-	-	1.950,00	1.950,00	1.950,00	9.386,00
		Outras Despesas Correntes	1.632.888,00	-	-	-	37.706,59	37.706,59	37.706,59	1.595.181,41
410033	ADR - Seara	Investimentos	30.730,00	-	-	-	40.615,93	40.615,93	40.615,93	- 9.885,93
		Outras Despesas Correntes	2.023.692,00	-	-	-	141.963,79	141.963,79	141.963,79	1.881.728,21
410034	ADR - Taió	Investimentos	34.625,00	-	-	-	1.540,00	1.540,00	1.540,00	33.085,00
		Outras Despesas Correntes	2.516.983,00	-	-	-	11.422,60	11.422,60	11.422,60	2.505.560,40
410035	ADR - Timbó	Investimentos	57.741,00	-	-	-	446.171,24	446.171,24	446.171,24	- 388.430,24
		Outras Despesas Correntes	3.999.299,00	-	-	-	13.117,60	13.117,60	13.117,60	3.986.181,40
410036	ADR - Braço do Norte	Investimentos	33.667,00	-	-	-	-	-	-	33.667,00
		Outras Despesas Correntes	3.025.216,00	-	-	-	143.273,39	143.273,39	143.273,39	2.881.942,61
410037	ADR - S.M. do Oeste	Investimentos	35.655,00	11.560,20	11.560,20	11.560,20	356.756,54	356.756,54	356.756,54	- 321.101,54
		Outras Despesas Correntes	1.968.145,00	7.724,53	82.519,25	82.519,25	5.551.226,21	5.413.115,77	5.413.115,77	- 3.583.081,21
410038	ADR - Maravilha	Investimentos	54.758,00	- 237.432,81	28.122,50	28.122,50	390.019,74	390.019,74	390.019,74	- 335.261,74
		Outras Despesas Correntes	3.588.783,00	21.866,24	236.954,54	219.494,54	5.172.928,88	5.075.541,74	5.055.348,74	- 1.584.145,88
410039	ADR - S.Lourenço do Oeste	Investimentos	24.368,00	- 131.609,09	104.778,86	104.778,86	300.891,23	300.891,23	300.891,23	- 276.523,23
		Outras Despesas Correntes	1.604.068,00	9.363,94	152.981,32	143.697,50	2.369.531,68	2.369.531,68	2.325.421,03	- 765.463,68
410040	ADR - Chapecó	Investimentos	109.502,00	- 5.959,33	55.622,80	55.622,80	291.390,95	229.082,86	222.706,20	- 181.888,95
		Outras Despesas Correntes	4.571.826,00	18.462,93	81.809,94	81.809,94	3.745.746,57	3.623.643,70	3.623.643,70	826.079,43
410041	ADR - Xanxerê	Investimentos	88.758,00	-	4.882,65	4.882,65	246.185,18	228.593,77	228.593,77	- 157.427,18
		Outras Despesas Correntes	5.640.730,00	69.968,08	143.896,82	132.573,85	5.108.933,98	5.031.205,32	5.019.882,35	531.796,02
410042	ADR - Concórdia	Investimentos	40.491,00	12.151,70	57.052,53	57.052,53	597.276,40	597.276,40	597.276,40	- 556.785,40
		Outras Despesas Correntes	2.705.960,00	37.616,38	22.908,49	22.908,49	4.082.095,82	4.065.595,22	4.065.595,22	- 1.376.135,82
410043	ADR - Joaçaba	Investimentos	55.197,00	371,32	4.826,00	4.826,00	169.345,12	169.345,12	169.345,12	- 114.148,12
		Outras Despesas Correntes	3.676.928,00	48.285,00	81.295,85	86.919,85	3.229.809,60	3.179.594,72	3.179.594,72	447.118,40
410044	ADR - Campos Novos	Investimentos	31.606,00	-	-	-	391.291,85	391.291,85	391.291,85	- 359.685,85
		Outras Despesas Correntes	2.298.398,00	- 5.400,00	29.056,45	29.056,45	2.267.482,79	2.241.003,12	2.241.003,12	30.915,21
410045	ADR - Videira	Investimentos	45.038,00	- 488.065,77	-	-	480.071,66	395.071,66	395.071,66	- 435.033,66
		Outras Despesas Correntes	2.347.216,00	34.036,55	190.815,36	190.815,36	4.918.615,18	4.809.211,94	4.809.211,94	- 2.571.399,18
410046	ADR - Caçador	Investimentos	46.653,00	-	-	-	-	-	-	46.653,00
		Outras Despesas Correntes	2.857.180,00	-	-	-	36.038,04	36.038,04	36.038,04	2.821.141,96
410047	ADR - Curitibanos	Investimentos	40.104,00	-	-	-	34.866,43	34.866,43	34.866,43	5.237,57
		Outras Despesas Correntes	1.715.500,00	3.926,36	53.314,64	53.314,64	1.420.029,64	1.406.042,44	1.406.042,44	295.470,36
410048	ADR - Rio do Sul	Investimentos	45.637,00	151.541,40	604.551,05	604.551,05	5.017.006,47	4.746.053,22	4.746.053,22	- 4.971.369,47
		Outras Despesas Correntes	3.011.928,00	201.978,27	231.244,33	231.244,33	13.923.737,08	13.811.799,63	13.811.799,63	- 10.911.809,08
410049	ADR - Ituporanga	Investimentos	41.092,00	-	-	-	-	-	-	41.092,00
		Outras Despesas Correntes	4.365.479,00	-	-	-	24.601,16	24.601,16	24.601,16	4.340.877,84
410050	ADR - Ibirama	Investimentos	46.441,00	-	-	-	-	-	-	46.441,00
		Outras Despesas Correntes	6.111.553,00	-	-	-	78.722,05	78.722,05	78.722,05	6.032.830,95
410051	ADR - Blumenau	Investimentos	146.223,00	- 140.499,16	30.653,10	30.653,10	3.431.062,58	3.431.062,58	3.431.062,58	- 3.284.839,58
		Outras Despesas Correntes	6.312.995,00	- 83.662,50	247.157,32	154.011,15	12.043.547,40	11.843.103,14	11.740.649,94	- 5.730.552,40
410052	ADR - Brusque	Investimentos	79.066,00	-	-	-	-	-	-	79.066,00
		Outras Despesas Correntes	5.364.039,00	-	-	-	136.932,60	136.932,60	136.932,60	5.227.106,40
410053	ADR - Itajai	Investimentos	139.607,00	100.983,47	101.226,21	101.226,21	7.811.284,20	7.811.284,18	7.811.284,18	- 7.671.677,20
		Outras Despesas Correntes	6.454.578,00	1.004.024,71	791.660,15	835.451,16	6.500.212,17	6.123.308,75	6.123.308,75	- 45.634,17
410054	ADR - Laguna	Investimentos	71.355,00	-	-	-	2.744.518,01	2.744.518,01	2.744.518,01	- 2.673.163,01
		Outras Despesas Correntes	5.761.035,00	-	-	-	190.064,26	190.064,26	190.064,26	5.570.970,74
410055	ADR - Tubarão	Investimentos	90.552,00	379.994,02	126.325,79	154.419,00	3.483.746,25	3.093.420,04	3.093.420,04	- 3.393.194,25
		Outras Despesas Correntes	5.890.969,00	828.143,95	644.388,25	696.376,09	12.808.713,38	12.271.441,07	12.271.441,07	- 6.917.744,38
410056	ADR - Criciúma	Investimentos	152.846,00	1.321,00	22.748,53	22.748,53	1.732.055,99	1.732.055,99	1.732.055,99	- 1.579.209,99
		Outras Despesas Correntes	9.768.165,00	- 98.289,15	152.505,37	152.505,37	8.714.295,93	8.547.187,77	8.547.187,77	1.053.869,07

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 2.2 (ANEXO IV)
SITUAÇÃO GLOBAL DOS RECURSOS DO FUNDEB - CUSTEIO E INVESTIMENTO - SED, FCEE e ADRs DEZEMBRO/2018

R$

CÓD	UNIDADE GESTORA	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS				ACUMULADO ATÉ O MÊS			
			DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
410057	ADR - Araranguá	Investimentos	95.643,00	12.074,20	420.239,22	352.127,89	2.648.665,11	2.601.840,20	2.533.728,87	- 2.553.022,11
		Outras Despesas Correntes	4.927.872,00	43.954,68	103.001,72	94.546,39	4.541.499,40	4.470.061,04	4.461.605,71	386.372,60
410058	ADR - Joinville	Investimentos	197.564,00	- 442.651,87	-	13.236,48	420.635,64	420.635,64	420.635,64	- 223.071,64
		Outras Despesas Correntes	14.172.780,00	83.380,93	571.199,03	298.809,65	12.950.905,66	12.897.380,90	12.620.914,07	1.221.874,34
410059	ADR - Jaraguá do Sul	Investimentos	87.114,00	-	-	-	294.805,26	294.805,26	294.805,26	- 207.691,26
		Outras Despesas Correntes	5.380.089,00	- 39.379,70	71.299,40	87.911,23	4.148.140,73	4.145.996,24	4.145.996,24	1.231.948,27
410060	ADR - Mafra	Investimentos	106.671,00	- 0,01	31.081,05	31.081,05	4.366.580,47	4.366.580,47	4.366.580,47	- 4.259.909,47
		Outras Despesas Correntes	7.279.187,00	229.652,37	379.809,46	391.659,79	9.358.673,97	9.290.582,38	9.253.985,73	- 2.079.486,97
410061	ADR - Canoinhas	Investimentos	66.202,00	-	-	-	181.043,11	181.043,11	181.043,11	- 114.841,11
		Outras Despesas Correntes	3.630.032,00	-	-	-	96.605,69	96.605,69	96.605,69	3.533.426,31
410062	ADR - Lages	Investimentos	118.206,00	- 6.811,68	34.085,29	34.085,29	1.586.077,21	1.586.077,21	1.586.077,21	- 1.467.871,21
		Outras Despesas Correntes	5.578.085,00	165.052,61	225.545,75	198.909,83	8.098.007,94	8.094.742,63	8.068.106,71	- 2.519.922,94
410063	ADR - São Joaquim	Investimentos	27.456,00	-	-	-	-	-	-	27.456,00
		Outras Despesas Correntes	3.260.645,00	-	-	-	31.408,49	31.408,49	31.408,49	3.229.236,51
410064	ADR - Palmitos	Investimentos	39.368,00	-	-	-	-	-	-	39.368,00
		Outras Despesas Correntes	2.372.044,00	-	-	-	48.931,08	48.931,08	48.931,08	2.323.112,92
410065	ADR - Dionísio Cerqueira	Investimentos	34.110,00	-	-	-	297,00	297,00	297,00	33.813,00
		Outras Despesas Correntes	2.633.081,00	-	-	-	13.948,98	13.948,98	13.948,98	2.619.132,02
450001	SED	Investimentos	59.600.088,00	1.933.634,01	2.137.925,24	2.137.925,24	14.576.440,30	13.641.042,30	13.641.042,30	45.023.647,70
		Outras Despesas Correntes	430.801.646,00	14.533.649,29	26.390.207,09	31.514.699,30	279.397.092,41	275.170.279,91	274.936.031,59	151.404.553,59
		Pessoal e Encargos Sociais	1.764.901.094,00	182.985.728,41	182.985.728,41	244.237.863,88	1.723.520.603,87	1.723.520.603,87	1.716.460.545,44	41.380.490,13
450021	FCEE	Outras Despesas Correntes	5.000.000,00	501.537,55	501.537,55	501.531,61	8.092.627,21	8.092.627,21	8.071.889,76	- 3.092.627,21
		Pessoal e Encargos Sociais	175.000.000,00	19.085.247,23	19.085.247,23	25.180.621,03	169.268.957,32	169.268.957,32	168.526.429,47	5.731.042,68
		Outras Despesas Correntes	2.588.021.792,00	220.837.470,26	237.231.764,74	309.368.150,06	2.364.313.899,01	2.356.034.639,81	2.347.376.345,22	223.707.892,99

TOTAL POR GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS				ACUMULADO ATÉ O MÊS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Investimentos	61.951.577,00	1.150.601,60	3.775.681,02	3.748.899,38	52.042.589,87	50.234.187,98	50.159.699,99	9.908.987,13
Outras Despesas Correntes	586.169.121,00	17.615.893,02	31.385.108,08	36.200.765,77	419.481.747,95	413.010.890,64	412.229.670,32	166.687.373,05
Pessoal e Encargos Sociais	1.939.901.094,00	202.070.975,64	202.070.975,64	269.418.484,91	1.892.789.561,19	1.892.789.561,19	1.884.986.974,91	47.111.532,81
TOTAL GLOBAL	2.588.021.792,00	220.837.470,26	237.231.764,74	309.368.150,06	2.364.313.899,01	2.356.034.639,81	2.347.376.345,22	223.707.892,99

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 3.0 (ANEXO V)
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - SED - DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131 R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Administração de pessoal e encargos sociais	Outras Despesas Correntes	121.824.846,00	10.897.349,76	13.112.480,00	119.609.715,76	5.745.071,34	5.745.071,94	5.745.742,04	80.349.108,71	80.349.108,71	80.114.860,39	39.260.607,05
	Pessoal e Encargos Sociais	1.764.901.094,00	65.383.509,41	63.168.379,17	1.767.116.224,24	182.985.728,41	182.985.728,41	244.237.863,88	1.644.481.378,08	1.644.481.378,08	1.637.421.319,65	122.634.846,16
Apoio financeiro às associações de pais e professores	Outras Despesas Correntes	109.100.000,00	-	-	109.100.000,00	11.571.438,91	11.587.497,95	11.925.109,30	97.057.380,31	97.057.380,31	97.057.380,31	12.042.619,69
Capacitação e formação de profissionais	Outras Despesas Correntes	5.000.000,00	-	-	5.000.000,00	(112.970,19)	15.430,00	15.430,00	587.029,81	587.029,81	587.029,81	4.412.970,19
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	36.000.000,00	24.300.000,00	1.000.000,00	59.300.000,00	197.286,01	1.329.777,24	1.329.777,24	10.191.835,06	10.191.835,06	10.191.835,06	49.108.164,94
	Outras Despesas Correntes	5.000.000,00	6.000.000,00	400.000,00	10.600.000,00	(161.105,52)	25.956,30	25.956,30	47.277,05	47.277,05	47.277,05	10.552.722,95
Cooperação com municípios	Investimentos	-	4.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	-	-	-	-	-	-	2.000.000,00
	Outras Despesas Correntes	5.000.000,00	2.831.000,00	4.000.000,00	3.831.000,00	(1.114.987,05)	-	1.621.105,06	2.239.164,86	2.239.164,86	2.239.164,86	1.591.835,14
Implantação e manutenção de sistema	Investimentos	3.000.000,00	-	400.000,00	2.600.000,00	-	-	-	-	-	-	2.600.000,00
	Outras Despesas Correntes	5.000.000,00	400.000,00	4.000.000,00	1.400.000,00	(92.000,00)	39.800,00	39.800,00	238.800,00	213.900,00	213.900,00	1.161.200,00
Implementação de sistema	Outras Despesas Correntes	1.000.000,00	-	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	-	500.000,00
Inclusão social e melhoria de índices	Investimentos	2.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	1.000.000,00
	Outras Despesas Correntes	2.500.000,00	1.000.000,00	-	3.500.000,00	-	-	-	-	-	-	3.500.000,00
Manutenção e reforma de escola	Investimentos	100.000,00	-	-	100.000,00	-	-	-	4.575,00	4.575,00	4.575,00	95.425,00
	Outras Despesas Correntes	11.200.000,00	4.000.000,00	1.200.000,00	14.000.000,00	(614.409,04)	464.798,86	464.798,86	4.673.615,12	4.673.615,12	4.673.615,12	9.326.384,88
	Outras Despesas Correntes	11.000.000,00	900.000,00	900.000,00	11.000.000,00	-	393.242,24	811.071,14	4.767.422,18	4.700.156,45	4.700.156,45	6.232.577,82
Operacionalização da educação	Investimentos	18.500.088,00	5.000.000,00	10.831.000,00	12.669.088,00	1.736.348,00	808.148,00	808.148,00	1.793.390,24	857.992,24	857.992,24	10.875.697,76
	Outras Despesas Correntes	121.701.000,00	52.618.000,00	79.818.000,00	94.501.000,00	(1.041.114,10)	5.285.708,90	7.742.711,74	63.084.962,62	59.406.915,35	59.406.915,35	31.416.037,38
	Outras Despesas Correntes	8.000.000,00	5.900.000,00	900.000,00	13.000.000,00	-	21.011,20	21.011,20	11.965.498,64	11.956.306,24	11.956.306,24	1.034.501,36
TOTAL		2.230.827.028,00	184.229.859,17	184.229.859,17	2.230.827.028,00	199.099.286,77	208.702.171,04	274.788.524,76	1.921.481.437,68	1.916.766.634,28	1.909.472.327,53	309.345.590,32

FONTE- 0186 R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO		PAGO	SALDO
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	2.475.800,00	0,00	0,00	2.475.800,00	-74.984,18	119.165,63	119.165,63	449.965,01	449.965,01	449.965,01	2.025.834,99
Operacionalização da educação	Investimentos	0,00	5.500.000,00	0,00	5.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.586.640,00	2.586.640,00	2.586.640,00	2.913.360,00
	Outras Despesas Correntes	22.000.000,00	6.000.000,00	11.500.000,00	16.500.000,00	428.709,12	2.692.524,07	2.982.798,03	10.188.564,47	9.741.157,37	9.741.157,37	6.311.435,53
TOTAL		24.475.800,00	11.500.000,00	11.500.000,00	24.475.800,00	353.724,94	2.811.689,70	3.101.963,66	13.225.169,48	12.777.762,38	12.777.762,38	11.250.630,52

FONTE- 0331

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO		PAGO	SALDO
Administração de pessoal e encargos sociais	Outras Despesas Correntes	-	2.070.588,49	-	2.070.588,49	-	-	-	2.070.588,49	2.070.588,49	2.070.588,49	-
	Pessoal e Encargos Sociais	-	115.945.313,23	42.935.469,56	73.009.843,67	-	-	-	73.009.843,67	73.009.843,67	73.009.843,67	-
TOTAL			118.015.901,72	42.935.469,56	75.080.432,16	-	-	-	75.080.432,16	75.080.432,16	75.080.432,16	-

FONTE- 0386

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO		PAGO	SALDO
Administração de pessoal e encargos sociais	Outras Despesas Correntes	-	1.677.715,14	-	1.677.715,14	-	-	-	1.677.715,14	1.677.715,14	1.677.715,14	-
	Pessoal e Encargos Sociais	-	13.736.479,38	7.707.097,26	6.029.382,12	-	-	-	6.029.382,12	6.029.382,12	6.029.382,12	-
TOTAL		-	15.414.194,52	7.707.097,26	7.707.097,26	-	-	-	7.707.097,26		7.707.097,26	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.0 (ANEXO VI)

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - FCEE DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131 R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Administração de pessoal e encargos sociais	Outras Despesas Correntes	4.000.000,00	4.210.801,00	-	8.210.801,00	501.537,55	501.537,55	501.531,61	8.092.627,21	8.092.627,21	8.071.889,76	118.173,79
	Pessoal e Encargos Sociais	175.000.000,00	6.683.863,00	10.894.664,00	170.789.199,00	19.085.247,23	19.085.247,23	25.180.621,03	169.268.957,32	169.268.957,32	168.526.429,47	1.520.241,68
Apoio financeiro às APAES	Outras Despesas Correntes	500.000,00	-	-	500.000,00	-	-	-	-	-	-	500.000,00
Cooperação técnico-pedagógica com APAES	Outras Despesas Correntes	500.000,00	-	-	500.000,00	-	-	-	-	-	-	500.000,00
TOTAL		180.000.000,00	10.894.664,00	10.894.664,00	180.000.000,00	19.586.784,78	19.586.784,78	25.682.152,64	177.361.584,53	177.361.584,53	176.598.319,23	2.638.415,47

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilhas 4.1 a 4.35 - ANEXO VII

Planilha 4.1

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-ITAPIRANGA DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	57.910,00	-	57.910,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	7.706,00	-	7.706,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	146.408,00	-	146.408,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	18.401,00	-	18.401,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	349.611,00	-	316.453,00	33.158,00	-	-	-	33.158,00	33.158,00	33.158,00	-
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.366.178,00	-	1.366.178,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte escolar		**1.946.214,00**	**-**	**1.913.056,00**	**33.158,00**	**-**	**-**	**-**	**33.158,00**	**33.158,00**	**33.158,00**	**-**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.2

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-QUILOMBO DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	45.830,00	-	45.830,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	94.450,00	-	94.450,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	11.336,00	-	9.386,00	1.950,00	-	-	-	1.950,00	1.950,00	1.950,00	-
	Outras Despesas Correntes	215.385,00	10.100,00	205.010,25	20.474,75	-	-	-	20.474,75	20.474,75	20.474,75	-
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.277.223,00	-	1.259.991,16	17.231,84	-	-	-	17.231,84	17.231,84	17.231,84	-
TOTAL		1.644.224,00	10.100,00	1.614.667,41	39.656,59	-	-	-	39.656,59	39.656,59	39.656,59	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.3

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-SEARA DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131 R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	52.133,00	120,00	48.075,50	4.177,50	-	-	-	4.177,50	4.177,50	4.177,50	-
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	39.439,93	39.439,93	39.439,93	- 39.439,93
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	106.790,65	106.790,65	106.790,65	- 106.790,65
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	9.537,00	-	9.537,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	181.195,00	-	181.195,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	21.193,00	-	20.017,00	1.176,00	-	-	-	1.176,00	1.176,00	1.176,00	-
	Outras Despesas Correntes	402.661,00	31.520,00	403.185,36	30.995,64	-	-	-	30.995,64	30.995,64	30.995,64	-
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.387.703,00	-	1.387.703,00	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		2.054.422,00	31.640,00	2.049.712,86	36.349,14	-	-	-	182.579,72	182.579,72	182.579,72	- 146.230,58

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.4

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-TAIÓ DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	67.947,00	-	67.947,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	10.093,00	-	10.093,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	191.764,00	-	191.764,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	24.532,00	-	22.992,00	1.540,00	-	-	-	1.540,00	1.540,00	1.540,00	-
	Outras Despesas Correntes	466.114,00	1.000,00	455.691,40	11.422,60	-	-	-	11.422,60	11.422,60	11.422,60	-
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.791.158,00	-	1.791.158,00	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		2.551.608,00	1.000,00	2.539.645,40	12.962,60	-	-	-	12.962,60	12.962,60	12.962,60	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.5

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-TIMBÓ DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131 R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	93.313,00	-	93.313,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	446.171,24	446.171,24	446.171,24	- 446.171,24
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	16.472,00	-	16.472,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	312.971,00	-	299.853,40	13.117,60	-	-	-	13.117,60	13.117,60	13.117,60	-
Operacionalização da educação	Investimentos	41.269,00	-	41.269,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	784.108,00	-	784.108,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.808.907,00	-	2.808.907,00	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		4.057.040,00	-	4.043.922,40	13.117,60	-	-	-	459.288,84	459.288,84	459.288,84	- 446.171,24

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.6

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-BRAÇO DO NORTE DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	71.633,00	-	71.633,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	143.273,39	143.273,39	143.273,39	- 143.273,39
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	9.723,00	-	9.723,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	184.745,00	-	184.745,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	23.944,00	-	23.944,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	454.930,00	-	454.930,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.313.908,00	-	2.313.908,00	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		3.058.883,00	-	3.058.883,00	-	-	-	-	143.273,39	143.273,39	143.273,39	- 143.273,39

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.7

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-SÃO MIGUEL DO OESTE DEZEMBRO/2018

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	69.030,00	123.144,00	-	192.174,00	-	-	-	150,00	150,00	150,00	192.024,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	11.560,20	11.560,20	11.560,20	351.566,54	351.566,54	351.566,54	- 351.566,54
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	10.327,00	17.266,00	-	27.593,00	-	-	-	-	-	-	27.593,00
	Outras Despesas Correntes	196.221,00	344.301,00	46.332,00	494.190,00	11.842,68	43.068,46	43.068,46	242.916,57	222.292,21	222.292,21	251.273,43
Operacionalização da educação	Investimentos	25.328,00	42.654,00	1.000,00	66.982,00	-	-	-	5.190,00	5.190,00	5.190,00	61.792,00
	Outras Despesas Correntes	481.235,00	820.031,02	20.000,00	1.281.266,02	- 4.118,15	39.450,79	39.450,79	818.908,75	701.422,67	701.422,67	462.357,27
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.221.659,00	3.285.937,00	-	4.507.596,00	-	-	-	4.489.250,89	4.489.250,89	4.489.250,89	18.345,11
TOTAL		2.003.800,00	4.633.333,02	67.332,00	6.569.801,02	19.284,73	94.079,45	94.079,45	5.907.982,75	5.769.872,31	5.769.872,31	661.818,27

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.8

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-MARAVILHA DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131 R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	88.219,00	88.701,02	18.230,00	158.690,02	- 11.111,99	4.297,76	6.577,76	62.086,61	62.086,61	62.086,61	96.603,41
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	- 244.962,81	20.592,50	20.592,50	369.403,02	369.403,02	369.403,02	- 369.403,02
	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	- 664,30	-	-	96.051,67	96.051,67	96.051,67	- 96.051,67
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	100.890,85	100.890,85	100.890,85	- 100.890,85
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	15.944,00	10.832,00	-	26.776,00	-	-	-	-	-	-	26.776,00
	Outras Despesas Correntes	302.937,00	205.713,00	-	508.650,00	- 2.679,28	44.486,43	24.293,43	107.620,46	100.243,96	80.050,96	401.029,54
Operacionalização da educação	Investimentos	38.814,00	28.536,00	-	67.350,00	7.530,00	7.530,00	7.530,00	20.616,72	20.616,72	20.616,72	46.733,28
	Outras Despesas Correntes	737.457,00	700.548,90	332.000,00	1.106.005,90	37.557,21	179.035,35	179.488,35	673.967,42	583.956,78	583.956,78	432.038,48
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.460.170,00	1.678.380,00	-	4.138.550,00	- 1.235,40	9.135,00	9.135,00	4.132.311,87	4.132.311,87	4.132.311,87	6.238,13
TOTAL		3.643.541,00	2.712.710,92	350.230,00	6.006.021,92	- 215.566,57	265.077,04	247.617,04	5.562.948,62	5.465.561,48	5.445.368,48	443.073,30

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.9

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-SÃO LOURENÇO DO OESTE - DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	61.983,00	45.830,00	-	107.813,00	-	1.236,36	1.236,36	9.980,00	9.980,00	9.980,00	97.833,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	- 134.259,09	102.128,86	102.128,86	298.241,23	298.241,23	298.241,23	- 298.241,23
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	7.188,00	-	-	7.188,00	-	-	-	-	-	-	7.188,00
	Outras Despesas Correntes	136.572,00	94.450,00	-	231.022,00	-	-	-	-	-	-	231.022,00
Operacionalização da educação	Investimentos	17.180,00	9.386,00	20.000,00	6.566,00	2.650,00	2.650,00	2.650,00	2.650,00	2.650,00	2.650,00	3.916,00
	Outras Despesas Correntes	326.412,00	352.160,25	87.250,00	591.322,25	32.223,26	131.214,06	89.533,47	399.838,54	399.838,54	355.727,89	191.483,71
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.079.101,00	1.426.621,87	216.630,71	2.289.092,16	- 22.859,32	20.530,90	52.927,67	1.959.713,14	1.959.713,14	1.959.713,14	329.379,02
TOTAL		1.628.436,00	1.928.448,12	323.880,71	3.233.003,41	- 122.245,15	257.760,18	248.476,36	2.670.422,91	2.670.422,91	2.626.312,26	562.580,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.10

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-CHAPECÓ -DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	152.717,00	46.112,29	145.731,29	53.098,00	-282,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.098,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.959,33	55.622,80	55.622,80	278.322,95	216.014,86	209.638,20	-278.322,95
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	14.307,61	0,00	0,00	182.846,67	146.077,15	146.077,15	-182.846,67
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	29.693,00	10.000,00	0,00	39.693,00	0,00	0,00	0,00	8.298,00	8.298,00	8.298,00	31.395,00
	Outras Despesas Correntes	564.163,00	102.450,00	206.535,18	460.077,82	0,00	165,88	165,88	53.349,46	53.349,46	53.349,46	406.728,36
Operacionalização da educação	Investimentos	79.809,00	9.386,00	9.386,00	79.809,00	0,00	0,00	0,00	4.770,00	4.770,00	4.770,00	75.039,00
	Outras Despesas Correntes	1.516.379,00	406.910,25	406.910,25	1.516.379,00	50.268,61	69.044,06	69.044,06	1.023.878,87	938.545,52	938.545,52	492.500,13
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.338.567,00	1.453.695,34	1.259.991,16	2.532.271,18	-45.831,00	12.600,00	12.600,00	2.485.671,57	2.485.671,57	2.485.671,57	46.599,61
TOTAL		4.681.328,00	2.028.553,88	2.028.553,88	4.681.328,00	12.503,60	137.432,74	137.432,74	4.037.137,52	3.852.726,56	3.846.349,90	644.190,48

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.11

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-XANXERÊ *DEZEMBRO* /2018

FONTE- 0131 R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	116.619,00	-	-	116.619,00	-	-	-	-	-	-	116.619,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	-	4.882,65	4.882,65	243.285,18	225.693,77	225.693,77	- 243.285,18
	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	11.100,00	7.865,54	7.865,54	- 11.100,00
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	42.961,81	26.422,24	15.115,27	60.461,81	34.150,02	22.843,05	- 60.461,81
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	26.637,00	-	-	26.637,00	-	-	-	-	-	-	26.637,00
	Outras Despesas Correntes	506.097,00	-	226.637,00	279.460,00	11.644,97	32.873,74	32.873,74	64.044,93	38.466,83	38.466,83	215.415,07
Operacionalização da educação	Investimentos	62.121,00	-	-	62.121,00	-	-	-	2.900,00	2.900,00	2.900,00	59.221,00
	Outras Despesas Correntes	1.180.291,00	200.000,00	270.000,00	1.110.291,00	15.361,30	84.600,84	84.584,84	867.306,46	844.702,15	844.686,15	242.984,54
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	3.837.723,00	296.637,00	-	4.134.360,00	-	-	-	4.106.020,78	4.106.020,78	4.106.020,78	28.339,22
TOTAL		3.837.723,00	-	-	3.837.723,00	-	-	-	-	-	-	3.837.723,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.12

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-CONCÓRDIA DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)		
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	75.534,00	48.075,50	120,00	123.489,50	-	-	-	3.920,00	3.920,00	3.920,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	- 1.208,30	43.692,53	43.692,53	562.388,40	562.388,40	562.388,40
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	102.150,50	102.150,50	102.150,50
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	11.859,00	9.537,00	-	21.396,00	6.600,00	6.600,00	6.600,00	6.600,00	6.600,00	6.600,00
	Outras Despesas Correntes	225.326,00	181.195,00	-	406.521,00	29.837,10	14.637,70	14.637,70	37.413,01	22.213,61	22.213,61
Operacionalização da educação	Investimentos	28.632,00	20.017,00	-	48.649,00	6.760,00	6.760,00	6.760,00	28.288,00	28.288,00	28.288,00
	Outras Despesas Correntes	544.017,00	604.044,72	408.748,02	739.313,70	7.779,28	8.270,79	8.270,79	513.457,65	512.156,45	512.156,45
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.861.083,00	1.564.071,66	-	3.425.154,66	-	-	-	3.425.154,66	3.425.154,66	3.425.154,66
TOTAL		2.746.451,00	2.426.940,88	408.868,02	4.764.523,86	49.768,08	79.961,02	79.961,02	4.679.372,22	4.662.871,62	4.662.871,62

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.13

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-JOAÇABA - DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	83.883,00	-	-	83.883,00	-	-	-	-	-	-	83.883,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	- 4.454,68	-	-	100.194,16	100.194,16	100.194,16	- 100.194,16
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	16.155,00	-	-	16.155,00	-	-	-	-	-	-	16.155,00
	Outras Despesas Correntes	306.954,00	-	-	306.954,00	21.439,00	13.500,00	19.124,00	128.465,46	120.526,46	120.526,46	178.488,54
Operacionalização da educação	Investimentos	39.042,00	-	-	39.042,00	4.826,00	4.826,00	4.826,00	69.150,96	69.150,96	69.150,96	- 30.108,96
	Outras Despesas Correntes	741.790,00	14.954,24	132.428,04	624.316,20	26.846,00	67.795,85	67.795,85	439.569,34	397.293,46	397.293,46	184.746,86
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.544.301,00	117.473,80	-	2.661.774,80	-	-	-	2.661.774,80	2.661.774,80	2.661.774,80	-
TOTAL		3.409.016,00	132.428,04	132.428,04	3.409.016,00	27.217,32	72.621,85	72.621,85	3.270.689,26	3.228.413,38	3.228.413,38	138.326,74

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.14

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-CAMPOS NOVOS DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	64.370,00	-	-	64.370,00	-	-	-	5.600,00	5.600,00	5.600,00	58.770,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	391.073,15	391.073,15	391.073,15	- 391.073,15
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	120.782,15	120.782,15	120.782,15	- 120.782,15
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	9.410,00	-	-	9.410,00	-	-	-	-	-	-	9.410,00
	Outras Despesas Correntes	178.796,00	8.028,63	141.386,94	45.437,69	-	-	-	35.710,47	35.710,47	35.710,47	9.727,22
Operacionalização da educação	Investimentos	22.196,00	-	-	22.196,00	-	-	-	218,70	218,70	218,70	21.977,30
	Outras Despesas Correntes	421.730,00	35.669,00	65.677,27	391.721,73	- 5.400,00	29.056,45	29.056,45	308.521,59	282.041,92	282.041,92	83.200,14
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.633.502,00	163.366,58	-	1.796.868,58	-	-	-	1.796.868,58	1.796.868,58	1.796.868,58	-
TOTAL		2.330.004,00	207.064,21	207.064,21	2.330.004,00	- 5.400,00	29.056,45	29.056,45	2.658.774,64	2.632.294,97	2.632.294,97	- 328.770,64

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.15

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-VIDEIRA DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	81.280,00	67.876,00	-	149.156,00	-	-	-	-	-	-	149.156,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade	Investimentos	-	-	-	-	360.897,29	-	-	360.897,29	-	-	- 360.897,29
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	13.205,00	19.910,00	-	33.115,00	-	-	-	6.900,00	6.900,00	6.900,00	26.215,00
	Outras Despesas Correntes	250.887,00	564.174,00	56.900,00	758.161,00	82,94	82,94	82,94	187.755,28	187.755,28	187.755,28	570.405,72
Operacionalização da educação	Investimentos	31.833,00	33.643,00	11.000,00	54.476,00	-	-	-	-	-	-	54.476,00
	Outras Despesas Correntes	604.835,00	615.182,96	251.000,00	969.017,96	597,80	5.787,86	5.787,86	103.988,17	74.433,41	74.433,41	865.029,79
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.410.214,00	1.885.909,00	-	3.296.123,00	352.343,44	-	67.091,67	1.480.377,28	1.128.033,84	1.128.033,84	1.815.745,72
TOTAL		2.392.254,00	3.186.694,96	318.900,00	5.260.048,96	713.921,47	5.870,80	72.962,47	2.139.918,02	1.397.122,53	1.397.122,53	3.120.130,94

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.16

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-CAÇADOR DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131 R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	84.857,00	-	84.857,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	13.010,00	-	13.010,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	247.193,00	-	247.193,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	33.643,00	-	33.643,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	639.221,00	-	603.182,96	36.038,04	-	-	-	36.038,04	36.038,04	36.038,04	-
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.885.909,00	-	1.885.909,00	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		2.609.987,00	-	2.573.948,96	36.038,04	-	-	-	36.038,04	36.038,04	36.038,04	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.17

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-CURITIBANOS DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	72.823,00	-	-	72.823,00	-	-	-	2.500,00	2.500,00	2.500,00	70.323,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade	Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	34.148,43	34.148,43	34.148,43	- 34.148,43
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	- 401,88	-	-	48.458,12	48.458,12	48.458,12	- 48.458,12
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	11.029,00	-	-	11.029,00	-	-	-	-	-	-	11.029,00
	Outras Despesas Correntes	209.552,00	-	45.400,00	164.152,00	-	-	-	-	-	-	164.152,00
Operacionalização da educação	Investimentos	29.075,00	-	-	29.075,00	-	-	-	718,00	718,00	718,00	28.357,00
	Outras Despesas Correntes	552.429,00	76.094,00	76.094,00	552.429,00	4.328,24	12.854,64	12.854,64	443.025,52	429.038,32	429.038,32	109.403,48
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	880.696,00	45.400,00	-	926.096,00	-	40.460,00	40.460,00	926.046,00	926.046,00	926.046,00	50,00
TOTAL		1.755.604,00	121.494,00	121.494,00	1.755.604,00	3.926,36	53.314,64	53.314,64	1.454.896,07	1.440.908,87	1.440.908,87	300.707,93

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.18

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-RIO DO SUL -DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	81.499,00	214.952,00	-	296.451,00	-	-	-	200,00	200,00	200,00	296.251,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	93.632,81	569.023,12	569.023,12	4.416.319,14	4.204.530,98	4.204.530,98	- 4.416.319,14
	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	779.147,59	779.147,59	779.147,59	- 779.147,59
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	- 9,99	34.110,80	34.110,80	136.220,52	136.220,52	136.220,52	- 136.220,52
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	12.774,00	729.291,06	138.000,00	604.065,06	57.908,59	35.527,93	35.527,93	597.986,70	538.821,61	538.821,61	6.078,36
	Outras Despesas Correntes	242.700,00	954.994,99	979.879,06	217.815,93	- 50.000,00	-	-	77.400,86	21.845,36	21.845,36	140.415,07
Operacionalização da educação	Investimentos	32.863,00	84.206,00	20.000,00	97.069,00	-	-	-	2.700,63	2.700,63	2.700,63	94.368,37
	Outras Despesas Correntes	624.394,00	2.227.485,71	547.408,51	2.304.471,20	105.691,37	50.836,63	50.836,63	989.600,67	933.218,72	933.218,72	1.314.870,53
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.063.335,00	11.203.245,00	729.000,00	12.537.580,00	146.296,89	146.296,90	146.296,90	11.941.167,44	11.941.167,44	11.941.167,44	596.412,56
TOTAL		3.057.565,00	15.414.174,76	2.414.287,57	16.057.452,19	353.519,67	835.795,38	835.795,38	18.940.743,55	18.557.852,85	18.557.852,85	- 2.883.291,36

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.19

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-ITUPORANGA DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131 R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	73.147,00	-	73.147,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	12.142,00	-	12.142,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	230.702,00	-	230.702,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	28.950,00	-	28.950,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	550.041,00	-	525.439,84	24.601,16	-	-	-	24.601,16	24.601,16	24.601,16	-
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	3.511.589,00	-	3.511.589,00	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		4.406.571,00	-	4.381.969,84	24.601,16	-	-	-	24.601,16	24.601,16	24.601,16	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.20

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-IBIRAMA DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	81.173,00	-	81.173,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	14.177,00	-	14.177,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	269.363,00	500,00	202.921,15	66.941,85	-	-	-	66.941,85	66.941,85	66.941,85	-
Operacionalização da educação	Investimentos	32.264,00	-	32.264,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	613.019,00	-	601.238,80	11.780,20	-	-	-	11.780,20	11.780,20	11.780,20	-
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	5.147.998,00	-	5.147.998,00	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		6.157.994,00	500,00	6.079.771,95	78.722,05	-	-	-	78.722,05	78.722,05	78.722,05	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.21

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-BLUMENAU DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131 R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	179.601,00	210.909,00	-	390.510,00	-	-	-	-	-	-	390.510,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	- 140.499,16	30.653,10	30.653,10	3.431.062,58	3.431.062,58	3.431.062,58	- 3.431.062,58
	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	- 58.012,55	2.672,10	11.979,13	1.246.389,60	1.246.389,60	1.246.389,60	- 1.246.389,60
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	- 18.337,78	3.449,76	3.449,76	87.402,58	81.502,58	81.502,58	- 87.402,58
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	37.291,00	37.529,00	-	74.820,00	-	-	-	-	-	-	74.820,00
	Outras Despesas Correntes	708.532,00	699.939,40	-	1.408.471,40	- 31,43	10.948,11	10.948,11	575.815,86	553.334,36	553.334,36	832.655,54
Operacionalização da educação	Investimentos	108.932,00	99.278,00	108.000,00	100.210,00	-	-	-	-	-	-	100.210,00
	Outras Despesas Correntes	2.069.711,00	2.742.352,40	885.000,00	3.927.063,40	- 7.278,67	230.087,35	127.634,15	2.174.821,47	2.002.758,71	1.900.305,51	1.752.241,93
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	3.355.151,00	6.617.865,07	64.778,07	9.908.238,00	- 2,07	-	-	7.959.117,89	7.959.117,89	7.959.117,89	1.949.120,11
TOTAL		6.459.218,00	10.407.872,87	1.057.778,07	15.809.312,80	- 166.149,11	275.138,32	172.685,12	14.228.220,38	14.027.776,12	13.925.322,92	1.581.092,42

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.22

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-BRUSQUE DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	117.596,00	-	117.596,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	21.057,00	-	21.057,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	400.086,00	-	400.086,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	58.009,00	-	58.009,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	1.102.177,00	-	965.244,40	136.932,60	-	-	-	136.932,60	136.932,60	136.932,60	-
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	3.744.180,00	-	3.744.180,00	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		5.443.105,00	-	5.306.172,40	136.932,60	-	-	-	136.932,60	136.932,60	136.932,60	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.23

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-ITAJAÍ DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131 R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	166.051,00	-	-	166.051,00	- 19.976,00	-	-	21.018,00	21.018,00	21.018,00	145.033,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	100.983,47	101.226,21	101.226,21	7.715.784,20	7.715.784,18	7.715.784,18	- 7.715.784,20
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	69.108,21	69.108,21	69.108,21	241.913,28	241.913,28	241.913,28	- 241.913,28
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	34.910,00	518.000,00	552.910,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	663.298,00	1.402.092,76	866.926,98	1.198.463,78	939.083,91	688.157,62	731.948,63	1.105.013,92	793.656,79	793.656,79	93.449,86
Operacionalização da educação	Investimentos	104.697,00	-	9.197,00	95.500,00	-	-	-	95.500,00	95.500,00	95.500,00	-
	Outras Despesas Correntes	1.989.235,00	25.819,00	783.877,78	1.231.176,22	15.808,59	34.394,32	34.394,32	1.229.378,81	1.163.832,52	1.163.832,52	1.797,41
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	3.635.994,00	1.867.000,00	1.600.000,00	3.902.994,00	-	-	-	3.902.888,16	3.902.888,16	3.902.888,16	105,84
TOTAL		6.594.185,00	3.812.911,76	3.812.911,76	6.594.185,00	1.105.008,18	892.886,36	936.677,37	14.311.496,37	13.934.592,93	13.934.592,93	- 7.717.311,37

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.24

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-LAGUNA DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	116.619,00	-	116.619,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	2.730.862,97	2.730.862,97	2.730.862,97	- 2.730.862,97
	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	10.693,56	10.693,56	10.693,56	- 10.693,56
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	20.294,00	14.000,00	20.638,96	13.655,04	-	-	-	13.655,04	13.655,04	13.655,04	-
	Outras Despesas Correntes	385.585,00	-	372.645,60	12.939,40	-	-	-	12.939,40	12.939,40	12.939,40	-
Operacionalização da educação	Investimentos	51.061,00	-	51.061,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	970.153,00	8.000,00	811.721,70	166.431,30	-	-	-	166.431,30	166.431,30	166.431,30	-
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	4.288.678,00	-	4.288.678,00	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		4.862.237,00	14.000,00	4.849.642,56	26.594,44	-	-	-	37.288,00	37.288,00	37.288,00	- 10.693,56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.25

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-TUBARÃO DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	137.219,00	188.252,00	-	325.471,00	-	-	-	-	-	-	325.471,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	379.996,35	126.325,79	154.419,00	3.466.577,31	3.076.251,10	3.076.251,10	- 3.466.577,31
	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	13.245,59	-	-	- 13.245,59
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	15.868,29	-	-	712.494,51	696.609,51	696.609,51	- 712.494,51
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	26.427,00	29.944,20	-	56.371,20	- 2,33	-	-	11.618,04	11.618,04	11.618,04	44.753,16
	Outras Despesas Correntes	502.347,00	820.240,60	276.432,24	1.046.155,36	58.000,00	167.055,20	219.043,04	311.277,41	302.090,26	302.090,26	734.877,95
Operacionalização da educação	Investimentos	64.125,00	75.005,00	-	139.130,00	-	-	-	5.550,90	5.550,90	5.550,90	133.579,10
	Outras Despesas Correntes	1.218.383,00	1.315.883,70	57.232,00	2.477.034,70	7.800,00	100.982,65	100.982,65	1.316.642,73	1.199.369,52	1.199.369,52	1.160.391,97
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	4.033.020,00	7.402.586,00	800.000,00	10.635.606,00	746.475,66	364.794,30	364.794,30	10.295.053,14	9.913.371,78	9.913.371,78	340.552,86
TOTAL		5.981.521,00	9.831.911,50	1.133.664,24	14.679.768,26	1.208.137,97	759.157,94	839.238,99	16.132.459,63	15.204.861,11	15.204.861,11	- 1.452.691,37

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.26

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-CRICIÚMA DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131 R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	81.280,00	67.876,00	-	149.156,00	0,00	0,00	0,00	,00	,00	,00	149.156,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	0,00	360.897,29	0,00	0,00	360.897,29	,00	,00	-360.897,29
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	13.205,00	19.910,00	-	33.115,00	0,00	0,00	0,00	6.900,00	6.900,00	6.900,00	26.215,00
	Outras Despesas Correntes	250.887,00	564.174,00	56.900,00	758.161,00	82,94	82,94	82,94	187.755,28	187.755,28	187.755,28	570.405,72
Operacionalização da educação	Investimentos	31.833,00	33.643,00	11.000,00	54.476,00	0,00	0,00	0,00	,00	,00	,00	54.476,00
	Outras Despesas Correntes	604.835,00	615.182,96	251.000,00	969.017,96	597,80	5.787,86	5.787,86	103.988,17	74.433,41	74.433,41	865.029,79
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.410.214,00	1.885.909,00	-	3.296.123,00	352.343,44	0,00	67.091,67	1.480.377,28	1.128.033,84	1.128.033,84	1.815.745,72
TOTAL		6.667.690,00	252.451,40	-	6.920.141,40	768.912,60	768.912,60	768.912,60	6.920.141,40	6.920.141,40	6.920.141,40	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.27

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-ARARANGUÁ DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	138.409,00	-	-	138.409,00	-	-	-	1.050,00	1.050,00	1.050,00	137.359,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	12.074,20	420.239,22	352.127,89	2.648.665,11	2.601.840,20	2.533.728,87	- 2.648.665,11
	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	- 6,78	-	-	109.592,26	109.592,26	109.592,26	- 109.592,26
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	45.591,77	45.591,77	41.821,77	179.797,19	153.667,63	149.897,63	- 179.797,19
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	25.409,00	-	-	25.409,00	-	-	-	-	-	-	25.409,00
	Outras Despesas Correntes	482.766,00	2.600,00	132.600,00	352.766,00	-	-	-	48.609,54	48.609,54	48.609,54	304.156,46
Operacionalização da educação	Investimentos	70.234,00	-	-	70.234,00	-	-	-	-	-	-	70.234,00
	Outras Despesas Correntes	1.334.443,00	62.491,12	192.491,12	1.204.443,00	- 1.630,31	57.409,95	52.724,62	974.340,67	929.031,87	924.346,54	230.102,33
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.972.254,00	260.000,00	-	3.232.254,00	-	-	-	3.228.109,74	3.228.109,74	3.228.109,74	4.144,26
TOTAL		5.023.515,00	325.091,12	325.091,12	5.023.515,00	56.028,88	523.240,94	446.674,28	7.190.164,51	7.071.901,24	6.995.334,58	- 2.166.649,51

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.28

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-JOINVILLE- DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	227.301,00	15.000,00	15.000,00	227.301,00	-	-	-	8.500,00	8.500,00	8.500,00	218.801,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	- 44.535,83	-	13.236,48	28.805,64	28.805,64	28.805,64	- 28.805,64
	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	- 0,21	230.448,02	89.838,83	2.371.490,22	2.371.490,22	2.226.803,58	- 2.371.490,22
Cooperação com municípios	Investimentos	-	-	-	-	- 398.116,04	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	23.395,25	54.908,32	54.908,32	755.758,46	755.758,46	755.758,46	- 755.758,46
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	48.433,00	-	48.433,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	920.227,00	801.128,00	477.695,00	1.243.660,00	67.070,47	269.738,71	137.958,52	1.179.783,12	1.179.783,12	1.048.002,93	63.876,88
Operacionalização da educação	Investimentos	149.131,00	350.000,00	-	499.131,00	-	-	-	391.830,00	391.830,00	391.830,00	107.301,00
	Outras Despesas Correntes	2.833.498,00	448.500,00	1.073.500,00	2.208.498,00	- 7.084,58	16.103,98	16.103,98	759.569,46	706.044,70	706.044,70	1.448.928,54
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	10.191.754,00	-	-	10.191.754,00	-	-	-	7.875.804,40	7.875.804,40	7.875.804,40	2.315.949,60
TOTAL		10.191.754,00	-	-	10.191.754,00	875.089,38	875.089,38	875.089,38	7.875.804,40	7.875.804,40	7.875.804,40	2.315.949,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.29

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-JARAGUÁ DO SUL DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131 R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	112.829,00	-	-	112.829,00	-	-	-	-	-	-	112.829,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	291.405,26	291.405,26	291.405,26	- 291.405,26
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	22.541,00	-	-	22.541,00	-	-	-	-	-	-	22.541,00
	Outras Despesas Correntes	428.317,00	-	-	428.317,00	-	-	-	215.071,72	215.071,72	215.071,72	213.245,28
Operacionalização da educação	Investimentos	64.573,00	250,03	250,03	64.573,00	-	-	-	3.400,00	3.400,00	3.400,00	61.173,00
	Outras Despesas Correntes	1.226.879,00	135.110,01	135.110,01	1.226.879,00	- 19.842,10	30.837,00	47.448,83	597.739,31	595.594,82	595.594,82	629.139,69
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	3.612.064,00	386.504,80	386.504,80	3.612.064,00	- 19.537,60	40.462,40	40.462,40	3.335.329,70	3.335.329,70	3.335.329,70	276.734,30
TOTAL		3.569.537,00	741.004,66	741.004,66	3.569.537,00	364.683,19	364.683,19	-	2.488.593,53	2.488.593,53	2.123.910,34	1.080.943,47

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.30

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-MAFRA DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131 R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	139.277,00	113.300,00	-	252.577,00	-	2.000,00	4.298,00	10.048,00	10.048,00	10.048,00	242.529,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	- 0,01	31.081,05	31.081,05	4.359.835,47	4.359.835,47	4.359.835,47	- 4.359.835,47
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	66.895,71	50.603,22	33.217,22	66.895,71	50.603,22	33.217,22	- 66.895,71
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	27.720,00	16.224,00	-	43.944,00	-	-	-	-	-	-	43.944,00
	Outras Despesas Correntes	388.723,00	428.430,27	160.000,00	657.153,27	47.472,94	71.552,97	71.552,97	138.751,44	126.592,07	126.592,07	518.401,83
Operacionalização da educação	Investimentos	78.951,00	49.978,00	-	128.929,00	-	-	-	6.745,00	6.745,00	6.745,00	122.184,00
	Outras Despesas Correntes	1.500.069,00	1.384.292,04	531.500,00	2.352.861,04	74.915,91	215.190,46	242.128,79	1.594.340,57	1.554.700,84	1.535.490,19	758.520,47
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	5.251.118,00	2.298.904,00	-	7.550.022,00	40.367,81	40.462,81	40.462,81	7.548.638,25	7.548.638,25	7.548.638,25	1.383,75
TOTAL		7.358.138,00	4.274.904,31	691.500,00	10.941.542,31	229.652,37	379.809,46	391.659,79	9.365.418,97	9.297.327,38	9.260.730,73	1.576.123,34

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.31

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-CANOINHAS DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131 R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	113.300,00	-	113.300,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	181.043,11	181.043,11	181.043,11	- 181.043,11
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	16.224,00	-	16.224,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Outras Despesas Correntes	308.247,00	-	268.430,27	39.816,73	-	-	-	39.816,73	39.816,73	39.816,73	-
	Investimentos	49.978,00	-	49.978,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	949.581,00	60.192,00	952.984,04	56.788,96	-	-	-	56.788,96	56.788,96	56.788,96	-
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.258.904,00	-	2.258.904,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte escolar		3.696.234,00	60.192,00	3.659.820,31	96.605,69	-	-	-	277.648,80	277.648,80	277.648,80	- 181.043,11

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.32

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-LAGES DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131 R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	150.337,00	60.247,00	-	210.584,00	-	-	-	-	-	-	210.584,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	- 6.811,68	34.085,29	34.085,29	1.583.587,21	1.583.587,21	1.583.587,21	- 1.583.587,21
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	86.492,00	86.492,00	86.492,00	182.967,00	182.967,00	182.967,00	- 182.967,00
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	28.825,00	7.248,00	-	36.073,00	-	-	-	-	-	-	36.073,00
	Outras Despesas Correntes	547.681,00	137.706,00	395.000,00	290.387,00	-	-	-	-	-	-	290.387,00
Operacionalização da educação	Investimentos	89.381,00	20.208,00	107.099,00	2.490,00	-	-	-	2.490,00	2.490,00	2.490,00	-
	Outras Despesas Correntes	1.698.238,00	1.176.138,67	716.496,16	2.157.880,51	78.560,61	139.053,75	112.417,83	1.660.091,88	1.656.826,57	1.630.190,65	497.788,63
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	3.181.829,00	3.073.740,00	-	6.255.569,00	-	-	-	6.254.949,06	6.254.949,06	6.254.949,06	619,94
TOTAL		5.696.291,00	4.475.287,67	1.218.595,16	8.952.983,51	158.240,93	259.631,04	232.995,12	9.684.085,15	9.680.819,84	9.654.183,92	- 731.101,64

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.33

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-SÃO JOAQUIM DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131 R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	60.247,00	-	60.247,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	7.248,00	-	7.248,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	137.706,00	-	137.706,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	20.208,00	-	20.208,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	383.952,00	-	352.543,51	31.408,49	-	-	-	31.408,49	31.408,49	31.408,49	-
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.678.740,00	-	2.678.740,00	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		3.288.101,00	-	3.256.692,51	31.408,49	-	-	-	31.408,49	31.408,49	31.408,49	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.34

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-PALMITOS DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131 R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	70.767,00	-	70.471,02	295,98	-	-	-	295,98	295,98	295,98	-
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	10.832,00	-	10.832,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	205.713,00	-	205.713,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	28.536,00	-	28.536,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	542.184,00	-	493.548,90	48.635,10	-	-	-	48.635,10	48.635,10	48.635,10	-
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.553.380,00	-	1.553.380,00	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		2.411.412,00	-	2.362.480,92	48.931,08	-	-	-	48.931,08	48.931,08	48.931,08	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.35

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-DIONÍSIO CERQUEIRA DEZEMBRO/2018

FONTE- 0131

R$

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	65.234,00	-	65.234,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	9.560,00	-	9.560,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	181.639,00	-	179.119,00	2.520,00	-	-	-	2.520,00	2.520,00	2.520,00	-
Operacionalização da educação	Investimentos	24.550,00	-	24.253,00	297,00	-	-	-	297,00	297,00	297,00	-
	Outras Despesas Correntes	466.449,00	29.000,00	484.020,02	11.428,98	-	-	-	11.428,98	11.428,98	11.428,98	-
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.919.759,00	-	1.919.759,00	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		2.667.191,00	29.000,00	2.681.945,02	14.245,98	-	-	-	14.245,98	14.245,98	14.245,98	-

GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA FINANCEIRA

REPASSE DO Fundeb
FONTE DE RECURSO - 0131
(ANEXO VIII)

R$

	2017	2018	FONTE - 0186
			APLICAÇÃO FINANCEIRA
JAN	182.876.380,12	198.818.095,95	1.203.430,00
FEV	174.988.058,84	192.916.963,57	1.148.630,82
MAR	180.320.841,74	181.786.828,10	1.586.053,49
ABR	184.739.097,50	190.265.952,51	1.538.930,30
MAI	178.180.687,51	186.095.222,47	1.509.207,77
JUN	185.565.005,19	177.156.373,04	1.451.801,82
JUL	172.616.564,59	184.339.963,98	1.424.993,39
AGO	177.620.852,17	191.385.675,43	1.324.890,11
SET	188.190.432,12	195.038.861,60	1.058.799,68
OUT	183.299.350,61	197.937.281,45	1.179.310,27
NOV	180.107.264,25	204.165.313,00	1.139.507,74
DEZ	199.051.335,29	225.258.922,38	922.592,06
TOTAL	**2.187.555.869,93**	**2.325.165.453,48**	**15.488.147,45**

Mauricio Lobo
Gerente Financeiro

Restos a Pagar (ANEXO IX)

R$

FONTE DE RECURSOS	RP Não Proc Cancelados
0.1.31.000000 Recursos do FUNDEB - transferências da União	3.044.283,00
0.1.86.000000 Remuneração de disponibilidade bancária FUNDEB	366.520,39
TOTAL CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR EM 2018	3.410.803,39
VALORES RESTITUIDOS NA CONTA FUNDEB	1.916.836,86
TOTAL	5.327.640,25

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Aplicação dos Recursos dos artigos 170 e 171 da Constituição Estadual

A Constituição Estadual determina em seu artigo 170 que Santa Catarina deve prestar anualmente assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior, legalmente habilitadas a funcionar no Estado, em montante não inferior a 5% do mínimo constitucional que o ente deve aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Assim como o mínimo constitucional, que deve ser aplicado na manutenção e no desenvolvimento do ensino, o percentual instituído pelo artigo 170 deve ser sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais - RLI. Nesse sentido, em 2018 o Estado repassou às instituições de educação superior, legalmente habilitadas, a importância de R$ 65,46 milhões, o equivalente a 1,30 % do mínimo constitucional estadual (art. 170).

Aplicação conforme o artigo 170 da Constituição Estadual (R$ milhões)

Especificação	**2018**
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (RLI)	20.179,62
Mínimo a ser aplicado na manutenção do ensino	5.044,90
Valor mínimo a ser aplicado – art. 170 da CE/89 e Lei Complementar 281/05 (5% dos 25% da RLI)	**252,25**
APLICAÇÃO	
Subação 006302 - Bolsa de estudo e pesquisa para estudantes do ensino superior - Art. 170/CE	52,98
Subação 009785 - Cursos estratégicos do Programa Estadual de Desenvolvimento Regional - SED – PROESDE	12,48
Subação 012882 - Bolsa de pesquisa para estudantes do ensino superior – Art. 170/CE	-
Total aplicado - art. 170 da CE/89	**65,46**
Percentual aplicado	**1,30%**
Suficiência / Insuficiência de aplicação	**(186,78)**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina

Também a Constituição do Estado de Santa Catarina, no artigo 171, estabelece que a lei deva disciplinar as formas de apoio à manutenção e ao desenvolvimento do ensino superior que as instituições privadas deverão prestar, sempre que se beneficiarem de programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais, e de pesquisas e tecnologias por elas geradas com financiamento do Poder Público estadual.

Nesse sentido, a Lei Complementar Estadual nº 407/2008 criou o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina (FUMDES). Tal fundo é constituído de contribuições realizadas por empresas privadas beneficiárias de incentivos financeiros ou fiscais concedidos no âmbito de programas estaduais.

A lei estabeleceu ainda que os recursos arrecadados pelo FUMDES deverão ser destinados ao pagamento de bolsas de estudo, pesquisa e extensão universitária para alunos que cursaram todo o ensino médio em unidade escolar da rede pública ou em instituição privada, com bolsa integral, e que residam há dois anos no Estado de Santa Catarina. A lei ainda permite que os recursos não utilizados sejam aplicados em ações que promovam e ampliem o atendimento no ensino médio, conforme o parágrafo único do artigo 5º.

Aplicação conforme o artigo 171 da Constituição Estadual (R$ milhões)

Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES)		2018	2017
Receitas			
UG: 450091/45091 - FUMDES			
1.7.4.0.00.1.1.12	Transferência de Instituições Privadas - Manutenção do Ensino Superior - FR 0265	44,86	53,66
	(-) Dedução	(0,0518)	(0,0064)
	(=) Receita Liquida	44,86	53,66
UG: 450022/1 - UDESC			
1.7.4.0.00.1.1.12	Transferência de Instituições Privadas - Manutenção do Ensino Superior - FR 0265	4,99	5,96
	(-) Dedução	(0,0058)	(0,0007)
	(=) Receita Liquida	4,98	5,96
	TOTAL DE RECEITAS	**49,84**	**59,62**

Despesas[1]			
10748	Bolsas de estudo para estudantes da educação superior – art. 171/CE	40,98	35,26
4975	Manutenção e Modernização dos Serviços de Tecnologia da informação e Comunicação UDESC	1,89	-
5321	Aquisição, construção e reforma de bens imóveis - UDESC/Palmitos	-	0,02
5311	Aquisição de equipamentos e material permanente – UDESC	0,89	0,14
12100	Expansão da UDESC para o Município de Pinhalzinho	0,66	1,32
5318	Aquisição, construção e reforma de bens imóveis - UDESC/São Bento do Sul	0,06	0,03
12709	Ampliação e expansão do Campus da UDESC - ADR Ibirama	0,03	0,09
9111	Aquisição, construção e reforma de bens imóveis - UDESC/Balneário Camboriú	-	0,46
5315	Aquisição, construção e reforma de bens imóveis - UDESC/Lages	0,56	0,55
5317[2]	Aquisição, Construção e Reforma de Bens Imóveis - Udesc/Joinville - SDR - Joinville	0,43	
5320[3]	Aquisição, Construção e Reforma de Bens Imóveis - Udesc/Laguna - SDR - Laguna	0,18	
	TOTAL DE DESPESAS	**45,68**	**37,87**
Percentual de aplicação		**91,66%**	**63,51%**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina

[1] No exercício de 2017 não foram consideradas as subações da Fonte de Recursos 0.665 (Superavit da FR 0.265). Caso fossem consideradas, o valor total das despesas em 2017 seria de R$ 40,19 milhões, correspondendo ao percentual de 67,41% de aplicação.
[2] A subação 5317 não foi considerada no cálculo do exercício de 2017. Caso tivesse sido considerada o valor desta subação somaria R$ 0,15 milhão, em 2017.
[3] A subação 5320 não foi considerada no cálculo do exercício de 2017. Caso tivesse sido considerada o valor desta subação somaria R$ 0,06 milhão, em 2017.

Verifica-se que, visando ao cumprimento do disposto no artigo 171 da Constituição Estadual de Santa Catarina, aplicou-se em Bolsa de estudo para estudante da educação superior em 2018 a importância de R$ 45,68 milhões, o equivalendo a 91,66% da receita arrecadada pelo FUMDES.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

Daiane de Oliveira Censi Marcos
Gerente de Políticas e Programa de Educação Superior/GEPRE

Natalino Uggioni
Secretário de Estado da Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$ mil

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL							
EMPRESA	MEP		Método de Custo		Adiantamento p/ Aumento de Capital	% DE PART. NO CAPITAL SOCIAL	DATA-BASE ÚLTIMO BALANÇO UTILIZADO
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017			
EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (NÃO INTEGRAM O BALANÇO CONSOLIDADO)							
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)	283.536	286.573	-	-	-	51,82%	30/09/2018
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	724.852	834.937	-	-	-	100,00%	30/09/2018
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)	6.251	11.289	-	-	-	94,53%	30/09/2018
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)	11	4.464	-	-	32.548	100,00%	30/09/2018
Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC)	406.101	431.737	-	-	-	20,20%	30/09/2018
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	1.052.237	832.851	-	-	36.931	64,21%	30/09/2018
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)	392.006	414.862	-	-	16.181	98,85%	30/09/2018
Companhia de Distritos Industriais de SC (CODISC)	625	1.239	-	-	-	99,52%	30/09/2018
Santa Catarrina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)	-	-	-	-	-	99,50%	30/09/2018
SC Participações (SCPar)	156.469	159.529	-	-	316.203	99,99%	30/09/2018
IAZPE	2.285	-	-	-		99,53%	-
Outras participações acionárias	-	-	9.235	9.260	-	-	-
Perdas Estimadas para Valor Realizável Líquido	-	-	-8.896	-8.896	-	-	-
EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES (INTEGRAM O BALANÇO CONSOLIDADO)							
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)	1.010	-	-	-	-	96,10%	30/09/2018
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agricola de SC (CIDASC)	12.925	5.323	-	-	4.992	100,00%	30/09/2018
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (EPAGRI)	-	-	-	-	4.854	96,82%	30/09/2018
Santa Catarina Turismo S.A. (SANTUR)	556	382	-	-	-	96,75%	30/09/2018
TOTAL	**3.038.864**	**2.983.186**	**339**	**363**	**411.709**		

* O passivo a descoberto da Invesc S.A. em 31/12/2018 era de R$ 6.261.799.306,43. Esse valor está registrado como riscos fiscais na unidade Encargos Gerais do Estado.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

José Luiz Bernardini
Ordenador Primário - Encargos Gerais

André Luiz Von Knoblauch
Ordenador Secundário - Encargos Gerais

ESTADO DE SANTA CATARINA

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DO ESTADO EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA						
EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO				% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES			INVESTIMENTO	VOTO	TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	R$ mil		
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)	109.209.000	-	109.209.000	283.536	51,82%	51,82%
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)*	-	-	-	724.852	100,00%	100,00%
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)	13.415.105	-	13.415.105	6.251	94,53%	94,53%
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)	8.374.213.578.434	-	8.374.213.578.434	32.559	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC)	7.791.010	191	7.791.201	406.101	50,18%	20,20%
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	221.413.722	237.722.771	459.136.493	1.089.168	61,93%	64,21%
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)	26.139.546	-	26.139.546	408.187	98,85%	98,85%
Companhia de Distritos Industriais de SC (CODISC)	87.060.046.641	-	87.060.046.641	625	99,52%	99,52%
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)	31.039.530	-	31.039.530	1.010	96,10%	96,10%
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agricola de SC (CIDASC)	37.408.423	-	37.408.423	17.917	100,00%	100,00%
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (EPAGRI)	169.777.712	-	169.777.712	4.854	96,82%	96,82%
Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)	199.000	-	199.000	-	99,50%	99,50%
Santa Catarina Turismo S.A. (SANTUR)	3.276.713	137.160	3.413.873	556	96,62%	96,75%
SC Participações (SCPar)	999.999.999	-	999.999.999	472.672	99,99%	99,99%
IAZPE	20.967.817		20.967.817	2.285	99,53%	99,53%
TOTAL				**3.450.573**	**-**	**-**

* O BRDE é uma autarquia especial interestadual criada pelos Estados da Região Sul portanto não tem seu capital dividido em ações.
A participação é 100,00% do resultado da agência do BRDE em Florianópolis/SC.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

José Luiz Bernardini
Ordenador Primário

André Luiz Von Knoblauch
Ordenador Secundário

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

GOVERNO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Fazenda
Diretoria de Auditoria Geral

Relatório de Auditoria Geral

Balanço Geral do Estado do Exercício de 2018

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

1 Apresentação

A elaboração do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo está a cargo da Secretaria de Estado da Fazenda, órgão central do Sistema de Controle Interno.

A Constituição Estadual no seu art. 58 determina que "a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante o controle externo, e **pelo sistema de controle interno de cada Poder**".

O art. 71, inciso IX, da Constituição Estadual prevê a competência privativa do Governador do Estado de Santa Catarina para "prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior".

A Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE), nº 202, de 15 de dezembro de 2000, em seu artigo 47, parágrafo único estabelece que as Contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado consistirão no Balanço Geral do Estado e no **relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo** sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 4º do art. 120 da Constituição Estadual.

A Resolução N. TC-06/2001, de 03 de dezembro de 2001, do Tribunal de Contas do Estado - TCE, em seu art. 70 normatizou o conteúdo mínimo do relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno, na qual prevê:

> Art. 70. O relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanha as Contas do Governo Estadual deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:
> I - considerações sobre matérias econômica, financeira, administrativa e social relativas ao Estado;
> II - descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas;
> III - observações concernentes à situação da administração financeira estadual;
> IV - análise da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a Voto;
> V - balanços e demonstrações da posição financeira e patrimonial do Governo Estadual nas entidades da administração indireta e nos fundos da administração direta;
> VI - execução da programação financeira de desembolso;
> VII - demonstração da dívida ativa do Estado e dos créditos adicionais abertos no exercício;
> VIII - notas explicativas que indiquem os principais critérios adotados no exercício, em complementação às demonstrações contábeis;

IX - dados e informações solicitados, com antecedência, pelo Relator.

Em 2015, considerando a necessidade de ampliar o conteúdo da prestação de contas anual de governo e de gestão em face do disposto no artigo 11 da Lei Complementar nº 202 de 2000 e nos artigos 10 e 11 da Resolução supracitada, o TCE editou a Instrução Normativa N.TC-0020/2015. Referida Instrução definiu nos artigos 5º e 6º rol de documentos a serem apresentados na prestação de contas anual do Governador do Estado.

Para o atendimento das normas ditadas pelo TCE e considerando a previsão legal vigente de **dois núcleos técnicos do Sistema Administrativo de Controle Interno** de que trata o art. 150 da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, algumas informações são prestadas pela Diretoria de Contabilidade Geral (DCOG) e outras pela Diretoria de Auditoria Geral (DIAG).

Nesse sentido, com o objetivo de evitar redundâncias de conteúdo, a DIAG dará mais ênfase às atividades por ela desenvolvidas e às informações elencadas no item II do Anexo I da IN TC 20/2015.

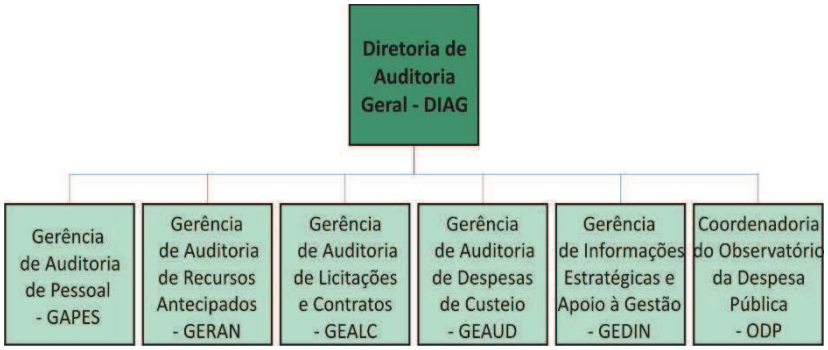
A DIAG como núcleo técnico do Sistema de Controle Interno elaborou o presente Relatório, com análises e considerações norteadas pelos mandamentos constitucionais, bem como pelas orientações e regras estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei Federal nº 4.320/1964 e legislações correlatas.

2. Informações prestadas pela Diretoria de Auditoria Geral atendendo ao disposto na IN TC 20/2015.

Em atenção ao disposto no item II do Anexo I da IN TC 20/2015, são apreentadas informações pela Diretoria de Auditoria Geral, núcleo do Sistema de Controle Interno de que trata o art. 150 da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007.

Importa ressaltar que o conteúdo da referida IN é objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5851), que ora tramita no Supremo Tribunal Federal - STF e encontra-se na fase de manifestação da Procuradoria Geral da República.

A estrutura da Diretoria de Auditoria Geral apresenta cinco gerências e uma coordenadoria.



De modo sintético, as atribuições das gerências envolvem a fiscalização, monitoramento e orientação dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e das empresas estatais dependentes do Poder Executivo, cabendo:

- ✓ à Gerência de Auditoria de Pessoal, os assuntos atinentes a atos de pessoal relativos aos servidores públicos, tanto em cargos efetivos quanto comissionados, aos empregados públicos estaduais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e aos profissionais admitidos em caráter temporário, e despesas com a folha de pagamento dos 145 mil servidores estaduais ativos, aposentados e pensionistas;
- ✓ à Gerência de Auditoria de Licitações e Contratos, os assuntos atinentes aos atos relativos aos processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e execução de contratos;
- ✓ à Gerência de Auditoria de Despesas de Custeio, os assuntos atinentes aos demais gastos correntes, aos bens móveis e imóveis do Estado de Santa Catarina, ao controle interno e acompanhamento das regularidades jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa das unidades gestoras;
- ✓ à Gerência de Auditoria de Recursos Antecipados, os assuntos referentes às transferências voluntárias dos recursos repassados pelo Estado aos municípios e entidades sem fins lucrativos e de recursos repassados por meio de adiantamento;

- ✓ à Gerência de Informações Estratégicas e Apoio à Gestão, os assuntos relacionados ao tratamento e análise de dados, a partir do uso de tecnologia de informação, com a produção de informações estratégicas que cominem em ações investigativas de controle e em ações de eficiência gerencial;
- ✓ ao Observatório da Despesa Pública - ODP, os assuntos atinentes à análise de informação sobre os gastos públicos e a produção de informações gerenciais e estratégicas para trilhas de auditoria.

O Estado conta com 61 Auditores Internos, dos quais 51 atuam na própria Diretoria de Auditoria desenvolvendo as atribuições referendadas, e 10 Auditores em outras áreas na Secretaria da Fazenda ou em outros órgãos e entidades.

Além dos Auditores Internos, a DIAG tem em seu quadro de servidores 2 Assistentes Técnicos, 2 Analistas Técnicos de Gestão Pública e 2 terceirizados.

Para o exercício de 2019 está prevista a criação da Controladoria Geral do Estado - CGE, órgão com vinculação direta ao Gabinete do Governador, sendo uma de suas macrofunções a Auditoria Geral.

No marco Função da Auditoria Geral **está prevista a criação da Gerência de Auditoria de Contas e Programas de Governo**, cuja atribuição, dentre outras, será o cumprimento das exigências constantes do inciso II, do Anexo I, da IN TC 20/2015, que integrará o conteúdo do relatório do órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo que acompanha a prestação de Contas do Governo do Estado.

Com o início da nova gestão, e enquanto tramita o Projeto de Lei para a criação da futura CGE, a Diretoria de Auditoria Geral, com o intuito de cumprir a IN TC 20/2015, em curto espaço de tempo alocou auditores para emitir informações das atividades efetuadas.

2.1 Parecer sobre a fidedignidade e integridade das demonstrações contábeis (alínea a, item II, Anexo I)

A alínea “a” do item II do Anexo I da IN TC 20/2015 exige que a DIAG emita um parecer sobre a fidedignidade e integridade das demonstrações contábeis da administração direta e indireta, sua adequação às normas contábeis vigentes, e sobre a efetiva aplicação dos principais critérios contábeis adotados no exercício, descritos nas notas explicativas que acompanham as demonstrações contábeis do exercício.

No Estado de Santa Catarina, o Sistema de Controle Interno está estruturado em um órgão central, cuja estrutura responsável atualmente é a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) e por órgãos setoriais e seccionais. O órgão central contempla dois núcleos técnicos compostos pelas Diretorias de Contabilidade e de Auditoria Geral, em igualdade de hierarquia.

No que tange à fidedignidade das demonstrações contábeis, importa frisar que o Poder Executivo adota como praxe publicar Decreto que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil, mensal e anual em cumprimento às normas de Direito Financeiro.

Como preceito básico, o Decreto nº 1.784, de 30 de outubro de 2018, exige que os registros contábeis devam observar as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público de forma a alcançar a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NICSPs), recepcionadas pelo órgão central de contabilidade do governo federal. De igual modo, a despesa e a receita, sob o enfoque patrimonial, deverão obedecer ao regime de competência, em conformidade com os princípios de contabilidade e com a Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC TSP. Ainda no tocante à despesa, os órgãos e as entidades da administração pública estadual devem fazer o reconhecimento contábil de todas as obrigações, em conformidade com o disposto no inciso II do *caput* do art. 50 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000.

Importa frisar que as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, portanto, são apresentadas consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, especialmente a NBC TSP Estrutura Conceitual, visando à convergência com as normas internacionais.

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não, constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros itens relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards - IPSAS*) apresentou como um dos marcos iniciais a Portaria nº 184, emitida pelo Ministério da Fazenda em 25 de agosto de 2008, que ficou conhecida como a "Portaria da Convergência". Foi essa portaria que determinou à Secretaria do Tesouro Nacional - STN o desenvolvimento de ações para promover a convergência.

Todo o processo de convergência foi alicerçado com a implantação de um plano de contas único para a Federação (PCASP) pela uniformização de procedimentos contábeis orçamentários (PCOs) e específicos (PCEs) e pela implantação das novas demonstrações contábeis (DCASPs).

O Estado de Santa Catarina vem adotando uma série de providências para acompanhar todo o processo de convergência. Com dois anos de antecedência (2013) ao prazo estabelecido pela STN, o PCASP foi implantado, e todas as rotinas de eventos contábeis foram adaptadas. Já as novas demonstrações contábeis, como a DFC e a DMPL, são elaboradas desde o exercício de 2010.

Após a etapa do processo de convergência, os esforços estão concentrados na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PCPs). A STN, por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o plano de implantação desses procedimentos (PIPCPs). Referido plano consiste em definir estratégias e prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência, de forma gradual.

De acordo com os PCPs determinados pela portaria da STN, Santa Catarina já implantou a maioria deles; nos casos em que a implantação ainda está parcial, o prazo final é até 2020 ou 2022. Os PCPs não iniciados ainda dependem de ato normativo específico. Nessa linha, as ações promovidas pelo Estado de Santa Catarina o colocam como uma das referências nesse processo.

No tocante à fidedignidade das demonstrações contábeis, e conforme a estrutura do Sistema de Controle Interno vigente, as unidades jurisdicionadas recebem o Parecer sobre a Conformidade Contábil, que compete a profissional de contabilidade devidamente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade, conforme prevê o Decreto nº 1.784 de 2018 para a prestação de contas anual do gestor. A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF, decorrentes dos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Referida conformidade tem como base as NBC TSP, a Tabela de Eventos, o Plano de Contas do Estado de Santa Catarina e a Conformidade dos Registros de Gestão.

A Conformidade dos Registros de Gestão consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no SIGEF e da existência de documentos hábeis que comprovem tais operações. Como procedimento padrão, a conformidade dos registros de gestão tem por finalidade verificar se os registros efetuados pela unidade gestora foram realizados em observância às normas vigentes e se possuem documentação suficiente que comprove as operações registradas.

O Parecer, emitido pelo responsável pelos serviços contábeis, poderá ser registrado “com restrição” quando as restrições apontadas na conformidade contábil prejudicarem a fidedignidade das demonstrações contábeis, ou “sem restrição”, quando não houver restrições de qualquer natureza na conformidade contábil ou quando, havendo restrições, essas não forem suficientes para prejudicar a fidedignidade das demonstrações contábeis.

Adicionalmente, na unidade jurisdicionada, o responsável pelo controle interno, atendendo à IN TC 20, art. 16, emite o Relatório de Controle Interno – RCI sobre a prestação de contas de gestão, e **a Diretoria de Auditoria Geral**, núcleo técnico do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, **emite o Parecer sobre o RCI**, enviado pela unidade jurisdicionada em atendimento ao Anexo VII da IN TC - 020/2015, ao inciso VI da Portaria N TC 0106/2017, à Portaria N TC 0608/2017 e à IN SEF nº 001/2018, que dispõe sobre a uniformização dos atos e procedimentos adicionais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema

Administrativo de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, por ocasião da prestação de contas anual junto ao TCE/SC.

Dessa forma, a consolidação das demonstrações contábeis pela DCOG, núcleo técnico do Sistema de Controle Interno, observa as normas legais vigentes.

No que tange às demonstrações contábeis consolidadas, a Diretoria de Auditoria Geral não realizou auditorias de conformidade no ano de 2018 para aferir a fidedignidade e integridade das demonstrações em sua totalidade.

Como mencionado anteriormente, **com a aprovação do projeto de lei que visa a criar a Controladoria Geral do Estado, essa deficiência passará a ser sanada em sua plenitude**.

A DIAG realizou a análise da execução orçamentária e financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade fiscal, resultados esses refletidos nos **Balanços Orçamentário e Financeiro.** As análises se basearam em demonstrativos e em relatórios extraídos do SIGEF, sistema oficial que contempla informações acerca do planejamento, orçamento, finanças e contabilidade do Estado e encontram-se alinhadas aos mandamentos constitucionais, às regras estabelecidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público, além do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional.

2.1.1 Receitas

A receita bruta consiste no valor bruto que ingressa nos cofres estaduais em decorrência dos fatos orçamentários. Contudo nem todas as receitas que ingressam nos cofres do Estado permanecem em seu poder. Assim determinadas receitas não podem ser utilizadas pelo Estado para execução de suas ações. Exemplo significativo consiste no repasse constitucional aos municípios em decorrência da participação destes na arrecadação dos impostos do Estado, garantida por mandamento constitucional. Outro exemplo substantivo é o repasse do Estado para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB. Assim, após as deduções da receita bruta, tem-se a receita orçamentária arrecadada, sob as quais são fixadas e executadas as despesas orçamentárias.

Para o exercício financeiro de 2018 o Orçamento Geral do Estado estimou as receitas e fixou as despesas em R$ 26,43 bilhões.

A tabela 1 apresenta a evolução da receita arrecadada, em valores nominal e real, de forma consolidada no período de 2014 a 2018. Os valores foram atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, em 31 de dezembro de 2018, conforme divulgação do IBGE.

Tabela 1 - Evolução da Receita Arrecadada por Categoria Econômica. Consolidado anual. R$ milhões.

Ano	Receitas Correntes		Receitas de Capital		Total	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
2014	27.386	34.355	1.904	2.389	29.290	36.744
2015	29.517	33.457	1.286	1.458	30.803	34.915
2016	31.388	33.473	1.377	1.468	32.765	34.942
2017	33.054	34.241	1.643	1.702	34.697	35.943
2018	35.640	35.640	296	296	35.936	35.936

Fonte: Balanço Geral do Estado – BGE/2014-2016 (receita bruta incluída as intraorçamentárias); SIGEF – Comparativo da receita orçada com a arrecadada. Ano base 2017 e 2018. Dezembro (receita bruta incluída as intraorçamentárias).

Em termos nominais, verifica-se que a receita arrecadada cresceu ano a ano. No entanto, **em termos reais, a receita sofreu decréscimos nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 quando comparadas com 2014**. Observa-se que em relação a 2014 a receita decresceu R$ 1,8 bilhão em 2015 e 2016, e, R$ 801 milhões em 2017. Em 2018 o valor arrecadado, quando comparado com o exercício de 2017, teve pequeno decréscimo da ordem de R$ 7 milhões.

Em 2018, houve crescimento das receitas correntes em relação ao ano anterior, na ordem de R$ 1,4 bilhão. Em contraposição, as receitas de capital, quando comparadas com as de 2017, sofreram redução de R$ 1,4 bilhão.

A tabela 2 demonstra a comparação entre a Receita Prevista e a Arrecadada no Estado no ano de 2018.

Tabela 2 - Comparativo entre a Receita Prevista e a Arrecadada por categoria econômica. Consolidado Geral. Ano 2018. R$ milhões.

Categoria/Origem	Previsão Inicial (a)	Arrecadação Bruta (b)	% Realização (b/a)	% Participação
Receitas Correntes	**33.942**	**33.888**	**99,84**	**94,30**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**25.612**	**26.097**	101,89	72,62
Impostos	24.570	24.935	101,49	69,39
Taxas	1.042	1.162	111,52	3,23
Contribuições	**1.009**	**1.024**	**101,49**	**2,85**
Receita Patrimonial	**561**	**410**	**73,08**	**1,14**
Receita Agropecuária	**1**	**1**	**100,00**	**0,00**
Receita Industrial	**0**	**0**	**0,00**	**0,00**
Receita de Serviços	**804**	**726**	**90,30**	**2,02**
Transferências Correntes	**5.580**	**5.179**	**92,81**	**14,41**
Transferências da União e de suas Entidades	2.713	2.458	90,60	6,84
Transferências de Municípios e de suas Entidades	0	2	0,00	0,01
Transferências de Instituições Privadas	302	394	130,46	1,10
Transferências de Outras Instituições Públicas	2564	2.324	90,64	6,47
Transferencias de Pessoas Físicas	1	1	100,00	0,00
Outras Receitas Correntes	**375**	**451**	**120,27**	**1,26**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	113	176	155,75	0,49
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	143	101	70,63	0,28
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	3	3	100,00	0,01
Demais Receitas Correntes	116	171	147,41	0,48
Receitas Intraorçamentárias	**1.884**	**1.751**	**92,94**	**4,87**
Receitas de Capital	**473**	**287**	**60,68**	**0,80**
Operações de Crédito	350	190	54,29	0,53
Alienação de Bens	57	29	50,88	0,08
Amortização de Empréstimos	30	32	106,67	0,09
Transferências de Capital	36	36	100,00	0,10
Receitas Intra Orçamentárias	**6**	**10**	**166,67**	**0,03**
RECEITA BRUTA	**36.305**	**35.936**	**98,98**	**100**
Deduções da Receita	**9.875**	**10.180**		
Receita Orçamentária	**26.430**	**25.756**		

Fonte: SIGEF. Relatórios Contábeis Gerenciais. Comparativo da Receita Orçada com a Arrecada. Consolidado Geral. Ano Base 2018.

Da Previsão Inicial, em 2018, no montante de R$ 36,3 bilhões, o Estado arrecadou a cifra de R$ 35,94 bilhões, equivalente a 98,98% da meta estabelecida.

As receitas correntes representaram cerca de 94,30% do total arrecadado, sendo as receitas de impostos e as transferências correntes as que apresentaram maiores valores, correspondendo a 87,03% do total de recursos arrecadados no ano de 2018.

Das receitas de capital destaca-se a arrecadação oriunda das operações de crédito, no montante de R$ 190 milhões, correspondendo a 0,53% do total arrecadado das receitas, o que representou um percentual de realização na ordem de 54,29%.

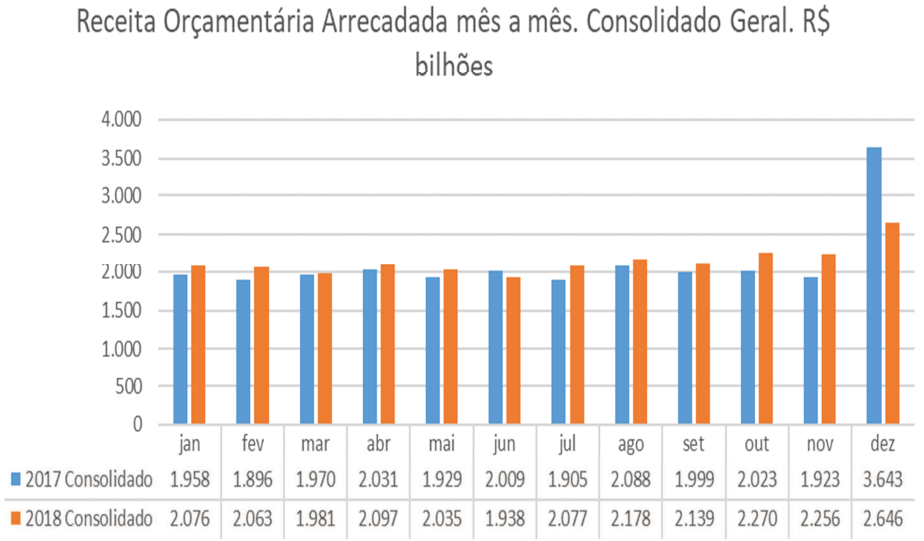
Do total bruto orçado foram deduzidos da receita o montante de R$ 9,87 bilhões, resultando em uma receita orçamentária na cifra de R$ 26,43 bilhões para execução das ações previstas no orçamento, valor este constante no **Balanço Orçamentário – Consolidado Geral**, conforme o anexo 12 da Lei nº 4.320/64, período de janeiro a dezembro de 2018.

Do total bruto arrecadado foram deduzidos da receita o montante de R$ 10,18 bilhões, pertencendo aos cofres Estaduais a cifra de R$ 25,76 bilhões para execução das ações previstas no orçamento, ou seja, das despesas públicas.

A arrecadação anual, quando comparada com 2017, ficou acima em 1,5%, representando um incremento da ordem de R$ 382 milhões.

O gráfico 1 apresenta a arrecadação mês a mês nos anos de 2017 e 2018, respectivamente.

Gráfico 1– Receita Orçamentária Arrecadada mês a mês. Ano: 2017 - 2018.



	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2017 Consolidado	1.958	1.896	1.970	2.031	1.929	2.009	1.905	2.088	1.999	2.023	1.923	3.643
2018 Consolidado	2.076	2.063	1.981	2.097	2.035	1.938	2.077	2.178	2.139	2.270	2.256	2.646

Fonte: SIGEF. Demonstrativo da receita orçamentária arrecadada mês a mês. Consolidado Geral. Ano 2017 e 2018. Dezembro.

Nos meses de junho e dezembro do ano de 2018 a arrecadação, em termos nominais, foi inferior quando comparada ao mesmo período do exercício anterior. Em 2018, o mês em que

se obteve a melhor arrecadação foi novembro, R$ 2,26 bilhões, conforme demonstrado no gráfico acima.

As metas de arrecadação, estabelecidas no 1º, 2º, 3º e 4º bimestres não foram atingidas no Estado de Santa Catarina, resultando em frustação da receita no montante de R$ 674 milhões.

2.1.2 Despesas

A tabela 3 apresenta a evolução da despesa, em valores nominal e real, de forma consolidada no período de 2014 a 2018. Os valores foram atualizados pelo IPCA em 31 de dezembro de 2018, conforme índice divulgado pelo IBGE.

Tabela 3 - Evolução da Despesa por Categoria Econômica. Período 2014 a 2018. Consolidado anual. Valores empenhados. R$ milhões.

Ano	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
2014	18.402	23.085	2.828	3.548	21.230	26.633
2015	20.205	22.902	2.774	3.144	22.979	26.046
2016	21.698	23.139	2.481	2.646	24.179	25.785
2017	23.075	23.903	2.520	2.610	25.595	26.514
2018	24.602	24.602	2.341	2.341	26.943	26.943

Fonte: SIGEF. Imprimir Execução Orçamentária. Consolidado Geral. Ano base 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

Em termos nominais, as despesas tiveram crescimentos sucessivos, ano a ano. Em termos reais, as despesas realizadas em 2015, 2016 e 2017 foram menores, quando comparadas com as do ano de 2014. Isso em parte refletido pela diminuição das receitas nesse período.

Em 2018, as Despesas Correntes aumentaram em R$ 699 milhões se comparadas com o ano de 2017, enquanto que as despesas de capital, nesse período, foram reduzidas em R$ 269 milhões.

A tabela a seguir é reveladora para compreender a dificuldade financeira do Estado. Comparando a receita arrecadada com a despesa empenhada, em valores reais, percebe-se que em 2015, 2017 e 2018 as despesas superaram as receitas

Tabela 4 - Receita Arrecadada versus Despesas Empenhadas. Consolidado anual. Em milhões de R$

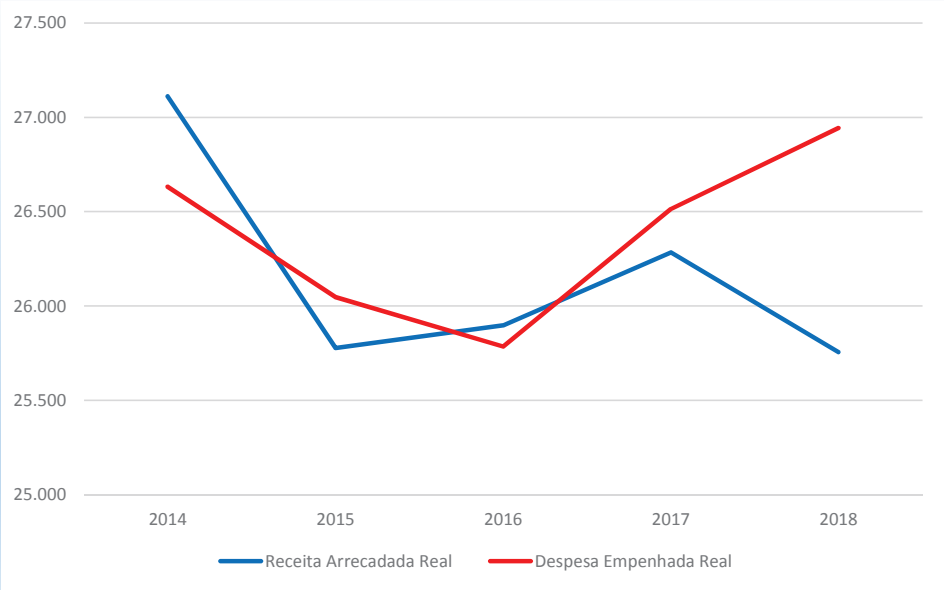
Ano	Receita arrecadada (a)		Despesa Empenhada (b)		(a) - (b)	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
2014	21.612	27.112	21.230	26.633	382	479
2015	22.742	25.778	22.979	26.046	-237	-269
2016	24.284	25.897	24.179	25.785	105	112
2017	25.374	26.285	25.595	26.514	-221	-229
2018	25.756	25.756	26.943	26.943	-1.187	-1.187

Fonte: SIGEF. Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada. Anos 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.
Nota 1: Os valores foram atualizados pelo IPCA

A análise gráfica nos permite uma visão mais clara do comportamento real das receitas e das despesas anuais de 2014

a 2018, demonstrando o agravamento da situação fiscal principalmente nos exercícios de 2017 e 2018.

Gráfico 2 – Receita Arrecadada X Despesa Empenhada. Valor real. R$ bilhões. Período de 2014 a 2018.



A tabela 5 apresenta a execução da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de forma consolidada no ano de 2018.

Tabela 5 - Despesa Autorizada x Despesa Executada. Consolidado Geral. Ano 2018. R$ milhões

Categoria/Grupo	Dotação Atualizada (a)	Empenhado (b)	% (b/a)	Representatividade %
Despesas Correntes	**26.643**	**24.602**	**92,34**	**91,31**
Pessoal e Encargos Sociais	16.827	16.333	97,06	60,62
Juros e Encargos da Dívida	1.067	983	92,14	3,65
Outras Despesas Correntes	8.749	7.286	83,28	27,04
Despesas de Capital	**3.565**	**2.341**	**65,65**	**8,69**
Investimentos	2.599	1.447	55,67	5,37
Inversões Financeiras	88	86	97,72	0,32
Amortizações	879	809	91,97	3,00
Total	**30.208**	**26.943**	**89,19**	**100**

Fonte: SIGEF. Imprimir Execução Orçamentária por Categoria Econômica. Consolidado Geral. Execução. Ano 2018.

O total de despesas executadas no ano de 2018, frente à dotação consignada no orçamento, representou uma execução de 89,19%, resultando um saldo de dotação, no valor nominal de R$ 3,27 bilhões, conforme apontado no **Balanço Orçamentário – Consolidado Geral**, período de janeiro a dezembro de 2018.

Do montante empenhado, 91,31% das despesas foram alocadas da categoria correntes e 8,69% em capital.

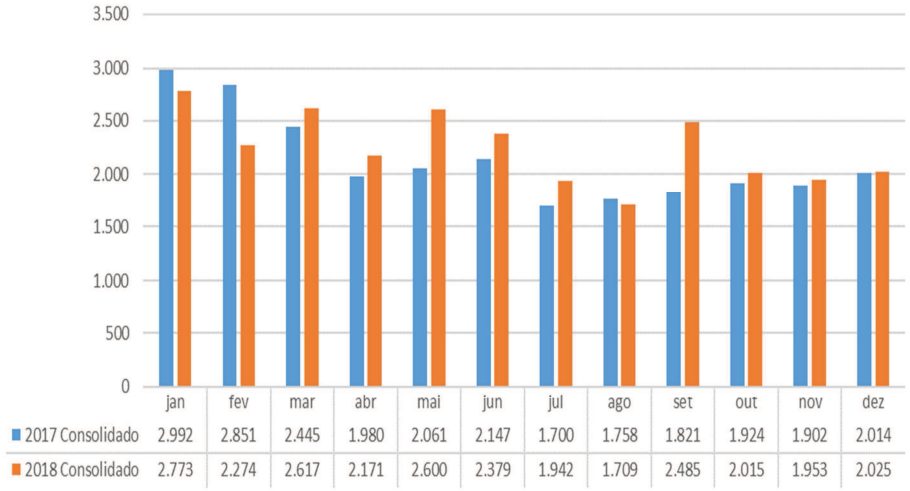
Observa-se que na primeira categoria, o destaque ficou para “Pessoal e Encargos Sociais” correspondendo a 60,62% do total dos gastos, seguido do grupo outras despesas correntes.

O maior nível de execução ocorreu no grupo Pessoal e Encargos Sociais, atingindo 97,06% do montante orçado.

Na categoria Despesas de Capital, o destaque ficou para “Investimentos”, cuja representatividade atingiu 5,37% do total empenhado, com o nível de execução orçamentária na ordem de 55,67% em relação à dotação autorizada. O grupo de despesa com maior nível de execução foi o de Inversões Financeiras, com 97,72%, tendo a menor representatividade nesta categoria.

O gráfico 3 apresenta a despesa empenhada mês a mês nos anos de 2017 e 2018, respectivamente.

Gráfico 3 – Despesa orçamentária empenhado mês a mês. Consolidado Geral. R$ milhões. Ano 2017-2018.



Fonte: SIGEF.

As despesas nos meses de janeiro, fevereiro e agosto foram menores quando comparadas às do mesmo período do ano anterior, conforme demonstra o gráfico 3. Cabe destacar que o estado se viu obrigado a contrair despesas discricionárias frente ao teto de gastos para manter o alongamento da dívida.

Comparando-se as despesas agrupadas por Grupo de Natureza, com o exercício anterior, obtém-se a variação nominal ocorrida no período e o percentual de representatividade ocorrida.

A tabela 6 apresenta essa análise permitindo observar qual grupo mais contribuiu para o aumento do gasto no Estado de Santa Catarina.

Tabela 6 - Execução Orçamentária por Grupo de Natureza de Despesa. Valores Empenhados. Ano 2018. Consolidado Geral. R$ milhões.

Grupo de despesas	2017	2018	Variação	%
Despesas Correntes	**23.075**	**24.602**	**1.527**	**6,62**
Pessoal e Encargos Sociais	15.584	16.333	749	4,81
Juros e Encargos da Dívida	771	983	212	27,51
Outras Despesas Correntes	6.721	7.286	565	8,41
Despesas de Capital	**2.520**	**2.341**	**-179**	**-7,10**
Investimentos	1.915	1.447	-468	-24,44
Inversões Financeiras	69	86	17	24,11
Amortização da Dívida	536	809	273	50,85
Total	**25.595**	**26.943**	**1.348**	**5,27**

Fonte: SIGEF. Imprimir Execução Orçamentária por Grupo de natureza de Despesa. Consolidado.

Os valores empenhados no ano de 2018, quando comparados ao mesmo período do exercício anterior, sofreram acréscimos de R$ 1,35 bilhão, ou 5,27% da despesa total.

Apesar deste pequeno acréscimo, há que se destacar a grande contração em investimentos, 24,44%, ou seja, R$ 468 milhões deixaram de ser aplicados em comparação ao exercício anterior. No grupo “Inversões Financeiras” houve acréscimo de R$ 17 milhões, representando um incremento de 24,11%. Destaque para o grupo “amortização da Dívida”, com aumento de R$ 273 milhões, o que representou acréscimo de 50,85% em comparação ao ano anterior.

De outro lado, as despesas com “Pessoal e Encargos Sociais”, “Juros e Encargos da Dívida” e “Outras Despesas Correntes” tiveram acréscimo, em termos nominais, de R$ 1,53 bilhão, correspondendo a 6,62% de variação ocorrida no ano de 2018 se comparado com o mesmo período de 2017.

O grupo “Juros e Encargos da Dívida” teve maior variação percentual, correspondendo a 27,51% das despesas correntes. Isto se deu porque, com a renegociação da dívida ocorrida, o Estado de Santa Catarina obteve alívio no caixa para enfrentar um cenário de crise econômica, tendo alongamento da dívida e redução das prestações mensais até maio do corrente ano. A partir de junho, houve a retomada dos valores integrais das prestações, impactando no caixa do Estado.

Para celebração dos termos aditivos, o Estado se comprometeu a estabelecer limitação dos gastos, aplicável nos 2 (dois) exercícios subsequentes à celebração dos aditamentos, do crescimento anual da despesa primária corrente acrescida da variação da inflação, aferida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou por outro que venha a substituí-lo.

A limitação das despesas não se sobrepõe às obrigações legais que o Estado tem com a saúde e a educação, e o teto de gastos também não abrange investimentos, apenas as chamadas receitas primárias correntes, que dizem respeito ao custeio em todas as áreas do Estado.

A tabela 7 apresenta a execução da despesa segundo as formas de execução, ou seja, direta ou indireta, com base nas modalidades de aplicação.

Tabela 7 - Execução Orçamentária por Modalidade de Aplicação. Valores Empenhados. Ano 2018. Consolidado Geral. R$ milhões.

Modalidade de aplicação	2017	2018	Variação	%	Represent 2018 %
Direta	**24.214**	**25.593**	**1.380**	**5,70**	**94,99**
Aplicações Diretas	22.570	23.823	1253	5,55	88,42
Aplicação Direta Decor. de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1.643	1.770	127	7,70	6,57
Aplicações Diretas referente aos restos a pagar para fins de aplicação em saúd	0	0	0	-	0,00
Descentralizada	**1.381**	**1.350**	**-32**	**-2,29**	**5,01**
Transferências à União	2	1	-2	-73,02	0,00
Execução Orçamentária Delegada à União	5	3	-2	-37,50	0,01
Transferências a Municípios	222	162	-59	-26,77	0,60
Transferências a Municípios Fundo a Fundo	146	230	84	57,20	0,85
Execução Orçamentária Delegada aos Municípios	112	103	-9	-8,00	0,38
Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos	845	825	-21	-2,46	3,06
Transfer. Inst. Privadas c/ Fins Lucrativos	49	27	-23	-46,30	0,10
Total	**25.595**	**26.943**	**1.348**	**5,27**	**100**

Fonte: SIGEF. Imprimir Execução Orçamentária por Modalidade de Aplicação. Consolidado.

O maior volume de execução no ano de 2018 se realizou de forma direta, totalizando R$ 25,59 bilhões, ou seja, 94,99% do total da despesa executada.

Os recursos aplicados de forma descentralizada ficaram reduzidos em 2,29% quando comparados aos do mesmo período do exercício anterior. No ano de 2018 foram empenhados R$ 1,35 bilhão. Desse montante, os recursos executados foram concentrados prioritariamente nas transferências destinadas a instituições privadas sem fins lucrativos (3,06% - R$ 825 milhões), transferências a municípios - Fundo a Fundo (0,85% - R$ 230 milhões) e transferências a municípios (0,60% - R$ 162 milhões).

Em comparação ao mesmo período do exercício anterior, as aplicações de forma descentralizada ficaram reduzidas em R$ 32 milhões e as de forma centralizada (direta) aumentaram em R$ 1,38 bilhão.

A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “em que” área governamental a despesa foi realizada. A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público e se relaciona com a missão institucional do órgão, como por exemplo, a cultura, a educação, a saúde, a defesa, dentre outras.

A tabela 8 demonstra, em ordem decrescente, os valores empenhados em cada função, a fim de demonstrar em qual área de governo as ações foram priorizadas.

Tabela 8 - Despesa por Função. Valores Empenhados. Ano 2018. Consolidado Geral. R$ milhões.

Função	2017	2018	Variação	%	Represent 2018 %
Previdência Social	6.077	6.426	350	5,75	23,85
Educação	3.432	3.728	296	8,62	13,84
Saúde	3.127	3.704	577	18,44	13,75
Segurança Pública	2.694	2.790	96	3,58	10,36
Administração	1.963	1.906	-57	-2,89	7,08
Encargos Especiais	1.470	1.848	377	25,67	6,86
Direitos da Cidadania	1.864	1.823	-41	-2,22	6,76
Transporte	897	1074	177	19,77	3,99
Agricultura	834	933	99	11,89	3,46
Essencial à Justiça	1317	921	-396	-30,05	3,42
Assistência Social	662	700	38	5,75	2,60
Gestão Ambiental	674	626	-48	-7,15	2,32
Demais funções	585	464	-120	-20,60	1,72
Total	25.595	26.943	1.348	5,27	100,00

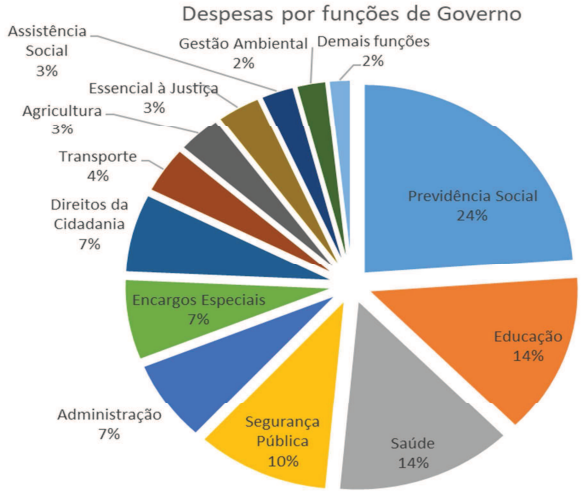
Fonte: SIGEF. Imprimir Execução Orçamentária por Função. Consolidado. Ano 2018

Constata-se que a função mais representativa é a Previdência Social, seguida das funções Educação, Saúde, Segurança Pública, Administração, Encargos Especiais, Direitos da Cidadania, Transporte, Agricultura, Essencial à Justiça, Assistência Social e Gestão Ambiental. Essas 12 funções concentram grande parte das despesas obrigatórias do Poder Executivo e representam 98,28% dos gastos públicos estaduais no ano de 2018. Importa destacar que nesse período as funções “Administração”, “Direitos da Cidadania”, “Essencial à Justiça”, “Gestão Ambiental”, “Cultura”, “Comunicações, “Habitação”, “Urbanismo”, “Trabalho”, “Relações Exteriores”, “Energia” e “Judiciária”, se somadas, sofreram decréscimos da ordem de R$

710,63 milhões quando comparadas com o mesmo período de 2017.

As demais ações possuem individualmente representatividade inferior a 1%.

Gráfico 4 – Despesas por funções de Governo. Representatividade. Ano 2018.



Fonte: SIGEF. Fonte: SIGEF. Imprimir Execução Orçamentária por Função. Consolidado. Ano 2018

Conforme demonstrado no gráfico 4, a Previdência Social consome a maior fatia de todas as funções de governo, correspondendo a 24% do total de recursos empenhados no ano.

A Tabela 9 apresenta detalhadamente as ações alocadas nesta função.

Tabela 9 – Ações na Função Previdência Social. Valores Empenhados. Ano 2018. Consolidado. R$ milhões.

Ações	2017	2018	Variação	%	Represent 2018
Encargos com inativos	4.971	5.313	342	6,89	82,68
Pensões	988	1.011	23	2,31	15,73
Demais ações	118	103	-16	-13,25	1,60
Total	**6.077**	**6.426**	**350**	**5,75**	**100**

Fonte: SIGEF
Nota: Os dados do SIGEF foram exportados para o *Qlikview* uma solução de **Business Intelligence** que auxilia a organização e análise dos dados.

Observa-se que as despesas com Inativos e Pensionistas aumentaram em 6,89% e 2,31%, respectivamente, e correspondem a 98,40% do valor total da função Previdência Social no ano de 2018.

Considerando que o aumento ocorrido com Pessoal e Encargos, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, foi de 4,81% (Tabela 5), fica demonstrado que a despesa com Inativos é o fator que vem ocasionando o maior impacto no crescimento dessa despesa no Poder Executivo.

As demais ações possuem individualmente representatividade inferior a 1%.

Cerca de 90,09% da despesa com inativos se encontra concentrada em 10 Órgãos e Entidades, conforme demonstrado na tabela 10.

Tabela 10 - Despesa com Inativos por Órgãos e Entidades. Valores Empenhados. Ano 2018. Consolidado. R$ milhões.

	Órgãos e Entidades	2017	2018	Variação	%
1.	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	1.679	1.816	137	34,18
2.	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA	1.026	1.065	39	20,05
3.	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	389	436	47	8,20
4.	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	393	402	9	7,57
5.	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PÚBLICA	278	295	17	5,54
6.	TRIBUNAL DE JUSTICA	239	261	22	4,91
7.	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	162	169	6	3,18
8.	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA	124	135	11	2,54
9.	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA - DEINFRA	126	129	3	2,43
10.	TRIBUNAL DE CONTAS	77	79	3	1,49
11.	Demais Unidades	478	526	48	9,91
	Total	**4.971**	**5.313**	**342**	**100**

Fonte: SIGEF
Nota: Os dados do SIGEF foram exportados para o *Qlikview* uma solução de Business Intelligence que auxilia a organização e análise dos dados.

Constata-se que 72,94% da despesa com inativos foram realizados por órgãos ou entidades da Educação (34,18%), Segurança (28,13%), Saúde (8,20%) e Infraestrutura (2,43), ou seja, áreas finalísticas do Poder Executivo.

2.2 Parecer sobre o cumprimento dos limites previstos na Lei Complementar nº 101/2000 (alínea b, item II, Anexo I)

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, representa um instrumento para auxiliar os governantes a gerir os seus recursos públicos dentro de um marco de regras aplicadas a todos os gestores e em todas as esferas de governo, relativas à gestão da receita e da despesa pública, ao endividamento e à gestão do patrimônio público.

Além disso, a lei consagra a transparência da gestão como mecanismo de controle social, através da publicação de relatórios e demonstrativos.

Neste item serão realizadas análises acerca dos limites estabelecidos nesta lei.

No que se refere à fidedignidade e integridade dos registros realizados, destaca-se que os órgãos da administração pública direta, as autarquias, as fundações, as empresas estatais dependentes e os fundos especiais deverão realizar a análise e o registro da conformidade dos registros de gestão e conformidade contábil.

A conformidade dos registros de gestão consiste na certificação dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira

e patrimonial incluídos no SIGEF e da existência de documentos hábeis que comprovem tais operações.

A conformidade dos registros de gestão será de responsabilidade de servidor designado e de seu substituto ou comissão formalmente designada pela autoridade máxima da entidade da administração pública estadual, conforme prevê o Decreto nº 1784/2018.

O parâmetro para verificação dos limites fixados pela LRF é a Receita Corrente Líquida - RCL. A RCL é composta pela soma das receitas correntes totais do Estado, subtraídas as parcelas entregues aos municípios, por determinação constitucional ou legal, as quantias repassadas ao Fundeb, bem como as contribuições dos servidores públicos ao regime próprio de previdência e a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência, além das restituições de receitas. Em 2018, a RCL totalizou R$ 22,77 bilhões.

Impende salientar que para o exercício de 2019 a DIAG pretende adotar medidas com vistas a aprimorar a checagem sistemática das informações que compõem a base de cálculo para a apuração dos valores que integram os limites previstos na LRF, inclusive com a previsão de automatização, com a finalidade de monitorar e analisar os cálculos realizados.

2.2.1 Resultado Primário e Nominal

A Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 5º, inciso I, exige que o projeto de lei orçamentária anual contenha, anexo, o demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

De acordo com o Demonstrativo da Compatibilidade entre LDO e a LOA para o exercício de 2018 constante no processo PSEF 20690/2017, ficou evidenciado que o orçamento publicado apresentou meta de ***déficit primário*** do Governo Estadual na ordem de 8.377 milhares de reais, enquanto a LDO 2018 estabeleceu como meta o ***superávit primário*** na ordem de 477.861 milhares de reais.

O resultado primário foi definido na LRF para indicar a economia fiscal a ser alcançada pelo Governo, com o objetivo de diminuir o estoque da dívida pública. Sendo o resultado primário deficitário na LOA, ao invés de superavitário como definido na LDO, haverá por consequência reflexos no cumprimento do resultado nominal.

Enfatize-se que a LDO previu que as metas poderiam ser ajustadas, fato este não ocorrido por ocasião do PLOA, conforme o art. 2º, parágrafo único, *in verbis:*

> Parágrafo único. As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2018 (LOA 2018), se

> forem observadas alterações da legislação e mudanças na conjuntura econômica, nos parâmetros macroeconômicos utilizados para a estimativa das receitas e despesas e no comportamento da execução do orçamento de 2017.

A DIAG, por meio das Informações DIAG nº 48/2018, 73/2018 e 112/2018, recomendou que fossem adotadas providências em relação à LOA, tendo em vista que tal instrumento não apresentou compatibilidade com a LDO, alertando que os acréscimos ocorridos poderiam impactar no não cumprimento do resultado primário. Recomendou ainda que, constatadas dificuldades adicionais para o cumprimento da meta fiscal originalmente estabelecida na LDO, fossem revistas as metas fiscais e, sendo razoável a necessidade de alterá-las por razões econômicas extemporâneas e imprevisíveis durante o exercício, sua modificação deveria observar o devido processo legislativo, cuja prerrogativa é da Assembleia Legislativa, detentora da responsabilidade de avaliar o mérito e a oportunidade de alteração da meta.

A DIAG também recomendou a limitação de empenho das despesas discricionárias, observando o disposto nos artigos 8º e 9º da LRF.

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina emitiu ALERTA à Secretaria de Estado da Fazenda nos meses de julho e agosto de 2018, sobre o não atingimento das metas de arrecadação do Estado de Santa Catarina no 2º e 3º bimestres, razão pela qual a realização de receitas poderia não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, sendo necessário promover a limitação de empenho e movimentação financeira, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

A Diretoria do Tesouro (DITE) da Secretaria de Estado da Fazenda, por meio do Ofício Circular SEF 06/2018, recomendou aos órgãos e entidades a limitação da execução de despesas de acordo com a programação financeira liberada. Alertou que para garantir o cumprimento das metas de resultado primário e nominal do exercício, diante de um cenário em que a arrecadação foi frustrada, todos deveriam adotar providências de limitação de empenhos e da movimentação financeira.

Desse modo, com base na arrecadação realizada, a DITE readequou a programação financeira do 2º quadrimestre (Decreto nº 1.596/2018) e do 3º quadrimestre (Decreto 1.720/2018), restringindo ainda mais a programação financeira com vistas ao cumprimento do limite do Teto dos Gastos (Lei Complementar Federal nº 156/2016).

A partir de 2018, conforme Manual de Demonstrativos Fiscais, 8ª edição, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal devem conter apuração do Resultado Primário e do Resultado Nominal por meio das metodologias "acima da linha" e "abaixo da linha". Diante dessa mudança de metodologia, a DCOG alerta que o Resultado Primário e Nominal, apurado pela metodologia "abaixo da linha", ainda carece de estudos e análises mais

aprofundadas, o que poderá ensejar a retificação dos valores ora publicados.

De acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2018, publicado pela Portaria nº 31/GABS/SEF/SC, de 30 de janeiro de 2019, o **Resultado Primário** apurado pela metodologia "acima da linha" foi de R$ 276.032.944,15, enquanto a meta estabelecida na LDO foi de R$ 477.861.000,00. O **Resultado Nominal,** apurado pela metodologia "acima da linha", foi de R$ (1.884.894.354,99), enquanto que a meta estabelecida na LDO foi de R$ (1.552.987.000,00).

2.2.2 Despesas com Pessoal

Conforme Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, relativo ao terceiro quadrimestre do ano de 2018, publicado pela SEF pelo Ato nº 175, de 21 de janeiro de 2019, o Demonstrativo das Despesas com Pessoal apurou o valor de R$ 11.101.533.243,26, o que corresponde a 48,76% da Receita Corrente Líquida Ajustada no período. Portanto, o limite apurado se encontra dentro do limite máximo prudencial, que é de 49%.

Na apuração desses montantes, conforme Notas Explicativas do referido Demonstrativo, foram consideradas as despesas liquidadas e no encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados. Para evitar duplicidade de valores (operações intraorçamentárias), foram excluídos os valores referentes ao processamento das despesas com pessoal requisitado/cedido por órgãos e entidades pertencentes ao mesmo orçamento fiscal e seguridade social. Foram consideradas as despesas executadas na natureza de despesa orçamentária "Pensões Especiais", referente às rubricas: 01-0006-01; 01-1106-01; 01-1306-01; 01-1406-01; 01-1506-01; 01-1606-01; 01-7006-01 e 01-8006-01.

A inclusão dos Serventuários de Justiça (Subação 9380 - Encargos com Inativos Extrajudiciais – TJ – Fundo Financeiro) nas Despesas com Pessoal foi realizada de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 780/2017. O Estado de Santa Catarina ingressou com ação de Mandado de Segurança sobre a referida decisão, processo nº 4000394-66.2018.8.24.0000.

Cumpre destacar que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) não acolhe o entendimento do Estado quanto a determinadas exclusões realizadas pelos Poderes e órgãos, conforme se extrai, a título de exemplificação, do Ofício nº 1114/2018/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, que versa sobre o Processo nº 17944.107125/2018-40, complementação dos documentos para verificação de limites e condições para a realização de Operação de Crédito junto ao BNDES.

> *2. Documentação Adicional - Demonstrativo da Despesa com Pessoal do RGF do 1º quadrimestre de 2018 para o Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público – Notas Explicativas (anexar documentação digitalizada no SADIPEM).*
>
> ***Ressaltamos que esse item foi objeto de exigência no Ofício SEI nº 1069/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, não tendo sido atendido até o momento.***

2.1 Poder Executivo.

A nota 1.h) informa que não foram consideradas as despesas com abono constitucional de férias. Entretanto, de acordo com o MDF, integram a despesa bruta com pessoal. Para fins de dedução da despesa bruta, a indenização por férias e por licença prêmio não gozadas somente será considerada espécie indenizatória em caso de demissão. Se for este caso, esclarecer a informação da nota.

2.2 Poder Legislativo.

2.2.1 A nota 2 informa que não foram considerados os valores de abono permanência pagos a servidores, no montante de R$ 4.524.535,19. Entretanto, de acordo com o MDF, despesas com abono de permanência são consideradas despesa bruta com pessoal.

2.3 Poder Judiciário.

2.3.1 A nota 3 informa que as despesas relativas ao abono de permanência do período, no valor de R$ 11.667.851,72, não foram incluídas na Despesa Bruta com Pessoal. Entretanto, de acordo com o MDF, despesas com abono de permanência são consideradas despesa bruta com pessoal.

***2.4 Ministério Público**.*

2.4.1 A nota 4 informa que não foram incluídos o montante de R$ 3.976.002,80 referente ao abono permanência e os valores de IRRF do pessoal ativo no valor de R$ 58.117.952,26. Entretanto, de acordo com o MDF, despesas com abono permanência são consideradas despesa bruta com pessoal, enquanto o IRRF não pode ser deduzido do cálculo.

Conforme evidenciado na listagem exemplificativa acima, a metodologia de cálculo da despesa com pessoal utilizada nos RGFs sistematicamente diverge daquela consagrada no Manual de Demonstrativos Fiscais (8ª edição, versão 29.12.2017 - MDF). Diante disso, e tendo em vista que o quadro de limites da despesa com pessoal preenchido na aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo" do SADIPEM guarda semelhança com os valores registrados nos RGFs, solicitamos que seja anexado ao SADIPEM documento contendo novos quadros de despesa com pessoal, nos moldes do SADIPEM, considerando em sua integralidade a metodologia constante no MDF, para fins de apuração da despesa com pessoal, para os últimos 5 quadrimestres, assinado pelo Chefe do Poder Executivo, contendo ainda declaração de que a metodologia de apuração da despesa com pessoal utilizada para elaboração dos quadros está em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais.

Especificamente quanto ao Poder Executivo, conforme Demonstrativo da Despesa com Pessoal – RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a"), as Notas Explicativas não fazem mais referências às exclusões questionadas pela STN. Conforme informações obtidas junto a Diretoria de Contabilidade Geral, na publicação dos gastos com pessoal do Poder Executivo do último

quadrimestre não foram realizadas exclusões das despesas com abono constitucional de férias.

2.2.4 Dívida Consolidada

Conforme o artigo 29 da LRF, a Dívida Consolidada ou Fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Ainda, devem ser incluídos neste montante os precatórios judiciais que foram emitidos a partir do ano de 2000 e que não foram pagos.

O Estado tem como limite de endividamento duas vezes a sua Receita Corrente Líquida (200%), como previsto na Resolução nº 40/2001, com as alterações promovidas pela Resolução nº 05/2002, ambas do Senado Federal.

Isto posto, a tabela 1 apresenta o valor da dívida consolidada líquida do Poder Executivo no ano de 2018 e respectivo percentual sobre a RCL, juntamente com o limite máximo definido pelo Senado Federal.

Tabela 1 – Dívida Consolidada Líquida e percentual sobre a Receita Corrente Líquida

Dívida Consolidada	Valor	% Sobre a RCL
Dívida Consolidada Líquida	21.166.285.852	92,94
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	45.547.520.577	200

Fonte: RGF/Anexo 2/Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Conforme análise do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, Anexo 2, resumidos na tabela 1, verifica-se que o Poder Executivo apresentou o montante de R$ 21,16 bilhões de dívida consolidada líquida, que corresponde a 92,94% sobre a RCL, ficando abaixo do limite máximo estabelecido em Resolução do Senado Federal.

Nota-se que houve expressivo aumento no comprometimento da RCL em relação à Dívida Consolidada em relação ao ano de 2017, que foi de 51,10%. Fato ocorrido em função da alteração da metodologia de apuração dos demais haveres financeiros em conformidade com o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, 8ª edição.

2.2.5 Operações de Crédito

Operação de crédito corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão de aceite de título, aquisição financeira de bens, recebimento antecipado de valores provenientes de venda e termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras

operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

O percentual das operações realizadas em um exercício financeiro em relação à Receita Corrente Líquida é apurado tomando por base a Receita Corrente Líquida no mês de referência e nos onze meses imediatamente anteriores (últimos 12 meses) e o total de operações de crédito interna e externa realizadas até o quadrimestre.

A Resolução do Senado Federal nº 43/2001, em seu inciso I, art. 7º, estabeleceu o limite de 16% da RCL.

Tabela 2 – Operações de Crédito e percentual sobre a Receita Corrente Líquida

Operações de Crédito	Valor	% Sobre a RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	169.717.750	0,75
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. Crédito Externas e Internas	3.643.801.646	16
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. Crédito por Antec. Da Receita	1.594.163.220	7

Fonte: RGF/Anexo 4/Demonstrativo das Operações de Crédito

Desse modo, com base no Demonstrativo das Operações de Crédito, Anexo 4, resumido na tabela 2, constata-se que foram realizadas operações de crédito sujeitas à apuração do limite supramencionado no valor de R$ 169,71 milhões, o que representa 0,75% da RCL apurada no período, ficando abaixo do limite estabelecido.

2.2.6 Garantia e Contragarantias

A concessão de garantia compreende o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada. Os Estados, ao concederem garantias às operações de crédito interno e externo, devem providenciar a apresentação de contragarantias, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência do tomador relativamente a suas obrigações para com o garantidor e às entidades por ele controladas, dentre outras exigências.

Tabela 3 – Garantia de Valores e Percentual sobre a Receita Corrente Líquida

Garantias de Valores	Valor	% Sobre a RCL
Total das Garantias	1.738.432.143	7,63
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.010.227.264	22

Fonte: RGF/Anexo 3/Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Dessa maneira, com base no Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, Anexo 3, resumido na tabela 3,

verifica-se que houve concessão de garantias no valor de R$ 1,74 bilhão, que representa 7,63% sobre a RCL, ficando abaixo do limite estabelecido pela Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, que é de até 22% em relação a RCL.

2.2.3 Restos a Pagar

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e de Restos a Pagar visa dar transparência ao equilíbrio entre a contratação de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa. É elemento necessário à verificação da disponibilidade de caixa anteriormente vislumbrada, pois retrata os compromissos financeiros exigíveis que compõem a dívida flutuante e, que por sua vez, podem ser caracterizados com as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro.

Destaca-se que a inscrição em restos a pagar não processados do exercício limita-se à disponibilidade líquida de caixa, que representa a diferença positiva entre a Disponibilidade de Caixa Bruta e as Obrigações Financeiras.

Tabela 4 – Disponibilidade de Caixa Líquida e Restos a Pagar Não Processados

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Líquida *	Restos a Pagar Não Processados
Recursos Vinculados	1.394.730.497	275.368.473
Recursos não Vinculados	325.140.330	167.483.653
Total	**1.719.870.827**	**442.852.126**

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal/ Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e de Restos a Pagar.
Nota: * Antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados já deduzidos dos valores dos Restos a Pagar Processados

Com base nos dados apresentados na tabela 4, verifica-se que o Poder Executivo inscreveu R$ 275,36 milhões em Restos a Pagar não Processados relativos às fontes de Recursos Vinculados que apresentavam disponibilidade de caixa no montante de R$ 1.394.730.497,00. Quanto aos Restos a Pagar Não Processados das fontes de Recursos não Vinculados, a inscrição foi de R$ 167,48 milhões, diante da disponibilidade de caixa de R$ 325,14 milhões, garantindo, assim, suficiência financeira para tais inscrições.

2.3 Parecer sobre a fidedignidade e integridade dos demonstrativos de cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em saúde e educação, previstos nos arts. 198 e 212 da Constituição Federal (alínea c, item II, Anexo I)

Para a verificação da aplicação dos mínimos constitucionais em saúde e educação, utiliza-se como parâmetro a Receita Líquida de Impostos – RLI, que soma todas as receitas resultantes de impostos, sejam elas provenientes dos impostos estaduais como também da parte que cabe, constitucional e legalmente, ao Estado na divisão dos impostos da União. Desse valor, subtraem-se as transferências aos municípios, decorrentes da repartição de impostos e das transferências realizadas. No exercício de 2018, a RLI foi de R$ 20,179 bilhões.

2.3.1 Saúde – Artigo 198 ações e serviços públicos de saúde

A Constituição Federal e a legislação complementar federal estabelecem que os Estados devem aplicar em ações e serviços públicos de saúde o valor mínimo correspondente a 12% (doze por cento) do produto da arrecadação dos impostos, acrescido das transferências de recursos provenientes da União, deduzidos os valores transferidos aos municípios, relativos à participação destes nas receitas dos estados.

No âmbito do Estado de Santa Catarina, em 09 de novembro de 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 72, que deu nova redação ao art. 155 e ao art. 50 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), e estabeleceu em 15% o novo limite mínimo de gastos com saúde para o Estado.

O percentual de 15% deverá ser aplicado de forma gradativa até o exercício de 2019, conforme estabeleceu o art. 50 do ADCT:

> Art. 50. A aplicação mínima a que se refere o art. 155, § 2º, inciso II, da Constituição do Estado, em ações e serviços públicos de saúde, será gradativamente implementada até o exercício fiscal de 2019, observado que:
>
> I - no exercício fiscal de 2017 serão aplicados 13% (treze por cento);
>
> II - no exercício fiscal de 2018 serão aplicados 14% (quatorze por cento);
>
> III - no exercício fiscal de 2019 serão aplicados 15% (quinze por cento).

Conforme Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, publicado pela SEF, o Estado aplicou em Saúde, no exercício de 2018, o valor de R$ 2.845.462.660,99. A base de cálculo é a mesma considerada para fins de verificação das aplicações mínimas em MDE, cujo

montante apurado importa em R$ 20.179.616.055,53, o que corresponde a 14,10% da RLI em aplicação em ações e serviços públicos de saúde.

Nos valores aplicados não estão incluídos o valor de R$ 50.692.553,05, correspondente a despesas sem prévio empenho de 2017, regularizadas em 2018 na função 10 – Saúde. Estas despesas foram descontadas, pois já foram consideradas como executadas no exercício de 2017.

Ainda, conforme referido Demonstrativo, foi empenhado em 2018 no elemento 92 – Despesas de Exercícios Anteriores o montante de R$ 295.387.361,58, como também foi empenhado na função 10 – Saúde o valor de R$ 76.064.198,93 com recursos de operações de crédito decorrentes do Programa Pacto Por Santa Catarina.

2.3.2 Educação – Artigo 212 - manutenção e desenvolvimento do ensino

Conforme art. 212 da Constituição Federal, os Estados devem aplicar, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, a cada exercício financeiro.

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, referente ao período Janeiro a Dezembro de 2018, publicado pela SEF, apresentou um percentual de aplicação em MDE sobre a Receita Líquida de Impostos igual a 27,15%, considerando o valor de R$ 5.479.205.704,75 com despesas para fins de limite e R$ 20.179.616.055,53 como Receita.

Importante ressaltar que, de acordo com o Ofício SEF/GABS nº1.292/2007, as despesas com inativos estão sendo excluídas gradativamente das despesas com educação, à razão de 5% a.a., desde o exercício de 2007.

Com isso, no exercício de 2018, foram considerados 40% das despesas com inativos da Educação. Situação relatada nas Contas do Governo do Estado ano após ano. Quanto ao exercício de 2017, o Relator das Contas do Governo fez ressalva com relação à presente restrição para que esta fosse abordada por ocasião das contrarrazões do Sr. Governador, e lembrou que é praxe a manutenção das ressalvas relativas à inclusão de gastos com inativos da educação no cálculo do percentual mínimo constitucional de 25%, comentando o esforço do Governo do Estado em reduzir essa inclusão, como segue:

> A exclusão das despesas com os inativos do percentual a ser aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino é um procedimento que o Governo do Estado vem implementando gradativamente. Nas contas do exercício de 2013, por exemplo, a inclusão representou 65% do total das despesas dessa monta (R$ 1,12 bilhão), enquanto no exercício 2014, a referida despesa representou 60% do total das despesas dessa monta (R$ 1,30 bilhão). Já nos exercícios de 2015 e 2016, representou 55% e 50%, respectivamente. Esses fatos demonstram, de maneira inequívoca, uma melhora ano a ano, mediante esforço do Governo do Estado.

Em relação à fidedignidade e integridade dos demonstrativos fiscais, é importante registrar a obrigatoriedade para que todos os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta façam a análise e registro da conformidade dos registros de gestão e conformidade contábil, consistindo na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no SIGEF e na existência de documentos hábeis que comprovem tais operações.

A conformidade dos registros de gestão é de responsabilidade de servidor formalmente designado pela autoridade máxima do órgão ou entidade da administração pública estadual, juntamente com o seu substituto, conforme Decreto nº 1.784 de 2018.

2.4 Parecer sobre a fidedignidade e integridade dos demonstrativos de cumprimento do disposto nos artigos 170 e 171 da Constituição do Estado e nas Leis Complementares estaduais nº 285/2005, nº 296/2005 e nº 407/2008 (alínea d, item II, Anexo I)

2.4.1 Artigo 170

A aplicação prevista no art. 170 da Constituição do Estado - CE é de inclusão social, beneficiando diretamente os alunos de graduação universitária e pós-graduação economicamente carentes, proporcionando-lhes a gratuidade total ou parcial das mensalidades, cujas despesas realizadas nessa finalidade compõem o montante das despesas consideradas para fins de cumprimento das aplicações mínimas em manutenção e desenvolvimento do ensino do Estado de Santa Catarina.

Ocorre que a aplicação de tais recursos, no percentual estipulado pela Constituição, é de difícil consecução, uma vez que não depende inteiramente de iniciativa do Poder Executivo. Os recursos para atendimento do art. 170, por exemplo, são repassados às instituições de ensino mediante um procedimento de seleção prévio, e muitas dessas instituições não preenchem todos os requisitos formais e regulamentares necessários à celebração de convênios com o Estado. Além disso, existem Programas Federais que concorrem de forma mais atrativa à concessão de bolsas e financiamentos para alunos universitários – registre-se que é da competência federal o desenvolvimento do ensino superior. Por essas razões, algumas instituições e, consequentemente, seus alunos, não são contemplados, o que acaba reduzindo o percentual aplicado.

Nesse particular, diga-se ainda que, segundo a Lei Complementar nº 281, de 2005, que regulamenta o art. 170 da Constituição Estadual, o maior percentual é destinado à concessão de bolsas de estudo para alunos economicamente

carentes, aos quais compete a demonstração da sua hipossuficiência, segundo critérios previstos em lei.

Com base nos relatórios extraídos do SIGEF, módulo de Acompanhamento da Execução Orçamentária e relatório de Aplicação dos Recursos dos artigos 170 e 171, ambos emitidos pela Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional – DIPE da Secretaria de Estado da Educação - SED, que compõe o Balanço Geral do Estado, foram analisados os valores para o atingimento da meta prevista.

Assim sendo, concluiu-se que não houve cumprimento integral do percentual estabelecido no art. 170, já que foram aplicados o montante de R$ 65,46 milhões, ou seja, 1,30%, havendo insuficiência de aplicação de R$ 186,78 milhões, que representa 3,70%.

2.4.2 Artigo 171

A partir de consultas realizadas no módulo de Contabilidade do SIGEF, por meio do relatório Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada e o relatório de Aplicação dos Recursos dos artigos 170 e 171 emitidos pela Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional – DIPE da Secretaria de Estado da Educação - SED, que compõe o Balanço Geral do Estado, verificou-se que no tocante ao repasse estabelecido no art. 171 da CE restou apurado que o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES, no exercício de 2018, obteve receitas no valor de R$ 49,85 milhões.

Em contrapartida, aplicou o valor de R$ 45,68 milhões, ou seja, 91,65% dos recursos destinados ao cumprimento do art. 171 da CE, havendo insuficiência de aplicação de R$ 4,12 milhões, que representa 8,35%.

Merece realce o fato de que a SED, visando atender ao estabelecido, vem envidando esforços em várias ações para efetuar o cumprimento de todo o valor destinado ao financiamento do apoio à manutenção e ao desenvolvimento do ensino superior. As empresas privadas, ao se beneficiarem de programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais, desenvolvem pesquisas e tecnologias inovadoras relevantes para o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina.

2.5 Parecer sobre o cumprimento do disposto no art. 193 da Constituição do Estado, sobre aplicações mínimas em Pesquisa Científica e Tecnológica (alínea e, item II, Anexo I)

O art. 193 da CE estabelece que no mínimo 2% das receitas correntes arrecadadas pelo Estado devem ser aplicados em pesquisa científica e tecnológica, de forma conjunta pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa

Catarina – EPAGRI e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC.

Por outro lado, a Emenda Constitucional (Federal) nº 93, de 2016, que alterou o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT prevê, a partir de 1º de janeiro de 2016 (art. 3º), a Desvinculação de Receitas Estaduais e Municipais (DREM), a qual abrange 30% das receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até 31 de dezembro de 2023, e outras receitas correntes.

Deste modo, respeitando a desvinculação incidente sobre as receitas correntes nos termos da EC 93/2016, que alterou o art. 76 do ADCT, e com base nos dados apresentados pela DCOG, verifica-se que foram aplicados R$ 388,63 milhões em pesquisa científica e tecnológica, o que representa 2,18%.

2.6 Relatório indicando as providências adotadas em relação às ressalvas e recomendações contidas nos pareceres prévios dos três exercícios anteriores (alínea f, item II, Anexo I)

Informamos que a partir do parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado referentes ao exercício de 2010, essa corte passou a autuar processos de monitoramentos para o acompanhamento das recomendações exaradas, das providências adotadas e respectivas sanções, caso necessário, aos agentes públicos responsáveis pelo saneamento dos problemas apontados.

A edição da Resolução nº 005/2016/GGG, do Grupo Gestor de Governo, dispôs sobre a implementação e o acompanhamento de ações com vistas ao saneamento ou mitigação de recomendações constantes de pareceres prévios emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, sobre as Prestações de Contas do Governo. Tal normativo consignou que compete aos titulares ou dirigentes máximos dos órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual supervisionarem as ações com vistas ao saneamento ou mitigação de recomendações a serem desenvolvidas pelos responsáveis e corresponsáveis, que assim são definidos no art. 1º, em seu § 1º:

> I - responsável: a diretoria ou gerência, integrante do órgão ou entidade, cuja competência legal ou regimental se relacione diretamente com a matéria objeto da recomendação constante do parecer prévio emitido pelo TCE; e
>
> II - corresponsável: a diretoria ou gerência do órgão ou entidade e os núcleos técnicos dos Sistemas Administrativos que detêm competência legal ou regimental sobre as matérias que influam, direta ou indiretamente, na implementação das providências que excedam as competências do responsável previsto no inciso I.

Em síntese, para atingir os objetivos, os responsáveis e corresponsáveis deverão elaborar planos de ação e emitir relatórios trimestrais, que serão enviados a essa corte, que acompanhará a implantação das medidas por meio de Processos de Monitoramento.

De acordo com referida norma, coube à DIAG a consolidação das contrarrazões ao Parecer Prévio do TCE sobre a Prestação de Contas do Governo, com a compilação das respostas e das medidas tomadas ou justificativas apresentadas pelos responsáveis.

2.7 Relatório de atividades contemplando o resultado das ações, na condição núcleo do Sistema de Controle Interno, realizadas no exercício (alínea g, item II, Anexo I)

A Diretoria de Auditoria Geral apresenta as principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício financeiro de 2018.

2.7.1. Auditorias e Inspeções

a) Auditoria de Conformidade

Pagamentos retroativos - SJC – Relatório de Auditoria nº 17/2018 (reanálise): análise das providências e/ou manifestações apresentadas pela autoridade administrativa competente, em face do que constou do Relatório de Auditoria nº 004/2016, sobre processos administrativos de pagamento de retroativos a servidores, selecionados por amostragem. O relatório mantém os apontamentos da versão preliminar, entre eles a ausência de segregação de funções e/ou níveis de alçada na inclusão e liberação de pagamentos no módulo de retroativos do sistema SIGRH.

b) Auditorias Operacionais

Avaliação das rotinas de pessoal - SJC – Relatórios de Auditoria nº 02/2018 e nº 09/2018 (reanálise): verificação do cumprimento de rotinas e procedimentos em relação ao registro de frequência, restituição ao erário e outras situações afetas a servidores estaduais na Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SJC, com vistas a comprovar a regularidade nos atos praticados e a eficiência nos controles utilizados no âmbito de gestão de pessoas;

Gestão de Riscos - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – Jucesc - Relatório de Auditoria nº 03/2018: trabalho de implantação da Cultura de Gestão de Riscos na Junta Comercial do Estado, com base na metodologia preconizada pelo modelo COSO e diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Como resultado do trabalho, a Jucesc concentrou esforços na utilização integral da Junta Digital, definindo no mês de setembro cronograma de implantação, estipulando prazos em que deixarão de receber os processos físicos, conforme Resolução nº 001/2018 do Colégio de Vogais;

Modelo de prestação de assistência à saúde no Estado de Santa Catarina – organizações sociais em comparação à administração direta – SES - Relatório de Auditoria nº 04/2018: verificação se o atual modelo contratual utilizado pelo Estado para a contratação de Organizações Sociais na área da saúde atende às dimensões de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade se comparado ao modelo de gestão direta;

Avaliação do fluxo dos processos de concessão de aposentadoria – IPREV - Relatórios de Auditoria nº 06 e nº 11/2018: avaliação do processo de concessão de aposentadoria a partir do requerimento pelo servidor até a compensação previdenciária, concluindo pela necessidade de plano de ação pelo IPREV e pela SEA, tendo em vista os apontamentos constantes na conclusão do relatório preliminar. Estima-se que o Poder Executivo tenha desembolsado em 2017 aproximadamente R$ 8 milhões com códigos de proventos, tais como abono de permanência, férias e triênios, com servidores afastados aguardando aposentadoria há mais de 60 dias. Atualmente, seguem os estudos para a emissão de Instrução Normativa conjunta entre IPREV, SEA e SEF que dispõe sobre os procedimentos a serem observados para fins de instrução de processos de aposentadoria;

Plano de Gestão da Saúde – SES - Relatório de Auditoria nº 07/2018: Reanálise do Relatório nº 009/2016, referente à Auditoria Operacional no Plano de Gestão da Saúde, que teve como objetivo avaliar a implementação do Plano de Gestão da Saúde, especificamente no que tange ao Programa de Estímulo à Produtividade e à Atividade Médica (Pró-Atividade) e ao Programa de Profissionalização da Gestão Hospitalar (Pró-Gestão). O relatório aponta a necessidade de adequação do acompanhamento e revisão das metas, entre outras medidas necessárias, por parte da Secretaria de Estado da Saúde, para melhoria do PGS;

Gestão de Riscos - Instituto de Metrologia do Estado de Santa Catarina – Imetro – Relatório de Auditoria nº 10/2018: trabalho de implantação da cultura de Gestão de Riscos, com base na metodologia preconizada pelo COSO-ERM, bem como os procedimentos adotados pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O Relatório de Auditoria evidencia os quatro eventos de risco com níveis alto e crítico, identificados durante os trabalhos, que poderão impactar na consecução dos objetivos e metas da Entidade. O IMETRO elaborou o plano de ação contendo as ações que serão desenvolvidas para mitigar os riscos identificados;

Gestão de Riscos - Diretoria de Auditoria Geral – DIAG – Relatório de Auditoria nº 12/2018: trabalho de implantação da cultura de Gestão de Riscos, com base na metodologia preconizada pelo COSO-ERM, bem como os procedimentos adotados pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Após o mapeamento dos riscos, diversas atividades de controle foram mapeadas para redução dos riscos críticos e altos e serão contempladas no Planejamento Estratégico e no Plano Anual dos trabalhos do próximo ano;

Avaliação dos critérios de seleção para ocupação dos cargos de direção, chefia e assessoramento – Relatório de Auditoria nº 013/2018: objetivou traçar um diagnóstico dos perfis dos ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento no Poder Executivo e propor a criação de critérios com foco nas competências necessárias para o bom desempenho das atribuições do cargo. No que tange às recomendações do Relatório de Auditoria Operacional nº 13/2018, destaca-se:

- exigência de, no mínimo, curso superior em nível de graduação para todos os cargos em comissão e/ou funções de confiança do Estado de Santa Catarina;
- estabelecimento de áreas ou cursos (graduação ou pós-graduação) mais adequados para cada cargo em comissão e/ou função de confiança;
- definição de outras variáveis, de acordo com a área, como por exemplo: pós-graduação, fluência em outras línguas, experiências profissionais anteriores, experiência gerencial, eventos de capacitação, tempo de serviço, conhecimento técnico específico;
- aumento do percentual mínimo de 30%[1] para 50% do quantitativo de cada órgão para servidores titulares de cargo ou emprego permanente do Estado, dos Municípios, ou da União, excluindo-se o termo “preferencialmente” do texto da lei;
- que se proceda à implantação de Curso de Certificação de Gestores, com prazo determinado de validade, que pode ser formatado e realizado pela ENA, estipulando-se uma nota mínima na prova ao final do curso para que o candidato seja considerado apto;
- Que se proceda à implantação de Processo Seletivo para a escolha dos ocupantes de determinados cargos em comissão e/ou função de confiança de natureza estratégica com o intuito de profissionalizar a gestão pública e priorizar a meritocracia;

[1] Artigo 160, § 2º da LC 381/2007.

Gerenciamento e Supervisão de Obras – SIE/DEINFRA - Relatório de Auditoria Operacional nº 014/2018 (reanálise): foram analisados os comentários dos gestores relativos aos apontamentos e recomendações constantes do Relatório nº 011/2017, que tratou da avaliação, sob os aspectos da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, de desempenho da contratação dos serviços de engenharia consultiva para gerenciamento e para supervisão de obras rodoviárias, e culminou com a proposição de alternativas visando ao melhor aproveitamento dos recursos técnicos, humanos e de equipamentos suportados pelo Estado.

c) Auditorias de Acompanhamento

Monitoramento da folha de pagamento: visando a identificar incorreções na folha de pagamento antes do seu processamento definitivo e promover a eficiência nos processos de trabalho do sistema administrativo de gestão de pessoas. O monitoramento mensal da prévia da folha de pagamento tem por foco a atuação preventiva e é efetuado sobre o total de contracheques existentes nas bases de dados dos sistemas informatizados de recursos humanos em cada período analisado. A seleção dos casos passíveis de análise nesse monitoramento é feita por meio da utilização de rotinas e técnicas de auditoria. No ano de 2018 foram analisados 2.908 contracheques, representando um montante de R$ 50.660.354,11. A título de exemplos dos fatos apurados no ano de 2018, destacam-se as seguintes ocorrências:

- Sistema de Controle de Óbitos – SISOBI (do Ministério da Previdência): realizando o cruzamento dos dados do sistema SISOBI com os dados da prévia das folhas de pagamento evitou-se o pagamento, nas folhas de janeiro a dezembro de 2018, de R$ 1.101.623,67 a servidores e pensionistas já falecidos. Frise-se a necessidade de ressarcimento ao Erário de aproximadamente **R$ 579.329,06** (créditos a ressarcir), referentes a pagamentos indevidos após os óbitos. Na projeção de 12 meses, levando-se em conta o resultado apurado no ano de 2018, o Estado deixará de desembolsar a quantia de **R$ 4.406.494,68** (desembolso evitado);
- pagamento de verbas remuneratórias evitado – no mês de janeiro foi evitado o pagamento do valor total de **R$ 600.434,29** a título de Adicional de Atividade Penitenciária Fixa (código de provento 01-0631-01), na SJC, em função de lançamento equivocado em duplicidade (desembolso evitado);
- identificação de inconsistências a serem regularizadas - através de trilhas específicas de auditoria foram identificados casos de servidores com afastamento em definitivo, lançadas após fechamento da folha, gerando pagamento indevido; duplicidade no pagamento; servidores com afastamentos temporários, mas que receberam

verbas indenizatórias, tais como auxílio-alimentação ou indenização pelo uso do veículo próprio; servidores afastados (aguardando processo de aposentadoria) que receberam indenização pelo uso de veículo próprio de forma indevida; servidor dispensado de FG que recebeu após dispensa em função da inclusão no sistema em data posterior; não aplicação de pena de suspensão, conforme determinado em PAD (total a ser ressarcido: **R$ 87.914,53)**;

- implantação irregular de gratificação **–** inclusão por parte da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC) de gratificação indevida na folha de pagamento resultando na emissão da Informação DIAG nº 8/2018, objetivando adoção de providências com vistas ao ressarcimento ao erário de **R$ 40.180,08** (créditos a ressarcir);
- inclusão da verba Auxílio Saúde Art. 18 Lei 16772/2015 – a inclusão da referida verba em razão de decisão judicial para uma servidora do IGP abrangeu, por erro de parametrização do SIGRH, outros 34 servidores, gerando um montante indevido de **R$ 47.433,60** (desembolso evitado). A situação foi corrigida tempestivamente a partir de contato desta Diretoria com a SEA;
- pagamentos indevidos para servidor da SSP – servidor recebeu indevidamente remuneração integral após exoneração, no montante de **R$ 40.526,62**, já devidamente ressarcido ao erário conforme processo PCSC 95375/2018.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) – Relatório de Auditoria nº 05/2018: Os resultados da auditoria recomendaram mudança na forma de financiamento do FUNDEB, com maior participação da União, e também a adequação da sistemática de cálculo do valor mínimo anual por aluno, para que se passe a considerar o custo, e não exclusivamente a receita, como ocorre com o modelo atual. Como resultado, espera-se reduzir a chamada “perda do Fundeb”, constituída de transferência de recursos estaduais para suprir as despesas das redes municipais de ensino, perda esta que no ano de 2016 foi de R$ 1 bilhão, que poderiam ter sido investidos na rede estadual de ensino. O Relatório de Auditoria foi encaminhado ao FNDE do Ministério da Educação, Secretaria de Estado da Educação e DCOG. Um Relato Técnico da presente apuração foi apresentado no dia 27/08/2018 no II Congresso Internacional de Desempenho do setor Público (CIDESP). O Relatório de Auditoria nº 005/2018 foi encaminhado também ao Presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer à proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 2015, que insere parágrafo único no art. 193; inciso IX, no art. 206 e art. 212-A, todos na Constituição Federal, de forma a tornar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB instrumento permanente de

financiamento da educação básica pública, incluir o planejamento na ordem social e inserir novo princípio no rol daqueles pelos quais a educação será ministrada, e revoga o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

d) Auditorias Especiais

Denúncia sobre direcionamento de aquisições de materiais cirúrgicos oftalmológicos e contratação emergencial de clínica privada - Secretaria de Estado da Saúde – Relatório nº 01/2018 (reanálise): prosseguimento da execução do Programa de Auditoria nº 003/2017 decorrente de denúncia sobre direcionamento de aquisições de materiais cirúrgicos oftalmológicos e contratação emergencial de clínica privada após término do prazo de vigência da ARP nº 101/2015, de março/2016. O Relatório de Auditoria (Reanálise do Relatório de Auditoria nº 006/2017), com a síntese dos fatos comprovados no decorrer do processo, dos indícios de fraude à licitação, das imputações das responsabilidades administrativas, da orientação pelo não pagamento à clínica privada dos procedimentos ora contratados, e das propostas de encaminhamento. O relatório recomendou à Secretaria de Estado da Saúde abstenção de pagamento dos serviços contratados com a Empresa Visum Retina Clínica de Olhos Ltda., no valor total de R$ 2.740.100,00. Consequentemente, deve-se evitar o desembolso do saldo a pagar do Contrato nº 856/2016, no valor de **R$ 2.062.300,00**, bem como proceder ao pedido de ressarcimento no valor de **R$ 677.800,00**, pago em 02/05/2017, a ser corrigido pelos índices oficiais de correção constantes no contrato.

Aquisição de bens de consumo - ADR de Itajaí – Relatório de Auditoria nº 15/2018: análise dos procedimentos de contratação de aquisição de bens de consumo em razão de fatos apontados no relatório de controle interno específico, resultando em apuração de dano no valor original de R$ 2.584.780,65, indícios de irregulares pendentes de apuração mais aprofundada que apontam para dano potencial no valor de R$ 93.771,88. Em razão da auditoria realizada, procedeu-se a descontinuidade de contrato de prestação de serviços assumidos pela própria ADR de Itajaí, resultando em economia anual de **R$ 274.800,00**. Foram identificadas diversas irregularidades, indícios de fraude e de improbidade administrativa envolvendo diversos agentes (públicos e privados). Tais fatos são objeto de inquérito instaurado pela 9ª Promotoria de Justiça de Itajaí;

Gestão de pessoas - Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE – Relatório de Auditoria nº 016/2018: com vistas a atender à determinação do Tribunal de Contas do Estado no Acórdão n. 0589/2014 (RLA-12/00192726), subitem “6.5.1 - realize auditoria específica e detalhada das situações que estariam ensejando as contratações irregulares de professores por tempo determinado na Fundação Catarinense de Educação Especial, a fim de garantir o cumprimento do art. 37, II e IX, da Constituição Federal, com cópia dos respectivos relatórios a este Tribunal de Contas, nos termos dos arts. 60 e 61 da Lei Complementar n. 202/2000”, conforme Ordem de Serviço nº 012/2018.

Apoio ao Procedimento Investigatório Criminal nº 06.2016.00001715-3: a empresa apontada no procedimento investigatório requereu o parcelamento do débito, de natureza não tributária, apurado no processo de auditoria especial e confessou dívida no montante de R$ 208.799,90. Durante o ano de 2018, a referida empresa recolheu aos cofres públicos estaduais a quantia de R$ 120.881,83. Portanto, o saldo devedor, consoante extrato emitido pela GERAR desta Pasta, é da ordem de R$ 87.918,07 e tende a ser quitado até 26/01/2019;

e) Inspeções

Apuração de denúncia do gerenciamento da distribuição da alimentação escolar - SDR de Videira – Relatório de Inspeção nº 001/2018: análise do gerenciamento da distribuição da alimentação escolar, estado de conservação das dependências, gestão patrimonial, gestão financeira dos recursos recebidos/obtidos, dentre outros, além de verificar a procedência de denúncia encaminhada à DIAG pelo Ministério Público no Município de Videira. O Relatório de Inspeção concluiu pela procedência parcial da denúncia de desvio de alimentos da merenda escolar;

Monitoramento de Obras objeto de Convênios ADR Concórdia com Município de Irani (Estradas Vicinais no interior do município e reforma do Parque de Exposições) – Relatório de Inspeção nº 002/2018: inspeção decorrente de denúncia recebida do Ministério Público, dando conta de inexecução e de direcionamento de licitação em obras de restauração de estradas vicinais no município de Irani e de reforma do Parque de Exposições da cidade. A equipe da DIAG contou com a assessoria técnica de engenheiro do Escritório de Projetos do Pacto, por se tratar de obra rodoviária. Aferiu-se que ambas as obras foram realizadas e com boa qualidade, não havendo, apesar das denúncias e depoimentos colhidos pelo MPSC, razões fundadas para a recomendação de glosa dos repasses. O relatório de Inspeção apontou impropriedades na formação do preço dos serviços da recuperação das estradas e indícios de combinação entre as licitantes (propostas de preços com erro em comum);

Aeroporto de Jaguaruna – Denúncia – Informação nº 24/2018: apuração de denúncia encaminhada por cidadão, na qual se relatou eventual violação da Concorrência SIE nº 033/2012 e do Contrato SIE nº 023/2013, cujo objeto referiu-se à contratação de empresa para a prestação de serviço de administração, operação, manutenção e exploração comercial e industrial do Aeroporto Regional Sul, situado em Jaguaruna (SC), por parte da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIE). Em face de ausência de atendimento integral da solicitação, no âmbito do Relatório de Inspeção nº 003/2017, fez-se o encerramento formal do procedimento de apuração por esta DIAG, com a emissão da Informação nº 24/2018 e encaminhamento dos resultados da apuração aos Secretários de Estado da Infraestrutura, da Casa Civil e ao Senhor Governador de Estado e ao denunciante. Ademais, os autos do processo SCC 329/2017 foram

encaminhados ao Delegado Geral da Polícia Civil tendo em vista o exaurimento das competências desta DIAG no tocante à apuração dos fatos;

Denúncia de viagem ao exterior sem autorização por Secretário da ADR Videira – Informação nº 054/2018: trabalho de verificação de indícios de prática de ilegalidade, por Secretário Executivo de Desenvolvimento Regional da Agência de Desenvolvimento Regional de Videira, ao ter, em tese, viajado ao exterior sem autorização do Chefe do Poder Executivo Estadual, conforme denúncia encaminhada à DIAG por meio do Ofício 0126/2018/02PJ/VID, da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Videira. A Informação concluiu pela inexistência de elementos que levem à procedência da denúncia;

2.7.2. Assessoramento

a) Assessorias

Grupo de Trabalho - Riscos, Controle e Auditoria – Lei nº 13.306/2016: GT criado pelo Decreto Estadual nº 1.025/2017, composto por representantes de empresas estatais (dependentes e não dependentes) e coordenado por auditores da DIAG, para atender à Lei Federal nº 13.303/2016 e ao Decreto Estadual nº 1.007/2016 e alterações, para a elaboração de norma estadual que contemple os seguintes modelos: Controle Interno; Gestão de Riscos; Código de Conduta e Integridade; Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário; e Descritivo das Atribuições do Comitê Estatutário (Comitê de Elegibilidade). Todos os documentos elaborados pelo GT – Riscos, Controle e Auditoria foram devidamente encaminhados ao Conselho de Política Financeira – CPF, por meio da Informação DIAG nº 0111/2017. As ações realizadas consistiram em: a) edição do Decreto Estadual nº 1.484, em 07/02/2018, fixando as diretrizes para a promoção das adaptações necessárias à adequação das estatais estaduais ao disposto na Lei nº 13.303/2016; b) publicação da Instrução Normativa Conjunta SEF/SCC nº 5/2018, instituindo os modelos de referência, elaborados pelo referido GT, e previstos no Decreto Estadual nº 1.484/2018; e, c) elaboração, por meio de questionário, de método de aferição da maturidade e do nível de implementação dos requisitos (concluídos ou em execução), por parte das estatais, em cumprimento à Lei 13.303/2016. O objetivo do referido questionário é, posteriormente, proceder à fiscalização *in loco*.

Auditoria Cidadã: Regularidade Escolar: a Operação da Regularidade Escolar teve por objetivo coletar a percepção da Comunidade Escolar - Diretor e Conselho Deliberativo Escolar - a respeito da qualidade do serviço público prestado pela Rede Estadual de Ensino, sob o aspecto da adequação da infraestrutura e da manutenção das instalações das Unidades Escolares. Mais de 1000 unidades do ensino público do Estado de Santa Catarina, ou seja, mais de 91% dos Diretores e 84% dos Conselhos Escolares das unidades escolares existentes contribuíram para a consolidação dos dados. O questionário, com mais de 200

perguntas, foi dividido em vários temas correlacionados, espraiados por 20 seções, abordando regularidades jurídicas, gestão escolar, alvarás, controle de acesso, acessibilidade, regularidade das edificações, bens móveis, terreno, etc. Com isso, foram consolidadas importantes constatações e oportunidades de melhoria nos serviços prestados pela SED, consubstanciadas nas Informações DIAG/SEF nºs 046/2018, 055/2015, 060/2018, 0063/2018, 066/2018, 090/2018 e 0100/2018.

Auditoria Cidadã: Aluno Auditor: a Operação Aluno Auditor visa promover uma experiência pedagógica de auditoria no ambiente escolar, fomentando a melhoria e qualidade do serviço público prestado pelas escolas, a partir da participação dos próprios alunos como atores sociais no controle de suas escolas. Basicamente, são realizadas inspeções pelos alunos, monitorados por Professores e Auditores, nos diversos ambientes de sua escola, a partir de questionários preestabelecidos num aplicativo de telefone celular, no caso, o app *Promise Tracker* (ou Monitorando a Cidade). Após estudo dos modelos desenvolvidos na Controladoria do Distrito Federal (Controladoria na Escola) e da Controladoria do Município de Belo Horizonte (Projeto Aluno Auditor), foram elaborados os questionários, os materiais de divulgação e papéis de trabalho, bem como realizados os testes do aplicativo, as reuniões de sensibilização, e a execução e a elaboração dos relatórios. Foi realizado um piloto na Escola EEB Simão José Hess, em Florianópolis, com diversas reuniões com as professoras designadas e a Diretoria. O Projeto finalizou com a entrega do relatório final por parte dos Alunos Auditores aos representantes da SED e da Diretoria da Escola. O relatório foi entregue também à Secretaria da Receita Federal que, na condição de parceira, irá contribuir com doações de bens e apoio na resolução dos problemas detectados.

Implementação de entrega eletrônica da declaração de bens, direitos e valores: trabalho que objetiva promover a implementação da nova modalidade de entrega da declaração de bens, direitos e valores por meio eletrônico. Desse modo, pode-se ampliar à totalidade dos servidores públicos estaduais ativos submetidos a esta exigência a apresentação da declaração com maior segurança e controle do que pelos meios existentes atualmente, atendendo ao previsto na Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, em seu Capítulo IV – Da Declaração de Bens.

A DIAG iniciou as tratativas junto ao CIASC para implementar o Sispatri em ambiente de homologação para testes. O Sistema, cedido pelo Município de São Paulo, foi instalado sem qualquer customização em ambiente da intranet do CIASC. Devido ao fato de o Sistema requerer algumas customizações mínimas, os testes e as demonstrações não foram feitos. Sendo assim, foi emitida Comunicação Interna nº 238/2018 solicitando à Diretoria de Administração Financeira autorização para custear

[2] Dispôs sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

junto ao CIASC a instalação do Sispatri (Sistema de Registro de Bens dos Agentes Públicos) em ambiente para homologação e testes com as customizações mínimas necessárias. No Plano Anual de Auditoria de 2019 está prevista a continuidade desta atividade no sentido de implementar a entrega eletrônica da declaração de bens, direitos e valores por parte dos servidores do Poder Executivo estadual, destacando-se a necessidade de encaminhar junto ao CIASC a customização e hospedagem do sistema.

Monitoramento das prestações de contas: trabalho periódico de monitoramento e cobrança das providências adotadas pelos órgãos e entidades do Estado em relação às prestações de contas de recursos antecipados pendentes no SIGEF. Nesse contexto, foram elaboradas 6 Informações DIAG, solicitando providências de órgãos e entidades. Verificou-se que diversas prestações de contas que estavam pendentes foram analisadas, num montante de R$ 8.369.471,07.

Bloqueio no SIGEF para recebimento de transferências: a DIAG realiza bloqueio no SIGEF de municípios, entidades e pessoas físicas impedidas de receber transferências do Estado, assim declaradas por determinação do Tribunal de Contas, ou por determinação do Gestor do Órgão repassador, ou mesmo por decisão judicial. Trata-se de medida acautelatória que visa impedir que novos recursos sejam repassados para inadimplentes. Em 2018 foram realizados 201 bloqueios e 8 desbloqueios.

Inspeção nos restos a pagar não processados da Secretaria de Estado da Saúde, a fim de verificar se houve a correta contabilização das despesas ao final do exercício fiscal de 2017, para fins de cumprimento da aplicação mínima constitucional de 13% (treze por cento) em Ações e Serviços Públicos de Saúde: foi realizada inspeção nos restos a pagar não processados da Secretaria de Estado da Saúde, a fim de verificar se houve correta contabilização das despesas ao final do exercício fiscal de 2017. Foi emitida a Informação n° 36/2018, na qual se concluiu que o valor de **R$ 24.350.171,32**, referente aos restos a pagar não processados de 2017, com documentação comprobatória para ser registrado como restos a pagar processados em 2017, devem ser considerados para fins do cumprimento da aplicação do mínimo constitucional de 13% em ações e serviços públicos de Saúde. Recomendou-se, ainda, que as Unidades Gestoras que possuem obrigação constitucional de aplicação mínima na respectiva política pública liquidem tempestivamente no SIGEF as despesas certificadas e realizem o acompanhamento dos valores aplicados com base nas despesas liquidadas ou, se não liquidadas, com a respectiva disponibilidade financeira, a fim de evitar a ocorrência relatada na presente informação.

Desembolso evitado em Obra: emitida a Informação DIAG n º 082/2018, apresentando resultado de ações realizadas pela DIAG em cumprimento ao Programa de Auditoria 0001/14 realizada na obra da segunda etapa do prédio da Escola Básica Dom Orlando Dotti, objeto do Contrato CT-00014/2012, com valor final de R$ 3.633.140,91. Apurou-se benefícios financeiros na ordem de **R$ 340.579,16** (desembolso evitado) em razão da orientação pela exclusão de serviços desnecessários constante de pedido da Contratada de termo aditivo.

Pagamentos executados a maior – ADR de Laguna: foi emitida a Informação DIAG n º 081/2018 que analisou solicitação de pagamento de serviços executados a maior em contrato firmado pela desativada ADR de Laguna. Segundo a orientação da DIAG, o Estado evitará o desembolso de **R$ 738.754,70**, uma vez que não houve autorização para a realização dos serviços cobrados.

Monitoramento do Edital nº 078/2017 para a contratação de Serviços de Gerenciamento e Apoio Técnico no DEINFRA: emitidas as Informações: nº 044/2018 e 085/2018 que reiteraram as irregularidades apontadas nos termos do Edital nº 078/2017, e também indícios de irregularidades no procedimento licitatório e no contrato nº PJ-00017/2018. A Informação conclui pela recomendação de encaminhamento do processo SEF 02035/2018 ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público Estadual; nº 044/2018. Reiterando a Informação 044/2018, foi emitida em 08/06/2018 a Comunicação Interna nº 203/2018, que recomendou a suspensão da execução do Contrato DEINFRA PJ-0017/2018.

Processo de desativação de ADRs: foram emitidas as Informações DIAG nº 130, 133 e 134/2018, que trataram de apurações acerca da efetiva existência de débitos, consistência destes, legalidade e eventual apuração de responsabilidade, em razão dos processos de reajustes/negociação dos contratos realizados, quanto às despesas assumidas pelas Agências de Desenvolvimento Regional de Blumenau, Tubarão e São Miguel do Oeste, no exercício de 2018. Entende-se que débitos à época da ordem de R$ 1.043.547,14 possuem consistência e legalidade, carecendo, portanto, de compatibilização financeira no exercício de 2019.

Portal da Rede Nacional do ODP: ODP.*SantaCatarina* é o responsável pela hospedagem das bases de dados dos integrantes da Rede ODP, que abrange todas as unidades do ODP nos estados, municípios e Tribunais de Contas do Brasil, além do próprio ODP.CGU, por meio do Portal da Rede ODP, com auxílio técnico do CIASC, mediante acordo de cooperação técnica a ser elaborado. Em 23 de agosto de 2018 realizou-se no TCE o lançamento nacional do Portal da Rede ODP, com participação de Tribunais de Contas, Estados, Municípios participantes da Rede, além do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU. No dia 24 de agosto de 2018 foi realizada a capacitação técnica dos participantes para o acesso e utilização do Portal. Em setembro, os trabalhos avançaram para cadastramento no Portal pela CGU dos participantes da Rede e a definição do tema do novo estudo a ser iniciado ainda este ano, já com o cruzamento de dados no ambiente do Portal da Rede ODP. Em outubro, o Portal da Rede ODP sofreu ajustes de configuração

por parte do CIASC para receber atualizações da plataforma de *big data* de forma automática, facilitando sua manutenção. As bases disponíveis pela CGU foram recarregadas. Continua o processo de cadastramento dos usuários da Rede ODP pela CGU para acesso ao Portal, que será utilizado para o novo Estudo da Rede ODP no tema Despesa Previdenciária.

Orientações acerca das medidas a serem adotadas pela ADR de Blumenau face à extinção da ADR de Brusque: atendimento ao pedido de orientações quanto ao reconhecimento de débito e às medidas a serem adotadas em razão de suposta prestação de serviços não pagos pela extinta ADR de Brusque, no montante de R$ 615.448,11 (Informação DIAG 61/2018);

Estadualização da Gestão do Hospital Infantil Santa Catarina, de Criciúma: no decorrer da atividade de monitoramento de editais e contratos de gestão, foi realizada análise preliminar do Processo SES 00043024/2018 por meio da Informação DIAG nº 132/2018, que trata da "renovação do contrato" de gestão firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde, o Município de Criciúma e o Instituto de Desenvolvimento Ensino e Assistência à Saúde – IDEAS para administrar o Hospital Infantil Santa Catarina, cuja gestão passou à esfera estadual a partir da assinatura do Termo de Cessão nº 24.637/2018. Foi questionado à SES a adequação do aumento de despesa continuada, considerando o período final de mandato, e a exposição da vantagem ao Estado em manter um contrato de gestão celebrado pelo Município de Criciúma com uma Entidade que não dispõe de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Área da Saúde (CEBAS). Após manifestação da SES, a Auditoria solicitou informações adicionais sobre o cálculo do valor do contrato de gestão, sobre a adequação orçamentária dessa despesa e sobre a diferença a maior no contrato de 23 para 27 milhões de reais decorrente da Entidade contratada não possuir CEBAS.

Monitoramento de editais de obras e serviços de engenharia: foi revisada a legislação, estruturado o *check list* e monitorados 17 editais e encaminhadas 3 Comunicações de Auditoria.

b) Consolidação e análise de dados

Relatório gerencial consolidado dos gastos com pessoal: rotina mensal de acompanhamento para apresentar uma visão geral e gerencial acerca dos gastos de pessoal e encargos sociais da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes. A Informação que sintetiza a avaliação gerencial busca relacionar os principais proventos e descontos em folha de pagamento, com visões por unidades gestoras e por código de proventos e descontos obrigatórios, por meio de comparações entre o período atual e o anterior, elucidando as maiores variações ocorridas.

Avaliação gerencial bimestral do custeio do Poder Executivo: informações emitidas bimestralmente com o objetivo de subsidiar trabalhos das outras gerências e definir trabalhos e investigações junto aos órgãos e entidades quanto às variações de elementos e subelementos de despesas, fontes de recursos, credores, etc..

Avaliação gerencial bimestral das transferências voluntárias do Poder Executivo: análise de transferências voluntárias, tomados por base os registros no SIGEF, no módulo de Transferências e Execução Orçamentária, com o objetivo de identificar as principais variações em relação ao mês anterior e, comparativamente, ao acumulado dos exercícios atual e anterior. São emitidas informações bimestrais com o objetivo de subsidiar trabalhos de outras gerências.

Análise da Despesa do Poder Executivo: visa a apresentar uma **visão geral** acerca da execução da **despesa do Poder Executivo**. Além disso, para nortear as avaliações, são apresentados dados gerais da receita e indicadores econômicos. Por meio dessas informações semestrais são avaliados os valores das **despesas liquidadas,** que em 2018 atingiram o montante de **R$ 22,4 bilhões**;

Déficit Previdenciário: avaliação do Déficit Previdenciário a fim de contribuir com soluções ou mitigação dos gastos, buscando demonstrar a evolução do mesmo, aliada às receitas do servidor e patronal, bem como dos custos com inativos e pensionistas, aliados aos quantitativos de servidores além de outras despesas. Assim, a DIAG emitiu em março de 2018 a Informação 026/2018, em continuidade à Informação 059/17, com propostas e avaliações do quadro atual.

c) Proposta ou análise de ato normativo

No ano de 2018 foram emitidas 7 Orientações Técnicas sobre sanções administrativas, alterações em contratos administrativos, atividades do controle interno, serviços terceirizados, sistema de registro de preços, pregão e fiscalização de contratos.

Além disso, foi emitida a Instrução Normativa nº 001/2018 que trata da uniformização dos atos e procedimentos adicionais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Administrativo de Controle Interno do Poder Executivo Estadual por ocasião da prestação de contas anual da gestão junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Foram realizadas análises sobre 9 propostas de atos normativos (anteprojeto de lei que institui o Plano Estadual de Esporte e Lazer; proposta de alteração da forma de prestação de contas dos recursos repassados pelo FEAs aos FMAS para cofinanciamento da política de assistência social; Jogos Universitários Catarinenses; alteração do Decreto nº 1.196; alteração do Decreto nº 624/2016; Projeto de Lei nº 291/2016; Edital de Chamamento Público para o Centro de Triagem de Animais Silvestres; Edital de Chamamento Público para o Programa de Atendimento do Sistema Socioeducativo Catarinense; minuta de projeto de lei que visa a alterar o Anexo

XIV da LC nº 381/2007). A DIAG propôs a edição de 4 novos normativos (projeto de lei relativo à suspensão de exigência de regularidade de Municípios cujas contas foram rejeitadas pela Administração Pública Estadual; projeto de lei para alteração da Lei n° 12.929/2004, que institui o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais; proposta de decreto para alterar o Decreto nº 464/1995, que regulamenta o parcelamento de crédito de origem não tributária inscrito em dívida ativa do Estado; e participação na elaboração do Decreto nº 1.784/2018, que trata do fechamento orçamentário, financeiro e contábil, mensal e anual, relativo ao ano de 2018).

d) Pareceres

Foram emitidos **115 Pareceres** sobre os Relatórios de Controle Interno das Secretarias, Agências de Desenvolvimento Regional, Fundos, Autarquias e Fundações Públicas estaduais, sendo 30 deles com abstenção, 50 com Ressalva e 35 sem Ressalva.

e) Contas do Governador

Em maio de 2018 a DIAG providenciou, de acordo com a Resolução Grupo Gestor de Governo nº 005/2016/GGG, de 15 de junho de 2016, a compilação das respostas, contendo as medidas tomadas ou justificativas apresentadas pelos responsáveis, com vistas à consolidação das contrarrazões ao projeto de Parecer Prévio do TCE sobre a PCG, que foram encaminhadas pelo Secretário de Estado da Fazenda ao Governador do Estado e ao TCE.

f) Respostas às consultas

Durante o ano de 2018, a DIAG respondeu a **1.379 consultas** recebidas por e-mail ou por telefone.

g) Capacitação de órgãos e entidades

Transferências voluntárias: a pedido da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, e em parceria com as respectivas Associações de Municípios, foram realizados 11 treinamentos do Módulo Transferências com foco em alterações recentes e legislação pertinente, nas cidades de Araranguá, Blumenau, Maravilha, Luzerna, Florianópolis e Lages. A pedido do Ministério Público, foi promovido curso prático para uso do Módulo Transferências do SIGEF;

Controle Interno e Gestão de Riscos: Participação na capacitação “Controle Interno e Gestão de Riscos”, que ocorreu na Fundação Escola de Governo - ENA, elaborando o conteúdo da ementa do curso, convocando os responsáveis pelo controle interno das UGs e ministrando o tema “Tomada de Contas Especial”;

Capacitação dos servidores em exercício nos setoriais e seccionais de controle interno para utilização do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH (Perfil Controle Interno): com o objetivo de aprimorar o controle da folha de pagamento dos servidores para evitar erros e pagamentos indevidos, a DIAG, em parceria com a Fundação Escola de Governo e Secretaria de Estado da Administração, realizou, em maio de 2018, a 2ª etapa de capacitação dos servidores que desempenham atividades nas Unidades de Controle Interno dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. Uma vez capacitados, referidos servidores terão acesso e conhecimento adequado para utilizar as informações disponíveis no SIGRH, nas suas atividades de controle, na área de pessoal e monitoramento da folha de pagamento. Foram capacitados servidores em exercício nas Unidades de Controle Interno das Secretarias de Estado da Educação; Secretaria de Estado da Segurança Pública; Fundação Catarinense de Educação Especial e Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina;

2.7.3. Tomada de Contas Especial - TCE

A tabela 1 demonstra o quantitativo de Relatórios e Certificados de Auditoria em Tomada de Contas Especial emitidos no período de 2016 a 2018.

Tabela 1. Certificados de Auditoria Emitidos. Período: 2016 – 2018.

Certificados de Auditoria em TCE´s	Exercício de 2016			Exercício de 2017			Exercício de 2018		
	Qde	R$	%	Qde	R$	%	Qde	R$	%
Regulares	1	5.500,00	-	1	9.500,00	-	6	1.182.060,12	15,4%
Regulares com ressalvas	4	1.182.466,00	9,3%	1	30.000,00	-	-	-	-
(Retorno Potencial)	31	11.563.724,00	90,7%	34	14.002.613,19	99,7%	29	6.471.114,82	84,6%
TOTAL	36	12.751.690,00	100,0%	36	14.042.113,19	100,0%	35	7.653.174,94	100,0%

Os processos de TCE considerados irregulares, com possibilidade de retorno ao erário estão demostrados na tabela 2.

Tabela 2. Tipos de irregularidades. Período: 2016 – 2018.

Tipos de Irregularidades	Exercício de 2016			Exercício de 2017			Exercício de 2018		
	Qde	R$	%	Qde	R$	%	Qde	R$	%
Prática de ato ilegal, ilegítimo e antieconômico	13	4.291.583,15	37,3%	18	6.991.704,47	49,9%	4	1.051.545,78	16,2%
Irregularidades na aplicação de recursos	4	1.196.582,04	10,4%	2	587.263,43	-	6	2.258.076,78	76,7%
Omissão no dever de prestar contas	13	5.866.854,00	51,0%	14	6.423.645,29	-	19	3.161.492,35	48,9%
Desfalque ou desvio	1	140.370,57	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	31	11.495.389,76	100,0%	34	14.002.613,19	100,0%	29	6.471.114,91	100,0%

Além disso, foram emitidas 23 Informações em Tomada de Contas Especial, diligenciadas à origem, para emissão de Relatório ou Certificado de Auditoria.

2.7.4. Atividades Internas

a) Gestão de Sistemas

SC-REGULARIDADE – Monitoramento contínuo da Regularidade (CAUC)

A DIAG realiza o **monitoramento** diário das regularidades jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa e demais exigências legais dos órgãos, entidades, fundos e outros poderes do Estado de Santa Catarina por meio do Sistema SC Regularidade[3].

[3] O acompanhamento da regularidade tem por objetivo direto evitar que o Estado, por meio de qualquer de seus órgãos ou entidades, incida em inadimplência e, com isso, fique tolhido de receber recursos financeiros da União mediante transferências voluntárias. Também, de forma indireta, fomenta o controle interno dos órgãos ou entidades e, em consequência, resulta na redução das despesas públicas (p. ex., multas e notificações fiscais) e no incremento das receitas não tributárias (p. ex. obtenção de novos convênios da União). O Sistema SC Regularidade possibilita verificar e gerenciar se os órgãos e entidades estão cumprindo o Decreto nº 851, de 23 de novembro de 2007, objetivando a adoção de medidas pró-ativas para saneamento das irregularidades antes que as mesmas figurem no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), do Governo Federal.

Em decorrência deste trabalho, em 2018 o Estado permaneceu liberado para o recebimento de R$ 189.717.750,00 decorrentes de operações de crédito e R$ 89.887.000,00 decorrentes de transferências voluntárias da União.

Módulo de Transferências do SIGEF - Transferências Voluntárias Repassadas

A DIAG é idealizadora e gestora do Portal SC-Transferências (www.sctransferencias.sc.gov.br) e do Módulo de Transferências, Transferência Registro e Instrumentos não Financeiros.

O Portal consolida todas as informações relacionadas às transferências voluntárias realizadas pelo Estado e é direcionado a dois públicos: **cidadãos** e **proponentes**[4].

Em relação às evoluções no Módulo Transferências e Portal SCtransferências, destacam-se as seguintes ações:

Foram disponibilizados os Editais de Chamamento Público de todos os órgãos e entidades do Estado no Portal

[4] Para os cidadãos o Portal oportuniza consultas relativas às transferências de recursos a órgãos e entidades públicas, entidades privadas sem fins lucrativos, pessoas físicas e consórcios públicos. Para os proponentes o Portal é o meio de comunicação com o Concedente (Estado), por meio do qual ele realiza seu cadastro, envia propostas, realiza a prestação de contas, consulta as informações das propostas enviadas e dos instrumentos celebrados, entre outras ações.

SCTransferências, em decorrência de determinação contida na Lei nº 13.019, de 31/07/2014;

Aditamento do Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2012, firmado com o Banco do Brasil - BB com prazo de vigência final em 12/07/2017, que previa isenção de tarifas bancárias, inclusive de transferência eletrônica (TED e DOC), das contas correntes abertas em nome de terceiros para recebimento de transferências voluntárias, além de outros benefícios, como a abertura massificada de contas correntes e encerramento automático dessas contas;

Implantada a integração estabelecida em convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Fazenda e a Caixa Econômica Federal para emissão automatizada da Certidão de Regularidade do FGTS, possibilitando agilidade, desburocratização e eliminação da possibilidade de erro. Antes da integração, periodicamente os interessados em celebrar parcerias com o Estado tinham que emitir a Certidão no site da Caixa e apresentar à ADR responsável para digitação das informações no SIGEF.

Atualização de manuais de prestação de contas e de cadastro do proponente;

Isenção de tarifas bancárias: em continuidade à parceria firmada com o Banco do Brasil em 2012, foi celebrado o Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2018 que previu isenção de tarifas bancárias, inclusive de transferência eletrônica (TED e DOC), das contas correntes abertas em nome de terceiros para recebimento de transferências voluntárias, além de outros benefícios, como a abertura massificada de contas correntes e encerramento automático dessas contas.

A tabela 3 apresenta a estimativa de desembolso evitado no período de 2016 a 2018.

Tabela 3. Certificados de Auditoria Emitidos. Período: 2016 – 2018.

Anos	Número de pagamentos cadastrados no módulo de transferências	Estimativa de economia com transferências eletrônicas
2012	355	3.337,00
2013	19.843	186.524,20
2014	57.021	535.997,40
2015	34.797	327.091,80
2016	43.830	412.002,00
2017	28.119	264.318,60
2018	3.677	34.563,80
Total	**186.151**	**1.826.826,80**

Total de valores economizados - isenção com tarifas bancárias desde 2012

Isenção de transferências eletrônicas	1.826.826,80
+ Isenção de tarifa de manutenção de contas corrente	9.295.395,75
= Total economizado	11.122.222,55

DART: O Demonstrativo de Atendimento dos Requisitos para Transferências – DART - consolida verificações de regularidades exigidas pela legislação aplicável à transferência de recursos estaduais decorrentes de convênios, contratos de apoio financeiro, termos de fomento e termos de colaboração. Por meio do DART o interessado poderá, a qualquer momento, verificar se está comprovando ao Estado o atendimento de requisitos legais exigidos, além de serem informados das possibilidades de regularização em caso de inadimplências.

b) Outras atividades

Cadastros Nacionais de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e de Empresas Punidas (CNEP): no âmbito do Poder Executivo Estadual, a DIAG é responsável pelo registro das informações acerca das sanções administrativas aplicadas a licitantes e contratantes no sistema integrado de registro do CEIS/CNEP, desenvolvido e gerenciado pela Controladoria-Geral da União. Até 31 de dezembro de 2018, 169 pessoas físicas e jurídicas foram registradas no Sistema Integrado do CEIS/CNEP.

Ouvidoria: a DIAG é responsável pela Ouvidoria Setorial da Secretaria da Fazenda, encaminhando, dentro da Pasta, todos os atendimentos que serão enviados pela Ouvidoria Geral do Estado, com solicitações de diversas naturezas, tais como: denúncias, sugestões, elogios, reclamações e pedidos de informações. Em 2018, foram respondidos 926 atendimentos pela Ouvidoria Setorial da SEF, sendo 138 denúncias, 1 elogio, 372 pedidos de informação, 137 reclamações, 266 solicitações e 12 sugestões.

Implementação do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM): a Portaria SEF nº 467/2017 designou servidores para atuação no Modelo IA-CM, com Plano de Ação previsto para 5 grupos de trabalho. Além das reuniões e estudos para desenvolvimentos dos produtos previstos, foram finalizadas 10 entregas: 1) conceituação de Auditoria e Inspeção (Nota técnica nº 1/2018); 2) levantamento dos custos fixos e variáveis do orçamento da Auditoria Interna (Nota técnica nº 2/2018); 3) lista das entidades profissionais de interesse da instituição (Nota técnica nº 3/2018); 4) previsão de acesso total às informações, ativos e pessoas da organização (Nota técnica nº 4/2018); 5) Plano de Negócios da Auditoria Interna (Nota técnica nº 5/2018); 6) Código de Ética e Conduta (Nota técnica nº 6/2018); 7) Plano

Anual de Auditoria baseado em prioridades de gestão e dos Stakeholders (Nota técnica nº 7/2018); 8) proposição de norma estabelecendo estrutura organizacional (Nota técnica nº 8/2018); 9) Planejamento Estratégico (Nota técnica nº 9/2018); e, 10) estruturação do monitoramento das recomendações (Nota técnica nº 10/2018).

Foram ainda finalizados o Planejamento Estratégico 2019-2021, bem como a proposta do Plano Anual de Auditoria para o ano de 2019, com base nos produtos já desenvolvidos para IA-CM. Iniciou-se ainda a consolidação de diversos produtos que alteram fluxos e procedimentos de trabalho em um Manual de procedimentos da Diretoria, com base no Manual de Orientações Técnicas de Auditoria Interna Governamental da CGU (IN nº 8/2017) para substituição do Manual de Procedimentos da DIAG, que se encontra desatualizado.

Capacitação dos Auditores: no ano de 2018, os Auditores participaram de 60 cursos de capacitação, totalizando 2.741 horas de treinamento, sendo 1.101 horas em cursos presenciais e 1.640 em cursos a distância;

Participação no Conselho Nacional de Controle Interno: 4 Reuniões Técnicas (Recife – 12 e 13/04, Belo Horizonte – 7 e 8/6, Macapá – 30 e 31/8 e Campo Grande – 29 e 30/11); participação nos grupos de trabalhos Legislação (coordenação), Controle Interno, Planejamento Estratégico e Tradução de obras IACOP-PEMPAL; Missão Internacional à Indonésia (19 a 29/04) para conhecer a implementação do modelo IA-CM no País; apresentação de 2 palestras no Seminário "Gestão de Riscos e Controle Interno como Instrumento de Governança" em Porto Alegre (25/05); e reunião com o Banco Mundial sobre os grupos de trabalho (14 e 15/6).

Participação nas reuniões do Grupo de Gestores das Finanças Estaduais – GEFIN:

Participação de dois servidores, alternadamente, nas reuniões do GEFIN, acompanhando estudos e dabates relacionados com a qualidade do gasto, regularidade fiscal, contabilidade pública, dívida pública e demais assuntos relacionados com a gestão financeira pública.

2.7.5. Consolidação dos resultados financeiros decorrentes das ações da DIAG

Benefícios financeiros efetivos: retorno financeiro viabilizado, desembolso evitado e créditos a ressarcir:

a) **SISOB:** evitado o pagamento de **R$ 1.101.623,00** a servidores e pensionistas já falecidos, mediante o cruzamento dos dados do sistema SISOBI (do Ministério da Previdência) com os dados da prévia das folhas de pagamento. Gize-se a necessidade de ressarcimento ao Erário de aproximadamente **R$ 579.329,00** (créditos a ressarcir), referentes a pagamentos indevidos após os óbitos. Na projeção de doze meses, levando-se em conta o resultado apurado no ano de 2018, o Estado deixará de desembolsar a quantia de **R$ 4.406.494,00** (desembolso evitado);

b) demais inconsistências detectadas no monitoramento da folha de pagamento: levando-se em consideração as inconsistências apuradas, o Estado deixou de desembolsar o valor de **R$ 679.134,00** (ano) e tem **R$ 198.167,00** de créditos a ressarcir de valores pagos indevidamente. Além disso, **R$ 40.526,00** já retornaram aos cofres públicos (valores já ressarcidos);

c) Isenções de tarifas – Convênio de Cooperação Técnica nº 001/12 com Banco do Brasil: estima-se que houve um desembolso evitado na ordem de **R$ 2.239.703,00** no ano de 2018 em decorrência da isenção de tarifas de manutenção de contas correntes e de transferência eletrônicas (TED e DOC) das contas correntes abertas em nome de terceiros para recebimento de transferências voluntárias, além de outros benefícios, como a abertura massificada de contas correntes e encerramento automático dessas contas;

d) obra da Escola Básica Dom Orlando Dotti: ações propostas pela Auditoria (Informação DIAG n º 082/2018) realizada na obra da segunda etapa do prédio da Escola Básica Dom Orlando Dotti, objeto do Contrato CT-00014/2012 resultou em benefícios financeiros na ordem de **R$ 340.579,00** (desembolso evitado) em razão da orientação pela exclusão de serviços desnecessários constante de pedido da Contratada de termo aditivo;

Tabela 4. Benefícios financeiros efetivos

	Retorno financeiro viabilizado R$	Desembolso evitado R$ (12 meses)	Crédito a ressarcir R$	Total R$
Acum/2013	4.629.138,60	21.214.839,34	8.417.456,41	34.261.434,35
Acum/2014	1.361.342,21	26.893.373,41	717.555,06	28.972.270,68
Acum/2015	2.078.235,19	14.671.887,87	2.300.932,16	19.051.055,22
Acum/2016	-	8.414.860,30	9.814.628,70	18.229.489,00
Acum/2017	**-**	**19.867.397,58**	**839.671,41**	**20.707.068,99**
ACUMULADO 2018	**40.526,62**	**7.940.713,63**	**777.418,32**	**8.758.658,57**

Benefícios financeiros potenciais

Irregularidades em Tomada de Contas Especial (TCE) - possibilidades de retorno relativo a julgamentos em TCE, cujos Certificados de Auditoria apontaram irregularidades com montante no ano de 2018 igual a **R$ 6.471.115,00**.

A tabela 5 apresenta as economias potenciais apuradas em decorrência dos trabalhos da DIAG desde 2013.

Tabela 5. Benefícios financeiros potenciais

Período	Ação	Retorno Potencial Milhões R$
2013	Acumulado	73,95
2014	Acumulado	10,98
2015	Acumulado	146,57
2016	Acumulado	19,53
2017	Acumulado	14,78
2018	Acumulado	6,46

2.8 Parecer sobre a fidedignidade das informações constantes no relatório de atividades do Poder Executivo no exercício, em especial quanto à execução das metas físicas e financeiras dos programas do orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e executadas de acordo com o estabelecido na LOA, observadas as unidades de medida concernentes.

O Relatório de Atividades do Poder Executivo tem por objetivo maior divulgar informações de interesse público referentes aos resultados alcançados pelos programas e ações governamentais executados em 2018 além de atender ao art. 62, inciso I da Constituição do Estado de Santa Catarina e ao art. 70, incisos II e IV do Regimento Interno do TCE/SC, que dispõem sobre o monitoramento e a avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e sobre a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado.

As informações que compõem esse relatório são oriundas do Sistema de Acompanhamento Físico e Financeiro desenvolvido pelo Poder Executivo do governo do Estado de Santa Catarina e coordenado pela SEF.

A DIAG desenvolveu análises durante o exercício de 2018 mediante avaliação dos dados obtidos por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF extraídos por meio da ferramenta *Qlikview.*

A análise teve por objetivo apresentar a execução orçamentária dos programas de governo, evidenciando se os valores previstos foram realizados observando-se as definições previstas no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA. Os dados foram compilados em informações trimestrais que se encontram no processo PSEF 6367/2018.

Salienta-se que **as metas físicas não foram objeto desta análise, em virtude de divergências no tocante às medidas de mensuração,** que na visão desta Diretoria **podem gerar inconsistências** para aferir seu grau de execução.

Os dados relativos às metas físicas e financeiras constam do Relatório de Gestão de cada unidade jurisdicionada. A DIAG entende que o responsável pelo controle interno, ao elaborar o Relatório de Controle Interno e ao avaliar a prestação de contas de gestão, já opina pela "Conformidade sem restrição", "Conformidade com restrição formal" e "Inconformidade por dano ao Erário" conforme preceitua a Orientação Técnica nº 0001/2019 de 25 de janeiro de 2019, na qual tem como escopo "Orientar os responsáveis pelo controle interno e gestores dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Controle Interno no âmbito do Poder Executivo Estadual, nos termos da Instrução Normativa nº TC-20, de 31 de agosto de 2015, Portaria N. TC-0362, de 12 de julho de 2016, Portaria N. TC–0106, de 01 de março de 2017, Portaria N. TC-0537, de 11 de dezembro de 2018 e alterações".

2.8.1 Prioridades da Administração Pública

Com o intuito de monitorar as prioridades da administração pública, procurou-se avaliar o Anexo de Prioridades da LDO, onde se encontram elencadas as subações, as respectivas unidades de medidas e os quantitativos. Ao confrontar os quantitativos da LDO com os registrados no SIGEF foram verificadas inconsistências, entre os valores publicados na Lei e os registrados no Sistema. O quadro 1 destaca, entre os valores hachurados, as diferenças registradas. Para realizar essa verificação foi consultada a funcionalidade "Listar Subação Geral".

Quadro 1 – Metas PPA, LDO comparadas com o SIGEF.

Programa	COD.	Subação	Unidade medida LDO	Meta física LDO [1]	Meta física SIGEF [2]	PPA [3]	Tipo acumulação
150 - Modernização Portuária	12822	Reforma e ampliação de edificações - SCPar Porto	unidade	2	2	11	maior valor
	12831	Ampliação do sistema viário	unidade	1	1	2	maior valor
	12832	Melhorias na sinalização náutica	unidade	1	1	2	maior valor
	13180	Implantação da área de apoio logístico portuário do Porto de Imbituba - AALP - SCPar	unidade	1	3	4	maior valor
	14108	Ampliação da capacidade operacional do Porto de Imbituba	unidade	4	2	2	maior valor
188 - Concessões, Participações e Parcerias Público Privadas	11680	Participação acionária em empresas, concessões e SPEs e também outras modalidades	unidade	9	2	7	maior valor
190 - Expansão do Gás Natural	11512	Expansão de rede de distribuição de gás natural - Comercial	unidade	16	16,5	17	maior valor
	13497	Expansão de rede de distribuição de gás natural - Residencial	unidade	16	16,7	17	maior valor
	13502	Expansão de rede de distribuição de gás natural - Projeto Serra Catarinense	unidade	18	18,9	19	maior valor
220 - Governança eletrônica	13016	Expansão da rede de governo	km	800	250	2.100	soma
	13081	Disponibilização de novas soluções tecnológicas para o Governo e cidadão	unidade	20	30	60	soma
365 - Esgoto Sanitário	9540	Implantação do sistema de esgotamento sanitário de Rio do Sul	% de execução	23	10	100	soma
	9544	Implantação do sistema de esgotamento sanitário de Videira	% de execução	49	57	100	soma
	9546	Implantação do sistema de esgotamento sanitário de Caçador	% de execução	49	44	100	soma
	9549	Implantação do sistema de esgotamento sanitário de Concórdia	% de execução	4	39	100	soma
	9559	Implantação do sistema de esgotamento sanitário de Biguaçu	% de execução	9	16	100	soma
	10272	Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Florianópolis	% de execução	25	32	100	soma
	10273	Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Florianópolis (Bacia D/F)	% de execução	25	39	100	soma
	10274	Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Florianopolos	% de execução	25	51	100	soma
430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	11320	Realização de procedimentos contemplados na programação pactuada e integrada	unidade mil	8.803.000	8.000.000	27.896.712	soma
	11324	Realização de cirurgias eletivas ambulatoriais e hospitalares	unidade	55.000	120.000	117.000	soma
360 - Abastecimento de água	10554	Implantação da adutora do rio Chapecozinho em Xanxerê	% de execução	15	20	100	soma

Fonte: LDO, PPA e SIGEF
Nota 1 - Conforme Lei nº 17.219 de 2017
2 - Conforme funcionalidade "Listar Subação Geral" – SIGEF.
3 – Conforme Lei nº 17.446 de 2017, última alteração.

Também verificou-se que as subações 12822, 12831, 12832, 11512, 13497, 13502 apresentam metas físicas cadastradas pelo tipo de acumulação "maior valor", ou seja, os valores publicados na LDO correspondem ao valor acumulado de quatro anos. Ao verificar os valores registrados no PPA, constatou-se que os mesmos estão divergentes conforme demonstrado no quadro acima.

Nos demais casos, as subações apresentadas na LDO quando cadastradas pelo tipo acumulação "maior valor" estão compatíveis com os valores do PPA. Destaque-se que a execução anual financeira das subações quando comparada com as metas quantitativas não refletem a realidade do exercício corrente, induzindo a distorções na análise.

A DIAG, como Núcleo técnico, entende que os quantitativos tratados na LDO devem se referir ao ano e não a períodos acumulados, tendo em vista ser preceito constitucional (art. 165 da CF, § 2º) que a lei de diretrizes orçamentárias deva orientar a elaboração dos orçamentos anuais, visando a permitir o acompanhamento e o monitoramento adequados.

A forma de apresentação das prioridades e metas da administração pública na LDO compromete o papel constitucional da LDO, visto que essa lei deve estabelecer o que de fato deve ser tratado como prioritário na execução do orçamento do ano de sua vigência, e a LOA estabelece as dotações orçamentárias que permitam ser exequíveis no ano de execução. Neste sentido, a DIAG recomendou que as peças orçamentárias sofram revisões e

realinhamentos a fim de compatibilizar e evidenciar confiabilidade nos dados apresentados.

2.8.2 Execução Orçamentária dos Programas de Governo

O PPA 2016-2019 contemplou 71 Programas Governamentais, subdivididos em 61 Temáticos, que orientam a ação governamental, e 10 de Gestão, Manutenção e de Serviços do Estado que objetivam apoiar a gestão e manutenção da máquina pública.

Essa divisão, além de servir como diretriz para os gestores, facilita o acompanhamento e o controle, pois permite visualizar o quanto dos esforços e recursos do governo serão destinados às atividades fins do Estado com vistas ao atendimento das demandas da sociedade, bem como evidencia o quanto será despendido na manutenção da máquina pública de forma que os serviços sejam prestados adequada e eficientemente.

A tabela 1 contém a dotação inicial prevista na LOA para cada um dos tipos de Programas, a dotação atualizada, os valores empenhados, o percentual de execução orçamentária e o de representatividade em relação ao total empenhado.

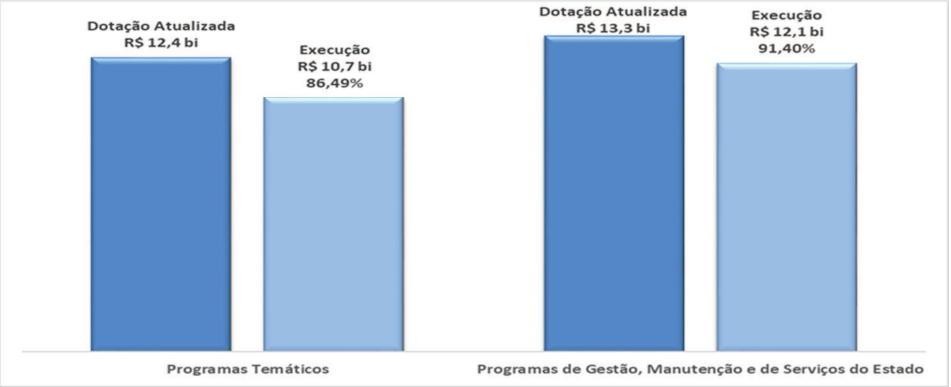
Tabela 1 – Execução Orçamentária por Tipo de Programas. Ano 2018. R$ Milhões.

Tipo de Programa	Dotação Inicial (R$)	Dotação Atualizada (R$)	Empenhado (R$)	Execução (%)	Represent (%)
Programas Temáticos	10.587,8	12.355,3	10.686,3	86,49	46,86
Programas de Gestão, Manutenção e de Serviços do Estado	12.086,9	13.259,6	12.119,4	91,40	53,14
Total	**22.674,7**	**25.614,9**	**22.805,7**	**89,03**	**100**

Fonte: SIGEF

No ano de 2018, o valor total empenhado nos Programas do Poder Executivo foi de R$ 22,81 bilhões, montante esse que representou uma execução orçamentária de 89,03% do valor total da dotação atualizada.

Gráfico 1 – Dotação Atualizada X Execução Orçamentária por Tipos de Programas. Ano 2018.



Fonte: SIGEF

Os Programas Temáticos atingiram a execução orçamentária de 86,49% da dotação atualizada, equivalente a R$ 10,7 bilhões, e representaram 46,86% do valor total empenhado.

Destacaram-se a execução dos Programas 625 Valorização dos Profissionais da Educação - R$ 2,1 bilhões; 706 De Olho no Crime - R$ 2,1 bilhões; 430 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - R$ 1,6 bilhão; 740 Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo - R$ 879 milhões; e 610 Educação Básica com Qualidade e Equidade - R$ 640 milhões; juntos, representaram 69% do montante total executado.

Em contrapartida, os Programas do tipo Gestão, Manutenção e de Serviços executaram 91,40% da dotação atualizada, equivalente a R$ 12,1 bilhões, e representaram 53,14% do valor total empenhado.

Destacaram-se a execução dos Programas 860 Gestão Previdenciária – R$ 5,8 bilhões; 850 Gestão de Pessoas – R$ 2,9 bilhões; 900 Gestão Administrativa – Poder Executivo - R$ 1,7 bilhão; e 990 Encargos Especiais – R$ 1,6 bilhão; juntos, representaram 99% do montante total executado.

2.8.2.1 Indicadores de Replanejamento, Execução Orçamentária e Representatividade

Para as análises seguintes serão utilizados o Indicador de Replanejamento Orçamentário – IRO, que tem como objetivo aferir o quanto a dotação inicial prevista na LOA foi alterada ao longo do exercício por meio de suplementações e reduções legais. Já o Indicador de Execução Orçamentária – IEO permite comparar a situação do planejado com o executado, e o Indicador de Representatividade – IRE possibilita medir a representatividade financeira do programa em relação ao valor total empenhado.

A tabela 2 apresenta os Programas de governo definidos para o exercício de 2018 e segue a sequência decrescente do indicador de execução orçamentária (IEO).

Tabela 2 – Execução Orçamentária dos Programas de Governo. 2018.

continua

Programa	Dotação Inicial (R$)	Dotação Atualizada (R$)	Variação (R$)	Empenhado (R$)	IRO (%)	IRE (%)	IEO (%)
910 Gestão Administrativa - Ministério Público	0	1.546.429	1.546.429	1.546.429	0,0	0,01	100
920 Gestão Administrativa - Poder Legislativo	0	1.423.745	1.423.745	1.423.745	0,0	0,01	100
915 Gestão Estratégica - Ministério Público	0	1.129.419	1.129.419	1.129.419	0,0	0	100
930 Gestão Administrativa - Poder Judiciário	0	86.223	86.223	86.223	0,0	0	100
540 Nova Casa	3.050.000	14.440	-3.035.561	14.440	-100	0	100
212 Promoção e Articulação das Relações Internacionais	3.305.498	468.936	-2.836.562	468.936	-85,81	0	100
208 Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	353.000	35.776	-317.224	35.776	-89,87	0	100
870 Pensões Especiais	38.600.231	38.973.612	373.381	38.973.566	0,97	0,17	100
830 Gestão Fiscal e Financeira	37.002.300	33.793.359	-3.208.941	33.673.762	-8,67	0,15	99,65
740 Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	709.743.963	883.281.638	173.537.675	879.360.884	24,45	3,86	99,56
706 De Olho no Crime	1.895.223.983	2.138.259.944	243.035.961	2.117.001.633	12,82	9,28	99,01
850 Gestão de Pessoas	3.088.973.235	3.006.040.638	-82.932.597	2.966.498.902	-2,68	13,01	98,68
420 Atenção Básica	87.615.000	89.909.487	2.294.487	87.976.062	2,62	0,39	97,85
860 Gestão Previdenciária	5.824.825.994	5.957.368.069	132.542.075	5.754.882.100	2,28	25,23	96,60
310 Agronegócio Competitivo	374.566.576	395.345.743	20.779.167	380.918.341	5,55	1,67	96,35
440 Assistência Farmacêutica	193.312.773	115.797.882	-77.514.891	110.752.291	-40,10	0,49	95,64
705 Segurança Cidadã	419.367.775	433.892.910	14.525.135	413.957.448	3,46	1,82	95,41
430 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.425.252.860	1.682.832.447	257.579.587	1.602.056.417	18,07	7,02	95,20
400 Gestão do SUS	194.297.092	356.424.159	162.127.067	332.853.359	83,44	1,46	93,39
625 Valorização dos Profissionais da Educação	2.410.834.909	2.302.657.237	-108.177.672	2.126.861.096	-4,49	9,33	92,37
708 Valorização do Servidor - Segurança Pública	16.049.993	13.174.355	-2.875.638	12.138.017	-17,92	0,05	92,13

continuação

Programa	Dotação Inicial (R$)	Dotação Atualizada (R$)	Variação (R$)	Empenhado (R$)	IRO (%)	IRE (%)	IEO (%)
520 Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	40.788.220	50.039.331	9.251.111	45.832.265	22,68	0,20	91,59
990 Encargos Especiais	930.394.284	1.786.854.719	856.460.435	1.632.375.739	92,05	7,16	91,35
707 Suporte Institucional Integrado	165.753.629	189.047.011	23.293.382	171.005.457	14,05	0,75	90,46
320 Agricultura Familiar	23.365.390	18.929.439	-4.435.951	16.970.326	-18,99	0,07	89,65
623 Gestão Democrática da Educação	119.100.000	117.825.000	-1.275.000	105.164.406	-1,07	0,46	89,25
950 Defesa dos Interesses Sociais	8.650.056	9.330.821	680.765	8.307.427	0,0	0,04	89,03
635 Desenvolvimento do Desporto Educacional	6.030.000	6.644.789	614.789	5.873.833	10,20	0,03	88,40
342 Revitalização da Economia Catarinense - PREC	21.350.000	14.891.954	-6.458.046	12.995.619	-30,25	0,06	87,27
510 Gestão do SUAS	54.212.845	42.378.520	-11.834.325	36.885.642	-21,83	0,16	87,04
650 Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	18.454.732	17.330.890	-1.123.842	14.865.614	-6,09	0,07	85,78
660 Pró-Cultura	16.914.320	11.137.860	-5.776.460	9.486.258	-34,15	0,04	85,17
810 Comunicação do Poder Executivo	37.743.924	16.516.877	-21.227.047	13.938.753	-56,24	0,06	84,39
115 Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	9.550.381	11.135.556	1.585.175	9.059.466	16,60	0,04	81,36
300 Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	22.388.896	27.671.354	5.282.458	21.952.756	0,0	0,10	79,33
211 Metrologia e Qualidade de Produtos e Serviços	3.780.000	3.780.000	0	2.990.446	0,0	0,01	79,11
145 Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	20.360.000	21.520.073	1.160.073	16.938.164	5,70	0,07	78,71
640 Promoção do Turismo Catarinense	39.272.637	50.203.240	10.930.603	39.283.046	27,83	0,17	78,25
627 Acesso à Educação Superior	287.067.412	141.226.323	-145.841.089	106.439.390	-50,80	0,47	75,37
760 Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes em Conflito com a Lei	42.180.485	54.065.293	11.884.808	39.282.968	28,18	0,17	72,66
210 Estudos e Projetos para o Desenvolvimento Regional	0	90.950	90.950	65.998	0,00	0	72,57
110 Construção de Rodovias	257.902.474	450.591.557	192.689.083	326.592.385	74,71	1,43	72,48

continuação

Programa	Dotação Inicial (R$)	Dotação Atualizada (R$)	Variação (R$)	Empenhado (R$)	IRO (%)	IRE (%)	IEO (%)
315 Defesa Sanitária Agropecuária	22.562.907	11.609.675	-10.953.232	8.335.291	-48,55	0,04	71,80
610 Educação Básica com Qualidade e Equidade	788.631.319	903.358.409	114.727.090	640.767.591	14,55	2,81	70,93
900 Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.126.624.201	2.415.826.867	289.202.666	1.675.637.262	13,60	7,35	69,36
130 Conservação e Segurança Rodoviária	38.050.632	65.419.004	27.368.372	44.841.643	0,0	0,20	68,55
630 Gestão do Ensino Superior	62.169.247	41.757.412	-20.411.835	27.348.403	-32,83	0,12	65,49
745 Fortalecendo Direitos	105.188.518	108.479.339	3.290.821	70.071.694	3,13	0,31	64,59
100 Caminhos do Desenvolvimento	25.155.140	140.733.838	115.578.698	89.385.234	459,46	0,39	63,51
825 Formação de Gestores Públicos	1.078.166	522.035	-556.131	330.333	-51,58	0	63,28
348 Gestão Ambiental Estratégica	5.295.192	5.763.707	468.515	3.579.735	8,85	0,02	62,11
140 Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	103.380.000	166.665.116	63.285.116	100.512.029	61,22	0,44	60,31
101 Acelera Santa Catarina	83.379.942	665.924.192	582.544.250	400.359.161	698,66	1,76	60,12
120 Integração Logística	14.220.000	14.049.654	-170.346	8.384.500	-1,20	0,04	59,68
626 Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	12.000.000	12.000.000	0	6.806.177	0,0	0,03	56,72
105 Mobilidade Urbana	62.743.778	101.417.143	38.673.365	56.119.883	0,0	0,25	55,34
230 CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	92.315.573	69.810.310	-22.505.263	37.457.208	-24,38	0,16	53,66
750 Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	66.574.183	140.192.620	73.618.437	68.346.453	110,58	0,30	48,75
346 Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	2.050.000	8.880.155	6.830.155	4.181.339	333,18	0,02	47,09
410 Vigilância em Saúde	38.112.251	35.347.863	-2.764.388	15.434.814	-7,25	0,07	43,67
735 Respostas aos Desastres e Recuperação	6.924.174	15.326.342	8.402.168	6.035.558	121,35	0,03	39,38
731 Gestão de Riscos e Redução de Desastres	7.620.000	9.013.183	1.393.183	3.521.596	18,28	0,02	39,07
730 Prevenção e Preparação para Desastres	40.100.000	61.002.574	20.902.574	19.578.275	52,13	0,09	32,09
340 Desenvolvimento Ambiental Sustentável	7.718.565	23.584.951	15.866.386	6.498.768	205,56	0,03	27,55

continuação

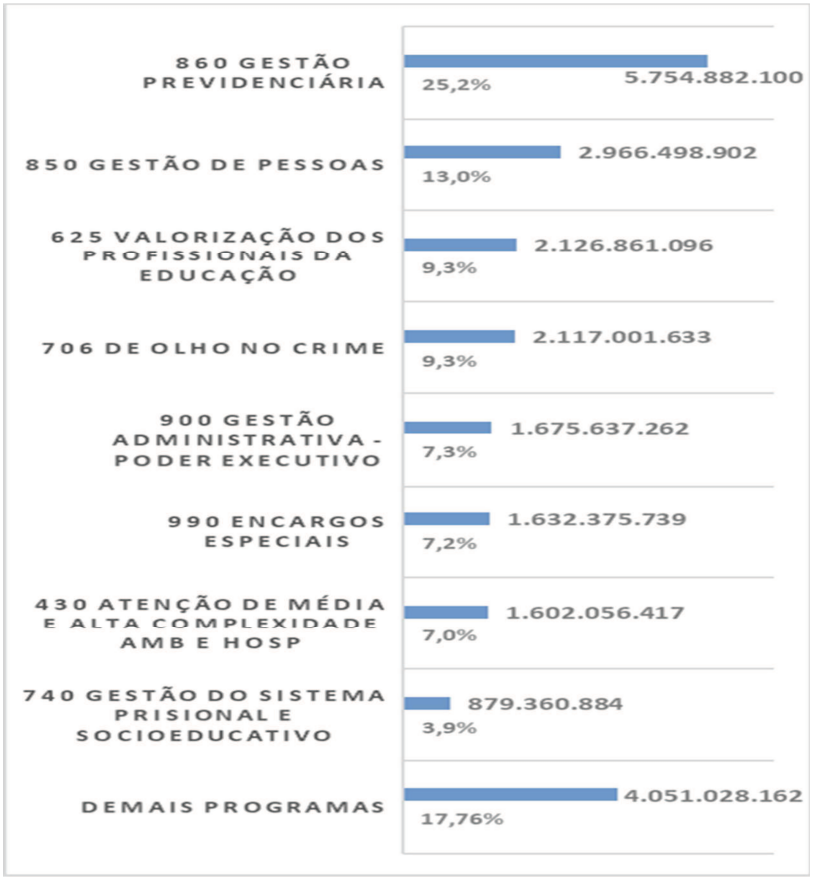
Programa	Dotação Inicial (R$)	Dotação Atualizada (R$)	Variação (R$)	Empenhado (R$)	IRO (%)	IRE (%)	IEO (%)
350 Gestão dos Recursos Hídricos	32.892.782	33.854.738	961.956	8.858.510	2,92	0,04	26,17
530 Pró-Emprego e Renda	13.751.665	18.168.932	4.417.267	4.292.825	32,12	0,02	23,63
550 Comer Bem SC	4.070.000	7.034.785	2.964.785	78.720	72,84	0	1,12
855 Saúde Ocupacional	640.695	626.593	-14.102	5.898	-2,20	0	0,94
150 Modernização Portuária	44.872.758	44.891.248	18.490	18.490	0,04	0	0,04
200 Competitividade e Excelência Econômica	15.796.211	0	-15.796.211	0	-100	0	0
209 Crescendo Juntos - Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais	160.000	0	-160.000	0	-100	0	0
335 Santa Catarina Rural	1.500.000	0	-1.500.000	0	-100	0	0
360 Abastecimento de Água	500.000	0	-500.000	0	-100	0	0
999 Reserva de Contingência	1.000.000	0	-1.000.000	0	-100	0	0
Total	**22.674.712.766**	**25.614.928.689**	**2.940.215.923**	**22.805.702.195**	12,97	**100**	89,03

Fonte: SIGEF
Nota: O art. 5º, III, b, da LRF prevê que a Reserva de Contingência se presta ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos

O IEO permite verificar que houve execução de 89,03% do orçamento, correspondendo ao montante de R$ 22,8 bilhões.

No que tange ao montante executado, nota-se que 8 Programas responderam por mais de 82% do orçamento, equivalente a R$ 18,7 bilhões, os demais responderam por 17,76%, no valor de R$ 4 bilhões.

Gráfico 2 – Execução Orçamentária dos Programas mais Representativos. Ano 2018.



Fonte: SIGEF

No que diz respeito às alterações orçamentárias, constata-se que houve 12,97% de replanejamento.

O processo de planejamento na administração pública guarda diversas particularidades em razão de sua complexidade e natureza. O orçamento público tem como um de seus objetivos o alinhamento entre as necessidades sociais e as ações do Estado. Para tanto, é essencial que haja flexibilidade na execução orçamentária. É nessa flexibilidade que se enquadra a possibilidade de modificação do orçamento.

Assim, para assegurar dinamismo, existem os instrumentos de flexibilidade orçamentária, que se destinam a viabilizar as alterações que se mostrem necessárias.

2.8.2.2 Eficácia Orçamentária

Neste tópico será aferida a capacidade de o Estado em cumprir o estabelecido em seu planejamento, no caso, a eficácia na execução dos recursos fixados por meio da LOA, que será medido pelo Indicador de Execução Orçamentária - IEO.

Para avaliar a eficácia orçamentária de um Programa procedeu-se, preliminarmente, à análise da execução individualizada, para então, considerar todos os resultados obtidos e chegar a um conceito de eficácia da gestão.

Tabela 3 - Eficácia Orçamentária por Programa. Ano 2018.

Grau de Execução Orçamentária	Resultado	Qt Programas	Representatividade
Sem Execução a 49,9% de Execução	Insatisfatório	16	21,92%
De 50% a 74,9% de Execução	Razoável	18	24,66%
Acima de 75% de Execução	Satisfatório	39	53,42%
Total		**73**	**100%**

Nota: 1-Excluído o Programa 999 Reserva de Contingência

2-Incluídos os Programas 210 Estudos e Projetos para o Desenvolvimento Regional, 910 Gestão Administrativa – Ministério Público e o 930 Gestão Administrativa – Poder Judiciário

Em relação à execução dos programas, verifica-se que 4 não apresentaram execução orçamentária, o 200 - Competitividade e Excelência Econômica; o 209 - Crescendo Juntos – Programa de Desenvolvimento e Redução da Desigualdade Regional; o 335 - Santa Catarina Rural; e o 360 - Abastecimento de Água. Outros 12 Programas apresentaram execução orçamentária entre 0,1% a 49,9%, enquanto 18 Programas executaram entre 50% a 74,9% do orçamento e 39 executaram acima de 75%.

Após a classificação individualizada da eficácia dos Programas, realizou-se a classificação da eficácia da execução orçamentária da gestão – nesta avaliação levou-se em consideração tão somente a quantidade de Programas que apresentaram resultados satisfatórios e a representatividade dos mesmos.

Com base nos resultados da tabela 3, nota-se que 39 Programas apresentaram execução orçamentária individualizada acima de 75%, obtendo grau de classificação satisfatório.

Tabela 4 - Eficácia Orçamentária da Gestão. Ano 2018.

Programas com Execução Satisfatória	Resultado	Qt Programas	Representatividade
Sem Execução a 49,9% de Programas Satisfatórios	Ineficaz	-	-
De 50% a 74,9% de Programas Satisfatórios	Razoável	39	53,42%
Acima de 75% de Programas Satisfatórios	Eficaz	-	-

Ao aplicar a escala para apuração da eficácia da execução orçamentária da gestão, com base no resultado da tabela 4, obtém-se o resultado razoável, uma vez que 39 Programas apresentaram execução orçamentária satisfatória com 53,42% de representatividade.

Dessa maneira, verifica-se a importância de alinhar o planejamento com a execução e que sua ligação com o PPA seja suporte para a execução dos programas governamentais.

2.8.2.3 Execução Orçamentária das Subações Priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

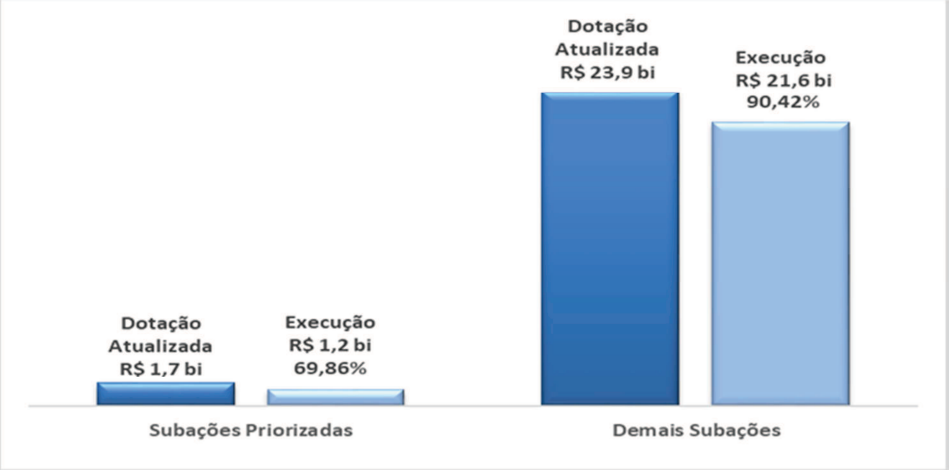
A Constituição Federal, em seu artigo 165, § 2º, e a Constituição Estadual em seu artigo 143, determinam a obrigatoriedade da definição de metas e prioridades da Administração Pública, que devem ser delineadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, sempre observando as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual.

Nesse sentido, a Lei nº 17.219/2017 apresenta as metas e prioridades do governo para o exercício de 2018. Nesse ano, foram priorizadas 55 subações atinentes a 13 Programas.

À vista disso, serão apresentadas considerações das subações priorizadas, cujos indicadores se mostraram mais relevantes, com exceção das pertencentes ao orçamento de investimentos das empresas não dependentes.

O gráfico 3 apresenta comparativo entre a execução orçamentária das subações priorizadas em relação às demais.

Gráfico 3 – Execução Orçamentária das Subações Priorizadas X Demais Subações. Ano 2018.



Fonte: SIGEF

As subações priorizadas executaram 69,86% da dotação atualizada, correspondendo a R$ 1,2 bilhão, enquanto as demais 90,42%, correspondendo a R$ 21,6 bilhões.

A tabela 5 apresenta as subações priorizadas que obtiveram como resultado a execução orçamentária acima de 50% do valor da dotação atualizada.

Tabela 5 – Execução Orçamentária das Subações Priorizadas na LDO Agrupadas por Programas. Indicadores acima de 50%. Ano 2018.
continua...

	Programa/Subação	Dotação Inicial (R$)	Dotação Atualizada (R$)	Variação (R$)	Empenhado (R$)	IEO (%)
100	**Caminhos do Desenvolvimento**					
12639	Adequação e melhoria da infraestrutura aquaviária dos portos e hidrovias - SIE	12.026.240	57.318.272	45.292.032	42.325.110	73,84
119	Revitalização de rodovias - obras e supervisão - DEINFRA	600.000	4.078.414	3.478.414	2.883.661	70,71
12440	Reabilitação/aumento capacidade SC-412, trecho BR-101 - Ilhota - Gaspar e contorno de Ilhota	2.000.000	23.592.746	21.592.746	13.857.936	58,74
101	**Acelera Santa Catarina**					
9367	Reabilitação da ponte Hercílio Luz em Florianópolis	20.000.000	95.400.896	75.400.896	88.852.193	93,14
12599	Renovação da frota e equipamentos - SSP	2.500.000	31.671.658	29.171.658	25.868.512	81,68
1450	Conclusão implant/supervisão via Expressa Sul e acessos, incl ao aeroporto H Luz em Fpolis	10.000.000	75.294.008	65.294.008	58.972.446	78,32
1954	Reabilit/aum capac da SC-135/453, trecho Videira - Tangará - Ibicaré - Luzerna - Joaçaba - BR-282	5.000.000	17.161.485	12.161.485	11.854.169	69,07
6661	Pavimentação do trecho entroncamento BR-280 (p/ Araquari) - Rio do Morro - Joinville	2.000.000	7.102.499	5.102.499	4.602.499	64,80
12605	Modernização e integração da tecnologia da informação e comunicação - SSP	2.500.000	10.807.109	8.307.109	6.770.994	62,65
105	**Mobilidade Urbana**					
11166	Implantação da Via Rápida, trecho Criciúma - BR-101 - BID-VI	11.000.000	24.961.728	13.961.728	22.532.659	90,27
12932	Implantação do acesso norte de Blumenau - Vila Itoupava - SIE	5.455.519	70.000	-5.385.519	60.994	87,13
110	**Construção de Rodovias**					
1296	Pavimentação da SC-114 Caminho das Neves, trecho São Joaquim - Divisa SC/RS	100.000	450.306	350.306	450.306	100
12935	AP - Implantação do contorno viário de Capinzal - Ouro - SIE	5.000.000	21.000.000	16.000.000	19.670.000	93,67
321	Gerenciamento dos Programas BID	5.617.389	6.397.333	779.944	5.565.198	86,99
8781	AP - Pavimentação da SC-120, trecho Curitibanos - BR-282 (p/ São José do Cerrito)	5.000.000	46.490.444	41.490.444	37.833.693	81,38
12640	Gerenciamento de Programas de financiamento BB	3.000.000	4.640.000	1.640.000	3.740.000	80,60
8575	Apoio ao sistema viário estadual - SIE	46.654.014	88.147.561	41.493.547	66.658.152	75,62
335	AP - Pavimentação da SC-477, trecho Papanduva - entr. SC-114 - Itaió - entr. SC-112 - Dr. Pedrinho	22.200.000	77.447.518	55.247.518	56.842.397	73,39
10209	Gerenciamento de programas de financiamento	2.500.000	3.585.531	1.085.531	2.093.427	58,39
846	Pavimentação da SC-467, trecho Jaborá - entr SC-150 (p/ Ouro) /ct ac Jaborá /ac Sta Helena - BID-VI	16.000.000	33.152.389	17.152.389	17.433.892	52,59

continuação...

	Programa/Subação	Dotação Inicial (R$)	Dotação Atualizada (R$)	Variação (R$)	Empenhado (R$)	IEO (%)
140	**Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias**					
2002	AP - Reabilitação/aum cap SC-283, tr BR-153 -Concórdia- Seara-Chapecó - S Carlos - Palmitos - Mondaí	2.000.000	12.294.232	10.294.232	9.319.232	75,80
11220	AP - Reabilitação da SC-114, trecho Otacílio Costa - entroncamento BR-282 (p/ Lages)	15.000.000	49.340.779	34.340.779	36.071.959	73,11
1945	AP - Reabilitação/aumento capacidade da SC-407, trecho Biguaçu - Antônio Carlos	2.000.000	8.068.863	6.068.863	5.326.708	66,02
1617	AP - Reabilitação/aumento de capacidade da SC-418, trecho São Bento do Sul - Fragosos - Divisa SC/PR	1.000.000	4.685.949	3.685.949	3.092.922	66,00
2255	Reabilitação/aumento de capacidade da SC-486, trecho BR-101 - Brusque	63.000.000	47.407.993	-15.592.007	31.010.812	65,41
430	**Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar**					
11320	Realização de procedimentos contemplados na programação pactuada e integrada (PPI)	282.800.000	348.607.678	65.807.678	336.715.375	96,59
11324	Realização de cirurgias eletivas ambulatoriais e hospitalares	15.800.000	27.952.300	12.152.300	16.747.159	59,91
510	**Gestão do SUAS**					
12393	Pagamento de benefícios de gestação múltipla	2.100.000	1.833.342	-266.658	1.833.294	100
12483	Transferência de renda complementar - Santa Renda	13.000.000	11.787.355	-1.212.645	11.564.949	98,11
610	**Educação Basica com Qualidade e Equidade**					
11490	AP - Construção, ampliação ou reforma de unidades escolares - rede física - educação básica	76.700.540	188.206.300	111.505.760	129.631.670	68,88
630	**Gestão do Ensino Superior**					
5317	Aquisição, construção e reforma de bens imóveis - UDESC/Joinville	8.270.000	4.606.848	-3.663.152	3.607.395	78,31
745	**Fortalecendo Direitos**					
12522	Ampliação da atuação do Estado na Defensoria Pública - DPE	8.297.312	7.966.867	-330.445	7.846.770	98,49
750	**Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo**					
12556	Construção do centro de atendimento socioeducativo (CASE) de Criciúma	1.550.000	2.350.000	800.000	2.303.694	98,03

Fonte: SIGEF

Nota-se que 33 subações priorizadas executaram acima de 50% dos recursos previstos, o equivalente a mais de 80% do orçamento, no montante de mais de R$ 1 bilhão; por outro lado, 22 subações priorizadas executaram entre 0,1% a 50%, no montante de R$ 125,4 milhões.

As subações priorizadas que se destacaram no tocante à representatividade e à execução orçamentária foram a 11320, no montante de R$ 336,7 milhões, execução de 96,59%, integrante do Programa 430 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; a 11490, no montante de R$ 129,6 milhões, execução de 68,88%, integrante do Programa 610 – Educação Básica com Qualidade e Equidade; a 9367, no montante de R$ 88,8 milhões, execução de 93,14%, e a 1450, no montante de R$ 58,9 milhões, execução de 78,32%, ambas integrantes do Programa 101 – Acelera Santa Catarina; a 8575, no montante de R$ 66,6 milhões, execução de 75,62%, e a 335, no montante de R$ 56,8 milhões, execução de 73,39%, ambas integrantes do Programa 110 – Construção de Rodovias.

A tabela 6 apresenta as subações priorizadas agrupadas por função de governo.

Tabela 6 – Subações Priorizadas na LDO por Função de Governo. Ano 2018.

Função de Governo	Dotação Inicial (R$)	Dotação Atualizada (R$)	Variação (R$)	Empenhado (R$)	Execução (%)
Assistência Social	15.100.000	13.620.697	-1.479.303	13.398.244	98,37
Saúde	298.600.000	376.559.978	77.959.978	353.462.534	93,87
Transporte	301.078.252	808.871.199	507.792.947	580.551.151	71,77
Segurança Pública	10.796.688	58.357.769	47.561.081	39.737.602	68,09
Educação	97.751.939	322.030.004	224.278.065	168.077.747	52,19
Direitos da Cidadania	53.202.214	112.159.211	58.956.997	48.831.386	43,54
Gestão Ambiental	30.150.000	39.503.116	9.353.116	5.290.624	13,39
Total	**806.679.093**	**1.731.101.975**	**924.422.882**	**1.209.349.287**	**69,86**

Fonte: SIGEF

Com base nos dados apresentados na tabela 6, constata-se que as funções de governo que se destacaram em relação à execução da dotação consignada foram a Assistência Social (98,37%), a Saúde (93,87%) e a Transporte (71,77%).

No tocante aos valores nominais alocados, destaca-se em primeiro lugar a função Transporte, no valor de R$ 580,55 milhões, seguida das funções Saúde, no valor de R$ 353,46 milhões e Educação, no valor de R$ 168 milhões.

Em relação às subações priorizadas com baixa execução orçamentária, a função Transporte concentrou 14 das 22 subações.

De acordo com o § 1º do art. 4º da Lei nº 17.219/2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, as prioridades da Administração Pública Estadual terão precedência na alocação dos recursos no Projeto da LOA 2018, atendidas, primeiramente, as despesas com as obrigações constitucionais e legais, as despesas básicas referenciadas no parágrafo único do art. 17 desta Lei e as despesas de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, não se constituindo, todavia, em limites para a programação das despesas.

Ademais o art. 120-B da Constituição Estadual preconiza que é de execução impositiva a programação constante da LOA relativa às prioridades estabelecidas nas Audiências Públicas - AP regionais.

De tal modo, não cabe na execução do orçamento desconsiderar as diretrizes indicadas por representantes da sociedade catarinense e estabelecidas em lei.

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2019.

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Auditoria Geral

Rosilene Eller
Assessora do Diretor da DIAG

Aginolfo Dadan Nau
Gerente de Auditoria de Pessoal

Marisa Zinkan da Silva
Gerente de Auditoria de Despesas de Custeio

Maria Eliane Furlan
Gerente de Auditoria de Licitações e Contratos

Cesar Fernando Cavalli
Gerente de Auditoria de Recursos Antecipados

Marco Antonio Barbosa Lopes
Gerente de Informações Estratégicas e Apoio à Gestão

É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.
Diretoria de Auditoria Geral
SC 401, nº 5.500, Bloco Campeche B, sala 323,
Saco Grande II - Florianópolis – SC - CEP 88.032-005

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

Relatório de Atividades 2018

Diretoria de Contabilidade Geral



GOVERNO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Fazenda

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

1. DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

A Constituição brasileira determina que a administração pública, em todas as esferas, tenha um Sistema Administrativo de Controle Interno (arts. 70, 71 e 74). O principal propósito do sistema é garantir a responsabilidade pública (*accountability*[1]), ou seja, a aplicação correta e eficaz dos recursos públicos e a transparência na prestação de contas sobre o uso desse dinheiro.

No Governo de Santa Catarina, a Secretaria da Fazenda é o órgão central do Sistema Administrativo de Controle Interno. Os núcleos técnicos são a Diretoria de Contabilidade Geral (DCOG) e a Diretoria de Auditoria Geral (DIAG).

Cabem à DCOG **a coordenação e a normatização dos serviços de contabilidade e de atividades relacionadas ao controle interno contábil dos órgãos e das entidades do Estado**, destacando-se as seguintes atribuições:

- ✓ **conformidade contábil dos registros gerados da execução orçamentária, financeira e patrimonial;**
- ✓ **orientação do controle interno contábil dos órgãos e das entidades do Poder Executivo; e**
- ✓ **produção de informações estratégicas para a tomada de decisão dos gestores e para o controle social, e *accountability.***

A produção de informações relevantes tanto para a gestão governamental quanto para a *accountability* é feita principalmente por meio dos seguintes instrumentos legais, exigidos pela Constituição e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF)** – demonstrativos contábeis da execução das receitas e verificação do cumprimento dos limites de pessoal, dívida, operações de crédito, disponibilidade de caixa e restos a pagar, entre outros.

[1] *Accountability* é um termo que remete à obrigação e à transparência de membros de órgão de prestar contas aos seus representados. Pode ser entendido também como responsabilização.

- **Balanço Geral do Estado** – prestação de contas anual do Governador, composta de relatórios, demonstrativos contábeis e informações sobre o contexto administrativo, social, econômico, financeiro e patrimonial do Estado.

- **Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual** (www.transparencia.sc.gov.br) – canal oficial de divulgação das informações da gestão pública, principalmente dos dados relacionados à arrecadação do Estado e aos gastos do Poder Executivo.

Para que sejam disponibilizadas informações úteis e estratégicas, são necessários **sistemas tecnológicos de gestão de dados**. Dessa forma, a DCOG gerencia as demandas de evoluções e manutenções dos seguintes sistemas, implementando mecanismos de controles e conformidade das informações:

- ✓ **Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)** – permite a gestão orçamentária e financeira, bem como os controles de contratos e da dívida pública do Estado de Santa Catarina;
- ✓ **Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP)** – controla a execução das obras do Estado; e
- ✓ **Sistema de Custos de Santa Catarina (SICSC)** – em desenvolvimento, permitirá o conhecimento do custo dos serviços públicos.

Para atuar em todas essas frentes e planejar as suas atividades, a DCOG definiu o seu planejamento estratégico com as seguintes diretrizes:

- **Missão: subsidiar a tomada de decisão com informações úteis e estratégicas em prol de uma gestão pública responsável, transparente e efetiva, zelando pela qualidade do gasto público, pela sustentabilidade das finanças e pela promoção do controle social.**
- **Visão: ser reconhecida, nacional e internacionalmente, pela excelência na gestão de informações úteis e estratégicas para a tomada de decisão e para a promoção do controle social.**
- **Valores: ética, inovação, excelência, transparência, conhecimento, comprometimento, motivação, respeito e compromisso social.**

1.1 ESTRUTURA DA DCOG

A estrutura central da DCOG é composta por uma assessoria, cinco gerências e três coordenadorias:

- ✓ Assessoria de Contabilidade Geral;

- ✓ Gerência de Contabilidade Centralizada (GECOC);
- ✓ Gerência de Contabilidade Financeira (GECOF);
- ✓ Gerência de Estudos e Normatização Contábil (GENOC);
- ✓ Gerência de Sistema de Gestão Fiscal (GESIF); e
- ✓ Gerência de Informações Contábeis e Transparência da Gestão Pública (GEINC);

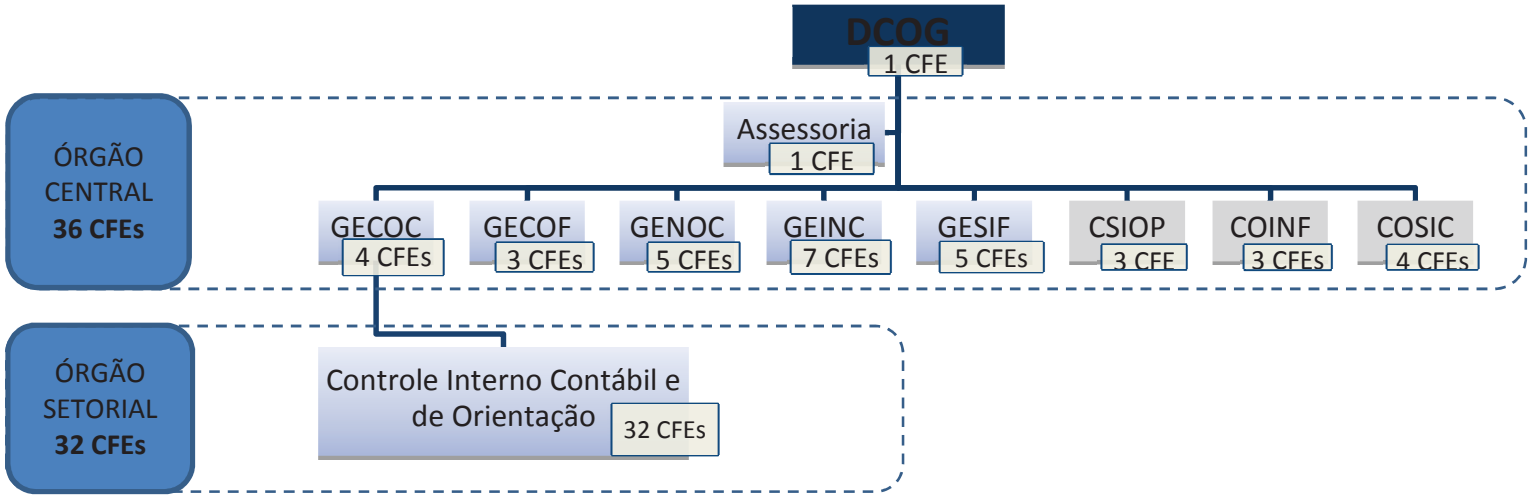
- ✓ Coordenadoria do Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (CSIOP);
- ✓ Coordenadoria de Informações da Gestão Fiscal (COINF); e
- ✓ Coordenadoria do Sistema de Informações de Custos de Santa Catarina (COSIC).

A DCOG encerrou 2018 com 74 servidores e colaboradores:

- **68 contadores da Fazenda Estadual** (CFE); e
- 6 colaboradores terceirizados.

Os contadores da Fazenda Estadual também são responsáveis pela conformidade dos registros contábeis de **124 Unidades Gestoras (UGs)** dos órgãos setoriais, setoriais regionais ou seccionais sistêmicos do Poder Executivo Estadual. São 32 profissionais, dos quais dois em cargos comissionados. Esses contadores estão diariamente em contato com os gestores desses órgãos, atuando na orientação e em controles prévios, e gerando informações para a tomada de decisão.

Distribuição dos Contadores da Fazenda Estadual em 2018



Fonte: DCOG

1.2 CAPACITAÇÕES E EVENTOS

A contabilidade aplicada ao setor público é dinâmica e exige constante aperfeiçoamento e atualização profissional dos contadores da Fazenda Estadual. A DCOG estimula a participação de seus contadores em seminários, congressos, palestras e capacitações, com enfoque técnico e em gestão.

TIPO	EVENTO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
SEMINÁRIOS, CONGRESSOS E WORKSHOPS	I Seminário de Contabilidade Aplicada ao Setor Público de Santa Catarina	53
	Roundtables Strategy and Workplan IPSASB/IFAC (2019 a 2023)	2
	V Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público	3
	15º Encontro de Gestores Públicos (EGP)	2
	XIX Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios (Secofem)	3
	X Seminário Catarinense de Transparência e Controle Social	4
	42º Simpósio Mundial de Auditoria Contínua e Relatórios	4
	46º Seminário Nacional de TIC para a Gestão Pública	8
CAPACITAÇÕES TÉCNICAS	Seminário de Encerramento do Exercício de 2018	39
	Palestra para Municípios e ADRs da Região Oeste sobre Transferências Voluntárias	3
CAPACITAÇÕES EM GESTÃO	Programa HubGov 2018	1
	Comunicação PodeROSA	2
	Metodologias Ágeis - SCRUM	1

Fonte: GENOC

2. ATIVIDADES DA DCOG EM 2018

2.1 NORMAS, ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E INFORMAÇÕES

Como núcleo técnico do Sistema Administrativo de Controle Interno, cabe à Diretoria normatizar (por meio da legislação estadual) e orientar (por meio de notas técnicas, informações e manuais) os procedimentos relacionados aos serviços de contabilidade do Estado.

O Decreto nº 2.398/14 dispõe de dois instrumentos, entre outros, que disciplinam a forma de orientação dos procedimentos contábeis aplicáveis aos órgãos e às entidades da administração pública estadual:

- ✓ **Notas Técnicas de Procedimentos Contábeis (NTPC)**: emitidas para orientar os órgãos e as entidades da administração pública estadual na aplicação dos procedimentos e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP); e

- ✓ **Informações Técnicas Contábeis (ITC)**: emitidas quando algum órgão demandar o entendimento da DCOG em casos concretos, desde que não haja manifestação anterior aplicável.

Entre os diversos assuntos normatizados pela DCOG em 2018, os mais relevantes foram os que se seguem.

- **Dívida Ativa:** a Nota Técnica de Procedimento Contábil (NTPC) da dívida ativa reforça a necessidade de reconhecimento dos créditos tributários e não tributários por competência e inovou ao apresentar uma metodologia de cálculo alternativa para o ajuste de perdas dos valores inscritos em dívida ativa. A Nota Técnica faz parte do esforço normativo da DCOG/SEF em convergir os procedimentos contábeis do Estado às NBC TSP.

- **Depósitos Judiciais:** trata-se do roteiro para a contabilização dos recursos oriundos dos depósitos judiciais, conforme a Lei Complementar Federal nº 151/2015 e a Emenda Constitucional nº 94/2016, que autorizaram a utilização desses recursos.

- **Sequestros Judiciais:** orienta os órgãos e as entidades da administração pública estadual nos procedimentos contábeis referentes aos sequestros judiciais. Os valores sequestrados nas contas correntes de titularidade do Estado de Santa Catarina controladas pelo Tesouro Estadual são registrados na Unidade Gestora 520099 – Diretoria do Tesouro Estadual pela Gerência de Contabilidade Financeira (GECOF). Já os valores sequestrados nas contas correntes de titularidade dos órgãos e das entidades são registrados na respectiva Unidade Gestora. Tendo em vista que o sequestro se reveste numa medida cautelar, que carece de análise minuciosa e identificação dos fatos que não são fornecidos de forma imediata para a correta classificação e execução orçamentária, e que a conciliação bancária precisa ser realizada de forma tempestiva, o registro da saída do recurso, no primeiro momento, deve ser feito de forma extraorçamentária. Para isso, as **disponibilidades financeiras sequestradas** devem ser registradas no Ativo como **Valores apreendidos por decisão judicial**. É extremamente recomendável que a regularização orçamentária da despesa pública ocorra no exercício da saída de caixa, para o cumprimento dos princípios da anualidade e universalidade do orçamento, esculpidos na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Entretanto, a identificação da classificação da função e da subfunção de Governo para a regularização orçamentária da despesa pública é feita de forma manual pela Procuradoria Geral do Estado. No exercício de 2017, foram sequestrados judicialmente R$ 48,804 milhões das contas bancárias do Tesouro Estadual. Após análise da Procuradoria Geral do Estado (PGE), verificou-se que R$ 46,517 milhões decorreram do cumprimento de decisões judiciais relacionadas a ações e serviços públicos de saúde, regularizados orçamentariamente em junho de 2018 no Fundo Estadual de Saúde. Durante o exercício de 2018, os valores sequestrados nas contas de titularidade do Tesouro Estadual e os valores que são recompostos ao Fundo Estadual de Saúde no ano estão sendo regularizados orçamentariamente no Fundo Estadual de Saúde à medida que são identificados pela Procuradoria Geral do Estado (PGE). Até o mês de novembro de 2018, foi empenhado o montante de R$ 21,762 milhões referente aos valores sequestrados judicialmente durante o exercício desse ano. Os valores remanescentes de anos anteriores serão regularizados conforme plano de ação definido pela Diretoria do Tesouro Estadual.

- **Renúncia de Receita:** de forma pioneira e cumprindo o disposto na Decisão nº 696/2018 do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC), a DCOG/SEF elaborou Nota Técnica de Procedimento Contábil (NTPC) para disciplinar o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação da renúncia de receita. A NTPC tem como principal base normativa a NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação. A renúncia de receita

para fins da NTPC foi enquadrada em dois grandes grupos: despesa paga por meio do sistema tributário e gasto tributário. A Lei nº 17.219/17, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 e estabelece outras providências, estimou a renúncia de receita no total de R$ 5,803 bilhões, sendo dividida entre crédito presumido, redução da base de cálculo, isenção e outros. Assim, conforme apresentado na Nota Técnica de Procedimento Contábil (NTPC) nº 004/2018, foram realizados registros contábeis nos grupos 7.9 (outros controles devedores) e 8.9 (outros controles credores), bem como foi feito o detalhamento do valor na nota explicativa nº 43, como forma de controle e transparência das renúncias.

- **Contabilização do FADESC:** apresenta os roteiros contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC).

- **Registro Contábil do Superavit Financeiro:** apresenta o registro contábil do superavit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do ano anterior e controlado por meio das fontes de recursos. Além da normatização contábil, em 2018 foi implementado no SIGEF o lançamento automático do superavit financeiro, com base no Relatório “Demonstração da Apuração do Superavit ou Deficit Financeiro”.

- **Registro Contábil da Previsão das Deduções de Receita:** foi alterada a rotina contábil da previsão das deduções de receita para a carga da LOA de 2019, a fim de detalhar a informação contábil. Assim, foram criadas as seguintes contas contábeis:
  5.2.1.1.2.01 – (-) Previsão de Deduções ao Fundeb
  5.2.1.1.2.02 – (-) Previsão de Deduções aos Municípios
  5.2.1.1.2.03 – (-) Previsão de Outras Deduções da Receita Orçamentária

- **Registro das Férias por Competência:** em 2018, foram criados os eventos contábeis para registrar automaticamente a provisão de férias. A Gerência de Contabilidade Centralizada também orientou e acompanhou os registros de baixa da provisão de férias lançada em 2017, conforme a execução orçamentária das férias.

- **Atualização do Plano de Contas e Ementário da Receita:** atualização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Ementário da Receita para o exercício 2019, conforme definido pela Secretaria do

Tesouro Nacional (STN), órgão central de contabilidade da União.

- **Atualização dos Demonstrativos Contábeis:** atualização dos Demonstrativos Contábeis (DCASP) e do Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, em conformidade com o novo ementário da receita adotado pelo Estado a partir de 2018.

- **Encerramento Contábil do Exercício de 2018 e Abertura de 2019:** orientação às unidades gestoras acerca dos procedimentos de execução orçamentária, financeira e contábil para fins de encerramento do exercício 2018 e abertura de 2019.

- **1ª edição do Manual para a Retenção de Contribuições Previdenciárias – INSS:** a DCOG/SEF, como núcleo técnico do Sistema Administrativo de Controle Interno e considerando a complexidade da legislação sobre o tema bem como as constantes dúvidas na aplicação dessa legislação no contexto prático, elaborou a 1ª edição do Manual para a Retenção de Contribuições Previdenciárias – INSS. Na elaboração do Manual, a DCOG buscou apresentar um leiaute e uma organização que despertassem o interesse dos usuários, bem como facilitassem a leitura e a busca das informações.

- **3ª edição do Manual de Orientação para a Retenção do Imposto sobre Serviços – ISS:** a DCOG/SEF elaborou a 3ª edição do Manual de Orientação para a Retenção do Imposto sobre Serviços – ISS com o objetivo de contribuir para o aprimoramento das rotinas administrativas dos órgãos e das entidades do Estado e com ênfase na difusão do conhecimento, ofertando subsídios necessários, de forma direta e objetiva, para boas práticas de gestão, minimizando assim os potenciais problemas advindos de procedimentos inadequados na aplicação da legislação pertinente.

- **Instrução Normativa SEF nº 2, de 27 de novembro de 18:** considerando os princípios constitucionais da publicidade, motivação dos atos e transparência pública de forma a melhorar a qualidade da informação, a divulgação no Portal da Transparência do Poder Executivo e a instrumentalização do controle social, foi editada a referida Instrução Normativa, que regulamenta o preenchimento do histórico na emissão dos documentos da execução orçamentária e financeira no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF).

Os destaques das orientações contábeis emitidas pela DCOG em 2018 foram:

- **Extinção da Administração do Porto de São Francisco do Sul (APSFS):** em março/2018, foi encerrada contabilmente a unidade gestora Administração do Porto de São Francisco do Sul (APSFS) em conformidade com o Decreto nº 1.486/2018, que regulamenta o disposto na Lei Complementar nº 707/2017, a qual extinguiu a APSFS e estabelece outras providências.

- **Desativação das Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs) e das Secretarias Executivas:** orientação para baixa dos saldos contábeis das ADRs desativadas e Secretarias Executivas, conforme dispõem os Decretos nºs 1.503 e 1.504/2018 e a Instrução Normativa Conjunta SCC/SEA/SEF nº 001/2018.

- **Extinção do Fundo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável:** em outubro/2018, foi encerrado contabilmente o Fundo de Financiamento para Água e Esgoto do Estado de Santa Catarina (FAE/SC) – UG 270094, conforme Informação Técnica Contábil nº 024/2018.

- **Conformidade contábil:** manutenção e monitoramento das equações contábeis que verificam a consistência dos registros e a composição dos saldos contábeis, por meio do relatório “Imprimir Relatório Equação Contábil”.

- **Levantamento preliminar das notas explicativas:** em 2018 foi efetuado pelos contadores das unidades gestoras um levantamento preliminar dos saldos contábeis que compõem as notas explicativas às Demonstrações Contábeis para verificação da consistência dos saldos contábeis.

Para acompanhar as alterações promovidas pelas diversas normatizações do Governo Federal, bem como as alterações trazidas pelo processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade aplicada ao setor público, a DCOG participou dos principais fóruns de debate sobre o assunto:

- **Grupo Assessor da Área Pública do Conselho Federal de Contabilidade (GA/CFC):** grupo que trabalha no processo de convergência das normas internacionais com representantes da União, dos estados,

municípios e órgãos de controle, da academia e do Conselho Federal de Contabilidade;

- **Grupo de Gestores das Finanças Estaduais (GEFIN), vinculado ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ):** reúne contadores gerais dos 26 estados da Federação e do Distrito Federal para discutir assuntos pertinentes à gestão contábil e fiscal dos entes subnacionais;

- **Câmara Técnica de Normas Contábeis e Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF), vinculada à Secretaria do Tesouro Nacional (STN):** responsável por subsidiar a elaboração, pela Secretaria do Tesouro Nacional, das normas gerais relativas à consolidação das contas públicas referidas no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Tem caráter técnico e consultivo, manifestando-se através de recomendações consignadas em atas, e deve nortear-se pelo diálogo permanente, tendente a reduzir divergências e duplicidades em benefício da transparência da gestão contábil e fiscal, da racionalização de custos nos entes da Federação e do controle social;

- **GT eSocial:** grupo de trabalho coordenado pela Secretaria de Estado da Administração (SEA), a fim de atender às normas federais sobre a implantação e a operacionalização do eSocial para os órgãos e para as entidades de direito público do Poder Executivo de Santa Catarina;

- **Grupo de Trabalho do Patrimônio:** grupo com servidores da GENOC/DCOG/SEF e da DGPA/SEA constituído com o intuito de rever a normatização estadual no que tange ao reconhecimento, à mensuração e à evidenciação dos bens imóveis, móveis e intangíveis do Poder Executivo.

Santa Catarina é pioneira e referência na implantação dos procedimentos patrimoniais decorrentes do processo de convergência aos padrões internacionais. Por isso, a DCOG foi convidada a discutir e contribuir com as propostas da América Latina para a Estratégia e Plano de Trabalho do IPSASB (*International Public Sector Accounting Standards Board®),* por meio das *Roundtables Strategy and Workplan IPSASB/IFAC (2019 a 2023),* evento fechado para profissionais renomados e de destaque na contabilidade do setor público, realizado no Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 CONTROLE INTERNO CONTÁBIL

Cada vez mais, a sociedade exige dos gestores a aplicação eficiente e transparente dos recursos públicos. A Diretoria de Contabilidade Geral tem o papel fundamental de fomentar a *accountability* por meio de sua atuação no controle interno.

A atuação da DCOG no controle interno se dá principalmente sob o enfoque contábil, de forma preventiva. As orientações acerca de procedimentos orçamentários, financeiros, tributários e patrimoniais, bem como a certificação dos registros contábeis gerados pelo SIGEF e realizados pelos contadores da Fazenda Estadual em exercício nas unidades gestoras do Estado, compõem a atividade de **Conformidade Contábil**.

Prevista no Decreto Estadual nº 964/2016 e na Instrução Normativa SEF nº 001/2014, a conformidade contábil tem como base:

- os princípios e as normas contábeis aplicados ao setor público – NBC TSP;
- a tabela de eventos;
- o plano de contas do Estado de Santa Catarina; e
- a conformidade dos registros de gestão.

A periodicidade é mensal, em data definida pelo Calendário de Obrigações Contábeis e Tributárias da DCOG, e faz parte do Módulo de Controle Interno do SIGEF.

Os procedimentos de conformidade contábil permitem verificar a integridade da escrituração contábil e a fidedignidade das informações contidas nos relatórios contábeis de propósito geral (RCPGs). Dessa forma, garantem que o gestor público disponha de informações íntegras e corretas para a tomada de decisão.

A conformidade contábil está estruturada em sete tipos de controles: 1) equações contábeis; 2) ocorrência de contas com saldo invertido; 3) conformidade dos registros de gestão; 4) balancete mensal; 5) conciliação bancária; 6) obrigações acessórias; e 7) outras restrições. Cada um desses controles fornece ao responsável pelos serviços contábeis informações relevantes sobre a execução orçamentário-financeira e sobre a situação patrimonial da unidade gestora. Assim, possibilitam a anotação de registros sobre intercorrências que porventura possam vir a afetar os demonstrativos contábeis, resultando em uma conformidade contábil do período com ou sem restrição.

Os trabalhos de controle preventivo feitos pelos contadores da Fazenda Estadual visam garantir a correta aplicação dos recursos públicos, a salvaguarda dos ativos de Santa Catarina e a disponibilização de informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais íntegras e fidedignas, livres de erros. Só assim, cumprem a sua função de apoiar a tomada de decisão dos gestores do Estado, tendo a população catarinense como a sua grande beneficiária.

Em 2018, foram realizados estudos sobre a necessidade de alteração das ferramentas e da metodologia atual da DCOG para a conformidade contábil e conformidade dos registros de gestão. Desses estudos, surgiram propostas de alterações nos processos executados pelo controle interno contábil, as quais deverão ser implementadas em 2019.

2.2.1 APOIO À GESTÃO PÚBLICA

A contabilidade e a administração estão diretamente ligadas. Há um ponto de intersecção entre as duas áreas: um dos papéis da contabilidade, o de apoio à gestão, une-se aos objetivos de eficiência e eficácia da administração. Em Santa Catarina, a DCOG apoia a gestão pública ao buscar processos mais eficientes e menos burocráticos, sem se desprender dos princípios de controle da coisa pública.

- **Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina (CPESC)**

O CPESC é uma ferramenta inovadora para uma prática antiga: o adiantamento previsto nas Leis Federais n° 4.320/1964 e 8.666/1993. Criado pelo Decreto nº 1.949/2013, o cartão começou a ser utilizado em 2014. O objetivo principal é permitir que unidades administrativas vinculadas a órgãos e entidades do Estado possam realizar despesas de pequeno vulto, extraordinárias ou urgentes com mais eficiência e transparência. Seu maior diferencial é o controle efetivo dos gastos, que podem ser acompanhados, em tempo real, no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual. Na modalidade tradicional de adiantamento, a individualização dos gastos é conhecida apenas após a prestação de contas.

Em 2017, a regulamentação do CPESC foi revisada por meio do Decreto nº 1.322/2017, consolidando o cartão como

instrumento oficial de concessão de adiantamentos do Poder Executivo Estadual, **a partir de 1º/1/2019**, sendo adotado 2018 como o ano de transição. O adiantamento tradicional foi restrito a situações específicas.

O CPESC está implantado em escolas, hospitais, unidades prisionais e socioeducativas, unidades de fiscalização e administrativas do Estado, ou seja, que prestam atendimento direto ao cidadão catarinense. Em 2018, várias unidades gestoras passaram a utilizar o CPESC:

- Fundação Catarinense de Cultura
- Fundação Catarinense de Esporte
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
- Fundo de Mudanças Climáticas
- FEHIDRO
- Junta Comercial do Estado
- Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação
- Instituto de Metrologia do Estado
- Epagri
- Fundação Catarinense de Educação Especial
- Iprev
- Secretaria de Estado de Comunicação

Outras unidades já iniciaram o processo de implantação do CPESC, conforme abaixo:

- Secretaria de Estado da Segurança Pública
- Polícia Civil
- Polícia Militar
- Universidade do Estado de Santa Catarina
- Santur
- COHAB

- **Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf)**

Em 2017, começou a ser implantado no Estado a EFD-Reinf, um dos módulos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) previsto para utilização de pessoas jurídicas e físicas. Trata-se de um complemento ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), de acordo com a IN RFB nº 1.701, de 14/3/2017. O objeto da EFD-Reinf é a escrituração de rendimentos pagos e retenções de imposto de renda, contribuição social do contribuinte (exceto aquelas relacionadas a trabalho) e informações sobre a receita bruta para a apuração das contribuições previdenciárias substituídas. A EFD-Reinf, junto com o eSocial, substituirá as informações solicitadas em outras obrigações acessórias, tais como a GFIP, a DIRF, a RAIS e o CAGED. A obrigatoriedade do EFD-Reinf para os órgãos e para as entidades públicas está dependendo de ato normativo a ser editado pela Receita Federal do Brasil (art. 2º, § 1º, IV da IN RFB nº 1.701, de 14 de março de 2017, com redação dada pela IN RFB nº 1.842, de 29 de outubro de 2018). A DCOG fez um estudo do leiaute das informações e promoveu reuniões com técnicos da área de tecnologia da informação para análise dos impactos nos sistemas estruturantes do Estado.

2.3 INFORMAÇÕES GERENCIAIS E ESTRATÉGICAS

Um dos papéis mais importantes da contabilidade é o de transformar os dados contábeis em informações estratégicas para a gestão. Na DCOG, a Coordenadoria de Informações da Gestão Fiscal (COINF) é a área responsável pela análise dos dados produzidos diariamente pelos usuários do SIGEF.

Em 2018, foram elaborados mais de 100 relatórios para fins gerenciais, entre os quais se destacam:

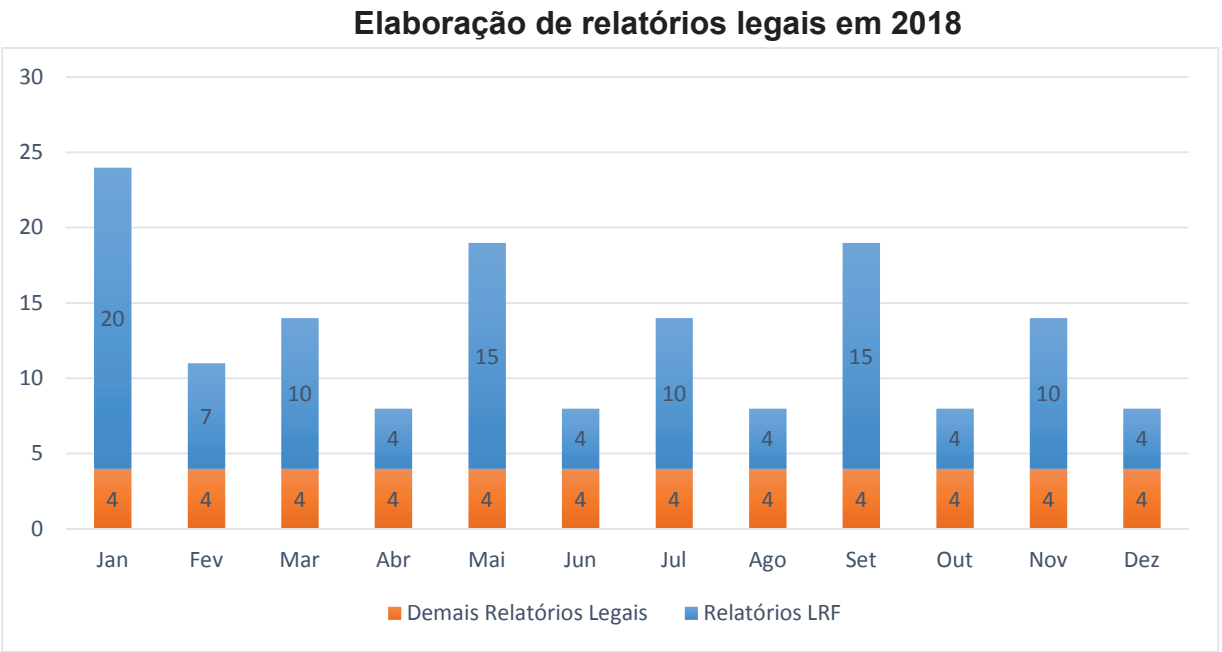
- comparativo mensal do Gasto com Pessoal X Receita Corrente Líquida;
- evolução mensal das despesas computadas no mínimo constitucional com educação e saúde;
- resultado previdenciário;
- receita corrente líquida;
- apuração da receita líquida disponível para o repasse aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Udesc e aos hospitais filantrópicos e
- apuração da base de cálculo para pagamento do PASEP da administração direta.

2.3.1 RELATÓRIOS LRF

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) regulamentou a Constituição Federal no que tange à Tributação e ao Orçamento (Título VI). Em seu art. 48, estabeleceu como instrumentos de transparência da gestão fiscal:

- a prestação de contas do chefe do Poder Executivo;
- o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO);
- e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), além das versões simplificadas desses documentos.

A COINF é a responsável pela elaboração e pela divulgação desses demonstrativos. Em 2018, foram elaborados **155 relatórios:**



Fonte: COINF/DCOG

Entre os diversos demonstrativos exigidos pela LRF, alguns têm periodicidade bimestral, quadrimestral ou anual.

Relatórios da LRF elaborados pela DCOG

Relatório	Demonstrativo	PERIODICIDADE					
			1º quadri		2º quadri		3º quadri
		1º bim	2º bim	3º bim	4º bim	5º bim	6º bim
RREO	Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
RREO	Execução das Despesas por Função/Subfunção	X	X	X	X	X	X
RREO	Receita Corrente Líquida	X	X	X	X	X	X
RREO	Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS	X	X	X	X	X	X
RREO	Resultado Primário e Nominal	X	X	X	X	X	X
RREO	Restos a Pagar por Poder e Órgão	X	X	X	X	X	X
RREO	Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	X	X	X	X	X	X
RREO	Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	X	X	X	X	X	X
RREO	Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital						X
RREO	Projeção atuarial do RPPS						X
RREO	Receita de alienação de ativos e aplicação de recursos						X
RREO	Simplificado do RREO	X	X	X	X	X	X
RGF	Despesa com Pessoal		X		X		X
RGF	Dívida Consolidada		X		X		X
RGF	Garantias e Contragarantias de Valores		X		X		X
RGF	Operações de Crédito		X		X		X
RGF	Disponibilidade de Caixa e dos Restos a pagar						X
RGF	Simplificado do RGF		X		X		X
RGF	Despesa com Pessoal - Consolidado						X
RGF	Disponibilidade de Caixa e dos Restos a pagar - Consolidado						X
RGF	Simplificado - Consolidado						X

Fonte: COINF/DCOG

A contabilidade também promove o estudo dos manuais editados pelo Governo Federal e faz a revisão contínua das metodologias de cálculo utilizadas para apurar cada indicador da LRF. Em 2018, destacaram-se os seguintes estudos:

- **Resultado Primário:** análise dos reiterados descumprimentos da meta de resultado primário constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado (LDO). Após o estudo, foram encaminhadas sugestões de providências a serem tomadas pelo núcleo técnico de planejamento e orçamento, com destaque para a necessidade de haver compatibilidade entre a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a meta estabelecida pela LDO.

- **Dívida Consolidada Líquida:** revisão do mapeamento das contas contábeis integrantes dos itens que compõem as deduções para apuração da Dívida Consolidada Líquida (DCL). Após os estudos das orientações constantes no Manual de Demonstrativos Fiscais, foram realizadas as adequações necessárias na apuração das disponibilidades de caixa e dos demais haveres financeiros que são deduzidos da dívida consolidada para se chegar ao resultado da DCL.

Com o intuito de esclarecer, debater e nivelar o conhecimento sobre o que está sendo considerado na apuração dos mínimos constitucionais de educação e saúde, a DCOG realizou dois workshops em 2018 para apresentação e discussão da metodologia de cálculo desses indicadores de forma detalhada com as áreas envolvidas (planejamento orçamentário, administração financeira, execução orçamentária e financeira, e auditoria interna). Na oportunidade, foram esclarecidas dúvidas e alertados os pontos de ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas do Estado acerca desses limites constantes na Prestação de Contas do Governador.

2.3.2 MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS

A Diretoria de Contabilidade Geral é a responsável pela inserção das informações do Poder Executivo no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). A partir de janeiro de 2018, as informações passaram a ser transmitidas pela Matriz de Saldos Contábeis (MSC). Por isso, em março de 2017, a DCOG deu início ao desenvolvimento de funcionalidades específicas no módulo de Contabilidade do SIGEF para a extração dos dados contábeis em formato CSV e no leiaute exigido pela MSC.

Trata-se de uma estrutura padronizada de coleta de informações contábeis e fiscais dos entes da Federação. Sua finalidade é a elaboração das declarações do setor público brasileiro. Conforme definido na Nota Técnica nº 3/2013/CCONF/SUCON/STN/MF-DF, a MSC abrange os relatórios fiscais (RREO e RGF), as demonstrações contábeis (BO, BP, BF, DVP e DFC) e o QDCC (Balanço Anual). Essa estrutura reúne uma relação de contas contábeis e informações complementares, e será produzida a partir do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

A principal vantagem da utilização da Matriz de Saldos Contábeis é a possibilidade de elaboração automática das declarações que são enviadas à STN. Em vez de serem preenchidas no site ou elaboradas e enviadas uma a uma, o encaminhamento da MSC será suficiente para a elaboração de todas as declarações, de forma automática.

Durante 2018, por meio da Portaria nº 549, de 7 de agosto de 2018, a Secretaria do Tesouro Nacional publicou as alterações realizadas na estrutura da Matriz de Saldos Contábeis que serão obrigatórias para os entes a partir de 2019. Para atender a esses novos requisitos da MSC para 2019, foram iniciadas a revisão e a implementação de melhorias nas funcionalidades já existentes no SIGEF. Também foram desenvolvidas novas funcionalidades para aperfeiçoar a forma de envio das informações contábeis e fiscais do Estado por meio da MSC ao SICONFI a partir do exercício de 2019.

2.4 GESTÃO DE SISTEMAS

2.4.1 SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO FISCAL (SIGEF)

Em Santa Catarina, há uma série de instrumentos que ajudam a difundir e a fortalecer a *accountability.* Entre eles, destaca-se o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), sistema oficial de informações de planejamento, orçamento, finanças e controles do Estado. O SIGEF, gerido pela Gerência de Sistema de Gestão Fiscal (GESIF), responde pela gestão da dívida pública, de contratos e de transferências feitas às instituições privadas e públicas, tais como prefeituras.

Do SIGEF são extraídos os dados orçamentários, financeiros e patrimoniais para compor as prestações de contas dos gestores catarinenses e as informações do Portal da Transparência do Poder Executivo.

SIGEF > 24 módulos integrados = 1.261 funcionalidades

Cada um dos módulos possui um gestor da área. A GESIF é responsável por coordenar as demandas evolutivas e corretivas do sistema. Para aprimorar os mecanismos de controle interno e de gestão, em 2018 foram realizadas ações de melhorias do SIGEF:

- elaboração de relatórios apresentando informações de precatórios mais consistentes, além de ajustes no processo de integração das informações de pagamento, baixas e alterações de beneficiários do Tribunal de Justiça;
- integração do SIGEF por Web Service com a Caixa Econômica Federal para emissão de CNDs Federais, como a Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) e regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- disponibilização de diversos filtros nas consultas para melhoria na conferência, gestão e usabilidade dos relatórios financeiros do SIGEF;
- melhorias nas funcionalidades transacionais do módulo de captação de recursos para auxiliar na gestão de recursos a serem obtidos por convênios com a União;
- ajuste dos filtros e consultas, como bloqueio, liquidação e pagamento da folha, para eliminar planilhas de conferência;
- melhorias no módulo da Lei Orçamentária Anual (LOA) para adequação à nova classificação de receita, com ajustes em relatórios e criação de conceitos automatizados de elaboração da LOA;
- atualização de várias funcionalidades do sistema para pesquisa e apresentação de informações quanto à ordem cronológica e código de barras;
- inclusão de conceitos e relatórios com o fim de acompanhar, bloquear e apresentar informações quanto ao cumprimento do teto de gastos do Estado;
- criação do conceito de pré-programação financeira com o objetivo de separar a programação financeira anual da mensal, para que fosse possível a elaboração de bloqueios orçamentários anuais para licitações em consonância com a manutenção da programação financeira quadrimestral;
- atualização de conceitos do módulo de transferências para consulta e obrigatoriedade no que tange à integração com o Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico (SGP-e);
- adaptação dos Demonstrativos de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (DCASP) à nova codificação da receita e outras mudanças determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN);
- atualização do conceito de acompanhamento objeto, que passa a se chamar monitoramento e avaliação, com melhorias na

inclusão de fotos e documentos, emissão de novos relatórios com a visualização das fotos, por exemplo;

- alterações em conceitos da folha de pagamento para adaptação às novas regras definidas pelos gestores para melhoria do processo de pagamento e filtros dos relatórios de conferência, inclusive dos restos a pagar de consignatários e obrigações patronais;
- adição de certidões de fornecedores para pagamento. A partir de 2018, o SIGEF passou a receber as certidões negativas dos fornecedores de serviços terceirizados para fins de regularização para pagamento, evitando o envio desses documentos na forma de papel, concretizando a figura do governo eletrônico, juntamente com as informações já enviadas atualmente, como os dados dos locais de prestação dos serviços e informações das pessoas que trabalham nesses postos;
- melhorias nas funcionalidades do módulo de contratos para controles em automatizações existentes no que se refere a cópia de contratos semelhantes, adaptação da utilização de pré-empenhos e filtros e ajustes no cancelamento de restos a pagar, inclusive quanto à contabilização;
- implementação de funcionalidade com o objetivo de permitir a configuração de regras sobre a definição de naturezas de despesa específicas para o módulo de dívida pública e controle de saldos a pagar de empenhos de exercícios anteriores;
- melhorias no módulo de execução orçamentária para controle quanto às solicitações de trocas de ordenadores primários e secundários, além de ajustes nas funcionalidades de alterações orçamentárias em relação aos atos legais;
- implementação de funcionalidade para renegociação dos contratos da dívida pública e criação de regras para evitar erros em controles do módulo, além de ajustes nas parcelas do passivo permanente e encargos;
- execução de testes nas funcionalidades do sistema, atualmente formado por 1.261 funcionalidades, para adaptação à nova atualização do Oracle da versão 11g para a versão 12c. Esse é o Sistema Gerenciador do Banco de Dados (SGBD) do SIGEF, sendo a última atualização realizada no ano de 2014. A falta de atualização faria com que o SGBD perdesse a garantia;
- ajustes nas funcionalidades da execução financeira para melhoria da usabilidade e na gestão do controle realizado pelo Tesouro;
- melhorias nas funcionalidades do módulo de acompanhamento físico-financeiro com o objetivo de atender à ressalva do Tribunal de Contas e melhoria na usabilidade quanto à realização física de objetos de execução, além de associação com controles de percentuais de execução pelo Sistema de Gestão de Obras Públicas (SICOP);
- automatização de lançamentos do superavit financeiro e adaptação do conceito da desvinculação de recursos dos estados e municípios (DREM);
- adaptação da Matriz de Saldos Contábeis para adequação de contas contábeis do Estado em função das diferenças do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), utilizado pelo Estado de Santa Catarina em relação ao Plano de

Contas Estendido, aplicado na matriz;

- importação de informações do Banco do Brasil para realização de lançamentos contábeis automáticos, facilitando o processo de reconhecimento desses valores, atualmente realizados de forma manual;
- disponibilização de Web Service do SIGEF para sistemas que tenham o objetivo de incluir credores e de atualizá-los para utilização de pagamentos em lote nos demais poderes ou órgãos que possuam sistemas com cadastros bem definidos;
- integração com a PMSC para geração de empenhos em lote, com domicílio bancário, a fim de gerar empenhos relacionados com os convênios de trânsito de maneira automática e limitados aos recursos em conta bancária, possibilitando agilidade no processo e diminuindo a dependência de pessoal em atividades de execução orçamentária;
- relatórios do parcelamento do pagamento ICMS para contratos no passivo permanente com o objetivo de verificar a amortização e o saldo da dívida em relação a essas operações;
- criação de possibilidade de impressão de relatórios da LOA com a identidade da Assembleia Legislativa para etapas de aprovação do orçamento com o objetivo de diminuir o trabalho manual da equipe da ALESC na edição de relatórios do SIGEF para publicação;
- elaboração de controles no SIGEF para aprovação de contratos e aditivos de contratos, pelo Grupo Gestor Governo, desde a requisição feita pelas setoriais até a aprovação do órgão de controle do Governo, com a possibilidade de geração de bloqueios orçamentários para continuidade do processo de aprovação (licitação).

2.4.2 SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE OBRAS PÚBLICAS (SICOP)

O Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP) foi desenvolvido pelo Governo do Estado de Santa Catarina para o planejamento, a licitação, o cadastro, a gestão, o acompanhamento e o controle de obras. Desde 2015, a Diretoria de Contabilidade Geral, por meio da Coordenadoria do Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (CSIOP), tornou-se responsável pela gestão do SICOP.

O objetivo do SICOP é ampliar o controle sobre os processos de execução das obras públicas, além de propiciar informações transparentes aos gestores e à sociedade.

Em 2018, as principais ações foram as que se seguem.

- Implantação da segunda versão do Mapa da Transparência no Portal da Transparência do Poder Executivo englobando:
  - melhoria na pesquisa por município, com alteração no Sistema Sicop;
  - separação das obras de investimentos das obras de manutenção;
  - alteração do leiaute do Mapa;
  - inclusão das informações sobre justificativas das paralisações e das rescisões e
  - inclusão das informações sobre o período de responsabilidade do fiscal de obra.

- Evolução do Módulo Gestão de Projetos Prioritários (GPP) considerando:
  - importação das informações dos pagamentos do SIGEF, detalhadas por fontes de recursos, subação e ano, permitindo um melhor controle dos desembolsos efetuados no programa Pacto por Santa Catarina; e
  - associação do projeto com portfólio e programa de investimentos do módulo GPP.

- Adaptação dos contratos de supervisão de obras/consultoria do módulo Contratos.

- Criação de serviços de alerta (via e-mail) aos usuários com a finalidade de melhorar a gestão dos contratos.

- Disponibilização dos dados das obras em formato aberto no Portal da Transparência do Poder Executivo.

2.4.3 CUSTOS NO SERVIÇO PÚBLICO

Presente há muito tempo na administração de entidades privadas, especialmente na indústria, a contabilidade de custos é ainda incipiente no setor público. A administração pública brasileira sempre enfatizou a execução orçamentária. Embora exista previsão legal subsidiando a temática de custos no País desde a década de 1960 (Lei nº 4.320/1964 e Decreto-Lei nº 200/67), a preocupação em desenvolver mecanismos voltados à gestão de custos dos serviços públicos é muito recente, passando a se manifestar especialmente após a entrada em vigor da Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Desde então, diversos esforços têm sido feitos para se desenvolver uma metodologia de apuração de custos com o intuito de fomentar uma gestão mais eficiente dos recursos e, ao mesmo tempo, ampliar o controle social por meio da transparência dos gastos, tema da Lei da Transparência (LC nº 131/2009).

Com a disponibilização de informações em portais de transparência, o setor público garantiu ao cidadão a possibilidade de acompanhar os gastos públicos. Espera-se assim que haja eficiência nos serviços públicos e a sua economicidade. No mesmo sentido, a construção de um sistema de custos como ferramenta gerencial torna-se indispensável para a adequada produção de informações úteis à gestão.

No Estado de Santa Catarina, a DCOG é responsável pela produção de informações de custos dos serviços públicos e manutenção da contabilidade de custos, conforme o Decreto nº 2.762/2009. Em 2013, foi criado um grupo de trabalho para, inicialmente, determinar o custo do aluno de 30 escolas estaduais, com base em informações de sistemas e também em dados alimentados fisicamente em planilhas pelos próprios contadores da Fazenda Estadual. No ano seguinte, o escopo desse projeto foi ampliado para 175 escolas estaduais com o intuito de subsidiar a Secretaria de Estado da Educação com informações de custos, principalmente comparativas, entre as escolas e as regiões do Estado. Os dados foram publicados no Balanço do Estado de 2015.

A dificuldade de coleta dos dados para análise de custos levou a DCOG, ainda em 2014, a planejar a criação do Sistema de Custos do Estado de Santa Catarina (SICSC). Em 2015, foram feitos estudos e análises para projetar e desenvolver um sistema que atendesse a todos os órgãos do Estado. Desde então, o SICSC vem sendo desenvolvido pelo Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC), a empresa de tecnologia do Estado. O modelo de gestão de custos planejado para Santa Catarina pressupõe a existência de um sistema primário, responsável por armazenar dados e suportar estruturas cadastrais e tabelas de relacionamento, e também um sistema secundário, cujo objetivo é ser uma ferramenta de Business Intelligence (BI).

Em 2017, para melhor desempenho e organização das atividades relacionadas ao desenvolvimento, à implantação e à manutenção corretiva e evolutiva do SICSC, foi criada a **Coordenadoria do Sistema de Informações de Custos de Santa Catarina (COSIC),** subordinada diretamente à DCOG. Essa estrutura aproveitou servidores dos quadros da DCOG que passaram a ter dedicação exclusiva na construção do modelo de gestão de custos para o Estado. Destacam-se as principais atividades relacionadas ao projeto de construção do SICSC desenvolvidas em 2018:

- integração com a base de dados do SAT/Convênio nº 115/2003 para agregar aos custos os dados de consumo de serviços de energia elétrica e telecomunicações;
- aperfeiçoamento da integração com o SIGRH, de modo a garantir satisfatória acurácia na apropriação deste que é o mais significativo gasto do setor público: gastos com folha e encargos;

- integração da base de dados relativa aos gastos executados pelas unidades administrativas com o uso do Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina (CPESC);
- preparação do sistema para absorção de custos indiretos relativos às áreas de justiça e cidadania e à área de educação pública estadual;
- atualização de frameworks do sistema, bem como aperfeiçoamento de ferramentas de cadastro e consultas, com o objetivo de melhorar a usabilidade do sistema e tornar o software mais confiável e
- construção das tabelas em formato *big data,* considerando-se o fato de que o modelo de gestão de custos deve comportar ferramentas e sistemas gerenciais. Nesse sentido, o trabalho durante 2018 incluiu a disponibilização das tabelas do sistema de custos no banco de dados do tipo *big data* em desenvolvimento na Secretaria da Fazenda.

Além disso, a COSIC continua pesquisando os sistemas de custos públicos disponíveis, bem como as melhores práticas no âmbito da contabilidade de custos, como forma de subsidiar a implementação de ferramentas mais apropriadas para a apuração, cálculo e divulgação dos custos das unidades administrativas e dos respectivos serviços no Estado de Santa Catarina.

2.5 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

A transparência é um dos princípios adotados pela governança pública para propor práticas de controle e de acompanhamento da administração. Com as informações divulgadas de forma transparente, a sociedade aproxima-se do poder público, colaborando para um maior controle social e para a eficiência do Governo.

2.5.1 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Em Santa Catarina, o Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual (www.transparencia.sc.gov.br) é um instrumento de controle social e um importante meio para a promoção da transparência. A ferramenta possibilita ao cidadão o acompanhamento da gestão pública, com informações acerca da origem e da aplicação dos recursos públicos estaduais. Conta também com diversos relatórios, consultas e links de acesso que visam à divulgação de informações de interesse geral.

O Portal da Transparência é um instrumento de transparência ativa que apresenta com clareza as receitas e os gastos públicos, empoderando o cidadão para o controle social.

A principal fonte de dados do Portal é o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), que fornece a base informacional das consultas e também de diversos relatórios disponibilizados. Outros sistemas que alimentam a ferramenta são o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH), o Sistema de Administração Tributária (SAT) e o Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP). A extração de dados para o portal ocorre de forma direta, ou seja, não há seleção e alteração de informações, o que confere credibilidade às pesquisas.

A Gerência de Informações Contábeis e Transparência da Gestão Pública (GEINC) faz a manutenção e o aperfeiçoamento do Portal da Transparência do Poder Executivo, conforme previsto no art. 3° do Decreto Estadual n° 913/20 12. Desde o seu lançamento, em 8 de maio de 2012, foram realizadas melhorias para incluir dados por meio de consultas e de relatórios, ampliando a instrumentalização do controle social.

Em 21 de fevereiro de 2017, foi lançado o **novo Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual.** O site é resultado de um trabalho desenvolvido desde 2015, sob a coordenação da DCOG em parceira com o Centro de Inovação e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC). Além da mudança tecnológica, necessária para o desenvolvimento das melhorias previstas, a forma com que os dados e as informações estão apresentados nessa nova versão trouxe a perspectiva de aproximar o cidadão do mundo das finanças públicas.

O novo Portal ganhou uma navegação mais dinâmica, a utilização de uma linguagem menos técnica e mais cidadã, além de elementos visuais que estimulam a leitura. Uma nova plataforma tecnológica foi pensada de modo que as informações fossem disponibilizadas conforme as necessidades dos usuários.

Para facilitar a busca de informações e ao mesmo tempo preservar a similaridade com o portal anterior, foi mantida a organização do conteúdo no menu em quatro grandes áreas: Receita, Despesa, Responsabilidade Fiscal e Gestão Estadual. Cada área recebeu uma cor-padrão, de modo que ficou mais intuitivo reconhecê-las. Quando se clica no menu, as informações são apresentadas em uma única tela para facilitar a usabilidade. No momento em que o usuário está navegando em alguma consulta, o menu fica disponível na parte superior e é liberado para acesso. Confira os destaques de cada área:

- **Receita** – consultas sobre as receitas arrecadadas pelo Estado, inclusive as transferências recebidas da União, além de relatórios e indicadores da receita;
- **Despesa** – consultas sobre as despesas realizadas pelo Poder Executivo para custear os serviços públicos, por exemplo, execução da despesa, remuneração e dados funcionais de servidores, diárias, contratos, licitações, fornecedores, etc.;
- **Responsabilidade Fiscal** – apresenta a prestação de contas do Governo e os demonstrativos utilizados para acompanhar o cumprimento dos limites definidos em legislação. Além disso, traz informações como o extrato da conta única do Estado, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA), entre outras; e
- **Gestão Estadual** – apresenta vários links relacionados à gestão do Estado, como estrutura de Governo, Diário Oficial, SC e Você, etc. Esta área do portal conta ainda com consultas dos bens móveis e imóveis, além de relatórios referentes ao patrimônio público, como é o caso do relatório de imóveis cedidos e de bens das empresas públicas dependentes.

Além das consultas e relatórios disponibilizados no menu, o portal possui outras importantes ferramentas para pesquisa dos dados da gestão pública estadual:

- **Pergunta cidadã:** espaço interativo para o cidadão montar um questionamento específico e acessar os dados de maneira rápida e simples, com apresentação gráfica para melhor compreensão das informações. São 24 possibilidades diferentes para estruturar a pergunta: 18 para gastos e seis para arrecadação. Exemplos: Quanto foi gasto com publicidade e propaganda em 2017? Quanto foi arrecadado com transferências voluntárias da União em 2018?



- **Mapa da Transparência:** ferramenta para o cidadão acompanhar todas as obras contratadas pelo Poder Executivo. Cada obra é indicada por um ícone representando a área a que está vinculada (educação, saúde, transportes, segurança pública, agricultura, etc.). Também é possível navegar pelas obras no mapa e obter detalhes como valor contratado, edital de licitação, número do contrato, nome e CNPJ do contratado, data da ordem de serviço, estágio e fotos da obra. Em 2018, foram implementadas melhorias como a inclusão da seleção do tipo de obra (investimento e manutenção), reestilização de leiaute (barra superior, ícones de seleção), revisão de conteúdo de informação e inclusão do percentual de execução da obra. Também foi criado um serviço de notificação (“PUSH”) para os cidadãos que desejam acompanhar determinada obra, por meio do envio de e-mail com as principais alterações da obra, como medições, paralisações, entre outros eventos.



- **Galeria das principais áreas de Governo:** acesso direto aos valores aplicados em educação, saúde, segurança, agricultura e transporte. A informação de cada área é detalhada em gráficos por ano ou mês a mês, contendo também a informação das principais despesas realizadas: pessoal e encargos sociais, manutenção dos serviços e investimentos. Assim, o portal permite ao cidadão conhecer de forma rápida e direta informações relevantes sobre as despesas governamentais.

- **Ferramenta de pesquisa:** ferramenta criada para facilitar a busca por temas de interesse do usuário. O retorno da busca apresenta todos os termos referentes às consultas disponíveis no portal, além do glossário com as palavras relacionadas.

- **Consultas detalhadas:** melhoria no formato e parâmetros para aprofundar a pesquisa da Receita e da Despesa Detalhada. O usuário poderá fazer análises detalhadas utilizando diversos filtros e totalizando por periodicidade (mês, bimestre, trimestre, quadrimestre, semestre e ano), por unidade gestora, entre outras opções. É possível também fazer inúmeros cruzamentos entre os filtros e os totalizadores. Em 2018, foi estruturada uma nova consulta de Receita Detalhada em função da nova codificação, estabelecida pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 5/2015. Nesse sentido, um novo formato de dados foi disponibilizado a partir de 2018. Também foi incluída uma caixa de seleção para as "Principais Receitas do Ano', novidade para esse tipo de página. As consultas de anos anteriores permaneceram disponíveis em uma consulta denominada Receita Detalhada 2009-2017.

- **Dados Abertos:** o novo portal dá início a um processo de disponibilização de bases de dados em formato aberto. Os dados são disponibilizados no formato CSV, permitindo livre utilização, consumo ou cruzamento, além da criação de aplicativos que demonstram novas formas de utilização e visualização desses dados. A exportação dos dados das pesquisas realizadas pelo usuário também segue o formato CSV.

- **Glossário, Legislação e Perguntas Frequentes:** ferramentas que ajudam o usuário a entender melhor o universo da gestão pública. Para facilitar o entendimento dos resultados das consultas no portal, é possível pesquisar o glossário completo ou utilizar o glossário interativo, que esclarece termos técnicos de forma instantânea. O acesso às informações foi mapeado para estar disponível em várias partes do portal (tabelas, colunas, caixas de seleção, etc.).

- **Conteúdo acessado em poucos cliques:** outra mudança importante foi a retirada do *captcha* nas consultas, que é o código de verificação para executá-las. A forma de consulta passou a ser instantânea, sem a necessidade de execução de um "consultar" na grande maioria das consultas reformuladas.

- **Busca de Documentos:** no novo Portal da Transparência, é mais fácil encontrar os documentos que baseiam as diversas etapas para execução das despesas públicas: empenhos, liquidações, preparações de pagamentos e ordens bancárias, além das retenções, se for o caso.

- **Patrimônio Público:** outra novidade são as informações do patrimônio público, projetadas para serem exibidas na forma de consultas que relacionam os bens móveis e imóveis, além de relatórios das empresas dependentes.

- **Estoque e Almoxarifado**: consulta que disponibiliza a relação dos materiais disponíveis em estoque e almoxarifado dos órgãos que utilizam o Sistema de Materiais e Estoque (SME). Os dados estão disponíveis a partir de outubro de 2018, permitindo verificar os valores e as quantidades que constam no SME identificados por órgão, local, grupo de materiais, classe, material e natureza da despesa. Também é possível navegar e verificar o detalhamento dos dados por meio das telas Listagem de Materiais e Extrato do Material.

- **Nova consulta de Dados Funcionais e Remuneração dos Servidores:** a consulta Remuneração e Dados Funcionais dos Servidores, uma das mais acessadas pelos usuários, também foi reformulada. A intenção foi gerar informações sobre a quantidade dos servidores efetivos que fizeram parte da folha de pagamento do Poder Executivo Estadual, incluindo as empresas estatais dependentes (Epagri, Santur, COHAB e CIDASC), além de dados dos inativos, comissionados, admitidos em caráter temporário e pensionistas. O portal foi projetado para trazer dados estatísticos em forma gráfica, como a faixa etária dos servidores ativos. Os dados funcionais dos servidores também foram estruturados para detalhar as informações. Em 2018, foram incluídos novos dados referentes a cessões, estagiários, aposentadoria e outros dados gerais dos servidores, como a forma de ingresso e o regime de previdência. Também foram disponibilizados os filtros “Cargo” e “Unidade de Exercício” para facilitar a busca pelos usuários.

- **Extratos Bancários:** consulta que disponibiliza os extratos bancários das contas correntes do Poder Executivo de uma forma mais interativa e flexível, pois utiliza a estrutura de consulta para aplicar filtros e períodos distintos. Os dados estão disponíveis a partir de 2012 e são extraídos do SIGEF, que recebe informações dos bancos. Foi possível também disponibilizar a consulta do Extrato da Conta Única nesse formato, até então divulgada por arquivos.

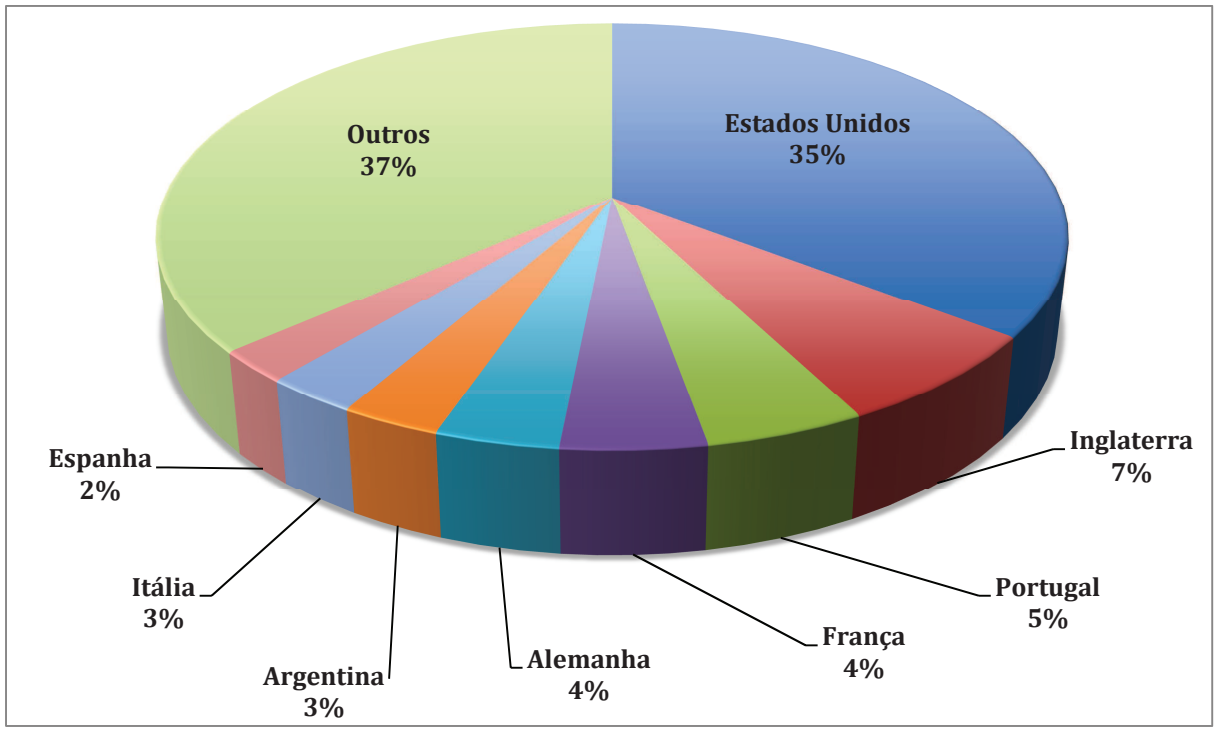
- **Pagamentos Extraorçamentários**: consulta que apresenta os desembolsos de recursos de terceiros em poder do ente público e outras operações independentes da execução orçamentária, tais como devoluções de cauções e depósitos judiciais, pagamentos de consignações, retenções e restos a pagar. Os dados estão disponíveis a partir de 2018, e também podem ser visualizados os documentos que geraram os pagamentos, através da consulta “Busca Documentos”, acessada diretamente ou a partir da consulta de Pagamentos Extraorçamentários.

Análises de desempenho do Portal

A gestão dos acessos ao novo Portal da Transparência é feita por meio da ferramenta Google Analytics. Confira os principais dados:

A quantidade de visitas ao portal (visualizações de página) alcançou 2.373.535 em 2018. Dos acessos, 99,5% foram realizados no Brasil.

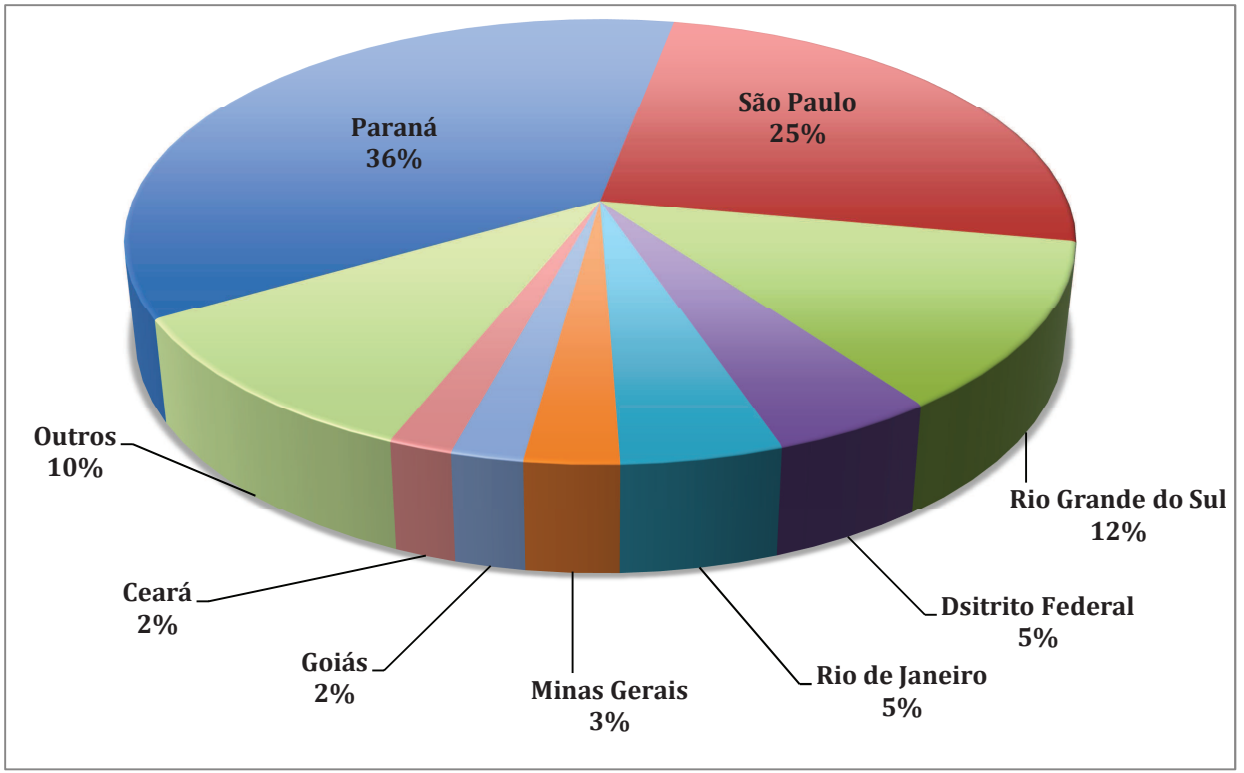
Acessos ao Portal da Transparência realizados fora do território nacional



Fonte: Google Analytics

No território nacional, Santa Catarina representa mais de 79% dos acessos.

Acessos ao Portal da Transparência realizados em outras unidades da Federação

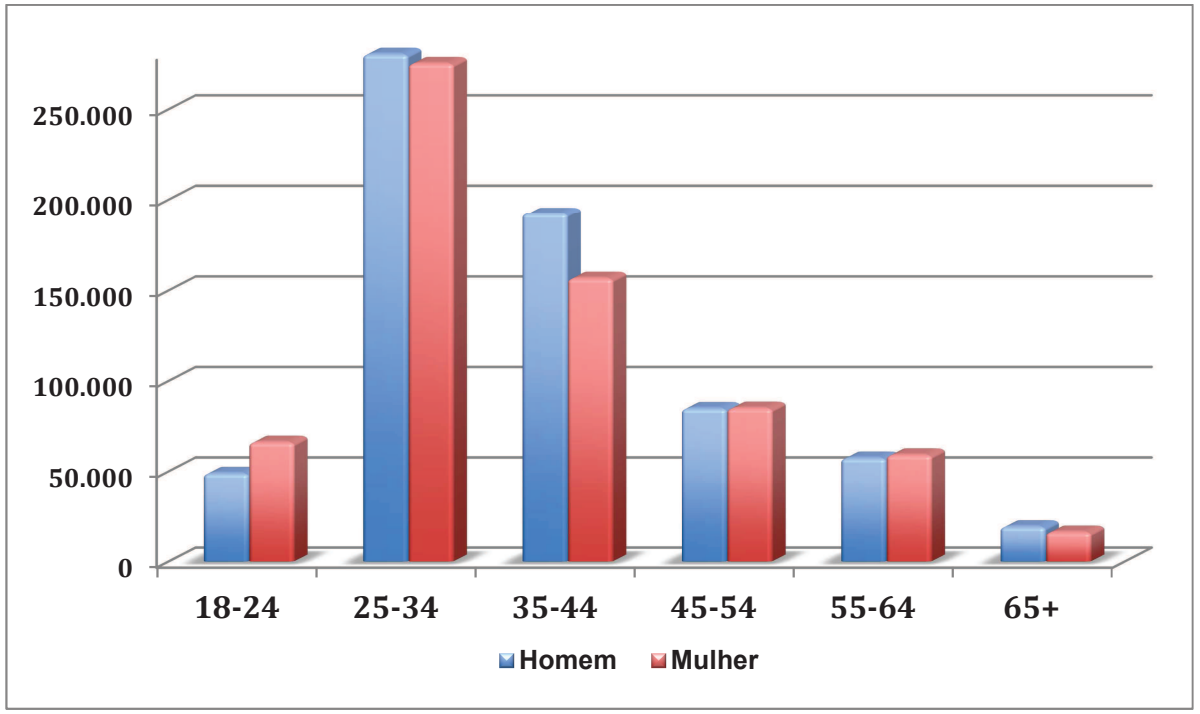


Fonte: Google Analytics

O perfil dos usuários (gênero e faixa etária) que acessam o portal é composto, em sua maioria, por homens de 25 a 34 anos.

Essas análises são importantes para a criação de conteúdos cada vez mais focados no público assíduo do Portal, assim como para a identificação de mecanismos que atraiam também públicos das faixas etárias e gêneros os quais foram identificados poucos acessos.

Número de acessos ao Portal da Transparência por faixa etária e gênero

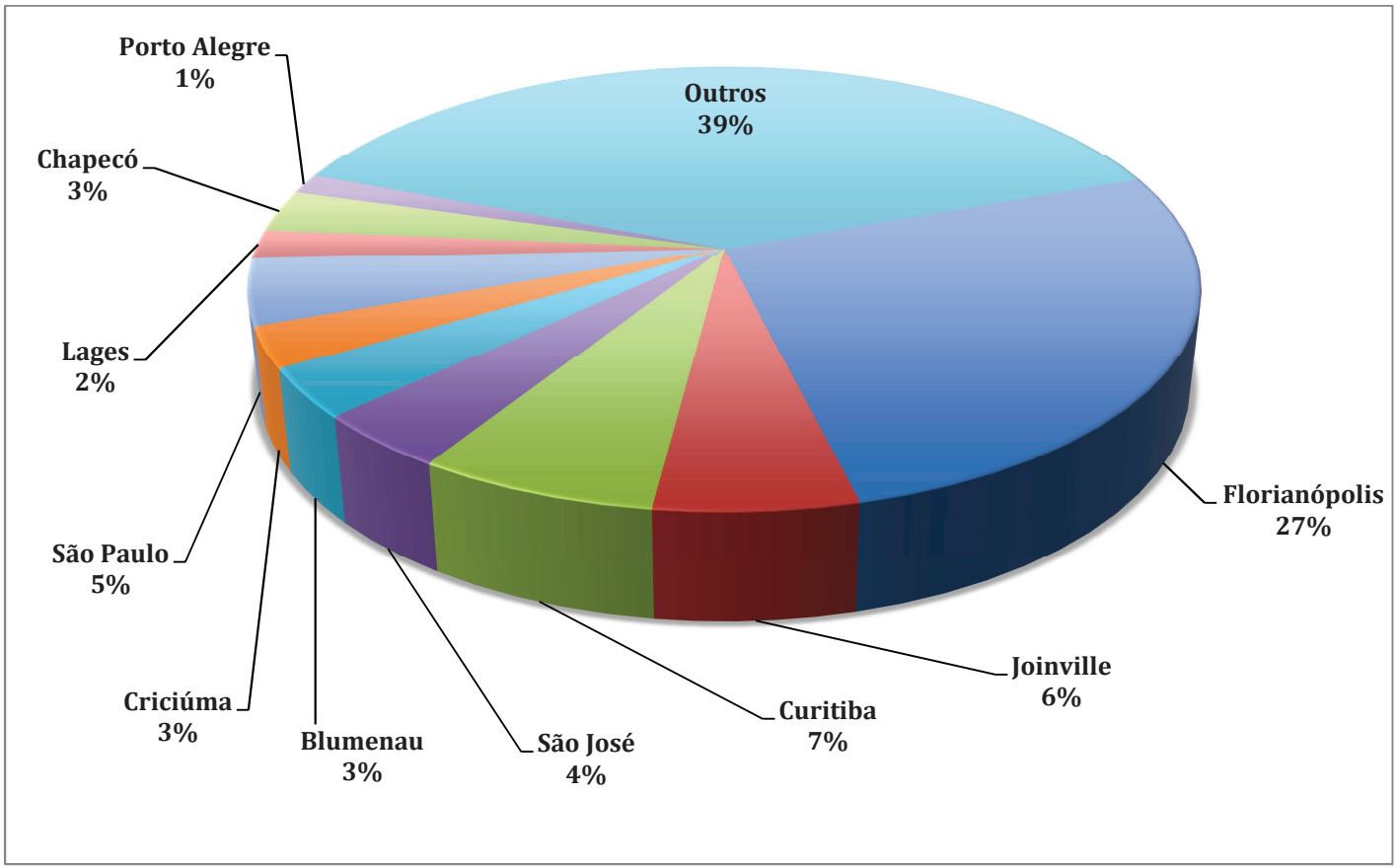


Fonte: Google Analytics / 56,60% do Total de Visualizações

Em 2018, o portal apresentou uma média de 29 mil novos usuários por mês, totalizando 345.429 novos usuários até dezembro.

A maior parte acessou o portal a partir da cidade de Florianópolis, seguida por Curitiba e Joinville.

Quantidade de novos usuários que acessaram o Portal da Transparência por cidade

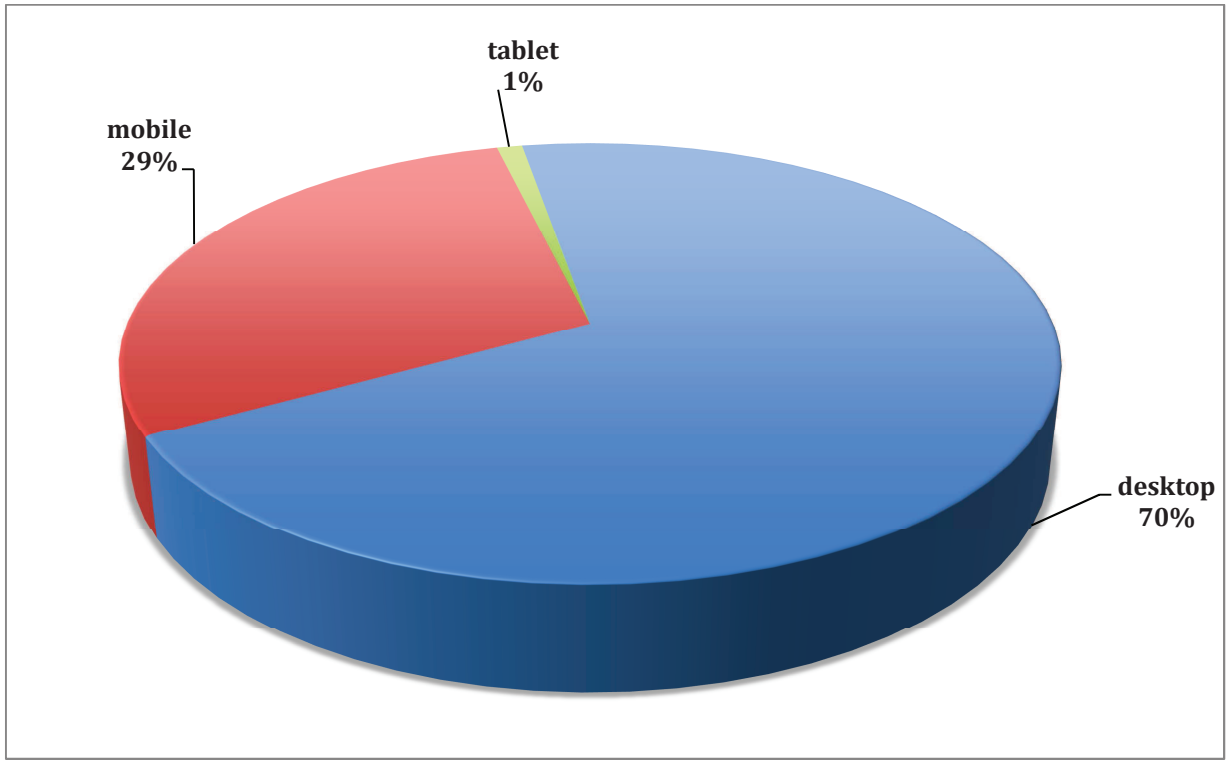


Fonte: Google Analytics / 48,18% do Total de Visualizações

Com a tendência mundial da utilização de novas tecnologias portáteis, o novo portal também primou pela responsividade, adaptando-se a smartphones e tablets tanto no sistema iOS quanto no sistema Android.

Verificou-se um número considerável de consultas por meio desses dispositivos, representando 30% do total de acessos.

Acessos ao Portal da Transparência realizados por categoria de dispositivo



Fonte: Google Analytics

Atendimento ao público

A GEINC mantém uma estrutura para atendimento ao cidadão que busca informações e esclarecimentos, além de um canal para críticas, sugestões ou elogios relacionados ao Portal da Transparência. Também são atendidos pedidos de informações que tramitam pelo serviço de informações ao cidadão (e-SIC) bem como pedidos de demandas provenientes dos entes públicos estaduais. Em 2018, foram realizados mais de **200 atendimentos** através do "Fale Conosco" do Portal da Transparência e dos e-mails corporativos (transparencia@sef.sc.gov.br e geinc@sef.sc.gov.br), além dos atendimentos presenciais e por telefone.

Promoção da transparência

Em 2018, também foram realizadas outras ações para disseminar o conceito de transparência pública e controle social:

- campanha publicitária nos grandes veículos de comunicação estaduais (TV, rádio e jornal) para divulgar o Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina, informando ao cidadão catarinense sobre esta ferramenta para que ele possa acompanhar tudo o que está sendo investido no Estado;
- apresentação do case sobre a Transparência no Governo de Santa Catarina na 8ª edição do Congresso UFSC de Controladoria e Finanças;
- workshop *Como pesquisar dados no Portal da Transparência* com os participantes do Programa HubGov 2018;
- apresentação do Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina para os servidores do Tribunal de Justiça do Estado;
- apresentação dos desafios e avanços do Portal da Transparência do Poder Executivo no I Seminário de Contabilidade Aplicada ao Setor Público de Santa Catarina e
- apresentação do *Portal da Transparência de Santa Catarina: evolução e desafios* no painel Boas Práticas e Experiências do 15º Encontro de Gestores Públicos.

Educação fiscal

A equipe da DCOG idealizou no ano de 2017 um projeto de educação fiscal para sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância em fiscalizar a aplicação dos recursos públicos pelo cidadão. O projeto tem como público-alvo alunos do 9º ano (faixa etária de 13 a 15 anos) e utiliza a comunicação teatral e musical para disseminar os seguintes conceitos: cidadania e protagonismo juvenil, impactos da corrupção no setor público, controle social, orçamento familiar x receitas e despesas públicas, e o Portal da Transparência.

Em 2018, buscaram-se parcerias com o Instituto Estadual de Educação (IEE) para que o projeto pudesse ser efetivado nas turmas de alunos daquela instituição.

Expansão do Portal da Transparência do Poder Executivo

- **Municípios –** Em 2018, foram apresentadas para a Câmara Técnica, formada por representantes do Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC), da Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e de alguns municípios, informações do Portal da Transparência e de suas funcionalidades, em prol do entendimento do projeto do Sistema Integrado de Gestão (SIG), que tem como intenção utilizar o Portal da Transparência como modelo para os portais dos municípios. Também foi firmado o Termo de Cessão de Uso nº 04/2018 entre o Estado e o TCE para disponibilizar os códigos-fontes do Portal.

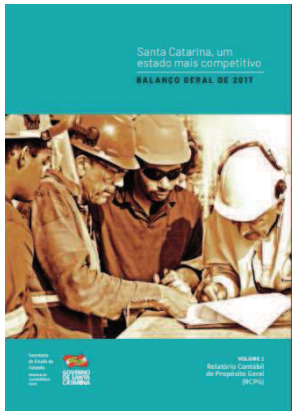
- **Empresas estatais –** O Decreto Estadual nº 1.025/2017 criou diversos Grupos de Trabalho (GTs) para padronização dos procedimentos nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista estaduais. Entre eles, está o GT da Transparência, que foi coordenado pela GEINC. Com a finalização dos trabalhos do GT, ficou a cargo de cada empresa realizar a implantação de seus portais utilizando o modelo estabelecido no GT, que foi baseado no Portal do Poder Executivo do Estado. Dessa forma, citamos exemplos de empresas públicas que implantaram os seus portais em 2018: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC) e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri).

2.5.2 BALANÇO GERAL DO ESTADO

O Balanço Geral é a publicação que faz parte da prestação de contas anual do Governo do Estado. Além de atender a uma exigência legal, o Balanço possibilita ao cidadão catarinense acompanhar a gestão administrativa, econômica, financeira e patrimonial, apresentando como se deu a arrecadação estadual e onde foram aplicados os recursos arrecadados.

Cada vez mais os esforços têm sido na direção de se fazer um Balanço Geral para que o cidadão catarinense, de forma individual ou coletiva, também seja capaz de julgar os atos do Governo, mesmo que não de modo técnico.

A cada ano, busca-se fazer uma publicação mais atrativa, com linguagem acessível, menos técnica e que aborde de maneira resumida as informações sobre obras e ações realizadas pelas diferentes áreas do Estado.



No Balanço Geral de 2017, o tema escolhido foi “Santa Catarina, um estado mais competitivo”, como forma de retratar os resultados que o Estado obteve no Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado a partir da análise de um conjunto de dados de fontes reconhecidas e validado pelo Centro de Liderança Pública, pela Tendências Consultoria e pelo The Economist Group, no qual o Estado foi avaliado como o 2º mais competitivo no ano de 2017.

O Balanço Geral do Estado – Exercício de 2017 – foi composto por três volumes:

- **Volume 1** – Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG) - (276 páginas): reuniu informações sobre aspectos administrativos, sociais, econômicos e financeiros, além das demonstrações contábeis, suas respectivas notas explicativas e análises;

- **Volume 2** – Anexos do Balanço Geral do Estado (902 páginas): apresentou os anexos exigidos pela Lei Federal n° 4.320/64, observadas as alterações posteriores; os demonstrativos exigidos pela Instrução Normativa nº TC-0020/2015 e as demais normas legais e regulamentares pertinentes em vigor; o relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo; e o relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública;

- **Volume 3** – Relatório de Atividades do Governo do Estado de Santa Catarina (520 páginas): disponibilizou informações sobre o acompanhamento físico e financeiro de bens e serviços finalísticos, executados por meio de programas de Governo, apresentando os principais resultados e as atividades realizadas pelos órgãos e pelas empresas de forma quantitativa e qualitativa.

As principais novidades do Balanço de 2017 foram incorporadas no Volume 1, com destaque para a adequação à estrutura de um Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG), em observância à NBC TSP – Estrutura Conceitual. O objetivo foi trazer novos elementos para contribuir com a prestação de contas, subsidiar a análise das finanças públicas do Estado e ampliar a compreensão por parte dos cidadãos.

No capítulo Gestão Administrativa e Aspectos Econômicos, procurou-se evidenciar as ações que tiveram impacto nas finanças do Estado e outras em benefício da sociedade, como o tema transparência. Outro objetivo foi apresentar o cenário econômico, seus indicadores e principais dados em uma perspectiva nacional e estadual, de modo a comparar os dois cenários.

Na parte Desempenho das Principais Áreas de Governo, a mudança ocorreu na divulgação de dados e de informações, possibilitando ao cidadão verificar o desempenho das principais áreas governamentais no ano. O capítulo trouxe a estrutura tanto humana quanto física das secretarias e destacou as principais ações, apresentando os resultados, os indicadores e os reconhecimentos.

No que tange à Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, foram realizadas mudanças na organização e na inclusão de novos conteúdos para ampliar o foco patrimonial e financeiro, requeridos na NBC TSP – Estrutura Conceitual. Os Indicadores Fiscais foram agrupados em um capítulo específico para abordar o tema.

Enfim, na parte final do RCPG, que trata das Demonstrações Contábeis, foi mantida a estrutura de 2017, que segue as definições e as normativas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). As Notas Explicativas continuam com o enfoque de trazer mais detalhes sobre as informações relacionadas às demonstrações contábeis, seguindo o padrão internacional (IPSAS) e as melhores práticas das grandes companhias de capital aberto, que abordam outras informações como o contexto operacional e a apresentação da estrutura do Estado.

Como forma de difundir o trabalho que vem sendo realizado pela contabilidade de Santa Catarina no processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade aplicada ao setor público, o Balanço Geral 2017 foi entregue à Subsecretaria de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional, aos Conselhos Federal e Regional de Contabilidade, ao IBRACON e às universidades públicas e privadas para ser utilizado como insumo de pesquisas acadêmicas. Além disso, importantes organismos internacionais receberam um exemplar do Balanço Geral de 2017, como o IPSASB (*International Public Sector Accounting Standards Board®)* e os países-membros do *Focal – Foro de Contadurías Gubernamentales de América Latina)*.

O Balanço Geral do Estado está disponível no Portal da Transparência do Poder Executivo, que contém o formato digital de cada um dos volumes do Balanço. Link de Acesso: http://www.transparencia.sc.gov.br/responsabilidadefiscal/subareainteresse/9

2.5.2 BALANÇO CIDADÃO

Em 2018, foi lançada a primeira edição do Balanço Cidadão de Santa Catarina, uma publicação sobre as finanças estaduais apresentada de forma simples e didática, e que objetiva ampliar a transparência pública, despertando no cidadão o interesse pelo controle social.



O Balanço Cidadão foi baseado no Balanço Geral de 2017 e demonstra os valores arrecadados pelo Estado, assim como os gastos realizados nos grandes grupos de despesas durante o ano. Esclarece quais são as transferências obrigatórias e estimula a população catarinense a participar mais, exercendo a sua cidadania de forma plena e contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão estadual.

A publicação pode ser consultada no Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina (http://www.transparencia.sc.gov.br/responsabilidadefiscal/subareainteresse/9).

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

MARIA LUIZA SEEMANN
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - DICD 2018

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

RELATÓRIO DA DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO

A Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública – DICD, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, apresenta este relatório com o intuito de divulgar os dados relacionados à captação de recursos não tributários, ingressos decorrentes de operações de crédito, situação atual da dívida pública do Estado, monitoramento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF, capacidade de endividamento do Estado, precatórios, riscos fiscais e passivos contingentes e controle de tributos e contribuições com a União.

A DICD está estruturada com 2 (duas) gerências: a Gerência de Captação de Recursos – GECAR e a Gerência da Dívida Pública – GEDIP.

2. CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Historicamente, a Secretaria da Fazenda vinha atuando somente na captação de recursos decorrentes de operações de crédito. Contudo, passou a fazer parte das atividades da Secretaria da Fazenda, com a criação da GECAR, o apoio aos órgãos e entidades do Estado para a captação de recursos não tributários.

2.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

2.1.1 Saldo Contratado a Captar

As operações de crédito já contratadas, com valores a captar, estão elencadas a seguir. O valor total a captar das operações internas é de R$ 216,723 milhões. Desse total 46,14% representam recursos a liberar do financiamento contratado em novembro/2013 com o Banco do Brasil. A diferença (53,86%) refere-se aos valores contratados com o BNDES. Já o valor total a captar das operações externas é de US$ 30,336 milhões, divididas em BID e CAF.

Tabela 01 – Detalhamento das Operações de Crédito Internas Contratadas - R$

Operação	Data do Contrato	Valor Contratado	Valor Captado			Valor a Captar
			Anos Anteriores	2018	TOTAL	
BNDES – Sistema de Transporte de Joinville [1]	15/12/2011	40.000.000,00	35.600.170,97	1.000.000,00	36.600.170,97	3.399.829,03
BNDES – Caminhos do Desenvolvimento [2]	21/11/2012	611.000.000,00	524.535.427,87	50.000.000,00	574.535.427,87	36.464.572,13
BNDES – Acelera Santa Catarina [3]	04/04/2013	3.000.000.000,00	2.906.141.653,39	17.000.000,00	2.923.141.653,39	76.858.346,61
BB - Pacto por Santa Catarina [4]	27/11/2013	2.000.000.000,00	1.900.000.000,00	-	1.900.000.000,00	100.000.000,00
TOTAL		5.651.000.000,00	5.366.277.252,23	68.000.000,00	5.434.277.252,23	216.722.747,77

Notas:

1 Ampliação e Modernização do Sistema Integrado de Transporte de Joinville por meio da implantação e requalificação de eixos estruturais de transporte, de melhorias em terminais de integração e da implantação de ciclovias, de medidas moderadoras de tráfego e do Museu do Transporte no Município de Joinville;

2 Investimentos em infraestrutura referente à logística e mobilidade regional, justiça e cidadania, educação, infraestrutura física, saúde e prevenção de desastres contra as secas;

3 Infraestrutura e Logística – Acelera SC –Investimentos em saúde, segurança pública, educação, justiça e cidadania, prevenção de desastres naturais, assistência social, trabalho e habitação, infraestrutura referente à logística e mobilidade regional, saneamento básico e quitação integral da operação de crédito BNDES - CELESC/CRC;

4 Pacto por Santa Catarina– Investimentos nas áreas de infraestrutura rodoviária e portos marítimos, mobilidade urbana, defesa civil e prevenção das cheias, segurança pública, sistemas prisionais e socioeducativos, saúde e turismo.

Tabela 02 – Detalhamento das Operações de Crédito Externas Contratadas – US$

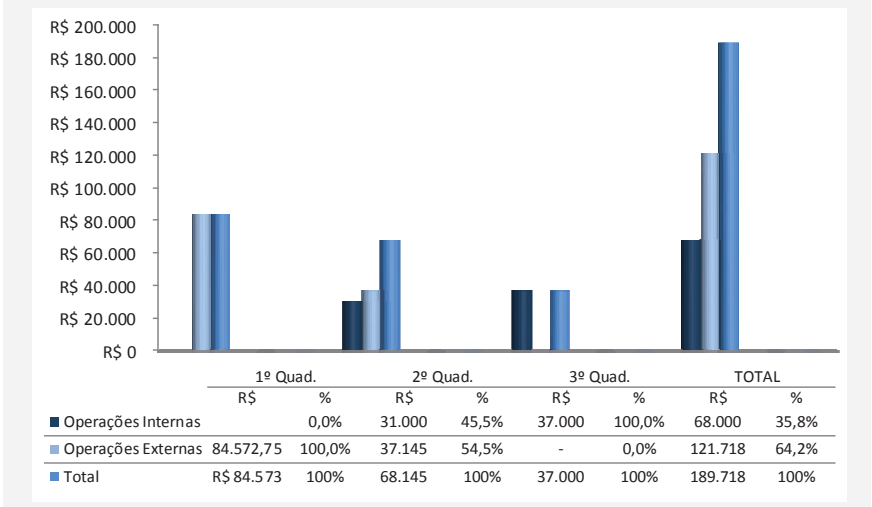
Operação	Data do Contrato	Valor Contratado	Valor Captado			Valor a Captar
			Anos Anteriores	2018	TOTAL	
BID VI – Rodovias (1)	09/01/2013	250.000.000,00	187.263.657,24	40.000.000,00	227.263.657,24	22.736.342,76
CAF - Provias (2)	26/08/2014	55.000.000,00	41.900.000,00	5.500.000,00	47.400.000,00	7.600.000,00
TOTAL		305.000.000,00	229.163.657,24	45.500.000,00	274.663.657,24	30.336.342,76

Notas:

1 Programa de pavimentação e reabilitação de rodovias;
2 Programa de Integração Viária do Planalto Norte - pavimentação de 110,2 Km da rodovia SC-477.

2.1.2 Valores Captados no Exercício

Gráfico 01 – Liberações de Recursos - Operações de Crédito - R$ mil



O gráfico 01 mostra um comparativo do total de recursos liberados de Operações de Crédito Internas e Externas no ano de 2018. Observa-se que aproximadamente 64% do total de recursos liberados foram provenientes das Operações de Crédito Externas.

A Tabela 03 evidencia os valores liberados em 2018 por Programa. Do total desembolsado, 54,73%, ou seja, R$ 103,8 milhões, corresponde à liberação do contrato Rodovias VI com o BID.

Tabela 03 – Liberações de Recursos Operação de Crédito - por Programa - R$

Programas	Valor Realizado no 1º quadrimestre	Valor Realizado no 2º quadrimestre	Valor Realizado no 3º quadrimestre	Total
BNDES – Sistema de Transporte de Joinville	-	1.000.000,00		1.000.000,00
BNDES – Caminhos do Desenvolvimento	-	30.000.000,00	20.000.000,00	50.000.000,00
BNDES – Acelera Santa Catarina	-	-	17.000.000,00	17.000.000,00
BB - Pacto Por Santa Catarina	-			-
BID VI – Rodovias	66.695.000,00	37.145.000,00	-	103.840.000,00
CAF - Provias	17.877.750,00	-	-	17.877.750,00
Total	84.572.750,00	68.145.000,00	37.000.000,00	189.717.750,00

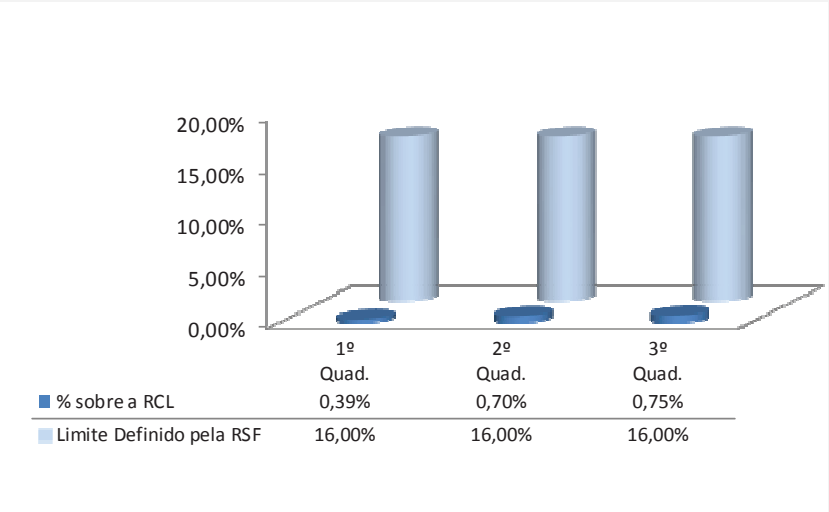
2.1.3 Limite Definido em Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito

O percentual das operações realizadas em um exercício financeiro em relação à Receita Corrente Líquida é apurado tomando por base a Receita Corrente Líquida no mês de referência e nos onze meses imediatamente anteriores (últimos 12 meses) e o total de operações de crédito interna e externa realizadas até o quadrimestre.

A Resolução do Senado Federal nº 43/2001, em seu inciso I do art. 7º, estabeleceu o limite de 16% da RCL. Conforme evidenciado no gráfico 02 ao término do 3º quadrimestre o percentual apurado para fins de apuração do cumprimento do limite atingiu **0,75%.**

Ressalta-se que as operações de crédito contratadas pelo Estado com a finalidade de financiar projetos de investimento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial (BNDES - PMAE SPED, BNDES – PMAE GESTÃO II, BNDES PEF II – Res. 3794 – FPE, BNDES – Caminhos do Desenvolvimento (Proinveste) e BID – Profisco), foram excluídas do cálculo do limite, conforme disposto no Art. 7º § 3º e §7º da RSF nº 43/2001.

Gráfico 02 – Montante Global das Operações – % da RCL



2.1.4 Investimentos com Fontes de Operações de Crédito

Ao se analisar o valor total das despesas liquidadas em 2018 com investimentos (R$ 1.448.218.105,40), constata-se que aproximadamente 45% (R$ 654.959.350,42) das despesas com investimentos foi realizada com fontes de recursos de operação de crédito.

Tabela 04 – Execução Orçamentária Investimentos - por Fonte - R$

Execução Orçamentária 2018 - Investimentos		
Fonte	**Valor Liquidado - R$**	**% Total**
Operações Crédito	654.959.350,42	45,23%
Rendimento de Operações Crédito	72.412.755,92	5,00%
Convênios	66.497.969,21	4,59%
Recursos Próprios	654.348.029,85	45,18%
Total	**1.448.218.105,40**	**100,00%**

A tabela a seguir apresenta as despesas com investimentos por funções orçamentárias:

Tabela 05 – Execução Orçamentária Investimentos - por Função - R$

Função	Fontes Operação Crédito	Demais Fontes (*)	TOTAL
01 - Legislativa	-	6.949.492,49	6.949.492,49
02 - Judiciária	-	25.861.415,08	25.861.415,08
03 - Essencial à Justiça	-	32.299.841,78	32.299.841,78
04 - Administração	12.372.555,51	43.971.276,57	56.343.832,08
06 - Segurança Pública	36.353.007,03	48.309.240,10	84.662.247,13
07 - Relações Exteriores	-	-	-
08 - Assistência Social	17.301.116,20	32.673.681,57	49.974.797,77
09 - Previdência Social	-	184.964,72	184.964,72
10 - Saúde	67.155.220,52	72.423.421,23	139.578.641,75
11 - Trabalho	-	195.178,00	195.178,00
12 - Educação	31.687.272,77	126.407.630,14	158.094.902,91
13 - Cultura	-	677.712,37	677.712,37
14 - Direitos da Cidadania	22.996.600,55	48.288.822,51	71.285.423,06
15 - Urbanismo	-	4.594.996,14	4.594.996,14
16 - Habitação	-	-	-
17 - Saneamento	-	-	-
18 - Gestão Ambiental	2.728.597,88	10.820.014,12	13.548.612,00
19 - Ciência e Tecnologia	13.526.920,45	15.895.667,65	29.422.588,10
20 - Agricultura	3.601.011,91	15.350.571,81	18.951.583,72
22 - Indústria	-	-	-
23 - Comércio e Serviços	-	63.329.829,25	63.329.829,25
24 - Comunicações	-	4.360,00	4.360,00
25 - Energia	-	-	-
26 - Transporte	447.237.047,60	240.138.530,22	687.375.577,82
27 - Desporto e Lazer	-	4.882.109,23	4.882.109,23
28 - Encargos Especiais	-	-	-
Total	**654.959.350,42**	**793.258.754,98**	**1.448.218.105,40**

(*) Demais Fontes: Recursos do Tesouro (Recursos Ordinários, SEITEC, FUNDOSOCIAL, Superávit Financeiro, Remuneração de Disponibilidade Bancária, taxas), Recursos de Serviços, Alienação de Bens, Convênios.

Do total dos investimentos com fonte em operações de crédito, 68,28% corresponde a despesas realizadas na função transporte, mais especificamente nas ampliações de capacidade de rodovias, bem como pavimentações, revitalizações, restaurações e obras em pontos críticos. Destacam-se também os investimentos nas funções Saúde (assistência hospitalar e ambulatorial e ampliações e readequações em hospitais - 10,25%), Segurança Pública (5,55%) e Educação (construção, ampliação, reforma e manutenção de unidades escolares - 4,84%).

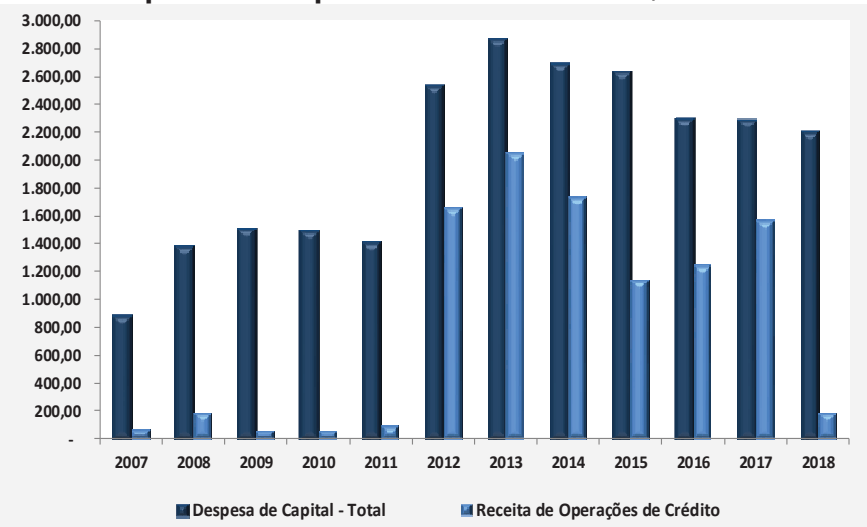
2.1.5 Regra de Ouro

A vedação para a realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital denomina-se “Regra de Ouro”. Essa regra está contida no art. 167, III, da Constituição Federal, que assim estabelece: “é vedada a realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta”.

Segundo essa regra, não se deve recorrer a endividamento público para custear despesas correntes. Assim, se o ente público recorrer a endividamento, obrigatoriamente deve ser para adquirir ou construir (aquisição de equipamentos e materiais permanentes em geral ou para investimentos em escolas, postos de saúde, rodovias, etc.).

Nos últimos exercícios o comportamento das despesas de capital e as contratações de operações de crédito foi o seguinte:

Gráfico 03 – Regra de Ouro – Receita de Capital versus Despesa de Capital – 2007 a 2018 - R$ milhões



2.2. AVALIAÇÃO DO GRAU DE RISCO

É a avaliação, por meio de mecanismos específicos, que agências especializadas fazem da qualidade de crédito de uma empresa, um país, um título ou uma operação estruturada. O Estado contratou as agências Fitch Ratings Brasil Ltda. e Standard & Poor´s Rating Services para avaliação, atribuição, publicação e acompanhamento do grau de risco deste Estado.

Ano	Fitch Ratings		Standard & Poor´s	
	Escala Global	Escala Nacional	Escala Global	Escala Nacional
2012	BBB- / Estável	AA (bra) / Estável	BBB- / Estável	brAAA / Estável
2013	BBB- / Estável	AA (bra) / Estável	BBB- / Estável	brAAA / Estável
2014	BBB- / Estável	AA- (bra) / Estável	BBB- / Estável	brAAA / Estável
2015	BB+ / Negativa	AA (bra) / Estável	BB+ / Negativa	brAA+ / Negativa
2016	BB/ Negativa	AA - (bra) / Estável	BB / Negativa	brAA- / Negativa
2017	BB/ Negativa	AA - (bra) / Estável	BB / Negativa	brAA- / Negativa
2018	BB- / Estável	AA (bra) / Estável	BB - / Negativa	brAA+ / Negativa

2.2.1 Standard & Poor´s

Em 12 de abril de 2017 a Standard & Poor's Ratings Services reafirmou seus ratings 'BB' na escala global e 'brAA-' na escala nacional Brasil atribuídos ao Estado de Santa Catarina. A perspectiva dos ratings continuou negativa baseada ainda na tendência de enfraquecimento do marco institucional do país para estados e municípios.

Em 22 de maio de 2017 a Standard & Poor's Ratings Services colocou os ratings do Brasil em escala global e nacional em observação negativa. O fato refletiu o aumento das incertezas políticas no Brasil e a consequente capacidade do governo em continuar avançando nas medidas corretivas para reforçar as perspectivas de crescimento da economia. Como resultado a agência também colocou as classificações de ratings em escala global e nacional dos Estados de São Paulo e Santa Catarina e da cidade do Rio de Janeiro em observação negativa, dado que os ratings dos subnacionais não podem estar acima do soberano. A decisão da agência deve ser tomada no prazo de noventa dias.

Em 15 de agosto de 2017 a Standard & Poor's Ratings Services afirmou seus ratings na escala global ('BB') e na escala nacional Brasil ('brAA-') atribuídos ao Estado de Santa Catarina. No entanto, removeu as avaliações de " observação negativa" para "perspectiva negativa", seguindo a ação de modificação da avaliação do rating soberano. A observação ("CreditWatch") é um alerta de curto prazo para a classificação de risco e, no caso do Brasil, reflete aumento da incerteza relacionada aos eventos políticos recentes. A perspectiva ("Outlook") de um rating da S&P Global Ratings avalia a potencial direção, no médio prazo, de um rating de crédito (normalmente de seis meses a dois anos).

Em 11 de julho de 2018, após as mudanças na "Metodologia de ratings de crédito nas escalas nacionais e regionais" publicada em 25 de junho de 2018, a Standard & Poor's Ratings elevou o rating soberano na Escala Nacional Brasil de 'brAA-' para 'brAAA'. Com isso, também elevou o rating na Escala Nacional Brasil do estado de Santa Catarina de 'brAA-' para 'brAA+', mantendo a perspectiva estável.

Em 21 de dezembro de 2018, a Standard & Poor's Ratings reafirmou os ratings de crédito de emissor 'BB-' na escala global e 'brAA+' na Escala Nacional Brasil atribuídos ao estado de Santa Catarina. Além disso, alterou a perspectiva desses ratings de crédito de estável para negativa em razão de crescentes pressões na despesa.

2.2.2 Fitch

Em 03 de maio de 2018, a Fitch Ratings recalibrou sua Escala Nacional Brasileira após o rebaixamento do soberano em 26 de fevereiro de 2018. A recalibração resultou em várias revisões de ratings em escala nacional para emissores em vários setores, incluindo instituições financeiras, empresas, seguros e finanças públicas. Desta forma, a Fitch revisou os ratings e as perspectivas da escala nacional brasileira do Estado de Santa Catarina de 'AA - (bra)' para 'AA (bra)', com perspectiva estável.

2.3. CAPTAÇÃO DE RECURSOS VOLUNTÁRIOS

As transferências voluntárias são os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, Distrito Federal, Municípios e Entidades sem Fins Lucrativos em decorrência da celebração de convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos similares, cuja finalidade é a realização de obras e/ou serviços de interesse comum.

Para obter estas transferências voluntárias o Estado deve conhecer os programas federais que vão sendo abertos no decorrer do exercício pelos Ministérios e Secretarias Federais. Para a celebração dos instrumentos é necessário ter bons diagnósticos que subsidiem bons projetos que podem diferenciar na seleção técnica e fazer a gestão destas propostas de trabalho encaminhadas.

A União operacionaliza estes convênios e contratos de repasse no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse da União (SICONV), que contempla desde a disponibilização dos programas federais até a prestação de contas.

A DICD por meio da Gerência de Captação de Recursos (GECAR) disponibiliza para órgãos e entidades o ***"Catálogo de Programas Federais Abertos"*** com as informações quanto ao prazo para apresentação de

propostas e planos de trabalho, órgão executor, descrição do programa e objetivos, os requisitos e os critérios de seleção.

A tabela a seguir apresenta os recursos recebidos de Transferências Voluntárias da União classificados por Unidade Gestora:

Tabela 06 – Transferências Voluntárias recebidas da União - por Unidade Gestora - R$

Unidade Gestora	Recursos Recebidos	Recursos Devolvidos	Saldo Recebido
Fundo de Melhoria da Polícia Civil	1.904.318,20	-	1.904.318,20
Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	447.000,00	-	447.000,00
Fundo para Melhoria da Segurança Pública	690.156,94	-	690.156,94
Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte	14.761.989,89	1.399.660,04	13.362.329,85
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	439.531,15	-	439.531,15
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	935.600,66	-	935.600,66
Instituto de Metrologia de Santa Catarina	18.120.000,92	-	18.120.000,92
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	3.628.861,80	-	3.628.861,80
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.	3.829.276,67	-	3.829.276,67
Secretaria de Estado da Educação	262.061,85	-	262.061,85
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	3.987.370,21	-	3.822.561,61
Secretaria de Estado da Infraestrutura	2.329.482,35	2.512,55	2.326.969,80
Departamento Estadual de Infraestrutura	193.490,11	193.490,11	-
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	17.239.107,76	-	17.239.107,76
Total	**68.768.248,51**	**1.595.662,70**	**67.007.777,21**

3 DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO

A dívida pública pode ser classificada como de curto ou de longo prazo. São classificadas como dívida de curto prazo (ou circulante) as obrigações cujo vencimento ocorram até término do exercício seguinte. São principalmente obrigações com fornecedores de bens e serviços, do exercício (fornecedores a pagar), de saldos de exercícios anteriores (os denominados restos a pagar) e as parcelas de empréstimos e financiamentos que serão pagas no próximo exercício.

Já a dívida de longo prazo são os saldos de obrigações cujo vencimento ocorrerá em exercícios futuros, após o encerramento do exercício seguinte. Tem como principal origem os empréstimos e financiamentos contratados com organismos nacionais e internacionais e os parcelamentos tributários.

Conceitualmente, temos:

- **dívida flutuante:** compreende os restos a pagar, serviços da dívida a pagar, os depósitos de terceiros (cauções, fianças, consignações etc.) e os Empréstimos por Antecipação da Receita – ARO (também denominados de Débitos de Tesouraria);

- **dívida pública consolidada ou fundada**: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;

- **operação de crédito**: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

- **concessão de garantia**: compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada;

3.1 SITUAÇÃO ATUAL DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Ao final do exercício de 2018 o Passivo a Total do Estado (de curto e de longo prazo) alcançou R$ 36.092.188.001,00. **Desse montante, a dívida referente a Empréstimos e Financiamentos representa 56,24%, com R$ 20.298.800.342,36.**

Tabela 07 – Composição do Passivo do Estado

Descrição	Dez 2017 - R$	Dez 2018 - R$
Passivo Circulante	11.634.536.591,85	10.919.020.221,25
Passivo Não-Circulante	23.586.559.670,87	25.173.167.779,75
Total	**35.221.096.262,72**	**36.092.188.001,00**

3.2 PASSIVO DE CURTO PRAZO

O **passivo de curto prazo**, ou circulante, é composto por débitos com fornecedores decorrentes de contratações de bens e serviços (Despesas Liquidadas a Pagar e Restos a Pagar), bem como de **obrigações decorrentes de depósitos de terceiros em que o Estado é mero depositário desses valores**, como as consignações descontadas em folha dos servidores e que terão que ser repassadas a quem de direito (seguros, sindicatos, associações, empréstimos consignados em folha etc.), as cauções vinculadas à contratação de obras, os depósitos judiciais em poder do Tribunal de Justiça e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro.

Ao término do exercício de 2018, o passivo de curto prazo fechou com o saldo de R$ 10.919.020.221,25. Os maiores valores do passivo circulante, conforme evidenciado na Tabela 07, estão concentrados nas denominadas **Demais Obrigações a Curto Prazo (23,59%)**, onde estão contabilizados os **Valores Restituíveis** (R$ 6.022.141.867,93, equivalente a **70,74% das Demais Obrigações a Curto Prazo**), cujo principal desdobramento é a conta **Depósitos Judiciais** (R$ 5.744.922.123,31 **que corresponde a 95,40% do total dos Valores Restituíveis**).

Cabe enfatizar que os Depósitos de Diversas Origens (valores restituíveis, dentre eles os depósitos judiciais e as consignações) possuem recursos em caixa em contrapartida com o registro no Passivo. Portanto, na essência não se trata de dívida, pois são passivos com lastro financeiro, onde o Estado é mero depositário dos recursos de terceiros, recursos esses que são vinculados ao respectivo passivo.

Ao término de 2018, a composição do passivo de curto prazo foi a seguinte:

Tabela 08 – Passivo de Curto Prazo 2016 - 2018

Passivo Circulante	Dez 2017 - R$	Dez 2018 - R$	Variação %
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist.	347.323.642,84	445.059.639,53	28,14%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	833.753.281,88	420.801.576,12	-49,53%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	514.371.255,66	592.102.552,07	15,11%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	14.324.568,51	8.329.976,89	-41,85%
Provisões a Curto Prazo	635.060.970,48	939.380.374,68	47,92%
Demais Obrigações a Curto Prazo	9.289.702.872,48	8.513.346.101,96	-8,36%
Total	**11.634.536.591,85**	**10.919.020.221,25**	**-6,15%**

3.3 PASSIVO DE LONGO PRAZO

O saldo de Empréstimos e Financiamentos a longo prazo em 31 de dezembro de 2018 foi de **R$ 19.877.998.766,24**, o que representa 55,08% do passivo. Desse total, **R$ 19.865.254.146,68** corresponde ao valor referente a Empréstimos Internos e Externos, que representa a dívida contratual (operações de crédito) e **R$ 12.744.619,56** corresponde ao saldo da conta Financiamentos.

Ao término de 2018, a composição do passivo de longo prazo foi a seguinte:

Tabela 09 – Passivo de Longo Prazo 2016 - 2018

Passivo Não-Circulante	Dez 2017 - R$	Dez 2018 - R$	Variação %
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist.	650.491.078,64	752.550.429,11	15,69%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	18.847.578.716,48	19.877.998.766,24	5,47%
Fornecedores a Longo Prazo	1.599.762.002,72	1.871.640.216,29	16,99%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	265.222.665,51	261.574.406,93	-1,38%
Provisões a Longo Prazo	70.812.707,33	527.444.544,04	644,84%
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.548.855.851,86	1.278.122.768,81	-17,48%
Resultado Diferido	603.836.648,33	603.836.648,33	0,00%
Total	**23.586.559.670,87**	**25.173.167.779,75**	**6,73%**

3.4 ESTOQUE DA DÍVIDA – EMPRÉSTIMOS

Em atendimento às normas contábeis ditadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado de Santa Catarina adotou o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Entre as mudanças mais significativas está a segregação dos empréstimos entre **curto prazo e longo prazo**, como segue:

Tabela 10 – Empréstimos – Curto e Longo Prazo

Descrição	Dez 2017 - R$	% Total	Dez 2018 - R$	% Total
Empréstimos Internos	16.430.503.699,54	83,85%	16.802.329.267,47	83,02%
Curto Prazo	355.851.385,80	1,82%	263.989.435,86	1,30%
Longo Prazo	16.074.652.313,74	82,03%	16.538.339.831,61	81,71%
Empréstimos Externos	3.165.349.452,88	16,15%	3.437.553.199,58	16,98%
Curto Prazo	396.906.939,29	2,03%	110.638.884,51	0,55%
Longo Prazo	2.768.442.513,59	14,13%	3.326.914.315,07	16,44%
Total: Internos (+) Externos	**19.595.853.152,42**	**100%**	**20.239.882.467,05**	**100%**

Na tabela anterior, assim como nas demais tabelas deste relatório que apresentam dados de estoque e serviço da dívida, há uma diferença no item Empréstimos de R$ 11.140.769,79 em relação ao valor contábil referente ao contrato União 9.496/97, cuja liquidação ocorreu em dezembro de 2017 com pagamento no primeiro dia útil de 2018, como prevê o contrato. Essa diferença decorre de pratica contábil em que, no momento do empenho da despesa, a conta de passivo 2.1.2.1.0.00.00.00 Empréstimos a Curto Prazo – Interno que está como natureza patrimonial (P) passa a ter natureza financeira (F). Como somente constam na dívida consolidada passivos cuja natureza seja patrimonial (P), a tabela anterior apresenta o saldo com a dedução do referido valor.

Entre os empréstimos internos, a principal dívida decorre do Contrato 012/98/STN/COAFI (Lei federal nº 9.496/1997), que ao final do exercício de 2018 apresentou o saldo de R$ 9.825 milhões. No contrato original havia previsão de juros na ordem de 6% ao ano, aplicando-se ainda o IGP-DI como correção monetária. Com a assinatura

do Nono Termo Aditivo ao Contrato 012/98/STN/COAFI em 28/04/2017, o contrato passa a adotar juros de 4% ao ano com correção monetária pelo IPCA, limitados à taxa Selic.

O saldo de cada empréstimo interno, somados curto prazo e longo prazo, e sua respectiva participação percentual em relação ao estoque total para os anos de 2017 e 2018 estão na tabela a seguir:

Tabela 11 – Empréstimos Internos

Empréstimos Internos	Dez 2017 - R$	% Total	Dez 2018 - R$	% Total
BB CAM. EST. PROD. PREV. DESAST. NAT.	1.222.393.575,50	7,44%	1.389.006.155,76	8,27%
BB PACTO POR SANTA CATARINA	1.911.593.344,96	11,63%	1.851.650.344,77	11,02%
BB PEF I	6.059.123,09	0,04%	-	0,00%
BNDES ACELERA SC	3.028.206.127,98	18,43%	3.066.990.916,86	18,25%
BNDES CAMINHOS DO DESENVOLV.	455.783.043,45	2,77%	497.620.954,72	2,96%
BNDES CASAN PAC	70.652.580,74	0,43%	58.369.665,25	0,35%
BNDES PEF II	25.132.723,04	0,15%	24.776.596,99	0,15%
BNDES PMAE SPED	-	0,00%	-	0,00%
BNDES PMAE GESTÃO	4.836.759,88	0,03%	2.853.756,10	0,02%
BNDES SIT JOINVILLE	20.696.174,84	0,13%	16.576.329,43	0,10%
CEF PNAF	-	0,00%	-	0,00%
UNIÃO DMLP	52.206.576,37	0,32%	61.265.258,31	0,36%
UNIÃO 9.496/97	9.619.930.274,01	58,55%	9.825.106.457,90	58,47%
UNIÃO 8.727/93	13.013.395,68	0,08%	8.112.831,38	0,05%
Total	**16.430.503.699,54**	**100%**	**16.802.329.267,47**	**100%**

Na composição das operações de crédito externas, **46,60%,** ou seja, **R$ 1.601 milhões** correspondem ao saldo devedor da operação de crédito junto ao ***Bank of America Merrill Lynch***, cujos recursos foram utilizados para a quitação do Resíduo da dívida decorrente da Lei Federal nº 9.496/1997 e para amortização extraordinária do principal, ao final do exercício de 2012. Assim, as operações de crédito externas passaram a representar **16,98%** do total das operações de crédito ao final do exercício de 2018.

O saldo de cada empréstimo externo, somados curto prazo e longo prazo, e sua respectiva participação percentual em relação ao estoque total para os anos de 2017 e 2018 estão na tabela a seguir:

Tabela 12 – Empréstimos Externos

Empréstimos Externos	Dez 2017 - R$	% Total	Dez 2018 - R$	% Total
BAML - REFINANC. RESÍDUO (US$)	1.643.969.027,78	51,94%	1.601.919.076,73	46,60%
BID 1390 - BID IV - RODOVIAS (US$)	168.308.449,81	5,32%	153.646.350,98	4,47%
BID 2171 - BID V (US$)	132.273.783,67	4,18%	146.441.006,28	4,26%
BID 2172 - PROFISCO (US$)	79.325.818,23	2,51%	86.091.086,52	2,50%
BID 2900 - BID VI - RODOVIAS (US$)	622.557.197,75	19,67%	844.561.942,62	24,57%
BIRD 4660 - MICROBACIA II (US$)	-	0,00%	-	0,00%
BIRD 7952 - SC RURAL (US$)	299.540.240,85	9,46%	351.857.413,68	10,24%
CAF - PIR I (US$)	79.294.912,09	2,51%	81.542.229,65	2,37%
CAF - PROVIAS (US$)	140.080.022,70	4,43%	171.494.093,12	4,99%
Total	**3.165.349.452,88**	**100%**	**3.437.553.199,58**	**100%**

3.5 ESTOQUE DA DÍVIDA POR CREDOR

Conforme a tabela a seguir, o estoque da dívida de Empréstimos é proveniente de oito credores. O credor com a maior participação percentual é a **União** com 48,89% do total. Isso se deve, principalmente, ao volume da dívida referente à Lei federal nº 9.496/97. A segunda maior participação é a do **BNDES** (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) que é credor de 18,12% do total. De todos os seis contratos de empréstimo junto ao BNDES, o de maior volume é o "BNDES - Acelera Santa Catarina". O **Banco do Brasil** é o terceiro principal credor com 16,01% do total. Em seguida, o **Bank of America Merrill Lynch** aparece como o quarto maior credor com 7,91% do total, em função do empréstimo para a quitação do resíduo da Lei federal nº 9.496/97. Todos os

demais credores da dívida externa – **BID**, **BIRD** e **CAF** – representam, juntos, 9,07% do estoque da dívida referente a Empréstimos.

Tabela 13 – Estoque da Dívida por Credor

Credor	Dez 2017 - R$	% Total	Dez 2018 - R$	% Total
UNIÃO	9.685.150.246,06	49,42%	9.894.484.547,59	48,89%
BNDES - Bco. Nac. de Desenv. Econ. e Social	3.605.307.409,93	18,40%	3.667.188.219,35	18,12%
BB - Banco do Brasil	3.140.046.043,55	16,02%	3.240.656.500,53	16,01%
BAML - Bank of America Merrill Lynch	1.643.969.027,78	8,39%	1.601.919.076,73	7,91%
BID - Banco Interamericano de Desenv.	1.002.465.249,46	5,12%	1.230.740.386,40	6,08%
BIRD - Banco Mundial	299.540.240,85	1,53%	351.857.413,68	1,74%
CAF - Cooperação Andina de Fomento	219.374.934,79	1,12%	253.036.322,77	1,25%
CEF - Caixa Econômica Federal	-	0,00%	-	0,00%
Total	**19.595.853.152,42**	**100%**	**20.239.882.467,05**	**100%**

3.6 ESTOQUE DA DÍVIDA POR INDEXADOR

A dívida contratual do Estado de Santa Catarina é corrigida por quatro indexadores. A maior parte dela, 48,54%, concentra-se na dívida com a União referente à Lei nº 9.496/97 e é indexada pelo **IPCA** (passou de IGP-DI para IPCA com os efeitos das regras introduzidas pela LCF nº 148/2014 tratados no Item 2.13.2). Em seguida, o **dólar americano** aparece como indexador de 24,15% da dívida e engloba todas as operações externas de empréstimo mais três operações internas – DMPL; CEF PNAF; e BB Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres Naturais. A **TJLP** é o indexador de 18,12% da dívida contratual e refere-se a todos os contratos de empréstimo junto ao BNDES mais o contrato BB PEF I. Na sequência dos indexadores, o **CDI** representa 9,15% da composição e é o fator de correção da operação com o Banco do Brasil – Pacto por Santa Catarina. Uma pequena parte da dívida, 0,04%, é indexada pela **TR** e diz respeito ao contrato com a União referente à Lei nº 8.727/93. A tabela a seguir resume essa composição e apresenta a evolução desde o ano de 2017:

Tabela 14 – Estoque da Dívida por Indexador

Descrição	Dez 2017 - R$	% Total	Dez 2018 - R$	% Total
IGPDI	9.619.930.274,01	49,09%	9.825.106.457,90	48,54%
DÓLAR (EUA)	5.129.149.374,21	26,17%	4.887.824.613,65	24,15%
TJLP	3.611.366.533,02	18,43%	3.667.188.219,35	18,12%
CDI	1.222.393.575,50	6,24%	1.851.650.344,77	9,15%
TR	13.013.395,68	0,07%	8.112.831,38	0,04%
Total	**19.595.853.152,42**	**100,00%**	**20.239.882.467,05**	**100,00%**

3.7 SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida referente a empréstimos é o valor que o estado desembolsa para honrar os contratos de empréstimos e é composto de juros, encargos, e amortização do principal. As duas tabelas a seguir apresentam os valores pagos de serviço da dívida contratual interna e externa nos anos de 2017 e 2018, e a participação percentual do serviço de cada contrato em relação ao serviço total.

Tabela 15 – Serviço da Dívida Interna

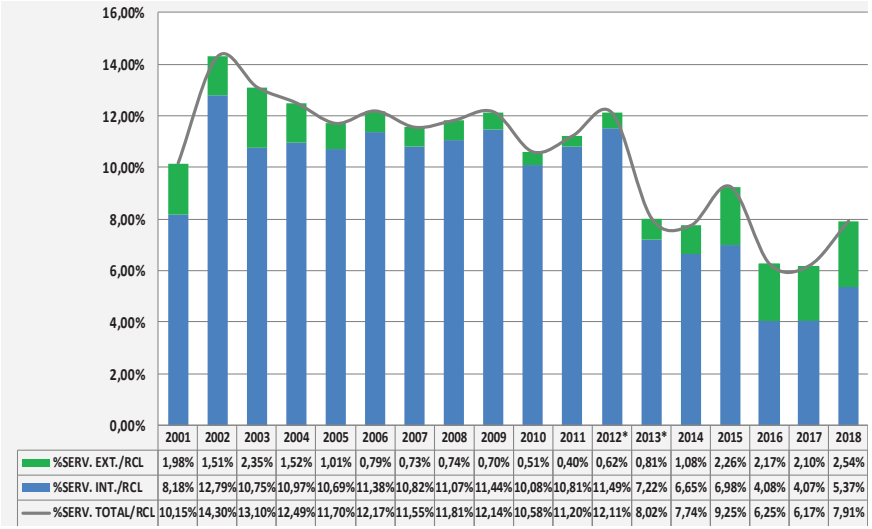
Empréstimos Internos	Dez 2017 - R$	% Total	Dez 2018 - R$	% Total
BB CAM. EST. PROD. PREV. DESAST. NAT.	67.903.713,39	7,90%	128.116.761,53	10,48%
BB PACTO POR SANTA CATARINA	157.891.035,40	18,37%	204.503.018,38	16,72%
BB PEF I	7.390.494,79	0,86%	6.319.121,01	0,52%
BNDES ACELERA SC	196.176.152,38	22,83%	200.856.285,22	16,42%
BNDES CAMINHOS DO DESENVOLV.	63.931.678,29	7,44%	44.356.837,38	3,63%
BNDES CASAN PAC	19.665.220,65	2,29%	18.684.122,73	1,53%
BNDES PEF II	11.884.690,58	1,38%	2.233.703,90	0,18%
BNDES PMAE GESTÃO	2.439.048,35	0,28%	2.305.560,21	0,19%
BNDES PMAE SPED	3.183.746,25	0,37%	-	0,00%
BNDES SIT JOINVILLE	6.824.625,29	0,79%	6.697.442,11	0,55%
CEF PNAF	2.096.997,62	0,24%	-	0,00%
UNIÃO DMLP	2.289.087,81	0,27%	2.756.170,59	0,23%
UNIÃO 9.496/97	312.556.596,77	36,37%	600.905.237,81	49,14%
UNIÃO 8.727/93	5.097.706,68	0,59%	5.226.648,35	0,43%
Total	859.330.794,25	100%	1.222.960.909,22	100%

Tabela 16 – Serviço da Dívida Externa

Empréstimos Externos	Dez 2017 - R$	% Total	Dez 2018 - R$	% Total
BAML - REFINANC. RESÍDUO (US$)	341.203.338,73	76,73%	403.917.887,01	69,81%
BID 1390 - BID IV - RODOVIAS (US$)	42.433.428,77	9,54%	48.261.528,57	8,34%
BID 2171 - BID V (US$)	9.903.763,43	2,23%	12.405.458,16	2,14%
BID 2172 - PROFISCO (US$)	8.927.425,43	2,01%	9.302.033,57	1,61%
BID 2900 - BID VI - RODOVIAS (US$)	12.206.963,24	2,75%	61.633.102,16	10,65%
BIRD 4660 - MICROBACIA II (US$)	10.001.041,41	2,25%	-	0,00%
BIRD 7952 - SC RURAL (US$)	5.165.795,57	1,16%	8.764.936,45	1,51%
CAF - PIR I (US$)	12.241.727,86	2,75%	14.561.391,22	2,52%
CAF - PROVIAS (US$)	2.577.802,27	0,58%	19.772.705,84	3,42%
Total	444.661.286,71	100%	578.619.042,98	100%

Comparando o valor total do serviço da dívida com a Receita Corrente Líquida (RCL) pode-se ter uma ideia de qual percentual da receita que é utilizado para quitar os compromissos com a dívida contratual. O Gráfico 04, a seguir, mostra essa relação Serviço da Dívida/RCL, distribuído entre serviço da dívida interna, externa e total. Entre os anos de 2000 e 2012 o estado comprometeu entre 10% e 14% de sua RCL com o serviço da dívida. Nos anos de 2002 e 2003 essa relação atingiu os maiores valores, com 14,3% e 13,1%, nessa ordem. Por outro lado, do ano de 2013 em diante essa relação ficou abaixo de 10%. Neste caso, a queda na relação serviço/RCL se deu, principalmente, em razão do refinanciamento das dívidas com a União (resíduo da Lei nº 9.496/97) e com o BNDES (CRC/Celesc). No ano de 2018, o valor da RCL apurado entre janeiro e dezembro foi de R$ 22.773.760.288,74. Já o desembolso com o serviço total da dívida correspondeu a 7,91% da RCL, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 04 - Histórico do Serviço da Dívida em relação à RCL (%) – 2001-2018



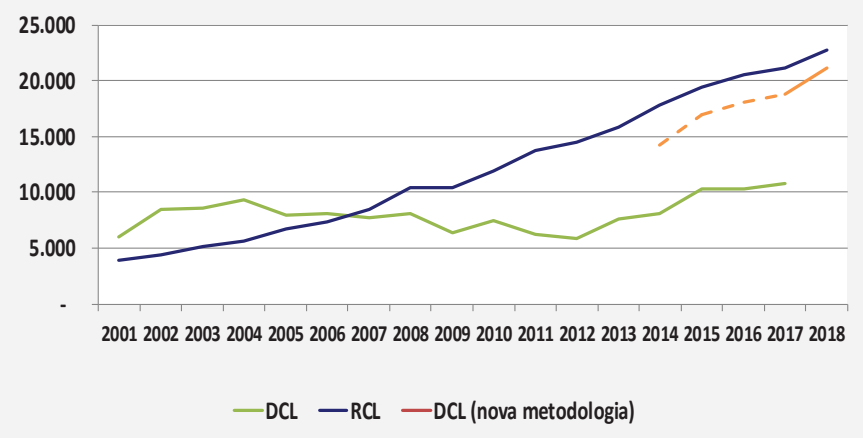
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012*	2013*	2014	2015	2016	2017	2018
%SERV. EXT./RCL	1,98%	1,51%	2,35%	1,52%	1,01%	0,79%	0,73%	0,74%	0,70%	0,51%	0,40%	0,62%	0,81%	1,08%	2,26%	2,17%	2,10%	2,54%
%SERV. INT./RCL	8,18%	12,79%	10,75%	10,97%	10,69%	11,38%	10,82%	11,07%	11,44%	10,08%	10,81%	11,49%	7,22%	6,65%	6,98%	4,08%	4,07%	5,37%
%SERV. TOTAL/RCL	10,15%	14,30%	13,10%	12,49%	11,70%	12,17%	11,55%	11,81%	12,14%	10,58%	11,20%	12,11%	8,02%	7,74%	9,25%	6,25%	6,17%	7,91%

***Nota:** Para uma melhor comparação entre os anos da série, foram deduzidos os valores referentes ao refinanciamento do resíduo da dívida da com a União (Lei nº 9.496/97), no valor de R$ 1.478.126.976,41, no ano de 2012, e ao refinanciamento da dívida da CELESC, no valor de R$ 978.662.621,51, em 2013. Os valores utilizados para o cálculo da relação serviço da dívida/RCL no ano de 2017 são de janeiro a dezembro.

3.8 LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

O Estado tem como limite de endividamento duas vezes a sua Receita Corrente Líquida (200%). O gráfico a seguir apresenta a evolução histórica da Receita Corrente Líquida (RCL) e da Dívida Consolidada Líquida (DCL) desde o ano de 2001, sendo que a DCL é apresentada de duas formas, antes e depois da utilização da nova metodologia de cálculo das deduções. A primeira, representada pela linha verde, apresenta a DCL conforme metodologia adotada até o terceiro quadrimestre de 2017. A segunda forma da DCL é representada pela linha de cor laranja, e mostra os valores conforme a nova metodologia de cálculo adotada a partir do primeiro quadrimestre de 2018. A sua parte tracejada representa os valores da DCL entre 2014 e 2017 caso a nova metodologia já fosse adotada.

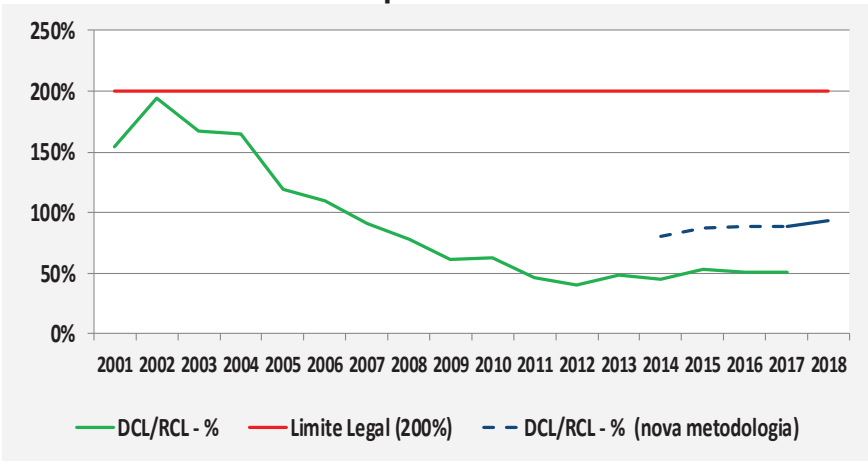
Gráfico 05 – Receita Corrente Líquida Versus Dívida Consolidada Líquida – 2001 a 2018 - R$ milhões



O limite de endividamento do Estado é acompanhado anualmente pelo Estado e pela Secretaria do Tesouro Nacional, levando-se em conta a curva decrescente dos níveis de endividamento.

No gráfico a seguir verifica-se a redução da relação da DCL – Dívida Consolidada Líquida/RCL – Receita Corrente Líquida, bem inferior ao limite de 200% limitado pela Resolução n° 40/2000, do Senado Federal, ressalvada a mudança de patamar da relação DCL/RCL em razão da nova metodologia de cálculo da DCL, conforme relatada no gráfico anterior.

Gráfico 06 – Receita Corrente Líquida Versus Dívida Consolidada Líquida – 2001 a 2018 - %



3.9 DÍVIDA COM A UNIÃO – Lei Federal n°9.496/97

Recentemente tratou-se da alteração do indexador da dívida junto à União referente à Lei nº 9.496/97. A aprovação da Lei Complementar nº 148, em 25 de novembro de 2014, alterou artigos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como alterou a Lei federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, fixando novos critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios.

As novas regras introduzidas pela Lei Complementar nº 148/2014, já com as alterações ditadas pela Lei Complementar nº 151, de 05 de agosto de 2015, autorizam o Governo Federal a modificar o indexador e a taxa de juros dos contratos firmados com base na Lei federal nº 9.496/97. As alterações legais permitem que sejam firmados aditivos aos contratos decorrentes da Lei federal nº 9.496/97 para a alteração do indexador atual, IGP-DI, para o IPCA, bem como dos juros atuais, de 6% ao ano no caso Catarinense, para 4% ao ano, sendo o somatório de ambos limitado à Selic. Essa regra deve ser aplicada com retroatividade de cálculo desde janeiro de 2013 (art. 2º da LC 148/2014). Além dessa mudança de indexador, o art. 3º da LC 148/2014 também autorizou a União a conceder descontos sobre os saldos devedores existentes em 1º de janeiro de 2013 dos referidos contratos, utilizando-se a variação acumulada da taxa Selic.

A Lei Complementar nº 148/2014 foi regulamentada pelo Decreto federal nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015. No entanto, houve divergência entre os cálculos realizados pelo Estado de Santa Catarina e pelo agente financeiro da União, Banco do Brasil (BB), para a concessão do desconto sobre os saldos devedores em 1º de janeiro de 2013, com respeito à metodologia de acumulação da taxa Selic. Em razão disso, o Estado ingressou com medida judicial que se materializou por meio do Mandado de Segurança - MS 34023 junto ao STF em desfavor da União.

O Supremo Tribunal Federal (STF) abriu prazo para que as partes firmassem acordo, o que ocorreu em reunião realizada em 20/06/2016 entre os representantes do Ministério da Fazenda e os governadores dos Estados da Federação. Em síntese, no dia 01/07/2016 o Plenário do STF, por maioria, resolveu questão de ordem no sentido de adaptar a liminar concedida na sessão do dia 27/04/2016 aos termos do acordo firmado entre os Estados e a União, até o julgamento final do MS 34023. Em 30/08/2016 foi aprovada pela Câmara dos Deputados Federais a Redação Final do PL nº 257/2016, e enviada em 31/08/2016 para apreciação do Senado Federal. No texto aprovado foram mantidas a condições celebradas no Acordo Federativo entre a União e os entes federados em 20/06/2016. O PL foi transformado na Lei Complementar 156/2016.

Entre os principais termos do acordo estão:

a) alongamento por 240 meses da dívida dos Estados com a União, contratada no âmbito da Lei Federal nº 9.496/97, sendo os meses adicionais acrescidos ao tempo original dos contratos, reconhecendo-se a forma de capitalização composta, nos termos definidos na própria lei. Como consequência disso, desaparece a possibilidade de pagamento da

dívida fundamentada em limite de comprometimento de pagamento da Receita Líquida Real e acúmulo de resíduo;

b) carência para os meses de julho a dezembro de 2016 de 100% da prestação mensal devida; e,

c) carência linear regressiva ao longo dos meses de janeiro de 2017 a junho de 2018.

Importante destacar que os valores não pagos durante o período dos 18 meses de carência serão incorporados ao saldo devedor, não constituindo desconto ou perdão da dívida contratada com a União.

No artigo 2º do Decreto federal nº 8.616/2015 consta a exigência de assinatura de termo aditivo para a concessão dos benefícios concedidos na LCF nº 148/2014. Assim, em 22/12/2017 foi assinado o 12º termo aditivo ao Contrato 012/98/STN/COAFI. No entanto, durante todo o ano de 2017, mesmo sem a celebração desse termo aditivo, o Estado já vinha efetuando o pagamento das parcelas nos termos do acordo firmado, ou seja, usufruindo da redução percentual para o valor da parcela.

Em 05 de outubro de 2018, o Estado de Santa Catarina assinou o 13º termo aditivo ao Contrato 012/98/STN/COAFI, onde fixou o valor de R$ 22.107.054.138,70 como base para o cálculo do teto máximo de gastos previsto na Lei Complementar nº 156 de 28 de dezembro de 2016.

A tabela a seguir apresenta a síntese do contrato 012/98/STN/COAFI (Lei Federal nº 9.496/97) até o final do exercício de 2018, ou seja, já com o impacto de todas essas alterações. Percebe-se que o **Estado contraiu de empréstimo (contrato inicial mais incorporações) R$ 5,42 bilhões, pagou até dezembro de 2018 R$ 13,74 bilhões e ainda fechou o exercício de 2018 com uma dívida de R$ 9,82 bilhões.**

Tabela 17 – Síntese do Contrato 012/98/STN/COAFI (LF nº 9.496/97)

Síntese do Contrato 012/98/STN/COAFI (Lei n°9.496/ 97):	Dez 2018- R$
1) Contrato Inicial	1.552.400.375,83
2) Pagamento da Conta Gráfica	147.797.674,64
3) Incorporações ao contrato (BESC/IPESC/BESCRI/CVS/FUSESC)	4.013.582.734,18
4) Total Contratado = (1) – (2) + (3)	**5.418.185.435,37**
5) Correção (Atualização/IGP-DI + juros/6%)	**11.120.876.838,73**
6) Pagamentos Efetuados:	**13.738.318.169,14**
6.1) Amortização	5.929.337.961,19
6.1.1) Amortização Acumulada	4.470.788.797,23
6.1.2) Amortização Extraordinária em 27/12/2012	77.500.391,49
6.1.3) Amortização Total do Resíduo em 27/12/2012	1.381.048.772,47
6.2) Juros	7.788.328.811,06
6.2.1) Juros do resíduo	1.413.188.472,85
6.2.2) Juros do contrato	6.776.046.667,38
6.3) Encargos	20.651.396,89
7) Redução de Saldo a Pagar - LCF 148/14 - posição em 1º/07/2016	**480.772.943,20**
8) Saldo a Pagar = (2) + (4) + (5) – (6.1) – (6.2.1) – (7)	**9.825.106.457,90**

3.10 PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

3.10.1 Parcelamento Tributário – Lei Federal nº 11.941/2009 e Lei Federal n°12.810/2013

O parcelamento tributário previsto na Lei nº 11.941/2009 possibilitou ao Estado efetuar o parcelamento de débitos junto à Receita Federal do Brasil - RFB e à

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN em até 180 vezes com reduções dos valores de juros, de multas e de encargos legais. À época da consolidação dos débitos (junho e julho de 2011), o Estado obteve, uma **redução total da dívida de R$ 85,5 milhões** de uma dívida de 513,1 milhões e a regularidade fiscal dos órgãos e entidades do Estado. Aderiram ao parcelamento 20 órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Dos órgãos que aderiram ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009, a maioria já quitou seus débitos, tendo em vista que os valores eram menos representativos em relação ao todo.

Dentre os órgãos com parcelamento em andamento, a Secretaria de Estado da Educação (SED), a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e o Fundo Estadual de Saúde (FES), migraram seus parcelamentos da Lei Federal nº 11.941/2009 para o parcelamento da Lei Federal nº 12.810/2013, que concedia benefícios fiscais e prazos maiores. Oportunamente foram incluídos novos débitos da Secretaria de Estado da Saúde - SES, avaliados pela PGE com remotas chances de êxito. O benefício fiscal apurado com a migração foi de **R$ 97.874.185,76**. Já o benefício fiscal total concedido por ambas a Leis foi de **R$ 203 milhões**.

A seguir os benefícios fiscais e prazos de cada Lei:

- ✓ **Lei nº 11.941/2009**: multa de mora e de ofício era de 60% e, dos juros de mora, de 25%, encargo legal, exclusive honorários advocatícios (100%). Prazo 180 vezes.
- ✓ **Lei nº 12.810/2013**: multa de mora e de ofício (100%), juros de mora (50%); Encargo Legal, inclusive honorários advocatícios, (100%). Prazo 240 vezes.

O pagamento das parcelas é feito por meio da retenção do FPE e atualizado mensalmente pela Taxa SELIC. Atualmente o Estado vem sofrendo retenção do FPE mensais de R$ 1.364.592,13.

Em julho de 2017, o Estado de Santa Catarina aderiu ao parcelamento de débitos previdenciários do Programa de Regularização Tributária dos Estados e Municípios (PREM), instituído pela Medida Provisória nº 778, de 16 de maio de 2017 (MP nº 778/17). A MP nº 778/17 foi convertida na Lei nº 13.485, de 02 de outubro de 2017. Inicialmente a MP nº 778/17, previa o desconto de:

a) 25% (vinte e cinco por cento) das multas de mora, de ofício e isoladas;

b) 80% (oitenta por cento) dos juros de mora.

Quando da sua conversão em Lei, o desconto para o pagamento das multas de mora, de ofício e isoladas foi ampliado para 40% (quarenta por cento).

Em dezembro de 2017, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) consolidou os valores referentes aos débitos que estavam na fase judicial (processo administrativo 11926.000307/2017-41, cadastro SISPAR nº 001.646.922). Com a consolidação, a PGFN informou que o valores total dos débitos parcelados é R$ 27.808.131,15, e o desconto obtido foi de R$ 13.681.098,36, restando o total de 14.127.032,79 a ser pago em 194 parcelas pelo Estado.

O pagamento das parcelas é feito por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), extraído do Sistema de Parcelamento Parametrizado (SISPAR) da PGFN. O valor mensal pago atualmente pelo Estado é de R$ 76.549,97.

Os débitos junto à Receita Federal do Brasil ainda não foram consolidados, e desta forma não é possível saber exatamente o valor dos benefícios, e atualmente o Estado paga R$ 165.206,35 mensalmente.

3.10.2 Parcelamento Tributário (PASEP) – MP Federal nº 574/2012 e Lei nº 12.810/2013

Em meados de agosto de 2012 a Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - DICD iniciou trabalho para parcelamento de débitos referente ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, com redução de juros (25%), multa (60%) e encargos legais (100%), nos termos da Medida Provisória - MP Federal nº 574, de 28 de junho de 2012, regulamentada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 4/2012 e nº 5/2012.

Com o advento da Lei Federal nº 12.810/2013, cujos benefícios fiscais eram mais atrativos, conforme outrora mencionado, o Estado decidiu pela migração do parcelamento deferido da MP nº 574/2012 (PASEP) para o parcelamento da Lei Federal nº 12.810/2013 (PASEP), porém dos processos migrados, 2 (dois) foram indeferidos.

Assim, foi necessário que a Procuradoria Geral do Estado – PGE impetrasse Mandado de Segurança – MS (Nº 5016828-14.2013.404.7200/SC) para inclusão dos débitos no referido parcelamento, uma vez que a MP nº 574/2012 tratou a multa na sua forma genérica e não na sua espécie, na qual foi deferida liminar no MS 504.0601.09.2013.404.7000 (PR) em segunda instância, proferida no Agravo de Instrumento (AI) 5024359.23.2013.404.0000. A decisão foi confirmada em acórdão junto ao TRF4 Região. A União apresentou Embargos de Declaração em 03/12/2015, sendo o processo concluso para despacho em 16/12/2015.

Em valores estimados, **apurou-se uma redução de R$ 101 milhões de uma dívida de R$ 304 milhões**. O valor da parcela vem sendo atualizada pela Taxa Selic e o valor mensal pago pelo Estado é de R$ 1.773.093,78.

3.11 RESTOS A PAGAR

Já a dívida decorrente dos Restos a Pagar, que por longos anos foi o grande vilão na gestão orçamentária e financeira do Estado, a partir do exercício financeiro de 2003 teve o valor mantido sobre rigoroso controle, evitando a velha prática dos “orçamentos paralelos”.

A partir de 2003 foi implementada no Estado de Santa Catarina a prática de editar anualmente, por Decreto, *procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil, mensal e anual, e para o empenhamento, à conta de Despesa de Exercício Anterior*, com vistas ao cumprimento das normas de Direito Financeiro estabelecidas na legislação federal e estadual de regência da matéria. Também anualmente, a Secretaria de Estado da Fazenda edita Portaria constituindo Comissão destinada a promover a avaliação dos empenhos que

poderão ser inscritos em Restos a Pagar no exercício, nos termos estabelecidos na legislação vigente.

Em linhas gerais, somente se permite a inscrição em Restos a Pagar das despesas de competência do exercício financeiro, considerando-se como despesa liquidada aquela em que o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo contratante; e não liquidada, mas de competência do exercício, aquela em que o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e que se encontre, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor.

Essa prática rompeu com o velho costume de empenhar todos os compromissos, independentemente de recursos disponíveis, gerando orçamentos concorrentes (ou paralelos) com o do exercício. Essas medidas surtiram efeito muito positivo no gerenciamento do estoque de **Restos a Pagar**, que até **dezembro de 2018 representou 3,45% da receita total, com o montante de R$ 889 milhões**.

Conforme tabela a seguir, o montante inscrito anualmente em Restos a Pagar, processados e não processados, vem se mantendo sob controle, conforme série histórica de 2003 a 2018, a seguir demonstrada:

Tabela 18 – Restos a Pagar Inscritos - 2003-2018 - R$

Ano	1- Processados	2-Não Processados	3-Restos a Pagar	4-Receita Orçamentária	% (3/4)
2003	85.914.908,33	390.187.732,15	476.102.640,48	5.519.916.619,16	8,63%
2004	152.479.777,10	190.760.941,66	343.240.718,76	6.029.278.584,96	5,69%
2005	154.547.883,29	138.333.452,83	292.881.336,12	7.172.714.041,46	4,08%
2006	105.683.144,60	152.582.047,23	258.265.191,83	7.845.362.807,80	3,29%
2007	59.095.851,70	199.463.395,87	258.559.247,57	9.300.955.511,89	2,78%
2008	24.984.120,50	215.902.271,21	240.886.391,71	11.538.547.205,84	2,09%
2009	91.234.456,54	217.503.659,95	308.738.116,49	11.506.271.961,72	2,68%
2010	45.761.398,68	262.523.024,93	308.284.423,61	13.168.918.579,60	2,34%
2011	46.368.983,82	382.413.888,68	428.782.872,50	15.259.959.632,65	2,81%
2012	47.037.694,20	346.177.758,93	393.215.453,13	17.747.821.302,96	2,22%
2013	99.421.067,95	575.717.907,84	675.138.975,79	19.650.192.808,70	3,44%
2014	57.232.899,00	437.748.493,65	494.981.392,65	21.612.110.504,27	2,29%
2015	191.767.637,91	455.426.041,67	647.193.679,58	22.741.779.433,00	2,85%
2016	157.083.968,03	542.078.139,03	699.162.107,06	24.284.266.243,91	2,88%
2017	404.557.283,02	673.893.358,49	1.078.450.641,51	25.373.785.843,17	4,25%
2018	374.285.684,59	515.468.864,52	889.754.549,11	25.756.161.680,71	3,45%

A comissão constituída para a avaliação das despesas que podem ser inscritas em Restos a Pagar pode questionar os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta a respeito da regularidade de despesas empenhadas e que não tenham previsão de liquidação até 31 de janeiro do exercício seguinte, buscando evitar a inscrição de valores em restos a pagar não processados que venham a ser cancelados. É importante destacar que o cancelamento de Restos a Pagar referente ao exercício de 2018 ocorre, em grande parte, em 31/01/2019.

A tabela a seguir mostra a evolução dos cancelamentos desde o ano de 2009:

Tabela 19 – Inscrição e Cancelamento de Restos a Pagar 2009-2018 - R$

Restos do Ano	Inscrição	Cancelamento	%Cancelado
Processados	**1.539.735.194,24**	**15.252.962,60**	**0,99%**
2009	91.234.456,54	2.168.721,16	**2,38%**
2010	45.761.398,68	672.440,49	**1,47%**
2011	46.368.983,82	1.393.923,35	**3,01%**
2012	47.037.694,20	2.674.252,98	**5,69%**
2013	99.421.067,95	4.532.657,68	**4,56%**
2014	57.232.899,00	1.057.164,76	**1,85%**
2015	191.767.637,91	654.037,75	**0,34%**
2016	157.083.968,03	470.284,72	**0,30%**
2017	404.557.283,02	828,89	**0,00%**
2018	374.285.684,59	1.295,13	**0,00%**
Não Processados	**4.624.853.408,90**	**2.100.467.370,74**	**45,42%**
2009	217.503.659,95	90.226.415,12	**41,48%**
2010	262.523.024,93	124.522.276,87	**47,43%**
2011	382.413.888,68	155.755.223,90	**40,73%**
2012	346.177.758,93	179.578.189,62	**51,87%**
2013	575.717.907,84	266.835.049,50	**46,35%**
2014	437.748.493,65	222.694.758,25	**50,87%**
2015	455.426.041,67	217.790.159,92	**47,82%**
2016	542.078.139,03	252.162.206,52	**46,52%**
2017	673.893.358,49	303.543.814,57	**45,04%**
2018	515.468.864,52	206.435.380,03	**40,05%**
Total	**6.164.588.603,14**	**2.115.720.333,34**	**34,32%**

Fonte: SIGEF - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal e Anexo VI do RGF.

3.12 PRECATÓRIOS

Precatórios consistem em requisições de pagamentos emitidos pelo Poder Judiciário, decorrentes de ações judiciais transitadas em julgado em que o Estado não obteve êxito, determinando que a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) efetue a quitação do valor devido. O pagamento será executado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvadas as preferências definidas nos §§ 1º e 2º do art. 100 da CF (Emenda Constitucional - EC 62/2009 e EC Nº 94/2016).

A EC 62/2009 permitiu ao Estado aderir ao regime especial para pagamento parcelado do estoque de Precatórios (15 anos), que foi julgado parcialmente inconstitucional (ADIs 4.357 e 4.425). Na modulação, o prazo passou a ser de cinco anos a partir de 2016.

Com o advento da Lei complementar nº 151/2015, foi possível o Estado se utilizar de parcela dos depósitos judiciais em que era parte.

A EC Nº 99/17 permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitem, até 31 de dezembro de 2024, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período.

Em 2013, por meio da Procuradoria Geral do Estado - PGE, o Estado ingressou com ação judicial apontando a existência de anatocismo nos cálculos exequendos dos precatórios referentes as Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) e obteve liminar favorável.

Nos últimos nove anos, o Estado repassou ao Tribunal de Justiça os seguintes valores destinados ao pagamento de precatório:

Tabela 20 – Repasse de Recursos ao TJSC - R$

Ano	Valor Considerado	Valor Contábil	Recursos do Tesouro Repassados	Depósitos Judiciais Utilizados
2010	37.501.411,10	37.501.411,10	33.751.269,99	3.750.141,11
2011	42.398.226,48	42.398.226,48	42.398.226,48	0,00
2012	44.097.199,20	44.097.199,20	44.097.199,20	0,00
2013	99.352.464,36	99.352.464,36	99.352.464,36	0,00
2014	131.293.443,70	131.293.443,70	33.000.000,00	98.293.443,70
2015	140.179.149,81	66.188.272,88	28.731.119,08	37.457.153,80
2016	0,00	102.148.792,60	78.134.865,26	24.013.927,34
2017	509.167.194,21	509.167.194,21	0,00	509.167.194,21
2018	0,00	0,00	92.054.069,88	0,00
TOTAL	1.003.989.088,86	1.032.147.004,53	451.519.214,25	672.681.860,16

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública – SEF.

O Estado finalizou 2018 com uma dívida de precatórios a pagar de **R$ 2.608.715.805,33**, ocorrendo uma elevação de 12,86% em relação ao valor do ano anterior.

Do total da dívida, R$ 212.684.957,52 (8,15%) estão contabilizados como de origem pessoal, R$ 261.403.339,56 (10,02%) são de benefícios previdenciários e R$ 2.134.627.508,25 (81,83%) são de terceiros.

Cabe mencionar que R$ 1.489.765.165,04 (69,79%) dos precatórios com fornecedores são oriundos de processos judiciais envolvendo as Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina – LFTSC (Lei estadual nº 10.168/1996).

4 PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO ESTADO

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Santa Catarina - PAF é parte integrante do Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 12/98/STN/COAFI, de 31 de março de 1998, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 070/98. O Programa dá cumprimento ao disposto no Contrato e seus aditivos posteriores.

Em 28 de dezembro de 2016 foi publicada a Lei Complementar federal nº 156 que unificou os conceitos do PAF com os adotados pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e alterou as suas metas. O Decreto nº 9.056 de 24 de maio de 2017 regulamentou o novo Programa de Ajuste Fiscal e a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 690, de 11 de agosto de 2017, estabeleceu os critérios a serem utilizados para o estabelecimento de metas ou compromissos e revisão do Programa e os critérios a serem utilizados para fins de avaliação do cumprimento das metas ou compromissos do Programa.

O novo Programa é elaborado com metas anuais e estimativas para 3 anos, sendo que a sua revisão deve ser obrigatoriamente anual. As informações são oriundas do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) e os dados complementares enviados à STN via sistema para a avaliação do cumprimento de metas e a avaliação fiscal. A não revisão do PAF implica o descumprimento da totalidade das metas ou

dos compromissos, e resultará nas penalidades previstas no parágrafo único do art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001.

São seis as novas metas fixadas anualmente:

1 Dívida Consolidada (DC) / Receita Corrente Líquida (RCL);

2 Resultado Primário;

3 Despesa com Pessoal / Receita Corrente Líquida (RCL);

4 Receitas de Arrecadação Própria;

5 Gestão Pública;

6 Disponibilidade de Caixa.

As metas do PAF são monitoradas mensalmente, tanto pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, via Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM, como pela Secretaria da Fazenda, pela Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública e pela Diretoria do Tesouro.

Em outubro/2017, a STN disponibilizou o resultado da avaliação definitiva do Programa referente ao exercício de 2016 permanecendo configurada para o Estado a condição de adimplente quanto às metas e compromissos do Programa.

Em dezembro/2017 foi assinada a 14ª revisão do Programa, contemplando metas ou compromissos relativos ao exercício de 2017 e estimativas para os exercícios de 2018 e 2019. Na presente revisão foi estabelecido como espaço fiscal a contratar o montante de R$ 797.773.000,00. O espaço fiscal concedido nesta revisão terá vigência até a próxima revisão do Programa e será deduzido conforme deferimento das operações de crédito pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A seguir apresentamos as metas ou compromissos relativos ao exercício de 2017 e as estimativas para os exercícios de 2018 e 2019.

4.1 Meta 1 - Dívida Consolidada (DC) / Receita Corrente Líquida (RCL)

A meta 1 do Programa é não ultrapassar em 2017 a relação DC/RCL abaixo especificada. A relação considera o estoque das dívidas suportadas pelo Estado e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução. A projeção considera ainda o espaço fiscal mencionado anteriormente.

Abaixo os valores da Dívida Consolidada e Receita Corrente Líquida, bem como a relação DC/RCL:

Tabela 21 – Meta 01 - Relação Dívida Consolidada/ Receita Corrente Líquida

ANO	2017	2018	2019
Dívida Consolidada (DC)	R$ 22.723 milhões	R$ 23.285 milhões	R$ 22.316 milhões
Receita Corrente Líquida (RCL)	R$ 21.102 milhões	R$ 22.782 milhões	R$ 24.168 milhões
Meta	107,68	102,21	92,34

4.2 Meta 2 – Resultado Primário

A meta 2 do Programa é superar o resultado primário previsto para o exercício de 2017, conforme abaixo especificado.

Tabela 22 – Meta 02 - Resultado Primário – R$ milhões

ANO	2017	2018	2019
META	-371	74	1570

4.3 Meta 3 – Despesas com Pessoal / Receita Corrente Líquida (RCL)

A meta 3 do Programa consiste em limitar as despesas com pessoal a 60% da receita corrente líquida (RCL) conforme definido no art. 19 inciso II da LRF.

No Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – Período de 2017 a 2019 (14ª Revisão), as projeções de comprometimento da RCL com despesas de pessoal foram estabelecidas em 59,98%, 57,01% e 55,09% em 2017, 2018 e 2019, respectivamente.

4.4 Meta 4 – Receita de Arrecadação Própria

Melhorar a geração de receita própria é meta permanente do Estado, para viabilizar suas funções fundamentais. Com vistas à obtenção dos valores programados de receitas de arrecadação própria para os próximos três anos, o Estado deverá manter o programa de modernização da administração tributária, melhorando seus processos de trabalho interno, sua relação com os “clientes” e o alinhamento à política governamental.

A meta pactuada para 2017 e as estimativas para 2018 e 2019 são as seguintes:

Tabela 23 – Meta 04 – Receita de Arrecadação Própria – R$ milhões

ANO	2017	2018	2019
META	14.091	15.380	16.300

4.5 Meta 5 – Gestão Pública

A Meta 5 do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal estabelece compromissos, quantitativos ou qualitativos, em termos de medidas ou reformas de natureza administrativa e patrimonial, que resultem em modernização, aumento da transparência e da capacidade de monitoramento de riscos fiscais, melhoria da qualidade do gasto, racionalização ou limitação de despesas e crescimento de receitas.

4.6 Meta 6 – Disponibilidade de Caixa

Consiste em alcançar em 2017 disponibilidade de caixa de recursos não-vinculados maior que o das obrigações financeiras.

5 RISCOS FISCAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em dezembro de 2016, o Estado de Santa Catarina implantou no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) as funcionalidades referentes aos Riscos Fiscais do Módulo de Precatórios e Riscos Fiscais, recadastrando os riscos existentes e cadastrando os riscos fiscais tributários. Encontra-se pendente ainda a integração

deste módulo com o sistema de controle dos processos judiciais (PGENET) da Procuradoria Geral do Estado, que possibilitará o acompanhamento mais eficaz dos riscos, pois atualmente o processo de cadastramento e acompanhamento dos processos são realizados manualmente.

Até o término do exercício de 2018, a composição dos Riscos Fiscais contabilizados foi a seguinte:

Tabela 24 – Saldo Riscos Fiscais - R$

Riscos Fiscais	Em 31/12/2018
Processos Administrativos	401.946.938,44
Processos Judiciais Originários	191.887.550,62
Processos Judiciais em Execução	11.474.968.729,18
Total	**12.068.803.218,24**

5.1 PRINCIPAIS RISCOS FISCAIS DO ESTADO

Os Riscos fiscais dividem-se em vários processos, sendo os mais significativos agrupados da seguinte forma:

Tabela 25 – Composição dos Riscos Fiscais - R$

Riscos Fiscais	Em 31/12/2017	Em 31/12/2018	Variação %
ESC - INVESC	6.222.771.453,98	6.261.799.306,43	0,63%
ESC - LFTSC - Lei nº 10.168/1996	2.696.435.581,86	2.864.459.446,78	6,23%
ESC - CELESC	20.016.005,73	20.016.005,73	0,00%
ESC - DEBITOS DIVERSOS	449.260.732,93	550.585.584,78	22,55%
DEINFRA	2.335.447.430,81	2.358.201.044,26	0,97%
EPAGRI	6.315.497,23	4.866.248,65	-22,95%
UDESC	8.825.744,25	8.733.037,30	-1,05%
SANTUR	55.000,00	142.544,31	159,17%
Total	**11.739.127.446,79**	**12.068.803.218,24**	**2,81%**

Destaca-se o item Estado de Santa Catarina – Débitos Diversos, cujos valores não eram considerados como Riscos Fiscais até 2015 e estavam contabilizados em outras contas do passivo. Com a implantação das funcionalidades referentes aos Riscos Fiscais do Módulo de Precatórios e Riscos Fiscais no SIGEF estes valores passaram a ser classificados adequadamente a partir de 2016.

A seguir, a descrição dos principais riscos fiscais:

5.1.1 LFTSC

As LFTSC (Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina) foram emitidas em 1996, com amparo na Lei nº 10.168, de 11/07/1996, e custodiadas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados (CETIP), segregadas em quatro grupos (LTESCEA 001, LTESCEA 002, LTESCEA 003 e LTESCEA 004), nas quantidades de 52.152, 100.000, 150.000 e 250.000, vencíveis em 01/08/1998, 01/08/1999, 01/08/2000 e 01/05/2001, respectivamente. Foram retiradas de custódia (canceladas) 312.297 Letras.

As LFTSC eram movimentadas pelo Fundo de Liquidez da Dívida Pública do BESC e foram retiradas de custódia pela CETIP em 06/2000.

As LFTSC não foram pagas nos vencimentos, razão pela qual grande parte dos credores ingressaram com ações judiciais. Os títulos foram cancelados pelo TCESC e TJSC, todavia os credores mantiveram os litígios judiciais em esferas superiores.

O processo judicial referente às 35.578 Letras do Bando do Estado do Paraná S/A foi arquivado em 26/07/2007. Em síntese, das 552.152 letras, 312.297 foram canceladas; 118.661 viraram precatórios; 71.922 estão em processos em andamento; e 10.539 não localizamos ação judicial. Porém estão contabilizadas como Risco Fiscal 121.194 Letras no valor de R$ 2.864.459.446,78 ou seja, desconsiderando apenas as que foram canceladas e as que viraram precatórios que estão devidamente contabilizadas como precatórios.

5.1.2 INVESC

Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. – INVESC é uma empresa que foi constituída em 30/10/95 por meio da Lei Estadual nº 9.940 de 19/10/95, com o objetivo de gerar recursos para alocação em investimentos públicos no território Catarinense. Os acionistas da INVESC são o Estado de SC, com 99,5% e a CODESC, com 0,5%.

Foram captados R$ 104.220.700,00, pela emissão de 10.000 debêntures em 01/11/95, remuneradas pela TJLP, acrescidos de juros de 14% a serem pagos anualmente. Os recursos foram transferidos para o Tesouro do Estado e aplicados em investimentos públicos. As referidas debêntures, vencidas em 31/10/00 e não resgatadas pela INVESC, estão sendo cobradas judicialmente. Por meio do Processo Judicial nº 023.00.005707-2 (PLANNER Corretora de Valores S.A. X INVESC), cuja ação encontra-se suspensa, haja vista os embargos à arrematação nº 023.10.019486-1, que está pendente do resultado final do Agravo de Instrumento nº 2012.081699-8, que questiona a assistência do Estado de Santa Catarina nos Embargos à Adjudicação. Em decisão do dia 17/12/2013 foi admitida a assistência do Estado de Santa Catarina, deslocando-se a competência da Vara Cível para a Vara da Fazenda Pública.

A PLANNER Corretora de Valores S.A. é a representante legal dos debenturistas e a PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do BB) é detentora de mais de 70% das debêntures.

Desde o vencimento das debêntures e a consequente ação na justiça pelo não pagamento, várias tentativas de negociação com os debenturistas foram realizadas, por enquanto sem sucesso.

Em 07/01/2013 o Ministério Público de Santa Catarina – MP/SC impetrou com Ação Civil Pública – ACP (nº 023.13.000661-3), por entender que os valores já repassados pela INVESC à corretora de valores na operação possuem origem irregular e que os dividendos pagos pela CELESC provem de alteração ilegal da titularidade das ações. Em 01/03/2013 foi deferida liminar bloqueando a quantia de R$ 51,9 milhões de três ex-diretores da INVESC e da corretora de valores PLANNER Corretora de Valores S.A.

Em 04/2013 os diretores conseguiram reverter parcialmente os valores bloqueados a título de natureza salarial/alimentar e a PLANNER Corretora de Valores S.A a liberação dos bens e valores indisponibilizados de sua propriedade.

Ação Civil de Improbidade Administrativa: em 26/11/2015 foi julgada improcedente a ação, com decisão fundamentada na prescrição do objeto, pois já havia transcorrido de cinco anos dos fatos e tratou do pedido de

nulidade das debêntures e não de ressarcimento ao erário, o que seria imprescritível,

Em 13/05/2016 o Ministério Público agravou da decisão, que após apresentadas as contrarrazões pelas partes, exceto pela Planner, os autos foram remetidos ao Tribunal de Justiça em 12/07/2016, reativado e retornado ao Tribunal de Justiça em 26/01/2017.

O saldo referente à INVESC contabilizado como Risco Fiscal em 31/12/2018 é de R$ 6.261.799.306,43.

5.1.3 CELESC

Trata-se de levantamento de dívida que a CELESC cobra do Estado, relativa ao período de novembro de 1985 a dezembro de 2007, conforme PSEF 97521/043. Em 12/2010 foi reclassificado parte do valor registrado para o passivo pelo reconhecimento de dívida conforme protocolo de intenções ECP03/88, cláusula terceira, PSEF 97521/043, PSEF 93345/097, SEF 198457/098, SEF 64127/958, SEPF 64696/952, SEF 40207/2010 e PSEF 88046/095.

5.1.4 DEINFRA

Os riscos fiscais do DEINFRA são compostos por Ações Civis Públicas, dívida ativa, ações trabalhistas e ações comuns, neste, enquadram-se a demanda judicial referente à duplicação das rodovias SC 401, SC 402 e SC 403, de grande repercussão na mídia.

5.1.4.1 Duplicação da SC 401

O Saldo contabilizado como Risco Fiscal referente a duplicação da Rodovia SC 401, em 32.12.2016 é de R$ 89.868.986,44, que é a pendência judicial relacionada à execução das obras e serviços de duplicação, conservação, restauração, manutenção, melhoramentos, operação, monitoramento e exploração das rodovias SC 401, SC 402 e SC 403.

Em síntese:

1. A ENGEPASA consagrou-se vencedora da licitação relacionada ao Edital n.º 61/93 e celebrou com o DER/SC, atual DEINFRA/SC, o Contrato de Concessão n.º 314/94, para a execução das obras e serviços de duplicação, conservação, restauração, manutenção, melhoramentos, operação, monitoramento e exploração das rodovias SC-401, SC-402 e SC-403;
2. O DER/SC figurou como cedente, a ENGEPASA como adjudicatária e a Linha Azul Auto Estrada S/A como Concessionária;
3. No contrato administrativo foram estabelecidos requisitos mínimos para o início da arrecadação do pedágio, os quais deveriam ser cumpridos no prazo de 24 meses, primeira fase do projeto, cujo termo inicial era a data de expedição da ordem de serviço 10/07/1995;
4. Em 07/08/1995, o BNDES concedeu crédito de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) à

Linha Azul Auto Estrada S/A para a execução das mencionadas obras e serviços e, posteriormente, outros R$ 7.075.000,00 (sete milhões e setenta e cinco mil reais), por intermédio do BRDE e do BESC;

5. Como garantia dos referidos empréstimos foi oferecida parte da arrecadação com a cobrança futura de pedágio, conforme contratos celebrados entre as partes que, dentre outras obrigações estabeleceram não ser possível ao DER/SC modificar o projeto da obra sem a anuência do BNDES;

6. O prazo inicialmente estipulado no contrato de concessão não foi cumprido, tendo o DER/SC, por seu Conselho de Administração, editado as Resoluções nº 001/98 e 202/98, aprovando o Termo Aditivo de Prorrogação do Prazo, bem como a alteração dos requisitos mínimos para início da cobrança do pedágio;

7. Conforme versão da concessionária, em agosto de 1998, a SC-401 estava concluída, segundo as condições básicas previstas nas Resoluções do DER/SC e deveria ter sido iniciada a cobrança do pedágio;

8. No entanto, em 03/08/1998, a então deputada federal Ideli Salvati ajuizou a Ação Popular n.º 023.98.029853-1, distribuída à 1ª Vara da Fazenda Pública de Florianópolis, obtendo decisão liminar para impedir a cobrança do pedágio e, no mérito, a declaração de invalidade das Resoluções nº 001/98 e 202/98, por entender o magistrado que contrariaram a Lei 8.666/93, conforme sentença proferida em 30/08/1999;

9. Por força dessa ação popular, a cobrança do pedágio somente poderia ocorrer depois de executados os projetos originais, consoante previsto no edital e no contrato de concessão;

10. Em 04/11/1998, foi editada a Lei Estadual n.º 10.934, concedendo isenção da cobrança de pedágio para inúmeras categorias de veículos;

11. Com base nesses fatos, em 29/07/1999, as empresas adjudicatária e concessionária e as pessoas físicas garantidoras dos empréstimos obtidos junto ao BNDES, BRDE e BESC para a execução das obras na rodovia ajuizaram ação perante a Justiça Federal de Florianópolis (Processo n.º 99.00006341-4), pretendendo ver reconhecida (f. 20):

    a. a existência de vínculo jurídico de natureza associativa (com comunhão de interesses) entre as partes;

    b. a caracterização da existência de força maior ou outra causa a eles não imputável, a obstar a execução do contrato de concessão e os efeitos daí decorrentes, inclusive a impossibilidade superveniente da prestação dos autores nos contratos bancários de financiamento;

c. a existência de dever jurídico de o BNDES arcar com as consequências de suas ações e omissões, relativamente à aprovação das modificações introduzidas nos projetos originais da SC/401;

d. a inexigibilidade dos créditos do BNDES, do BRDE e do BESC, derivados dos contratos de abertura de crédito nº 95.2.115.3.1 e SC-7984, até que autorizada a arrecadação do pedágio;

e. a presença dos pressupostos da responsabilização civil do DER/SC e do BNDES, por terem propiciado a ocorrência do evento que impossibilitou a cobrança do pedágio;

f. a obrigação do DER/SC e BNDES (e seus agentes repassadores) a promoverem diretamente entre si a liquidação dos empréstimos retratados nos Contratos de Abertura de Crédito nº 95.2.115.3.1 e SC-7984, com a liberação dos autores das responsabilidades ali previstas;

g. a obrigação dos réus deixarem de adotar qualquer conduta incompatível com as declarações antes pleiteadas.

A ENGEPASA requer o ressarcimento dos custos desembolsados na obra e os lucros cessantes pelo impedimento da cobrança do pedágio. Em maio/2011 o TRF da 4ª Região emitiu acórdão favorável ao Estado quanto aos lucros cessantes pela cobrança de pedágio pelo período de 15 (quinze) anos, que entendeu descabido o pedido da ENGEPASA, uma vez que o contrato não foi cumprido integralmente (Processo 0007133-15.1999.4.04.7200 – TRF4). Em 05/2018 foram protocolados Recursos Especiais e Extraordinários por ambas as partes, que seguem os trâmites processuais para admissibilidade junto as instâncias Superiores.

Quanto ao montante das Ações Civis Públicas (R$ 678.283.186,13), tratam-se de 34 processos judiciais.

5.1.5 UDESC

Trata-se de ações que tramitam na Vara da Fazenda Pública. Em geral são ações de repetição de indébito do ensino à distância, sendo na sua maioria pagos por meio de RPV. Os valores apresentados são estimativas informadas pelos Autores das ações, podendo vir a sofrer alterações para mais ou para menos de acordo com os termos da sentença judicial.

O Saldo contabilizado como Risco Fiscal em 31/12/2018 é de R$ 8.733.037,30

5.1.6 EPAGRI

Trata-se de ações trabalhistas, cíveis e tributárias, registradas pela Epagri até o mês de dezembro de 2018.

O Saldo contabilizado como Risco Fiscal em 31/12/2018 de R$ 4.866.248,65.

5.1.7 SANTUR

Quanto a SANTUR, tratam-se de ações trabalhistas, cíveis e tributárias, registradas pela Empresa Santa Catarina Turismo S.A. - SANTUR lançadas até dezembro de 2018.

O Saldo contabilizado como Risco Fiscal em 31/12/2018 é de R$ 142.544,31.

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
Diretor de Captação de Recursos e da Dívida Pública

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
Gerente da Dívida Pública

ALEXANDRA FURTADO DA SILVA DIAS
Gerente de Captação de Recursos

EQUIPE TÉCNICA:
Cintia Salvador Sorgen
Claudia Nunes
Glaucia Nunes
Luís Eduardo de Souza
Paulo Juliano Zanin Valentini
Rafael Almeida Pinheiro da Costa
Wagner Alves

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

GOVERNO DE
SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA

DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL